FOLHA DE S.PAULO 105

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 106 ★ Nº 35.393 QUINTA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2026 R$ 7,90

STF condena irmãos Brazão como mandantes do assassinato de Marielle

Decisão da Primeira Turma é unânime; ex-chefe da Polícia Civil pega 18 anos de prisão por atrapalhar investigação

A Primeira Turma do STF condenou ontem, por unanimidade, o ex-deputado Chiquinho Brazão e seu irmão Domingos Brazão como mandantes da morte da vereadora Marielle Franco (PSOL), em março de 2018. Cabe recurso.

76 anos

e 3 meses de prisão é a pena de cada um dos Brazão, além de indenização de R$ 7 mi às famílias das vítimas

Cada um foi sentenciado a 76 anos e 3 meses de prisão. Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, foi condenado por obstruir as investigações sobre o homicídio e por corrupção, com pena de 18 anos.

Alexandre de Moraes, relator do caso, disse que os Brazão "eram a milícia" e ficou comprovada motivação política do crime. Para a PGR, eles decidiram matar Marielle porque ela prejudicava interesses da família. A defesa nega.

Parentes de Marielle e do motorista Anderson Gomes, morto no atentado, acompanharam o julgamento, considerado pela ministra Anielle Franco "um recado" à parte da sociedade que tratou sua irmã como "descartável". Cotidiano A40

Eduardo Anizelli/Folhapress

Número de mortos pela chuva em Minas Gerais sobe para 47

Rua tomada por lama de deslizamento em Juiz de Fora; cidade está entre as que mais recebem alertas da Defesa Civil, mas moradores dizem não ter feito treinamento para emergências Cotidiano A45

CPI aprova quebra do sigilo de empresa de Toffoli e convoca irmãos do ministro

A CPI do Crime Organizado do Senado aprovou ontem a quebra de sigilo da Maridt Participações, empresa que tem como sócio o ministro Dias Toffoli, do STF. A companhia recebeu pagamentos de fundo ligado ao Banco Master pela venda de um resort no Paraná.

A comissão convocou dois irmãos do ministro, o ex-chefe do BC Roberto Campos Neto e seu sucessor, Gabriel Galípolo. Toffoli, Alexandre de Moraes e a mulher deste foram convidados a explicar suas relações com o banco. Apenas convocados têm de comparecer. Economia A15

Sérgio Rodrigues
Penduricalho é balangandã e artimanha fura-teto A44

Maria Hermínia Tavares
Cuba socialista agoniza; só resta o aparato repressor A3

Entenda o que muda com a aprovação do PL Antifacção

Aprovado pela Câmara na noite de terça (24), o projeto de lei Antifacção vai à sanção do presidente Lula (PT). Texto estabelece novos tipos penais e um marco legal para o combate ao crime organizado no país. A43

Desembargador recua e condena homem por estuprar menina

O desembargador Magid Nauef Láuar, do TJ-MG, revogou decisão do dia 11 que havia absolvido um homem acusado de estuprar uma menina de 12 anos. Na ocasião, o tribunal avaliava recurso após condenação. Relator do caso, Láuar defendeu a absolvição, sendo seguido pelos colegas. O MP recorreu, e o desembargador mudou a sentença. Cotidiano A44

ilustrada
ROUBO, GREVES E FRAUDES AFUNDAM LOUVRE NA CRISE B8

turismo
Praga encanta com castelos, museus e boas cervejas A12

EDITORIAIS A2
Lula cede à baderna e paralisa projeto de infraestrutura Sobre recuo do governo.

Polilaminina é promissora, mas deve superar testes clínicos Acerca de pesquisas.

ISSN 1414-5723

BNDES APRESENTA EstúdioFOLHA

Aves Japuaçu repousam em árvore na floresta preservada da Amazônia matogrossense

BNDES amplia investimentos para acelerar soluções contra a crise climática

Aponte a câmera do seu celular ou tablet e saiba mais

EDITORIAIS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

Lula cede à baderna e paralisa projetos de infraestrutura

Após invasão e ameaça a propriedade privada por indígenas contrários a projetos ainda preliminares de hidrovias, governo anula decreto por conveniência política em ano eleitoral e abre precedente inaceitável

A recente anulação do decreto presidencial 12.600/2025, que previa estudos para a concessão de hidrovias nos rios Tapajós, Madeira e Tocantins, é um exemplo pedagógico e inaceitável de como a conveniência política de curto prazo pode sabotar o planejamento estratégico do país.

Ao interromper um processo que visava tão somente a análise técnica de viabilidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não apenas trava a necessária modernização logística, mas sinaliza que a truculência é um método de negociação aceitável no Brasil contemporâneo.

As hidrovias são fundamentais para o escoamento da safra e de minérios, representando uma alternativa de transporte mais eficiente e com menor emissão de carbono. É um contrassenso que o Palácio do Planalto tenha desistido de obter dados técnicos independentes antes mesmo de qualquer obra ser licitada.

O decreto não era um salvo-conduto para a degradação, mas o ponto de partida para entender como conciliar desenvolvimento e preservação na região.

O que determinou a paralisia do projeto não foi o debate de ideias, mas a coerção exercida por movimentos indígenas.

Sob a liderança do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns, o que se viu foram táticas deliberadamente hostis: o bloqueio de acessos portuários evoluiu para a invasão do terminal da Cargill, em Santarém, paralisando operações privadas legítimas.

O grupo não se limitou ao Pará, promovendo ameaças e vandalismo contra a sede da empresa em São Paulo e a interceptação de uma balsa carregada de grãos. O desprezo pelo Estado de Direito culminou na decisão de desconsiderar uma ordem judicial de desocupação, optando por invadir as áreas internas da companhia para elevar ainda mais a tensão.

A tentativa do ministro Guilherme Boulos (Secretaria-Geral) de classificar a capitulação como "escuta ativa" é um acinte que não resiste aos fatos. Em um ano eleitoral, Lula parece mais preocupado em blindar sua imagem junto a setores radicais de sua base, como o simpatizante PSOL de Boulos, do que em garantir a segurança jurídica para atrair investimentos.

É legítimo que comunidades tradicionais exijam consultas prévias e manifestem preocupações. Contudo tais demandas devem ser canalizadas pelas vias democráticas, e não por meio da depredação de ativos essenciais ao agronegócio

O receio de criar desgastes com movimentos sociais em um momento de articulação política levou o governo a aceitar uma chantagem explícita.

É legítimo que comunidades tradicionais exijam consultas prévias e manifestem preocupações com a segurança alimentar e o ecossistema. Contudo tais demandas devem ser canalizadas pelas vias democráticas, e não por meio de ameaça a ativos essenciais ao agronegócio.

Ao ceder à baderna, Lula cria um precedente inaceitável: o de que, para derrubar uma política de Estado, basta atropelar a lei e a propriedade privada. O resultado será um país com infraestrutura precária e instituições fragilizadas pela força bruta sancionada pelo presidente da República.

Polilaminina é promissora, mas deve superar testes clínicos

De cada 10 candidatos a medicamento que passam por escrutínio, 9 ficam no meio do caminho, sendo reprovados nas fases 1, 2 ou 3; não faltam exemplos de desastres decorrentes de falhas na regulação

A polilaminina é uma substância promissora. Se ela vier a se converter em tratamento eficaz para lesões medulares graves, será façanha digna de Prêmio Nobel de Medicina.

O problema é que entre uma molécula auspiciosa e uma droga eficaz temos o que pesquisadores da área de medicamentos chamam de "vale da morte". De cada 10 candidatos a remédio que entram em testes clínicos, 9 ficam no meio do caminho, sendo reprovados nas fases 1, 2 ou 3.

De acordo com estudo de 2022 da Universidade de Michigan, a maioria dos medicamentos potenciais fracassa por falta de eficácia terapêutica (40% a 50%), excesso de toxicidade (30%) ou propriedades farmacológicas inadequadas (10% a 15%).

A alta taxa de reprovação não é consequência de sadismo ou derrotismo dos reguladores, mas do fato de que há muita coisa para dar errado no desenvolvimento de uma droga. Efeitos adversos menos frequentes, mas ainda assim capazes de inviabilizar o produto, só aparecem quando um número suficientemente grande de pacientes é testado.

A polilaminina acaba de receber licença da Anvisa para os testes de fase 1, ainda em pequena escala e que busca estabelecer a segurança do produto. Por mais animadores que tenham sido os indícios de eficácia da substância recolhidos na fase pré-clínica e nos casos de autorização especial da Justiça, o fato é que a jornada de avaliação da molécula está apenas começando.

Uma ou outra adaptação pode ser feita para adequar o processo de testagem ao tipo de droga que se quer aprovar e a características da moléstia que ela pretende tratar. No entanto em hipótese alguma deve-se dispensar o uso de controles rigorosos. Sem eles, não é possível nem mesmo saber se o candidato a medicamento de fato funciona.

Não faltam exemplos históricos de desastres decorrentes de falhas na regulação. O mais célebre deles é o caso da talidomida, comercializada nos anos 1950 e 1960 como remédio contra o enjoo de grávidas. A droga era teratogênica e deixou uma legião de cerca de 10.000 bebês com graves deformações (focomelia).

A alta taxa de reprovação não é consequência de sadismo ou derrotismo dos reguladores, mas do fato de que que há muita coisa para dar errado ao se desenvolver uma nova droga

O problema foi particularmente grave na Europa e no Brasil, mas quase inexistente nos EUA. Porque ali os reguladores foram mais exigentes e não liberaram a droga, afirmando que o laboratório não conseguira demonstrar sua segurança. Nos anos 1990, foi a vez de os reguladores americanos falharem, liberando com poucas restrições a oxicodona, pavimentando assim o caminho para a crise dos opioides.

FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
DIRETORES-GERAIS Judith Brito e Carlos Ponce de Leon
EDITOR-EXECUTIVO Vinicius Mota
CONSELHO EDITORIAL Candido Bracher, Demétrio Magnoli, Dora Kramer, Mônica Bergamo, Maria Alice Setubal (Neca), Oscar Vilhena, Paulo Junqueira Moll, Vera Iaconelli, Vinicius Mota, Wilson Gomes, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, Marcelo Benez *(comercial)*, João Cestari *(tecnologia)*, Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Luciana Pandolfi *(recursos humanos)*
CIRCULAÇÃO FOLHA (VERIFICADO POR BDO)
875.579 - Fechamento 2º Semestre de 2025
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa.
Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Pedro Vinicio

COLUNISTAS

folha.com/editoriais
editoriais@grupofolha.com.br

SÃO PAULO

O brasileiro é preguiçoso?

Thiago Amparo

Eu li a reportagem "Brasileiro trabalha menos que a média mundial" na voz manhosa de Macunaíma lamentando: "Ai! Que preguiça!". Para o estudo que a fundamenta, o que explicaria o "desvio brasileiro" por menos trabalho seria uma "questão cultural", isto é, "uma preferência por mais quantidade de lazer". Imaginei Macunaíma, o preguiçoso herói sem nenhum caráter de Mario de Andrade, lendo isso sentado numa rede entre dois cajueiros onde dorme por dias a fio. Ai! Que preguiça!

Da literatura à colonização, o mito da preguiça do brasileiro foi historicamente cunhado pelas elites para justificar a exploração do trabalho alheio ou dela zombar. Massacrados, povos indígenas foram gradualmente substituídos por africanos e seus descendentes não por uma inaptidão daqueles ao trabalho escravo, mas por ser mais conveniente controlar os africanos traficados do que povos originários. Em "Coisa de Rico", Michel Alcoforado mostra como ricos hoje dizem-se ocupados todo o tempo e como tal mito meritocrático é central para a diferenciação social.

O Brasil, após três séculos de açoite a negros, deu-lhes de presente um Código Penal, em 1890, que previa punição de prisão a vadios, capoeiristas, mendigos e ébrios. Mais escala 6 x 1, menos "exercícios de agilidade e destreza corporal" nas "ruas e praças públicas". Mais trabalho, menos Carnaval. A ditadura de Vargas reproduziu o despautério como contravenção penal em 1941, criminalizando o ócio e punindo-o com internação em colônia agrícola ou instituto de trabalho.

Interessa-me que, nas entrelinhas da objetividade econométrica, esconde-se o reavivamento acrítico do mito colonial da preguiça em pleno século 21. Deixo aos economistas e técnicos a crítica aos números: brasileiro trabalha mais do que países desenvolvidos europeus e mais do que o esperado contando determinantes institucionais. E a pesquisa ignora tempo de deslocamento, que, em São Paulo, chega a mais de duas horas.

Quando deixamos os números falarem sem contexto, o que nos resta é o mito, não a realidade.

BRASÍLIA

Ibaneis de pires na mão para salvar o BRB

Adriana Fernandes

Sem apresentar até agora uma proposta consistente para salvar o BRB, o governador da oposição Ibaneis Rocha (MDB) vai ficar de pires na mão e terá que pedir socorro ao governo Lula após o envolvimento do banco público no escândalo de fraudes do Master.

O tempo é o maior inimigo do BRB, mas é a política que está impedindo Ibaneis de enfrentar o problema de frente. O governador quer se candidatar e ganhar uma vaga no Senado e tenta empurrar a solução com a barriga.

Uma operação de capitalização com apoio do governo federal exigiria o reconhecimento público do rombo que a sua gestão deixou no banco, diminuindo as suas chances de vitória e quiçá de concorrer nas próximas eleições.

Ibaneis apresentou um plano chocho de capitalização do BRB à Câmara Legislativa do DF porque teimosamente ainda acha que pode resolver o vespeiro com o menor sacrifício financeiro e político possível. Chega uma hora, porém, que contra números não dá mais para brigar. Com a demora, o risco é aumentar a crise de confiança no BRB.

Os grandes privados, que já ajudaram adquirindo carteiras de crédito do BRB, resistem em comprar ativos da instituição ligados ao Master. Os banqueiros nunca engoliram a nebulosa transação de compra do banco de Daniel Vorcaro pelo BRB e vão puxar o preço dos ativos para baixo na bacia das almas. Já os bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa, por outro lado, não estão autorizados pelo Ministério da Fazenda a fazer negócio com o BRB. Não autorizar nada agora aumenta o poder de barganha depois do governo petista.

Uma operação de empréstimo com garantia da Tesouro para capitalizar o BRB só poderia ser feita se a Fazenda abrir uma exceção, uma vez que o governo do DF está com as finanças em situação precária após um gestão voltada para a expansão de despesas.

É a política no comando de um lado e de outro.

Só que o BRB não tem, na prática, os 180 dias que o Banco Central deu para implementar um plano de capitalização crível e cobrir o rombo gerado pelas carteiras fraudadas do Master.

RIO DE JANEIRO

De Gardel a Montiel

Ruy Castro

Correndo o risco de perder leitores pelo sincericídio, confesso que, até há 30 dias, se me falassem em Bad Bunny eu pensaria estar ouvindo uma referência a Bugs Bunny, o coelho dos gibis que, no Brasil, se chamava Pernalonga. Só então fiquei sabendo do cantor porto-riquenho que peitou para valer Donald Trump num jogo de futebol americano em defesa dos imigrantes e, embora sem ouvi-lo, fiquei seu fã. Leio agora que Bad Bunny cantou em São Paulo e, pelos comentários, fará com que nós, brasileiros, percamos nossa "histórica má vontade contra os artistas da América Latina".

Mas haveria essa má vontade e seria tão histórica? Pelo que sei, o argentino Carlos Gardel foi tão querido no Brasil quanto em todas as Américas, e seus tangos, como "Uno", "Mano a Mano" e "El Dia que me Quieras", continuaram a ser ouvidos aqui por décadas depois de sua morte, em 1935. Aliás, nas mesmas vitrolas em que rodava a orquestra de Francisco Canaro, e posso quase apostar que foi num 78 rpm de Canaro que Caetano Veloso aprendeu a letra do mortífero tango "Cambalache", que gravou em 1969.

E os boleros, coqueluche nacional com os mexicanos Agustín Lara, Pedro Vargas, Gregorio Barrios, Tito Guizar, Libertad Lamarque, Elvira Rios e o Trio Los Panchos, o cubano Bienvenido Granda e o chileno Lucho Gatica? E a rumba, com Xavier Cugat e os Lecuona Cuban Boys? E o mambo, com Perez Prado? E a incrível (pela extensão de voz) peruana Yma Sumac? E Sarita Montiel, que, como se não bastasse, cantava?

O próprio Brasil também produzia tudo isso, e bem. A Românticos de Cuba, sucesso internacional, era a Orquestra Tabajara de Severino Araújo sob pseudônimo. Nelson Gonçalves e Dalva de Oliveira gravaram dezenas de tangos em espanhol; o Trio Irakitan e Altemar Dutra idem, com os boleros; e até Elis Regina, recém-chegada do Sul e aspirando à capa da Revista do Rádio, estourou com o cha-cha-cha "Las Secretarias".

Dos anos 1920 a 1970, a América Latina fazia parte da cultura brasileira. Só não era chamada por esse nome.

A agonia de Cuba socialista

Seria um equívoco atribuir o desastre presente ao desumano embargo imposto à ilha por Donald Trump

Maria Hermínia Tavares

Professora emérita da FFLCH-USP, é pesquisadora do Cebrap. Escreve às quintas

No magnífico romance "O Homem que Amava os Cachorros", de 2009, o escritor cubano Leonardo Padura traça um grande afresco do fracasso do socialismo real, por meio das histórias entrelaçadas de três personagens: Leon Trótski, dirigente da Revolução de 1917, forçado ao exílio pela implacável perseguição de Josef Stálin; o espanhol Ramon Mercader, militante comunista que penetra no refúgio do líder revolucionário russo no México para assassiná-lo; e o escritor cubano Ivan Cárdenas, personagem de ficção, que nos conta a história dos dois primeiros.

Trótski e Mercader vivem tragédias épicas: o primeiro, líder de massas, é atropelado pela degradação da Revolução Russa das promessas igualitárias em sangrenta máquina totalitária; o outro, revolucionário comunista, se transforma em assassino a serviço de Moscou após o esmagamento da república espanhola pelos fascistas de Francisco Franco.

Cárdenas, o narrador, tem um destino menos heroico: o fracasso de seu projeto de se tornar escritor, tragado pelo lento desmoronar das promessas da Revolução Cubana e pelo amargo cotidiano na ilha de Fidel Castro. No final, morre soterrado quando vem abaixo o teto de sua casa decrépita —como são, de verdade, as casas da maioria dos cubanos forçados à reiterada penúria.

O destino de Ivan Cárdenas, personagem de romance, vem à mente a cada descrição do dia a dia de privações enfrentadas pelos habitantes de carne e osso da ilha caribenha nos dias que correm. O sistema socialista cubano agoniza, sob impacto do desumano embargo imposto por Donald Trump, que cortou o acesso do país ao petróleo importado. Mas seria um equívoco atribuir o desastre presente à medida decretada pelo truculento presidente americano, ou mesmo ao bloqueio econômico que os Estados Unidos impõem ao regime castrista desde 1962.

Em Cuba, que já retrocedeu até nos ganhos efetivos em saúde e educação, o que sobra do socialismo real é tão somente o aparato repressor que sustenta o governo

O fracasso econômico de Cuba se deve em larga medida ao desenho e à administração do modelo socialista; e à maneira como, desde os anos 1990, reformas para flexibilizá-lo foram concebidas e implementadas.

Assim, o cientista político Carmelo Mesa-Lago, da Universidade de Pittsburgh, especialista em assuntos cubanos, rejeita as explicações antagônicas segundo as quais tudo se deveria ou ao "embargo" ou ao "comunismo". Para ele, a adoção de um modelo ineficiente —baseado no controle estatal da atividade econômica— e reformas mal desenhadas são a causa central do desastre. Mas o embargo, o colapso da Venezuela e os choques econômicos globais são poderosos fatores secundários.

De fato, experiências de reformar o socialismo real só foram bem-sucedidas quando significaram transitar para formas peculiares de economias de mercado, sob forte coordenação estatal —que de socialismo pouco têm—, como ocorreu no Vietnã e na China. O que nunca se mostrou possível foi avançar em reformas políticas que garantissem o pluralismo e o respeito às liberdades fundamentais, muito menos a democracia representativa.

Na agonizante Cuba, que já retrocedeu até nos ganhos reais em saúde e educação, o que sobra do socialismo real é o aparato repressor que sustenta o governo de partido único.

opinião

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias
debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Queima de resíduos é tão insustentável quanto acusar críticos de interesses escusos

Tema exige debate qualificado e transparência, como observar o alto custo de implantação das usinas e o risco de desviar recicláveis para a a fornalha

Roberto Fernandes e Leão Serva

Ex-presidente e diretor-executivo da Fundação Florestal de São Paulo

Jornalista, é professor de ética jornalística (ESPM-SP) e ex-secretário de Redação (1988-92) e colunista da Folha (2013-18); autor de 'Jornalismo e Desinformação' (Senac)

RÉPLICA

A acusação de "conspiração estrangeira" para desqualificar a resistência ambiental passou a ser uma espécie de clichê. O caso arquetípico é o do "ogronegócio" amazônico, dependente do comércio multinacional, mas que acusa seus críticos de serem financiados por "interesses internacionais", como se vê atualmente na disputa em torno do rio Tapajós.

É nesse registro que se insere o artigo "A guerra financiada contra a geração de energia a partir do lixo" (20/2), publicado nesta **Folha**, em defesa da queima de resíduos sólidos para geração de energia (Waste-to-Energy - WtE).

A proposta é apresentada como solução limpa e eficiente para um problema antigo: transformar lixo em energia por meio de tecnologias modernas de combustão. Em vez de apresentar dados, custos, comparação com alternativas e impactos sobre reciclagem, os autores preferem insinuar que ONGs críticas ao WtE seriam financiadas por entidades norte-americanas e europeias. Apontam um suposto estudo com fake news, sem dizer qual é nem refutar seu conteúdo. E proclamam que o WtE é "consenso científico", o que é desmentido pelo fato de que precisam escrever para defendê-lo.

Mais curioso ainda é observar quem faz essa acusação. Um dos autores é professor da Universidade Columbia (EUA) e fundador de uma ONG internacional, Global WtERT Council, criada para promover a tecnologia WtE pelo planeta (exatamente porque não é consenso). O outro é presidente de uma associação brasileira cuja base é majoritariamente estrangeira e parceira da mesma rede global. Ora, se a lógica da "conspiração estrangeira" vale para um lado, por que não vale para o outro?

Ao final, o artigo conclama: "Chegou a hora de um acerto de contas público". Nesse ponto, concordamos. Mas um verdadeiro acerto de contas exige exposição de argumentos, não apenas de adjetivos. Por que os autores não apresentaram o que chamam de fake news, seus opositores e, sobretudo, as evidências cientificas que tornariam o WtE a melhor opção?

Os principais questionamentos à queima de resíduos sólidos são conhecidos: o alto custo de implantação das usinas, que depende de apoio público; o risco de desviar para a fornalha materiais recicláveis, inviabilizando a economia circular; o fato de que a queima do metano em aterros sanitários reduz emissões e gera energia a custos menores; e o perigo de que o WtE se torne um salvo-conduto à manutenção de um modelo em que a métrica é sustentada unicamente em redução do lixo enquanto o consumo segue a gerar detritos e esgotamento de recursos naturais.

O perigo é que o WtE se torne um salvo-conduto à manutenção de um modelo em que a métrica é sustentada unicamente em redução do lixo enquanto o consumo segue a gerar detritos e esgotamento de recursos naturais

Só na cidade de São Paulo são cerca de 20 mil toneladas de resíduos por dia, a um custo superior a R$ 2 bilhões anuais. Por envolver cifras dessa magnitude, o tema exige debate qualificado e transparência. Não há solução simples para um problema público complexo. Aterros, sozinhos, tampouco o resolvem.

Esse debate está longe de se limitar a fronteiras nacionais: em países europeus, como Portugal, cresce a pressão pelo WtE diante da saturação de aterros, mas a tecnologia é criticada por não atacar a raiz do problema (produção, consumo e descarte) e por disputar, na prática, o mesmo "insumo" da reciclagem. O termo "greenwashing" aparece com frequência quando usinas WtE são vendidas como solução "limpa".

O próprio site do Parlamento Europeu, ao tratar de gestão sustentável de resíduos, enfatiza redução de consumo, reuso e reciclagem. Incineração não é celebrada como panaceia.

Se queremos um "acerto de contas público", que ele seja feito às claras: com números sobre custos, impactos climáticos comparados, efeitos sobre catadores e cooperativas, metas de redução de resíduos e transparência de todos os lados —ONGs, empresas e governos. Acusar críticos de serem "agentes estrangeiros", sem enfrentar argumentos, não limpa ou ilumina cidades nem aquece casas. Só queima, mais uma vez, a possibilidade de um debate honesto sobre o lixo que produzimos e o futuro que queremos.

Investimento público e privado é combinação que move o Brasil

Nenhum país continental e com fortes assimetrias regionais supera gargalos de infraestrutura sem um Estado investidor, coordenador e garantidor

O debate recente sobre concessões e o investimento em infraestrutura no Brasil tem trazido um reconhecimento importante: o país voltou a investir. O crescimento do número de leilões, a ampliação de projetos em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos indicam a retomada de uma agenda de longo prazo, indispensável para elevar produtividade, reduzir desigualdades regionais e sustentar o crescimento.

Mas é preciso qualificar esse debate. A expansão das concessões não representa a substituição do investimento público nem uma resposta circunstancial à escassez fiscal. Trata-se de uma estratégia mais ampla, que combina instrumentos e reconhece algo essencial: nenhum país de dimensões continentais e fortes assimetrias regionais supera gargalos de infraestrutura sem um Estado investidor, coordenador e garantidor.

A experiência brasileira e internacional mostra que o investimento privado responde quando há planejamento público consistente, carteira estruturada, segurança jurídica e demanda organizada. Não por acaso, os ciclos mais virtuosos de investimento privado em infraestrutura no Brasil coincidiram com momentos de forte presença do Estado na indução do desenvolvimento.

É essa a lógica do Novo PAC. O programa foi reconstruído como uma estratégia integrada, que articula investimento público direto, apoio aos entes federados, financiamento de longo prazo, concessões e parcerias. Em áreas como saúde, educação, segurança hídrica, urbanização, prevenção de desastres e redução de desigualdades regionais, o investimento público é insubstituível. Nesses casos, o retorno não se mede por tarifa, mas por bem-estar, inclusão social e resiliência das cidades.

Em outras frentes, especialmente em trechos logísticos com demanda consolidada, o investimento privado regulado é altamente eficiente. Concessões bem desenhadas ampliam capacidade, melhoram a qualidade do serviço e garantem manutenção contínua, desde que sustentadas por contratos robustos, regulação forte e fiscalização efetiva. Concessão não é privatização disfarçada: é contrato de serviço com metas públicas e foco no cidadão.

O debate não deve opor investimento público e privado, mas se concentrar na qualidade dos modelos que garantem a participação privada. Desde o primeiro PAC, o país demonstra avanços nesse sentido: aprimoramento dos marcos regulatórios, novos modelos de concessões, fortalecimento do papel do BNDES no investimento de longo prazo e criação de instrumentos como debêntures de infraestrutura e linhas voltadas à transição ecológica.

A combinação Estado planejador e investimento privado regulado é regra nas economias que sustentam crescimento, inovação e inclusão social ao longo do tempo. Infraestrutura não se faz com dogma

A questão central, portanto, não é ideológica. É técnica e institucional: o projeto está bem estruturado? O risco está adequadamente distribuído? O usuário está protegido? A tarifa é justa? Os projetos atendem aos desafios do nosso desenvolvimento justo e sustentável?

O que está em curso é um reposicionamento do Estado: menos improviso, mais planejamento; menos polarização, mais coordenação. O Estado investe diretamente onde é necessário, estrutura projetos em que o setor privado pode atuar com eficiência e mantém o papel indelegável de regulador, fiscalizador e indutor do desenvolvimento.

Essa combinação, Estado planejador e investimento privado regulado, é regra nas economias que sustentam crescimento, inovação e inclusão social ao longo do tempo. Infraestrutura não se faz com dogma. Faz-se com planejamento, coordenação e foco no resultado para a sociedade. É essa a agenda que o Brasil voltou a construir.

Rui Costa (ministro da Casa Civil); **Jader Filho** (ministro das Cidades); **Silvio Costa Filho** (ministro de Portos e Aeroportos); e **Renan Filho** (ministro dos Transportes)

opinião

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor
leitor@grupofolha.com.br

Assassinato de Marielle

"STF condena irmãos Brazão a 76 anos de prisão por mandarem matar Marielle" (Cotidiano, 25/2). Marielle Franco enfrentava a milícia, o poder paralelo que se alimenta há décadas da omissão do Estado e do medo da população. Enfrentava o que muitos fingem não existir e foi morta por fazer o que se espera de qualquer representante do povo: denunciar abusos, cobrar direitos e dar nome aos donos do medo. Mas, e o Anderson? Para os mandantes do crime, acostumados com a impunidade, foi apenas uma vítima colateral.
Paccelli M. Zahler
(Brasília, DF)

Placa homenageia Marielle Franco, vereadora do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade) assassinada em 2018 Mauro Pimentel - 27.jul.2023/AFP

*

A Justiça tarda e falha, mas, quando pressionada pela opinião pública, é extremamente certeira e severa, como nesse caso e no dos golpistas fracassados com Bolsonaro.
Jonas Nunes dos Santos
(Juiz de Fora, MG)

*

Não pode haver impunidade! Nem os demais assassinatos, apesar da pouca importância dada às pessoas comuns, aviltadas de seus direitos constitucionais conforme os humores da corte. Nem contratos milionários e relações espúrias com banqueiros podem ficar impunes. Todos devem ser iguais diante da lei.
Alexandre Pereira
(Rio de Janeiro, RJ)

Banco Master

"Revista The Economist diz que STF está envolvido em 'enorme escândalo'" (Política, 24/2). A fina flor do neoliberalismo assim se manifestou, imiscuindo-se politicamente em assuntos internos do país.
Jayme Kopelman
(São Paulo, SP)

*

Todos os convocados podem se livrar pois essa é a lei do STF, mas a quebra de sigilo é fundamental para a continuidade das investigações. Que todos os envolvidos, direta ou indiretamente, respondam pelos seus crimes ("CPI aprova quebra de sigilo de empresa de Toffoli e convocação de Campos Neto e Paulo Guedes", Economia, 25/2).
Cesar Costa (São Paulo, SP)

*

Até que enfim ("CPI do Crime aprova quebra de sigilo de empresa de Toffoli", Mônica Bergamo, 25/2)!
Zelis Pereira Furlan
(Ribeirão Preto, SP)

Vulnerabilidade

"Desembargador revê decisão e condena homem que estuprou menina de 12 anos em MG" (Cotidiano, 25/2). O abuso de crianças ainda existe, mas não pode continuar sendo normalizado por narrativas absurdas.
Anna Rodrigues (Vitória, ES)

*

Só não terminou em pizza pois o povo abriu a boca. E os outros?
Vagner Fernandes (São Paulo, SP)

Estado de calamidade

"Verba do PAC para contenção de encostas em Juiz de Fora está travada há quase um ano" (Cotidiano, 24/2). Burocracia, descaso e incompetência. Ê, Brasil!
Marilene Garcia Oliveira
(Pirassununga, SP)

*

Como sempre, os responsáveis sairão de fininho. Máquina pública vergonhosa e destruidora.
Regina Célia Baldin
(Ribeirão Preto, SP)

*

Urbanização, problema antiquíssimo. Só isso. Imagino São Paulo e seus prédios com fachadas de vidro após um furacão. A especulação tem nome: tragédia.
Luiz Antônio de Lima Ferreira
(Guarulhos, SP)

*

Faltou eficiência administrativa para liberação dos recursos. Uma vez pleiteados, é de se imaginar que a aplicação seja prevista, faltando se inteirar das normas do governo para liberação, além de apresentar junto dos projetos corretos. É simples assim.
Reinaldo Sousa Correia
(Uberlândia, MG)

O que a Folha pensa

"Conter os efeitos nocivos da expansão das motos" (Editorial, 24/2). Há tempos não lia um editorial que expressasse o que sinto na alma. Me deu esperança de que o país tenha jeito, pois há pessoas atentas a situações alarmantes. Quem sabe uma editoria se sensibiliza com o tema e desenvolve reportagem ou coisa parecida. A **Folha** já fez variadas campanhas. Que tal uma sobre mobilidade, educação no trânsito, classe, consumo, motoqueiros e entregadores?
Orestes Romano (Jundiaí, SP)

*

Motos são perigosas, mas, já que existem, providências devem ser tomadas. Nada de garupa ou corredor exclusivo em meio aos carros, além de fiscalização e multas punitivas. Só assim para reduzir acidentes e mortes.
Claudio Gomes (São Paulo, SP)

Folha, 105

Feliz aniversário! Desejamos que seu dia seja repleto de alegria e surpresas maravilhosas. Aproveite seu presente ao máximo e tenha momentos inesquecíveis com quem ama! Que possamos continuar compartilhando muitas ocasiões especiais juntos.
Bruna Vaz, cofundadora da Shopper (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

COTIDIANO (22.FEV, PÁG. A29) Diferentemente do afirmado no texto "Roteiro resgata pontos históricos e figuras negras em Santos", Quintino de Lacerda não foi o primeiro vereador negro do país. Ele foi um dos primeiros negros eleitos ao cargo após a proclamação da República.

FOLHA DE S.PAULO UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

EDIÇÃO DIGITAL ILIMITADA R$ 34,90 (plano mensal)
EDIÇÃO DIGITAL PREMIUM R$ 49,90 (plano mensal)

EDIÇÃO IMPRESSA	VENDA AVULSA seg. a sáb.	dom.	ASSINATURA MENSAL* Todos os dias
SP	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 219,90
MG, PR e RJ	R$ 7,90	R$ 9,90	R$ 224,90
DF e SC	R$ 8,90	R$ 11	R$ 285,90
ES, GO, MT, MS e RS	R$ 9,90	R$ 12	R$ 358,90
AL, BA, PE, SE e TO	R$ 14,90	R$ 15,50	R$ 387,90
Outros estados	R$ 15,90	R$ 16,50	R$ 480,90

* Com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

REDAÇÃO SÃO PAULO
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

OMBUDSMAN
ombudsman@grupofolha.com.br
0800-015-9000 (das 14h às 18h)

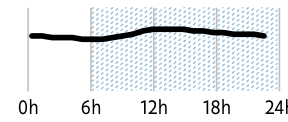
ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3224-3090 | 0800-775-8080

agenda

ATMOSFERA

São Paulo

Hoje
20º 26º



Amanhã 19º 25º

	Hoje	
Rio	23º	31º
Brasília	19º	27º
Ribeirão	21º	26º

	Amanhã	
Rio	23º	28º
Brasília	19º	26º
Ribeirão	21º	29º

Fonte: www.climatempo.com.br

CASTRAÇÃO DE PETS

O QUE A Prefeitura de São Paulo promove programa de castração gratuita de cães e gatos na capital.

SOBRE A INICIATIVA O serviço é destinado a moradores da cidade com pets que tenham de três meses a dez anos de idade. As cirurgias são feitas em clínicas credenciadas pela prefeitura e em mutirões. Segundo a Secretaria de Saúde paulistana, foram realizados 133.995 procedimentos no ano passado.

COMO SOLICITAR O tutor deve pedir a castração presencialmente ou online pelo Portal 156, no link https://sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal/servicos/informacao?servico=3726/.

Segundo a prefeitura, após a emissão do Termo de Encaminhamento, é necessário aguardar o contato da clínica responsável para o agendamento da cirurgia e o recebimento das orientações pré-operatórias.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS No momento da solicitação, devem ser apresentados:
• Documento oficial com foto e CPF (frente e verso) do tutor;
• Comprovante de endereço atualizado (emitido nos últimos 90 dias) em nome do tutor;
• Uma foto do animal deve ser enviada (no formato jpg ou jpeg) —a imagem será incluída na carteirinha de RGA (Registro Geral do Animal).

Fontes: Prefeitura de São Paulo, Secretaria Municipal da Saúde e Coordenadoria de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico

ACERVO FOLHA

Leia mais em acervo.folha.com.br

HÁ 100 ANOS | 26.FEV.1926

Folha da Manhã
NA CRUZ VERMELHA
UMA INDUSTRIA RENDOSA

Nomeação de interventor gera tensão na Cruz Vermelha de SP

Uma reunião entre sócios da Cruz Vermelha de São Paulo terminou em grande tensão, nesta quinta-feira (25). O general Ferreira do Amaral, chefe supremo da Cruz Vermelha Brasileira, veio do Rio de Janeiro, reduziu a zero o conselho da organização paulista, destituiu quase todos os componentes da diretoria e nomeou um interventor. Depois disso, ele abandonou o recinto, mas a sessão continuou sob protestos e discurseira grossa. O conselho diretor apontou que não tinha sido dissolvido, mostrou-se disposto a ir a tribunais e, lançando um ultimato de rebelião, nomeou uma comissão para dirigir as operações.

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Bandeirada

Relator do projeto do trabalho por aplicativos, o deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE) avalia mudar seu parecer para definir pisos por corrida diferenciados por região do país. Ele diz que é sensível a dados apresentados pelas plataformas de que, em estados do Norte e Nordeste, quase metade das corridas têm valor menor que R$ 8,50, mínimo definido no projeto. A preocupação do relator é não inviabilizar o serviço em cidades menores. A inclusão será negociada com governo e bancadas.

FICHA LIMPA Outras alterações no relatório devem ser a fixação de um teto de 30% para as plataformas por corrida e a eliminação da necessidade de bons antecedentes criminais para entregadores —a obrigatoriedade valeria apenas para motoristas. A ideia é tentar votar o projeto ainda no mês de março.

ROTA NA RUA A opção de Jair Bolsonaro pelo vice-prefeito de SP, Mello Araújo, para o Senado, frustrou outros nomes do PL que sonhavam com a vaga. A direita agora deve ter três concorrentes para duas vagas, sendo dois egressos da PM —o outro, é Guilherme Derrite (PP). Além deles, Ricardo Salles (Novo) pretende concorrer.

AÇÃO ENTRE AMIGOS Fiador da campanha para que o presidente da Assembleia de SP, André do Prado (PL), seja vice de Tarcísio de Freitas ao governo de SP, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, receberá na sexta (27) o Colar de Honra ao Mérito, mais alta condecoração do Legislativo. O autor da homenagem é o próprio Prado.

CHOQUE Levantamento da Enel diz que subiu o número de colisões de veículos com postes de energia nas cidades atendidas pela empresa na Grande SP em 2025. Segundo a concessionária, foram 573, ante 549 de 2024, alta de 4,73%. Com isso, 472 mil clientes ficaram sem energia. A empresa está ameaçada de perder o contrato, acusada de ineficiência no fornecimento de luz.

SAIDINHA
Levantamento do instituto Ranking dos Políticos mostra que a maioria dos parlamentares acredita que o Congresso derrubará o veto de Lula ao projeto da redução das penas dos condenados pelo 8 de janeiro. A pesquisa ouviu 108 deputados de 18 partidos e 30 senadores de 12 legendas. Na Câmara, 68,5% dos ouvidos avaliam que o veto será derrubado, e 60% no Senado.

NADA CONSTA O juiz Pedro Pereira, do Tribunal de Justiça de MG, soltou o influenciador Ronnie Peterson da Silva, preso em 2025 após ser acusado de extorquir autoridades de Santa Luzia (MG). Ele teria exigido R$ 100 mil do prefeito, vice e secretários para não publicar conteúdo difamatório. O juiz entendeu que Ronnie não oferece mais risco à ordem nem tem mais poder para interferir na produção da provas.

VISITA À FOLHA Agustina Pilar Galvez, coordenadora de comunicação da Argentinos por la Educación, esteve no jornal nesta quarta-feira (25).

Com Carlos Petrocilo, Gabriela Echenique e Augusto Tenório

Cláudio

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos), em entrevista Pedro Ladeira - 18.nov.25/Folhapress

Centrão quer evitar votação de projeto sobre penduricalhos se governo não se envolver

Após STF exigir legislação para disciplinar tema, parlamentares temem que Legislativo sofra novo revés diante da opinião pública

Augusto Tenório e Raphael Di Cunto

BRASÍLIA O centrão quer evitar a discussão na Câmara sobre a regulamentação do pagamento de penduricalhos e supersalários no funcionalismo público e condiciona qualquer discussão a um envolvimento incisivo do governo Lula (PT) no tema.

Em ofensiva contra remunerações que furam o teto, o STF (Supremo Tribunal Federal) suspendeu esse tipo de benefício não previsto em lei e determinou que o Congresso discipline o assunto.

Lideranças do centrão ouvidas sob reserva pela **Folha** dizem que a Câmara não pode lidar sozinha com um tema considerado espinhoso, com forte resistência popular, em pleno ano eleitoral. Esses parlamentares avaliam que a Casa deveria enfrentar o assunto somente em 2027, no âmbito da reforma administrativa. Aliados indicam que a opinião é compartilhada pelo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB).

A única maneira de aceitarem a discussão antes da eleição, afirmam, é com participação direta do governo Lula. Para eles, essa é uma maneira de dividir com o Planalto eventual ônus e impedir campanha do PT ou da oposição no molde do "nós contra eles".

O Planalto não tem a intenção de mexer no assunto. Segundo uma liderança governista, o tema tem zero prioridade na agenda do Executivo, que deseja foco em pautas de interesse eleitoral, como a PEC da Segurança e o fim da escala 6x1, diante de um calendário de votação apertado por causa das eleições de outubro.

Nos bastidores, líderes consideram que, para proibir o pagamento de penduricalhos acima do teto do funcionalismo, primeiro seria necessário elevar o atual limite, o que traria desgaste diante da opinião pública.

Por lei, um servidor público não pode receber mais que o salário de um ministro do STF, atualmente em R$ 46,3 mil, mas centenas de juízes e promotores recebem valores que chegam até a milhões de reais por ano.

Dessa forma, parlamentares temem que uma revisão do teto, mesmo que acompanhada da proibição de penduricalhos, seja utilizada para levantar campanhas contra os atuais detentores de mandato, que disputarão as eleições em outubro.

Esses líderes querem que o Planalto envie uma proposta ou, pelo menos, tenha digital na relatoria do texto, mas sem garantia de votação antes da eleição.

Sem citar o fator eleitoral, Hugo Motta indicou que a Casa espera do governo participação na discussão. Na terça (24), após reunião com o presidente do STF, Edson Fachin, o parlamentar também indicou que não há pressa para analisar o tema.

"Nós queremos, a partir de agora, com um grupo de trabalho que represente o Supremo Tribunal Federal, que represente a Câmara, o TCU [Tribunal de Contas da União] que irá trazer os dados, o Senado Federal, entendo que o Poder Executivo também tem que entrar nessa discussão, para que façamos uma discussão estruturante sobre o que é a máquina pública", afirmou Motta.

O encontro com Fachin na terça contou ainda com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o presidente do Tribunal de Contas da União, Vital do Rego, e o vice-procurador geral da República, Hindenburgo Chateaubriand, além do vice-presidente do STF, Alexandre de Moraes, e os dois ministros da que relatam processos sobre penduricalhos, Flávio Dino e Gilmar Mendes.

Segundo interlocutores dos presentes à reunião, Motta e Alcolumbre sinalizaram que os 60 dias determinados pela corte para edição de uma lei que discipline o pagamento dos penduricalhos é um prazo praticamente inexequível, diante de outras prioridades do Legislativo e do calendário apertado pelo ano eleitoral.

O líder do PT, Pedro Uczai (SC), afirmou que apresentaria nesta quinta (26), na reunião de líderes da Câmara, um pedido de votação de um projeto que disciplina o pagamento de supersalários e penduricalhos. O parlamentar, porém, diz que a iniciativa é do partido, não do governo.

O STF começou a julgar nesta quarta-feira (25), e deve concluir na quinta, as liminares dos ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes que suspenderam o pagamento de penduricalhos salariais para o funcionalismo público.

A tendência é a de que o plenário confirme as decisões, embora possa haver ressalvas pontuais. Também há expectativa de que a corte debata a regra de transição acordada na terça com a cúpula do Congresso.

O julgamento é visto por ministros como uma oportunidade de acenar à sociedade e recompor, pelo menos em parte, a imagem do Supremo, desgastada pelas repercussões do inquérito sobre o Banco Master.

Gilmar fala em balbúrdia, e Dino diz que 'meia dúzia' respeita teto salarial

STF ouviu sustentações orais das partes e retomará julgamento sobre penduricalhos pagos a servidores públicos nesta quinta (26), com a leitura dos votos dos ministros

SUPERSALÁRIOS

Luísa Martins

Os ministros Edson Fachin (ao centro) e Gilmar Mendes (à dir.), no STF Luiz Silveira/Divulgação STF

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) começou a analisar, nesta quarta-feira (25), as decisões liminares (provisórias) que suspenderam penduricalhos do funcionalismo público, em uma sessão marcada por críticas de ministros a esses pagamentos. Após as sustentações orais das partes, o julgamento foi suspenso para retomada nesta quinta (26), quando terá início a leitura dos votos.

Serão julgadas em conjunto duas decisões do ministro Flávio Dino, uma que barrou verbas pagas acima do teto constitucional a todos os servidores públicos e outra que proibiu a criação de novas leis que prevejam esses subsídios, além de uma liminar do decano, ministro Gilmar Mendes, que suspendeu os penduricalhos previstos em leis estaduais para integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Logo no início da sessão plenária, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, falou sobre as reuniões realizadas nesta semana com representantes do governo federal e do Congresso Nacional para tratar do tema. Ele afirmou que os penduricalhos são uma "questão tormentosa".

"O tema, em ambas as reuniões, foi a compreensão do cenário de mora na regulamentação das parcelas de caráter indenizatório, que deveriam estar disciplinadas em lei ordinária nacional ainda não editada pelo Congresso", afirmou.

De acordo com Fachin, apesar de a jurisprudência do STF apontar para a necessidade de cumprimento do teto, há uma série de leis e atos normativos "que podem não apresentar compatibilidade" com a Constituição. "A variedade de situações nos impele ao diálogo interinstitucional."

> **[Autonomia financeira da magistratura e do Ministério Público] não significa balbúrdia, não significa soberania financeira**
>
> **Gilmar Mendes**
> ministro do Supremo Tribunal Federal

Fachin afirmou que ficou acertado pelas cúpulas dos Poderes a criação de uma comissão técnica para debater uma regra de transição entre as decisões proferidas pelo Supremo e a vigência de uma futura lei de caráter nacional.

Em seguida, Dino ressaltou que o julgamento visa valorizar o funcionalismo público, "e não colocar em xeque prerrogativas e direitos de nenhuma categoria profissional". Ele afirmou que o teto de R$ 46 mil é observado apenas no âmbito do STF "e mais, talvez, uma meia dúzia de outros órgãos".

Ao ler um resumo da sua liminar, Gilmar afirmou que "o teto virou o piso, e um piso muito ordinário". Segundo o decano, a autonomia financeira conquistada pelas carreiras da magistratura e do Ministério Público com a Constituição de 1988 "não significa balbúrdia, não significa soberania financeira". Juízes, promotores e procuradores estaduais estão no topo do ranking dos supersalários do Brasil.

Já o procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu que as liminares de Dino e de Gilmar não sejam referendadas. Ele reconheceu que a temática dos penduricalhos tem grande importância, mas disse que as decisões extrapolaram o que foi pedido nas ações. Segundo Gonet, isso tem potencial de "afetar substancialmente os limites impostos ao poder de agir do tribunal no desenho da separação dos Poderes".

Linha do tempo do julgamento dos penduricalhos

20.mai.25 Conselho Nacional de Justiça aprova resolução que proíbe os órgãos do Judiciário de reconhecerem e pagarem novos benefícios por decisão administrativa;

30.out.25 A Associação dos Procuradores Municipais do Litoral Centro Sul do Estado de SP ajuíza uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no TJ-SP. Eles pediam que os honorários de sucumbência (valores pagos pela parte perdedora de um processo judicial ao advogado da parte vencedora) fossem pagos integralmente à categoria, limitados apenas ao teto salarial dos ministros do STF;

19.dez.25 O presidente do STF, ministro Edson Fachin, diz que pretende filtrar quais são as verbas indenizatórias legítimas pagas à magistratura em todo o país;

5.fev.26 Em nova reclamação da associação, o ministro Flávio Dino expande o tema e determina 60 dias para que Executivo, Legislativo e Judiciário revisem a base legal das verbas indenizatórias pagas a agentes e servidores públicos, e que as verbas não previstas em lei sejam imediatamente suspensas;

11.fev.26 O TJ-SP recorre no Supremo da decisão de Dino;

18.fev.26 O presidente Lula (PT) veta penduricalhos aprovados pelo Congresso para servidores do Legislativo e do TCU (Tribunal de Contas da União)

19.fev.26 Dino proíbe a aplicação ou edição de novas leis que permitam pagamentos acima do teto

23.fev.26 Ministro Gilmar Mendes determina que verbas indenizatórias só podem ser pagas a integrantes do Judiciário e do Ministério Público se previstas em lei

24.fev.26 Presidentes de STF, Senado, Câmara e TCU decidem que será formulada proposta de regra de transição para os penduricalhos

MEMÓRIA

Felix Fischer, ministro aposentado que foi relator da Operação Lava Jato no STJ, morre aos 78 anos

SÃO PAULO O ministro aposentado e presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Felix Fischer morreu nesta quarta (25), aos 78 anos, em Brasília. Fischer estava internado no Hospital Sírio-Libanês para acompanhamento médico, segundo o tribunal, que não divulgou a causa da morte. Ele deixa a esposa, Sônia, e os filhos Octávio, João, Denise e Fernando.

Em agosto de 2022, quando se aposentou, o magistrado foi celebrado pela carreira prolífica e pela citação constante na jurisprudência e em livros de direito penal.

Fischer foi relator da Operação Lava Jato no STJ e votou por manter a condenação de Lula (PT) no processo que levou o petista à prisão sob a acusação de corrupção em 2018.

O ministro do STJ Felix Fischer em sessão da corte em 2018 Gustavo Lima - 6.mar.18/Divulgação STJ

Naturalizado brasileiro, Fisher nasceu na Alemanha, em Hamburgo, em 30 de agosto de 1947. O direito foi a segunda graduação, concluída em 1972 pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Na mesma instituição, formou-se em ciências econômicas.

Em 1974, iniciou a carreira como promotor substituto do Ministério Público do Paraná.

Ele presidiu o STJ, aonde chegou em 1990, de 2012 a 2014. Segundo o tribunal, ao longo de mais de 20 anos de carreira, Fischer alcançou a marca de mais de 100 mil processos julgados.

O velório será realizado no STJ nesta quinta (26) a partir das 9h30. O sepultamento será às 14h30, no cemitério Campo da Esperança, em Brasília.

O EINSTEIN cuida.
O mundo reconhece.

16º

Melhor hospital do mundo.

Primeiro da América Latina
e de todo o Hemisfério Sul.

einstein.br/newsweek

O que faz o Einstein estar entre os melhores do mundo.

Propósito filantrópico

Organização sem fins lucrativos, fundada em 1955 pela Comunidade Judaica. Tem atuação no Sistema Único de Saúde, na educação e na formação de profissionais com concessão de bolsas de estudo, em projetos de impacto social e de voluntariado nas comunidades do entorno de suas operações e em missões humanitárias.

Atuação integrada

Sistema de saúde que conecta atividades de assistência, ensino, pesquisa e inovação, sustentadas pelo compromisso com a responsabilidade social, ampliando as oportunidades de cuidado aos pacientes e contribuindo para a transformação da saúde no Brasil.

Impacto no SUS

Administração de 35 unidades públicas, incluindo nove hospitais, buscando a ampliação do acesso e a qualidade dos serviços. Por meio delas, foram realizados aproximadamente 6 milhões de atendimentos no último ano. Desde 2009, conduz projetos no âmbito do Proadi-SUS que já impactaram mais de 9 milhões de pessoas, muitas delas em situação de vulnerabilidade, e capacitaram mais de 700 mil profissionais.

Capital humano

Com cerca de 33 mil colaboradores, é considerada uma das melhores organizações para se trabalhar no Brasil[1], o que reflete a valorização do desenvolvimento por meio de relevante investimento em educação continuada e bem-estar, além de oferecer condições para que atuem com segurança, qualidade e senso de propósito.

Líder em qualidade e segurança

Hospital brasileiro com o maior número de certificações e acreditações, 25 ao todo. Pioneiro fora dos Estados Unidos com a acreditação focada em qualidade Joint Commission e o primeiro na América Latina a receber a designação Magnet®, relativa a práticas de enfermagem, ambas referências globais de excelência em saúde.

Reconhecimento médico

Escolhido o melhor hospital do país[2] em pesquisa realizada com médicos de todo o Brasil, com base em critérios como corpo clínico, qualidade assistencial, humanização, estrutura, tecnologia e especialidades médicas.

Excelência profissional

Corpo clínico e assistencial referência no Brasil e no mundo, apoiado por tecnologia de ponta e inteligência ampliada. É destaque na América Latina[3] pelo desempenho em cuidados médicos de alta complexidade em especialidades como cardiologia, endocrinologia, gastroenterologia, neurologia, oncologia e ortopedia. Atrai profissionais de diversos países para capacitações em robótica e outros procedimentos inovadores.

Referência na educação em saúde

Ensino reconhecido por notas máximas no Enamed e Enade em medicina e enfermagem, com programas que acompanham os profissionais ao longo de toda a jornada acadêmica, do Ensino Médio Integrado ao Técnico até o Doutorado. Em 2025, passaram por suas 13 unidades de ensino 13 mil alunos em cursos regulados, como graduação, pós-graduação e residência médica.

Impacto em pesquisa

Mais de 1,6 mil trabalhos científicos publicados em 2025 geram evidências que influenciam protocolos de tratamento e políticas públicas e ampliam o impacto da ciência na promoção de vidas mais saudáveis. Com infraestrutura e processos inovadores, atua fortemente em terapias avançadas e áreas como genética molecular, doenças infecciosas, terapia celular e oncologia.

Inovação para o agora

Reconhecida entre as organizações mais inovadoras do Brasil[4], transforma conhecimento em novos processos, produtos e serviços, e emprega tecnologia para equidade. Já impulsionou mais de 160 *startups* nos segmentos de biotecnologia, dispositivos médicos e saúde digital. Conta com 130 algoritmos em desenvolvimento e operação, em áreas como gestão do centro cirúrgico, medicina diagnóstica, qualidade e segurança. O volume é similar ao dos principais centros de saúde mundiais.

Sustentabilidade do sistema

Protagonismo no debate sobre clima e saúde, com compromissos concretos em práticas sustentáveis, resiliência do sistema e ampliação da equidade. Cerca de 75% da energia consumida em suas operações são provenientes de fontes renováveis. Única organização de saúde do Brasil a alcançar a nota A- no Carbon Disclosure Project[5], um dos principais indutores globais da agenda de descarbonização.

Alianças globais

Conectado aos principais centros médicos internacionais, como Mayo Clinic, MD Anderson Cancer Center, Sheba Medical Center e City of Hope, para promover a troca de conhecimento e impulsionar a evolução da medicina e do cuidado em saúde no Brasil e no mundo.

[1]Ranking Great Place to Work, 13º lugar em 2025 (entre todos os setores)
[2]Pesquisa Datafolha: "Os melhores hospitais do Brasil", 2025
[3]Ranking Newsweek World's Best Specialized Hospitals, 2026
[4]Prêmio Valor Inovação: 1º lugar em 2024 e 2º lugar em 2025 (entre todos os setores)
[5]Carbon Disclosure Project: 2025

EINSTEIN
Hospital Israelita

Responsável Técnico: Dr. Eliezer Silva - CRM: 85148-SP

O ministro do STF Alexandre de Moraes, durante sessão da Primeira Turma do tribunal, na terça Pedro Ladeira - 24.fev.26/Folhapress

Moraes ordena uso de tornozeleira em 6º alvo de apuração sobre vazamento

Medida é cumprida pela Polícia Federal no Rio de Janeiro; ministro já fez as mesmas determinações contra um vigilante da Receita Federal, um auditor e três técnicos

José Marques

BRASÍLIA A Polícia Federal cumpriu nesta quarta-feira (25) mandado de busca e apreensão e instalação de tornozeleira eletrônica contra mais um suspeito de participar do vazamento de dados de integrantes do STF (Supremo Tribunal Federal) e de seus parentes.

A determinação foi feita pelo ministro Alexandre de Moraes —a investigação sobre os vazamentos foi incluída no inquérito das fake news, aberto em 2019 e do qual o ministro é relator.

O mandado desta quarta-feira foi cumprido em relação a uma pessoa do Rio de Janeiro. Com ela, a apuração soma ao menos seis alvos até o momento.

Na última quinta-feira (19), Moraes havia determinado que a PF tomasse as mesmas medidas contra um vigilante que trabalhava na Receita Federal no estado. Essa determinação, de acordo com pessoas com conhecimento da investigação, foi tomada na apuração relacionada a essas suspeitas de vazamentos. Seu nome não foi divulgado e nem quais os atos dele que estão sob investigação.

Antes disso, no último dia 17, a PF deflagrou uma operação contra quatro pessoas que teriam acessado dados de ministros.

Uma delas era o servidor do Serpro (empresa estatal de processamento de dados), cedido ao Fisco, Luiz Antônio Martins Nunes. Havia indícios de que ele teria acessado irregularmente os sistemas do Fisco e repassado a terceiros dados sigilosos de autoridades e de familiares.

Os demais alvos foram os técnicos Luciano Pery Santos Nascimento, Ruth Machado dos Santos e o auditor Ricardo Mansano de Moraes.

Nota do STF na ocasião afirmou que houve "bloco de acessos cuja análise, pelas áreas responsáveis, não identificou justificativa funcional".

Na semana da deflagração das medidas contra os quatro alvos iniciais, a reportagem tentou contato com todos eles, mas não conseguiu localizar ou obter retorno de Nunes e de Nascimento.

Ruth Machado dos Santos, que é agente administrativa, é suspeita de acessar dados fiscais de Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro do STF. Ela afirmou em depoimento à Polícia Federal que estava em um atendimento presencial no momento em que as informações foram acessadas.

Já Mansano é suspeito de acessar os dados de uma ex-enteada do ministro Gilmar Mendes, filha da advogada Guiomar Feitosa. Ele estava em um cargo na chefia de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório, em Presidente Prudente (SP), e foi retirado do posto.

Segundo pessoas que acompanham as apurações, ele acessou dados de ao menos dois anos da ex-enteada de Gilmar, de 2008 e de 2024. Sua defesa afirmou que ele é um "profissional de reputação ilibada que, ao longo de anos de atuação junto à Receita Federal do Brasil, jamais respondeu a qualquer falta funcional". Disse ainda que os fatos "serão devidamente esclarecidos e a verdade prevalecerá" e que não obteve acesso integral às acusações e aos elementos de investigação.

O rastreamento de possíveis quebras de sigilo ocorre no contexto da crise institucional entre os Poderes e órgãos públicos provocada pela quebra e liquidação do Banco Master.

R$ 3,6 milhões

seria o valor de pagamentos mensais por 36 meses ao escritório de advocacia da mulher de Alexandre de Moraes, em contrato com o Banco Master revelado pelo jornal O Globo

Marçal é proibido de frequentar bar, boate e casa de prostituição em acordo com a Justiça Eleitoral

Carolina Faria

SÃO PAULO O influenciador Pablo Marçal aceitou um acordo oferecido pelo Ministério Público Eleitoral para suspensão de uma ação penal eleitoral contra ele relacionada a episódio das eleições de 2024, quando o então candidato a prefeito de São Paulo pelo PRTB divulgou um laudo médico falso sobre o rival Guilherme Boulos, que disputava pelo PSOL.

A suspensão foi homologada pela Justiça Eleitoral e tem como condição o cumprimento, por dois anos, de uma série de medidas, entre elas "a proibição de frequentar bares, boates e casa de prostituição". Se, nesse prazo, ele cumprir todas as condições, o processo pode ser extinto.

A decisão é da juíza Maria Elizabeth de Oliveira Bortoloto, da 386ª zona eleitoral de Barueri, que afirma que a proposta "é adequada à gravidade dos fatos narrados e conta com a anuência de ambas as partes".

Pelo acordo, ele também não poderá sair de Barueri, onde declarou residência, sem autorização judicial e, a partir de 13 de março, terá de comparecer trimestralmente em juízo para informar e justificar suas atividades.

Também fica estabelecido o pagamento mínimo de R$ 5.000 à entidade Comunidade Terapêutica Acolhedora Filhos da Luz, que trata dependentes químicos.

A magistrada advertiu ainda que o descumprimento das condições ou o surgimento de novo processo por crime ou contravenção pode levar à revogação do benefício. Nesse caso, a ação penal volta a tramitar normalmente.

Procurada pela **Folha**, a defesa de Marçal não se pronunciou até a conclusão desta edição.

Em redes sociais, Boulos disse que a Justiça começa a ser feita. "Não vai poder ir a bares. Não vai poder sair da cidade sem autorização. Vai ter que ir ao fórum para assinar. A Justiça começou a ser feita por toda a sujeira que Marçal fez nas eleições de SP. É só o começo. As outras ações judiciais seguem em frente. Aqui se faz, aqui se paga!", afirmou. "Acho que vou tomar uma cerveja hoje. Afinal, eu posso ir a bares", disse ainda, em tom de piada, em publicação temporária no Instagram.

Pela lei, quando a pena mínima de crime for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público pode propor a suspensão do processo, caso um conjunto de requisitos esteja presente, pelo período de dois a quatro anos. Aceito o acordo pelo acusado, cabe ao juiz homologar, especificando as condições que deverão ser observadas durante o período de suspensão.

Marçal e o também acusado Tassio Renam Souza Botelho aceitaram as condições, concordância que, afirma a juíza, não representa reconhecimento de culpa nem confissão. Outro investigado, Luiz Teixeira da Silva Junior recusou o acordo oferecido pelo Ministério Público. Com isso, o processo seguirá em relação a ele.

Influenciador está inelegível por oito anos

Além desta sentença na esfera cível, Marçal foi condenado em mais de um processo na Justiça Eleitoral por sua conduta na eleição de 2024, tendo como punição a inelegibilidade por oito anos, a contar da data do pleito daquele ano.

Em ação sobre concurso de cortes de vídeos, o TRE-SP (Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo) manteve, por um placar de 4 a 3, a condenação imposta pela primeira instância sob o entendimento de que houve uso indevido dos meios de comunicação. Ainda tramita um recurso no TRE-SP e cabe análise do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) sobre o caso.

REVISTA BRITÂNICA

The Economist diz que STF está envolvido em 'enorme escândalo'

SÃO PAULO A revista britânica The Economist afirmou que o STF (Supremo Tribunal Federal) está envolvido em um "enorme escândalo", em texto que relata as suspeitas e questionamentos que têm se acumulado nos últimos meses envolvendo ministros da corte e o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master.

O texto diz que alguns dos juízes "mais poderosos do mundo mantêm uma relação excessivamente próxima com a elite empresarial e política".

Ganham destaque os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. A revista afirma, por exemplo, que investigações sobre o banqueiro levantaram dúvidas sobre a conduta de integrantes do Supremo.

A revista cita a iniciativa do presidente do STF, Edson Fachin, de criar um código de ética para os ministros da corte.

NO AR

CASAFOLHA
CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA

MERGULHE NO DIA A DIA DA REDAÇÃO DA FOLHA DE S.PAULO E APRENDA AS PRINCIPAIS TÉCNICAS DO JORNALISMO PROFISSIONAL

EXCLUSIVO CASAFOLHA

SÉRGIO DÁVILA

COMANDA O CURSO:

JORNALISMO POR DENTRO: BASTIDORES, PRINCÍPIOS E TÉCNICAS

Conheça as 11 aulas deste curso:

AULA 1 - Paixão de infância
AULA 2 - O jornalismo profissional
AULA 3 - Por dentro do jornal
AULA 4 - O que faz a Folha ser a Folha
AULA 5 - Como um fato vira notícia
AULA 6 - Apuração
AULA 7 - Linguagem jornalística
AULA 8 - Ética
AULA 9 - Cobertura do 11 de Setembro
AULA 10 - Cobertura de guerra
AULA 11 - O futuro do jornalismo

Assine agora

e aproveite a oferta exclusiva.

DE R$ 59,90*/mês POR APENAS 12x de R$ 19,90/MÊS.

*PROMOÇÃO VÁLIDA PARA O PLANO ANUAL.

Já é assinante Folha?
Acesse: casafolhasp.com.br/upgrade
e faça o upgrade de sua assinatura.

FOLHA DE S.PAULO
★★★

política

PF mira ex-senador Fernando Bezerra por suspeita de desvio de emendas

Filhos do político também são alvo de operação para cumprir 42 mandados de busca e apreensão em diversos estados; advogado afirma não ter tido acesso aos autos

BRASÍLIA A Polícia Federal cumpriu 42 mandados de busca e apreensão nesta quarta-feira (25) em uma apuração sobre suspeitas de desvios de emendas parlamentares indicadas pelo ex-senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e por um dos seus filhos, o deputado federal Fernando Coelho Filho (União Brasil-PE).

Outro filho do ex-senador, o ex-prefeito de Petrolina Miguel Coelho (União Brasil), também foi alvo da operação, chamada Vassalos e autorizada pelo ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Entre os locais que foram alvo de busca e apreensão, estão a Prefeitura de Petrolina (PE) e a unidade local da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). Os alvos também tiveram os seus sigilos telefônicos quebrados.

O advogado do ex-senador e dos filhos, André Callegari, disse em nota que não obteve acesso integral aos autos, mas em uma análise preliminar da decisão de Dino "esclarece que todos os recursos provenientes de emendas parlamentares foram corretamente destinados, tendo sido observada a lisura do procedimento".

Segundo Callegari, a defesa confia em que os órgãos beneficiados "observaram rigorosamente as melhores práticas de governança e execução dos recursos recebidos". O advogado afirma que alguns dos objetos investigados já foram alvo de apuração no STF, seguida de arquivamento.

"A defesa destaca, ainda, que segundo consta na decisão do ministro Flávio Dino, a PGR manifestou-se contra as medidas postuladas pela Polícia Federal. Todos os fatos serão devidamente esclarecidos e, ao final, ficará demonstrado que não há qualquer conduta ilícita praticada pelos investigados", disse.

O ex-senador Fernando Bezerra Coelho no Senado, em 2022 Gabriela Biló - 29.jun.22/Folhapress

> **Todos os fatos serão devidamente esclarecidos e, ao final, ficará demonstrado que não há qualquer conduta ilícita**
>
> **André Callegari**
> advogado de Fernando Bezerra e seus filhos

Fernando Bezerra Coelho foi ministro da Integração Nacional de Dilma Rousseff (PT) e líder do governo de Jair Bolsonaro (PL) no Senado. Já Fernando Coelho Filho foi ministro de Minas e Energia na gestão Michel Temer (MDB).

A investigação mira suspeitas de crimes e fraudes em licitações e contratos, além de peculato, corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

A PF aponta que houve "enriquecimento ilícito cumulado ao desvio de valores públicos" de Bezerra e seu filho por meio do envio de emendas a Petrolina e à unidade da Codevasf em contratos celebrados com a empresa Liga Engenharia. O foco são emendas destinadas a Petrolina, nicho eleitoral dos Coelho.

A reportagem não localizou a defesa da Liga Engenharia.

Os mandados foram cumpridos em Pernambuco, Bahia, São Paulo, Goiás e no Distrito Federal. Não houve buscas no Congresso.

A investigação aponta a existência de uma organização composta de agentes públicos e privados suspeita de desviar recursos públicos oriundos de emendas parlamentares, por meio do direcionamento de licitações, com utilização dos valores desviados no pagamento de vantagens indevidas e ocultação de patrimônio.

A PF diz que a Liga Engenharia é a principal beneficiada com contratos de pavimentação desde 2017 —primeiro ano da gestão de Miguel Coelho na cidade— e que, de lá para cá, ela foi favorecida com ao menos R$ 100 milhões em empenhos. O órgão diz que, desses, pelo menos R$ 22 milhões seriam oriundos de repasses da Codevasf ao município.

Segundo a PF, a Liga Engenharia "não prestou serviço para nenhum outro município pernambucano, afora Petrolina, além do que não havia prestado qualquer serviço para esse mesmo município nas gestões anteriores". "A empresa já foi beneficiada, ainda, com mais de R$ 48 milhões em pagamentos, entre novembro de 2019 e março de 2021, oriundos do Ministério do Desenvolvimento Regional e suas estatais."

A polícia ainda diz que um dos sócios da Liga tinha relações com a família Coelho.

Na representação levada a Flávio Dino, a Polícia Federal citou dados de reportagem publicada pela **Folha** em 2021 mostrando que Fernando Bezerra havia destinado ao menos R$ 330 milhões para a Codevasf em emendas, entre outros repasses negociados diretamente com o governo federal, no período em que Miguel Coelho era prefeito e se lançava como candidato ao governo estadual.

Os irmãos Fernando e Miguel Coelho disseram em nota que é "impossível não destacar o viés político desse tipo de operação" e que o alvo principal é "o crescimento da cidade de Petrolina".

"Seguimos com tranquilidade e confiantes na Justiça brasileira. Nossa luta política não será abalada por perseguições de onde quer que elas venham."

José Marques
Colaborou Josué Seixas, do Recife

Ex-secretário e ex-chefe da Dersa são absolvidos em ação sobre fraudes de R$ 480 milhões no Rodoanel

João Pedro Abdo

SÃO PAULO O TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região) absolveu quatro réus acusados de envolvimento em irregularidades nos contratos firmados entre construtoras e o Governo de São Paulo para a construção do trecho norte do Rodoanel.

A 5ª Turma do tribunal reconheceu unanimemente a prescrição do crime de associação criminosa e, por maioria, decidiu pela absolvição por falta de provas da prática de violação ao processo licitatório. O relator, André Nekatschalow, votou para manter a condenação, mas foi vencido pelos colegas Paulo Fontes e Ali Mazloum.

O julgamento ocorreu em novembro passado, e, em 18 de dezembro, o caso transitou em julgado (esgotaram-se as hipóteses de recurso).

> **5 a 5,5 anos**
> foram as penas a que tinham sido condenados em primeira instância os réus agora absolvidos pelo TRF-3, em regime inicial semiaberto

Benedito Aparecido Trida, Carlos Henrique Barbosa Lemos, Pedro da Silva e Laurence Casagrande Lourenço tinham sido denunciados em 2018, após a Operação Pedra no Caminho, deflagrada pela Polícia Federal como um desdobramento da Lava Jato em São Paulo.

As investigações apuraram suposto superfaturamento de R$ 480 milhões "por meio da manipulação proposital de quantitativos nos contratos" que teriam favorecido as empreiteiras OAS, Mendes Júnior e Isolux.

Os réus agora absolvidos ocupavam cargos nas empreiteiras e na gestão do então governador e atual vice-presidente da República Geraldo Alckmin (PSB). Lourenço foi secretário interino de Logística e Transporte do estado. Ele também presidiu a Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.), empresa de economia mista responsável pela construção e manutenção de rodovias e outros serviços rodoviários. Além dele, Benedito Trida e Pedro da Silva também eram funcionários da Dersa.

Carlos Lemos era executivo da OAS e afirmou ter pago propina em 2006 para a campanha do então candidato do PSDB ao governo, José Serra. Os valores pagos foram supostamente contrapartidas pelos contratos do Rodoanel.

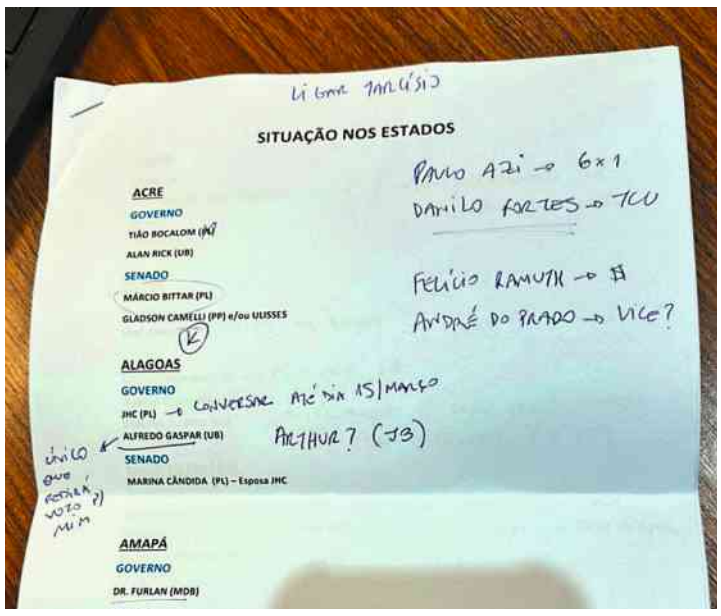
RIO DE JANEIRO

Ministério Público retoma investigação de 'rachadinha' contra Carlos Bolsonaro

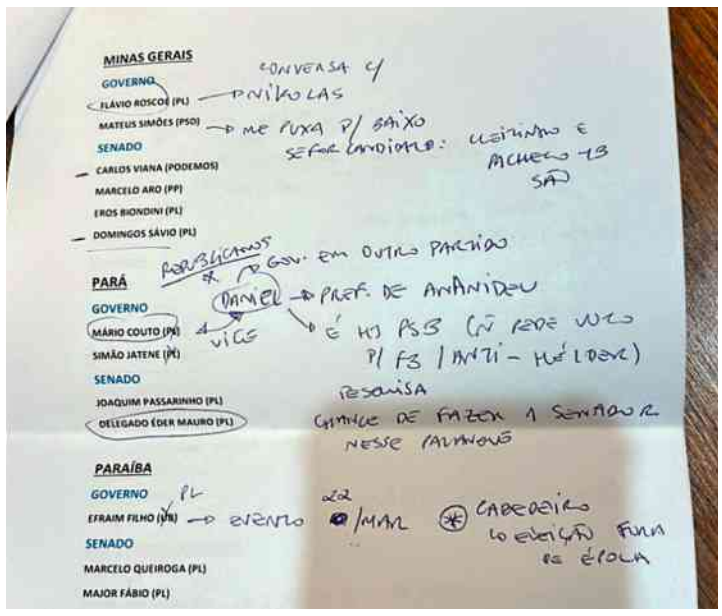
RIO DE JANEIRO A Procuradoria-Geral de Justiça do Rio de Janeiro retomou a investigação sobre o ex-vereador Carlos Bolsonaro (PL) sobre suspeitas de "rachadinha" em seu antigo gabinete na Câmara Municipal.

O órgão rejeitou o arquivamento do caso, que foi enviado para outra Promotoria para avaliação sobre a necessidade de novas diligências a fim de esclarecer o suposto envolvimento de Carlos no recolhimento de salários de funcionários —em 2024, o promotor Alexandre Graça havia oferecido denúncia contra ex-funcionários de Carlos, sem incluí-lo.

Procurada, a defesa de Carlos não se manifestou.



Trecho de documento com anotações sobre eleição em São Paulo



Comentários sobre candidaturas em MG Fotos Carolina Linhares/Folhapress

Anotações de Flávio sugerem troca de vice de Tarcísio e receio com Minas

Lista com rascunhos do pré-candidato ao Planalto, usada durante reunião da cúpula do PL, indica nomes que sigla apoiará nas eleições para governos estaduais e Senado

Carolina Linhares

BRASÍLIA Anotações feitas pelo pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) durante uma reunião da cúpula do PL, nesta terça-feira (24), revelam planos do partido do ex-presidente Jair Bolsonaro nas eleições deste ano e expõem opiniões sobre os candidatos que não são levadas ao conhecimento do público.

A **Folha** obteve acesso ao texto intitulado "situação nos estados", que contém uma lista impressa de possíveis concorrentes junto a diversas anotações à mão. Nesta quarta (25), Flávio admitiu ser o autor das anotações, que estão em primeira pessoa, mas disse que muitas opiniões registradas ali não são dele, e sim de outros participantes do encontro.

Na sala onde esse mapa foi debatido, na terça, estavam os políticos que compõem a cúpula do PL, além do próprio Flávio. O senador havia participado de reuniões com seu coordenador de campanha, o senador Rogério Marinho (PL-RN), e o presidente do partido, Valdemar Costa Neto.

"As anotações que tinham naquele pedaço de papel não são o que eu penso. As pessoas com quem eu conversei falavam sobre suas impressões, suas opiniões, e eu anotava naquele papel para, num segundo momento, aproveitar ou não o que as pessoas estavam falando", disse Flávio.

Na primeira página, está escrito "ligar Tarcísio", em referência ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Em relação a São Paulo, as anotações tratam de possíveis candidatos para a vaga de vice. O nome do atual ocupante do cargo, Felício Ramuth (PSD), nome preferido de Tarcísio, aparece ligado por uma seta a um "$". Ramuth é alvo de uma investigação sobre lavagem de dinheiro. Ele nega ter cometido qualquer irregularidade.

Logo abaixo, há uma pergunta: "André do Prado vice?", em referência ao presidente da Assembleia Legislativa, que é do PL e tenta desbancar Ramuth para a vaga.

O deputado Guilherme Derrite (PP) é um dos candidatos ao Senado na chapa bolsonarista, mas o segundo nome da disputa, a ser indicado pelo PL, está em aberto. O rascunho traz escritos à mão cinco possíveis candidatos, nesta ordem: Renato Bolsonaro, irmão do ex-presidente, Mario Frias, Eduardo Bolsonaro, Ricardo Mello Araújo e Marco Feliciano.

A reunião foi marcada por Flávio e seus principais aliados para traçar um panorama do partido a meses da eleição nacional. O registro oficial de candidatos ocorrerá apenas em agosto.

O papel indica descrença da cúpula do PL, em Minas Gerais, a respeito do vice-governador Mateus Simões (PSD), que vai disputar o governo. O vice leva a observação "me puxa para baixo".

"Se for candidato", segue a anotação sobre Simões, "Cleitinho e Pacheco também são", diz o papel, em referência ao senador Rodrigo Pacheco (PSD), que pode ser o candidato de Lula (PT) ao Governo de Minas, e ao senador Cleitinho (Republicanos).

O PL também cogita lançar Flávio Roscoe, presidente da Fiemg (Federação das Indústrias de Minas Gerais), ao governo. O partido de Flávio não tem um candidato em Minas —o deputado Nikolas Ferreira era cotado, mas não quer concorrer ao Executivo. Ao lado de Roscoe está escrito "conversa com Nikolas".

O senador Carlos Viana (Podemos), o secretário estadual Marcelo Aro (PP) e os deputados federais Eros Biondini (PL) e Domingos Sávio (PL) estão listados como candidatos ao Senado.

O documento mostra um impasse do PL no Distrito Federal. Em tese, a chapa do partido seria formada pela vice-governadora Celina Leão (PP) como candidata ao governo, ao lado das candidatas ao Senado Michelle Bolsonaro (PL) e Bia Kicis (PL).

Uma anotação a caneta, porém, observa que "se Ibaneis [Rocha, do MDB] for candidato ao Senado, não dá para oficializar com Celina". O rascunho indica que não haveria espaço para duas candidatas do PL na chapa.

O governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (PP), deve ser o apoiado pelo PL no estado, com o ex-governador Reinaldo Azambuja (PL) e o ex-deputado estadual Capitão Contar (PL) como possíveis candidatos ao Senado. "Recall/melhor nas pesquisas", diz observação sobre Contar.

No estado, o deputado federal bolsonarista Marcos Pollon diz que pretende concorrer ao governo ou, caso Bolsonaro prefira assim, ao Senado. O rascunho registra: "Pollon (pediu 15 mi para não ser candidato)".

Procurado pela reportagem, Pollon diz que a anotação "não faz o menor sentido" e que não tem tido contato com Valdemar para fazer tal pedido.

"Eles sabem que eu não trabalho desse jeito. Quem trabalha com militância não precisa de dinheiro. Isso é uma campanha de assassinato de reputação porque sabem que não estou à venda e não me dobro a acordos", disse.

Também há uma anotação em referência à mulher do deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS), Gianni Nogueira, que é cotada para disputar o Senado. "Mulher Rodolpho (pediu 5 mi)", diz. O deputado afirma à reportagem que não houve esse pedido por parte da esposa e que ela tem o apoio de Bolsonaro.

Nesta quarta, Flávio afirmou que, embora tenha as anotações sobre pedido de dinheiro, esses fatos não ocorreram.

"Já está sendo distorcido pela imprensa, como se ele tivesse pedido alguma coisa para deixar de ser candidato. Estava escrito ali: Pollon pediu R$ 15 milhões para não ser candidato. Aquilo nunca aconteceu. [...] Dá a entender que ele teria pedido, mas na verdade eu anotei para avisá-lo de que estavam falsamente divulgando isso", disse.

Anotações sobre outros estados

BAHIA
A prioridade do PL é uma aliança com ACM Neto (União Brasil), que vai disputar o governo. "Conversar primeiro, depois tratamos de palanque completo", diz a anotação

PARANÁ
O deputado federal Giacobo (PL-PR) "não pode ser candidato (Valdemar)", diz o rascunho. No estado, o plano é apoiar o deputado Filipe Barros (PL) para o Senado. Apoiar um segundo nome, diz o documento, "não dá, atrapalharia Filipe". A sigla conta com a eleição de Deltan Dallagnol (Novo) ao Senado

RIO GRANDE DO SUL
Aparece com um "ok". O candidato ao governo será o deputado federal Zucco (PL) e os candidatos ao Senado serão os deputados Sanderson (PL) e Marcel Van Hattem (Novo). O ex-ministro Onyx Lorenzoni (PP) faria parte da negociação para vice-governador. "Oferecer vice para o PP (Covatti [deputado federal] aceita)", diz

SANTA CATARINA
O senador Esperidião Amin (PP) foi preterido na chapa para o Senado, que terá Carlos Bolsonaro (PL) e a deputada Caroline de Toni (PL). No rascunho, o nome de Amin aparece riscado

Senador faz aceno a Nikolas, chora e pede a congressistas do PL fim da reeleição

BRASÍLIA Em uma reunião com deputados, senadores e dirigentes do seu partido, na tarde desta quarta (25), o pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) fez acenos após brigas no clã, pediu por união da direita e chorou ao falar da prisão do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O senador anunciou que protocolou uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para acabar com a reeleição no país —uma das propostas que ele tem defendido na pré-campanha. O texto tem o apoio de 14 parlamentares até agora, e são necessários 171 deputados ou 27 senadores para que a proposta seja protocolada.

"Protocolei uma PEC para confirmar aquilo que já havia dito, de que o presidente da República deve ser por apenas um mandato. Então faço um gesto público [...] para mostrar que isso não é um projeto pessoal, é um projeto de país. É a consciência de que o Brasil não aguenta mais quatro anos de PT", disse após a reunião.

A imprensa não teve autorização para acompanhar o encontro, mas congressistas relataram que a intenção de Flávio foi aparar arestas e engajar sua base para a campanha, ressaltando que está feliz com o resultado das pesquisas.

Emocionado, Flávio falou sobre a visita que fez nesta quarta a seu pai e relatou a situação debilitada do ex-presidente. Disse ainda que Bolsonaro estará com ele no dia da sua posse, em janeiro de 2027 —caso seja eleito presidente.

O senador se sentou entre o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), com quem o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL) teve uma desavença pública nos últimos dias.

Carolina Linhares e Augusto Tenório

EstúdioFOLHA

Prefeitura de SP realiza mais de 2,7 milhões de atendimentos odontológicos em 2025

Aponte a câmera de seu celular ou tablet e saiba mais

Se me chamares de ladrão

Decisão do STF sobre a honra de servidores exala filosofia da autoridade

Conrado Hübner Mendes
Professor da USP, é doutor em direito e ciência política, e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade - SBPC

Funcionários públicos gozam de honra qualificada no exercício de sua função. Assim decidiu o STF, às vésperas do Carnaval, em ação que questionava constitucionalidade do aumento de pena por crimes contra a honra de funcionários públicos (artigo 141 do Código Penal). Iniciada em 2015, a ação teve desfecho desafortunado para a liberdade, mas não surpreendente para a tradição jurídica autoritária.

O Código Penal vigente é de 1940. A raiz ideológica da proteção reforçada da honra de autoridade pública remonta, porém, à ideia de "lesa-majestade". Prevista nas Ordenações Filipinas, ganhou outro verniz nos códigos penais de 1830, 1890 e 1932.

A decisão do STF não criou algo juridicamente novo, apenas reconheceu a compatibilidade do dispositivo com a Constituição de 1988. E está em sintonia com outra decisão do STF que reiterou, em 2020, a constitucionalidade do crime de desacato, que há muito funciona como licença para o abuso policial.

Gilmar Mendes justificou assim: "O agente público, em razão de seus rigorosos deveres, está submetido a regime de responsabilidade bastante gravoso, superior ao do particular. Não se está diante de privilégio a colocação do agente público sob especial proteção legal. A repressão de ataques ao funcionalismo está no âmbito da abrangência da autoritas do espectro democrático". Flávio Dino teve mais poder de síntese: "Não admito que me chamem de ladrão. Para mim é ofensa grave". E "desmoraliza o Estado".

O julgamento assustou não só pela sonoridade de "autoritas do espectro democrático" na voz tonitruante de Gilmar. O recado intimidatório e censório nas entrelinhas ecoa no momento em que o STF enfrenta sua maior torrente de críticas legítimas de amigos da corte.

Continuamos distantes de uma concepção de autoridade pública em que o status de autoridade não é razão para ampliar limites à liberdade de expressão, mas justamente o contrário

Perdeu-se outra chance de arejar constitucionalmente a relação entre autoridade e liberdade no Estado brasileiro. Continuamos distantes de uma concepção de autoridade pública em que o status de autoridade não é razão para ampliar limites à liberdade de expressão, mas justamente o contrário: por ser autoridade, o servidor deveria estar sujeito a excessos críticos que um cidadão comum não precisaria suportar.

A equação liberal é a inversa, portanto. Assim decidiu a Suprema Corte dos Estados Unidos, em 1964, no caso New York Times versus Sullivan. Entendeu que autoridade precisa cultivar pele mais grossa, não mais delicada.

A decisão também nos faz perceber melhor outras coisas. A filosofia da autoridade adotada pelo STF tem coloração iliberal e antidemocrática. Ajuda a explicar por que ministros recusam código de conduta, por que ignoram rituais de imparcialidade, por que induzem confusão sobre os conceitos de suspeição e conflito de interesses ou por que se ofendem com pedidos de transparência de agenda e de rendas extras.

Estivessem preocupados com a honra institucional e com a respeitabilidade de sua função, estariam pensando em autoaperfeiçoamento, não em aumento de pena.

Preferem cantar: "Se acaso me chamares de ladrão, sou desses ministros que se ofendem por uma coisa à toa, uma noitada em Lisboa". E seguem na letra de Chico Buarque: "E te farei as vontades, direi meias verdades, sempre à meia luz; e te farei, vaidoso, supor que és o maior e que me possuis".

DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros
SEG. Mafalda Anjos / Lara Mesquita **TER.** Joel Pinheiro da Fonseca
QUA. Elio Gaspari **QUI.** Conrado H. Mendes
SEX. Marcos Augusto Gonçalves **SÁB.** Demétrio Magnoli

O diretor de Redação da Folha de S.Paulo, Sérgio Dávila, que estreia curso na CasaFolha Bruno Santos/Folhapress

CasaFolha estreia curso de jornalismo com Sérgio Dávila, diretor de Redação da Folha

Entre outros temas, jornalista explica como um fato vira notícia e discute o impacto da inteligência artificial; aulas já estão disponíveis

Uirá Machado

SÃO PAULO O jornalista Sérgio Dávila, diretor de Redação da **Folha**, estreia nesta quinta-feira (26) na CasaFolha, a plataforma de streaming do jornal. Ele comanda o curso exclusivo "Jornalismo por dentro: bastidores, princípios e técnicas", disponível no site casafolhasp.com.br.

Formado em jornalismo pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Knight Fellow da Universidade Stanford, Dávila trabalhou nas revistas Exame, Playboy e Veja São Paulo antes de ingressar na **Folha**.

"Esse curso se dirige a quem quer ser jornalista, quem tem curiosidade sobre o jornalismo profissional, quem tem curiosidade sobre a **Folha** e quem quer saber um pouco mais sobre o funcionamento de um jornal", diz Dávila.

Em suas aulas na CasaFolha, ele mostra como um fato vira notícia no jornal e como funciona o processo de apuração das reportagens; fala sobre as características da linguagem jornalística e os princípios éticos que regem a profissão; e explica o que significa um veículo de comunicação ser pluralista, crítico e apartidário, como a **Folha**.

Outros temas discutidos pelo diretor de Redação são o problema das fake news e o futuro do jornalismo na era da inteligência artificial. "E vou dar um spoiler: eu sou otimista", afirma.

Para assistir às aulas de Sérgio Dávila, é preciso ser assinante da CasaFolha. É possível se vincular à plataforma pelo endereço casafolhasp.com.br/assine. A assinatura, com desconto promocional de 67%, sai por R$ 19,90 por mês no plano anual (R$ 59,90 sem a promoção) e inclui acesso ilimitado às notícias da **Folha** no site e no aplicativo para celular e tablet.

Quem já é assinante da **Folha** não precisa de nova assinatura. Basta fazer o upgrade por R$ 10 adicionais no plano do jornal em casafolhasp.com.br/upgrade.

Com a estreia de Dávila, a CasaFolha chega a 34 cursos exclusivos comandados por grandes personalidades em diferentes áreas, como o ex-ministro Pedro Malan, que explica como analisa a economia, o cineasta José Padilha, que aborda a arte de contar histórias, o escritor Ruy Castro, que ensina técnicas da escrita de não ficção, e a chef Helena Rizzo, que fala sobre alta gastronomia.

Além disso, novos conteúdos são incluídos todos os meses. Em janeiro, por exemplo, estreou o curso "Amor, sexo e traição depois dos 40", com a antropóloga Mirian Goldenberg.

Nas aulas de Dávila, ele compartilha seus aprendizados em mais de 30 anos de profissão. Só na **Folha**, sua trajetória inclui os cargos de repórter, editor da Ilustrada, correspondente nos Estados Unidos, editor-executivo e diretor de Redação, função que exerce desde março de 2019.

No período em que foi correspondente, cobriu a queda das Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, e a Guerra do Iraque, em 2003 —ele e o fotógrafo Juca Varella, também da **Folha**, foram os únicos jornalistas brasileiros que estavam em Bagdá quando começaram os bombardeios.

Seu curso integrará o núcleo de "Comunicação e criatividade", que conta com outros nomes consagrados: o premiado Lalo de Almeida, que apresenta técnicas para a fotografia de impacto; Bob Wolfenson, um dos maiores fotógrafos do país, que fala sobre retratos e fotografia de moda; e os campeões de oratória Giovanni Begossi e Micarla Lins, que ensinam truques para falar em público.

A CasaFolha é uma plataforma de streaming que reúne cursos exclusivos de grandes personalidades em diferentes áreas do conhecimento. Lançada em setembro de 2024 pela **Folha**, ela tem conteúdos apresentados em formato de "masterclasses" que podem ser acompanhados sob demanda.

Como assinar a CasaFolha

Para assinar a plataforma, basta entrar em casafolhasp.com.br/assine. A assinatura, com desconto promocional de 67%, sai por R$ 19,90 por mês no plano anual (R$ 59,90 sem a promoção) e inclui acesso ilimitado a todas as notícias da Folha no site e no app.

Quem já é assinante do jornal pode fazer o upgrade em condições especiais para ter à disposição todo o conteúdo da CasaFolha. Basta acessar casafolhasp.com.br/upgrade.

CPI quebra sigilo de empresa de Toffoli e convoca Guedes e Campos Neto

Comissão do Crime Organizado também aceita pedidos de convocação dos irmãos do ministro e convites para Moraes e sua mulher

Mônica Bergamo e Constança Rezende

BRASÍLIA A CPI do Crime Organizado aprovou nesta quarta (25) os pedidos de convocação dos irmãos do ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), e da quebra de sigilo da Maridt Participações S.A., empresa da qual o magistrado é sócio. Também foram autorizadas quebras de sigilos do Banco Master.

O requerimento, de autoria do senador Alessandro Vieira, (MDB-SE), requer ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) "que se proceda à transferência dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa Maridt Participações S.A.", além do envio do RIF (Relatório de Inteligência Financeira) da companhia à comissão.

A quebra de sigilo abarca o período de janeiro de 2022 a 8 de fevereiro de 2026.

O colegiado também concordou com a convocação de Paulo Guedes, ministro da Economia de Jair Bolsonaro (PL), e de Roberto Campos Neto, ex-presidente do Banco Central, além do dono do Master, Daniel Vorcaro, e de seu ex-sócio Augusto Lima.

O grupo aprovou convites para o comparecimento do ministro Alexandre de Moraes e de sua mulher, a advogada Viviane Barci de Moraes, e do próprio Toffoli para explicar as relações com o Banco Master.

O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega (governos Lula e Dilma), que trabalhou para o Master, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e o ministro Rui Costa, da Casa Civil, também foram convidados para falar na comissão. A presença de convidados é facultativa.

Já o pedido de convocação de Letícia Caetano dos Reis, administradora do escritório de advocacia do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), foi rejeitado pelo grupo.

Estão convocados ainda para depor outros integrantes do governo Bolsonaro, como os ex-ministros da Cidadania João Roma e Ronaldo Bento. Os senadores aprovaram ao todo 63 requerimentos com convocações, convites e pedidos de informações a diferentes órgãos

De acordo com Vieira, relator da comissão, as medidas "são fundamentais para ajudar o Brasil a entender e combater a infiltração do crime nas mais altas camadas do poder público".

O presidente da CPI, o senador Fabiano Contarato (PT-ES), disse que o colegiado iniciou uma nova e decisiva fase das investigações, classificada por ele como "um passo histórico".

"Com a aprovação desses requerimentos, estamos estruturando o caminho para investigações profundas sobre casos como o do Banco Master. Precisamos compreender os mecanismos, as conexões e as responsabilidades envolvidas", disse.

Mensagens no celular

Os pedidos sobre Toffoli e seus irmãos foram justificados após a Polícia Federal consultar o STF sobre uma possível suspeição do ministro nas investigações do Master, processo do qual relatava. O contato se baseou em mensagens encontradas no celular de Vorcaro que mencionavam o ministro.

Toffoli deixou a relatoria do processo contra o banco há duas semanas após intensa pressão.

O ministro do STF confirmou neste mês que fez parte do quadro societário da Maridt. Durante quatro anos (entre 2021 e 2025), como mostrou a **Folha**, a empresa dos irmãos José Carlos e José Eugênio Dias Toffoli dividiu o controle do Tayayá, no Paraná, com o fundo de investimentos Arleen, que compõe a rede de fundos fraudulentos do Master.

O Arleen entrou na sociedade em 2021, comprando cotas de empresas que pertenciam aos irmãos e a um primo de Toffoli. O Arleen é de propriedade de outro fundo, o Leal, que pertenceria a Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro.

Em nota na época, Toffoli afirmou que nunca soube quem era o gestor do Arleen e que jamais teve qualquer relação de amizade e muito menos amizade íntima com o investigado Daniel Vorcaro.

Já o motivo do convite a Moraes e de sua mulher foi a revelação de que o Banco Master contratou o escritório de advocacia de sua família por R$ 3,6 milhões mensais, para auxiliar na defesa dos interesses da instituição. As informações foram reveladas pelo jornal O Globo. De acordo com a publicação, a contratação do Barci de Moraes Sociedade de Advogados teria validade de 36 meses, a partir do início de 2024.

Continua na pág. A16

Os convocados e convidados para a CPI do Crime

Convocados
Presença obrigatória

Daniel Vorcaro, dono do Banco Master

Augusto Lima, ex-sócio do Banco Master

José Eugênio Dias Toffoli, irmão do ministro do STF Dias Toffoli

José Carlos Dias Toffoli, irmão do ministro do STF Dias Toffoli

Roberto Campos Neto, ex-presidente do Banco Central

Paulo Guedes, ex-ministro da Economia

João Roma, ex-ministro da Cidadania

Ronaldo Bento, ex-ministro da Cidadania

Convidados
Presença facultativa

Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central

Rui Costa, ministro da Casa Civil

Guido Mantega, ex-ministro da Fazenda

Dias Toffoli, ministro do STF

Alexandre de Moraes, ministro do STF

Viviane Barci de Moraes, advogada e esposa do ministro Alexandre de Moraes

*Senadores aprovaram ao todo 63 requerimentos com convocações, convites e pedidos de informações a diferentes órgãos

A CPI improvisada do rolo Master

Comissão dedicada mais a facções pode tirar outros crimes do armário, mas tem limite

Vinicius Torres Freire
Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Os senadores da CPI contra o Crime Organizado tentam improvisar uma CPI do Master, que vem sendo abafada pelos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (UB-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), entre outros interessados graúdos no assunto. No mínimo, pode ser uma investigação parcial dos rolos do Master. Se bem-sucedida, pode enfraquecer o acordão para abafar o caso, que vem sofrendo derrotas. Se conseguir depoimentos e documentos relevantes, pode desmoralizar elos da cadeia do pacto de silêncio, que é político e tem conexões empresariais relevantes. Mas tem empecilhos —mais sobre isso mais adiante.

Nesta quarta (25), o colegiado votou a convocação de Daniel Vorcaro, ex-dono do Master, Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central quando o Master inflava e fintechs proliferavam, Paulo Guedes, ministro da Economia do governo das trevas (2019-2022), e de dois irmãos Dias Toffoli. O sigilo bancário, telefônico etc. da Maridt foi aberto —é a empresa em que os Toffoli eram sócios do fundo que era de um fundo de, se diz, de Fabiano Zettel, cunhado de Vorcaro —sabe-se lá quem era dono de quê. Com algum trabalho e sorte, a CPI pode achar uma testemunha-bomba ou um documento venenoso.

De qualquer modo, tem aumentado o risco para a turma do acordão e envolvidos em geral. O presidente dessa CPI é o senador Fabiano Contarato (PT-ES); o relator é Alessandro Vieira (MDB-SE). Os dois têm experiência profissional de policiais e costumam criar caso. A Polícia Federal, por sua vez, agora parece ter sido autorizada a investigar normalmente o rolo do banco de Vorcaro, por iniciativa de André Mendonça, o ministro do STF que substituiu Dias Toffoli na relatoria desse inquérito.

Cresce o risco para a turma do acordão e envolvidos em geral na operação abafa do Master. Vorcaro, Toffolis e a sociedade deles viraram alvo da CPI. Parece que, agora, a PF vai poder trabalhar normalmente

No entanto, a CPI contra o Crime Organizado tem ou pode ter limites formais de atuação, por exemplo o "fato determinado" que justificou sua criação. Parece firula, mas esse argumento pode servir para que convocados e investigados peçam proteção judicial contra atos dessa CPI, para ficar em um exemplo só.

O objetivo dessa CPI é "... apurar a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas ... em especial de facções e milícias, investigando-se o modus operandi de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate...".

Por outro lado, o crime anda tão organizado e conectado que, ao entrar por uma porta qualquer do armário bandido, é possível que se chegue ao mundo de Nárnia, fantástico, mas muito real, da bandalheira. É uma ciranda que vai de PCC e empresas do crime com combustíveis a "vossas excelências" da política, passando por fundos geridos pela Reag ou por fintechs da tecnologia financeira do crime.

Por falar em crime organizado e similares, esta quarta foi um dia cheio de notícias. Além das novidades do Master, foram condenados os mandantes do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, uma gangue de políticos e policiais grileiros de terra, entre outros crimes, caso esclarecido graças à ação decisiva de Flávio Dino e de Lula 3. A Polícia Federal deu uma batida em mais uma fintech dedicada, segundo a acusação, a esconder dinheiro criminoso. A família de políticos Coelho foi alvo de batida da PF por causa de suspeita de desvio de emendas. Está difícil, muito difícil.

PAINEL S.A.

Alex Sabino (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Alívio, mas só por enquanto

O alívio na indústria de apostas com a retirada do imposto Cide-Bets no texto aprovado da Lei Antifacção existiu. Mas, de acordo com três empresas do setor ouvidas pela coluna, é um sentimento temporário. Há a certeza de que o governo federal voltará ao tema. Os grandes nomes do setor já haviam provisionado caixa para pagar o novo tributo, caso este fosse aprovado. A alíquota seria de 15% sobre os depósitos. A estimativa é que as bets economizaram, com a retirada deste trecho da legislação, cerca de R$ 30 bilhões. A mudança frustrou ministros de Lula.

SEM CLIMA O consenso na indústria é que não há a possibilidade de algo mudar neste ano. Não existe disposição na maioria dos deputados para aprovar tal ideia. E também o calendário político será mais curto por causa das eleições.

PROCURA A retirada da Cide pode destravar investimentos de bets em patrocínios que estavam represados à espera da votação. Uma das principais escolas de samba do Rio tem consultado marcas do setor para pagar pelo enredo do Carnaval de 2027.

QUEIXAS O setor varejista está em estado de alerta por causa de mudanças nas regras do regime de substituição tributária implantadas em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Segundo o IDV (Instituto de Desenvolvimento do Varejo), a exclusão de diversos setores desse regime nos dois estados, somado ao período de adaptação à reforma tributária, compromete a viabilidade financeira de pequenos, médios e grandes varejistas.

POUCO TEMPO Para o IDV, a operacionalização da mudança é complexa. E há queixa quanto ao prazo de ressarcimento. Os governos estaduais preveem a devolução dos impostos retidos em até dois anos.

EMPOLGAÇÃO... A possível aprovação do Redata nos próximos dias gera empolgação no setor da tecnologia. A Ascenty, empresa brasileira de data centers, espera receber grandes contratos para a montagem de estruturas do tipo ainda no primeiro trimestre do ano.

IMPOSTO DAS TECHS
A Câmara Brasileira de Economia Digital, que representa empresas do setor, cita estudo da LCA Consultoria. Este diz, usando dados da Receita Federal, que as techs recolhem, em média, 16,4% da receita bruta em tributos federais. Isso seria mais do que o dobro da média de outros campos da economia (6,1%)

...MODERADA A conectividade com a rede de energia elétrica pode ser um problema. "A linha de distribuição [de eletricidade] é o grande gargalo hoje", afirma Marcos Siquera, CRO da Ascenty. A abundância de fontes renováveis de energia é uma das principais apostas para atrair data centers de gigantes globais.

ÀS ESCONDIDAS Fraudes volumétricas em bombas de combustíveis podem desviar R$ 248 milhões por ano em postos de gasolina no estado de São Paulo, segundo estimativa do ICL (Instituto Combustível Legal). Equipamentos eletrônicos inseridos nas placas de bombas de postos podem reduzir, em média, 10% do volume entregue para os clientes.

COBRANÇA A nova gestão da Federação Nacional das Agências de Propaganda quer influir no debate sobre a regulação tributária das big techs. A entidade vai buscar discurso alinhado com outras entidades do setor. "Precisamos ter uma atuação em cima do governo federal, da Receita Federal. As nossas empresas e os veículos de comunicação pagam impostos todos. As plataformas não se responsabilizam pelo conteúdo e não pagam imposto, não é? Então, é um total desrespeito", diz a presidente Ana Celina Bueno, que tomou posse nesta quarta-feira (25).

com Luana Franzão

CPI quebra sigilo de empresa de Toffoli e convoca Guedes e Campos Neto

Continuação da pág. A15

Com isso, o acordo renderia, até o início de 2027, R$ 129 milhões ao escritório, caso o Master não tivesse sido liquidado pelo BC. Também integram 'o escritório dois filhos do casal.

O acordo seria para representar o Master onde fosse necessário —sem uma causa ou um processo específico— perante órgãos como Banco Central, Receita Federal e Congresso Nacional. Também teria como objeto a organização e a coordenação estratégica, consultiva e contenciosa perante o Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal.

Na ocasião da reportagem, o gabinete de Moraes não respondeu aos pedidos para comentar o tema. A defesa de Vorcaro e a assessoria também não comentaram nem confirmaram o contrato. O escritório Barci de Moraes não se pronunciou.

A convocação de Paulo Guedes foi justificada por Randolfe Rodrigues por ser fundamental para esclarecer como a falta de supervisão durante sua gestão (2019-2022) criou, segundo ele, "um ambiente propício para a expansão de esquemas de lavagem de dinheiro, como o revelado no colapso do Banco Master".

O pedido sobre Roberto Campos Neto foi feito pelo senador Jaques Wagner (PT-BA). Ele alegou que a medida era indispensável para o avanço das investigações da comissão.

"A integridade do Sistema Financeiro Nacional é uma barreira fundamental contra a lavagem de dinheiro e o financiamento de atividades ilícitas. Portanto, a oitiva do responsável pela autoridade monetária do país durante o período de 2019 a 2024 é crucial para esclarecer se eventuais falhas ou omissões", disse.

No requerimento aprovado pela CPI, Alessandro Vieira requer a transferência de sigilo "bancário, de todas as contas de depósitos, contas de poupança, contas de investimento e outros bens, direitos e valores mantidos em instituições financeiras" pela Maridt.

Pede ainda a quebra do sigilo fiscal por meio de um dossiê integrado pelo "extrato da declaração de Imposto de Renda de pessoa física ou pessoa jurídica; cadastro de pessoa física; cadastro de pessoa jurídica; ação fiscal (informações sobre todos os processos instaurados contra a pessoa investigada)", além de diversas outras certidões.

Falta de quórum paralisa casos sobre Master e Reag na CVM

Com diretoria desfalcada, autarquia ainda não agendou análises de processos em 2026; são 8 ações com acusação e 6 em fase de investigação

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) divulgou na terça (24) uma lista de processos internos relacionados ao Master e à Reag, instituições financeiras liquidadas pelo Banco Central após operações policiais contra fraudes no sistema financeiro.

São oito processos com acusação já formulada e seis ainda em fase de investigação. Nem todos, porém, têm relação com as operações investigadas pela Polícia Federal que resultaram na prisão de Daniel Vorcaro, dono do Master —hoje sob monitoramento de tornozeleira eletrônica.

Vorcaro é alvo de uma das acusações em processo, feita em 2020, sobre irregularidades detectadas na emissão e distribuição de cotas de fundos de investimentos envolvendo o Master e a Viking Participações. O processo aguarda julgamento.

A CVM não divulgou detalhes das acusações. Em um dos processos ao qual a **Folha** teve acesso, a Reag e seu antigo dono, João Carlos Mansur, são acusados por sobrevalorizar ações do antigo Besc (Banco de Santa Catarina) em fundos de investimentos.

O processo também está aguardando julgamento. A relatoria havia sido distribuída ao ex-diretor da CVM Otto Lobo, cujo mandato terminou em dezembro, mas que foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para presidir o colegiado. Ele aguarda sabatina do Senado.

Sede do Banco Master, em SP Rafaela Araújo - 25.fev.25/Folhapress

Entre os processos listados, seis já têm relator definido, mas não datas para os julgamentos.

Com apenas duas de suas cinco diretorias ocupadas, a CVM ainda não agendou nenhum julgamento de processos em 2026. O quórum mínimo para os julgamentos é de três diretores e, embora superintendentes possam atuar como substitutos, a autarquia tem preferido esperar.

A vacância inédita na entidade é vista com preocupação, principalmente em um momento conturbado no mercado financeiro, com prejuízos bilionários ao FGC (Fundo Garantidor de Créditos) causados pelo esquema entre o Banco Master e a Reag.

Em depoimento no Senado na terça, o presidente interino da CVM, João Accioly, disse que o escândalo do Master envolveu um "alinhamento perverso de incentivos entre gestores e investidores" para que fosse mantido o que ele chamou de ficção contábil.

"Foi um me engana que eu gosto", afirmou. "Por que ele gosta de ser enganado? Porque ele bota no balanço dele que ele tem um balanço muito mais robusto e isso permite que ele continue emitindo CDB [Certificado de Depósito Bancário] e para o Banco Central parece que ele tinha uma solidez que ele não tinha."

A maioria dos processos ainda em investigação na CVM refere-se à Reag. Eles investigam indícios de irregularidades na operação de fundos de investimentos, infrações em operações de controladores da Ambipar e a reorganização societária da GetNinjas.

colunistas da semana

DOM. Samuel Pessôa, Vinicius Torres Freire, Roberto Campos Neto / Marcos Lisboa / Candido Bracher / Ana Paula Vescovi
SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos, Eduardo Cucolo / Michael Viriato **TER.** Michael França / Cecilia Machado, Mauro Zafalon
QUA. Bernardo Guimarães /Jerson Kelman, Vinicius Torres Freire **QUI.** Solange Srour, Vinicius Torres Freire, Rômulo Saraiva
SEX. Bráulio Borges, Vinicius Torres Freire **SÁB.** Marcos Mendes / Laura Müller Machado

SCHUNK INTEC TECNOLOGIA DE FIXAÇÃO E SISTEMAS DE GARRAS LTDA.
Torna público que requereu ao Semasa, a **Licença Ambiental Prévia, Instalação e Operação - LPIO,** para sua unidade fabril localizada na Avenida dos Estados, 7328, Bairro Várzea do Tamanduateí, Santo André/SP CEP 09290-340, e declara aberto o prazo de 30 dias para manifestação escrita, endereçada ao Semasa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA INDEPENDÊNCIA
Termo de Adjudicação e Homologação - Processo Licitatório: 11/2026 - Modalidade: **Pregão Presencial 03/2026** - Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLAYGROUND NO MUNICÍPIO DE NOVA INDEPENDÊNCIA, RELATIVO AO CONVÊNIO MINISTÉRIO DO ESPORTE 852/2025, TRANSFEREGOV.BR 983.067, PROCESSO 71000.093722/2025/12, CELEBRADO COM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE. Face ao constante dos autos do Processo Licitatório nº 11/2026, Pregão Presencial nº 03/2026, e considerando sua regularidade hei por bem de homologar o procedimento licitatório, com fundamento no art. 71, inc. IV, da Lei 14.133/2021, e adjudicar e homologar o objeto à empresa: EMPRESA: SANTA FÉ COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA., CNPJ: 59.907.427/0001-10 - TOTAL: R$ 199.000,00(Cento e Noventa e Nove Mil Reais) . Nova Independência, SP, 25 de fevereiro de 2026. Fernando Macchi Santana - Prefeito Municipal

Edital de Convocação - O **SIPROEM, Sindicato dos Professores Municipais de Barueri, Taboão da Serra, Cotia, Vargem Grande Paulista, Embu das Artes, Embu-Guaçu, São Lourenço da Serra, Juquitiba, Itapecerica da Serra, CONVOCA** todos os seus associados e em especial os associados de Embu-Guaçu para a **Assembleia Geral dos Associados,** a ser realizada no dia 04 de março de 2026 (Terça-feira), em primeira convocação, às 13h30 minutos, e em segunda e última convocação, às 14h00, na Sub-sede do Sindicato, em Embu -Guaçu, situada à Rua Boa Vista, nº 235 Centro, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: 1 -** Atraso de salários; **2 -** Licença - Pêmio; **3 -** Condições de trabalho; **4 -** Descongela; **5 -** Ações do Sindicato. Barueri, 26 de Fevereiro de 2026. **Adenir Segura -** (Professor) Presidente do SIPROEM.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
C.P.P. "PROF. NOÉ AZEVEDO" DE BAURU
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90.005/2026 - Edital nº 06/2026
Processo Administrativo: SEI 006.00081517/2026-70
Data abertura: 11/03/2026 às 09:00 horas
Endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br
Objeto: Aquisição de diversos materiais para a reforma desta Unidade Prisional.
Modalidade: Pregão Eletrônico, Art. 28, Inciso I, Lei 14.133/21.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
Processo Administrativo: nº 45/2026
Pregão Eletrônico nº 06/2026
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM
Objeto: Registro de preço para aquisição e fornecimento de fórmulas (infantil e adulto), de acordo com a necessidade da Prefeitura, pelo período de 12 (doze) meses. EDITAL NA ÍNTEGRA: Disponível nos sites: www.bllcompras.com e www.torrinha.sp.gov.br. **CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS:** a partir do dia 26/02/2026 às 18:00h no site www.bllcompras.com. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 17/03/2026 às 09:00h (horário de Brasília) no site www.bllcompras.com
Samantha Pissinato Pereira
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADÓPOLIS
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA FINANCEIRA E PLANO DE TRABALHO. **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 01/2026** CHAMADA PUBLIA N° 01/2026 OBJETO: SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com base no Edital Nº 01/2026, que tem como Objeto a SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO DE GESTÃO, torna público o RESULTADO DA CHAMADA PUBLICA Nº 01/2026, conforme listagem abaixo: Classificado: 1º lugar - INSTITUTO INNOVARE GESTÃO EM SAÚDE PÚBLICA. Classificado: 2º lugar - IRMANDADE DO HOSPITAL DE CARIDADE ANITA COSTA. Fixa prazo para interposição de recursos, nos termos do Edital 01/2026. Maria Otília Ferraz PRESIDENTE Maria Carolina Freiria MEMBRO Dr. Hamilton Antônio Perrone MEMBRO

Prefeitura do Município de Caieiras
Departamento de Compras e Licitação
Edital de Chamamento nº001-2026 - CIMBAJU
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DA BACIA DO JUQUERI – CIMBAJU. AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026. O CIMBAJU torna público o Chamamento Público nº 001/2026, destinado à qualificação de entidades privadas sem fins lucrativos como Organização Social de Saúde – OS, para futura celebração de Contrato de Gestão na área da saúde. Período de credenciamento: 25/02/2026 a 25/03/2026. Protocolo pelo e-mail contato@cimbaju.sp.gov.br ou pelo site oficial. Edital completo disponível no site institucional. Caieiras/SP, 20/02/2026. Presidência do CIMBAJU

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO / SUPRIMENTOS
SUPRI.MATERIAIS@DGA.UNICAMP.BR | DGA.UNICAMP.BR / AQUISIÇÃO DE MATERIAIS
AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico PE DGA SAÚDE **90062/2025**, UASG 450161, Processo no. **01-P-37927/2025**, do tipo menor preço unitário por item, destinado ao Registro de Preço de Contrastes, prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **11/03/2026** às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**).
O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 03/2026 EDITAL N. 04/2026 ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MUSICALIZAÇÃO DESTINADOS AOS USUARIOS ATENDIDOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CONFORME TERMO DE REFERENCIA. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 11.03.2026 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 26.02.2026 nos Sites: **www.comprasbr.com.br** e **licitacao.rioclaro.sp.gov.br**. **THIAGO YAMAMOTO/Secretário Municipal de Desenvolvimento Social**

win leilões
LEILÃO ONLINE - VEÍCULOS LEVES E PESADOS
26/02/2026 - 15h00 (11) 97864-3470
RENAULT-SANDERO-2020/2021; CHEVROLET-CLASSIC-2011/2012; RENAULT-SANDERO-2013/2014; RENAULT-SANDERO-2010/2011; FIAT-UNO-2015/2015; CITROEN-C4-2009/2010; CITROEN-C3-2012/2012; RENAULT-KWID-2018/2018; TOYOTA-ETIOS-2018/2018; FIAT-MOBI-2020/2020; FIAT-ARGO-2021/2022; RENAULT-KWID-2019/2020; NISSAN-VERSA-2021/2021; FIAT-CRONOS-2021/2022; HYUNDAI-HB20-2018/2019; RENAULT-LOGAN-2017/2018; CHEVROLET-PRISMA-2018/2018; RENAULT-KWID-2021/2022; CITROEN-C4 PICASSO-2009/2009; CITROEN-C4-2011/2012; FORD-FIESTA-1998/1999; CITROEN-C3-2014/2015; NISSAN-KICKS-2021/2020; CHEVROLET-MONTANA-2017/2018; PEUGEOT-207-2011/2011; CITROEN-C4-2009/2010; PEUGEOT-207-2010/2010; LIFAN-X80 IT VIP-2018/2019; CHEVROLET-ONIX-2021/2022; CHEVROLET-ONIX-2022/2023; CHEVROLET-ONIX-2020/2020; CHEVROLET-ONIX-2022-2023; LIFAN-X60-2017/2018; FORD-FUSION-2009/2010; CHEVROLET-ONIX-2020-2020; CHEVROLET-ONIX-2025/2025; CHEVROLET-ONIX-2025/2025; CHEVROLET-ONIX-2023-2023; HYUNDAI-HB20-2014/2015; FIAT-PALIO-2014/2015; RENAULT-LOGAN-2015/2015; CHEVROLET-ONIX-2024/2025; FIAT-ARGO-2018/2018; MERCEDES-BENZ-GLA 200-2017/2017; CITROEN-C4 PALLAS(FLEX) (GLX 2.0 16V(AUT.))-2011/2012; FIAT-UNO-2013/2014; VOLKSWAGEN-GOL-2012/2013; NISSAN-VERSA-2017/2018; HYUNDAI-I30-2010/2011; CHEVROLET-SPIN-2017/2018; VOLKSWAGEN-GOL-2011/2011; FIAT-UNO-2009/2010; SHINERAY-XY200GY-04-2025/2025; CHEVROLET-CAPTIVA-2012/2012; FORD-KA-2018/2019; HYUNDAI-I30-2014/2015; CHEVROLET-AGILE-2010/2011; CHEVROLET-ONIX-2025/2025; SHINERAY-SHI 175-2025/2025; HONDA-CITY-2020/2021; FIAT-STRADA-2007/2007; HYUNDAI-TUCSON-2014/2015; MITSUBISHI-ASX-2010/2011; FORD-KA-2014/2015; CHEVROLET-S10-2013/2013; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; GUERRA-AG GR-2008/2008; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; HONDA-CG 160 FAN-2016/2016; GUERRA-SEMI-REBOQUE-2019/2019; MERCEDES-BENZ-LS-1935-1995/1995; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; RANDON-SEMI-REBOQUE-2015/2015; RANDON-SEMI-REBOQUE-2018/2019; RANDON-REBOQUE-2023/2023; COROLLA-XEI18FLEX-2008/2009; MITSUBISHI-ASX AWD NAC 2.0 16V CVT 4P GAS-2014/2015; CHEVROLET-ONIX 10MT HB-2024/2024.
Valparaíso - GO
Av. Marginal QD 31 lote 06
Bairro Esplanada III, Valparaíso - GO
CEP: 72876-319 - Ao lado do Shopping Sul
Venda somente no estado em que se encontram. Consulte a relação completa de lotes e o edital no site para obter detalhes. Cadastre-se antecipadamente na win para poder participar do leilão.
Veículos recuperados de financiamento - www.winleiloes.com.br - Email: atendimento@winleiloes.com.br
JORGE VINICIUS DE MOURA CORRÊA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCEG nº 178/2025

Daniel Vorcaro, dono do Master
Rubens Cavallari - 22.abr.24/Folhapress

Vorcaro e CAE do Senado negociam depoimento para 10 de março

Fernanda Brigatti

BRASÍLIA O ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, deve falar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado em 10 de março, segundo nova previsão dada por sua defesa ao gabinete do senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente do colegiado.

A previsão anterior era que ele iria a Brasília na terça (3), mas um compromisso teria exigido o reagendamento. A CAE montou um grupo de trabalho para acompanhar as investigações do escândalo envolvendo o banco, que foi liquidado no ano passado pelo Banco Central, uma derrocada que custou R$ 50 bilhões ao FGC (Fundo Garantidor de Créditos).

Na terça (24), Calheiros e outros senadores da CAE estiveram com o ministro André Mendonça, novo relator do caso Master no STF (Supremo Tribunal Federal), com quem acertaram que Vorcaro poderia usar a infraestrutura da Polícia Federal para viajar de São Paulo, onde está sob monitoramento de tornozeleira eletrônica, para Brasília.

O deslocamento incluiria escolta e o acompanhamento de um advogado. O senador Eduardo Braga (MDB-AM) disse que o deslocamento será feito com "absoluta discrição".

Vorcaro era esperado na CPI mista do INSS na segunda (23), mas desmarcou participação depois que Mendonça vetou a viagem em jato privado. Ele foi dispensado da obrigatoriedade de comparecimento, o que desagradou a integrantes da comissão de inquérito.

O senador Carlos Viana (Podemos-MG) acionou a advocacia do Senado para recorrer da decisão. A defesa de Vorcaro citou preocupações com a segurança caso o deslocamento fosse feito em voo comercial.

Apesar da ausência na CPI na segunda, Calheiros disse acreditar que o ex-banqueiro compareça à CAE e vê diferenças entre as funções das comissões. "Acho que ele raciocina que é um fórum mais recomendável para que venha fazer a discussão, que é uma discussão oportuna", disse.

Vorcaro escapa de ir à CPI do INSS

STF deixa banqueiro escolher se comparece ou não à comissão

Rômulo Saraiva

Advogado especialista em Previdência, é professor, autor do livro "Fraude nos Fundos de Pensão" e mestre em direito previdenciário

Em "O Espírito das Leis", o filósofo francês Montesquieu teorizou a separação dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com a finalidade de promover a fiscalização, limitar abusos e evitar concentração de poder. No Brasil, essa teoria (e a própria democracia) vem se desintegrando. Na prática, a separação dá lugar a uma confusão de Poderes. Cada um se intromete no terreno vizinho. Exemplo disso é o que vem ocorrendo em reiteradas decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) proibindo ou criando obstáculos para que membros do Legislativo interroguem suspeitos de fraudes previdenciárias.

Um dos maiores escândalos de corrupção no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) não está sendo devidamente investigado. O Judiciário vem atrapalhando o Legislativo, ao menos na prerrogativa de realizar atividade inquisitória por meio de uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito).

A CPMI está prevista na Constituição Federal. É o poder que Câmara dos Deputados e Senado têm para investigar e apurar e, conforme suas conclusões, encaminhar os achados ao Ministério Público para que este promova responsabilidade civil ou criminal dos envolvidos. É um trabalho que se soma ao da Polícia Federal. Embora seja prerrogativa constitucional do Legislativo, tal poder vem sendo mitigado pelo Supremo.

Figuras ilustres, sobretudo do ponto de vista econômico e político, conseguem remédios jurídicos para não prestar esclarecimento ao Legislativo ou para falar quase nada nas comissões.

O último caso foi o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro. Este foi proibido pelo ministro do STF, André Mendonça, de viajar a Brasília em um jatinho particular para depor na CPMI do INSS.

Enquanto o banqueiro escolhe se vai ou não à CPMI, o destino do presidente da Unafisco, Kléber Cabral, foi menos democrático; ele foi obrigado a depor após fazer críticas sensatas ao STF

Uma parte da decisão tem lógica: autorizar esse tipo de viagem pode viabilizar a própria fuga do investigado. Mendonça permitiu a viagem, mas em voo comercial ou avião da Polícia Federal. O problema é que o ministro também facultou a Vorcaro a decisão de ir ou não à CPMI. Evidentemente, com o aval do STF, Vorcaro escolheu a segunda opção.

O Banco Master teve uma explosão de crescimento em empréstimo consignado e Credcesta (tipo de cartão de crédito com desconto direto no benefício de funcionários públicos aposentados), pulando de 104 mil contratos para 2,75 milhões em dois anos. A instituição responde a milhares de processos de irregularidades nos empréstimos consignados, por motivos como ausência de consentimento na assinatura, falta de clareza proposital na contratação, juros abusivos e venda casada.

Enquanto o banqueiro escolhe se vai ou não depor à CPMI, o destino do presidente da Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil), Kléber Cabral, foi menos democrático.

Cabral levou uma enquadrada de Alexandre de Moraes e foi obrigado a depor rapidamente no inquérito das fake news. Coincidentemente, logo depois de ter feito sensatas críticas ao STF.

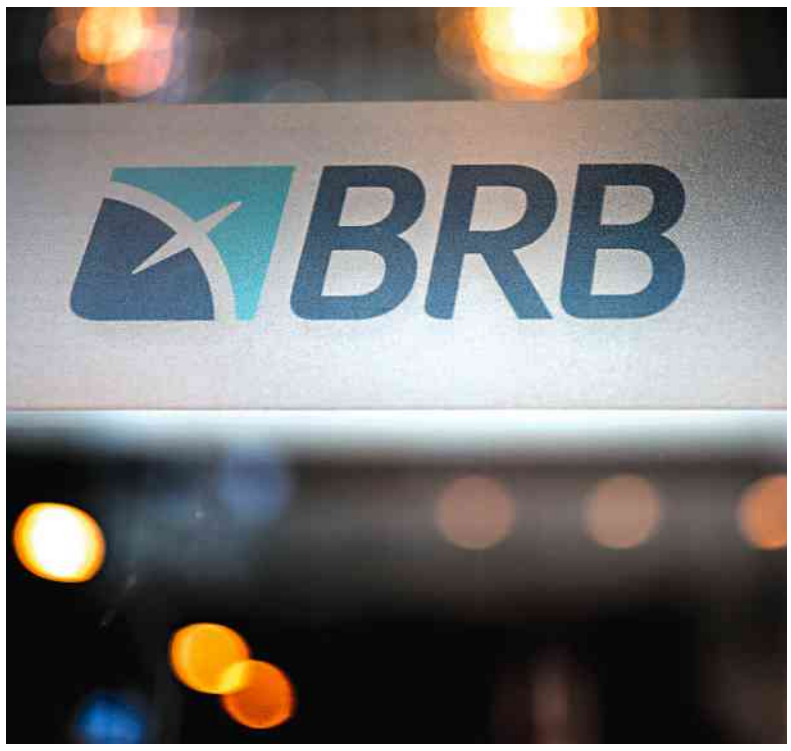
A depender do ministro e do assunto em questão, há uma flexibilidade em tornar um depoimento obrigatório ou não. Enquanto o presidente da Unafisco foi obrigado a depor como uma espécie de retaliação pela opinião que deu à imprensa, Vorcaro escolhe se vai ou não depor no Legislativo, mesmo pesando contra si acusações graves de fraude previdenciária. Certamente Montesquieu não contava com essa falta de coerência que assola o país quando pensou em separar os três Poderes.

economia

Rombo de R$ 1 bi no caixa do DF deve tornar inevitável ajuda da União ao BRB

Falta de dinheiro cria impasse político para Ibaneis, que pretende concorrer ao Senado; governo distrital e banco não se pronunciam

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli



Logo do BRB na fachada de sua sede, em Brasília Gabriela Biló - 4.abr.25/Folhapress

BRASÍLIA O governo do Distrito Federal fechou o ano de 2025 com um rombo de R$ 1 bilhão em seu caixa, um quadro de fragilidade que agora dificulta a injeção de recursos no BRB (Banco de Brasília) e deve tornar inevitável a necessidade de ajuda da União para resolver o problema.

O banco estatal, controlado pelo DF, precisa de um aporte para fazer frente às perdas decorrentes de operações feitas com o Banco Master e que hoje estão sob investigação da Polícia Federal por suspeita de fraude.

A falta de dinheiro para socorrer a instituição financeira cria um impasse político para o governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB), que pretende concorrer ao Senado Federal e tem tentado se esquivar de pedir socorro ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para capitalizar o BRB.

A avaliação de que será inevitável para o DF pedir ajuda à União foi feita à **Folha** por um integrante da equipe econômica e também por executivos de instituições financeiras, as quais o governo de Ibaneis tem consultado para tentar obter um empréstimo para bancar o aporte.

Dada a fragilidade das finanças, os bancos dificilmente aceitarão financiar o DF sem ter a União como fiadora, honrando os pagamentos em caso de inadimplência. Na situação atual, porém, isso depende de o Ministério da Fazenda abrir uma exceção para dar garantia a um ente com baixa capacidade de pagamento. Até agora, o governo do DF não pediu socorro à União.

Dados declarados pelo próprio DF ao Tesouro Nacional mostram que o caixa estava negativo em R$ 876,6 milhões no fim do ano passado, quando considerados apenas os recursos livres. Além disso, havia uma insuficiência de mais R$ 143,6 milhões no caixa do regime próprio de Previdência dos servidores distritais.

Uma terceira conta, a de recursos vinculados, estava positiva em R$ 1,59 bilhão, mas esse dinheiro não pode ser usado para cobrir o buraco das demais contas, porque são valores carimbados para destinações específicas.

A situação é chamada tecnicamente de "caixa virado" e significa que o governo do DF assumiu obrigações em valores acima do dinheiro disponível. A comparação já inclui os chamados restos a pagar, despesas contratadas em orçamentos de anos anteriores que foram transferidas para 2026.

O DF também tem reportado um valor crescente de despesas de exercícios anteriores, uma rubrica diferente dos restos a pagar. Ela reúne gastos realizados pelo Executivo em montante acima do autorizado no Orçamento aprovado pela Câmara Legislativa do DF. É como se a despesa ficasse, temporariamente, fora do Orçamento. Desde 2023, essa fatura tem ficado acima de R$ 1 bilhão.

A **Folha** questionou o governo do DF sobre as dificuldades de caixa, como isso afeta a capacidade estatal de socorrer o BRB e se há intenção de pedir ajuda ao governo federal, nas não houve resposta. A Fazenda não quis se manifestar. O BRB não respondeu.

Um auxiliar do ministro Fernando Haddad comparou a situação do DF a um caso clássico de iminência de colapso financeiro, como ocorreu no passado com o estado do Rio de Janeiro.

O quadro de dificuldades chama a atenção, pois o Distrito Federal recebe repasses bilionários da União por meio do FCDF (Fundo Constitucional do DF), criado para custear ações de segurança, saúde e educação. No ano passado, o Tesouro repassou R$ 25,7 bilhões via FCDF, em valores atualizados, e neste ano o montante vai ultrapassar os R$ 28 bilhões.

Nos últimos meses, a gestão de Ibaneis atrasou repasses a hospitais, numa das consequências mais visíveis da falta de dinheiro.

O diagnóstico na área econômica e entre banqueiros de instituições privadas e públicas é que, por causa da política, Ibaneis está evitando pedir ajuda ao governo Lula. A expectativa é que o governador tente empurrar o problema ao máximo, o que tem agravado a situação de liquidez do BRB.

Segundo o Banco Central, o montante necessário para a instituição cobrir as perdas decorrentes do caso Master pode chegar a R$ 5 bilhões. Para interlocutores de outros bancos, no entanto, esse valor pode ser superado. Na terça-feira (24), o governo do DF apresentou uma nova versão do projeto de lei para socorrer o BRB com um limite de R$ 6,6 bilhões para operações de crédito.

Técnicos do Tesouro apontam que, para conseguir um empréstimo para capitalizar o BRB, Ibaneis teria que apresentar aos bancos garantias consideradas líquidas (de fácil recuperação), como receitas próprias ou de transferências, mas ficaria sujeito a custos maiores com taxa de juros. Outra opção é o DF pedir uma exceção ao Tesouro para contratar empréstimo com garantia da União, hipótese em que o governador teria que reconhecer publicamente o tamanho do rombo do BRB ocorrido durante sua gestão.

A estratégia de Ibaneis até agora é tentar emplacar imóveis do DF para venda ou prestação de garantia a essas operações, o que é visto com ceticismo por técnicos (por serem ativos menos líquidos) e também enfrenta resistências políticas.

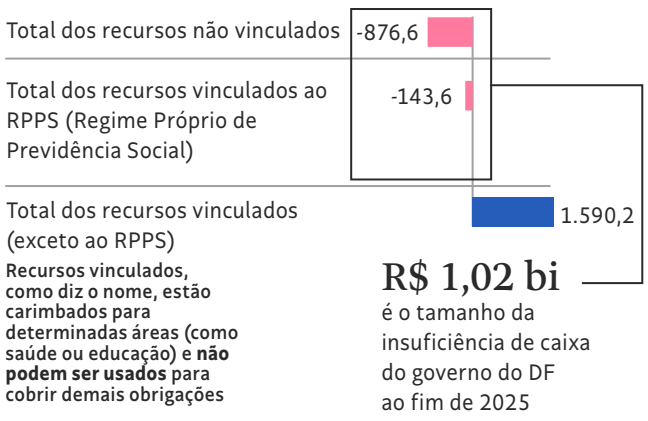
O DF também tenta negociar a venda de carteiras de crédito do BRB para outras instituições financeiras, que ficariam com o direito de receber esses recursos no futuro em troca de um pagamento imediato ao banco do Distrito Federal.

Os bancos públicos federais não receberam autorização do Ministério da Fazenda para ajudar o BRB com a compra de carteiras de créditos e outros ativos.

Rombo no caixa do DF

Dados informados pelo próprio Distrito Federal ao Tesouro Nacional mostram que o governo encerrou ano de 2025 sem recursos suficientes para honrar todas as suas obrigações. Valores consideram o saldo do caixa, descontadas obrigações já contratadas (inclusive aquelas inscritas em restos a pagar)

Valor em R$ milhões (posição em dez.25)

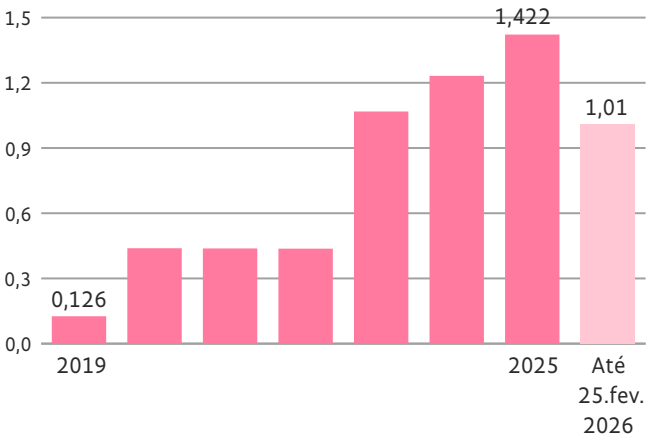


Fonte: RGF (Relatório de Gestão Fiscal)/Tesouro Nacional

Despesas de exercícios anteriores

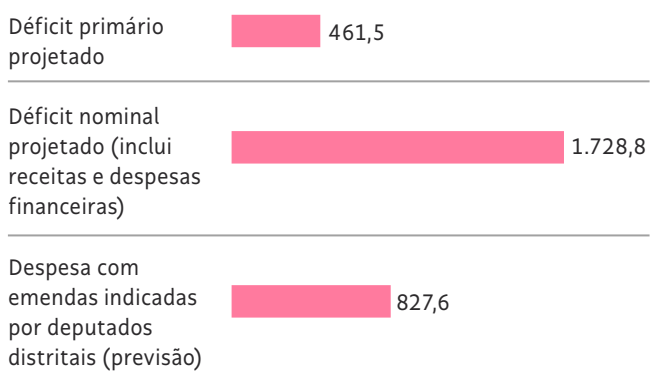
Nos últimos anos, cresceu o montante das chamadas DEAs, obrigações assumidas mesmo sem espaço no Orçamento e que acabam sendo registradas apenas em exercícios seguintes. A inscrição de DEA por si só não é irregular, mas seu crescimento costuma ser visto como um ponto de atenção por técnicos

Valor, em R$ bilhões correntes



Orçamento de 2026

Valores em R$ milhões

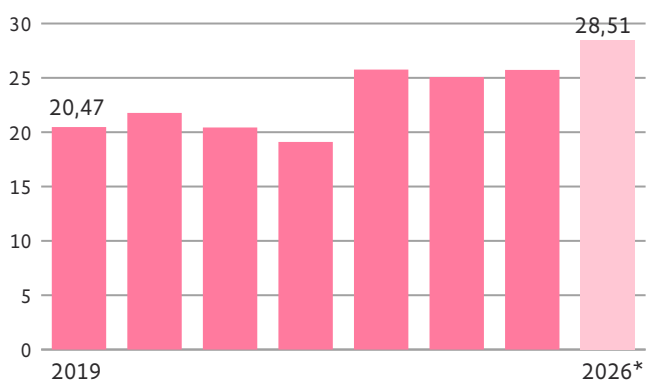


Fonte: Portal da Transparência do Distrito Federal

Repasses do FCDF

União faz repasses anuais bilionários via Fundo Constitucional do Distrito Federal, criado para financiar a organização e manutenção das polícias civil e militar, do corpo de bombeiros, bem como dar assistência financeira a serviços de saúde e educação do DF, sede administrativa do governo federal

Valor, em R$ bilhões de jan.26



*Programação para o ano
Fonte: Siga Brasil

180 SEGUROS S.A.

CNPJ nº 39.999.619/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Apresentação: Submetemos à apreciação dos senhores/senhoras acionistas as demonstrações financeiras da **180 Seguros S.A.** ("Companhia"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, consubstanciadas na Circular SUSEP nº 648/2021, alterada pela Circular SUSEP nº 678/2022, e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A 180 Seguros S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (Rua João Moura, 346, 11º, 12º e 13º andares, conjuntos 121 a 131, Pinheiros, CEP 05412-001), autorizada a operar pela SUSEP através da Portaria nº 8.131, de 4 de abril de 2023, publicada no Diário Oficial da União em 22 de maio de 2023. A Companhia está enquadrada no segmento regulatório **S3** e é controlada integralmente pela 180 Seguros Empreendimentos e Participações Ltda., que por sua vez é controlada pela 180 Holdings Ltd. A companhia opera como seguradora especializada no modelo de distribuição B2B2C de seguros embarcados (embedded insurance) e conta com um portfólio de produtos e tecnologia proprietária para bancos digitais, fintechs, cooperativas de crédito e varejistas, nos ramos de acidentes pessoais, prestamista, vida, riscos diversos de transações financeiras, garantia estendida, residencial e empresarial. **2. Mensagem da Administração:** O exercício de 2025 representou um marco transformador na trajetória da 180 Seguros. Em nosso segundo ano completo de operação, a Companhia consolidou seu posicionamento como a primeira seguradora tech B2B2C do Brasil, entregando um crescimento de mais de 10 vezes nos prêmios emitidos em relação ao exercício anterior - resultado da maturação dos canais de distribuição contratados ao longo de 2024 e da capacidade de nossa plataforma tecnológica de integrar e escalar parceiros com velocidade e qualidade. Encerramos 2025 com a convicção de que a fase de maior investimento está ficando para trás. Para 2026, a projeção de crescimento é de 80%, mantendo as prioridades claras: lançar as parcerias já fechadas com disciplina, manter a solidez de capital e avançar no caminho para o resultado positivo. **3. Contexto de Mercado: Ambiente macroeconômico:** O exercício de 2025 foi marcado por um cenário macroeconômico desafiador no Brasil, com taxa Selic elevada em trajetória de alta (encerrando o ano em 15% a.a.), pressão cambial com o dólar acima de R$5,50 e inflação sob monitoramento. Apesar das condições restritivas, o PIB registrou crescimento moderado e o mercado de crédito manteve expansão, particularmente nos segmentos de empréstimo consignado e crédito pessoal digital - segmentos diretamente conectados à distribuição de seguros embarcados. **Mercado segurador brasileiro:** O setor de seguros brasileiro apresentou dinâmicas distintas dentro do setor em 2025. No agregado supervisionado pela SUSEP houve retração nominal de aproximadamente 4,75%, enquanto o segmento de seguros de pessoas, principal foco de atuação da companhia, registrou expansão nominal de 8,78%. Na contramão do crescimento moderado do mercado, a 180 Seguros avançou em ritmo significativamente superior, com receita 10 vezes maior quando comparado com o ano anterior, impulsionada por um modelo sustentado por tecnologia própria e inteligência artificial. **Seguros embarcados e B2B2C:** O modelo de distribuição de seguros embarcados (embedded insurance) - no qual a proteção securitária é oferecida de forma integrada à jornada do cliente, em plataformas digitais ou analógicas - consolidou-se como uma das principais tendências do setor a nível global. A 180 Seguros está posicionada no centro desta transformação, conectando a oferta de seguros a fintechs, instituições financeiras e varejistas em geral por meio de tecnologia proprietária que permite integração ágil, precificação inteligente, gestão operacional automatizada e otimização dos processos de emissão, regulação e liquidação de sinistros. **4. Desempenho Financeiro: 4.1 Indicadores-Chave de Desempenho:**

Indicador	2025	2024	Variação
Prêmios emitidos (GWP)	R$ 273.911 mil	R$ 26.868 mil	+919%
Prêmios ganhos	R$ 124.541 mil	R$ 6.308 mil	+1.875%
Sinistralidade (sinistros/prêmios ganhos)	4,9%	18,7%	-13,8 p.p.
Índice de comissionamento (custos aquisição/prêmios ganhos)	71,6%	57,3%	+14,3 p.p.
Índice de despesas administrativas (desp. admin/prêmios ganhos)	34,0%	172,0%	-138,0 p.p.
Prejuízo do exercício	R$ (22.389) mil	R$ (5.032) mil	–
Patrimônio líquido	R$ 71.405 mil	R$ 73.155 mil	-2,4%
Índice de solvência (PLA/CMR)	2,63x (163%)	8,70x (770%)	–

4.2 Receita - Prêmios emitidos e ganhos: No exercício de 2025, a Companhia atingiu prêmios emitidos de R$273.911 mil, representando crescimento de 919% em relação ao exercício anterior (R$26.868 mil). Este crescimento decorre da maturação dos canais de distribuição lançados ao longo de 2024 e do início de operação de novos parceiros ao longo de 2025, notadamente nos segmentos de prestamista, acidentes pessoais e transações financeiras. Os prêmios ganhos totalizaram R$124.541 mil (R$6.308 mil em 2024), refletindo a variação das provisões técnicas de R$ (149.370) mil decorrente do crescimento acelerado da carteira e dos prazos de vigência dos contratos de seguros emitidos. A composição do portfólio ao final de 2025 apresentava diversificação em seis linhas de produto: acidentes pessoais (39%), prestamista (22%), transações financeiras (22%), vida (10%), garantia estendida (5%) e riscos diversos/residencial/empresarial (4%). **4.3 Resultado do exercício:** O prejuízo do exercício foi de R$ (22.389) mil (R$ (5.032) mil em 2024). O resultado reflete a fase de investimento e crescimento acelerado da Companhia, caracterizada por: (i) investimentos em tecnologia e plataforma; e (ii) estrutura administrativa dimensionada para suportar o crescimento projetado. A trajetória ao longo do exercício é relevante: a margem operacional evoluiu de -258% em janeiro de 2025 para -15% em novembro de 2025, demonstrando clara convergência para a rentabilidade à medida que: (a) a base de prêmios ganhos se expande mantendo combined rates saudáveis em todos os canais e produtos (b) e os custos fixos se diluem. **5. Posição Patrimonial e Capital: 5.1 Patrimônio líquido:** O patrimônio líquido ao final do exercício era de R$ 71.405 mil (R$ 73.155 mil em 2024), composto por:

Componente	31.12.2025	31.12.2024
Capital social (integralizado)	R$ 74.000 mil	R$ 74.000 mil
Capital social em aprovação	R$ 20.000 mil	–
Reserva de capital	R$ 3.159 mil	R$ 2.520 mil
Prejuízos acumulados	R$ (25.754) mil	R$ (3.365) mil
Total	**R$ 71.405 mil**	**R$ 73.155 mil**

5.2 Aumento de capital: Em Assembleia realizada em 3 de dezembro de 2025, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital no valor de R$20.000 mil, mediante emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias ao valor nominal de R$1,00 por ação. O aumento de capital encontrava-se, em 31 de dezembro de 2025, pendente de aprovação pela SUSEP (Processo nº 15414.675609/2025-17). Os recursos foram integralmente recebidos e estão classificados como "Capital social em aprovação" no balanço patrimonial. **5.3 Debênture subordinada:** Em maio de 2025, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis, da espécie subordinada (Código SEGS11), no valor total de R$ 12.000 mil, com as seguintes características:

Característica	Detalhe
Remuneração	DI + 7,0% a.a.
Pagamento de juros	Bimestral (meses ímpares)
Amortização	Parcela única no vencimento
Vencimento	13 de maio de 2035
Classificação	Subordinada

Os recursos captados destinam-se a reforçar a estrutura de capital da Companhia e financiar suas necessidades operacionais e estratégicas. Durante o exercício, foram provisionados R$1.581 mil e pagos R$1.252 mil a título de juros. **5.4 Capital regulatório e solvência:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava a seguinte posição de capital regulatório:

Indicador	31.12.2025	31.12.2024
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	R$ 78.566 mil	R$ 70.454 mil
Capital Mínimo Requerido (CMR)	R$ 29.820 mil	R$ 8.100 mil
Suficiência de capital	**163%**	**770%**
Índice de solvência (PLA/CMR)	**2,63x**	**8,70x**

O crescimento do CMR em relação a 2024 decorre do aumento significativo do capital de risco de subscrição, proporcional ao crescimento da carteira de prêmios. A Companhia encontra-se em conformidade com os requerimentos de capital e liquidez estabelecidos pela Resolução CNSP nº 432/2021. **6. Destaques Estratégicos: 6.1 Canais de distribuição:** A Companhia encerrou 2025 com uma base diversificada de canais de distribuição ativos, concentrados em cinco segmentos: bancos digitais, cooperativas de crédito, fintechs, correspondentes bancários e varejistas. **6.2 Inovações de produto:** Em 2025, a Companhia ampliou seu portfólio de seis linhas de produto, com destaque para os produtos de proteção de transações financeiras (seguro de Pix e fatura protegida), que apresentaram crescimento de 7.732% e se posicionam como diferencial competitivo em jornadas de pagamento digital. **6.3 Experiência do segurado:** A Companhia reafirma seu compromisso de promover a melhor experiência de seguros do mercado, utilizando a tecnologia como principal alavanca para humanizar e agilizar o atendimento. • Qualidade do atendimento: Mantivemos um índice de satisfação (CSAT) de excelência, superior a 90% durante o ano de 2025. Esse resultado foi potencializado pela modernização da nossa plataforma de atendimento e pela implementação de agentes de IA nos processos. • Eficiência na regulação de sinistros: No encerramento do exercício, atingimos a marca de 83% dos sinistros regulados em até 3 dias úteis, com uma média de 2,1 dias no total. Para 2026, a estratégia foca no uso intensivo de inteligência artificial para automatizar o processo e manter o padrão de qualidade em larga escala. • Parceria com a Porto: A Companhia firmou, em 2025, uma parceria com a Porto para a prestação de serviços de assistência patrimonial, unindo nossa plataforma tecnológica a uma das melhores redes de prestadores do mercado. A cooperação foca na entrega de excelência operacional e permite otimizar a jornada do cliente final, reforçando a proposta de valor da Companhia. **6.4 Tecnologia e inovação:** - Desenvolvimento do primeiro *MCP Server* para seguros na América Latina, avançando a visão de distribuição de seguros por inteligência artificial (B2B2AI); - Implementação de agentes de IA para automação de subscrição; - Redução do tempo de integração de novos parceiros por meio de APIs padronizadas. **6.5 Capital humano:** Reforçando o compromisso com a transparência, apresentamos a seguir a segregação da quantidade de funcionários por hierarquia e gênero: Em dezembro de 2025, o grupo contava com 117 colaboradores ativos (77 em 31 de dezembro de 2024), com 39% de representação feminina (40% em 31 de dezembro de 2024).

		2025		2024	
Nível Hierárquico	**Gênero**	**Quantidade**	**Proporção**	**Quantidade**	**Proporção**
	Masculino	26	76,5%	21	77,8%
Diretores e gerentes	Feminino	8	23,5%	6	22,2%
	Masculino	46	55,4%	25	50,0%
Especialistas e analistas	Feminino	37	44,6%	25	50,0%
	Masculino	72	61,5%	46	59,7%
Total	Feminino	45	38,5%	31	40,3%
Total Geral		**117**	**100,0%**	**77**	**100,0%**

A Companhia observa rigorosamente o princípio da equidade salarial, garantindo igualdade de remuneração entre mulheres e homens para funções equivalentes, em conformidade com a legislação vigente. Essa diretriz está incorporada aos seus processos de recrutamento, seleção, avaliação e promoção em todos os níveis da organização. **7. Gestão de Riscos:** A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos negócios e das mudanças da economia de uma forma geral. O processo de gerenciamento de riscos da companhia permite que eles sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados. Para isso, a Companhia adota política estruturada de gestão de riscos, com foco em vetores quantitativos e qualitativos. Os vetores abaixo descritos norteiam a Gestão de Riscos Qualitativa da Companhia: **Risco de subscrição:** O risco de subscrição é gerido por meio de políticas de aceitação e precificação, com monitoramento contínuo da sinistralidade por produto, canal de distribuição e região. A sinistralidade de 4,9% em 2025 reflete a boa qualidade da seleção de riscos, em consonância com a natureza dos produtos distribuídos. Adicionalmente, a companhia monitora periodicamente os acúmulos de risco por local segurado, bem como, as volatilidades inerentes aos capitais segurados, com o objetivo de nortear as estratégias de resseguro com base em mitigação do risco de severidade e otimização de capital. **Risco de crédito e liquidez:** O risco de crédito concentra-se nos prêmios a receber (R$14.324 mil) e nas operações com resseguradoras. A Companhia mantém posição de liquidez confortável, com caixa e aplicações financeiras de R$132.695 mil ao final do exercício (R$80.201 mil em 2024). A cobrança de prêmios apresentou taxa de recebimento superior a 90% nos primeiros 30 dias, contribuindo para a geração de caixa operacional positiva no acumulado do ano (R$4,5 milhões de fluxo de caixa operacional no exercício). No que se refere às operações de resseguro, a companhia monitora mensalmente os saldos de créditos com resseguradores, não tendo sido registrada nenhuma negativa ou default de recuperação, mostrando-se adequados os procedimentos adotados para mensuração das respectivas Reduções ao Valor Recuperável. **Resseguro:** A Companhia mantém contratos de resseguro para proteção dos diversos portfólios em operação contra os riscos de severidade, bem como, para otimização de capital. Neste sentido, todas as contratações seguem as diretrizes contidas na Política de Resseguro, destacando a orientação para efetivação de contratos com resseguradores locais objetivando, também, a mitigação do risco de crédito inerente às operações de resseguro. Os vetores abaixo descritos norteiam a Gestão de Riscos Quantitativa da Companhia: **Riscos de Solvência e Liquidez:** A Companhia não toma riscos regulatórios e, diante desta perspectiva, com base no plano de negócios de médio prazo (3 anos) efetua-se o monitoramento das projeções de Índices de Solvência e Liquidez, com vistas aos respectivos níveis de alerta estabelecidos na Política de Gestão de Riscos para os referidos Índices. Este procedimento tem por objetivo substanciar a estratégia de crescimento da Companhia, bem como, estabelecer planos de ações para manutenção dos referidos Índices acima dos respectivos níveis de alerta. **Riscos de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional:** A Companhia monitora os Riscos acima descritos com base na mensuração dos respectivos Capitais Regulatórios e avaliação dos resultados em relação aos apetites descritos para cada um dos mesmos na Política de Gestão de Riscos. Estes monitoramentos tem por objetivo validar a estratégia de operação da Companhia, focada em contratos de seguro estruturados em regime de repartição simples, privilegiando o Risco de Subscrição em detrimento dos demais Riscos. **8. Governança Corporativa: 8.1 Estrutura Organizacional e de governança:** A Companhia adota definição formal das funções atribuídas aos diretores estatutários, bem como, das diversas áreas da Companhia, que estão estruturadas de forma a obedecer os requisitos de Linhas de Defesa dos objetivos estratégicos da Companhia. A estrutura organizacional tem foco na segregação entre funções técnicas e administrativo-financeiras, garantindo maior eficiência operacional, governança e adequada gestão das carteiras de seguros, além de observar as boas práticas de governança corporativa, os critérios previstos na Política de Alçadas e o disposto nas normas do órgão regulador - SUSEP, assegurando a adequada segregação de funções e a mitigação de potenciais conflitos de interesse, ainda que determinadas atribuições possam ser exercidas cumulativamente. **8.2 Comitês:** Os Comitês formais mantidos pela Companhia são o Comitê Atuarial e o Comitê de Subscrição. O Comitê Atuarial é realizado em periodicidade mensal com objetivo de apresentar a Alta Administração e, quando necessário aprovar procedimentos e planos de ações, inerentes aos temas Atuariais, de Resseguro, Monitoramentos de Segunda Linha de Defesa e Gestão de Riscos. O Comitê de Subscrição é realizado em periodicidade não superior a trimestral com o objetivo de apresentar a Alta Administração e, quando necessário aprovar procedimentos e planos de ações, inerentes aos critérios de Precificação e Subscrição e monitoramentos de Primeira Linha de Defesa. **8.3 Política de dividendos:** Conforme previsto no Estatuto Social, sobre o lucro líquido apurado em cada exercício, é constituída a reserva legal à razão de 5%, até o limite de 20% do capital social, o saldo terá destinação deliberada pela assembleia geral Em razão do prejuízo apurado no exercício de 2025, não há distribuição de dividendos a propor. **8.4 Honorários de auditoria:** Em atendimento ao NBC PA 400, e considerando a classificação da entidade como de interesse público, os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e de asseguração limitada exigidos pelo órgão regulador foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. Os honorários anuais contratuais brutos de tributos totalizaram R$650.637 em 2025. **9. Perspectivas:** Para o exercício de 2026, a Companhia concentrará esforços nas seguintes prioridades estratégicas: Crescimento disciplinado: A Companhia possui 12 canais de distribuição contratados com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2026, abrangendo bancos digitais, cooperativas de crédito e fintechs. A prioridade é executar os lançamentos com qualidade e velocidade, ampliando a base de prêmios emitidos e diversificando a concentração de receita. Caminho para a rentabilidade: A trajetória de melhoria contínua da margem operacional observada ao longo de 2025 sustenta a perspectiva de convergência para resultado positivo, por meio da combinação de alavancagem operacional (diluição de custos fixos), otimização do índice de comissionamento e manutenção da qualidade de subscrição. Inovação e tecnologia: O avanço da plataforma de distribuição baseada em inteligência artificial (B2B2AI), incluindo a evolução do MCP Server e de agentes de IA para subscrição e atendimento, constitui diferencial competitivo estratégico para a conquista de parceiros de grande porte. Gestão regulatória: A aprovação do aumento de capital de R$20.000 mil pela SUSEP, a conclusão do processo prudencial COMOC e a preparação para a futura adoção do IFRS 17/CPC 50 são prioridades de gestão regulatória para o exercício. Projeto de constituição de sociedade de capitalização: Em 05/12/2025, a Companhia protocolou junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pedido de autorização para constituição de sociedade de capitalização, a qual será controlada pela Companhia. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, o referido pedido permanecia em análise pelo órgão regulador. A constituição da referida sociedade está condicionada à obtenção da autorização prévia da SUSEP, não havendo, até a data-base, integralização de capital ou efeitos patrimoniais registrados nas presentes demonstrações financeiras. A Administração reforça que as perspectivas apresentadas refletem intenções e expectativas que podem ser impactadas por fatores macroeconômicos, regulatórios e de mercado. **10. Eventos Subsequentes:** Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, os seguintes eventos subsequentes relevantes são registrados: - Aumento de capital: O processo de aprovação do aumento de capital de R$20.000 mil encontra-se em andamento perante a SUSEP, com resposta apresentada pela Companhia com documentação complementar sobre a origem dos recursos. **11. Agradecimentos:** A Administração agradece a confiança depositada por seus acionistas, a dedicação de seus colaboradores, a parceria dos canais de distribuição, o suporte da MapfreRe e dos demais resseguradores, a supervisão construtiva da SUSEP e a contribuição dos auditores independentes KPMG para a integridade de nossas operações.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

Mauro Levi D'Ancona | Diretor-Presidente

Henrique Saragoça | Contador | CRC 1SP303721/O-4

Aline Antunes | Atuária | MIBA 2928

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativos	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Circulante		**265.296**	**92.408**
Disponível	**5**	**10.599**	**5.840**
Caixa e Bancos		356	2.423
Equivalentes de Caixa		10.244	3.418
Aplicações	**6**	**122.096**	**74.361**
Créditos das operações de seguros e resseguros		**14.537**	**4.774**
Prêmios a receber	**7**	13.658	4.109
Operações com resseguradoras		188	60
Outros Créditos Operacionais		690	606
Títulos e Créditos a receber		**1.583**	**768**
Créditos tributários e previdenciários	**8**	431	530
Outros créditos	**9**	1.152	237
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	**10**	**5.651**	**756**
Custos de aquisição diferidos	**11**	**110.708**	**5.908**
Seguros		110.708	5.908
Despesas antecipadas		**122**	**–**
Ativo não circulante		**16.420**	**9.208**
Créditos das operações de seguros e resseguros		**666**	**–**
Prêmios a receber	**7**	666	–
Títulos e Créditos a receber		**–**	**1.008**
Créditos tributários e previdenciários	**8**	–	1.008
Custos de aquisição diferidos	**11**	**7.345**	**5.494**
Seguros		7.345	5.494
Ativo de Resseguro e Retrocessões		**779**	**–**
Imobilizado		**4**	**6**
Bens móveis		4	6
Intangível	**12**	**7.627**	**2.700**
Outros intangíveis		7.627	2.700
Total do ativo		**281.716**	**101.615**

Passivo	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Passivo circulante		**181.427**	**17.707**
Contas a pagar		**5.526**	**2.351**
Obrigações a pagar	**13**	3.532	1.378
Impostos e encargos sociais a recolher	**14**	692	721
Encargos Trabalhistas	**15**	320	177
Impostos e Contribuições	**16**	974	75
Débitos das operações com seguros e resseguros	**17**	**19.380**	**3.949**
Prêmios a restituir		–	71
Operações com resseguradoras	**17.A**	7.041	520
Corretores de seguros e resseguros	**17.B**	12.339	3.358
Provisões Técnicas Seguros	**18**	**156.519**	**11.407**
Danos		8.954	3.849
Vida		147.565	7.558
Passivo não circulante		**28.884**	**10.753**
Débitos das operações com seguros e resseguros	**17**	**551**	**–**
Operações com resseguradoras	**17.A**	55	–
Corretores de seguros e resseguros	**17.B**	496	–
Provisões Técnicas Seguros	**18**	**16.004**	**10.753**
Danos		5.682	1.220
Vida		10.322	9.533
Outros Débitos		**12.329**	**–**
Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida	**19**	12.329	–
Patrimônio líquido	**20**	**71.405**	**73.155**
Capital social	**20.A**	74.000	74.000
Capital social em aprovação		20.000	–
Reserva de Capital		3.159	2.520
Prejuízos Acumulados		(25.754)	(3.365)
Total do passivo e patrimônio líquido		**281.716**	**101.615**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Prêmios Emitidos	**21**	273.911	26.868
Variação das provisões técnicas	**22**	(149.370)	(20.560)
Prêmios ganhos		**124.541**	**6.308**
(–) Sinistros Ocorridos	**23**	(6.103)	(1.178)
(–) Custos de Aquisição	**24**	(89.122)	(3.612)
(–) Outras receitas e despesas operacionais	**25**	(11.610)	(416)
Resultado com Resseguro	**26**	**(737)**	**(403)**
Despesa com resseguro		(981)	(488)
Receita com resseguro		244	85
Despesas administrativas	**27**	(42.327)	(10.851)
Despesas com tributos	**28**	(7.758)	(1.195)
Resultado Financeiro	**29**	**11.735**	**5.632**
Receitas Financeiras		13.324	5.636
Despesas Financeiras		(1.589)	(4)
(=) Resultado Operacional		**(21.381)**	**(5.715)**
Resultado antes dos impostos		**(21.381)**	**(5.715)**
Imposto de renda		(630)	427
Contribuição social sobre o lucro		(378)	256
Prejuízo do exercício		**(22.389)**	**(5.032)**
Quantidade de ações		94.000.000	74.000.000
Prejuízo por ação		(0,0002)	(0,0001)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2025	31.12.2024
Prejuízo do exercício	**(22.389)**	**(5.032)**
Resultado abrangente do exercício	**(22.389)**	**(5.032)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de Reais)*

Descrição	Capital social	Capital social em aprovação	Reserva de capital	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Resultados acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01 de janeiro 2024	**29.000**	**–**	**810**	**1.560**	**103**	**–**	**31.474**
Aumento de Capital	45.000	–	–	–	–	–	**45.000**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(5.029)	**(5.029)**
Absorção do prejuízo líquido	–	–	–	(1.560)	(103)	1.664	**–**
Pagamento baseado em ações/opções	–	–	1.710	–	–	–	**1.710**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**74.000**	**–**	**2.520**	**(0)**	**0**	**(3.365)**	**73.155**
Aumento de Capital em aprovação	–	20.000	–	–	–	–	**20.000**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(22.389)	**(22.389)**
Pagamento baseado em ações/opções	–	–	639	–	–	–	**639**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**74.000**	**20.000**	**3.159**	**(0)**	**0**	**(25.754)**	**71.405**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	12/2025	12/2024
Prejuízo do Exercício	**(22.389)**	**(5.029)**
Ajuste para		
Depreciações e Amortizações	1.725	924
Provisões Técnicas Seguros	150.364	20.814
Juros sobre dívida subordinada	1.581	–
Pagamento baseado em ações/opções	639	1.710
Custos de aquisição diferidos	(106.651)	(10.671)
Ativo fiscal diferido	1.008	(684)
Variação nas contas patrimoniais	**(45.616)**	**(42.958)**
Ativos financeiros	(47.735)	(43.450)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(10.429)	(4.145)
Ativos de Resseguro	(5.674)	(546)
Créditos tributários e previdenciários	99	(23)
Despesas antecipadas	(122)	236
Outros ativos	(914)	70
Obrigações a pagar	2.163	1.039
Impostos e encargos sociais a recolher	(29)	542
Encargos Trabalhistas	142	70
Débitos das operações com seguros e resseguros	15.982	3.192
Passivo Fiscal Corrente	899	56
Outros passivos	2	–
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	**(19.339)**	**(35.894)**
Atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(6.650)	(3.562)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(6.650)**	**(3.562)**
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	20.000	45.000
Emissão de dívida subordinada	12.000	–
Juros pagos sobre dívida subordinada	(1.252)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**30.748**	**45.000**
Aumento/redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**4.759**	**5.544**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.840	296
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.599	5.840
Aumento/redução líquida de caixa e equivalente de caixa	**4.759**	**5.544**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A 180 Seguros S.A. (doravante denominada "180 Seguros") é constituída em forma de sociedade empresária anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na rua João Moura 346, andares 12 e 13, conjunto 121 e 131 - Pinheiros - São Paulo - SP - CEP 05412-001. A Empresa foi constituída em 2021 e em maio de 2023 recebeu autorização da SUSEP para operar como sociedade seguradora, no segmento S3 para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. O comunicado oficial foi realizado no dia 22 de maio de 2023 no diário oficial da união, e através da portaria SUSEP nº 8.131 de 4 abril de 2023, e portanto, iniciou suas operações de comercialização de produtos de seguros dos segmentos danos e pessoas, em todo território nacional, em 2023. A 180 Seguros é controlada 100% pela 180 Seguros Empreendimentos e Participações Ltda., com sede na cidade de São Paulo - SP. Seu controlador final é a 180 Holdings Ltd., sociedade constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, com sede nos escritórios de Campbells Corporate Services Ltd., Floor 4, Willow House, Cricket Square, Grand Cayman KY1-9010 - Ilhas Cayman. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a. Base de preparação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que incluem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendados pela SUSEP através da Circular nº 648 de 2021, atualizada pela Circular nº 678 de 2022, e alterações posteriores. A preparação das informações financeiras considera o custo histórico com exceção dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e provisões técnicas. As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal da Companhia e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria no dia 25 de fevereiro de 2026. **b. Moeda Funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da 180 Seguros. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e respectivas premissas são baseadas na experiência histórica da Administração, em informações disponíveis na data de reporte e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, e eventuais revisões são reconhecidas prospectivamente no período em que ocorrerem. A Companhia avaliou que os principais julgamentos e estimativas aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras são os seguintes: a) Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia são classificados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração do valor justo é realizada com base, predominantemente, em dados observáveis de mercado, incluindo cotações divulgadas por fontes independentes e preços praticados em mercados ativos, reduzindo significativamente o nível de julgamento envolvido no processo de mensuração. b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros: A constituição dos passivos de seguros envolve o uso de premissas e estimativas atuariais relacionadas, principalmente, às expectativas de sinistralidade, frequência e severidade de eventos cobertos, padrões históricos de liquidação e prazos estimados para encerramento de sinistros. Tais premissas são revisadas periodicamente, com base na experiência observada e em informações disponíveis, podendo resultar em ajustes nos valores registrados quando necessário. c) Estimativas e julgamentos utilizados na mensuração de Programas de remuneração baseada em ações/opções (stock options): A mensuração das despesas relacionadas a programas de remuneração baseada em ações requer a utilização de premissas e estimativas, incluindo, entre outras, o valor justo dos instrumentos concedidos, prazo de aquisição de direitos, condições de permanência e expectativas de exercício. Alterações nessas premissas podem impactar o reconhecimento das despesas ao longo do período de vesting dos instrumentos. d) Estimativas e julgamentos no reconhecimento de provisões e contingências: O reconhecimento de provisões e a divulgação de contingências envolvem julgamento da Administração quanto à probabilidade de saída de recursos e à estimativa dos valores envolvidos. A avaliação considera a natureza dos processos, a opinião dos assessores jurídicos, a jurisprudência aplicável e a experiência histórica em situações semelhantes. As provisões são reconhecidas quando a obrigação presente é considerada provável e mensurável de forma confiável. **d. Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da Seguradora; • Está mantido essencialmente com propósito de ser negociado. **e. Novas normas, alterações e interpretações: Normas aplicáveis em períodos futuros:** Foram identificadas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas que estarão vigentes após 31 de dezembro de 2025, quando aprovadas pelo regulador: **CPC 51 - "Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis":** O CPC 51, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida, estabelece novos requisitos de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com foco no aumento da comparabilidade e transparência do desempenho operacional. Principais mudanças introduzidas pela norma: A norma altera de forma relevante a estrutura da DRE e dos relatórios de desempenho, destacando: • Introdução obrigatória de novos subtotais de resultado, incluindo Resultado Operacional e Resultado Operacional Após Investimentos. • Classificação atualizada de receitas e despesas em três categorias: operacionais, investimentos e financiamento. • Requisitos aprimorados para medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs), incluindo reconciliações detalhadas. A adoção do CPC 51 deverá implicar ajustes significa-

continua →★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA 180 SEGUROS S.A.

tivos na apresentação das demonstrações financeiras, de forma a refletir as novas categorias previstas no pronunciamento. Adicionalmente, haverá incremento nas exigências de divulgação, abrangendo explicações detalhadas sobre critérios de alocação e reconciliações formais das métricas de desempenho utilizadas pela administração. Por fim, a SUSEP ainda não referendou tal pronunciamento e portanto não há expectativa, no momento, de impactos relevantes. **Lei Complementar nº 224 - Reforma Tributária:** A Lei Complementar nº 224 instituiu alterações estruturais no sistema tributário nacional, incluindo a substituição gradativa de tributos incidentes sobre o consumo por novos modelos de tributação. Considerando a natureza das operações da Seguradora, os principais pontos sob avaliação incluem: • eventuais alterações na tributação incidente sobre receitas de prêmios e serviços acessórios; • impactos na cadeia de prestadores e parceiros comerciais; • possíveis reflexos na formação de preços e margens operacionais; • efeitos sobre créditos tributários e estrutura de compensações. A Administração acompanha a regulamentação complementar e o cronograma de transição. **3. Resumo das principais políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **a. Caixa, bancos e equivalentes de caixa: Caixa, Bancos:** O saldo de caixa e bancos compreende disponibilidades mantidas em espécie e depósitos à vista em instituições financeiras. Esses saldos são apresentados pelo valor nominal e estão sujeitos a riscos mínimos de mudança de valor. **Equivalentes de Caixa:** Os equivalentes de caixa incluem aplicações financeiras de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e com risco insignificante de mudança de valor. Para serem classificadas como equivalentes de caixa, essas aplicações devem atender cumulativamente aos seguintes critérios, conforme estabelecido pelo CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa: (i) serem mantidas com o propósito de atender compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins; (ii) possuírem alta liquidez, permitindo sua conversão imediata em montantes conhecidos de caixa; e (iii) estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Normalmente, referem-se a investimentos com vencimento original de até três meses a partir da data da aplicação. **b. Aplicações financeiras (instrumentos financeiros):** ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a 180 Seguros se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro pode ser classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; - Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado abrangentes; - Ativos financeiros registrados a custo amortizado. Segundo CPC 48 os ativos financeiros, para serem registrados em uma das categorias acima (ativos financeiros a VJR ou a custo amortizado), precisam passar pelo teste de SPPJ (somente pagamento de principais e juros). Ou seja, os instrumentos financeiros detidos pela Companhia precisaram ser testados em relação a seus componentes - caso o ativo financeiro se restrinja apenas ao Principal (valor original do investimento ou valor nominal) e ao pagamento de juros (considerado como remuneração do valor principal ao longo do tempo, que compensa o investidor pelo risco de crédito e pelo valor do dinheiro no tempo), o ativo pode ser mensurado a custo amortizado e passará no teste de SPPJ; caso contrário, falhará no teste de SPPJ e deve ser mensurado ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros registrados na 180 Seguros foram submetidos ao teste de SPPJ para definição da classificação de mensuração. Verificou-se que os instrumentos representativos de crédito apresentam fluxos de caixa compatíveis com pagamentos de principal e juros. Todavia, os investimentos alocados em fundos possuem exposição a riscos de mercado e desempenho patrimonial, não estando, portanto, enquadrados como SPPJ. Considerando o resultado dessa análise, bem como o modelo de negócios adotado para gestão da carteira - orientado à realização de resultados por meio de negociação ativa e gestão baseada em fair value - concluiu-se pela mensuração ao valor justo por resultado (VJR) para todo o grupo de ativos. Dessa forma os ativos financeiros são classificados no momento do reconhecimento inicial, de acordo com a seguinte categoria: Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando o modelo de negócios é classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. ***Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros:*** A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis: **Nível I:** Preços cotados em mercados ativos; **Nível II:** "Inputs", exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível III:** Premissas para o ativo que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Compete ao Diretor Financeiro (CFO) determinar o valor e onde serão alocados os investimentos da 180 Seguros, considerando sua estratégia de investimentos de acordo com o gerenciamento dos fluxos de caixa de curto e longo prazo e observando as diretrizes firmadas na Política de Gestão de Caixa, Investimentos e Liquidez. **c. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no não reconhecimento também é reconhecido no resultado. Portanto, compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições, outras contas a pagar e debêntures, que são reconhecidos e mantidos a custo amortizado. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras compreendem substancialmente a rendimentos das aplicações financeiras e despesas com juros, que são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **e. Crédito das operações de seguros e resseguros:** São representados pelos prêmios a receber de seguros e sinistros a recuperar de resseguradoras. São contabilizados pelo custo e são avaliados para impairment (redução ao valor recuperável) a cada data de balanço. A rubrica "Outros Créditos Operacionais" compreende os montantes a receber oriundos das operações estabelecidas com terceiros, como Resseguradoras, Canais de Distribuição e Companhias de Capitalização, vinculados à intermediação de contratos de seguros. Trata-se de uma conta de natureza transitória, representando ativos cujos valores são considerados realizáveis com alto grau de certeza. **f. Redução ao valor recuperável: Ativos não financeiros:** O valor recuperável de um ativo é definido como o maior valor entre o valor justo (líquido de despesas de venda) de um ativo ou de unidade geradora de caixa (UGC) e o seu valor em uso (fluxos de caixa futuros descontados por uma taxa apropriada), conforme determinação no Pronunciamento CPC 01 (R1). Anualmente a equipe contábil avalia o valor recuperável de seus ativos para verificar a necessidade de reconhecimento de uma perda por imparidade. **Ativos financeiros:** A Companhia aplica as disposições do CPC 48 - Instrumentos Financeiros para avaliação de perda de crédito esperada ("Expected Credit Loss - ECL") em seus ativos financeiros. Ainda que a totalidade das aplicações financeiras seja mensurada ao valor justo por meio do resultado (VJR), a Administração conduz avaliação periódica do risco de crédito associado aos ativos detidos. Na data-base destas informações financeiras, a maior parte dos ativos financeiros da Companhia é composta por títulos públicos federais, notadamente Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), incluindo exposições realizadas por meio de fundos de investimento cuja carteira é exclusivamente alocada nesses instrumentos. Considerando a natureza soberana do emissor, a elevada qualidade de crédito desses ativos e a inexistência de histórico de inadimplência, a Administração avaliou que o risco de default é imaterial. **Operações com contratos de seguros e resseguros:** Adicionalmente, a redução ao valor recuperável dos prêmios da 180 Seguros é apurada e constituída atendendo aos requisitos específicos dispostos no art. 137 da Circular SUSEP 678/2022 e Pronunciamentos nº 1 e nº 11 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essa redução representa uma perda por desvalorização ou expectativa de não realização do ativo, sendo reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. Neste contexto, a 180 Seguros, mensalmente, efetua apuração dos montantes relacionados a redução do valor recuperável de prêmios de seguros e ativos de resseguro observando os critérios estabelecidos em estudo técnico específico, cujas respectivas metodologias são revisadas nas datas-base de elaboração das informações contábeis, considerando: Para redução a valor recuperável de prêmios de seguro: (i) Prêmios de seguros a receber de riscos decorridos, inadimplentes por período superior a 30 (trinta) dias e segmentados por ramo de seguro; (ii) Cálculo de probabilidade de inadimplência dos referidos prêmios a partir de dados históricos da Companhia por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data-base de atualização do estudo; (iii) Nas datas-base nas quais o saldo de prêmios a receber de riscos decorridos e inadimplentes por período superior a 30 (trinta) dias for equivalente a zero não haverá constituição de redução a valor recuperável; em caso de saldo positivo, a redução a valor recuperável corresponderá ao produto entre as variáveis descritas nas alíneas (i) e (ii) acima. Para redução a valor recuperável de créditos com resseguridor: (i) Ativos de resseguro relacionados a sinistros incorridos e créditos com resseguridor; (ii) *default* de crédito para cada um dos resseguradores caracterizados como sendo contra partes da Companhia em operações de resseguro; (iii) Histórico de perdas e não recuperação de créditos com resseguridor por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data-base de atualização do estudo; (iv) Variáveis econômicas utilizadas para o cálculo de probabilidade de inadimplência de ressegurador, quando aplicável; (v) fator de ponderação de risco para cada um dos resseguradores caracterizados como sendo contra partes da Companhia em operações de resseguro; (vi) a redução a valor recuperável corresponderá ao produto entre as variáveis descritas nas alineas (i) e (v), acima, apurada de forma segregada para cada um dos resseguradores caracterizados como sendo contra-partes da Companhia em operações de resseguro. **g. Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida:** Composto por debêntures reconhecidas inicialmente por seus valores de contratação, deduzidos dos respectivos custos de transação, e atualizados de acordo com as taxas de juros pactuadas. **h. Operações com resseguradoras:** A transferência de riscos por meio da cessão de resseguro é uma prática comum da Companhia como parte integrante de suas operações normais, visando mitigar riscos e potenciais perdas através da diversificação. Os ativos e passivos associados às transações de resseguro são apresentados de forma bruta, sem considerar as recuperações ativas correspondentes, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime a Companhia de suas obrigações para com os segurados. **i. Contratos de seguros:** A Companhia emite uma variedade de contratos de seguros gerais destinados à transferência de riscos segurados. No contexto desses contratos, considera-se que um contrato de seguro é estabelecido quando a Companhia assume um risco de seguro substancial e adverso ao segurado, comprometendo-se a compensá-lo diante de eventos futuros, incertos, específicos ou prejudiciais ao segurado. O risco de seguro é considerado significativo quando a probabilidade de efetuar pagamentos substanciais em benefícios aos segurados, em caso de ocorrência de um evento segurado com substância comercial, é maior do que os benefícios pagos caso tal evento não se concretize. **j. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição diferidos são compostos pelas porções dos custos associados à obtenção de contratos de seguros, os custos de aquisição são compostos essencialmente por comissão, representação e estipulação, referentes a períodos em que o risco ainda não transcorreu, sendo apropriados ao resultado de forma linear proporcional ao tempo decorrido até o fim da vigência das apólices. O prazo médio ponderado de diferimento dos custos de aquisição diferidos até fim do exercício foi de 21 meses (29 em 2024). **k. Imobilizado:** O ativo imobilizado é avaliado com base no custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e redução ao valor recuperável acumulada quando aplicável. A depreciação dos ativos fixos segue o método linear, utilizando as taxas de amortização de 20% ao ano para equipamentos. No caso de benfeitorias em imóveis de terceiros, a estimativa da vida útil é determinada conforme estipulado nos contratos de aluguel. O reconhecimento do custo para substituir parte de um item do imobilizado ocorre quando há probabilidade de os benefícios econômicos futuros, embutidos no bem, serem recuperados e quando o custo pode ser mensurado de forma confiável. Os custos de reparos de rotina do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são realizados. Os ganhos e perdas provenientes da alienação de um ativo imobilizado são calculados pela comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do período. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, em cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é reduzido imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil. **l. Intangível:** Os gastos relacionados a contratos de exclusividade com canais de distribuição são avaliados pela Companhia quanto à sua natureza e ao potencial de geração de benefícios econômicos futuros. Quando aplicável, tais valores são reconhecidos como ativos intangíveis e amortizados pelo método linear ao longo dos prazos contratuais correspondentes. A Companhia adota o CPC 04 (Ativo Intangível) como base para o reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos. Nesse contexto, os contratos de exclusividade de distribuição são analisados individualmente, considerando seus termos e condições específicos, com o objetivo de determinar o tratamento contábil mais adequado. Adicionalmente, pagamentos variáveis previstos nesses contratos são avaliados conforme sua natureza e finalidade. Valores condicionados ao atingimento de eventos futuros ou ao cumprimento de marcos contratuais são provisionados conforme o atingimento parcial desses marcos, caso haja mudança no atingimento das metas esse saldo é revertido. A Companhia avalia se esses desembolsos devem ser capitalizados como ativos intangíveis, quando associados à geração de benefícios econômicos futuros, ou reconhecidos diretamente como despesa no resultado do período caso não esteja relacionado a benefícios futuros. **n. Provisões Técnicas de Seguros: Provisões Técnicas de Seguros:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com os critérios e as regulamentações vigentes estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG): É calculada "pró-rata" dia e** tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios emitidos referente ao período a decorrer dos riscos a partir da data-base de cálculo. **Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE):** tem por objetivo estimar a parcela de prêmios referente ao período de risco a decorrer dos riscos assumidos e ainda não emitidos na data-base de cálculo. A estimativa objeto desta Provisão é embasada em dados próprios da Companhia dos últimos 36 meses, considerando metodologia de *chain-ladder*, para os ramos com massa suficiente, bem como em dados públicos do mercado de seguros do Brasil, oriundos do SES SUSEP, para os demais ramos, considerando a representatividade da PPNG-RVNE constituída por congêneres que operam nos mesmos ramos que a Companhia. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** é constituída para os sinistros administrativos e judiciais, com base na estimativa dos valores a liquidar a partir do recebimento do aviso de sinistros, eventos ou notificação de processos judiciais. **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNeR):** tem por objetivo adequar o saldo da PSL estimando as flutuações dos valores dos sinistros durante o processo de regulação até a efetiva liquidação. A estimativa objeto desta Provisão está embasada na metodologia de *chain-ladder*, utilizando os dados de desenvolvimento de sinistros da Companhia nos últimos 36 meses. **Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNyR):** tem por objetivo estimar o valor dos sinistros ocorridos e ainda não avisados à Seguradora, até a data-base de cálculo. A estimativa objeto desta Provisão está embasada na metodologia de *chain-ladder*, utilizando os dados de desenvolvimento de sinistros da Companhia nos últimos 36 meses, para os ramos com massa suficiente, e em uma sinistralidade projetada a partir de dados públicos do mercado de seguros do Brasil, oriundos do SES SUSEP, para os demais ramos, considerando a experiência de congêneres que operam nos mesmos ramos que a Companhia. **Provisão de Despesa Relacionada (PDR):** tem por objetivo estimar os valores relativos a despesas relacionadas aos sinistros. A provisão abrange as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação dos sinistros ocorridos e avisados e ocorridos e não avisados. A estimativa objeto desta Provisão é calculada a partir das respectivas provisões, PSL e IBNyR, embasada na experiência da Companhia para os ramos com massa suficiente, e em dados públicos do mercado de seguros do Brasil, oriundos do SES SUSEP, para os demais ramos, considerando a experiência de congêneres que operam nos mesmos ramos que a Companhia. **Provisão de Excedentes Técnicos (PET):** tem como objetivo estimar os valores relativos à distribuição de excedentes decorrentes de superávits técnicos, conforme previsto em contrato ou regulamento. Para tanto, são consideradas as receitas e despesas que compõem o excedente técnico, bem como o período de apuração, forma de pagamento, percentuais de repasse e demais condições expressamente estabelecidas contratualmente. **Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR):** é constituída para montantes referentes a devolução e restituição de prêmios aos segurados, até que haja a efetiva liquidação financeira, fato gerador da baixa da provisão. Destaca-se que, quando aplicável, haverá constituição da parcela desta provisão correspondente às operações de resseguro. **Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** O teste de adequação dos passivos é calculado nos fechamentos semestrais, para todos os contratos de seguro vigentes, em conformidade com as disposições contidas na Circular SUSEP nº 648/21, e suas alterações posteriores. Nele, são estimados os valores presentes das estimativas realistas dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, incluindo sinistros a ocorrer e ocorridos (avisados ou não) e as respectivas despesas, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos. Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022. Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas visando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos. O valor presente das estimativas realistas dos fluxos de caixa futuros dos riscos assumidos baseia-se nos prêmios de risco estimados, em curvas de pagamentos que mensuram o tempo entre pagamento e início de vigência, ocorrência e aviso de sinistros e na estrutura a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ), divulgada pela SUSEP. O valor presente das estimativas realistas dos fluxos de caixa futuros dos riscos assumidos é determinado a partir dos prêmios de risco projetados, definidos como a razão entre os sinistros incorridos (pagos e pendentes) e a exposição ao risco do respectivo grupo de contratos. Para grupos com experiência de sinistros, adota-se o prêmio de risco observado entre 01/09/2023 e 31/12/2025, compatibilizando a maturação das carteiras ao período total de operação desta seguradora. Para grupos sem experiência de sinistro, o prêmio de risco é estabelecido com base nas premissas da Nota Técnica Atuarial de Produto. Para a cobertura morte de qualquer causa, a premissa biométrica de mortalidade é obtida a partir da Tábua BR-EMS mt v.2021 - male. Esses fluxos são trazidos a valor presente utilizando a estrutura a termo das taxas de juros livres de risco (ETTJ), divulgada pela SUSEP, considerando o indexador da taxa prefixada, conforme a curva aplicável na data-base do teste. O valor presente das estimativas realistas dos fluxos de pagamento referente aos sinistros a ocorrer de riscos vigentes, incluindo as despesas relacionadas, foi comparado à soma dos saldos das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE, líquidas das respectivas Despesas de Comercialização Diferidas. Neste contexto, o referido valor presente representa aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos saldos contabilizados para as respectivas Provisões Técnicas, líquidas das respectivas Despesas de Comercialização Diferidas. Por consequência, observa-se que a suficiência da PPNG e PPNG-RVNE para liquidação dos compromissos futuros referentes a sinistros a ocorrer é de aproximadamente 50% (cinquenta por cento) dos respectivos montantes contabilizados, líquidos das respectivas Despesas de Comercialização Diferidas. O valor presente das estimativas realistas do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis. O valor presente das estimativas realistas do fluxo de pagamento referente aos sinistros ocorridos, avisados ou não, incluindo as despesas relacionadas, foi comparado com os saldos das provisões técnicas PSL, contendo o ajuste da IBNeR, IBNyR e PDR. Não foram identificadas insuficiências. Os fluxos realistas são projetados considerando as premissas realistas de risco para os itens segurados vigentes na data-base de cálculo, os percentuais de Despesas Administrativas de 7,32% aplicáveis para fluxos registrados e 8,00% aplicáveis para fluxos não registrados e alíquota de 4,65% referente a PIS/COFINS. Eventuais insuficiências identificadas no cálculo do TAP, a partir das diferenças acima descritas, são registradas imediatamente como despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando decorrentes das estimativas realistas do fluxo de pagamento referente aos sinistros a ocorrer. Quaisquer outras insuficiências são reconhecidas como despesa no resultado do exercício através de constituição adicional na respectiva Provisão Técnica que esteja relacionada com a insuficiência.

Fluxos Registrados:

Tipo de Produto	*PPNG constituída líquida do CAD diretamente relacionado à PPNG*	*Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG*	*PCC-PPNG*	*Valor presente do fluxo de caixa relacionado a PPNG vs PPNG líquida de CAD*
Seguro Danos	5.897.739,79	2.701.585	*(3.196.155)*	*45,81%*
Seguro Pessoas	45.931.394,36	22.975.881	*(22.955.514)*	*50,02%*
Total	***51.829.134***	***25.677.466***	***(26.151.668)***	***49,54%***

Fluxos Não Registrados:

Tipo de Produto	*Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG futura de prêmios não registrados (saídas - entradas)*
Seguro Danos	(1.291.554)
Seguro Pessoas	(692.301)
Total	***(1.983.855)***

Conforme demonstrado nos quadros acima, a Companhia não identificou insuficiências que demandassem a constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) para o período. **o. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15%. **p. Reconhecimento de receitas e despesas operacionais:** As receitas e despesas operacionais são calculadas pelo regime de competência, seguindo o critério "pro rata die". (a) As receitas provenientes de prêmios de seguros, juntamente com os custos correspondentes de aquisição, são reconhecidas no momento da emissão das apólices, endossos e/ou faturas, proporcionalmente ao período decorrido das vigências dos seguros. (b) As receitas e despesas associadas a comissões e prêmios de resseguros resultantes da transferência de responsabilidade são reconhecidas pelo regime de competência, considerando a data de aceite dos riscos pelos resseguradores, além do valor proporcional ao decorrer do prazo das vigências. (c) As receitas e despesas relacionadas aos riscos vigentes, mas não emitidos são calculadas e reconhecidas no resultado, seguindo uma metodologia registrada na Nota Técnica Atuarial - NTA. (d) Os sinistros são registrados como despesa à medida que as notificações das ocorrências são recebidas pela Companhia. Além disso, o montante é complementado pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR), conforme a metodologia atuarial detalhada na Nota 4.p. (e) As receitas e despesas associadas aos ativos financeiros são reconhecidas conforme descrito na Nota 4.e. **q. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas informações financeiras, a menos que existam evidências que propiciem a garantia de sua realização. As provisões para passivos contingentes são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os de perdas remotas não requerem provisão e nem a divulgação. **r. Plano de Opções de Ações:** A 180 Seguros implementou um plano de incentivos de longo prazo, que consiste em opções de compra de ações (SOPs). O objetivo é oferecer aos colaboradores a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, alinhando assim seus interesses com os dos acionistas e incentivando a retenção de talentos-chave. Esses programas de remuneração baseada em ações são contabilizados como transações envolvendo ações da empresa. As despesas relacionadas a esses programas são registradas com base no valor justo na data em que são concedidas. Os valores justos das SOPs são reconhecidos como despesas ao longo do período em que os direitos são adquiridos, com base no tempo para as SOPs e em condições de vesting, para maiores informações vide nota 30. Remuneração baseada em ações/opções. **4. Estrutura de gerenciamento de riscos:** A empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Riscos de seguros; Risco de crédito; Risco de liquidez; Risco de mercado; Risco operacional; Risco de capital. **a. Risco de seguros:** A 180 Seguros adota uma estratégia de subscrição robusta, baseada na cuidadosa seleção de riscos para os produtos residencial e prestamista. Este processo visa alcançar uma frequência de sinistros adequada à carteira, ao mesmo tempo em que busca minimizar incidentes de fraude. A política de aceitação de riscos é embasada na experiência do setor e nas premissas atuariais. Além disso, a Companhia adota práticas de mitigação de riscos por meio da operação de resseguro. Através do Resseguro, a empresa busca diluir e homogeneizar sua responsabilidade perante os riscos assumidos. O contrato de resseguro estabelecido é definido como um quota-parte para a carteira de produtos residenciais. Essa abordagem visa não apenas reduzir a exposição a riscos, mas também proteger a Companhia diante de possíveis cenários adversos. A Companhia efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança atípica na variável sinistralidade das operações de seguros, pois esta é representativa dos efeitos da ocorrência de sinistros e sua severidade. O impacto da sinistralidade foi testado através de uma simulação de aumento e decréscimo de 5% (cinco por cento) no montante de sinistros, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme demonstrado na tabela abaixo. O percentual utilizado para fins das simulações abaixo demonstradas corresponde ao desvio padrão dos sinistros incorridos no segundo semestre de 2025, apurado com 95% (noventa e cinco por cento) de confiança.

i. Impacto no resultado:

Premissas atuariais	Saldo Contábil	Variação no resultado	2025 Impacto no resultado
Aumento de 5% na sinistralidade	6.104	305	-1%
Redução de 5% na sinistralidade	6.104	(305)	1%

Premissas atuariais	Saldo Contábil	Variação no resultado	2024 Impacto no resultado
Aumento de 5% na sinistralidade	1.178	59	-1%
Redução de 5% na sinistralidade	1.178	(59)	1%

ii. Concentração de risco: As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por ramo de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto.

Prêmio Emitido (*) Ramo	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	31.12.2025 Total
0112 - Assistência - Bens em Geral	21	309	62	1.168	85	1.644
0114 - Compreensivo Residencial	51	621	816	3.337	1.976	6.802
0118 - Compreensivo Empresarial	128	175	117	1.171	377	1.968
0171 - Riscos Diversos	238	4.073	2.340	5.821	3.370	15.843
0195 - Garantia Estend - Bens Geral	131	379	220	7.142	282	8.154
0929 - Seguro Funeral	24	227	127	578	60	1.016
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	173	1.870	678	5.861	26.115	34.697
0982 - Acidentes Pessoais Coletivo	41	430	318	1.542	228	2.558
0990 - Eventos Aleatórios	58	631	175	2.303	213	3.381
1329 - Funeral	171	588	189	1.268	495	2.711
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	573	1.330	832	4.379	1.430	8.544
1381 - Acidentes Pessoais	3.771	13.019	4.196	28.172	10.962	60.119
1390 - Eventos Aleatórios	1.008	3.510	1.675	10.710	3.752	20.654
1391 - Vida Individual	5.887	23.323	7.054	48.965	17.796	103.026
Total Geral	**12.276**	**50.486**	**18.799**	**122.418**	**67.139**	**271.117**

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R$ 2.794 (R$ 472 em dezembro de 2024).

Prêmio Emitido (*) Ramo	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	31.12.2024 Total
0114 - Compreensivo Residencial	35	293	615	3.237	1.668	**5.847**
0118 - Compreensivo Empresarial	2	21	35	481	95	**634**
0171 - Riscos Diversos	34	64	31	100	41	**270**
0195 - Garantia Estend - Bens Geral	23	54	40	1.125	51	**1.293**
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	165	435	204	1.467	5.764	**8.034**
1329 - Funeral	5	21	9	61	25	**121**
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	294	864	719	3.851	873	**6.6**
1381 - Acidentes Pessoais	100	449	197	1.291	533	**2.57**
1387 - Desemprego/Perda de Renda	3	7	9	45	18	**83**
1390 - Eventos Aleatórios	36	101	102	525	180	**944**
Total Geral	**696**	**2.309**	**1.961**	**12.182**	**9.248**	**26.397**

(*) As operações estão líquidas de RVNE no montante de R$ 472 (R$ 23 em dezembro de 2023).

b. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a 180 Seguros incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros. A Seguradora opta por administrar os riscos das contrapartes de resseguro, escolhendo apenas resseguradoras com credibilidade financeira sólida, conforme rating atribuído por agentes classificadores. A 180 Seguros possui sua contraparte de resseguro com diversas resseguradoras locais, que possuem alto nível de credibilidade financeira conforme avaliação de classificadores de riscos. Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de elevada liquidez e baixo risco, concentrando-se em CDBs e Títulos Públicos.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

Ativo	Vencto.	Sem rating	brAAA	brA	31.12.2025 Valor de mercado	31.12.2024 Valor de mercado
Caixa e Bancos	s/venc.	–	356	–	356	2.423
Equivalente de Caixa	s/venc.	–	10.244	–	10.244	3.418
Certificado de Depósito Bancário	28.07.2035	–	–	104	104	14.848
Letra Financeira do Tesouro	01.09.2026	–	121.991	–	121.991	59.512
Ativos de Resseguro	s/venc.	–	5.839	–	5.839	816
Prêmios a receber	s/venc.	14.324	–	–	14.324	4.109
Exposição máxima ao risco de crédito		**14.324**	**138.430**	**104**	**152.858**	**85.126**

c. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a 180 Seguros irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da 180 Seguros na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação. A 180 Seguros busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora sua liquidez através de níveis de alerta que servem de gatilho para diferentes planos de contenção e monitoramento conforme abaixo:

Liquidez > 117%: Situação Normal

117% <= Liquidez < 108%: Nível de Alerta Preliminar - Avaliação sobre persistência de queda no índice de liquidez e, em caso positivo, proposição de plano(s) de ação para recuperação, com aprovação do Comitê Atuarial; 108% <= Liquidez < 101%: Nível de Alerta Crítico - Gestor de Riscos efetua monitoramento do cumprimento do(s) plano(s) de ação em periodicidade não superior a mensal com a devida formalização ao Comitê Atuarial; Liquidez <= 101%: Nível de Alerta Definitivo - Gestor de Riscos convoca Comitê Atuarial e indica a necessidade de paralização de comercialização de novas apólices.

	Menos de um ano	Acima de um ano	31.12.2025 Total
Ativos Financeiros e relacionados a seguros e resseguros*	262.900	7.345	270.245
Passivos Financeiros e de Seguros**	180.443	28.884	209.327
Liquidez	**82.457**	**(21.539)**	**60.918**

	Menos de um ano	Acima de um ano	31.12.2024 Total
Ativos Financeiros e relacionados a seguros e resseguros	91.034	–	91.034
Passivos Financeiros e de Seguros	17.632	10.753	28.385
Liquidez	**73.402**	**(10.753)**	**62.649**

***Saldo é composto pelos seguintes:**
Caixa e equivalentes de caixa
Aplicação financeira
Prêmios a receber
Operações com resseguradoras
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas
Custos de aquisição diferidos

***\

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA 180 SEGUROS S.A.

Movimentação dos ativos financeiros:

	31.12.2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31.12.2025
Letra Financeira do Tesouro	59.512	117.620	(64.925)	9.783	121.991
Certificado de Depósito Bancário	14.848	100	(16.252)	1.407	104
Fundo de Investimento em Renda Fixa	–	24.980	(27.018)	2.038	–
Total	**74.360**	**142.700**	**(108.195)**	**13.228**	**122.095**

	31.12.2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31.12.2024
Letra Financeira do Tesouro	29.452	80.306	(54.564)	4.318	59.512
Certificado de Depósito Bancário	1.458	44.850	(32.764)	1.304	14.848
Total	**30.911**	**125.156**	**(87.328)**	**5.622**	**74.361**

7. Prêmios a Receber:

	31.12.2025	31.12.2024
a) Prêmios a receber por ramos de seguros:		
0114 - Compreensivo Residencial	1.012	1.123
0118 - Compreensivo Empresarial	324	191
0171 - Riscos Diversos	4.045	270
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	511	308
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	2.283	420
1329 - Funeral	1	12
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	3.068	1.471
1381 - Acidentes Pessoais	29	256
1390 - Eventos Aleatórios	115	57
0112 - Assistência - Bens em Geral	418	–
0982 - Acidentes Pessoais	519	–
0929 - Funeral	743	–
0990 - Eventos Aleatórios	1.257	–
	14.324	**4.109**

b) Movimentação do prêmio líquido a receber:	31.12.2025	31.12.2024
Saldo no início do exercício	**4.109**	**628**
Emissões	290.290	28.845
Cancelamentos	(2.883)	(489)
Recebimentos	(279.985)	(25.347)
Constituição - RVNE	2.794	472
Saldo no final do exercício	**14.324**	**4.109**

Os montantes acima apresentados são compostos dos prêmios comerciais acrescidos do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

c) Aging list de prêmios a receber de segurados:	31.12.2025	31.12.2024
A vencer até 60 dias	11.935	3218
A vencer de 61 a 120 dias	480	294
A vencer de 121 a 180 dias	418	232
A vencer de 181 a 365 dias	791	348
A vencer acima de 365 dias	666	–
Total a vencer	**14.290**	**4.092**
Vencidos até 60 dias	34	17
Total vencidos	**34**	**17**
Total	**14.324**	**4.109**

d) Prazo médio de parcelamento mensal: De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos, a Seguradora tem operado com uma média de parcelamentos em 4 vezes (2024 parcelamento médio em uma vez).

8. Créditos tributários e previdenciários:

a) Ativo fiscal corrente:	31.12.2025	31.12.2024
IRRF a compensar	421	530
PIS a compensar	2	–
COFINS a compensar	8	–
Total	**431**	**530**
b) Ativo fiscal diferido:		
Imposto de renda diferido - Diferenças Temporais	–	630
Contribuição Social diferida - Diferenças Temporais	–	378
Total de ativo fiscal diferido sobre diferenças temporais	**–**	**1.008**

A Companhia possui prejuízos fiscais e bases negativas de IRPJ e CSLL no montante de R$ 27.001 (R$ 6.098 em 2024), e um estoque de ativos fiscais diferidos não reconhecidos no montante de R$ 10.800 (2.439 em 2024) referente a base de prejuízo fiscal, adicionalmente a Companhia possui ativos fiscais diferidos não reconhecidos referentes a diferenças temporárias no montante de 1.264 (1.008 em 2024), tais ativos não foram reconhecidos em razão da ausência de evidências suficientes de geração de lucros tributáveis futuros.

9. Outros créditos:	31.12.2025	31.12.2024
Valores a receber operadora de cartão	232	224
Adiantamentos a colaboradores	12	–
Adiantamento a fornecedores	908	13
Total	**1.152**	**237**

10. Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas:

Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG	4.174
Risco Vigente não Emitido - RVNE	52
Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR	23
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	2
Sinistros a Recuperar - PSL	11
Provisão de Excedente Técnico - PET	1.389
Total	**5.651**

11. Custos de aquisição diferidos: Movimentação de custo de aquisição diferidos:

Ramos	31.12.2024	Constituição	(Apropriação)	31.12.2025
0114 - Compreensivo Residencial	1.525	3.080	(3.084)	1.521
0118 - Compreensivo Empresarial	243	1.167	(680)	730
0171 - Riscos Diversos	121	11.492	(11.390)	223
0195 - Garantia Estend - Bens Geral	817	5.135	(377)	5.575
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	2.638	14.265	(6.851)	10.051
1329 - Funeral	84	2.053	(625)	1.512
1377 - Prestamista (ex. Hab.` e Rural)	3.577	5.888	(3.361)	6.104
1381 - Acidentes Pessoais	1.794	45.652	(14.298)	33.148
1387 - Desemprego/Perda de Renda	42	–	(42)	–
1390 - Eventos Aleatórios	562	15.045	(7.058)	8.549
0112 - Assistência - Bens em Geral	–	835	(835)	–
0982 - Acidentes Pessoais	–	2.041	(2.041)	–
0929 - Funeral	–	743	(202)	541
1391 - Vida	–	86.438	(36.881)	49.557
0990 - Eventos Aleatórios	–	1.941	(1.399)	542
Total	**11.402**	**195.774**	**(89.124)**	**118.053**

12. Intangível:	31.12.2025	31.12.2024
Acordo de exclusividade (i)	10.276	3.626
Amortização	(2.649)	(926)
Total	**7.627**	**2.700**

(i) Refere-se a acordos comerciais para exploração, distribuição ou venda de seguros com exclusividade pela 180 Seguros. O prazo de vigência dos contratos é de acordo com o contrato com o parceiro do canal de distribuição, sendo no mínimo 24 meses e no máximo 72 meses. A Companhia monitora continuamente o desempenho dos canais sujeitos a acordos de exclusividade, por meio da comparação entre os resultados realizados e as projeções originalmente estimadas. Até a data destas demonstrações financeiras, todos os canais com contratos de exclusividade apresentaram desempenho em linha com as expectativas da Administração. Dessa forma, não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável (impairment) relacionados a esses ativos.

13. Obrigações a pagar:	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores a pagar	1.484	914
Assistências a pagar	356	–
Verba de Marketing Contratual	1.079	–
Capitalização a pagar	536	–
Outros	77	464
Total obrigações a pagar	**3.532**	**1.378**

14. Impostos e encargos sociais a recolher:	31.12.2025	31.12.2024
IOF	440	245
IRRF sobre terceiros	76	246
ISS	27	92
FGTS	26	21
INSS	102	109
PIS, COFINS e CSLL s/terceiros	21	8
Total	**692**	**721**

15. Encargos trabalhistas:	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para férias	236	131
Encargos sociais sobre férias	84	46
Total	**320**	**177**

16. Impostos e Contribuições:	31.12.2025	31.12.2024
PIS	136	10
COFINS	838	65
Total	**974**	**75**

17. Débitos das operações com seguros e resseguros:

A) Operações com resseguradoras:	31.12.2025	31.12.2024
Resseguro cedido	2.539	176
Resseguro a liquidar	4.557	344
Total	**7.096**	**520**
B) Corretores de seguros e resseguros:	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Comissões a pagar	2.064	297
Comissões sobre prêmio emitido	103	23
Estipulantes e representantes de seguros	9.675	3.038
Total	**11.842**	**3.358**

18. Provisões técnicas - Seguros:

a) Saldos:

31.12.2025 Ramo	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões (PET/PVR)	Total
0112 - Assistência - Bens em Geral	–	13	7	1	–	20
0114 - Compreensivo Residencial	3.378	126	83	10	2	3.599
0118 - Compreensivo Empresarial	1.287	3	4	–	–	1.294
0171 - Riscos Diversos	433	61	98	8	–	600
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	8.849	10	32	2	230	9.123
Total Danos	**13.947**	**212**	**223**	**22**	**232**	**14.636**
0929 - Funeral	723	2	–	–	–	725
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	29.401	225	378	16	480	30.500
0982 - Acidentes Pessoais	1	3	–	–	–	4
0990 - Eventos Aleatórios	725	5	–	–	–	730
1329 - Funeral	1.992	2	–	–	38	2.032
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	8.886	7	147	6	57	9.103
1381 - Acidentes Pessoais	43.600	–	8	1	350	43.958
1387 - Desemprego/Perda de Renda	–	–	–	–	–	–
1390 - Eventos Aleatórios	11.540	–	3	–	33	11.576
1391 - Vida	59.064	49	118	9	18	59.258
0993 - Vida Coletivo	2	–	–	–	–	2
Total Vida	**155.935**	**292**	**654**	**32**	**974**	**157.888**
Total	**169.882**	**504**	**877**	**54**	**1.207**	**172.524**

31.12.2024 Ramo	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total
0114 - Compreensivo Residencial	3.030	27	18	2	–	3.078
0118 - Compreensivo Empresarial	442	1	3	–	–	446
0171 - Riscos Diversos	241	4	3	–	–	249
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	1.297	–	–	–	–	1.297
Total Danos	**5.011**	**31**	**24**	**3**	**–**	**5.069**
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	7.803	72	56	3	51	7.986
1329 - Funeral	110	–	1	–	–	110
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	5.571	60	10	2	–	5.643
1381 - Acidentes Pessoais	2.366	–	11	1	–	2.378
1387 - Desemprego/Perda de Renda	71	–	–	–	–	71
1390 - Eventos Aleatórios	899	–	4	–	–	903
Total Vida	**16.819**	**132**	**83**	**6**	**51**	**17.090**
Total	**21.830**	**163**	**107**	**9**	**51**	**22.160**

b) Movimentação das provisões técnicas - Seguros:

31.12.2025	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total
Saldo no início do período	**21.830**	**163**	**107**	**9**	**51**	**22.160**
Constituições	273.911	7.185	770	46	1.155	283.068
(Reversões/Apropriações)	(125.859)	(4.518)	–	–	–	(130.377)
(Pagamentos)	–	(2.326)	–	–	–	(2.326)
Saldo no final do período	**169.882**	**504**	**877**	**54**	**1.207**	**172.524**

31.12.2024	PPNG	PSL	IBNR	PDR	Outras Provisões	Total
Saldo no início do período	**1.321**	**–**	**22**	**3**	**–**	**1.346**
Constituições	26.868	3.059	85	6	51	30.070
(Reversões/Apropriações)	(6.360)	(2.339)	–	–	–	(8.699)
(Pagamentos)	–	(557)	–	–	–	(557)
Saldo no final do período	**21.830**	**163**	**107**	**9**	**51**	**22.160**

c) Desenvolvimento de Sinistros: As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos.

Bruto de Resseguro

Sinistros totais - Avisados valores em milhares de R$	2023	2024	2025	
Montante de sinistros avisados até a data-base	6	709	2.722	
Um ano mais tarde	6	649	–	
Dois anos mais tarde	6	–	–	**Total**
Movimentações	**6**	**649**	**2.722**	**3.378**
Sinistros totais - Pagos valores em milhares de R$	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros avisados até a data-base	6	544	2.197	
Um ano mais tarde	6	649	–	
Dois anos mais tarde	6	–	–	**Total**
Movimentações	**6**	**649**	**2.197**	**2.852**
PSL	**–**	**–**	**525**	**526**
IBNyR			**877**	**877**
IBNeR			**(22)**	**(22)**
PDR			**54**	**54**

Resseguro
Líquido de Resseguro

Sinistros totais - Avisados valores em milhares de R$	2023	2024	2025	
Montante de sinistros avisados até a data-base	4	625	2.498	
Um ano mais tarde	4	569	–	
Dois anos mais tarde	4	–	–	**Total**
Movimentações	**4**	**569**	**2.498**	**3.071**
Sinistros totais - Pagos valores em milhares de R$	**2023**	**2024**	**2025**	
Montante de sinistros avisados até a data-base	6	524	2.172	
Um ano mais tarde	4	569	–	
Dois anos mais tarde	4	–	–	**Total**
Movimentações	**4**	**569**	**2.172**	**2.745**
PSL	**–**	**–**	**326**	**326**
IBNyR			**854**	**854**
IBNeR			**(21)**	**(21)**
PDR			**53**	**53**

	31.12.2025	31.12.2024
d) Total das provisões técnicas:	172.524	22.160
Direitos creditórios (líquido dos prêmios vencidos e não pagos)	(6.330)	(3.393)
Parcela correspondente à resseguro contratados	(35)	(9)
Custo de aquisição diferidos	(111.774)	–
Total das provisões técnicas a ser coberto (líquido)	**54.385**	**18.758**
Ativos oferecidos em garantia		
Letras Financeiras Tesouro (LFT)	76.684	19.440
Total dos ativos oferecido em garantia	**76.684**	**19.440**
Suficiência de liquidez	22.299	683
% de Suficiência de liquidez	141%	104%

19. Empréstimos, financiamentos e títulos de dívida: Em 13 de maio de 2025, a Companhia realizou sua 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas em série única, com prazo de vencimento em 13 de maio de 2035. As debêntures foram emitidas sob o código SEGS11, e possuem caráter **subordinado**, conforme previsto no instrumento de emissão. Os recursos captados têm por finalidade apoiar a estrutura de capital da Companhia e financiar suas necessidades operacionais e estratégicas, sendo aplicados conforme as políticas internas e regulamentação aplicável. A operação não ocorreu com nenhuma contraparte relacionada a Companhia.

a) Composição das debêntures:

Conversibilidade	Debêntures Simples, não conversíveis em ações
Espécie	Subordinada
Data de Emissão	13/05/2025
Vencimento	13/05/2035
Atualização Monetária	Não haverá
Remuneração	DI + 7% a.a.
Exigibilidade de juros	Bimestral
Amortizações	Em 1 (uma) parcela na data de vencimento
Data de Amortizações	13/05/2035
Repactuação	Não aplicável
Resgate Antecipado	Não aplicável

b) Movimentação das debêntures:

Vencimento	Taxa de Juros a.a.	Captação	Juros incorridos	Juros Pagos	Circulante	Não Circulante	31.12.2025 Total
05/2035	DI + 7% a.a.	12.000	1.581	(1.252)	–	12.329	12.329

A Companhia estimou o valor justo por meio da técnica de fluxo de caixa descontado, com base nos fluxos contratuais projetados à taxa CDI + 7% a.a. Considerando a recente emissão, e que não houve alteração relevante no risco de crédito da Companhia até 31 de dezembro de 2025, a Administração entende que a taxa contratual representa a melhor estimativa da taxa de mercado aplicável, não havendo diferença relevante entre o valor justo e o valor contábil, mensurado ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A mensuração foi classificada como Nível 3 na hierarquia de valor justo, em função da ausência de inputs observáveis para instrumentos comparáveis.

20. Patrimônio Líquido: a. Capital Social: O capital social da 180 Seguros é de R$ 94.000 (R$ 74.000 em 2024) e está dividido em 94.000.000 (74.000.000 em 2024) quotas com valor nominal de R$1,00 cada uma, subscritas e integralizadas. Em ata de assembleia realizada em 03.12.2025 a 180 Seguros recebeu um aumento de capital de R$ 20.000. Em 31 de dezembro de 2025 o aumento de capital encontra-se pendente de aprovação, conforme processo SUSEP 15414.675609/2025-17, representando o aumento de 20.000.000 ações ordinárias, com valor nominal R$ 1,00 cada uma. **b. Distribuição de Resultados:** O lucro apurado no exercício, após as deduções previstas em lei, terá a destinação que lhe for dada de acordo com a deliberação dos sócios. Para o exercício de 2025 não foi prevista a distribuição de lucros, visto que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou prejuízo. **c. Lucro por Ação:** O lucro por quota é apurado mediante a divisão de eventuais lucros apurados pela totalidade das quotas do capital social. **d. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:** O cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR) é derivado da aplicação da Resolução CNSP nº 432, datada de 12 de novembro de 2021. Essa resolução aborda diversos aspectos, incluindo provisões técnicas, ativos que reduzem a necessidade de cobertura das provisões técnicas, capital de risco associado aos riscos de subscrição, crédito, operacional e de mercado, além de patrimônio líquido ajustado. Também contempla temas como capital mínimo requerido, plano de regularização de solvência, limites de retenção, critérios para investimentos, normas contábeis, auditoria contábil, auditoria atuarial independente e comitê de auditoria. Esses cálculos abrangem seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras. Todos os procedimentos necessários foram conduzidos para avaliar se o Patrimônio Líquido Ajustado em 31 de dezembro de 2025 é suficiente ou insuficiente. O Capital Mínimo Requerido é estabelecido como o valor mais elevado entre o capital base e o capital de risco. Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital:

Patrimônio líquido ajustado econômico e Capital Mínimo Requerido	31.12.2025	31.12.2024
Patrimônio líquido	**71.405**	**73.155**
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	**13.253**	**–**
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e nível 3	**(2.816)**	**–**
Ajustes contábeis:	**(3.276)**	**(2.700)**
Despesas Antecipadas	(122)	–
Ativos intangíveis	(7.627)	(2.700)
Dívidas subordinadas emitidas	4.473	–
PLA de nível 1	**60.840**	**69.446**
PLA de nível 2	**13.253**	**–**
PLA de nível 3	**4.473**	**1.008**
Patrimônio líquido ajustado (a)	**78.566**	**70.454**
Capital Mínimo Requerido		
Capital Base - CB (b)	8.100	8.100
Capital de Risco CR (c)	**29.820**	**3.575**
Capital risco de subscrição	27.957	2.902
Capital risco de crédito	1.306	972
Capital risco de operacional	1.107	66
Capital risco de mercado	312	63
Benefício de diversificação	(861)	(428)
Capital Mínimo Requerido - CMR (d) = Maior entre (b) e (c)	**29.820**	**8.100**
Suficiência de capital (e = a - d)	**48.746**	**62.354**
Suficiência de capital (e/d)	**163%**	**770%**
Índice de solvência (a/d)	**2,63**	**8,70**

Detalhamento das contas de resultado:

21. Prêmios Emitidos:

Ramo	Emitido	Cancelado	Restituído	31.12.2025 Prêmio emitido líquido	31.12.2024 Prêmio emitido líquido
0114 - Compreensivo Residencial	7.069	(166)	(180)	6.723	5.948
0118 - Compreensivo Empresarial	2.174	(88)	(23)	2.063	692
0171 - Riscos Diversos	18.882	(1.301)	(15)	17.566	272
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	8.727	–	(577)	8.150	1.297
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	36.752	(15)	(1.535)	35.202	8.320
1329 - Funeral	2.871	(9)	(151)	2.711	121
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	10.144	(551)	(969)	8.624	6.613
1381 - Acidentes Pessoais	63.614	(192)	(3.309)	60.113	2.576
1387 - Desemprego/Perda de Renda	–	–	–	–	83
1390 - Eventos Aleatórios	21.316	(11)	(652)	20.653	946
0112 - Assistência - Bens em Geral	1.775	–	–	1.775	–
0982 - Acidentes Pessoais	2.745	(1)	–	2.744	–
0929 - Funeral	1.242	(214)	–	1.028	–
1391 - Vida	108.360	–	(5.335)	103.025	–
0990 - Eventos Aleatórios	3.749	(215)	–	3.534	–
Total	**289.420**	**(2.763)**	**(12.746)**	**273.911**	**26.868**

22. Variação das provisões técnicas:

Provisão de Prêmios Não Ganhos	31.12.2025	31.12.2024
0114 - Compreensivo Residencial	(348)	(1.893)
0118 - Compreensivo Empresarial	(844)	(442)
0171 - Riscos Diversos	(201)	(241)
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	(7.995)	(1.297)
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	(22.795)	(7.670)
1329 - Funeral	(1.883)	(110)
0993 - Vida	(2)	–
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	(3.366)	(5.571)
1381 - Acidentes Pessoais	(40.852)	(2.366)
1387 - Desemprego/Perda de Renda	71	(71)
1390 - Eventos Aleatórios	(10.641)	(899)
0982 - Acidentes Pessoais	(1)	–
0929 - Funeral	(723)	–
1391 - Vida	(59.065)	–
0990 - Eventos Aleatórios	(725)	–
	(149.370)	**(20.560)**

Prêmios Emitidos	31.12.2025	31.12.2024
0114 - Compreensivo Residencial	6.723	5.948
0118 - Compreensivo Empresarial	2.064	692
0171 - Riscos Diversos	17.566	272
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	8.150	1.297
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	35.202	8.320
1329 - Funeral	2.710	121
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	8.623	6.613
1381 - Acidentes Pessoais	60.114	2.576
1387 - Desemprego/Perda de Renda	–	83
1390 - Eventos Aleatórios	20.652	946
0112 - Assistência - Bens em Geral	1.775	–
0982 - Acidentes Pessoais	2.744	–
0929 - Funeral	1.028	–
1391 - Vida	103.026	–
0990 - Eventos Aleatórios	3.534	–
	273.911	**26.868**

Prêmios Ganhos	31.12.2025	31.12.2024
0114 - Compreensivo Residencial	6.375	4.054
0118 - Compreensivo Empresarial	1.220	249
0171 - Riscos Diversos	17.365	31
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	155	–
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	12.407	650
1329 - Funeral	828	12
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	5.257	1.042
1381 - Acidentes Pessoais	19.262	210
1387 - Desemprego/Perda de Renda	70	12
1390 - Eventos Aleatórios	10.011	48
0112 - Assistência - Bens em Geral	1.775	–
0982 - Acidentes Pessoais	2.743	–
0929 - Funeral	304	–
1391 - Vida	43.960	–
0990 - Eventos Aleatórios	2.809	–
	124.541	**6.308**

23. Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade:

Ramo	31.12.2025	Sinistralidade	31.12.2024	Sinistralidade
0114 - Compreensivo Residencial	(1.289)	20%	(778)	19%
0118 - Compreensivo Empresarial	(24)	2%	(11)	4%
0171 - Riscos Diversos	(192)	1%	(9)	29%
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	(80)	52%	–	0%
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	(1.452)	12%	(263)	40%
1329 - Funeral	(18)	2%	(1)	8%
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	(435)	8%	(100)	10%
1381 - Acidentes Pessoais	3	0%	(12)	6%
1387 - Desemprego/Perda de Renda	–	0%	–	0%
1390 - Eventos Aleatórios	(1.473)	15%	(4)	8%
0112 - Assistência - Bens em Geral	(45)	3%	–	0%
0982 - Acidentes Pessoais	(7)	0%	–	0%
0929 - Funeral	(2)	1%	–	0%
1391 - Vida	(228)	1%	–	0%
0990 - Eventos Aleatórios	(862)	31%	–	0%
Total	**(6.104)**	**5%**	**(1.178)**	**19%**

Sinistros Ocorridos:	31.12.2025	31.12.2024
Sinistros ocorridos	(2.667)	(721)
IBNR	(770)	(85)
PDR	(46)	(6)
Serviços de assistências	(2.621)	(366)
Total	**(6.104)**	**(1.178)**

24. Custos de aquisição:

Comissões	31.12.2025	Índice de comissionamento	31.12.2024	Índice de comissionamento
	(20.497)	**7%**	**(932)**	**3%**
0114 - Compreensivo Residencial	(91)	1%	(499)	8%
0118 - Compreensivo Empresarial	(729)	35%	(261)	38%
0171 - Riscos Diversos	(2.404)	14%	(1)	0%
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	2	0%	(3)	0%
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	(765)	2%	(153)	2%
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	(59)	1%	(8)	0%
1381 - Acidentes Pessoais	(361)	1%	(5)	0%
1390 - Eventos Aleatórios	(1.239)	6%	(2)	0%
0112 - Assistência - Bens em Geral	(101)	6%	–	0%
0982 - Acidentes Pessoais	(181)	7%	–	0%
0929 - Funeral	(10)	1%	–	0%
1391 - Vida	(14.424)	14%	–	0%
0990 - Eventos Aleatórios	(135)	4%	–	0%

Outras despesas de comercialização	31.12.2025	64%	31.12.2024	50%
	(175.277)		**(13.352)**	
0114 - Compreensivo Residencial	(2.989)	44%	(2.728)	46%
0118 - Compreensivo Empresarial	(438)	21%	(144)	21%
0171 - Riscos Diversos	(9.089)	52%	(135)	50%
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	(5.137)	63%	(814)	63%
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	(13.500)	38%	(2.634)	32%
1329 - Funeral	(2.053)	76%	(91)	75%
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	(5.829)	68%	(4.245)	64%
1381 - Acidentes Pessoais	(45.291)	75%	(1.922)	75%
1387 - Desemprego/Perda de Renda	–	0%	(50)	60%
1390 - Eventos Aleatórios	(13.806)	67%	(589)	62%
0112 - Assistência - Bens em Geral	(734)	41%	–	0%
0982 - Acidentes Pessoais	(1.860)	68%	–	0%
0929 - Funeral	(733)	71%	–	0%
1391 - Vida	(72.012)	70%	–	0%
0990 - Eventos Aleatórios	(1.806)	51%	–	0%

Variação nas despesas de comercialização diferidas	31.12.2025	71%	31.12.2024	52%
	106.651		**10.672**	
0114 - Compreensivo Residencial	(4)	1%	886	47%
0118 - Compreensivo Empresarial	487	58%	243	55%
0171 - Riscos Diversos	103	51%	121	50%
0195 - Garantia Estend. - Bens Geral	4.758	60%	817	63%
0977 - Prestamista (ex. Habit. Rural)	7.414	33%	2.546	33%
1329 - Funeral	1.428	76%	84	76%
1377 - Prestamista (ex. Hab. e Rural)	2.527	75%	3.577	64%
1381 - Acidentes Pessoais	31.354	77%	1.794	76%
1387 - Desemprego/Perda de Renda	(42)	59%	42	59%
1390 - Eventos Aleatórios	7.987	75%	562	63%
0982 - Acidentes Pessoais	1	100%	–	–
0929 - Funeral	541	75%	–	–
1391 - Vida	49.555	84%	–	–
0990 - Eventos Aleatórios	542	75%	–	–
Total custo de aquisição	**(89.123)**	**60%**	**(3.612)**	**55%**

25. Outras Receitas e despesas operacionais:	31.12.2025	31.12.2024
RVR de Resseguro	(3)	(1)
Despesas com performance de carteira	(2.630)	–
Despesas com Títulos de Capitalização	(2.598)	(35)
Despesas com assessoria	(5.440)	(180)
Taxa da operadora de cartão	(192)	(107)
Despesas com emissão e administração de apólices	(54)	(93)
Contingências Cíveis	(3)	–
Outros	(690)	–
Total	**(11.610)**	**(416)**

26. Resultado com resseguro:	31.12.2025	31.12.2024
Receitas com Resseguro		
Sinistros de resseguros	221	83
PDR a Recuperar	6	3
Variação da IBNR	17	(1)
Variação da PDR	1	–
Total de Receitas com Resseguro	**245**	**85**
Despesas com Resseguros		
Prêmio de resseguro líquido de comissões	(7.171)	(1.031)
Variação das provisões de prêmios e comissões	4.495	307
Variação das provisões de excedentes técnicos	1.693	236
Total de Despesas com Resseguro	**(983)**	**(488)**
Resultado com resseguro	**(738)**	**(403)**

27. Despesas administrativas:	31.12.2025	31.12.2024
Serviços prestados por terceiros	(8.678)	(2.620)
Localização e funcionamento	(2.027)	(945)
Despesas de pessoal próprio	(26.664)	(6.637)
Publicidade e propaganda	(4.883)	(592)
Contribuições	(76)	(57)
Total	**(42.328)**	**(10.851)**

28. Despesas com tributos:	31.12.2025	31.12.2024
IOF	(4)	–
Impostos Municipais	(15)	(5)
Pis	(873)	(73)
Cofins	(5.376)	(446)
Taxa de fiscalização	(1.241)	(462)
Outras despesas com tributos	(249)	(210)
Total	**(7.758)**	**(1.196)**

continua ★

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA 180 SEGUROS S.A.

29. Resultado Financeiro:

	31.12.2025	31.12.2024
Rendimentos - aplicações financeiras	13.324	5.636
Despesas Financeiras*	(1.589)	(4)
Resultado financeiro	**11.735**	**5.632**

*As despesas financeiras são compostas essencialmente pelos juros da dívida subordinada capitada pela Companhia no exercício de 2025.

30. Remuneração baseada em ações/opções: A entidade utilizou o CPC 10 como base para a contabilização e as informações para divulgação de planos de opções de compra da 180 Seguros. A entidade utiliza o SOP (Stock Option Plan) como forma de incentivo a empregados do grupo. As despesas relacionadas aos serviços recebidos de empregados é reconhecido no resultado da entidade ao longo do tempo em que os funcionários prestam serviços para a entidade. O acordo de opções criado e vigente na 180 Seguros S.A. tem as seguintes características principais: • Cliff - 12 meses/tempo mínimo para aquisição de direito dos instrumentos patrimoniais outorgados; • Vesting Period (Período de Aquisição de Direito) - 5 anos; • Tempo máximo para exercício das opções - 10 anos; • A aquisição de direito de 1 outorga é linear e corresponde a 1/60 em cada mês, até completar 100% depois de 5 anos; • O método de liquidação se dá em instrumentos patrimoniais (ações da 180); Para a valoração dos instrumentos outorgados, a entidade 180 Seguros S.A. utilizou o modelo de Black-Scholes para determinação do valor justo de instrumentos outorgados. Como parâmetros de modelo, utilizamos os seguintes parâmetros: • Preço de ação atual - preço de ação determinado na última rodada de avaliação da 180; • Preço de exercício da opção - strike price oferecido no grant (outorga); • Tempo de exercício de opção - utilizamos a média entre o tempo máximo de exercício (10 anos) e o tempo médio em que se torna adquirido (vested, 2 anos e meio); • Taxa livre de risco - para a taxa livre de risco, usamos um produto financeiro com tempo de duração similar ao tempo máximo de exercício das opções - no caso, US Treasury-bonds de 10 anos de duração; • Desvio-padrão - para o uso de desvio-padrão do modelo, utilizamos como base os dados compilados por Damodaran de volatilidade de preços no setor de seguros, os quais são derivados de ferramentas como Bloomberg, Morningstar, Capital IQ and Compustat. O impacto no resultado e no patrimônio líquido é exibido a seguir:

Instrumentos Patrimoniais Outorgados (SOP):	Dec-24	Dec-25
Despesas Totais (USD)	**172.262**	**119.490**
2023	146.344	84.170
2024	25.919	17.240
2025	–	18.080
Despesas Totais (BRL)	**901.087**	**639.429**
2023	773.573	444.924
2024	127.514	84.817
2025		109.689
Saldo em PL - SOP (USD)	478.540	598.030
Saldo em PL - SOP (BRL)	**2.520.070**	**3.159.499**
Outorgados (#)		
Quantidade	20.000	12.500
Valor médio (USD)	3,03	3,02
Quantidade de opções		
Em circulação no início de período	207.500	227.500
Outorgadas	20.000	12.500
Direito Prescrito	–	–
Exercidas	–	–
Expiradas	–	–
Em circulação no final de período	227.500	240.000
Exercíveis no final de período	83.000	131.500
Preço médio Ponderado (USD)		
Em circulação no início de período	2,86	3,03
Outorgadas	3,03	3,02
Direito Prescrito	0,00	0,00
Exercidas	0,00	0,00
Expiradas	0,00	0,00
Em circulação no final de período	2,88	2,89
Exercíveis no final de período	2,86	3,03

31. Partes relacionadas: A Administração define quando partes relacionadas à 180 Seguros o pessoal-chave da sua Administração, a controladora 180 Empreendimentos e Participações Ltda, que em 31 de dezembro de 2025 possui participação de 100% de seu capital social, Oca Insurance LLC que, em 31 de dezembro de 2025, possui participação de 100% no capital social de sua controladora e na empresa coligada Vora Corretora de Seguros Ltda. e na 180 Soluções e Serviços Ltda. pertencente ao grupo econômico, conforme definições contidas no CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.

					31.12.2025
Empresas	Grau de relação	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Vora Corretora	Ligada	9.192	(112)	–	(7.395)
180 Soluções	Ligada	–	–	–	(4.506)
		9.192	**(112)**	**–**	**(11.901)**

					31.12.2024
Empresas	Grau de relação	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Vora Corretora	Ligada	9	–	–	–
180 Empreendimentos e Participações	Controladora	–	167	–	–
180 Soluções	Ligada	–	297	–	(778)
		9	**464**	**–**	**(778)**

As principais transações com partes relacionadas referem-se a prestação de serviço de desenvolvimento de sistemas e atendimento ao cliente entre 180 Seguros e 180 Soluções. Além dessa transação, existe uma operação de intermediação de seguros entre a Vora corretora e a 180 Seguros.

32. Remuneração do pessoal-chave da administração: Compreende o montante de R$ 2.000 (R$ 1.870 em 2024) a título de remuneração do pessoal chave da administração, os quais foram apropriados ao resultado no grupo de despesas administrativas.

DIRETORIA

Mauro Levi D'Ancona - Diretor

CONTADOR

Henrique Saragoça - CRC 1SP303721/O-4

ATUÁRIA TÉCNICO RESPONSÁVEL

Aline Antunes - MIBA 2928

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da 180 Seguros S.A. - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da 180 Seguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **180 Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. - A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. - Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. - A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-014428/O-6

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC 1SP 246031/O-8

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da 180 Seguros S.A. - São Paulo - SP. Escopo da Auditoria Atuarial: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da 180 Seguros S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da 180 Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da 180 Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da 180 Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

KPMG

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002 - São Paulo - SP - Brasil

Joel Garcia
Atuário MIBA 1131

Anexo I

180 Seguros S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas, ativos de resseguro e créditos com resseguradores	**31/12/2025**
Total de provisões técnicas auditadas	172.524
Total de ativos de resseguro	5.040
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	188
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	**31/12/2025**
Provisões Técnicas auditadas (a)	172.524
Valores redutores auditados (b)	118.139
Total a ser coberto (a-b)	**54.385**
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	**31/12/2025**
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	29.820
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	**29.820**
4. Demonstrativo da Solvência	**31/12/2025**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	78.566
Ajustes Econômicos do PLA	13.253
Exigência de Capital (CMR) (b)	29.820
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	**48.746**
Ativos Garantidores (d)	76.684
Total a ser Coberto (e)	54.385
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	**22.299**
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)	**31/12/2025**
0112, 0114, 0118, 0141, 0171, 0195, 0929, 0977, 0982, 0984, 0987, 0990, 0993, 1329, 1377, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391	3.306

BRB tentou derrubar recomendação contrária à compra do Master

Vinicius Sassine

BRASÍLIA O então presidente do BRB (Banco de Brasília), Paulo Henrique Costa, e o então diretor jurídico da instituição, Jacques Veloso de Melo, pediram em um ofício que o MPF (Ministério Público Federal) reconsiderasse uma recomendação feita ao BC (Banco Central) para barrar a compra do Master pelo BRB.

Eles agiram para tentar garantir a aquisição da maior parte do Master pelo banco estatal, controlado pelo governo do DF.

À época, a Procuradoria apontava suspeitas de fraudes, manipulações de preços e operações fictícias envolvendo o banco de Daniel Vorcaro, além de incertezas quanto à existência de ativos.

Procurada no fim da tarde de terça (24), por email e WhatsApp, a assessoria do BRB não respondeu aos questionamentos da reportagem. A defesa do ex-presidente da instituição e o ex-diretor jurídico, procurados por WhatsApp na noite de terça, também não responderam.

Numa recomendação sigilosa, emitida em 20 de agosto de 2025, o MPF sugeriu que o BRB comprovasse a existência de ativos e fizesse a valoração correta "de todos os ativos, passivos e operações" incluídos no negócio. A recomendação foi direcionada também ao governo do DF.

O órgão recomendou que o BC não aprovasse a operação "sem o integral cumprimento das medidas elencadas".

Em 26 de agosto, o então presidente e o então diretor jurídico do BRB pediram que o MPF reformulasse essa recomendação ao Banco Central para assegurar a continuidade do negócio.

No ofício direcionado aos procuradores Anselmo Lopes e Paulo Galvão, do MPF no DF, os gestores do banco público afirmaram que "diligências adicionais" já haviam sido contratadas pelo banco público, e que isso ocorreria "antes do fechamento da transação".

"Considerando que a execução plena dessas diligências depende de autorização do BC, e considerando que o fechamento da operação não poderá ocorrer sem a prévia conclusão dessas etapas, o BRB respeitosamente requer a reconsideração quanto ao envio de recomendação ao BC para não aprovar a operação sem o integral cumprimento das medidas elencadas", afirmaram no ofício.

Uma autorização do BC seria "condição antecedente" para que o BRB atendesse à recomendação do MPF, como a detecção de passivos ocultos ou ativos sobreavaliados, conforme os gestores.

Uma segunda etapa de auditoria permitiria "avaliação pormenorizada dos ativos e passivos", e para isso seriam necessários 45 dias, após eventual aprovação do negócio pelo BC, segundo a argumentação de Costa e Melo.

Uma semana depois do envio do documento, em 3 de setembro, o BC rejeitou a compra do Master pelo BRB. O Master foi liquidado pelo BC em 18 de novembro, dia seguinte à prisão de Vorcaro em operação da Polícia Federal quando embarcava de jatinho para o exterior. Solto dias depois, o banqueiro usa tornozeleira eletrônica.

> **[...] O BRB respeitosamente requer a reconsideração quanto ao envio de recomendação ao BC para não aprovar a operação sem o integral cumprimento das medidas elencadas**
>
> **Paulo Henrique Costa e Jacques Veloso de Melo**
> ex-presidente e ex-diretor jurídico do BRB, respectivamente, em trecho de ofício enviado ao MPF

Reportagem publicada pela **Folha** na segunda (23) mostrou que o governo de Ibaneis Rocha (MDB) no DF admitiu que havia riscos na aquisição do Master pelo BRB e defendeu que uma auditoria para avaliar ativos do banco à venda só deveria ocorrer após eventual validação do negócio.

O parecer foi assinado pelo procurador-geral do Distrito Federal, Márcio Wanderley de Azevedo, na mesma data do documento elaborado por Costa e Melo.

Costa nega irregularidades e disse disse na semana passada que colabora integralmente com as investigações.

Governo deveria oferecer contrapartida a empresas para fim da 6x1, diz relator

Deputado cita desoneração da folha ou benefícios fiscais como compensações e afirma que partida da discussão será PEC que prevê escala 4x3, com 36 horas semanais

ENTREVISTA
PAULO AZI

Raphael Di Cunto

Kayo Magalhães - 19.mar.25/Divulgação Câmara

BRASÍLIA Relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) que acaba com a jornada de trabalho 6x1, o deputado Paulo Azi (União Brasil-BA) cobra uma contribuição do governo Lula (PT) para solucionar o impasse sobre os custos para as empresas.

"Por que não se pode trazer alguma coisa desse tipo para minorar, para dividir o impacto? Em vez de você jogar 100% do impacto na sociedade", diz o relator, ao citar como possibilidades a desoneração da folha de salários das empresas ou concessão de benefícios fiscais.

Uma lei aprovada em 2024 prevê a reoneração gradual da folha de pagamentos no período 2025-2027 para 17 setores da economia. Pelo texto, em 2028 todos voltam a pagar a contribuição de 20% sobre a folha, alíquota cobrada atualmente das demais empresas não beneficiadas.

Uma das opções em debate é a desoneração para todas as companhias, como forma de repassar para o governo parte dos custos com uma eventual necessidade de contratação de mais funcionários causada pelas novas regras.

Para Azi, o protagonismo da pauta deve ser do presidente da Câmara, Hugo Motta, não do governo Lula. Motta solicitou que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprove a PEC ainda em março, com o objetivo de levar a matéria ao plenário antes da data simbólica de 1º de Maio, dia do Trabalho.

*

O senhor foi presidente da CCJ ano passado. Como vê o cenário na comissão? Essa turma viu a maneira como eu me comportei. Na CCJ, é um terço do governo e dois terços da oposição. Então, eles viram que só tinham condição de aprovar os projetos de interesse deles se eu me envolvesse diretamente. E fiz isso várias vezes. Eles tinham um projeto aí de 15 anos [atrás] que não conseguiam votar. Assumi, vi que era importante, conduzi, convenci a turma e votei. Então, essa turma toda aí, não sei se recebeu isso do ponto de vista de condução [da pauta] com preocupação.

O presidente do União Brasil, Antonio Rueda, disse a empresários na segunda (23) que vai atuar para que o partido segure a proposta. Isso vai ocorrer? Nem eu como relator nem o presidente da comissão [Leur Lomanto, também do União Brasil] temos poder para impedir que o assunto chegue ao plenário, nem é nossa intenção.

Qual será o resultado deste debate? Não dá para começar a discutir uma matéria como essa para chegar ao mesmo lugar. Eu acho que tem que ter um passo à frente. Que não pode ser um passo que as pessoas tenham a sensação de que estão no mesmo lugar. Mas ao mesmo tempo tem que ser um passo calculado para que não se tente dar um passo além daquilo que é aceitável para não ensejar uma queda. Vamos ver qual é o consenso mínimo que se pode construir, na ociedade e no Parlamento.

Os empresários dizem que o ideal seria debater a proposta depois da eleição, para não contaminar. O pior que poderia acontecer num tema como esse é você estabelecer um campo de guerra entre os empregados e os empregadores. Você está no período pré-eleitoral, tem o fator positivo de isso realmente impulsionar o debate da matéria, mas, por outro lado, corre o risco de uma matéria dessa relevância ser dominada pelo populismo e pela irresponsabilidade. A decisão de que o assunto deve ser tratado está tomada, então é um debate que nós vamos enfrentar.

Será um trunfo para a reeleição do presidente Lula? Eu não tenho dúvida que isso tem um efeito eleitoral muito maior do que a questão [do aumento da faixa de isenção] do Imposto de Renda, mas muito maior. É por isso que o governo apostou tanto nessa pauta. Eu não tenho compromisso com o governo. E acho que quem deve assumir o protagonismo disso é o presidente da Casa. Até porque eu, desde criancinha, ouvi a esquerda defender essa pauta. O governo do PT está aí há 20 anos e nunca aprovou isso. Que governo é esse? Mas não tenho na cabeça fazer nenhum tipo de contraponto com o governo em relação a procrastinar.

Se aprovar, será uma realização da Câmara, não do governo? Claro. Mas um governo que comanda um país durante 20 anos e tem o poder da Presidência da República não usa essa força para aprovar essa matéria... em algum momento ele teria essa força para fazer. Até porque, como é um tema muito popular, é impossível você botar um negócio desse e não aprovar, concorda? Quantas vezes durante esses 20 anos o PT teve a presidência da Câmara? E o PT nunca botou. Porque, para eles, é muito mais importante ter o discurso do que aplicá-lo.

> **Quantas vezes durante esses 20 anos o PT teve a presidência da Câmara? E o PT nunca botou [o tema para votação]. Porque, para eles, é muito mais importante ter o discurso do que aplicá-lo**

Paulo Azi, 63
Nascido em Salvador, é engenheiro civil, administrador de empresas e deputado federal no terceiro mandato. Aliado do ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil), é adversário do PT na Bahia

Qual será o cronograma de discussão na CCJ? A minha ideia é pelo menos fazer quatro audiências: com o ministro do Trabalho, com o ministro da Fazenda, com representantes dos trabalhadores e das empresas. Com especialistas ficaria para um segundo momento [a comissão especial].

Será votado em março o parecer na CCJ? Não tenho como dar com detalhe ainda o prazo. Vou apresentar os requerimentos, votar, fazer as audiências. Meu compromisso é dar celeridade.

O que o senhor espera ouvir das audiências do governo? Eu sempre tive esse sentimento de que há espaço para reduzir a jornada e dar mais tempo para o trabalhador ficar com a família, cuidar da sua saúde, mas sempre também com um olhar de preocupação para determinados setores, como microempresários, o comércio varejista e os setores que têm mão de obra intensiva. Quero saber se o governo está de fato disposto a contribuir com um apoio, com uma solução, que evite que determinados setores paguem a conta sozinhos.

Como assim? Você está vendo agora essa discussão da desoneração da folha [de pagamentos]. Tem a questão dos incentivos fiscais também, que em algum momento tem que ser debatida. Por que não se pode trazer alguma coisa desse tipo para, dividir o impacto? Em vez de você jogar 100% do impacto na sociedade.

Tem algum outro ponto para ouvir o governo? Ele vai ter que dizer se ele é a favor da 4x3 ou se quer a 5x2. Porque daqui a pouco a gente aprova o 5x2 e o governo ainda vai dizer que os deputados foram contra a 4x3 —e o que estou ouvindo é que o governo aceita a 5x2.

Há uma discussão de reduzir a jornada de 44 horas para 40 horas, com diminuição gradual de 1 hora por ano, sem mexer no número de dias. É essa a proposta? O ponto de partida é a 4x3 com 36 horas. Se tiver espaço para isso, vamos aprovar. Por isso quero ouvir o governo, sobre o quanto quer contribuir.

A CCJ analisa apenas a admissibilidade da PEC, se não fere alguma cláusula pétrea. Há algo que seria inconstitucional? Eu pedi para a assessoria técnica fazer essa avaliação. A discussão na CCJ, em tese, é sobre a admissibilidade, mas é inevitável que seja debatido também o mérito.

A discussão por PEC atrasa a votação? Foi uma medida para protelar? Tratar esse tema via PEC é, na minha visão, uma estratégia. Ao mudar a jornada com norma infraconstitucional, uma lei ordinária, você permite que ela também seja majorada depois por meio de uma lei dessa. No momento em que a redução é feita por meio de PEC, você dificulta muito uma alteração.

economia

PF pede prisão de analistas da Receita em Guarulhos e agrava crise entre órgãos

Proibição de gravação de programa de TV é um dos motivos da briga; solicitação foi negada, e instituições não comentam

BRASÍLIA A Polícia Federal solicitou à Justiça a prisão de três analistas tributários da Receita Federal sob suspeita de usurpação de função pública. O pedido foi negado nesta terça (25), mas a ação ampliou a crise aberta entre os dois órgãos do governo federal.

Os servidores, dizem fontes da Receita, participavam de uma operação regular, documentada e autorizada contra o tráfico de drogas numa área de mata perto do Aeroporto de Guarulhos quando foram interceptados por agentes da PF.

A ação dos policiais federais causou indignação na Receita porque, segundo relatos, teria sido abusiva e com insinuações de crimes graves sem qualquer indício.

A PF não respondeu ao pedido de informação da **Folha**. Procurada, a Receita informou que não iria se manifestar.

A usurpação de função pública é crime previsto no Código Penal e ocorre quando alguém exerce, indevidamente, atribuições exclusivas de determinado cargo público, sem ter competência para isso.

O caso tende a piorar a relação já desgastada entre PF e Receita, afetada também pelo caso da investigação de suposta quebra de sigilo fiscal feita por auditores contra ministros do STF.

Em janeiro, a PF proibiu as gravações do programa de televisão "Aeroporto: Área Restrita", do Discovery Channel, que mostra o cotidiano de autoridades na inspeção de passageiros. Isso já havia criado atritos com agentes da Receita, que dizem que a PF não tem atribuição legal para determinar quem pode ou não acessar as áreas de alfândega, o que seria função da Receita.

Já a PF disse que é responsável pela segurança aeroportuária, o que inclui esses recintos.

Um membro da Receita destacou que os envolvidos no novo incidente são analistas que participam frequentemente do seriado do Discovery.

"Recebemos com muita surpresa porque, até onde nós sabemos, eles [agentes da PF] interromperam uma operação que a Receita estava realizando", afirmou à **Folha** o presidente do Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal), Dão Real Pereira dos Santos.

"A gente desconhece que tenha havido um inquérito. A única informação que recebemos é que eles teriam um mandado emitido por um juiz para atuar em relação a um dos analistas. Mas eles atuaram em relação a três analistas e retiraram os equipamentos de todos eles, usados em operações especiais."

Os relatos recebidos até agora pelo Sindifisco de pessoas que leram a sentença do juiz são de que houve uma acusação circunstancial, e de forma tangencial, de que esses servidores poderiam estar envolvidos com facilitação ao tráfico de drogas. "Mas logo na sequência, na petição feita pela própria PF, eles dizem que se não for isso, haveria ali um conflito de competências".

Dão dos Santos destaca que os servidores estavam executando uma operação autorizada de combate ao tráfico de drogas.

Para ele, há clima instável entre a PF e Receita, principalmente nos aeroportos e nos portos porque o Fisco tem atuado intensamente no combate ao tráfico internacional de drogas. "E há ali conflito de competências com a PF. Só que nos recintos alfandegados a lei estabelece a precedência para a atuação da Receita".

Ele defende uma atuação do comando dos dois órgãos para acabar com o clima de desconfiança.

O presidente da Unafisco (Associação Nacional dos Auditores Fiscais), Kleber Cabal, diz que, embora não haja auditores fiscais envolvidos nesse episódio, é preocupante o clima hostil estabelecido pela Polícia Federal em relação à Receita no aeroporto.

É algo que já vem de alguns meses, e que se agravou com a proibição inédita da PF quanto às filmagens da série", afirma.

O Sindireceita, sindicato que representa os analistas tributários, não respondeu aos questionamentos da reportagem.

Adriana Fernandes e Rachel Lopes

Redução de tributo que beneficia Braskem vai a sanção

O Senado aprovou, nesta quarta (25), o projeto de lei complementar que reduz temporariamente as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins para a indústria química e petroquímica com custo total de R$ 3,1 bilhões aos cofres públicos.

O corte de alíquotas valerá em 2026 e terá como principal beneficiária a Braskem. Do custo total estimado pelo governo para benefício fiscal, R$ 1,1 bilhão já estava previsto no Orçamento para 2026.

O restante, segundo a proposta, será pago com a arrecadação do governo com o corte de benefícios fiscais. A concessão também não ficará sujeita aos limites previstos na revisão de alíquotas diferenciadas aprovada no ano passado e que começou a valer em janeiro.

O texto já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados e agora segue para sanção presidencial.

A senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), relatora do tema, manteve a proposta avaliada na Câmara, defendendo, em seu voto, que a indústria química depende de capital intensivo e de forte integração de cadeias produtivas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIETÊ

ATO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO/CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2026

A Prefeitura Municipal de Tietê torna público aos interessados, a abertura do Chamamento Público 03/2026, Processo Administrativo n° 171/2026, cujo objeto consiste no "Credenciamento de empresas para fornecimento de patrocínio a ações de desenvolvimento do turismo e da cultura do município de Tietê". Abertura: 02 de março de 2026. Encerramento: 17 de março de 2026. Horário: 09h00min. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.tiete.sp.gov.br. Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações através do telefone (15) 3285-8755.

José Carlos Regonha Júnior
Prefeito Municipal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico
Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 180/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 16/3/2026, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, por meio da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo para a manutenção do sistema operacional da TV Assembleia. O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites **www.compras.mg.gov.br** e **www.almg.gov.br.** Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026. Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ PAULISTA

PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026 – MEMORANDO 8726/2025 – Ata de Registro de Preços para eventual e futura aquisição de gêneros alimentícios, para utilização no cardápio da Alimentação Escolar, com entregas parceladas pelo período de 12 meses, com possibilidade de contratação, conforme Termo de Referência. Trata-se do pedido do Ilmo. Pregoeiro, que alega a inexistência de tempo hábil para conclusão das análises técnicas, diante da amplitude dos aspectos envolvidos nos pedidos de esclarecimentos do descritivo dos itens do edital, recomendando a suspensão do certame, a fim de resguardar a legalidade, a transparência e a isonomia entre os licitantes, evitando a realização do procedimento sem a prévia e necessária apreciação das manifestações protocoladas. Diante de tal argumento assim sendo, determino, comuniquese aos interessados a SUSPENSÃO "SINE DIE" do PREGÃO ELETRÔNICO supracitado com sessão de abertura prevista para o dia 26/02/2026, às 09h00, em virtude da análise e eventuais alterações no Edital. Oportunamente, será divulgada nova data para reabertura. Encontra-se na íntegra no sítio www.nazarepaulista.sp.gov.br ou através do e-mail: pregao@nazarepaulista.sp.gov.br – Divisão de Licitações e Contratos – Telefone (11) 4597-1526 – Nazaré Paulista, 25 de fevereiro de 2.026 – Avanilde Aparecida Gonzaga Canêdo – Prefeita.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO TOCANTINS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026

Processo nº 00251.001228/2025-21, **Pregão Eletrônico nº** 90004/2026. **UASG** 926347. **Objeto: Registro de Preços** para a aquisição de **materiais de consumo, os quais englobam materiais do gênero alimentício, copa e cozinha e materiais de limpeza e produtos de higiene**, destinados ao atendimento das demandas e abastecimento do Setor de Almoxarifado do Conselho Regional de Enfermagem do Tocantins – COREN-TO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **Edital:** 26/02/2026 (quinta-feira) das 08:00 às 17:30 horas. **Endereço:** Avenida Siqueira Campos, Quadra ACSU SO 60 (601 Sul), Conjunto 1, Lote 12 - Palmas/TO. **Entrega das propostas:** a partir de 26/02/2026 (quinta-feira) às 08 horas no sítio eletrônico (site) **www.gov.br/compras**. **Impugnações e pedidos de esclarecimento:** Até 06/03/2026 (sexta-feira) para o endereço **cpl@corentocantins.org.br**. **Abertura das propostas:** 11/03/2026 (quarta-feira) às 09h00 no site **www.gov.br/compras**.

FREDERICO SOARES SEIXAS
Agente de Contratação/ Pregoeiro Suplente - MATRÍCULA: 000128

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP

Secretaria de Saúde SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação: **Pregão Eletrônico nº 0117/2025** - Pregão COMPRAS.GOV nº 90117/2025 - Processo SEI nº 266.00000529/2025-14 - Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e qualificações operacional e de desempenho de dissolutores com e sem coletor automático. Realização da Sessão: 12/03/2026 às 10:00 horas no endereço eletrônico: **http//www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: Menor Preço. EDITAL/INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6156, das 08h:00 às 12h:30. e das 13h:30 às 17h:00. – E-mail **licitacao@furp.sp.gov.br** – As licitantes interessadas poderão consultar o edital Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – UASG 091101 e nos sites: **www.furp.sp.gov.br** ou **www.doe.sp.gov.br.**

FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

E D I T A L

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, **pregão eletrônico nº 112/2026**, do tipo menor preço, destinado á **AMPICILINA, PO PARA SOLUCAO INJETAVEL, FRASCO-AMPOLA 1 G , VIA ENDOVENOSA · AZTREONAM, PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL, FRASCO-AMPOLA 1 G. · AZITROMICINA DI-HIDRATADA, PO PARA SOLUCAO PARA INFUSAO, FRASCOAMPOLA 500 MG, VIA ENDOVENOSA**; a realização da Sessão será no dia **11/03/2026, às 09:00 horas**, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastrado sob o **nº 92201 – 90112/2026.** Data de início do envio da proposta eletrônica: **26/02/2026.** O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br. Telefone: **(16) 3602-2152.**

Andreia Aparecida Gaiotto de Carvalho
Responsável Serviço de Compras

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 12 de março de 2026, a partir das 09h30min
2º LEILÃO: 16 de março de 2026, a partir das 13h30min (*horário de Brasília)

Santander SOLD

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Dr. João Marques Maurício, nº 269 - Gramado - Embu das Artes/SP - CEP: 06816-040, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PUBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010245345, firmado em 06/07/2021, com o(s) **Fiduciante(s) HENRIQUE DA SILVA CAMPOS/ALESSANDRA ANDREA PINHEIRO CAMPOS**, maior/maior, inscrito no CPF n° 287.816.038-00/256.122.098-27, no dia **12 de março de 2026, a partir das 09h30min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 212.289,13 (Duzentos e doze mil, duzentos e oitenta e nove reais e treze centavos)**, **o imóvel matriculado sob n° 52.049 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Marília/SP**, constituído por Apartamento nº 62, Tipo B, situado na Rua Palmares, nº 346, 3º andar, Bloco D, Condomínio Residencial Serrano, Bairro Boa Vista (conforme laudo) em Marília/SP, com a área privativa de 48,59m², área comum de divisão proporcional de 9,3154687m², área total da unidade de 57,9054687m², correspondendo à unidade uma fração ideal de 1,5565735% do terreno, com 01 vaga de garagem. Cadastro Municipal: 847064. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.05 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **16 de março de 2026, a partir das 13h30min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 156.770,54 (Cento e cinquenta e seis mil, setecentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. Dossiê: 02.26329.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL

PREGÃO ELETRÔNICO Torna público aos interessados: **Pregão Eletrônico nº 09/26** - Processo Administrativo Digital nº 554/26 – Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS DA LINHA BRANCA E DE NATUREZA INDUSTRIAL. Fica agendado a abertura da sessão e cadastro das propostas iniciais até o dia 10/03/2026 às 08:00 horas. O edital completo poderá ser adquirido nos sites www.conchal.sp.gov.br, https://bnccompras.com/Home/Login, portal PNCP e ou pelo e-mail: licitacao@conchal.sp.gov.br, estando os autos disponíveis para vista na Secretaria de Licitações e Contratos. Conchal, 25 de fevereiro de 2026. ORLANDO CALEFFI JÚNIOR Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO CASA

CONVOCAÇÃO

LUIZ FERNANDO SANTOS SILVA portador do RG.420525440, Carteira Profissional nº 56263 - série: 0252 - SP, registrado nesta Fundação sob o número RE: 461039, solicitamos seu comparecimento na sede da Fundação CASA, sita à Rua Florêncio de Abreu, 848 - 3º andar - Luz, Seção de Movimentação, no prazo de 24 horas para tratar de assunto de seu interesse. O não comparecimento implicará em Demissão por Justa Causa - Abandono de Emprego, conforme artigo 482 alínea "i" da CLT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO. O Município de Emilianópolis, faz saber que se encontra aberta a Concorrência Eletrônica n° 002/2026, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, que tem por CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA EXECUÇÃO AMPLIAÇÃO DE UMA SALA DE AULA NA CRECHE MUNICIPAL "TYAGO ALJONAS PIVA" (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E MAQUINÁRIOS), que será regida pela Lei nº 14.133/21. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Setor de Licitação e será disponibilizado nos seguintes locais: a) Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); b) Portal de Compras Públicas (PCP) e no Site Oficial do município. A sessão de abertura será no dia 06/04/2026, com início às 09:00 horas na Plataforma - Portal de Compras Públicas. Emilianópolis, 25 de fevereiro de 2026. Elton Munhoz de Souza. Prefeito Municipal.

FRAZÃO Leilões — Alienação Fiduciária itaú

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório na Rua Herval, 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10179793709, firmado em 08/12/2022, no qual figura(m) como fiduciante(s) **PEDRO HENRIQUE DOS SANTOS,** brasileiro, divorciado, propagandista, RG nº 35.382.404-5-SSP/SP, CPF/MF nº 226.896.908-88, residente e domiciliado em Guarulhos/SP**,** levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13/03/2026, às 15h30min**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 410.094,56** (quatrocentos e dez mil e noventa e quatro reais e cinquenta e seis centavos**)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo "Apartamento nº 233 - Tipo B - localizado no 23º Pavimento do PRÉDIO "2" do "RESIDENCIAL ACTION LIFE", situado na Rua Retiro, nº 145, no 27º Subdistrito - TATUAPÉ, que possui área real privativa coberta edificada de 49,120m²; área real comum coberta edificada de 30,264m²; área real total edificada de 79,384m²; área real comum descoberta de 9,107m²; área real total construída mais descoberta de 88,491m²; correspondendo-lhes uma fração ideal de 0,2892% no terreno e o direito a uma vaga na garagem coletiva.". **Imóvel objeto da matrícula nº 235.227 do 09º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. **Inscrição Municipal:** 056.068.0561-8 (Av.08). Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 20/03/2026, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 405.792,11** (quatrocentos e cinco mil e setecentos e noventa e dois reais e onze centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP-3539-01).

Engie avalia baterias e data center para aliviar cortes em parque solar no Brasil

Complexo Assú Sol, no RN, é o maior do portfólio da empresa francesa e gera energia suficiente para abastecer cidade de 850 mil consumidores

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO | REUTERS A Engie considera instalar baterias ou data centers para mineração de bitcoin em seu recém-inaugurado complexo solar no Brasil, o maior de todo o portfólio global da empresa francesa, disse um executivo da companhia.

Essas tecnologias são vistas como alternativas para reduzir os cortes de geração de energia que têm prejudicado não só o projeto solar da Engie mas todo o setor de energias renováveis brasileiro.

O complexo Assú Sol, localizado no Rio Grande do Norte, soma 753 MW de capacidade instalada e entrou totalmente em operação comercial neste mês, após dois anos e meio de construção e investimentos de R$ 3,3 bilhões pela Engie Brasil Energia.

O projeto, composto por mais de 1,5 milhão de módulos fotovoltaicos, gera energia elétrica suficiente para abastecer uma cidade de 850 mil consumidores e tem sua produção contratada por empresas no mercado livre de energia.

Mas o complexo Assú Sol tem sofrido com os cortes de geração, restrições que são impostas pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), disse Eduardo Sattamini, country manager da Engie no Brasil.

"Isso está impactando o retorno do projeto. Mas para nós, uma grande companhia com muitas tecnologias de geração, o impacto não é tão grande quanto para as menores", disse, em conversa com jornalistas. Ele não detalhou quanto da produção de energia da Assú Sol está sendo limitada.

Os cortes de geração, também chamados de "curtailments", se tornaram um grande problema para as usinas solares e eólicas no Brasil, levando a perdas de receita que chegam a bilhões de reais desde 2023.

O aumento dos volumes de energia que acabam desperdiçados ocorre após um boom de oferta renovável no país, principalmente de geração distribuída solar, diante de incentivos econômicos para novos projetos, o que levou a uma situação de sobreoferta no sistema nacional.

Sattamini disse que a companhia está avaliando data centers para mineração de bitcoin e sistemas de armazenamento como opções para criar demanda local por energia em Assú Sol e reduzir o problema dos cortes de geração, mas observou que nenhuma dessas soluções é de curto prazo.

"Estamos analisando possíveis compradores para essa energia e acordos para que possamos gerar energia para ser usada na mineração de bitcoin", afirmou Sattamini. "É uma solução que não surge no mês que vem. Levará alguns anos para implementarmos."

Ainda segundo o executivo, apesar do sucesso na implantação da maior usina solar da Engie no mundo, a subsidiária brasileira não deverá investir em novos projetos do tipo até que se corrijam as distorções do mercado de geração que desequilibraram oferta e demanda.

Engie Brasil

Início das atividades no Brasil: 1996

Sede: Florianópolis

Presença: 130 usinas no país (hidrelétricas, biomassa, eólicas e solares)

Funcionários: 2.800

Receita líquida 2025: R$ 3,3 bilhões (no terceiro trimestre)

Grupo global: Engie Brasil é controlada pelo grupo francês Engie, que tem 98 mil funcionários e atua em 30 países

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00989431402026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: Pregão Eletrônico para Entrega Imediata
Nº Processo: 147.00020571/2025-44
Número do Pregão: 532101 - 90156/2026
Objeto: Aquisição de BOBINA DE PAPEL P/ DISPENSER
Total de Itens Licitados: 1 (UM)
Valor total da licitação: Sigiloso
Disponibilidade do edital: 26/02/2026.**Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Avenida Ibirapuera, 981 - Vila Clementino, CEP: 04029-000, São Paulo/SP
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: a partir de 26/02/2026 às 08h00 no site:**www.gov.br/compras.**
Abertura das Propostas: 11/03/2026 às 09h00 no site: **www.gov.br/compras.Fonte:** DOESP e PNCP

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIRCE REIS

Processo nº 11/2026. **Pregão Eletrônico nº 03/2026**, Ata de Registro de Preços 02/26. Encontra-se aberta a mencionada licitação, visando "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, GÁS ENGARRAFADO E MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM". A data inicial para apresentação das propostas será das 0h do dia 25 de fevereiro de 2026 e a final as 07h30 do dia 10 de março de 2026, enquanto que a sessão eletrônica ocorrerá no dia 10 de março de 2026, a partir das 8h, no Portal da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br). Eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações deverão ser encaminhados, exclusivamente, pela mencionada plataforma da BLL. Dirce Reis, 24 de fevereiro de 2026. Prof. Marcelo José Bernardo – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL

Aviso de Licitação
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026
Edital nº 020/2026 - Processo nº 032/2026
Chamada Pública nº 001/2026 - AGRICULTURA FAMILIAR

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, para a Alimentação Escolar do Município de Valentim Gentil/SP. **Entrega dos envelopes:** Até às 09h:40min do dia 24/03/2026. **Abertura dos envelopes:** às 10:00horas do dia 24/03/2026. **Edital e informações:** Setor de Licitações, Praça Jacilândia, 4-33, Centro, Valentim Gentil, SP, Telefone: 17 – 3131-1250, das 09:00 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo site http://valentimgentil.sp.gov.br. Valentim Gentil, 25 de fevereiro de 2026. Claudinei Carvassan Rodrigues, Prefeito municipal.

FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR "CHOPIN TAVARES DE LIMA" – FURP

Secretaria de Saúde SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Acha-se aberta na Fundação para o Remédio Popular – Furp, a seguinte licitação: **Pregão Eletrônico nº 0134/2025** - Pregão COMPRAS.GOV nº 90134/2025 - Processo SEI nº 266.00000694/2025-76 - Objeto: Aquisição de matéria-prima farmacêutica Lactose monohidratada spray dried. Realização da Sessão: 10/03/2026 às 10:00 horas no endereço eletrônico: **http//www.gov.br/compras.** Critério de Julgamento: Menor Preço. EDITAL/INFORMAÇÕES: Seção de Licitações, Rua Endres, 35 – Itapegica, Guarulhos – SP. Tel. (11) 2423-6156, das 08h:00 às 12h:30. e das 13h:30 às 17h:00. – E-mail **licitacao@furp.sp.gov.br** – As licitantes interessadas poderão consultar o edital Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – UASG 091101 e nos sites: **www.furp.sp.gov.br** ou **www.doe.sp.gov.br.**

Pelo presente edital, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêutica e Cosméticas de Americana, Nova Odessa, SBO, Piracicaba e Região, por seu representante legal, convoca os trabalhadores associados ou não, da categoria dos trabalhadores nas indústrias de produtos farmacêuticos, enquadrados no 10º Grupo, do quadro anexo ao artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para se reunirem em assembleia geral extraordinária que se realizará nos dias, horários e locais abaixo enumerados, tendo em vista a base territorial da entidade sindical abranger mais de um município: 1) Trabalhadores do município de Nova Odessa, assembleia dia 03/03/2026, às 6:00 horas, local: Av. Ampélio Gazzetta, 4200 - Parque Industrial Fritz Berzin, Nova Odessa – SP. 2) Trabalhadores do município de Piracicaba, assembleia dia 02/03/2026, as 7:00 local: Rua Geraldo Bizuti, 280 - Uninorte, Piracicaba – SP A) Discussão e deliberação sobre a pauta de reivindicações a ser apresentada ao Sindicato representativo da respectiva categoria econômica. B) Outorga de poderes à entidade, por seus representantes legais, para negociação coletiva, celebrar acordos, requerer realização de mesa redonda junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, constituir comissão de negociação e, ainda, em caso de malogro das negociações, suscitar dissídio coletivo junto ao Tribunal competente, assistido pela Federação da categoria. C) Discussão e deliberação sobre a cláusula que trata das Contribuições; D) Posicionamento da categoria sobre a eventual realização de movimento paredista em caso de malogro das negociações. Não havendo número suficiente de acordo com as normas aplicáveis, em primeira convocação, nos horários supra - mencionados, as mesmas se realizarão, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, para os efeitos de direito. (cumpre observar que na ata deverá constar que se observou o quorum da CLT, em segunda convocação, de 1/3 dos associados).
Americana, 26 de fevereiro de 2026
Presidente: GILDO ALVES DA SILVA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2026 - PROCESSO Nº 042/2026

OBJETO: Contratação do serviço de hospedagem de e-mails corporativos para utilização de diversas áreas da Prefeitura, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus Anexos. DATA DA SESSÃO: 04/03/2026. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelo endereço eletrônico www.votuporanga.sp.gov.br.
LEANDRO VINÍCIUS DA CONCEIÇÃO - Secretário Municipal da Administração – 25/02/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026 - PROCESSO Nº 043/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para o fornecimento de marmitas individuais com 500 gramas para atender as diversas Secretarias do Município de Votuporanga, durante o período de 12 (doze) meses. DATA DA SESSÃO: 11/03/2026. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelo endereço eletrônico www.votuporanga.sp.gov.br.
LEANDRO VINÍCIUS DA CONCEIÇÃO - Secretário Municipal da Administração – 25/02/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026
Processo Administrativo nº 5.257/2025

Objeto: Ata de registro de preço para aquisição de 1.000 (um mil) kits higiene pessoal individual, objetivando realizar ações desta Secretaria voltadas para Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergências, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
Data de Disponibilização do Edital e Início do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 26/02/2026 às 09h00.
Data do Fim do Prazo para Envio da Proposta Eletrônica: 11/03/2026 às 08h30.
Data e Hora de Abertura para Sessão Pública: 11/03/2026 às 09h00.
Endereço Eletrônico: www.bll.org.br.
Edital disponível também em: www.cajamar.sp.gov.br.
Cajamar, 24 de fevereiro de 2026
Niedson Silva de Souza Filho
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 011/2026 - Contratação de pessoa jurídica para prestação do serviço de gerenciamento de passagem expressa em pedágios e estacionamento, por demanda, utilizando etiqueta eletrônica de identificação veicular ou TAG.

Abertura da Sessão de Lances: 13/03/2026 às 14:00 horas.

Edital: encontra-se disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: **https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes/licitacoes-em-andamento-/-retirada-de-editais**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERÍNIA
CNPJ 46.596.235/0001-99
AVISO DE LICITAÇÃO

Órgão Licitante: Prefeitura Municipal de Severínia.
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 004/2026.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPA BURACOS E RECICLAGEM DE PAVIMENTO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:00 do dia 11/03/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 08:30 do dia 11/03/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 08:40 do dia 11/03/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.
LOCAL: Portal Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL (www.bll.org.br)
Poderão participar aqueles que satisfaçam as condições editalícias.
EDITAL: - O Edital Completo está disponível no site oficial www.severinia.sp.gov.br, ou através do portal da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL) pelo endereço www.bll.org.br.
Severínia/SP, 25 de fevereiro de 2026.
GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
PREFEITO MUNICIPAL

TEC

Nvidia registra primeiro ano com receita acima de US$ 200 bilhões

SAN FRANCISCO | FINANCIAL TIMES A Nvidia divulgou forte previsão de crescimento nesta quarta (25), impulsionada pela onda de investimentos em inteligência artificial das gigantes de tecnologia que levou a empresa mais valiosa do mundo a ultrapassar pela primeira vez a marca de US$ 200 bilhões em receita anual.

A empresa disse esperar faturar US$ 78 bilhões neste trimestre, bem acima da estimativa de consenso de US$ 72,1 bilhões compilada pela Visible Alpha.

A Nvidia teve receita de US$ 68,1 bilhões no último trimestre de seu ano fiscal, encerrado no fim de janeiro, alta de 73% ante o mesmo período do ano anterior e acima das expectativas de Wall Street, (US$ 66,2 bilhões), e de sua própria previsão (US$ 65 bilhões).

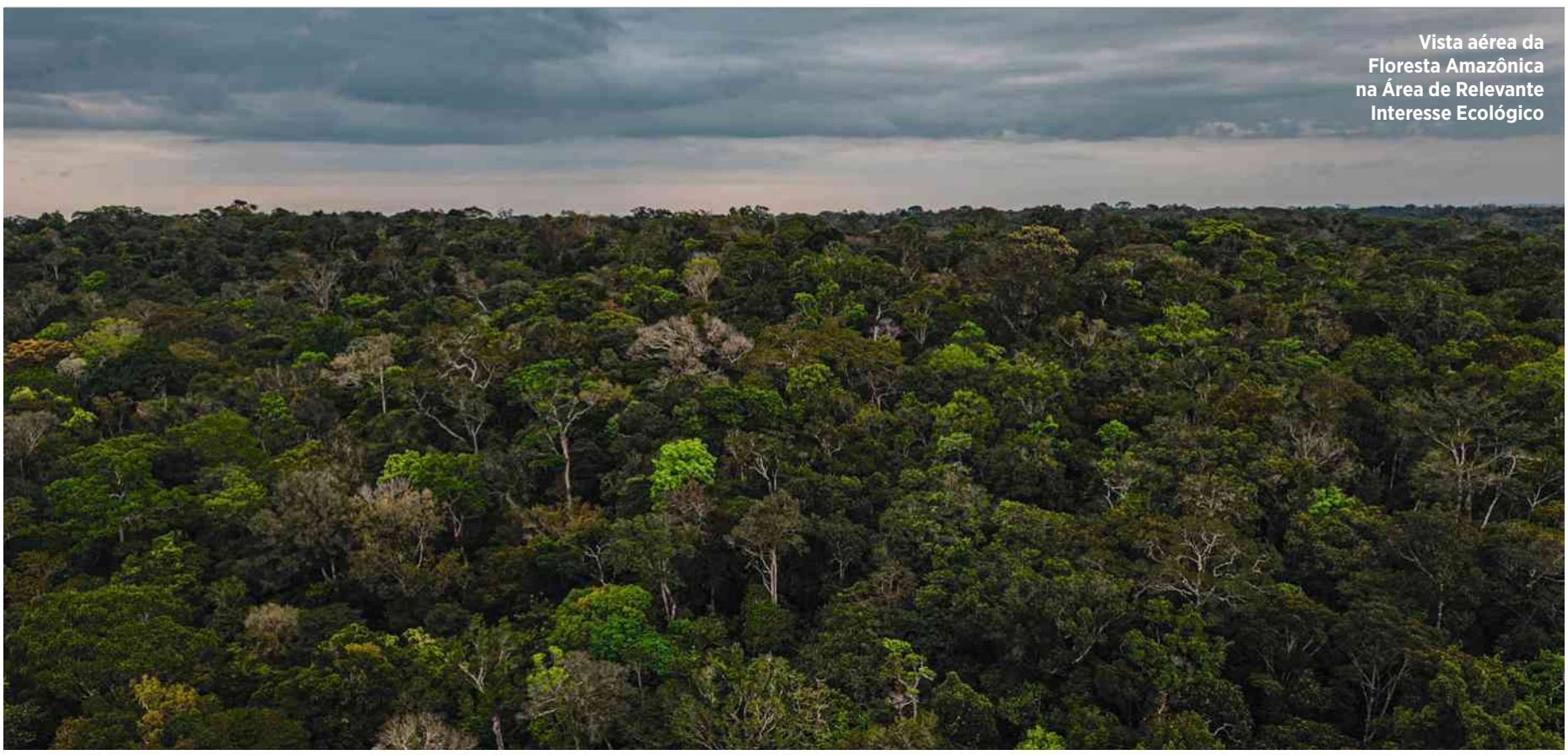
A receita com data centers somou US$ 62,3 bilhões, superando as estimativas de US$ 60,5 bilhões.

"A demanda por computação está crescendo exponencialmente. Nossos clientes estão correndo para investir em capacidade de processamento para IA", afirmou o CEO da empresa, Jensen Huang.

A receita total da Nvidia no ano fiscal de 2026 foi de US$ 215,9 bilhões, enquanto o lucro líquido alcançou US$ 120 bilhões.

As ações da Nvidia subiram mais de 2% no after-market logo após o anúncio.

BNDES APRESENTA



Vista aérea da Floresta Amazônica na Área de Relevante Interesse Ecológico

Rafaela Araújo/Folhapress

BNDES amplia investimentos para acelerar soluções contra a crise climática

Chamada Pública de Mitigação Climática seleciona fundos que vão alavancar R$ 16,2 bilhões para financiar transição ecológica, descarbonização e soluções baseadas na natureza

Diante do avanço da crise climática e da intensificação de seus impactos sobre a economia, o meio ambiente e a vida da população, cresce a urgência por investimentos capazes de mitigar riscos, reduzir emissões e acelerar a transição para um modelo produtivo mais sustentável.

Nesse cenário, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) vem ampliando sua atuação como um dos principais articuladores de recursos públicos e privados voltados ao enfrentamento das mudanças climáticas no Brasil.

Uma das iniciativas mais emblemáticas dessa estratégia é a Chamada Pública de Mitigação Climática, lançada pela instituição em setembro de 2025. O processo recebeu 45 propostas de gestores nacionais e internacionais e, no dia 26 de janeiro, foi anunciada a seleção de sete fundos de investimento — que deverão mobilizar cerca de R$ 16,2 bilhões, sendo R$ 11,9 bilhões em aportes da iniciativa privada e de até R$ 4,3 bilhões da BNDESPAR, subsidiária da instituição focada no mercado de capitais.É a maior chamada pública da história do BNDES voltada exclusivamente a fundos de investimento com foco climático, evidenciando o papel central do banco na construção de uma economia de baixo carbono e na conexão entre capital privado e soluções sustentáveis.

"O BNDES assume papel estratégico ao ancorar fundos voltados a áreas em que o capital privado ainda enfrenta barreiras, como reflorestamento, descarbonização de processos industriais e bioinsumos, mobilizando recursos e direcionando investimentos para projetos que aceleram a transição climática", afirma o presidente do banco, Aloizio Mercadante.

A chamada foi aberta a fundos de equity e de crédito, organizados em duas verticais principais: Transformação Ecológica e Soluções Baseadas na Natureza, com critérios de seleção que incluem governança, capacidade de mobilização de capital privado, robustez técnica e alinhamento com a agenda de sustentabilidade.

Os três fundos de equity selecionados na modalidade de Transformação Ecológica foram: *Catalytic Transition Fund Brazil FIP Multiestratégia,* com aporte de até R$ 1 bilhão do BNDES; *EB Clima II Transição Energética & Descarbonização IS FIP Multiestratégia* (até R$ 500 milhões); e *Generation Just Climate Brasil FIP* (até R$ 800 milhões).

Já os fundos de equity enquadrados na modalidade de Soluções Baseadas na Natureza selecionados foram: *Patria Latam Reforest Fund I FIP Multiestratégia IS* (aporte de até R$ 500 milhões); *The Amazon Reforestation Fund II FIP Multiestratégia IS – Mombak* (com até R$ 500 milhões). Outros dois fundos de crédito selecionados se enquadraram na modalidade de Transformação Ecológica: *Vinci Crédito Soluções Climáticas FIC FIM* (com até R$ 500 milhões); e *FIDC Clima Riza Farma* (com até R$ 500 milhões).

Os fundos de Transformação Ecológica têm foco em setores estratégicos como indústria de baixo carbono — incluindo aço e cimento verdes, minerais críticos, hidrogênio e biomassa —, além de resíduos e economia circular, sistemas alimentares sustentáveis, energia renovável, eletrificação, digitalização e armazenamento de energia.

Já os fundos de Soluções Baseadas na Natureza priorizam a recuperação de áreas degradadas por meio da restauração de florestas nativas no Arco da Restauração, na Amazônia, além dos biomas Cerrado e Mata Atlântica. Também incluem projetos de restauração produtiva com sistemas agroflorestais e silvicultura sustentável integrada à lavoura, pecuária e floresta.

A estratégia do banco é ancorar os aportes de forma a atrair ainda mais capital privado para soluções climáticas, criando um efeito multiplicador capaz de ampliar significativamente o volume de investimentos em economia verde.

A Chamada de Clima marca também um reforço na presença do BNDES no mercado de capitais por meio de equity, com foco em inovação, crescimento produtivo e sustentabilidade, fortalecendo sua missão de promover desenvolvimento econômico, social e ambiental para as gerações atuais e futuras.

INVESTIMENTOS DO BNDES NO CLIMA

Entenda a Chamada Pública de Mitigação Climática

A Chamada do Clima é a maior chamada pública voltada a fundos da história do BNDES

7 **fundos de investimento** selecionados

45 propostas recebidas de gestores nacionais e internacionais

INVESTIMENTOS APROVADOS

- Restauração dos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica
- Descarbonização industrial
- Economia circular
- Biocombustíveis
- Hidrogênio verde
- Tecnologias para redução de emissões

Chamada de Clima impulsiona fortalecimento da economia verde

BNDES passa por um reposicionamento estratégico, com foco no estímulo à inovação sustentável em empresas de diferentes portes e setores

Alex Almeida/Folhapress

Vista aérea da Floresta Amazônica

A Chamada de Clima faz parte da estratégia de retomada dos investimentos em renda variável da BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), braço de participações do BNDES, e marca um novo momento da atuação do banco no financiamento de projetos ligados à mitigação da crise climática e à sustentabilidade. Os aportes em fundos de investimento voltados a essas áreas representam um avanço relevante após um período de quase dez anos sem investimentos diretos nessa modalidade.

Atualmente, a BNDESPAR possui cerca de R$ 8,4 bilhões em capital comprometidos em fundos de participação e de crédito. Com a nova chamada pública voltada a projetos climáticos, esse montante irá crescer ainda mais.

A instituição passa por um reposicionamento estratégico, com foco no estímulo à economia verde e à inovação em empresas de diferentes portes e setores.

Esse movimento já vinha sendo sinalizado desde julho do ano passado, quando a BNDESPAR realizou investimentos em uma empresa de bioinsumos voltados à agricultura sustentável e apoiou o desenvolvimento do veículo aéreo elétrico da Embraer — um projeto de carros voadores com emissão zero carbono e baixo impacto sonoro, alinhado às tendências globais de mobilidade sustentável.

Para as propostas selecionadas na Chamada de Clima, o banco irá realizar aportes de até R$ 4,3 bilhões. Trata-se da maior chamada pública da história do BNDES voltada a fundos de investimento, com o objetivo de combinar recursos públicos e privados para impulsionar projetos inovadores focados no enfrentamento da crise climática e na preservação ambiental.

Os aportes priorizarão iniciativas de descarbonização da economia, reflorestamento, agricultura de baixo impacto ambiental, soluções baseadas na natureza e respostas estruturadas a eventos climáticos extremos.

Para o presidente do banco, Aloizio Mercadante, a iniciativa consolida o papel do BNDES como investidor-âncora em projetos estratégicos. "Nosso aporte de até R$ 4,3 bilhões vai mobilizar cerca de R$ 12 bilhões adicionais em recursos privados em áreas fundamentais para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira", conclui.

A estratégia do banco é aportar até 25% dos R$ 16,2 bilhões com recursos próprios e mobilizar os outros 75% junto ao setor privado, criando um efeito multiplicador capaz de ampliar significativamente o volume de investimentos em soluções verdes

Aves Japuaçu repousam em árvore na floresta preservada da Amazônia matogrossense

Eduardo Knapp/Folhapress

Aponte a câmera do seu celular ou tablet e saiba mais

economia

Câmara aprova livre-comércio entre Mercosul e UE; texto vai ao Senado

Tratado eliminará tarifas de importação sobre 95% dos bens do bloco europeu e 91% dos do grupo sul-americano; Motta diz que é hora de 'destravar o desenvolvimento'

Laura Scofield

BRASÍLIA A Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (25), o acordo comercial entre a UE (União Europeia) e o Mercosul. O tratado está em debate há mais de 25 anos e estabelece uma zona de livre comércio entre os países dos dois blocos. O texto foi aprovado por votação simbólica.

"A assinatura mostra a solidez de nossa economia e o avanço de nossa força produtiva. Trata-se de continuar e aprofundar uma política de Estado que procura posicionar nosso país no centro dinâmico das grandes transformações econômicas mundiais, com sólida integração às cadeias globais de valor", disse o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), relator do tema.

Conforme os termos negociados, a UE eliminará tarifas de importação sobre cerca de 95% dos bens, o que representa 92% do valor das importações europeias de bens brasileiros. Já o Mercosul fará liberalização tarifária que cobre aproximadamente 91% dos bens e 85% do valor das importações brasileiras de produtos provenientes da UE.

Nos dois casos, o acordo define um prazo para que as novas medidas sejam implementadas. A retirada das taxas varia de 4 a 15 anos, com prazo maior para a adaptação dos países do Mercosul.

O acordo prevê, por exemplo, tarifa zero para produtos industriais, como máquinas, automóveis, produtos químicos, aeronaves e equipamentos de transporte. Em alguns casos, a tarifa zero pode prejudicar fabricantes brasileiros, que passarão a competir diretamente com os europeus.

"O período de negociação foi mais que o suficiente. Agora é hora de colher os frutos, é hora de destravar o desenvolvimento e de colocar o Brasil no topo da agenda comercial do mundo", disse o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

O texto foi aprovado por unanimidade na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul na terça (24), onde foi relatado pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Cabia aos brasileiros aprovar ou negar o acordo, visto que não poderiam ser feitas mudanças no texto, chancelado pela UE no início de janeiro.

Chinaglia destacou a abertura de novas oportunidades econômicas e que o acordo comercial será o maior do mundo, abrangendo 718 milhões de pessoas e um PIB (Produto Interno Bruto) combinado de US$ 22,4 trilhões.

Para o MRE (Ministério das Relações Exteriores), o acordo deve "reforçar a diversificação das parcerias comerciais do Brasil, além de fomentar a modernização do parque industrial brasileiro com a integração às cadeias produtivas do bloco europeu". A UE é o segundo principal parceiro comercial do Brasil.

Deputados durante sessão da Câmara nesta quarta-feira Kayo Magalhães/Divulgação Câmara

> **O período de negociação foi mais que o suficiente. Agora é hora de colher os frutos, é hora de destravar o desenvolvimento e de colocar o Brasil no topo da agenda comercial do mundo**
>
> **Hugo Motta**
> presidente da Câmara

718 milhões

é o número de pessoas que vivem no Mercosul e na União Europeia; blocos comerciais têm, juntos, PIB de US$ 22,4 trilhões

Apesar de o texto ter sido aprovado com ampla maioria, também houve críticas. A deputada Fernanda Melchionna (PSOL - RS), por exemplo, ressaltou que não há sanções previstas para as obrigações ambientais. O texto estabelece que produtos beneficiados não poderão estar ligados ao desmatamento ilegal. A federação PSOL-Rede foi a única a orientar sua bancada a votar contra o projeto.

Orlando Silva (PCdoB - SP) defendeu que o texto sustenta um modelo de desenvolvimento dependente de outros países.

Na tarde de quarta, Marcos Pereira se reuniu com Motta; com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin; com o secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan; com a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann; e com o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-PE), para debater a salvaguardas para proteger o agronegócio brasileiro.

De acordo com o relator, o governo se comprometeu a publicar um decreto com salvaguardas antes do Senado Federal avaliar o texto, que será relatado pela senadora Tereza Cristina (PP-MS). As salvaguardas brasileiras ocorrem em resposta às implementadas pela UE, após protestos de agricultores em países como como França, Polônia e Bélgica (leia texto ao lado).

O instrumento aprovado pela UE prevê gatilhos para investigação de concorrência de produtos considerados sensíveis, como carne e açúcar, a partir de flutuações nos preços ou na participação de mercado. As salvaguardas não fazem parte do texto principal do tratado, mas funcionam como regras paralelas.

Uma cláusula suspende os termos de comércio se importações da América Latina subam mais de 5%, ou caso o preço dos produtos agrícolas europeus cair no mesmo percentual, considerando a média dos últimos três anos. A UE também poderia abrir investigações sobre concorrência.

Cada país do Mercosul será responsável por regulamentar a sua proposta de salvaguardas, de forma que a medida brasileira se aplica só ao país. As salvaguardas brasileiras buscam impedir a investigação dos produtores quando a taxa de 5% for superada.

"Eles não conseguem competir com o nosso custo de produção, e é por isso o desespero para nos segurar, para nos impedir e é isso que a gente não pode permitir. Essa é a importância de nós termos um decreto do governo federal colocando também as nossas salvaguardas", diz o presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), Pedro Lupion.

Em 21 de janeiro, o Parlamento Europeu aprovou um pedido de revisão jurídica do acordo ao Tribunal de Justiça da União Europeia, o que postergará a entrada em vigor do tratado.

Proteção ao agro para acordo sairá nos próximos dias, diz Alckmin

Mariana Brasil e Marcos Hermanson

BRASÍLIA O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, afirmou nesta quarta-feira (25) que o decreto que regulamenta salvaguardas relativas ao acordo comercial entre Mercosul e União Europeia será publicado nos próximos dias.

"Hoje [o decreto] é encaminhado para a Casa Civil. Aí ela vai verificar se ouve outros ministérios, e depois finalmente vai para [sanção do] presidente [Lula]", disse.

As salvaguardas são medidas que preveem proteções jurídicas a setores do agronegócio e da indústria no contexto de acordos comerciais internacionais.

As declarações foram feitas após reunião de Alckmin com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o relator do acordo Mercosul-UE na Casa, Marcos Pereira (Republicanos-SP), e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan.

"Eu vou destacar a importância da aprovação do acordo do Mercosul-União Europeia. Temos um ótimo relator que conhece profundamente o assunto, o relator Marcos Pereira. Estamos otimistas. Esse é um acordo histórico, guardado há mais de 25 anos. O maior acordo entre blocos do mundo", disse ainda.

Mercosul e União Europeia discutem um acordo de livre comércio desde a década de 90, mas o tratado só foi assinado formalmente no último dia 17 de janeiro, em Assunção, no Paraguai.

Quatro dias depois da assinatura do acordo, entretanto, o Parlamento Europeu decidiu pela revisão jurídica do tratado, na prática congelando-o por até dois anos.

Na direção oposta, o governo brasileiro busca acelerar a tramitação do acordo no Congresso Nacional. O Executivo enxerga a ratificação pelos parlamentares como uma pressão sobre a União Europeia e pede uma espécie de vigência temporária enquanto o Parlamento Europeu revisa os termos do tratado.

Mas também existem resistências internas. A bancada do agronegócio critica as salvaguardas aplicadas pelos europeus para proteger setores agrícolas.

Entre as medidas discutidas estão regulamentar a Lei da Reciprocidade Econômica (que autoriza o governo a adotar medidas contra países que aplicarem ações unilaterais contra produtos brasileiros), a criação de um "marco legal sobre salvaguardas bilaterais no Brasil" ou uma resolução da Camex (Câmara de Comércio Exterior).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA

AVISO DE LICITAÇÃO **Concorrência Nº: 004/2026** - Processo Nº: 012/2026. Torna Público A Abertura De Procedimento Licitatório, Na Modalidade Concorrência (Eletrônica), do Tipo Menor Preço, com critério de julgamento menor preço global, que visa a Contratação de Empresa Especializada para Execução de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Américo Perez Navarrete conforme Termo de Convênio nº100018/2026 firmado entre o Governo do Estado de São Paulo através da Secretaria de Governo e Relações Institucionais Subsecretaria de Convênios com Município e Entidades não Governamentais do Estado de São Paulo e o Município de Santa Albertina/SP. A sessão da Concorrência se dará no dia 17 de Março de 2026 às 09:00 horas, na plataforma eletrônica no site: http://131.100.126.3:5657/comprasEdital. O prazo para credenciamento e proposta se transcorrerá impreterivelmente até às 08:30 horas do mesmo dia. Edital completo poderá ser adquirido pelos interessados pelo site da Prefeitura Municipal https://www.santaalbertina.sp.gov.br/. Outras informações (17) 3633-9300. Santa Albertina, 25 de fevereiro de 2026. GERSON FORMIGONI JUNIOR Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU
NOTIFICAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

LEI Nº 14.133/2021 - UASG: 986219 - Edital nº 39/2026 **-** Processo nº **148.668/2024 - Modalidade:** Pregão Eletrônico nº **28/2026 - do tipo MENOR PREÇO POR ITEM - AMPLA PARTICIPAÇÃO - MODO DE DISPUTA ABERTO - OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA HIDRÁULICA ARTICULADA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS ANEXOS I E III DO EDITAL 39/2026 E TERMO DE REFERÊNCIA. Interessado:** Secretaria Municipal da Agricultura e Abastecimento. **Período para entrega das propostas: 26/02/2026 as 09h até 11/03/2026 as 08h59. Data prevista para abertura da sessão pública: 11/03/2026 às 09h00.** Informações e edital na Secretaria da Administração/Gerência de Compras e Licitações, sito na Rua Rio Branco, 5-05, Centro - 1º andar, CEP. 17010-190 -Bauru/SP, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h e fones (14) 3235-1292 ou através de download gratuito no site **www.bauru.sp.gov.br,** ou pelo **Id contratação PNCP: 46137410000180-1-000049/2026,** ou através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br - Nº 98028/2026** onde se realizará a sessão de pregão eletrônico, com os licitantes devidamente credenciados.

Bauru, 25/02/2026
José Roberto dos Santos Júnior - Gerente de Compras e Licitações - S.M.A.

Edital Particular para conhecimento de terceiros, para atendimento do artigo 34 do decreto lei nº 3.365/41 da desapropriação amigável promovida por Concessionária Rota das Bandeiras S.A. Concessionária Rota das Bandeiras S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 10.647.979/0001-48, com sede em Itatiba- SP, Rodovia Dom Pedro I (SP-065), s/n, Km 110, 400 pista Sul, Sítio de Moenda, CEP 13.252-800, no desempenho da concessão estadual que lhe foi deferida pelo Decreto Estadual nº 52.188, de 21/09/2007, conforme contrato de concessão rodoviária nº 003/ARTESP/2009, está devidamente autorizada a promover os processos de desapropriação, por via judicial ou amigável, responsabilizando-se pelas respectivas indenizações, na forma autorizada pelo Poder Público. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que será promovida desapropriação amigável, com a lavratura de escritura pública perante o 02º Tabelião de Notas da Comarca de Itatiba, em que é requerente **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** e os **Joanita Aparecida Suzan Sporques**, portadora do documento de identificação RG nº 33.666.679-2 SSP/SP e CPF nº 221.672.088-71, **Carlos André Sporques,** portador do documento de identificação RG nº 27.470.812-7 SSP/SP e CPF nº 281.404.348-09, **Alenita de Fátima Suzan,** portadora do documento de identificação RG nº 27.506.131-0 e CPF nº 264.262.748-95 objetivando a desapropriação da seguinte área 2.223,97m² registrada sob o número de matrícula 54.037 do Oficial de Registro de Imóveis de Itatiba, declarada de utilidade pública, nos termos do decreto estadual nº **66.547 de 04 de março de 2022** publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, onde o Governador do Estado de São Paulo declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel descrito e caracterizado no ato, objetivando a execução das obras implantação **de trevo em nível duplo na altura do km 13+500m da Rodovia SP-063**, no Município e Comarca de **Itatiba**, no trecho que especifica e dá providências correlatas. Sobre o imóvel os expropriados declaram não constar ônus de qualquer natureza e em qualquer instância, recursos ou causa pendentes de julgamento. Sendo assim, para que no futuro ninguém possa alegar ignorância ou discordância é expedido o presente edital com prazo de 10 dias, para conhecimento de terceiros interessados, a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será publicado na forma da lei, podendo ser impugnado no mesmo prazo mediante comunicação escrita e formal a Concessionária no mesmo prazo do edital. Dado e passado nesta comarca de Itatiba.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MOVELEIRAS DE BAURU E REGIÃO - SINDMOB - EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Por este Edital e nos termos dos artigos 15º, "B" e art. 17º, § 3º, 40º e seguintes do Estatuto Social, ficam convocadas todas as empresas das categorias: empresas de móveis de madeira, de móveis de junco, de móveis de vime, dos municípios de Agudos, Anhembi, Arandu, Araraquara, Arealva, Areiópolis, Avaré, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Bernardino de Campos, Bocaina, Bofete, Boracéia, Botucatu, Cabrália Paulista, Cafelândia, Campos Novos Paulista, Chavantes, Dois Córregos, Dourado, Duartina, Gália, Garça, Guarantã, Iacanga, Ibitinga, Ipaussu, Itapuí, Itatinga, Jaú, Lagoa, Lençóis Paulista, Lins, Mineiros do Tietê, Ourinhos, Pardinho, Pederneiras, Pirajui, Piratininga, Pongai, Presidente Alves, Reginópolis, Ribeirão Bonito, Santa Cruz do Rio Pardo, São Carlos, São Manuel, São Pedro do Turvo, Tiête, Torrinha, Ubirajara e Uru, todos localizados no Estado de São Paulo, para participação na Assembleia Geral Ordinária de âmbito regional (intermunicipal), em sede própria, entidade patronal de foro na Avenida Getúlio Vargas, 22-25, Prime Square - Torre 2, Conj.1307, Jardim Europa, na cidade de Bauru/SP, Estado de São Paulo, na qual haverá discussão e votação sobre os seguintes temas: • Aprovação da Ratificação da fundação do SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MOVELEIRAS DE BAURU E REGIÃO -SINDMOB; • Ratificação dos atos praticados pelo administrador provisório; • Eleição e posse dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal do Sindicato para a legislatura 2026 a 2029; • A Re-Ratificação da categoria para representar as Empresas de móveis de madeira, de móveis de junco, de móveis de vime; • A Re-Ratificação da base de representação para os municípios de Agudos, Anhembi, Arandu, Araraquara, Arealva, Areiópolis, Avaré, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Bernardino de Campos, Bocaina, Bofete, Boracéia, Botucatu, Cabrália Paulista, Cafelândia, Campos Novos Paulista, Chavantes, Dois Córregos, Dourado, Duartina, Gália, Garça, Guarantã, Iacanga, Ibitinga, Ipaussu, Itapuí, Itatinga, Jaú, Lençóis Paulista, Lins, Mineiros do Tietê, Ourinhos, Pardinho, Pederneiras, Pirajui, Piratininga, Pongai, Presidente Alves, Reginópolis, Ribeirão Bonito, Santa Cruz do Rio Pardo, São Carlos, São Manuel, São Pedro do Turvo, Tiête, Torrinha, Ubirajara e Uru; • outros assuntos pertinentes ao objeto da assembleia. A Assembleia ocorrerá no dia **06.04.2026**, na sede do Sindicato das Indústrias Moveleiras de Bauru e Região, às 18:00 horas em 1ª convocação e, em não havendo número mínimo de associadas presentes, às 19:00 horas, em 2ª convocação (com qualquer número de associadas). O registro das chapas interessadas deverá ocorrer até o dia **19.03.2026**. Eventuais impugnações das candidaturas registradas deverão ocorrer até o dia **27.03.2026**. A Comissão Eleitoral será composta pelos seguintes membros: Presidente: **Paulo Roberto Parmegiani** - OAB-SP 747.424 - CPF nº 961.471.648/72, Vice Presidente: **Rafaela Eburneo Orsi Vivan** - OAB-SP 251.534 - CPF nº 405.518.218/09; 1ª Secretária: **Estefani Caroline Garcia Krall** - OAB-SP 438.954 - CPF nº 308.042.298-80 e 1ª Suplente: **Luana Lima Pavarin** - CPF nº 332.957.798-30. Obs.: Só será permitido o ingresso e permanência na Assembleia de representantes das empresas das categorias acima citadas, mediante a apresentação de documentos comprobatórios. Assim, para dar-se publicidade aos interessados da categoria econômica convocados por este, demais interessados e terceiros, publica-se o presente Edital, na forma da lei, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. **Fernando Luiz Rufatto - Administrador Provisório**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

AVISO DE LICITAÇÃO – RETIFICAÇÃO 02.O Município de João Monlevade torna pública a RETIFICAÇÃO 02 da Concorrência Eletrônica nº 001/2026, processo licitatório nº 005/2026, objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL CÔNEGO JOSÉ HIGINO DE FREITAS, no município de João Monlevade,com fornecimento de equipamentos, mão de obra, materiais e serviços técnicos necessários à execução do objeto, conforme memorial descritivo, planilhas e demais anexos", cuja sessão pública será realizada através do endereço eletrônico https://licitar.digital/ (Licitar Digital). Edital e anexos disponíveis nos links:https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/90313 e https://pmjm.mg.gov.br/filter/11815.Mais informações: (31) 3859-2509 / 3859-2510.NOVA Data de abertura: 13 de março de 2026 às 08:30h.João Monlevade, 25 de fevereiro de 2026.Ricardo Alexandre de Oliveira.Secretário Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO.O Município de João Monlevade torna público, realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico Nº. 007/2026 - Processo 026/2026. Objeto:Registro de Preços para AQUISIÇÃO DE TAMPÃO (PV) E GRELHA DE FERRO FUNDIDO, que serão utilizados para as manutenções e conservação das redes pluviais e fluviais do município, conforme especificações, exigências e quantidades estabelecidas no Termo de Referência. Data de abertura: 12/03/2026 às 08:30h.Edital e anexos disponíveis através dos links: https://pmjm.mg.gov.br/filter/11817;https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/92200; Mais informações: (31) 3859-2509 /3859-2510.João Monlevade, 25 de fevereiro de 2026.Ricardo Alexandre de Oliveira Secretário Municipal de Administração

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO/DIRETORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO/SUPRIMENTOS

AVISO DE ABERTURA Encontra-se aberto na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) o Pregão Eletrônico **PE DGA 90082/2026, UASG 450161**, Processo **01-P-26349/2025**, do tipo menor valor do lance, correspondente à maior oferta mensal da taxa de permissão de uso, destinado a **Permissão de Uso onerosa e intransferível de Espaço Físico, a título precário, para a exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete da FCM, localizado na Rua Albert Sabin, S/Nº - Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Campus Unicamp em Campinas/SP.** O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **18/03/2026, às 09h30min**, sendo que a sessão será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**).

Prefeitura Municipal de Igaraçu do Tietê
Processo Administrativo nº 105/2026
Pregão Eletrônico nº 06/2026

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de combustíveis, sendo gasolina comum, etanol, óleo diesel comum, óleo diesel S10 e arla, destinados ao abastecimento da frota de veículos pertencentes a Prefeitura Municipal de Igaraçu do Tietê. A realização da sessão será no dia 12 de março de 2026, as 09:00 horas, no endereço eletrônico: www.bllcompras.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA
EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 013/2026
Processo n.º 12.094/2025
OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA CLASSE "SOLUÇÕES HIDROELETROLÍTICAS, LAXATIVAS E INJETÁVEIS" PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DAS FARMÁCIAS MUNICIPAIS E UNIDADES DE SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO IV DO EDITAL"
Abertura das Propostas: **12 de Março de 2026**, a partir das **07h30 horas**.
Início da sessão de disputa de preços: **12 de Março de 2026**, a partir das **08h30 horas**.
O Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos, sito a Av. Brasil, nº 85, 1º andar, no horário das 09h00 às 16h00 horas, nos sites **www.americana.sp.gov.br** e **www.novobbmnet.com.br** e no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) a partir de **27 de Fevereiro de 2026.**

Americana/SP, 25 de Fevereiro de 2026
José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores
Secretário Adjunto de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1.111/2026

DATA DE REALIZAÇÃO: 12 de março de 2026. HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: SCPI - Portal de Compras - http://servicos2.fernandopolis.sp.gov.br:5656/comprasedital/. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VIDROS E ESPELHOS, BEM COMO NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E INSTALAÇÃO DESSES MATERIAIS, CONFORME AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO". Classificada por grupo, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 008/2026. LEGISLAÇÃO: Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, e, suas alterações, bem como aplicação das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. DO CREDENCIAMENTO: SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES (SICAF): O credenciamento é o nível básico do registro cadastral que permite a participação em certames eletrônicos, devendo o interessado realizar ou atualizar seu cadastro no endereço eletrônico: https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf. SISTEMA FIORILLI (SCPI - PORTAL DE COMPRAS): O cadastro deverá ser iniciado no endereço: http://servicos2.fernandopolis.sp.gov.br:5656/comprasedital/, na opção "Solicitar Chave de Acesso". Após o recebimento da chave e senha por e-mail, o fornecedor deverá selecionar a "Opção 03 – Licitante", escolher o processo desejado e proceder ao credenciamento e inserção da proposta. ÍNTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira à Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br em serviços + licitação.

Fernandópolis/SP, 25 de fevereiro de 2026.
JOÃO PAULO SALES CANTARELLA
Prefeito Municipal

MINISTÉRIO DO **EMPREENDEDORISMO, DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

EXTRATO DO EDITAL MEMP Nº 3/2026
Exame Nacional de Tradutores e Intérpretes Públicos (TIPS)

O Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, por intermédio do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI, com o apoio institucional da Secretaria Nacional de Ambiente de Negócios – SANE, torna pública a realização do Exame Nacional de Aptidão para Certificação de Tradutores e Intérpretes Públicos (TIPS), nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, e da Instrução Normativa DREI/ME nº 52, de 29 de julho de 2022, e suas alterações.

O exame será executado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe e destina-se à certificação necessária para matrícula de tradutores e intérpretes públicos perante as Juntas Comerciais.

O certame compreenderá fases eliminatórias, conforme a habilitação pretendida, incluindo provas escritas, orais, objetivas e práticas, realizadas de forma remota, abrangendo habilitações em diversos idiomas estrangeiros e em Língua Brasileira de Sinais – Libras.

As inscrições serão realizadas exclusivamente pela internet, no período de **27 de fevereiro a 18 de março de 2026**, mediante acesso ao sistema de inscrição com autenticação por meio de conta **Gov.br**, no endereço eletrônico do Cebraspe, mediante pagamento de taxa de inscrição no valor de **R$ 290,00**, observadas as hipóteses legais de isenção previstas no edital.

São requisitos para o exercício da profissão, entre outros, aprovação no exame de aptidão, capacidade civil, residência no País (para estrangeiros), inexistência de impedimentos legais e matrícula na Junta Comercial competente.

O edital completo poderá ser consultado no **Diário Oficial da União** e nos canais oficiais do **MEMP**, do **DREI** e do **Cebraspe**, onde também estarão disponíveis o cronograma, os requisitos detalhados, o conteúdo programático e demais informações sobre o exame.

Brasília. 25 de fevereiro de 2026
Documento assinado eletronicamente
FRANCISCO TADEU BARBOSA DE ALENCAR
Ministro de Estado, Substituto

Documento assinado eletronicamente por **Francisco Tadeu Barbosa de Alencar** , **Ministro(a) de Estado Substituto(a)**, em 20/02/2026, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **58025661** e o código CRC **EBC9F0AD**.

Referência: Processo nº 19687.108878/2023-43. **SEI nº 58025661**

economia

Governo tem superávit primário 2,2% menor em janeiro

BRASÍLIA | REUTERS O governo central registrou um superávit primário de R$ 86,9 bilhões em janeiro, informou o Tesouro Nacional nesta quarta-feira (25), resultado ligeiramente pior que o esperado pelo mercado e com queda real de 2,2% sobre o mesmo mês de 2025.

O desempenho do mês passado é resultado de receitas líquidas —que excluem transferências para governos regionais— de R$ 272,78 bilhões, crescimento de 1,2% ante o mesmo período de 2025, e despesas totais de R$ 185,88 bilhões, alta de 2,9%.

Economistas consultados pela Reuters esperavam que o dado, que compreende as contas de Tesouro, Banco Central e Previdência Social, teria um saldo positivo de R$ 88,8 bilhões no mês.

Os dados fiscais do governo federal têm apresentado desempenho forte em meses de janeiro nos últimos anos. O saldo do mês passado foi o quarto maior da série histórica iniciada em 1997 pelo Tesouro, abaixo apenas dos meses de janeiro de 2022, 2023 e 2025, em dados que descontam a variação da inflação.

Entre os destaques das receitas no mês passado estão um aumento de R$ 2,7 bilhões nos ganhos com o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), que sofreu aumento de alíquotas no ano passado, e de R$ 3,9 bilhões na arrecadação de Imposto de Renda. Por outro lado, houve redução de R$ 1,4 bilhão na receita de Imposto de Importação.

Do lado das despesas, a alta nos desembolsos na comparação com o mesmo mês de 2025 foi causada majoritariamente por elevações de R$ 4 bilhões em gastos previdenciários e de R$ 3,3 bilhões com pessoal.

No acumulado dos últimos 12 meses, o governo registrou um déficit de R$ 62,7 bilhões, equivalente a 0,47% do PIB (Produto Interno Bruto). A meta de resultado primário para 2026 é de superávit de 0,25% do PIB, com tolerância de 0,25 ponto percentual do PIB.

R$ 86,9 bilhões
foi o superávit primário do governo central em janeiro deste ano, informou o Tesouro Nacional

economia

Selic pode cair até 11% 'no mínimo' neste ano, avaliam gestores

Tamara Nassif

SÃO PAULO Gestores de investimentos têm divergido quanto à estimativa para a taxa Selic ao fim de 2026. Enquanto o consenso do mercado aponta para o juro a 12% ao ano em dezembro, como indicado pelo último boletim Focus, previsões de um patamar menor do que esse começam a rondar os debates dos economistas.

Bruno Serra, ex-diretor de política monetária do Banco Central e atual gerente de portfólios do Itaú Asset Management, avalia que a taxa básica de juros deve encerrar em 11% ao ano, "no mínimo". A análise foi feita em evento do BTG Pactual nesta quarta-feira (25) e endossada por Marco Freire, gestor de investimentos da Kinea, e Christiano Chadad, sócio e gestor do BTG Volt.

Serra enumerou uma sequência de dados para sustentar a argumentação. A inflação, diz ele, deve rodar em torno de 3% até o mês de outubro e finalizar em 3,5% no acumulado do ano —previsão que só tem a "direção da política fiscal" como entrave. O PIB (Produto Interno Bruto) está perto do potencial, em 2%, sustentado pelo desempenho do agronegócio e da extrativa mineral, encabeçada por Vale e Petrobras.

"Excluindo agro e minérios, algo que o BC deu muita cor em seu último relatório de política monetária, o resto da economia com potencial inflacionário está em 1,5% e desacelerando. Mercado de trabalho desacelerando. Salários fortes, mas prevejo queda conforme a inflação se aproxima da meta. Mas o juro está em 15%", afirmou.

O conjunto de fatores leva o gestor a crer que o BC irá entrar em um ciclo de cortes acelerado, em especial ao pesar a inflação corrente em 3% e a desaceleração econômica. "O juro neutro do BC é 8,5%. O do mercado é 9,5%. Eu dou mais 1,5 ponto percentual de lambuja para sugerir que a Selic termina o ano em 11%, para menos, e que no início de 2027 estaremos discutindo um patamar ainda mais baixo."

Chadad, do BTG, endossa a perspectiva de cortes acelerados, em especial antes das eleições presidenciais. Ele ainda ressalta que as previsões se baseiam na manutenção da atual política fiscal até o fim do ano. Se o governo decidir gastar mais, diz, o cenário muda.

SERVIÇO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SERTÃOZINHO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026 - COMPRASGOV 90003/2026 – REPUBLICADO Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS. ABERTURA DA SESSÃO será às 09:00 horas do dia 12/03/2026. A licitação supra será realizada por intermédio da Plataforma: ComprasGov.br. O edital está disponível nos sites www.saemas.com.br, https://pncp.gov.br/ e www.gov.br/compras. Providências de praxe. INFORMAÇÕES: TEL. (016) 3946-4646 e e-mail : licitacoes@saemas.com.br Sertãozinho, 24 de fevereiro de 2026. Alex Fabian Cardin de Sousa Superintendente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 - COMPRASGOV 90010/2026 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA , POR CONVÊNIO FEHIDRO, PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECUPERAÇÃO DA LAGOA FACULTATIVA Nº 01, NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DE CRUZ DAS POSSES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. ABERTURA DA SESSÃO será às 09:00 horas do dia 16/03/2026. A licitação supra será realizada por intermédio da Plataforma: ComprasGov.br. O edital está disponível nos sites www.saemas.com.br, https://pncp.gov.br/ e www.gov.br/compras. Providências de praxe. INFORMAÇÕES: TEL. (016) 3946-4646 e e-mail : licitacoes@saemas.com.br Sertãozinho, 24 de fevereiro de 2026. Alex Fabian Cardin de Sousa Superintendente

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

TERMO DE REVOGAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2022
Contrato Administrativo nº 142/2022
Processo Administrativo nº 807-9/2026

OBJETO: **"Contratação de empresa especializada em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para execução da obra de construção de Escola Estadual - Padrão FDE"**

O Prefeito de Jaboticabal/SP, resolve decretar a **REVOGAÇÃO TOTAL DO ATO ADMINISTRATIVO EXARADO NO DIA 28.01.PP, QUE DECIDIU PELA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIV0 Nº 142/2022**, referente ao Edital de Licitações, modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2022**, assinado junto à empresa **"ENGETEC ENGENHARIA EIRELI – EPP"**, com a **Ressalva de que, caso necessário, será procedida uma nova e definitiva "Rescisão Contratual", em razão do reiterado descumprimento contratual pela Empresa Contratada, assim como, com aplicação das penalidades contratuais e legais previstas, inclusive de natureza pecuniária – Multas; assim como, Suspensão da participação de Certames Licitatórios promovidos pela Prefeitura Municipal de Jaboticabal por determinado período**.

Publique-se.
Jaboticabal, 25 de fevereiro de 2.026
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

FMRP-USP RIBEIRÃO PRETO

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

E D I T A L

Encontra-se aberto, pelo HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, pregão eletrônico **nº 118/2026**, do tipo menor preço, destinado á **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS CONTÍNUOS DE DISTRIBUIÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E TRANSPORTE DE MATERIAIS, DOCUMENTOS, MEDICAMENTOS, ALIMENTOS, BENS MÓVEIS, EQUIPAMENTOS, HEMODERIVADOS, MATERIAIS BIOLÓGICOS, CORPOS/PEÇAS PATOLÓGICAS, PESSOAS E OBJETOS EM GERAL, NAS DEPENDÊNCIAS DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (HCFMRP-USP) - UNIDADE CAMPUS UNIVERSITÁRIO E SUAS UNIDADES DE ASSISTÊNCIA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**; a realização da Sessão será no dia **13/03/2026**, às **09:00 horas**, no endereço eletrônico: www.comprasgov.br. Cadastrado sob o **nº 92201 – 90118/2026**. Data de início do envio da proposta eletrônica: **26/02/2026**. O edital na íntegra está disponível no site: www.doe.sp.gov.br/pesquisa-licitacao ou www.hcrp.usp.br. Telefone: (16) **3602-2152**.

Andreia Aparecida Gaiotto de Carvalho
Responsável Serviço de Compras

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO
COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
JULIO.FAVINHA@CAMPINAS.SP.LEG.BR - RAMAL: 2590

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2026 – UASG 926677

Acha-se aberto na Câmara Municipal de Campinas o Pregão nº 05/2026 - Eletrônico - Processo CMC-ADM-2025/00436 - **Objeto**: Contratação de empresa para a prestação de serviços de fornecimento de links de acesso dedicado à internet fibra óptica com conectividade IP e proteção contra ataques, bem como fornecimento de solução de integrada (NGFW) em Hardware com Alta Disponibilidade (HA), incluindo licenças de software, plataforma de gerenciamento e relatórios, implantação, configuração, migração, repasse de conhecimento e suporte técnico, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

Recebimento das Propostas: a partir das 09h do dia 26/02/2026;
Início da Disputa de Preços: a partir das 10h do dia 13/03/2026;
Disponibilidade do Edital: a partir de 26/02/2026, no portal eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br/** (número no compras.gov: 90020/2025) e portal da transparência:**https://transparencia.campinas.sp.leg.br/licitacoes-contratos-convenios-e-obras/licitacoes** Esclarecimentos adicionais através dos e-mails: **licitacoes@campinas.sp.leg.br** / **compras.camara.campinas@gmail.com**.

Campinas, 25 de fevereiro de 2026
Julio Cesar Favinha
Diretor de Materiais e Patrimônio

AVISO DE LICITAÇÃO Sesc

O Serviço Social do Comércio – Administração Regional no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução nº 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, torna pública a abertura das seguintes licitações:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

Objetos:

PE 2026012000064 – Serviços futuros e eventuais de impressão e fornecimento de descartáveis personalizados - Sacos em papel, para Diversas Unidades. Abertura: 13/03/2026 às 10h30.

PE 2026012000068 – Serviços de manutenção corretiva na cabine primária da futura Unidade Nove de Julho, no município de Ribeirão Preto. Abertura: 19/03/2026 às 10h30.

PE 2026012000082 – Fornecimento de *software* para gestão da segurança ocupacional, saúde ocupacional e gestão previdenciária, na modalidade *Software* como Serviço SAAS (*Software as a Service*). Abertura: 25/03/2026 às 10h30.

PE 2026012000084 – Serviços de montagem da exposição "Ofício: Luz - Lita Cerqueira", na Unidade Pompeia. Abertura: 12/03/2026 às 10h30.

PE 2026012000092 – Serviços de montagem cenográfica para a Unidade Pinheiros. Abertura: 16/03/2026 às 10h30.

PE 2026012000094 – Fornecimento e instalação de itens de serralheria para a futura Unidade Parque Dom Pedro II. Abertura: 18/03/2026 às 10h30.

PE 2026012000095 – Fornecimento de contêiner refrigerado para as Unidades Bertioga e Itaquera. Abertura: 27/03/2026 às 10h30.

PE 2026012000096 – Serviços especializados de transporte de obras de arte para a Unidade Pompeia. Abertura: 13/03/2026 às 10h30.

PE 2026012000097 – Serviços especializados sob demanda para transcrição, tradução e legendagem de material audiovisual de diversas programações das Unidades. Abertura: 31/03/2026 às 10h30.

PE 2026012000098 – Fornecimento de equipamentos de iluminação cênica para Diversas Unidades. Abertura: 12/03/2026 às 10h30.

PE 2026012000099 – Fornecimento de livros de diversas editoras para as futuras Unidades Parque Dom Pedro II e Marília. Abertura: 17/03/2026 às 10h30.

A consulta e aquisição dos editais estão disponíveis no endereço eletrônico **portallc.sescsp.org.br** mediante inscrição para obtenção de senha de acesso.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DE RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO
CNPJ/MF nº 56.883.788/0001-86
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria dessa entidade através do seu Presidente, convoca todos os Empregados nas empresas Transportadoras Revendedoras Retalhistas de Óleo Diesel,(SINDTRR), nas empresas do Comércio de Lubrificantes(SINDILUB) nas empresas Revendedoras de Gás (SINGASESP), nas empresas Distribuidoras de GLP (SINDIGAS), todas sediadas no âmbito da jurisdição territorial do Sindicato, sindicalizados ou não, para comparecerem às Assembleias Gerais Extraordinárias, a realiza-se na sede da Entidade, sito a Rua Gonçalves Dias nº234, Vila Tibério, com as seguintes **ordens do dia: 1)** Leitura, Discussão e Votação das Atas das Assembleias anteriores; **2)** Discussão e votação sobre a unificação estadual e/ou nacional das pautas de reivindicações para o encontro semestral com o Sindigás; **3)** Discussão e votação sobre a unificação estadual e/ou nacional das pautas de reivindicações para renovação dos instrumentos coletivos de trabalho - CCT´s;); **4)** Discussão e votação sobre a outorga de poderes a Diretoria do Sindicato e/ou da Federação representativa, para encaminhamento, discussão e defesa das reivindicações, objetivando a celebração do Instrumento Coletivo de Trabalho, e no caso de impossibilidade, suscitar Dissídio Coletivo perante o competente tribunal. As assembleias serão realizadas, respectivamente, nos seguintes dias e horários: dia 2/3/2026, as 8:00 horas em primeira convocação para os empregados nas empresas Distribuidoras de GLP, para discussão e votação dos assuntos 1 e 2 da ordem do dia; as 9:00 horas em primeira convocação para os empregados nas empresas do Comércio de Lubrificantes, para discussão e votação dos assuntos 1 e 2 da ordem do dia; as 10:00 horas em primeira convocação para os empregados nas empresas Revendedoras de Gás do Interior de São Paulo, para discussão e votação dos assuntos 1 e 2 da ordem do dia; as 11:00 horas em primeira convocação para os empregados nas empresas Transportadoras Revendedoras Retalhistas de Óleo Diesel, Óleo Combustível e Querosene, para discussão e votação dos assuntos 1, 3 e 4 da ordem do dia. Dia 16/6/2026, as 9:00 horas em primeira convocação para os Empregados nas Revendedoras de Gás (Singasesp), para discussão e votação dos assuntos 1, 3 e 4 da ordem do dia e as 10:00 horas em primeira convocação para os Empregados nas Distribuidoras de GLP (Sindigás), para discussão e votação dos assuntos 1, 3 e 4 da ordem do dia. Não havendo na hora supra indicada, número legal de presentes para instalação dos trabalhos, as Assembleias serão realizadas uma hora após em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, tendo, todas caráter permanente até o término das negociações. Ribeirão Preto/SP, 26/2/2026. José Luiz Possa - Presidente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC
DA - COORDENADORIA DE LICITACOES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, n° 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026 Nº DA UASG NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR: 929488. OBJETO:** Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de alimentação tipo coffee break, incluindo todos os utensílios indispensáveis ao consumo dos alimentos e bebidas fornecidos (mesas, toalhas, pratos, copos etc.) e mão de obra para a montagem/desmontagem do serviço, para os eventos comemorativos da 3ª Edição do Prêmio Lume, nos locais pré-determinados e nas datas e horários a serem definidos, de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos. **DATA: 12/03/2026 - HORA: 14h. ENVIO DAS PROPOSTAS:** As propostas deverão ser cadastradas no sistema Compras.gov.br até a data e horário da abertura da sessão. O Edital poderá ser acessado no site eletrônico www.alesc.sc.gov.br/licitacoes. **Código de registro TCE:** D4BB4C83EE20375B1633D04FFD92A08586337772.

Florianópolis/SC, assinado e datado eletronicamente.
Carlos Alberto Leal - Coordenador de Licitações e Contratos

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO CARLOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL O Presidente do Sindicato dos Professores de São Carlos, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.266.000/0001-14, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 921.027.422.98164-7, sito à rua Dona Alexandrina, 210, Sala 03 – Vila Monteiro, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todos os Auxiliares da Instituição de Ensino Cooperativa Educacional de São Carlos CNPJ 71.606.917/0001-82 da rede privada de ensino, sindicalizados ou não, na base territorial dos município de São Carlos, observando a lei 13019. artigo 4º - A para as Assembleias Extraordinárias Virtual dos auxiliares que se realizara no dia 26 de fevereiro de 2026, às 18h30, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 19h em segunda convocação, com qualquer número de professores presentes, por meio da plataforma remota Google Meet, cujo link para acesso será encaminhado às Professoras e aos Professores que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de docente da Educação Básica de São Carlos, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: assembleia.sinprosaocarlos@gmail.com impreterivelmente, até às 17h00min da data de realização, acima referida. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A)Elaboração da pauta de reivindicações dos Auxiliares da Educação Básica para a data base de 01/03/2026. São Carlos, 23 de fevereiro de 2026 Marco Antonio Nunes da Silva Presidente

ASSEMBLEIA GERAL EXTRA ORDINÁRIA VIRTUAL O Presidente do Sindicato dos Professores de São Carlos inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.266.000/0001-14, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, registro sindical n.º nº 921.027.422.98164-7, sito à Rua Dona Alexandrina, 210, Sala 03 – Vila Monteiro – São Carlos, SP., no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca as Professoras e os Professores e as Técnicas e os Técnicos de Ensino empregados do SESI-SP e do SENAI-SP, sindicalizados ou não, na base territorial dos municípios de São Carlos, Caconde, Dourado, Ibaté, Itobi, Mococa, Ribeirão Bonito, Santa Cruz das Palmeiras e Tapiratiba, observando a lei 13019. artigo 4º - A para a Assembleia Geral Extraordinária Virtual que se realizará no dia 05 de março de 2026, às 8h30min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 9h00, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Google Meet, cujo link para acesso será encaminhado às Professoras e Professores e às Técnicas e Técnicos de Ensino que o solicitarem, mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador ou trabalhadora do SESI-SP e do SENAI-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: assembleia.sinprosaocarlos@gmail.com , impreterivelmente até o horário definido para a primeira convocação, acima referido. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: A. Análise e deliberação sobre eventual contraproposta patronal. B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta. São Carlos, 23 de fevereiro de 2026. Marco Antonio Nunes da Silva Presidente

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - A Diretoria do **Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo (Inclusive Pesquisa de Minérios) de Campinas**, inscrito no CNPJ 51.907.046/0001-20, através do seu Presidente, convoca todos os Empregados nas empresas Transportadoras Revendedoras Retalhistas de Óleo Diesel, Óleo Combustível e Querosene, nas empresas do Comércio de Lubrificantes, nas empresas Revendedoras de Gás do Interior de São Paulo, nas empresas Distribuidoras de GLP e na empresa NeoGás, todas sediadas no âmbito da jurisdição territorial do Sindicato, sindicalizados ou não, para comparecerem às Assembleias Gerais Extraordinárias, a realiza-se na sede da Entidade, sito a Rua Treze de maio, 339, Santa Cecília, em Paulínia/SP, com as seguintes ordens do dia: 1) Leitura, Discursão e Votação das Atas das Assembleias anteriores; 2) Discussão e votação sobre a unificação estadual e/ou nacional das pautas de reivindicações para o encontro semestral com o Sindigás; 3)Discussão e votação sobre a unificação estadual e/ou nacional das pautas de reivindicações para renovação dos instrumentos coletivos de trabalho - CCT´s;) 4) Discussão e votação sobre a outorga de poderes a Diretoria do Sindicato e/ou da Federação representativa, para encaminhamento, discussão e defesa das reivindicações, objetivando a celebração do Instrumento Coletivo de Trabalho, e no caso de impossibilidade, suscitar Dissídio Coletivo perante o competente tribunal. As assembleias serão realizadas, respectivamente, nos seguintes dias e horários: dia 28/02/2026, as 08:00 horas em primeira convocação para os empregados nas empresas Distribuidoras de GLP, para discussão e votação dos assuntos 1 e 2 da ordem do dia; as 09:00 horas em primeira convocação para os empregados nas empresas do Comércio de Lubrificantes, para discussão e votação dos assuntos 1 e 2 da ordem do dia; as 10:00 horas em primeira convocação para os empregados nas empresas Revendedoras de Gás do Interior de São Paulo, para discussão e votação dos assuntos 1 e 2 da ordem do dia; as 11:00 horas em primeira convocação para os empregados nas empresas Transportadoras Revendedoras Retalhistas de Óleo Diesel, Óleo Combustível e Querosene, para discussão e votação dos assuntos 1, 3 e 4 da ordem do dia; as 12:00 horas em primeira convocação para os empregados na empresa NeoGás, para discussão e votação dos assunto1, 3 e 4 da ordem do dia. Dia 17/06/2026, as 14:00 horas em primeira convocação para os Empregados nas Revendedoras de Gás do Interior de São Paulo, para discussão e votação dos assuntos 1, 3 e 4 da ordem do dia e as 16:00 horas em primeira convocação para os Empregados nas Distribuidoras de GLP, para discussão e votação dos assuntos 1, 3 e 4 da ordem do dia. Não havendo na hora supra indicada, número legal de presentes para instalação dos trabalhos, as Assembleias serão realizadas uma hora após em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadores presentes, tendo, todas caráter permanente até o término das negociações. Paulínia/SP, 26 de fevereiro de 2026. José Bezerra Neto - Presidente.

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** | PRESENCIAL ON-LINE — Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 10/03/2026 às 14h00 2º Leilão: dia 17/03/2026 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10183615104, firmado em 28/06/2023 no qual figura como Fiduciante, **MIRIAN GABRIELLE FERREIRA PIRES**, brasileira, solteira, maior, assistente departamento pessoal, CNH/DETRAN/RJ nº 06175664730, CPF nº 126.272.217-95, residente e domiciliado no Rio de Janeiro/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de março de 2026, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 533.266,98 (Quinhentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta e seis reais e noventa e oito centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **RUA FLAMINIA, nº 19, Apto. 201 e sua correspondente fração ideal de 139/1000, do respectivo terreno, medindo em sua totalidade: 8,00m de frente e fundos, por 40,00m de extensão de ambos os lados, confrontando de um lado com terreno do lote 1, de Amália Oliva Maya Lamas, do outro com o lote 3 e nos fundos com terreno, ambos de Amália Oliva Maya Lamas; área ocupada pela edificação do nº 19 apto's 101 e 201, medindo: 6,03m de frente, de fundos em 03 segmentos de 1,75m + 2,70m + 4,28m, 12,55m pelo lado esquerdo e 9,85m pelo lado direito; acesso de uso comum aos nº 19 apto's 101 e 201 e 19-Fundos apto's 101, 102, 201 e 202, medindo; 1,97m de frente, 8,00m de fundos, pelo lado esquerdo em 03 segmentos de 18,00m + 6,03m + 4,83m e pelo lado direito 22,49m; terraço parcialmente coberto de uso exclusivo do apto. 201. Matrícula nº 248.104 do 8º Serviço Registral de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de março de 2026, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 282.180,11 (Duzentos e oitenta e dois mil, cento e oitenta reais e onze centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRATIBA

PREGÃO ELETRÔNICO – 006/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA O PROCON. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço por item, nos termos da Lei nº 14.133/21. Início do recebimento das propostas: dia 27/02/2026, às 08:00. Fim do recebimento das propostas: dia 11/03/2026, às 14:00. Data da sessão: 11/03/2026, às 14:30. Local: www.bll.org.br - aba ACESSO BLL COMPRAS.

Tapiratiba/SP, 25 de fevereiro de 2026. Ramon Jesus Vieira - Prefeito.

FRAZÃO Leilões — itaú

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório na Rua Herval, 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10152934809, firmado em 30/11/20, no qual figura(m) como fiduciante(s) **FERNANDO LEITE DOS SANTOS,** brasileiro, divorciado, executivo comercial pleno, RG nº 25.769.526-6-SSP/SP, CPF/MF nº 250.970.378-12, residente e domiciliado em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13/03/2026, às 15h30min**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 302.334,00** (trezentos e dois mil e trezentos e trinta e quatro reais), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo "Apartamento nº 01-PNE, localizado no pavimento térreo do CONDOMÍNIO RESIDENCIAL BATISTA DA COSTA, prédio situado na Rua Batista da Costa, nº 116, no 27º Subdistrito - TATUAPÉ, contendo: área construída privativa de 42,56m2; área construída comum de 1,3463m2; área construída total de 43,906m2; área privativa descoberta de 4,845m2; área comum descoberta de 6,1349m2; área total (construída + descoberta) de 54,8862m2; correspondendo uma fração ideal no todo de 7,070%." **Imóvel objeto da matrícula nº 323.026 do 09º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP**. **Inscrição Municipal:** 054.110.0243-5 (Av.04). Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 20/03/2026, às 15h30min**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 263.102,43** (duzentos e sessenta e três mil e cento e dois reais e quarenta e três centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP-3539-05).

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80 - NIRE 3530005152-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 19 de Janeiro de 2026

Data, Hora e Local: No dia 19 de janeiro de 2026, às 09h00 na sede social da **Sompo Seguros S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cubatão, nº 320, 14º andar, esc. 141, Vila Mariana, CEP 04012-911. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação formal da presente Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, Sompo International Holdings Brasil Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cubatão, nº 320, 15º andar, sala 01, CEP 04012-911, inscrita no CNPJ sob o nº 35.371.382/0001-44, neste ato devidamente representada por seus administradores, os Srs. Celso Ricardo Mendes e Bruno Rodriguez Pereira, ambos com endereço comercial no mesmo local da sede da acionista. **Mesa:** Presidente da Assembleia: Sr. Alfredo Lália Neto.; Secretário da Assembleia: Sr. Celso Ricardo Mendes. **Ordem do Dia: (1)** Tomar conhecimento da renúncia apresentado pelo Presidente do Conselho de Administração. **(2)** Designar o novo Presidente do Conselho de Administração. **(3)** Ratificar e demonstrar a composição do Conselho de Administração. **Deliberações**: Dando início aos trabalhos e após análise dos itens constantes da ordem do dia, a acionista única deliberou: 1 - Tomar conhecimento, por meio de carta renúncia apresentada à Companhia e que ficará arquivada na sede social, do pedido de renúncia do Presidente do Conselho de Administração, Sr. Julian Timothy James, britânico, casado, segurador, portador do Passaporte nº 123973616, inscrito no CPF sob o nº 718.407.561-79, que permaneceu nas funções até o dia 16 de janeiro de 2026. 2 - Designar o Sr. Brian William Goshen, devidamente qualificado por ocasião de sua eleição como membro do Conselho de Administração, para exercer a função de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, até o término de seu mandato, na Assembleia Geral Ordinária de 2027. 3 - Considerando a renúncia acolhida e a consequente designação de um novo Presidente do Conselho de Administração, e tendo em vista que tais fatos não implicam qualquer desenquadramento legal, regulatório ou estatutário, ratificar a atual composição do Conselho de Administração, que permanece formada pelos seguintes membros: a) Presidente: Sr. Brian William Goshen b) Conselheiro: Sr. Alfredo Lália Neto c) Conselheiro: Sr. Emmnanuel Yves Marie Jérôme Brulé. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Alfredo Lália Neto - Diretor Presidente; Secretário da Mesa: Celso Ricardo Mendes - Diretor Executivo; Acionista: Sompo International Holdings Brasil Ltda. (Celso Ricardo Mendes - Administrador/Bruno Rodriguez Pereira - Administrador). **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 19 de janeiro de 2026. Presidente: Alfredo Lália Neto - Diretor Presidente; Secretário: Celso Ricardo Mendes - Diretor Executivo. **JUCESP** nº 049.868/26-3, em 12/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80 - NIRE 3530005152-1

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 15 de Dezembro de 2025

Dia, Hora e Local: Aos 15 dias do mês de dezembro de 2025, às 09h00, realizou-se a reunião do Conselho de Administração da Sompo Seguros S.A. de forma híbrida, por meio de videoconferência e presencialmente na sede da Companhia na Rua Cubatão, nº 320, Paraíso, CEP 04013-001, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 12, § 3º do Estatuto Social da Companhia. Compareceram os conselheiros Sr. Julian Timothy James (por videoconferência); Sr. Brian William Goshen (por videoconferência); Sr. Alfredo Lália Neto; e Sr. Emmanuel Yves Marie Jérôme Brulé (por videoconferência). **Composição da Mesa:** Presidente da Mesa, Sr. Julian Timothy James. Secretário da Mesa, Sr. Alfredo Lália Neto. **Ordem do Dia:** Deliberação sobre a declaração e pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e dividendos intermediários, ambos referentes ao exercício de 2025, apurados com base no balanço especialmente levantado para o mês de novembro de 2025. **Deliberações:** Dando início aos trabalhos o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos conselheiros a matéria constante da ordem do dia. Os conselheiros examinaram, discutiram e deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 1 - Aprovaram, com fundamento no artigo 13, inciso IV, e artigo 29, §§2º e 3º, do Estatuto Social da Companhia, bem como nos artigos 9º da Lei nº 9.249/95 e 202 da Lei nº 6.404/76, a declaração de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), imputados aos dividendos do exercício de 2025, no valor bruto total de R$ 58.055.581,78 (cinquenta e oito milhões, cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais e setenta e oito centavos), apurado com base no balanço de novembro de 2025, observados os limites legais para dedutibilidade fiscal e imputação aos dividendos do exercício. 2 - Aprovaram, igualmente, a declaração de dividendos intermediários, no valor total de R$ 19.247.541,98 (dezenove milhões, duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e oito centavos), também apurados com base no balanço especialmente levantado para o mês de novembro de 2025, conforme previsto no artigo 29, §3º do Estatuto Social e artigo 204 da Lei nº 6.404/76. 3 - Autorizaram o pagamento do JCP e dos dividendos intermediários a partir de 22 de dezembro de 2025, sendo o JCP pago com retenção de Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15%, conforme legislação vigente. 4 - Fixaram como base de cálculo a posição acionária de 22 de dezembro de 2025, sendo as transferências de ações a partir desta data efetuadas "ex" JCP e "ex" dividendos intermediários. 5 - Registraram que o acionista único é a Sompo International Holdings Brasil Ltda., pessoa jurídica nacional, que receberá o crédito líquido do JCP, após a retenção do Imposto de Renda na Fonte, e o valor integral dos dividendos intermediários. 6 - Determinaram que o valor bruto do JCP não excede os limites previstos no artigo 9º da Lei nº 9.249/95. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assim segue assinada digitalmente nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 por todos os presentes. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Julian Timothy James, Presidente do Conselho de Administração; Secretário da Mesa: Alfredo Lália Neto, Membro do Conselho de Administração; Brian William Goshen, Membro do Conselho de Administração; e Emmanuel Yves Marie Jérôme Brulé, Membro do Conselho de Administração. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 15 de dezembro de 2025. **Alfredo Lália Neto -** Diretor Presidente; **Celso Ricardo Mendes -** Diretor Executivo. **JUCESP** nº 20.702/26-7, em 05/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

SOMPO SEGUROS S.A.

CNPJ nº 61.383.493/0001-80 - NIRE 3530005152-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 29 de Dezembro de 2025

Data, Hora e Local: No dia 29 de dezembro de 2025, às 09h00 na sede social da **Sompo Seguros S.A.** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cubatão, nº 320, Vila Mariana, CEP 04013-001. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação formal da presente Assembleia Geral Extraordinária, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a presença da única acionista da Companhia, Sompo International Holdings Brasil Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cubatão, nº 320, 15º andar, sala 01, CEP 04012-911, inscrita no CNPJ sob o nº 35.371.382/0001-44, neste ato devidamente representada por seus administradores, os Srs. Celso Ricardo Mendes e Bruno Rodriguez Pereira, ambos com endereço comercial no mesmo local da sede da acionista. **Mesa:** Presidente: Sr. Alfredo Lália Neto. Secretário: Sr. Celso Ricardo Mendes. **Ordem do Dia: (1)** Deliberação sobre a declaração e pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) referentes ao exercício de 2025, apurados com base em balanço especialmente levantado em dezembro de 2025, observados os limites legais e estatutários. **(2)** Deliberação sobre a declaração e pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2025, apurados com base em balanço especialmente levantado em dezembro de 2025, observados os limites legais e estatutários. **(3)** Imputação dos valores de JCP e dos dividendos intermediários declarados e/ou pagos ao longo do exercício de 2025 aos dividendos do exercício social de 2025, para todos os fins legais, fiscais e societários. **Deliberações**: Dando início aos trabalhos e após análise dos itens constantes da ordem do dia, a acionista única deliberou: **1) Deliberação sobre a declaração e pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) referentes ao exercício de 2025, apurados com base em balanço especialmente levantado em dezembro de 2025, observados os limites legais e estatutários.** O acionista único, após análise da proposta apresentada pelo Conselho de Administração, aprovou a declaração e pagamento de Juros sobre Capital Próprio (JCP) referentes ao exercício de 2025, no valor bruto total de R$ 11.836.400,45 (onze milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentos reais e quarenta e cinco centavos), apurados com base no balanço especialmente levantado em dezembro de 2025, observados os limites legais e estatutários, com pagamento no prazo de 30 (dias) contados a partir da presente data. **2) Deliberação sobre a declaração e pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2025, apurados com base em balanço especialmente levantado em dezembro de 2025, observados os limites legais e estatutários.** O acionista único, após análise da proposta apresentada pelo Conselho de Administração, aprovou a declaração e pagamento de dividendos intermediários referentes ao exercício de 2025, no valor de R$ 30.597.254,58 (trinta milhões, quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), apurados com base no balanço especialmente levantado em dezembro de 2025, observados os limites legais e estatutários, com pagamento no prazo de 30 (dias) contados a partir da presente data. **3) Imputação dos valores de JCP e dos dividendos intermediários declarados e/ou pagos ao longo do exercício de 2025 aos dividendos do exercício social de 2025, para todos os fins legais, fiscais e societários.** O acionista único aprovou, para todos os fins legais, fiscais e societários, que os valores referentes a Juros sobre Capital Próprio (JCP) e dividendos intermediários declarados e/ou pagos ao longo do exercício de 2025, inclusive aqueles ora aprovados com base no balanço especialmente levantado em dezembro de 2025, são integralmente imputados aos dividendos do exercício social de 2025. Tal imputação tem por objetivo assegurar a correta destinação dos resultados do exercício e a observância dos limites legais e estatutários. Fica autorizado e determinado que os administradores da Companhia adotem todas as providências, atos e medidas necessárias para a plena implementação e cumprimento das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando a, formalizações bancárias, registros societários, assinatura de documentos, e quaisquer outros procedimentos que se façam necessários para a efetivação das decisões tomadas nesta assembleia. **Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Os documentos de suporte relativos a estas deliberações permanecerão arquivados na Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados, sendo lavrada a presente ata na forma de sumário, nos termos do §1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Alfredo Lália Neto - Diretor Presidente; Secretário da Mesa: Celso Ricardo Mendes - Diretor Executivo; Acionista: Sompo International Holdings Brasil Ltda. (Celso Ricardo Mendes - Administrador/Bruno Rodriguez Pereira - Administrador). **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo, 29 de dezembro de 2025. **Alfredo Lália Neto -** Diretor Presidente; **Celso Ricardo Mendes -** Diretor Executivo. **JUCESP** nº 049.867/26-0, em 12/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ABIMDE - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA

Av. Brig. Luís Antônio, 2367 - 12º andar - Conj. 1201 - Edifício Barão de Ouro Branco
Jardim Paulista - São Paulo/SP - CEP: 01.401-000 - Fone: (11) 3170-1860

Consultamos as possíveis empresas nacionais representantes comerciais da empresa: **AVIBRAS INDÚSTRIA AEROESPACIAL S.A., CNPJ 60.181.468/0001-51, estabelecida à R. Dos Piqueroes nº 40 sala 312 CEP 12.246-420 Parque Residencial Aquarius São José dos Campos SP; especificando seus estabelecimentos filiais, como a seguir: Instalação 2, CNPJ 60.181.468/0005-85, estabelecida à Rodovia dos Tamoios, Km 14, na Estrada Varadouro, 1.200. CEP 12315-020 – Zona Rural da Cidade de Jacareí – SP e Instalação 03, CNPJ 60.181.468/0006-66, estabelecida à Rodovia Lorena-Itajubá, BR 459, Km 23, Bairro do Campinho, CEP 12600-970 – Lorena – SP, para comercialização de todos os seus produtos.** A se manifestarem com a devida comprovação e em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação deste informe, nos termos de nossa Norma de Emissão de Declaração de Exclusividade. Caso não haja qualquer manifestação em contrário até o fim deste prazo, será expedida a Declaração de Representação Comercial Exclusiva. São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.

PREFEITURA DA ESTANCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

RETIFICAÇÃO DO EDITAL - PE 116/2025 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS AOS SERVIDORES QUE ATUAM NAS ATIVIDADES DE PREPARO E MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS NAS COZINHAS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO ROQUE/SP. Fica retificado o prazo de apresentação de amostras. Onde-se lê 72 (setenta e duas) horas nos Item 8.11.1. e 8.11.1.2 do Edital e Item 4.3. do Termo de Referência, leia-se 6 (seis) dias corridos. Mantêm-se INALTERADAS as demais cláusulas do Edital. O detalhamento da retificação está à disposição no site: **www.saoroque.sp.gov.br**.

Edital particular para conhecimento de terceiros, para atendimento do artigo 34 do decreto lei nº 3.365/41 da desapropriação amigável promovida por Concessionária Rota das Bandeiras S.A. Concessionária Rota das Bandeiras S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 10.647.979/0001-48, com sede em Itatiba-SP, Rodovia Dom Pedro I (SP-065), s/n, Km 110, 400 pista Sul, Sítio de Moenda, CEP 13.252-800, no desempenho da concessão estadual que lhe foi deferida pelo Decreto Estadual nº 52.188, de 21/09/2007, conforme contrato de concessão rodoviária nº 003/ARTESP/2009, está devidamente autorizada a promover os processos de desapropriação, por via judicial ou amigável, responsabilizando-se pelas respectivas indenizações, na forma autorizada pelo Poder Público. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que será promovida desapropriação amigável, com a lavratura de escritura pública perante o 02ª Tabelião de Notas da Comarca de Itatiba, em que é requerente **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** e **Marcos Rogério Suzan,** portador do documento de identificação RG nº 22.880.544-2 SSP/SP e CPF nº 152.967.628-27, objetivando a desapropriação da seguinte área 1.924,20m² registrada sob o número de matrícula 28.644 do Oficial de Registro de Imóveis de Itatiba, declarada de utilidade pública, nos termos do decreto estadual nº **66.547 de 04 de março de 2022** publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, onde o Governador do Estado de São Paulo declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel descritos e caracterizado no ato, objetivando a execução das obras implantação **de trevo em nível duplo na altura do km 13+500m da Rodovia SP-063**, no Município e Comarca de **Itatiba**, no trecho que especifica e dá providências correlatas. Sobre o imóvel os expropriados declaram não constar ônus de qualquer natureza e em qualquer instância, recursos ou causa pendentes de julgamento. Sendo assim, para que no futuro ninguém possa alegar ignorância ou discordância é expedido o presente edital com prazo de 10 dias, para conhecimento de terceiros interessados, a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será publicado na forma da lei, podendo ser impugnado no mesmo prazo mediante comunicação escrita e formal a Concessionária no mesmo prazo do edital. Dado e passado nesta comarca de Itatiba.

Estado de Massachusetts
O Tribunal de Primeira Instância
Departamento de Sucessões e Tribunal de Família

Divisão de Bristol — Número do Processo **26A0027**

Intimação por Publicação

Matheus Wilham Ferreira Rodrigues, autor

vs.

Weksirley de Almeida Rodrigues, réu

Ao réu mencionado acima:

Uma Queixa foi apresentada a este Tribunal pelo autor,

Matheus Wilham Ferreira Rodrigues

Buscando

Constatações Especiais de Fato e Decisões de Direito e para solicitar o Status Especial de Imigrante Juvenil conforme M.G.L. 119 39M.

Você é obrigado a servir à: Daniel P. Lattarulo, Esquire
advogado do autor, cujo endereço é 235 Marginal Street, Chelsea, MA 02150

sua resposta na data ou antes de 17 de abril de 2026. Se você não o fizer, o tribunal prosseguirá para a audiência e julgamento desta ação. Você também é obrigado a registrar uma cópia da sua resposta no escritório do Registrador deste Tribunal em Taunton.

Testemunha, Paul Cronan, Esquire, Primeiro Juiz do referido Tribunal em Taunton, neste dia 12 de fevereiro de 2026.

[ASSINATURA]

Registro do Tribunal de Sucessões e Família

CJ-0112 (4/94)

COPERCANA

COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - COPERCANA

CNPJ/MF. N.º 71.320.915/0001-22 – NIRE Nº 35.400.002.085

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital, ficam convocados todos os senhores cooperados da **COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE CANA DO OESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**, nos termos do artigo 20, caput, do Estatuto Social, para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a realizar-se no **dia 31 de Março de 2.026, às 15:00 horas** em 1ª convocação; às 16:00 horas em 2ª convocação, e às 17:00 horas em 3ª e última convocação, na sede social da Associação dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo, sediada na Rua Dr. Pio Dufles, n.º 532, em Sertãozinho-SP., a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1) Prestação de Contas da Administração do exercício de 2.025, acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
   a) Relatório da gestão do ano findo de 2.025;
   b) Balanço contábil encerrado em 31/Dezembro/2.025;
   c) Demonstrativo das contas de resultado do exercício encerrado em 31/Dezembro/2.025;
2) Destinação das Sobras ou Perdas a disposição da AGO;
3) Eleição dos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
4) Fixação dos valores das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
5) Destinação e/ou integralização do Fundo de Imobilização;
6) Demissão e exclusão de Cooperados.

A referida Assembleia funcionará validamente com a presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados em primeira convocação; metade e mais um (1) dos cooperados em segunda convocação; e com o mínimo de dez (10) cooperados em terceira e última convocação.

Para efeito de verificação de quórum, declara-se que o número de cooperados nesta data é de 8.236 (oito mil, duzentos e trinta e seis).

Sertãozinho-SP, 23 de Fevereiro de 2.026.

ANTONIO EDUARDO TONIELO
Presidente do Conselho de Administração

PF mira empresa financeira suspeita de lavar dinheiro

Ana Paula Branco

SÃO PAULO A Polícia Federal deflagrou, nesta quarta (25), a Operação Cliente Fantasma e cumpriu mandados de busca e apreensão contra a instituição financeira BMP (antiga BMP Money Plus) em São Paulo, investigada por facilitar a lavagem de mais de R$ 25 bilhões, incluindo recursos ligados a organizações criminosas.

Em nota, a BMP afirma que "está colaborando integralmente com as autoridades e prestando todos os esclarecimentos necessários, fornecendo todas as informações sobre as operações antigas de ex-clientes que foram objeto de apuração". A instituição disse que segue com a operação dos seus produtos normalmente.

A BMP fornece infraestrutura bancária para que empresas ofereçam serviços como conta digital, Pix e cartões aos seus clientes (empresas e fintechs), sem precisar ser um banco.

Foram cumpridos três mandados de busca e apreensão em São Paulo e Barueri. Os agentes realizaram buscas na sede da instituição, na avenida Paulista, e nos endereços do presidente do banco e do responsável pelo setor de compliance.

Segundo a PF, embora regularmente autorizada a operar pelo Banco Central, a empresa permitia movimentações sem a identificação adequada dos usuários e deixava de comunicar operações obrigatórias aos órgãos de controle.

A omissão teria permitido que clientes permanecessem "blindados" contra quebras de sigilo bancário e bloqueios judiciais, dificultando o rastreamento de valores e a repressão a atividades ilícitas.

O inquérito também aponta que a instituição não realizava comunicações obrigatórias de operações suspeitas ao Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), o que, segundo os investigadores, contribuiu para a ocultação e dissimulação da origem ilícita de recursos movimentados.

De acordo com a PF, as investigações indicam que a prática envolvia manutenção de clientes "invisíveis" aos sistemas de controle. Os investigados poderão responder por gestão fraudulenta de instituição financeira, omissão de informações ao órgão regulador e lavagem de capitais.

economia

Pão de Açúcar afirma que renegociação de dívidas é prioridade

Matheus dos Santos

SÃO PAULO O CEO do Grupo Pão de Açúcar afirmou nesta quarta-feira (25) que a renegociação de dívidas e contratos é prioridade da companhia. Segundo Alexandre Santoro, o GPA passa por uma mudança estrutural e não deve mais tomar decisões desconectadas de sua realidade operacional.

No balanço do quarto trimestre, divulgado nesta terça-feira (24) após o fechamento do mercado, a empresa —quinta maior rede de varejo alimentar do país— registrou déficit de R$ 1,2 bilhão no capital circulante líquido (recursos para obrigações de curto prazo) em 31 de dezembro de 2025. O resultado decorre principalmente de empréstimos e debêntures com vencimento em 2026, que somam R$ 1,7 bilhão.

A companhia também informou haver "incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional", conforme notas explicativas do balanço. O GPA teve prejuízo líquido de R$ 572 milhões no quarto trimestre, 48,2% menor que o registrado um ano antes, mas acima das estimativas do mercado. Analistas projetavam prejuízo de R$ 134 milhões, segundo dados da LSEG.

De acordo com Santoro, a empresa está renegociando contratos cujo escopo já não condiz com a realidade atual. Ele citou a revisão de gastos com prestadores de serviços e do formato de minimercado, além da desativação de imóveis que estavam sem operação, mas ainda geravam custos.

"Ainda assim, é necessário equalizar o passivo, que envolve dívida financeira, passivo fiscal, cuja resolução é mais difícil de prever, e passivo trabalhista. As negociações estão em curso, em fase relevante, e trabalhamos junto aos credores e ao conselho para chegar a uma conclusão", disse.

Na coletiva, Santoro afirmou que fechar lojas é o "último recurso", mas que a empresa adota medidas para tornar a operação mais rentável. O GPA reavalia sua distribuição para priorizar investimentos em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

Na terça, antes da divulgação do balanço, as ações do grupo subiram 3,98%. Nesta quarta, os papéis caíram até 9,58%, cotados a R$ 2,83, na mínima do pregão.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO/DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO/CENTRO DE SERVIÇOS DE COMPRAS
LICITAÇÕES DE MATERIAIS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP - o **Pregão Eletrônico PE DGA No 90083/2026, UASG 450161**, Processo no. 01-P-6497/2025, do tipo menor preço, destinado ao **Registro de Preços de Medicamentos Manipulados Estéreis**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **12/03/2026 às 09h30min**, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal (**https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**), no Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA DA 7ª REGIÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026 – UASG – 929051

Objeto: Contratação, de empresa operadora de Plano de Assistência à Saúde, na modalidade Coletivo Empresarial, abrangência nacional, para os funcionários do CRBio-07 e dependentes, conforme especificações constantes no Edital e Anexos. **Recebimento das Propostas:** a partir de 24/02/2026. **Abertura da Sessão:** 10/03/2026 às 10h00. O Edital pode ser obtido através do site **www.gov.br/compras**, ou pelo link **accredit.incorp.tech/incorpweb/portal/listagemarquivos/?m=46**. Maiores informações através do e-mail **licitacoes@crbio07.gov.br**.

MUNICÍPIO DE NHANDEARA
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2026 - PROCESSO Nº 016/2026

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade Concorrência nº 001/2026, Processo nº 016/2026. Resumo do objeto: Execução de obras de construção de 20 (vinte) Unidades Habitacionais através do PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA Sub 50 com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, a ser realizada no Município de Nhandeara/SP, conforme Termo de Compromisso nº 990510/2025/MCIDADES/CAIXA, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Nhandeara. O recebimento das propostas será das 08h00m do dia 26/02/2026 até às 08h00m do dia 12/03/2026. A abertura das propostas será no dia 12/03/2026, dando início da disputa de preços no mesmo dia às 08h30m. O edital completo poderá ser obtido gratuitamente no site da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, www.bll.org.br e no site www.nhandeara.sp.gov.br. Nhandeara/SP, 25 de fevereiro de 2026. – Antônio Marques do Nascimento Júnior - Prefeito Municipal.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55
Cotação - Processo IPT Nº DL00052.2026 - RC130039.2026

Objeto: Manutenção corretiva em equipamento espectrômetro de massa - marca SHIMADZU.
Data Final para Apresentação de Proposta: 02/03/2026 até às 17h00.
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através dos telefone/e-mail: (11) 3767-4035 - damiao@ipt.br - Departamento de Compras.

ipt INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Companhia Brasileira de Distribuição
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 47.508.411/0001-56 – NIRE 35.300.089.901

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") convoca os senhores acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada **no dia 27 de março de 2026, às 9:00h, de modo exclusivamente digital,** a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: I. Tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes, pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e II. Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026. Informações Gerais: Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.gpari.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a Proposta da Administração e Manual de Participação para esta Assembleia ("Proposta da Administração"). O acionista poderá participar da Assembleia por meio de sistema eletrônico ou via boletins de voto a distância, nos termos descritos abaixo e conforme as instruções detalhadas contidas na Proposta da Administração e no próprio boletim de voto a distância (no caso da participação via boletim a distância): 1. Participação na Assembleia via sistema eletrônico: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ten Meetings", que proverá acesso à Assembleia, bem como realizará o acompanhamento e controle da votação relativa a cada uma das matérias constantes da "Ordem do Dia" da presente Assembleia ("Plataforma Digital"). Dessa forma, o Acionista que desejar participar e votar na Assembleia, deverá observar os procedimentos indicados na Proposta da Administração de acordo com o seu tipo de participação. Em atenção ao artigo 5º, parágrafo 4º da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a Companhia esclarece que optou por realizar a Assembleia de forma exclusivamente digital visando a facilitar a participação dos acionistas, independentemente de sua localização geográfica, garantindo maior comodidade e acessibilidade. Essa modalidade busca otimizar a condução dos trabalhos, melhorar a eficiência na deliberação das matérias e reduzir custos operacionais, sobretudo relacionados a deslocamentos e organização de assembleias presenciais. Os acionistas que desejem participar via sistema eletrônico deverão acessar, até o dia 25 de março de 2026, o *link* https://assembleia.ten.com.br/841546045 e realizar o cadastro na Plataforma Digital, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados abaixo neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração. **Nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º da Resolução CVM 81, o acionista que não tiver concluído adequadamente o seu cadastro até o dia 25 de março de 2026 não estará autorizado a participar da Assembleia.** Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas por meio da Plataforma Digital no *Link* de Cadastro indicado acima: (a) Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (b) Para pessoas jurídicas: **(i)** estatuto social ou contrato social consolidado, conforme o caso, e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e **(ii)** documento de identidade com foto do representante legal; (c) Para fundos de investimento: **(i)** regulamento consolidado do fundo; **(ii)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo (ou da respectiva classe) e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e **(iii)** documento de identidade com foto do representante legal; e (d) caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (a) a (c) acima venha a ser representado por seu Representante, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar **(i)** procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; **(ii)** documentos de identidade do Representante presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo de investimento, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil ou por meio do portal "Gov.br". A Companhia solicita ainda que, em conjunto com os documentos acima listados, seja encaminhado, para fins de mera conferência, comprovante ou extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária, expedido pela instituição depositária ou pela Itaú Corretora de Valores S.A., agente escriturador das ações da Companhia ("Agente Escriturador"), conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, sem prejuízo, porém, da utilização, pela Companhia, das informações constantes dos registros por ela detidos, nos termos do § 5º do art. 6º da Resolução CVM 81. 2. Participação na Assembleia Geral por meio de boletim de voto a distância: Conforme detalhado na Proposta da Administração, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto através do envio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81, poderão fazê-lo **(i)** por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, exclusivamente por meio da Plataforma Digital, conforme abaixo indicado; ou **(ii)** por meio do envio de instruções de preenchimento **(a)** ao Agente Escriturador; **(b)** aos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço); ou **(c)** ao depositário central no qual as ações estejam depositadas. Caso opte pelo envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, o acionista deverá: 1. Criar um cadastro com *login* e senha único no endereço eletrônico https://assembleia.ten.com.br/841546045; e 2. Marcar e confirmar os votos na aba "BVD". Em todos os casos, para produzirem efeitos, o boletim de voto a distância deverá ser recebido por uma das formas indicadas neste Edital e na Proposta da Administração, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, acompanhado da documentação aplicável, com, pelo menos, 4 (quatro) dias de antecedência da data de realização da Assembleia, ou seja, até o dia 23 de março de 2026 (inclusive). Se o boletim de voto a distância for recebidos após a data acima indicada, os votos não serão computados. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do boletim de voto a distância e ainda, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração. Por fim, a Companhia informa que a instalação do Conselho Fiscal poderá ser solicitada pelos acionistas que detiverem, no mínimo, 2% do capital social votante, nos termos do artigo 4º da Resolução CVM nº 70.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

André Luiz Coelho Diniz
Presidente do Conselho de Administração

MUNICIPIO DE COSMÓPOLIS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

TIPO DE LICITAÇÃO: "Menor Preço do Lote". OBJETO: Registro de Preços para a aquisição de gêneros alimentícios de padaria para utilização nas atividades desenvolvidas pela Secretaria de Promoção Social e Ação Comunitária. Recebimento do cadastro de Propostas Iniciais: 26/02/2026 às 09:00h; abertura das Propostas Iniciais as 09:01h e início do Pregão (fase competitiva) às 09:02h do dia 17/03/2026. O Edital completo poderá ser obtido no Setor de Compras e Licitações, Rua Dr. Campos Sales, 398, Centro, Cosmópolis/SP, das 8h às 16h, através de solicitação no e-mail **compras@cosmopolis.sp.gov.br**, pelos sites **www.cosmopolis.sp.gov.br**, **www.novobbmnet.com.br** e PNCP. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Cosmópolis/SP, 25 de fevereiro de 2026
Antonio Claudio Felisbino Junior
Prefeito Municipal.

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 10/03/2026 às 14h00 2º Leilão: dia 17/03/2026 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10189236004, firmado em 19/08/2024 no qual figura como Fiduciante, **RODRIGO DO CARMO SANTANA**, brasileiro, solteiro, maior, autônomo, CPF nº 311.941.868-40, residente e domiciliado em Santos/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de março de 2026, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 321.302,54 (Trezentos e vinte e um mil, trezentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **O APARTAMENTO Nº 101, tipo IV, localizado no 1º andar, lado esquerdo do "CONDOMÍNIO GUIANA FRANCÊSA", na Rua Almirante Ernesto de Mello Junior, nº 53, com entrada pelo módulo nº 1, integrante do CONJUNTO RESIDENCIAL MARECHAL CASTELO BRANCO, possuindo dito apartamento: sala, 03 quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, compreende uma área útil de uso exclusivo de 70,48 m², uma área de uso comum correspondente a 4,79 m². A esse apartamento pertence a fração ideal de 0, 37879% da área total do condomínio. Matrícula nº 6.704 do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Santos/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de março de 2026, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 258.732,55 (Duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. 0(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 10/03/2026 às 14h00 2º Leilão: dia 17/03/2026 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10170593801, firmado em 17/12/2021, no qual figuram como Fiduciantes, **VALMIRANDO MOTA SANTA CRUZ**, brasileiro, militar, CNH nº 094.975.657-12, e sua mulher **RUTE GONÇALVES DE MENDONÇA**, brasileira, comerciante, CNH nº 049.440.592-99-DETRAN/RJ, CPF nº 120.806.847-44, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei 6.515/77, residentes e domiciliados no Rio de Janeiro/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de março de 2026, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 467.926,79 (Quatrocentos e sessenta e sete mil, novecentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **LOTE DE TERRENO nº 25 da Quadra 20, Loteamento denominado "ORLA 500" situado na Zona Urbana do 20 Distrito de Cabo Frio/RJ. Inscrito na municipalidade sob o nº 073.289–1. Com as seguintes medidas e confrontações: 12,00m de frente e fundos por 30,00m de ambos os lados, confrontando do lado esquerdo com o lote 26, à direita com o lote 24, nos fundos com lote 16 e frente para a rua 18, com a área total de 360,00 m². No terreno foi construído UM PRÉDIO RESIDENCIAL com a área construída de 99,99 m², localizado na Rua Cecília Meireles nº 61. Matrícula nº 26.726 do Registro de Imóveis do 1º Ofício de Cabo Frio/RJ.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de março de 2026, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 435.536,73 (Quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e trinta e seis reais e setenta e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. 0(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 10/03/2026 às 14h00 2º Leilão: dia 17/03/2026 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10157533408, firmado em 14/04/2021, no qual figura como Fiduciante, **JESSICA MARQUES DOS SANTOS**, RG nº 48.880.689-6-SSP/SP, CPF nº 430.241.258-50, brasileira, solteira, maior, autônoma, residente e domiciliada em Carapicuiba/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de março de 2026, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 243.090,00 (Duzentos e quarenta e três mil, noventa reais)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **UM TERRENO formado por parte do "Lote nº 04 da quadra "K" do loteamento denominado CHÁCARAS DAS TÂMARAS, no município de Itanhaém, medindo 10,00m de frente para a Rua Dorival Marques, por 15,775m da frente aos fundos de ambos os lados, tendo nos fundos a mesma medida da frente, confrontando do lado direito com o lote 05, do lado esquerdo com o lote 03 e nos fundos com parte do lote 04, encerrando a área de 157,75 m². No terreno foi construído UM PRÉDIO RESIDENCIAL geminado, designado Casa 02, com a área de 77,59 m², com frente para a Rua Dorival Marques, onde recebeu o nº 34. Matrícula nº 196.744 do Oficial de Registro de Imóveis de Itanhaém/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de março de 2026, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 150.249,18 (Cento e cinquenta mil, duzentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. 0(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE** — Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 10/03/2026 às 14h00 2º Leilão: dia 17/03/2026 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 **(JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício)**, com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10193632404, firmado em 17/01/2025, no qual figuram como Fiduciantes, **DANIELE FERREIRA SILVA**, brasileira, solteira, não convivente em união estável, analista de segurança da informação, portadora da CI nº MG-15.505.180-PC/MG, CPF nº 084.208.676-59, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de março de 2026, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 658.227,17 (Seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentos e vinte e sete reais e dezessete centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO nº 102, do 2º Pavimento, do Bloco 1, do "RESIDENCIAL MIRANTE SÃO LUCAS", situado à Rua Teodomiro Cruz, nº 175, com destinação residencial, com área privativa principal de 88,08 m², outras áreas privativas acessórias de 20,70 m², área privativa total de 108,78 m², área de uso comum de 49,46 m², área real total de 158,24 m², com direito às vagas nºs 224 (presa) e 223 (livre), localizadas no 3º subsolo, fração ideal de 0,007284397, do terreno constituído pelos lotes 14 a 29, quarteirão 11, Bairro São Lucas, em Belo Horizonte/MG. Matrícula nº 83.457 do 2º Ofício do Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de março de 2026, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 630.106,11 (Seiscentos e trinta mil, cento e seis reais e onze centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. 0(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

HOSPITAL MUNICIPAL "DR. TABAJARA RAMOS"

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" - Mogi Guaçu/SP Concorrência Pública nº 000001/2026, na forma presencial, **Processo Licitatório nº 000019/2026 - Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria Jurídica em Direito Público e Administrativo, incluindo a defesa técnica do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" nos processos em trâmite no Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como perante os Tribunais Federais, incluindo o acompanhamento dos procedimentos em andamento e daqueles que forem autuados durante a vigência do contrato, acompanhando o processo até a sua efetiva finalização, compreendendo todas as fases processuais, inclusive cumprimento de sentença, execução e arquivamento definitivo dos autos, e ainda das demandas trabalhistas, promovendo a defesa do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos" nos processos em trâmite na Justiça do Trabalho e administrativos cuja matéria esteja relacionada ao Direito do Trabalho, em quaisquer órgãos ou repartições públicas, procedendo ao acompanhamento dos procedimentos em andamento e daqueles que foram distribuídos durante a vigência do contrato, acompanhando o processo até a sua efetiva finalização, compreendendo todas as fases processuais, inclusive cumprimento de sentença, execução e arquivamento definitivo dos autos. Data e Horário da sessão: **dia 23 de abril de 2026 as 09h00min.** Os editais na integra encontra-se a disposição dos interessados no setor de Compras/Licitações, situada no 2º andar do Hospital Municipal "Dr. Tabajara Ramos", sito a Avenida Padre Jaime, nº 1500 – Planalto Verde, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no horário das 08h00min às 16h00min, em dias úteis, e/ou através do site www.hmtr.sp.gov.br/publicacoes. Mogi Guaçu, 25 de fevereiro de 2026. Luciano Firmino Vieira - Superintendente.

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 09/03/2026 às 14h00 2º Leilão: dia 19/03/2026 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10127975705, firmado em 31/10/2013, no qual figuram como Fiduciantes, **FABIANA BARBOSA LIMA**, CPF 059.454.996-50, RG MG 11.325.308-SSP/MG, na proporção de 50% e **ANDERSON ALVES DE SOUZA**, CPF 008.838.946-45, RG MG 5507875-SSP/MG, na proporção de 50%, brasileiros, divorciados, empresários, residentes e domiciliados em Nova Lima/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 09 de março de 2026, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 2.134.445,54 (Dois milhões, cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 2.202, da Torre B - Edifício Cittá, do empreendimento denominado "CONDOMÍNIO CINECITTÁ", situado na rua da Mata, nº 80, com área privativa total real de 137,88 m², incluindo a área correspondente ao box nº 37, área de uso comum real de 132,752 m², área real total de 270,632 m², com direito ao uso das vagas de garagem nºs 31 e 32 e fração ideal de 0,5051% do terreno constituído pelos lotes A-2, D, E, F, G, H, I, J e K, localizado na Serra Curral Del Rey, em Nova Lima/MG, com área de 12.503,00 m², medidas e confrontações conforme planta respectiva. Matrícula nº 52.386 do Registro de Imóveis de Nova Lima/MG. Obs: Consta existência da R.16, R.18 e R.40 (PENHORA) AV. 17, 19, 26, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 41, 42 e 43 (INDISPONIBILIDADE) e nos termos do edital, competirá ao comprador a adoção das medidas necessárias para o cancelamento deste ônus, inclusive acionando o juízo competente, se necessário.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 19 de março de 2026, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 2.154.694,94 (Dois milhões, cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e quatro centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 10/03/2026 às 14h00 2º Leilão: dia 17/03/2026 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10189567309, firmado em 31/08/2024 no qual figura como Fiduciante, **ADRIANE BOUTIN**, brasileira, viúva, protética, portadora da C.I. nº 5.135.054-5-SESP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 921.773.369-53, residente e domiciliada em Curitiba/PR, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de março de 2026, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 248.750,35 (Duzentos e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta reais e trinta e cinco centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO 04, do Tipo A-2-2, sito no Pavimento Térreo, no Bloco A-1, integrante do "CONJUNTO RESIDENCIAL CAMPO COMPRIDO I", localizado em Curitiba/PR, na Rua João Dembinski, nº 1.309, esquina com a Rua João Tokarski, com a área construída de 50,4330 m², área privativa de 46,2900 m², área comum de 4,1430 m², área útil de 41,5800 m², fração ideal do terreno de 0,007058 do total ou 149,493642 m² do terreno. Conjunto este construído sobre o lote "A-1", com a área total de 21.800,00 m². Matrícula nº 75.561 do 8º Registro de Imóveis de Curitiba/PR.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de março de 2026, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 147.028,74 (Cento e quarenta e sete mil, vinte e oito reais e setenta e quatro centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 10/03/2026 às 14h00 2º Leilão: dia 17/03/2026 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10171838700, firmado em 31/01/2022 e 10191987800, firmado em 21/11/2024, no qual figuram como Fiduciantes, **CRISTIANO GUEDES DE CARVALHO**, brasileiro, empresário, portador da CNH nº 0162973726-DETRAN/RJ, onde consta o documento de identidade nº 101189108-DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob nº 074.073.497-03 e sua mulher **ANELISE HAASIS DE CARVALHO**, brasileira, do lar, portadora da CNH nº 03272250580-DETRAN/RJ, onde consta o documento de identidade nº 108035221-IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 020.441.996-66, casados sob o regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei 6.515/77, residentes e domiciliados em Volta Redonda/RJ, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de março de 2026, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 277.000,00 (Duzentos e setenta e sete mil reais)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **APARTAMENTO RESIDENCIAL nº 113, do Edifício PARQUE JARDIM AMÁLIA, situado à Rua Carlos Gomes, nº 85, loteamento Jardim Amália, bairro Jardim Amália, zona urbana, não foreira, composto de área de serviço, banheiro, cozinha, garagem, quarto, sala, suíte e varanda, com área de 83,705 m², designado por condomínio 13, com construção privativa de 59,16 m²; construção comum: 24,545 m²; construção total: 83,705 m²; fração ideal de construção: 0,60%; terreno comum: 16,18 m²; fração ideal de 0,60% do terreno designado por lote de terra nº 01, da quadra "E", resultante do remembramento dos lotes 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, medindo em sua totalidade 2.696,00 m². Matrícula nº 19.141 do Cartório do 1º Ofício de Volta Redonda/RJ.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de março de 2026, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 177.595,03 (Cento e setenta e sete mil, quinhentos e noventa e cinco reais e três centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

Alienação Fiduciária itaú

1º Leilão: dia 10/03/2026 às 14h00 2º Leilão: dia 17/03/2026 às 14h00

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças de nº 10189589600, firmado em 30/08/2024, retificado e ratificado em 23/09/2024 no qual figuram como Fiduciantes, **ELIAS SILVA**, brasileiro, guarda civil, RG nº 18.738.758-SSP/SP, CPF/MF nº 075.761.938-08, e seu cônjuge, **LIZETE SHIMABUKURO SILVA**, brasileira, agente de saúde, RG nº 20.584.979-9-SSP/SP, CPF/MF nº 158.940.188-38, casados sob o regime da separação de bens, na vigência da Lei Federal 6.515/77, residentes e domiciliados em Santos/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de março de 2026, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 450.860,01 (Quatrocentos e cinquenta mil, oitocentos e sessenta reais e um centavo)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **APARTAMENTO nº 112A, localizado no 11º andar ou 12º pavimento do RESIDENCIAL DAVI - BLOCO A, situado na Avenida Costa Machado, nº 291, no Jardim Costa Machado, nesta cidade, com a área útil de 54,9247 m², área comum de 29,4326 m², área total de 84,3573 m², e a fração ideal no terreno e nas demais coisas de uso comum equivalente a 0,8306% do todo, cabendo-lhe o direito ao uso de uma vaga na garagem coletiva do conjunto, para a guarda de veículo de passeio, em lugar indeterminado, pela ordem de chegada. Matrícula nº 157.166 do Registro de Imóveis de Praia Grande/SP.** Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 17 de março de 2026, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 418.480,35 (Quatrocentos e dezoito mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e cinco centavos)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575 | www.biasileiloes.com.br

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Alienação Fiduciária itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório na Rua Herval, 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA,** CNPJ/MF nº 00.000.776/0001-01, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, 7º Andar, Parte A, Parque Jabaquara, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, com recursos advindos do Sistema de Consórcio, e garantia de alienação fiduciária de imóvel e outras avenças, sob nº 00043, Cota nº 114, firmado em 13/07/2021, no qual figura(m) como fiduciante(s) **REFCONS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI,** inscrita no CNPJ nº 10.297.122/0001-45, NIRE: 35600725129, com sede em Cotia/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13/03/2026, às 15h30min**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 212.490,00** (duzentos e doze mil e quatrocentos e noventa reais), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo "Terreno urbano, de uso residencial, designado LOTE nº 08 da QUADRA A do loteamento "VILLA PARATY", situado no Bairro das Lages, em Vargem Grande Paulista - SP, assim descrito: mede 12 metros de frente para a Alameda Engenho D' Oro; do lado direito mede 30 metros confrontando com o Lote 09; do lado esquerdo mede 30 metros confrontando com o Lote 07; e nos fundos mede 12 metros confrontando com a Área Institucional, encerrando a área de 360,00 metros quadrados." **Imóvel objeto da matrícula nº 144.076 do 01º Cartório de Registro de Imóveis de Cotia/SP**. **Inscrição Municipal:** 13422.33.25.0085.00.000 (Av.02). Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 20/03/2026, às 15h30min**, no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 117.767,85** (cento e dezessete mil e setecentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.**As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (RENAC-3539-03).

Edital particular para conhecimento de terceiros, para atendimento do artigo 34 do decreto lei nº 3.365/41 da desapropriação amigável promovida por Concessionária Rota das Bandeiras S.A. Concessionária Rota das Bandeiras S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 10.647.979/0001-48, com sede em Itatiba-SP, Rodovia Dom Pedro I (SP-065), s/n, Km 110, 400 pista Sul, Sítio de Moenda, CEP 13.252-800 , no desempenho da concessão estadual que lhe foi deferida pelo Decreto Estadual nº 52.188, de 21/09/2007, conforme contrato de concessão rodoviária nº 003/ARTESP/2009, está devidamente autorizada a promover os processos de desapropriação, por via judicial ou amigável, responsabilizando-se pelas respectivas indenizações, na forma autorizada pelo Poder Público. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou conhecimento dele tiverem, que será promovida desapropriação amigável, com a lavratura de escritura pública perante o 02º Tabelião de Notas da Comarca de Itatiba, em que é requerente **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** e o requerido **Dorival Aparecido de Souza,** portador do documento de identificação RG nº 6.002.524-0 /PR e CPF nº 801.172.289-15 objetivando a desapropriação da seguinte área 1.584,82m² registrada sob o número de matrícula 1.649 do Oficial de Registro de Imóveis de Itatiba, declarada de utilidade pública, nos termos do decreto estadual nº **66.501 de 14 de fevereiro de 2022** publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, onde o Governador do Estado de São Paulo declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação o imóvel descritos e caracterizado no ato, objetivando a execução das obras implantação **das vias marginais no trecho entre os km 11+200m e 13+500m da Rodovia Romildo Prado (SP-063)**, no Município e Comarca de **Itatiba**, no trecho que especifica e dá providências correlatas. Sobre o imóvel os expropriados declaram não constar ônus de qualquer natureza e em qualquer instância, recursos ou causa pendentes de julgamento. Sendo assim, para que no futuro ninguém possa alegar ignorância ou discordância é expedido o presente edital com prazo de 10 dias, para conhecimento de terceiros interessados, a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será publicado na forma da lei, podendo ser impugnado no mesmo prazo mediante comunicação escrita e formal a Concessionária no mesmo prazo do edital. Dado e passado nesta comarca de Itatiba.

FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Alienação Fiduciária itaú

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório na Rua Herval, 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10166755406, firmado em 31/08/2021, no qual figura(m) como fiduciante(s) **BRUNO SOUSA RODRIGUES,** brasileiro, solteiro, maior, empresário, CNH: 01969144669 DETRAN/SP, CPF 226.705.788-37, residente e domiciliado em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 13/03/2026, às 15h30min**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.610.067,27** (um milhão e seiscentos e dez mil e sessenta e sete reais e vinte e sete centavos), o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo "Prédio residencial sob nº 173 da Rua Santo Emídio, com área construída de 305,07 m² (Av.04) e seu respectivo lote 19 da quadra "5", do plano de loteamento e arruamento denominado "ESTÂNCIA SANTA LUCIA", situado no bairro do Caioçara, perímetro urbano do município de Jarinu, desta comarca de Atibaia-SP., com a área de 750,00 m², medindo 15,00 metros de frente para a Rua Santo Emídio (Av.03); 15,00 metros nos fundos, onde confronta com o lote 10; por 50,00 metros da frente aos fundos, de ambos os lados, confrontando de um lado com o lote n. 20 e de outro lado com o lote n. 18." **Imóvel objeto da matrícula nº 63.945 do 01º Cartório de Registro de Imóveis de Atibaia/SP**. **Inscrição Municipal:** 029000501900. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **Ônus: Consta da referida matrícula, conforme (Av. 08) a existência de ação de execução de título extrajudicial - processo nº 1031918-93.2023.8.26.0100, (Av.09) a existência de penhora-processo nº 1023139-85.2022.8.26.0068, (Av.10) a existência de penhora processo - nº 1005280-05.2023.8.26.0009, competirá ao comprador a adoção das medidas necessárias para o cancelamento deste ônus, inclusive acionando o juízo competente, se necessário.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 20/03/2026, às 15h30min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 979.078,24** (novecentos e setenta e nove mil e setenta e oito reais e vinte e quatro centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances,

SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Itapira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026 - AVISO DE LICITAÇÃO

Edital N.º 03/2026 | OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de corte/supressão e religação do fornecimento de água no cavalete/caixa padrão. Sessão de Disputa de Preços: 12/03/2026 às 08h30 no endereço eletrônico: http://transparencia.itapira.sp.gov.br:8079/compraseditala, horário de Brasília. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.saaeitapira.com.br - licitações. Itapira, 25 de fevereiro de 2026. Laís Alves Martins, Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. º 04/26- PROCESSO LICITATÓRIO N. º 011/26 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERTO DE BOMBAS INJETORAS. INICIO DE ACOLHIMENTO DE PROPOSTAS: 27/02/2026 DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: 03/03/2026 - HORÁRIO: 16h00. ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04/03/2026 às 09h00. Edital disponível no site www.guara.sp.gov.br Guará, 25 de fevereiro de 2026 Tulio de Mattos Figueiredo - Prefeito Municipal

Zaccaria Holding S/A

CNPJ/MF 19.535.401/0001-74

Aviso aos Acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Limeira, 23/02/26. A Diretoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO VERDE

Está aberto o **PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2026**. Objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Segurança Patrimonial Desarmada para atender a Festa do Peão de Ouro Verde/SP, como parte da programação cultural a ser realizada nos dias 19 a 22 de março de 2026 no Centro de Exposições de Ouro Verde/SP, para as celebrações ao 81º aniversário do Município de Ouro Verde/SP (160 diárias)**. A sessão pública será no dia **13/03/2026 às 09h00**, no http://187.17.193.128:5656/comprasedital/. O Edital será fornecido aos interessados, nos dias úteis em horário comercial, no Depto. Licitação - Paço Municipal, sito na Av. São Paulo, 926, bem como estará disponível no site oficial do município www.ouroverde.sp.gov.br. Informações (18) 3872-1106 ou licitacao@ouroverde.sp.gov.br. Ouro Verde/SP, 25 de fevereiro de 2026. JULIO CESAR DE MORI VECCHIATI – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENTIM GENTIL

Aviso de Licitação

Modalidade: Pregão Eletrônico com fundamento na lei 14.133/2021

Processo nº 038/2026 – Pregão Eletrônico nº 022/2026 – Edital nº 024/2026

Critério de julgamento: menor valor por item

Encontra-se aberto nesta municipalidade o pregão (eletrônico) acima citado para Sistema de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios tipo hortifruti para atender as várias demandas de diversas secretarias do município de Valentim Gentil/SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos. A sessão do pregão dar-se-á no dia **17 de março de 2026, às 09:00h** (horário de Brasília), no endereço eletrônico http://177.39.80.66:8085/comprasedital/. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter maiores informações junto ao Setor de Licitações da Prefeitura, na Praça Jacilândia, 4-33, Centro, pelo telefone (17) 3131-1250, bem como no site www.valentimgentil.sp.gov.br. Valentim Gentil, 25 de fevereiro de 2026. Claudinei Carvassan Rodrigues. Prefeito Municipal.

Azul Conecta Ltda.

CNPJ/MF nº 04.263.318/0001-16 – NIRE 35.216.662.77-9

Deliberação da única Sócia 2 de fevereiro de 2026

Mesa: Presidente: Abhi Manoj Shah; e Secretário: Edson Massuda Sugimoto. Por este instrumento, nesta data de 02/02/2026, a **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Torre Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, Barueri-SP, CNPJ/MF nº 09.296.295/0001-60 ("ALAB"), representada por seu Diretor Presidente, o Sr. **Abhi Manoj Shah**, RNE nº V565504-Z/CGPI/DIREX/DPF e CPF/MF nº 233.420.638-58; Na qualidade de única sócia da **Azul Conecta Ltda.**, sociedade empresária limitada unipessoal, sede na Avenida Emílio Antonon, Lote 23 e 24, Aeroporto, Jundiaí-SP, CNPJ/MF nº 04.263.318/0001-16 e NIRE 35.216.662.77-9 ("Sociedade"); Aprova as deliberações adiante, sendo dispensada a reunião ou assembleia de sócios em razão da assinatura da única sócia ao final da presente ata: **(i)** a autorização para a Sociedade celebrar todo e qualquer documento necessário no âmbito da realização da emissão e colocação, no exterior, de instrumento de *Notes* com remuneração de 9,875% e vencimento em 2031, no valor de US$ 1.375.000.000,00 ("*Notes*") pela Azul Secured Finance LLP ("Azul Secured Finance"), destinados à colocação no mercado internacional, a serem ofertadas para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, com base na regulamentação emitida pela *Securities and Exchange Commission*, especificamente, a "*Rule 144A*" e, nos demais países, exceto na República Federativa do Brasil e nos Estados Unidos da América, com base na "*Regulation S*" ("Emissão"). A Emissão será coordenada por determinadas instituições financeiras ("Coordenadores"). A Emissão será garantida, dentre outras (incluindo certas outras garantias regidas por leis estrangeiras), pela **(a)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Azul Fidelidade") **(1)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ALAB decorrentes de contratos Azul Fidelidade, **(2)** da totalidade dos recebíveis de cartão de crédito de titularidade da ALAB, presentes e futuros, decorrentes de compras de pontos pelos clientes e de taxas de adesão dos participantes do Clube TudoAzul (ou Clube Azul Fidelidade), **(3)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ALAB contra o Itaú Unibanco S.A. e contra a Caixa Econômica Federal, na qualidade de bancos depositários, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos e depositados em conta mantida pelo Itaú Unibanco S.A. e pela Caixa Econômica Federal, conforme o caso, em decorrência dos contratos Azul Fidelidade e **(4)** da totalidade de créditos de titularidade da ALAB decorrente de determinados investimentos permitidos no contexto da Cessão Fiduciária Azul Fidelidade; **(b)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Azul Viagens") **(1)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ATS (conforme abaixo definido) decorrentes de contratos Azul Viagens, **(2)** da totalidade dos recebíveis de cartão de crédito de titularidade da ATS, presentes e futuros, decorrentes de compras de pontos pelos clientes e de taxas de adesão dos participantes do Azul Viagens, incluindo aqueles produtos e serviços de viagens por meio da contratação, reserva e/ou empacotamento conjunto de um ou mais dos vários componentes de uma viagem, como voos, hotéis, cruzeiros, aluguel de carros, traslados, outros transportes, refeições, guias, passeios (tours), atividades, atrações, experiências e seguros, **(3)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ATS contra o Banco Citibank S.A., na qualidade de banco depositário, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos e depositados em conta mantida pelo Banco Citibank S.A., em decorrência dos Contratos Azul Viagens e **(4)** da totalidade de créditos de titularidade da Sociedade decorrente de determinados investimentos permitidos no contexto da Cessão Fiduciária Azul Viagens; **(c)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Intercompany") da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Azul Secured Finance, presentes e futuros, decorrentes de contratos de empréstimo intragrupo, conforme detalhados na Cessão Fiduciária Intercompany, **(d)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL") de determinados recursos recebidos e/ou a serem recebidos em determinadas contas da ASA (conforme abaixo definido) e da ALAB, incluindo as mencionadas contas, conforme discriminadas na Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL; **(e)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Quotas ATS") da totalidade das quotas de emissão da ATS, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(f)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Ações IntelAzul") da totalidade das ações de emissão da IntelAzul (conforme abaixo definido), subsidiária da ASA, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(g)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Ações ALAB") da totalidade das ações de emissão da ALAB, subsidiária da IntelAzul, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(h)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul") determinados direitos de propriedade intelectual de titularidade da Azul IP Cayman Ltd., ATS, IntelAzul, ALAB e ASA, conforme descritos na Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul; **(i)** cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária – Azul Cargo") de **(1)** determinados direitos creditórios decorrentes dos recebíveis de cartão de crédito e débito da Azul Cargo, e **(2)** de conta vinculada por onde tais recebíveis Azul Cargo são transitados; **(j)** alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Azul Cargo") de determinados direitos de propriedade intelectual Azul Cargo de titularidade da IP Holdco (conforme abaixo definido) e da Azul IP Cayman Ltd.; **(k)** pelo penhor de participações societárias de titularidade da ALAB na Azul Secured Finance ("Penhor de Participações Societárias"), bem como dos direitos decorrentes de tais participações societárias; incluindo quaisquer distribuições decorrentes de tais participações; **(l)** pela garantia real de determinados direitos de propriedade intelectual de titularidade registrados, originários ou protegidos por leis fora do Brasil (*intellectual property rights registered, arising under or protected by law outside Brazil*) (a "NY IP Security"); **(m)** pelas hipotecas de ações e participações (*Cayman equitable share mortgage*) regidas sob as leis das Ilhas Cayman sobre todas as ações emitidas pela Azul Cayman Holdco e Azul Cayman e de titularidade da ASA, ALAB, IntelAzul e da ATS, bem como os direitos decorrentes de tais ações mencionadas, incluindo dividendos, conforme escrituras de confirmação (*deeds of confirmation*), relativas à "*Equitable Share Mortgage*", datada de 14/07/2023, conforme aditada de tempos em tempos ("Equitable Share Mortgages"); **(n)** penhor sobre a Conta de Pagamento em USD (*USD Payment Account*), a Conta Bloqueada em USD (*USD Blocked Account*), a Conta de Garantia em USD (*USD Collateral Account*) e a Conta de Depósito de Recebíveis de Azul em USD Cargo (*USD Azul Cargo Receivables Deposit Account*) ("Penhor de Contas em USD" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária TudoAzul, a Cessão Fiduciária Azul Viagens, a Cessão Fiduciária Intercompany, a Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL, a Alienação Fiduciária Quotas ATS, a Alienação Fiduciária Ações IntelAzul, a Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul, a Cessão Fiduciária Azul Cargo e a Alienação Fiduciária de Direitos PI – Azul Cargo, o Penhor de Participações Societárias, a NY IP Security, as *Equitable Share Mortgages* e o Penhor de Contas USD, as "Garantias Reais") e **(o)** por garantia corporativa regida pelas leis de Nova Iorque outorgada pela Azul S.A. ("ASA"), pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB"), pela IntelAzul S.A. ("IntelAzul"), pela ATS Viagens e Turismo Ltda. ("ATS"), pela Azul IP Cayman Holdco Ltd. ("IP HoldCo"), pela Azul IP Cayman Ltd. e pela Sociedade (em conjunto, as "Garantidoras"); **(ii)** a autorização para outorga, pela Sociedade, na qualidade de coobrigada e devedora solidária com a Azul Secured Finance, de garantia corporativa regida pelas leis de Nova Iorque, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Azul Secured Finance no âmbito da Emissão ("*Guarantee*"); **(iii)** a autorização para celebração e cumprimento, pela Sociedade, dos seguintes contratos (em conjunto, os "Contratos da Operação"): todos e quaisquer contratos, certificados e outros documentos necessários ou convenientes para a realização da Emissão e outorga das Garantias Reais e da Guarantee, incluindo, sem limitação: **(a)** o *purchase agreement* (o "*Purchase Agreement*"), celebrado entre, dentre outros, Azul Secured Finance, como emissora, ASA, ALAB, IntelAzul, ATS, IP HoldCo e a Sociedade, e aceito pelo Barclays Capital Inc. e pelo Citigroup Global Markets Inc.; **(b)** a *Indenture* (conforme definido no *Purchase Agreement*); **(c)** as *Notes*; **(d)** os contratos relativos às Garantias Reais e suas respectivas procurações; **(e)** quaisquer aditamentos necessários; e **(f)** notificações, cartas (incluindo *fee letters*), certificados e quaisquer outros documentos relacionados às transações acima descritas; e **(iv)** a autorização para a ratificação dos atos que a Administração e/ou procurador(es) da Sociedade já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito da Emissão, em observância às regras de representação previstas no Contrato Social. Barueri/SP, 02/02/2026. **Mesa: Abhi Manoj Shah** – Presidente; **Edson Massuda Sugimoto** – Secretário. **Sócia: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.**, por: Abhi Manoj Shah. JUCESP – Registro nº 52.813/26-5 em 23/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJOBI

AVISO DE LICITAÇÃO.PROCESSO LICITATÓRIO Nº024/2026.CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº003/2026.OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAJOBI.Data limite para recebimentos das propostas: até 13/03/2026 às 08H59min

Data para abertura da sala de disputa: 13/03/2026 às 09h00min. Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico www.cajobi.sp.gov.br. Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico www.cajobi.sp.gov.br. Cajobi, 25 de fevereiro de 2026. Egnaldo Cruz de Oliveira - Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUAPIAÇU/SP

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO.O município de Guapiaçu/SP torna público aos interessados a realização do Pregão Eletrônico no 010/2026; Processo Licitatório n° 024/2026.

TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. OBJETO: Constitui objeto do presente pregão eletrônico a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES para o Departamento de Saúde do Município de Guapiaçu, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações do Termo de Referência, Anexo I deste edital. DATA E LOCAL DA SESSÃO: Dia 11/03/2026 às 09:00hrs no site:http://187.9.146.42:8079/comprasedital/. EDITAL DISPONÍVEL: no site eletrônico www.guapiacu.sp.gov.brDATA: 25/02/2026.PREGOEIRO: Leandro Mariano da Silva.

PRÓ SANGUE
HEMOCENTRO DE SÃO PAULO
DOE SANGUE
(11) 4573-7800

GUARIGLIA
LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO QUINTA-FEIRA - 26/02/2026 - 09h00 - APROXIMADAMENTE 280 VEÍCULOS

PRESENCIAL E ONLINE | **VEÍCULOS DE BANCOS E FINANCEIRAS**

VEÍCULOS EM CAÇAPAVA/SP E CANDEIAS/BA | LOCAL PREGÃO: CAÇAPAVA/SP

VISITAÇÃO: HOJE, 26/02/2026, das 07 às 09h

Rod. Pres. Dutra - Km 132 - Sentido SP/RJ - CAÇAPAVA/SP | Rodovia BA - 522, KM 5 - Caroba - CANDEIAS/BA

CHASSIS: 9BGEB69A0PG105859 - 9BD341ACZPY875643 - 9BGEP76B0PB177379 - 9BWDH5BZ5MP057526 - 98822616CMKD86828 - 9BWAG5BZ2JP013016 - 9BFZH55L7H8438243 - 9BGEB69H0NG143941 - 93YRBB005PJ526707 - 9BD358AFVPYM13019 - 93Y5SRF84JJ915611 - 9BWKB45U5FP086983 - 9BHBG41DBEP242958 - 93YRBB005PJ526836 - 9BG148MK0PC408975 - 9BD358AFVPYM11134 - 9BFZD55P6GB520805 - WV1DB42H1DA017109 - 9536T8279DR310445 - 9BM958461BB801948 - 9AJG13500RAM60099 - 94BB0902MMR053225 - 93YLSR1TH8J087578 - 9BGXH68X0CC183542 - 9BGJB75Z0EB174393 - 9C2KD0810RR043881 - 9C6DG25F0S0009250 - 9C2KC2300PR044042 - 9C2KC2210SR019901 - 9C2JC30103R262199 - 9BGEB48A0SG260507 - 9BGEA48A0SG233596 - 9BFZH55L5L8417223 - 9BGKD69U0MB248649 - 9BWDH5BZ9KP540451 - 9BGKL48U0KB128474 - 9BFZH55L4J8457242 - 9BGKD69U0MB246177 - 9BGEB48A0RG209421 - 9BFZH54S7L8380684 - 9BHCP41AALP054155 - 9BGEB69A0PG306328 - 9V8VBBHXGNA804320 - 9BD341ACSRY952432 - 93HFB9640GZ234574 - 9BD281A31MYW03977 - 9BWAG45U8PT000930 - 9BRBD3HE6J0355683 - 98861115XKK243873 - 3D7KS28C68G209334 - 970WF4AWXLM016267 - 95PBCK51DNB029792 - 9BWLB45U1BP187257 - 9BGCA80X0CB161522 - 9BHBG41CAFP306157 - 9BD255049D8961762 - 95PZBN7KPDB049075 - 9BD196272D2088297 - 9BG138SF0BC435128 - 93HRV2850GZ110782 - 988611152GK035401 - 8AFAR23N3LJ175170 - 3VWL96161DM074763 - WV1DB42H5B8016064 - 9BD281AKHSYF83694 - 93HFB9640EZ153472 - 9BFZH55L5G8318861 - 9BD197163F3218774 - 9BFZF54P0C8289547 - WDDWF4AW0FR020889 - JMYXLCW6W9ZA01124 - VSKJLWR5160054376 - KMHNU81CDAU120727 - KMHDH41GBEU987089 - WBAVL3105CVN98202 - WBAWX7108BL495043 - WBAFA11005LT55409 - 93W245G3362001358 - 9BWAG45U9MT003881 - 9BRBD48E1D2567583 - 93HGM2640AZ120346 - 9BFZD55P9FB782638 - 94DFCUK13FB500985 - 9BFZF55P6C8324610 - 935SLNFNWEB561670 - 9BGRZ08909G203278 - 9BWLB45U6BP086926 - 9BGRM69809G182982 - 98861112XMK367261 - LVVDB12B5FD011115 - 9BGXL80P0AC226490 - 9BWLB05U4EP003250 - 9BGEB76H0NB125555 - 9BGKS48U0KG403966 - 9BWAA45Z0E4005690 - 3N1BB7AD8FY203054 - 9BWDE49NXEP005753 - 9BWDB45U8ET083428 - 93HRV2870GZ137943 - 93YRBB006KJ709557 - 936CMNFNVKB012320 - 9BWAB45U6KT068568 - 9BGKL69U0JG385284 - JMYXTGF7WJJA01189 - 9BHGA811BKP111943 - 95PBDK31DRB048374 - 936CMNFN2HB058122 - 9BGEB69A0RG180479 - 9BWAG45U0JT052947 - JMYXLGF4WJZA00467 - 8AFTZZFFCDJ139407 - 9BGPN69M0CB261836 - 9BWDB45U4GT041552 - 9BD19713HL3384090 - 9BFZH55L5L8472416 - 9BWAA05U6DP054953 - 9BGJB69V0KB105639 - 9BFZD55J3EB709954 - 9BHBH41DBEP222822 - 3FA6P0HT2ER286595 - 9BGPB69M0CB202800 - 3C4PFABBXCT250483 - 9C6DG25F0S0007290 - 9C2KF4300NR009565 - 9C2KC2200PR118930 - 9C6SEB520P0044172 - 9C6DG25G0S0006603 - 9C6RG7720S0023458 - 9C2KC2500SR171812 - 9C2JC9610SR065889 - 9C2KC2200RR222385 - 97NL03NE0FM704694 - 9C2KC2200RR019803 - 9C2KC2200NR198842 - 9C2KF3420NR000905 - 9C2KC2200RR013139 - 9BGRZ08F0BG241498 - 9BWAA05U9AT190514 - 8AWPB05Z8CA505257 - 9BFZB55S9L8775496 - 9362PN6AXAB007808 - 9BFZE12P378775726 - 9BFZF55AXB8051374 - 9BGPB69M0DB194288 - 9BD195102E0581140 - 94DFCUK13FB502092 - 9BGSA1910AB216366 - 935FCKFVY9B532424 - 9BGTS75J0CC134270 - 9BWAA05U1BT026837 - 8AD4CRFJWDG000986 - 9BFZE12N548536883 - 9BD15822AA6400495 - 9BGRX48909G205785 - 9BGSA1910AB183403 - 9362MN6AYBB012852 - 9BWAA05W0BP045583 - 9BWAB05Z4D4029169 - 935FCKFVYBB536528 - 9BGSA19908B108938 - LJ12EKR29E4305180 - 9BWKB05Z154016966 - KMHJN81BBAU124496 - 8AD2MKFWXBG074314 - 9BGAC69M07B206224 - WV1DB42H2CA064180 - 9BWKA05Z784146693 - 9BFZE16N748543053 - WBA1B7104EPV92326 - 9C6DG3320M0031990 - 9C2JB0100NR110297 - LJCJCKLS1SS004539 - 9C2KD0800FR006131 - 9C2JC9610SR051729 - ME3DMEFT5NK001618 - 9C6RG5020R0109269 - 9C2KC2200PR349706 - 9C6RG5020N0010156 - 9C2KC2500NR045839 - 99Z0G2205LR889153 - 9C6RG3840M0011904 - 9C2KC2200MR036801 - 9C2KC2210NR045732 - 9C6RG5020R0128156 - 9C2KC2500NR014809 - 9C6RG9920S0003855 - 9C2JC4830PR137474 - 9C6RG7720S0022603 - 9C2JC4830FR030234 - 9C6DG25D0R0027146 - 9C6KG0490F0024378 - 9BWAB05Z1C4033758 - 93YRBB003PJ331382 - SALYA2BX4KA203467 - 9BD376A21PYB05688 - 9BD341ACZPY811097 - 9BFZH54L1K8268244 - 9BD2651JHK9130141 - 2C4PC1GG1CR423839 - 9BGEB69A0PG233574 - 3N1BB7AE1EL605583 - 93YRBB002PJ407142 - 9BFZH54S6M8079888 - 98861115YJK162401 - 9BGEB48A0RG170806 - 9BWAA45U1GP049963 - WV1DD42H6EA031213 - 9BWAG5BZ4KP510277 - 9BD195A4ZM0893260 - 9BGKL48U0KB156386 - 9BD19710HM3404611 - 9BGKS69B0FG204095 - KMHD351EBEU150141 - 935CEFC2CPB556344 - 9BGKS48U0KG485360 - 93YBSR8VKCJ150453 - 9BGPB68M0CB324495 - 9362PKFWXCB007781 - 9BWAA05Z1C4147228 - 93Y4SRD64GJ946455 - 9BGJE75E0GB107289 - 9BD341ACZPY825987 - 9BGTR48W07B145408 - 8AP17202LB2171855 - 93YRBB009KJ838134 - 9BWCA05W58T161581 - 9BGTD75C0BC110941 - 9BD17140G95304313 - 9BHBG51CAKP918072 - 935SLYFYYEB515466 - WDDBF4DWXJJ645317 - 8AGCN48X0DR206320 - 9BGRP48F0DG255058 - 9BD15802AB6525090 - 9BWAA05Z2B4040624 - 93YRBB003KJ851672 - 9BGKT69R0GG102002 - 9BWLB05U8AP052901 - 9BFZB55PXG8578340 - 9BGKS48B0DG270156 - 9BWAA05U8AT001674 - WV1DB42H3CA065256 - SALFA2BA5AH174537 - 9BFZD55P7HB586152 - 9362NKFWXBB040924 - 9BGCA80X0DB258853 - 9BGKS48U0HG205812 - 9BRB29BT0D2014174 - 93YRBB002RJ819936 - 9BGCA8030KB232049 - 9BD195A4NH0798393 - 9C2KC2200PR502141 - LJCXCJLZ9SS004208 - 99HSHF175SS014804 - 93YLB26156J668134 - 9BD19713HK3376347 - 9BD2651JHL9138064 - 98867512WJKJ18883 - 9BWKB45U2LP012013 - 8AJYY59G0D6504087 - 98822617CMKD70119 - 9BFZB55S1L8766355 - 3FAFP4WJ4FM165042 - 93HFC2640JZ210564 - 9BWAG45U2JT071449 - 9BGKL48U0KB221983 - 96PZXDS13JFS00186 - 95PZBN7KPKB080285 - JH2SC5997BK300566 - 9BGEB76H0RB204390 - 9BGEB48A0SG245288 - 9BWAG5BZ6KP610865 - 9BD341ACSSY961199 - 9BGEA48A0SG222221 - 9VCVBYHVEPA006980 - 9CDBS111J9M003216 - 936CLHMZ1KB005852 - 9BFZH55L8H8360815 - SALFA24A78H109874 - 9BFZH55L1K8215347 - 9BGJB7520JB165513. **| LOTES DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS / MATERIAIS / EQUIPAMENTOS.**

ERRATA: Na relação de chassis, publicada neste jornal em 29/01/2026, onde leu-se: 93Y4SRT55PJ177429 - **LEIA-SE: 9BWJL45U5HP128192.** ***ESTA PUBLICAÇÃO CORRIGE A OCORRIDA EM 29/01/2026.***

Consulte relação completa de veículos no site.
Condições de venda e pagamento constarão no catálogo próprio.

VISITE NOSSO SITE:
www.GUARIGLIALEILOES.com.br

Informações: (12) 3654-1000 | **/GUARIGLIALEILOES** | **ANTONIO LUIZ GUARIGLIA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 415**

CHEVROLET Serviços Financeiros bradesco itaú Santander BANCO PAN STELLANTIS FINANCIAMENTOS Safra Sicredi SUHAI SEGURADORA ITAPEVA SENAI

NOVO PROCESSO LICITATÓRIO DE CONCESSÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O Governo do Estado do Rio de Janeiro informa que iniciará os procedimentos para a realização de um novo processo licitatório destinado à concessão do serviço público de distribuição de gás natural no estado.

Desde 2024, vêm sendo conduzidos estudos técnicos, análises independentes e diálogo com o mercado para avaliar o setor diante do novo marco regulatório e do encerramento dos contratos atuais. Após criteriosa avaliação, foi definida a abertura de nova licitação, com foco na modernização, aumento da eficiência e tarifas mais competitivas.

A sondagem de mercado já indicou interesse de operadores e fundos de investimento, reforçando a expectativa de competitividade no certame, cuja conclusão está prevista entre sete e doze meses, com ampla publicidade e transparência. As próximas etapas, incluindo a realização de audiências públicas, serão divulgadas nos canais oficiais.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro reafirma seu compromisso com a continuidade e a qualidade do serviço, bem como com a criação de um ambiente regulatório moderno e atrativo a investimentos, inovação e desenvolvimento no Rio de Janeiro.

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
O TRABALHO NÃO PARA. É TODO DIA E É DE TODOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE VITERBO

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

Concorrência Eletrônica 90001/2026

Contratação de empresa de engenharia, para construção de Praça no Conjunto Habitacional Padre Donizete, na cidade de Santa Rosa de Viterbo/SP, mediante o Convenio Estadual nº 013.00006845/2025-53 da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, nos termos da Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Projetos, Memorial Descritivo estabelecidos neste Edital e demais anexos. **Abertura da sessão:** 12/03/2026 às 09 h – Horário de Brasília. **Endereço Eletrônico**: www.gov.br/compras O Edital na íntegra, está disponível na página da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Viterbo-SP. www.santarosa.sp.gov.br no link Processo Licitatório e no Portal Nacional de Contratações Públicas – pncp.gov.br Informações pelo telefone (16) 3954 8802/ 39548827

Santa Rosa de Viterbo/SP, 25/02/2026

Omar Nagib Moussa-Prefeito Municipal

seminariosfolha

Os temas mais necessários e relevantes a um play de distância de você.

Acesse o site **folha.com/seminariosfolha**

FOLHA NÃO DÁ PRA NÃO LER.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 232/2025

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 12/3/2026, às 14 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de smartphones. O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites **www.compras.mg.gov.br** e **www.almg.gov.br.**

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

COMUNICADO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Encontra-se aberta, no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP/Campus de São José do Rio Preto/SP – UASG 102324, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2026-CSJRP – Processo nº 84/2026-CSJRP, objetivando a contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de compressores de ar da UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, cujo critério de escolha é o de Menor Preço. A abertura da sessão pública *online* será no dia 13 de março de 2026 às 09 horas, junto ao endereço eletrônico Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras). As propostas eletrônicas deverão ser enviadas para o endereço eletrônico citado durante o período de 26 de fevereiro de 2026 até o dia e horário previstos para a abertura da referida sessão pública. Os procedimentos da presente licitação serão tomados junto à Seção Técnica de Materiais do IBILCE – Câmpus de S. J. do Rio Preto, localizado à Rua Cristóvão Colombo, 2265 – Jd. Nazareth, São José do Rio Preto/ SP, telefone (17) 3221-2582. O edital na íntegra consta dos sites: https://www.gov.br/pncp/pt-br e https://ape.unesp.br/licitacao/.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE VALINHOS E VINHEDO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Professores de Valinhos e Vinhedo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 67.996.314/0001-67, entidade sindical devidamente registrada no CNES do M.T.E, registro sindical n.º 46000.000269/93, sito à Rua Vicente Rossi, 89 – Residencial São Luiz – Valinhos SP no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca as Professoras e os Professores e as Técnicas e os Técnicos de Ensino empregados do SESI-SP e do SENAI-SP, sindicalizados ou não, na base territorial dos municípios de Valinhos e Vinhedo, para a Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 05 de março de 2026, na Rua Vicente Rossi, 89, Residencial São Luiz – Valinhos SP, às 8h30min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 9h, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise e deliberação sobre eventual contraproposta patronal.

B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta.

Valinhos, 26 de fevereiro de 2026.

Alcides Alves dos Santos Júnior

Presidente

LOTEAMENTO BELLA CRAVINHOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o número 17.191.037/0001-47, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020; **LOTEAMENTO JARDIM MADRID CAMPINAS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o número 39.871.910/0001-85, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020; **LOTEAMENTO JARDIM TANGARÁ - BADY BASSITT - SPE LTDA**., inscrita no CNPJ/MF sob o número **19.173.601/0001-24,** com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020; **LOTEAMENTO AMÉRICO BRASILIENSE II – SPE LTDA,** inscrita no CNPJ/MF 41.849.503/0001-13, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020; **STÉFANI NOGUEIRA ENGENHARIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 03.088.641/0001-38, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020 e **SAN MARINO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**., inscrita no CNPJ/MF 66.996.034/0001-96, com sede Av. Benjamin Constant, 662, Centro, Jaboticabal/SP, CEP: 14.870-140; **LOTEAMENTO SANTA FE DO SUL LTDA SPE.,** inscrita no CNPJ/MF sob o número **39.892.396/0001-64**, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020; **LOTEAMENTO NOVO HORIZONTE – SRPQ I SPE LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 37.595.066/0001-81, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020; **LOTEAMENTO PARQUE BELAS ARTES – BRODOWSKI SPE LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF sob o número 41.407.182/0001-05, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020; **LOTEAMENTO RESIDENCIAL LISBOA – ITAPETININGA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 37.595.572/0001-70, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, sala 01, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020; **LOTEAMENTO TAMBAU II LTDA.,** inscrita no CNPJ/MF sob o número 33.764.793/0001-74, com sede Rua Eliseu Guilherme, 879, Jardim Sumaré, Ribeirão Preto/SP, CEP: 14.025-020; conforme determina a Lei n. 6.766/79, no §2º, do art. 49, **após o esgotamento das tentativas e diligências para sua localização e comunicação pessoal**, encontrando-se assim em local incerto e não sabido, resolvem, pelo presente edital, **NOTIFICAR** os promitentes compradores dos lotes abaixo relacionados para comparecer no prazo impreterível de 10 dias a contar da publicação deste edital, na sede no endereço acima descrito ou, ainda, contatá-las pelo telefone (16) 4009-9499, para tratarem de assunto de seu interesse.

Assim, pelo presente, ficam **NOTIFICADOS** na forma da lei e, para que ninguém possa alegar ignorância, expede-se esta notificação com prazo de 10 dias. O não comparecimento e a consequente desconsideração desta notificação está sujeito às consequências legalmente previstas, com a rescisão do contrato de compra e venda firmado entre as partes.

Contrato	Empreendimento	Bloco	Unidade	Cliente	CPF
38977	Cravinhos II	04	17	Thiago Souza De Almeida	223.133.908-02
37480	Cravinhos II	14	16	Sueli Serence Batista	338.968.628-20
48185	Cravinhos II	07	38	Cristiano Benke	368.100.398-05
50732	Jardim Madrid	H	49	Alex De Brito Soares	488.177.868-45
51007	Jardim Madrid	H	09	Lucas Fernando Felix Da Silva	341.772.748-01
51007	Jardim Madrid	H	09	Patricia Iara Camargo Felix Da Silva	224.875.238-59
50902	Jardim Madrid	F	23	Diego Barbosa Dos Santos	233.421.138-98
51001	Jardim Madrid	F	12	William Fernando Marinho Da Silva	476.487.338-97
49860	Jardim Madrid	D	60	Jose Aparecido Goncalves Dos Santos	994.407.686-49
40017	Jardim Tangara	R	26	Kelly Gonçalves	341.028.438-92
50923	Jd Ouro Verde	05	13	Valeria Oliveira Cavalcante	491.605.438-50
50566	Jd Ouro Verde	04	18	Antonio Jose Almeida	093.340.874-98
50979	Jd Ouro Verde	23	17	Luiz Silva Dos Santos	008.581.867-48
50979	Jd Ouro Verde	23	17	Maria Trajano Costa Dos Santos	130.398.857-74
50734	Jd Ouro Verde	02	16	Reinaldo De Aguiar Brandão	261.278.248-69
42817	Jd Ouro Verde	25	02	Dionesio Gomes De Sales	163.655.058-41
45349	Jd Ouro Verde	15	26	Ordalia De Jesus Araujo Bernardo	285.703.548-94
45349	Jd Ouro Verde	15	26	Marcio Eduardo Bernardo	319.171.838-95
44285	Jd Ouro Verde	17	24	Claudemiro Jose De Brito	386.708.522-68
44285	Jd Ouro Verde	17	24	Maria Helena Ribeiro Mendes Brito	283.181.098-13
48022	Villa das Flores	12	02	Rui De Oliveira Catao Filho	119.797.708-24
36660	Jardim Espanha	14	13	Elena da Silva	091.711.668-23
48454	Vila Poeta	02	11	Fabricio Aparecido Carlos Dos Santos	451.693.178-83
48454	Vila Poeta	02	11	Rosa Maria Eduarda Cassimiro	401.102.248-92
41257	Vila Poeta	01	08	João Carlos Teixeira de Brito	020.132.978-66
41257	Vila Poeta	01	08	Adriana Aparecida Do Nascimento Teixeira De Brito	178.761.358-54
50851	Parque Belas Artes	13	01	Alex Wesley Soares	222.947.798-60
50851	Parque Belas Artes	13	01	Rosemeire Vieira Soares	221.830.308-60
48653	Parque Belas Artes	09	28	Michel Oliveira Trigo	315.214.598-51
48653	Parque Belas Artes	09	28	Sheila Carvalho De Oliveira Trigo	349.086.458-17
48655	Parque Belas Artes	16	25	Elenice Caroba Da Silva Santos	254.589.918-69
45238	Parque Belas Artes	06	41	Gabrielly Eduarda Paixão	542.914.528-96
45236	Parque Belas Artes	06	19	Gabrielly Eduarda Paixão	542.914.528-96
43421	Parque Belas Artes	08	11	Miguel Alexandre Azevedo De Faria	467.670.088-18
43279	Parque Belas Artes	05	03	Elis Fernanda Salviano De Fazzio	442.503.358-28
43280	Parque Belas Artes	06	53	Elis Fernanda Salviano De Fazzio	442.503.358-28
43746	Parque Belas Artes	09	14	Alisson Carlos Vieira	323.584.008-74
43746	Parque Belas Artes	09	14	Deise Silverio Silva Jose Vieira	402.025.598-90
46653	Parque Belas Artes	07	29	Marco Aurelio Medeiros De Paula	396.744.178-42
45237	Parque Belas Artes	06	42	Gabrielly Eduarda Paixão	542.914.528-96
50178	Residencial Lisboa	O	38	Claudio De Oliveira Serafim	341.088.598-63
48768	Residencial Lisboa	E	12	Miqueias Da Silva Felix	372.901.488-94
48768	Residencial Lisboa	E	12	Yasmin De Campos Felix	235.906.198-48
41391	Residencial Lisboa	M	27	Marcio Adriano Paes	373.396.288-51
41391	Residencial Lisboa	M	27	Daiane De Lara Paes	388.990.298-73
50534	Residencial Lisboa	O	35	Michael Nascimento	474.504.538-78
35452	Residencial Lisboa	P	35	Tiago Furtado Rebouças De Oliveira	358.811.478-55
35452	Residencial Lisboa	P	35	Pedro Paulo De Oliveira Furtado	359.701.858-09
49460	Residencial Lisboa	O	13	Cintia Regina Dos Anjos Rodrigues	382.594.058-65
38202	Residencial Lisboa	G	37	Fernando Aoki Teruya	185.063.468-86
38202	Residencial Lisboa	G	37	Regina Célia Marques Silva	026.948.908-81
41653	Residencial Lisboa	M	35	Gerson Pereira Rocha	033.053.818-76
50423	Jardim Flórida II	05	42	Mizael Goes De Oliveira	391.047.168-41
50423	Jardim Flórida II	05	42	Ana Maria Sabino Rocha	089.395.698-81
49282	Jardim Flórida II	06	43	Sebastião Siqueira	151.416.908-81
49282	Jardim Flórida II	06	43	Ana Maria Aguiar Siqueira	314.052.758-63
49269	Jardim Flórida II	02	20	Agnaldo Francisco Dos Santos	476.512.648-00
49358	Jardim Flórida II	06	19	Daniel Felipe Siqueira	485.103.858-58

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS

LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2026

ALIENAÇÃO DE BENS E VEÍCULOS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E DE RECUPERAÇÃO ANTI-ECONÔMICA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS/ SP, situada a Rua Dr. Luiz Vergueiro, 151 comunica a quem possa interessar que realizará, no dia 19 de março de 2026, com abertura prevista para as 09h00min, no Almoxarifado Municipal de Pereiras localizado na Rua Cel. José Bonini, nº 215, Centro, Município de Pereiras/ SP, onde se encontram depositados os veículos para alienação em LEILÃO PÚBLICO nº 001/2026. O edital completo poderá ser adquirido no site da Prefeitura Municipal de Pereiras/SP (www.pereiras.sp.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações pelo fone (14) 3888-8100. Pereiras, 23 de fevereiro de 2026. Osmar Pasqualino Rodrigues Ramos Júnior – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS

AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADA - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Concorrência Eletrônica nº 02/2026

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: Contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, modernização, transporte, armazenamento e descarte de lâmpadas, do parque de iluminação pública do município. **EDITAL NA ÍNTEGRA:** Disponível nos sites: www.bllcompras.com e www.torrinha.sp.gov.br. **CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS:** a partir do dia 25/02/2026 às 18:00h no site www.bllcompras.com. **FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 12/03/2026 às 08:00h. **INÍCIO DA SESSÃO DE LANCE:** 12/03/2026 às 14:00h (horário de Brasília) no site www.bllcompras.com.

ARIANE MARIA SAMPAIO LOPES CAMPI

Diretora do Departamento Municipal de Compras, Licitações e Convênios

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE JAÚ E REGIÃO

Base Territorial: Jaú, Dois Córregos, Bocaina, Bariri, Boracéia, Itajú, Itapuí, Torrinha, Brotas, Mineiros do Tietê e Arealva

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em obediência ao artigo 605 da CLT, comunicamos sobre o recolhimento da contribuição sindical, estabelecida pela Lei nº 5.889/73, Decreto-Lei nº 1.166/71, Portaria Ministerial nº 3.210/75 e demais legislações pertinentes em vigor: a) Às Empresas de Transportes Rodoviários, Ônibus Urbanos, Rodoviários, Suburbanos, Fretamento e Turismo, Intermunicipal e Interestadual, Transportes de Cargas em Geral, Transportes de Cargas Secas e Molhadas, Usinas Produtoras de Açúcar e Álcool, Destilarias Produtoras de Álcool, Companhias Agrícolas, Propriedades Rurais, Empresas de Terraplenagem e Pavimentação, Empresas Revendedoras de Gás Liquefeito de Petróleo, empregadoras de motoristas em outros seguimentos, comércio e indústria de Jaú-SP e da base territorial desta Entidade, sobre o desconto do salário do empregado e recolhimento da Contribuição Sindical, prevista no Art. 578 e seguintes da CLT. b) Os empregadores deverão descontar dos trabalhadores a importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho do mês de março de 2026 e efetuar o recolhimento até 30/04/2026, na CEF, a favor desta entidade. As guias deverão ser solicitadas pelo e-mail: sindicato@sindtransportesjau.com.br. Jaú, 26 de Fevereiro de 2026. Mário Eziquiel Perobelli - Presidente.

ATS Viagens e Turismo Ltda.

CNPJ/MF nº 26.203.213/0001-04 – NIRE 35.230.157.881

Ata da Reunião de Sócios realizada em 2 de fevereiro de 2026

Data, Hora e Local: 02/02/2026, às 17:00 horas, na sede da ATS Viagens e Turismo Ltda. ("Sociedade"), na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 10º andar, Conjunto 1002, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, Barueri-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em virtude da presença dos titulares de quotas representativas da totalidade do capital social: **(i) Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.**, com sede no endereço comercial supramencionado, 9º andar, CNPJ/MF sob o nº 09.296.295/0001-60 e NIRE 35.300.359.534 ("ALAB"), representada por Sr. Abhi Manoj Shah, portador da cédula de identidade RNE nº V565504-Z/CGPI/DIREX/DPF, e do CPF/MF nº 233.420.638-58; e **(ii) David Gary Neeleman**, RG nº 53.031.273-6 SSP/SP, e CPF/MF nº 744.573.731-68. **Mesa:** Presidente: Abhi Manoj Shah; e Secretário: Edson Massuda Sugimoto. **Ordem do Dia: (i)** a autorização para a Sociedade celebrar todo documento necessário no âmbito da realização da emissão e colocação, no exterior, de instrumento de *Notes* com remuneração de 9,875% e vencimento em 2031, de US$ 1.375.000.000,00 ("*Notes*") pela Azul Secured Finance LLP ("Azul Secured Finance"), destinados à colocação no mercado internacional, a serem ofertadas para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, com base na regulamentação emitida pela *Securities and Exchange Commission*, especificamente, a "*Rule 144A*" e, nos demais países, exceto na República Federativa do Brasil e nos Estados Unidos da América, com base na "*Regulation S*" ("Emissão"). A Emissão será coordenada por determinadas instituições financeiras ("Coordenadores"). A Emissão será garantida, dentre outras (incluindo certas outras garantias regidas por leis estrangeiras), pela **(a)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Azul Fidelidade") **(1)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ALAB decorrentes de contratos Azul Fidelidade, **(2)** da totalidade dos recebíveis de cartão de crédito de titularidade da ALAB, presentes e futuros, decorrentes de compras de pontos pelos clientes e de taxas de adesão dos participantes do Clube TudoAzul (ou Clube Azul Fidelidade), **(3)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ALAB contra o Itaú Unibanco S.A. e contra a Caixa Econômica Federal, na qualidade de bancos depositários, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos e depositados em conta mantida pelo Itaú Unibanco S.A. e pela Caixa Econômica Federal, conforme o caso, em decorrência dos contratos Azul Fidelidade e **(4)** da totalidade de créditos de titularidade da ALAB decorrente de determinados investimentos permitidos no contexto da Cessão Fiduciária Azul Fidelidade; **(b)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Azul Viagens") **(1)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Sociedade decorrentes de contratos Azul Viagens, **(2)** da totalidade dos recebíveis de cartão de crédito de titularidade da Sociedade, presentes e futuros, decorrentes de compras de pontos pelos clientes e de taxas de adesão dos participantes do Azul Viagens, incluindo aqueles produtos e serviços de viagens por meio da contratação, reserva e/ou empacotamento conjunto de um ou mais dos vários componentes de uma viagem, como voos, hotéis, cruzeiros, aluguel de carros, traslados, outros transportes, refeições, guias, passeios (tours), atividades, atrações, experiências e seguros, **(3)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Sociedade contra o Banco Citibank S.A., na qualidade de banco depositário, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos e depositados em conta mantida pelo Banco Citibank S.A., em decorrência dos Contratos Azul Viagens e **(4)** da totalidade de créditos de titularidade da Sociedade decorrente de determinados investimentos permitidos no contexto da Cessão Fiduciária Azul Viagens; **(c)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Intercompany") da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Azul Secured Finance, presentes e futuros, decorrentes de contratos de empréstimo intragrupo, conforme detalhados na Cessão Fiduciária Intercompany, **(d)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL") de determinados recursos recebidos e/ou a serem recebidos em determinadas contas da ASA (conforme abaixo definido) e da ALAB, incluindo as mencionadas contas, conforme discriminadas na Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL; **(e)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Quotas ATS") da totalidade das quotas de emissão da Sociedade, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(f)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Ações IntelAzul") da totalidade das ações de emissão da IntelAzul, subsidiária da ASA, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(g)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Ações ALAB") da totalidade das ações de emissão da ALAB, subsidiária da IntelAzul (conforme abaixo definido), bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(h)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul") determinados direitos de propriedade intelectual de titularidade da Azul IP Cayman Ltd., Sociedade, IntelAzul, ALAB e ASA, conforme descritos na Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul; **(i)** cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária – Azul Cargo") de **(1)** determinados direitos creditórios decorrentes dos recebíveis de cartão de crédito e débito da Azul Cargo, e **(2)** de conta vinculada por onde tais recebíveis Azul Cargo são transitados; **(j)** alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Azul Cargo") de determinados direitos de propriedade intelectual Azul Cargo de titularidade da IP Holdco (conforme abaixo definido) e da Azul IP Cayman Ltd.; **(k)** pelo penhor de participações societárias de titularidade da ALAB na Azul Secured Finance ("Penhor de Participações Societárias"), bem como dos direitos decorrentes de tais participações societárias; incluindo quaisquer distribuições decorrentes de tais participações; **(l)** pela garantia real de determinados direitos de propriedade intelectual de titularidade registrados, originários ou protegidos por leis fora do Brasil (*intellectual property rights registered, arising under or protected by law outside Brazil*) (a "NY IP Security"); **(m)** pelas hipotecas de ações e participações (*Cayman equitable share mortgage*) regidas sob as leis das Ilhas Cayman sobre todas as ações emitidas pela Azul Cayman Holdco e Azul Cayman e de titularidade da ASA, ALAB, IntelAzul e da Sociedade, bem como os direitos decorrentes de tais ações mencionadas, incluindo dividendos, conforme escrituras de confirmação (*deeds of confirmation*), relativas à "*Equitable Share Mortgage*", datada de 14/07/2023, conforme aditada de tempos em tempos ("Equitable Share Mortgages"); **(n)** penhor sobre a Conta de Pagamento em USD (*USD Payment Account*), a Conta Bloqueada em USD (*USD Blocked Account*), a Conta de Garantia em USD (*USD Collateral Account*) e a Conta de Depósito de Recebíveis de Azul em USD Cargo (*USD Azul Cargo Receivables Deposit Account*) ("Penhor de Contas em USD" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária TudoAzul, a Cessão Fiduciária Azul Viagens, a Cessão Fiduciária Intercompany, a Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL, a Alienação Fiduciária Quotas ATS, a Alienação Fiduciária Ações IntelAzul, a Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul, a Cessão Fiduciária Azul Cargo e a Alienação Fiduciária de Direitos PI – Azul Cargo, o Penhor de Participações Societárias, a NY IP Security e as *Equitable Share Mortgages*, as "Garantias Reais") e **(o)** por garantia corporativa regida pelas leis de Nova Iorque outorgada pela Azul S.A. ("ASA"), pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB"), pela IntelAzul S.A. ("IntelAzul"), pela Sociedade, pela Azul IP Cayman Holdco Ltd. ("IP HoldCo"), pela Azul IP Cayman Ltd. e pela Azul Conecta Ltda. ("Azul Conecta") (em conjunto, as "Garantidoras"); **(ii)** a autorização para outorga e celebração, pela Sociedade, dos documentos que formalizem as Garantias Reais das *Notes*, conforme aplicável, bem como a autorização para que quaisquer subsidiárias da Sociedade que sejam parte das Garantias Reais celebrem os documentos para sua formalização; **(iii)** a autorização para outorga, pela Sociedade, na qualidade de coobrigada e devedora solidária com a Azul Secured Finance, de garantia corporativa regida pelas leis de Nova Iorque, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Azul Secured Finance no âmbito da Emissão ("*Guarantee*"); **(iv)** a autorização para celebração e cumprimento, pela Sociedade, dos seguintes instrumentos (em conjunto, os "Contratos da Operação"): todos e quaisquer contratos, certificados e outros documentos necessários ou convenientes à realização da emissão das *Notes* e outorga das Garantias Reais e da Guarantee, incluindo, sem limitação: **(a)** o *purchase agreement* (o "*Purchase Agreement*"), celebrado entre, dentre outros, Azul Secured Finance, como emissora, ASA, ALAB, a Sociedade, IntelAzul, IP HoldCo e Azul Conecta, e aceito pelo Barclays Capital Inc. pelo e Citigroup Global Markets Inc.; **(b)** a *Indenture* (conforme definido no *Purchase Agreement*); **(c)** as *Notes*; **(d)** os contratos relativos às Garantias Reais e suas respectivas procurações; **(e)** quaisquer aditamentos necessários; e **(f)** notificações, cartas (incluindo *fee letters*), certificados e quaisquer outros documentos relacionados às transações acima descritas; e **(v)** a autorização para a ratificação dos atos que a Diretoria e/ou procurador(es) da Sociedade já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito da Emissão, em observância às regras de representação previstas no Contrato Social da Sociedade. **Deliberações:** Por unanimidade, os sócios aprovaram: **(i)** a concessão de autorização para que a Sociedade celebre todo documento necessário no âmbito da realização da emissão e colocação, no exterior, das *Notes* pela Azul Secured Finance. A Emissão será garantida pelas Garantias Reais e por garantia corporativa outorgada pelas Garantidoras; **(ii)** autorizar a outorga e celebração, pela Sociedade, dos documentos que formalizem as Garantias Reais das *Notes*, bem como a celebração dos documentos que formalizem as Garantias Reais por quaisquer subsidiárias da Sociedade que sejam parte das Garantias Reais; **(iii)** autorizar a outorga, pela Sociedade, da *Guarantee*; **(iv)** autorizar celebração e cumprimento, pela Sociedade, dos Contratos da Operação necessários à realização da emissão das *Notes* e outorga das Garantias Reais e da *Guarantee*; e **(v)** autorizar a ratificação dos atos que a Administração e/ou procurador(es) da Sociedade já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Sociedade. A Administração e/ou procuradores da Sociedade ficam autorizados a tomar todas as providências necessárias à implementação das deliberações ora aprovadas, sendo ratificados pela Reunião de Sócios os atos já praticados pela Administração e/ou procuradores, nesse sentido (incluindo, mas não limitado à celebração do *Purchase Agreement*). **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual lavrou-se a presente ata. **Mesa:** Presidente, Abhi Manoj Shah; e Secretário: Edson Massuda Sugimoto; **Sócios**: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A., representada por Abhi Manoj Shah e David Gary Neeleman. Barueri/SP, 02/02/2026. (ass.)**Edson Massuda Sugimoto** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 52.983/26-2 em 23/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

PETRÓLEO E LUBRIFICANTES DO NORDESTE S/A. - PETROLUSA
CNPJ (M.F.) - 07.275.159/0001-68
CONVOCAÇÃO AOS ACIONISTAS PARA A.G.O

Ficam os Srs. Acionistas desta companhia de Capital Aberto registrada no CNPJ 07.275.159/0001-68, NIRE 23300009312 convocados para participarem, **às 9:00 (nove) horas, do dia 30 de Abril de 2026**, em sua sede social localizada à Rua Amâncio Filomeno, 199 - Cais do Porto, CEP 60.180-320 nesta capital, de **Assembleia Geral Ordinária**, para decidir sobre o seguinte: **a)** Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do balanço encerrado em 31/12/2025 inclusive Relatório do Conselho de Administração e Parecer dos Auditores independentes; **b)** outros assuntos de interesse da sociedade, aproveitando para informar que estão à disposição dos acionistas, na sede da companhia à Rua Amâncio Filomeno, 199 - Cais do Porto, CEP 60.180-320 nesta capital, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, ou seja: **a)** relatório da administração; **b)** cópia das demonstrações financeiras; **c)** parecer dos auditores independentes. Fortaleza (CE), 25 de fevereiro de 2026.
MARCELO SANFORD DE BARROS FILHO - Presidente do Conselho de Administração.

CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SANTA FILIPPA

CNPJ 59.953.554/0001-56
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

Conforme instruções recebidas do Síndico Sr. Cesar Quincoses de Paula e obedecendo disposto na cláusula décima segunda da Convenção Condominial, fica V.Sa. convidada a comparecer à Assembleia Geral Ordinária do Condomínio Edifício Santa Filippa, situado na Avenida Paulista, 688, no corredor do 4º Andar, a realizar-se no dia 26 de fevereiro de 2026, às 13hs em 1ª chamada e às 14hs em 2ª e última chamada, a fim de ser apreciada a seguinte ordem do dia: 1) Prestação de contas da Administração. 2) Eleições do Síndico e do Conselho Consultivo. 3) Previsão orçamentária para os próximos 12 meses. 4) Assuntos de interesse geral.

Condomínio Conj. Res. Santo Antonio

Rua Celina Guinle de Paula Machado,130 - fone 2231-0357 - CEP 02422-150- SP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

1 - Na qualidade de Síndica do "Condomínio Conj. Res. Santo Antônio, em conformidade com as cláusulas da Convenção, **CONVOCO** os Srs. Condôminos para participar da **Assembleia Geral Ordinária** que fará realizar-se no **dia 14/03/2026, às 08:30 horas** com presença de todos ou ás 09**:00 horas** com qualquer número de Condôminos presentes no **Salão Paroquial da Igreja Santo Antônio,** sito a **Rua Salvador Tolezano, 164**, conforme Edital publicado no Jornal Folha de São Paulo no dia 26/02/2026 para deliberarmos sobre as seguintes **Ordens do Dia: A)** Prestação de contas do exercício de 2025; **B)** Previsão orçamentária para 2026; **C)** Assuntos Gerais. Não poderão participar da Assembleia, Condôminos em atraso com as cotas de despesas Ordinárias e Extraordinárias (cláusula 24ª da Convenção). São Paulo, 24 de fevereiro de 2026. **Arlete Terezinha Brenneisen -** Síndica.

Empresa **DAIICHI COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO LTDA**, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 02.380.394/0001-86, estabelecida na Rua Engenheiro Acrisio Paes Cruz, nº 73 – Vila Granada – Cep: 03651-100 – São Paulo – SP. onde os sócios Sergio Hidecazu Harada e Katia Mayumi Harada, vem por meio desta convocar o comparecimento do sócio Jakison Yoshiriro Ishii, portador da cédula de identidade RG nº 5.055.948-1-SSP/SP, e do CPF/MF sob o nº 710.010.269-34 para a Assembléia que sera realizada no dia 13 de março de 2026 as 15:00 horas no escritorio de contabilidade situado na Rua Itinguçu, nº 1670 – Vila Ré – Cep: 03658-001 – São Paulo – SP para tratar de assuntos referente a alteração do contrato social da empresa mencionada acima

Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.

CNPJ/MF nº 09.296.295/0001-60 – NIRE 35.300.359.534
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de fevereiro de 2026

Data, Hora e Local: Em 02/02/2026, às 16:00 horas, na sede social da "Companhia", na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 9º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, Barueri-SP. **Presença**: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. As formalidades de convocação foram dispensadas. **Mesa:** Sr. Abhi Manoj Shah – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. **Ordem do Dia e Deliberações:** Apreciar e deliberar sobre: **(i)** a autorização da Companhia, na qualidade de *Managing Partner* da Azul Secured Finance LLP ("Azul Secured Finance"), para a emissão e colocação no exterior de instrumento de *Notes* com remuneração de 9,875% e vencimento em 2031, no valor de US$ 1.375.000.000,00 (*Notes*") pela Azul Secured Finance, destinados à colocação no mercado internacional, a serem ofertadas para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, com base na regulamentação emitida pela *Securities and Exchange Commission*, especificamente, a "*Rule 144A*" e, nos demais países, exceto na República Federativa do Brasil e nos Estados Unidos da América, com base na "*Regulation S*" ("Emissão"). A Emissão será coordenada por determinadas instituições financeiras ("Coordenadores"). A Emissão será garantida, dentre outras (incluindo certas outras garantias regidas por leis estrangeiras), pela **(a)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Azul Fidelidade") **(1)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Companhia decorrentes de contratos Azul Fidelidade, **(2)** da totalidade dos recebíveis de cartão de crédito de titularidade da Companhia, presentes e futuros, decorrentes de compras de pontos pelos clientes e de taxas de adesão dos participantes do Clube TudoAzul (ou Clube Azul Fidelidade), **(3)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Companhia contra o Itaú Unibanco S.A. e contra a Caixa Econômica Federal, na qualidade de bancos depositários, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos e depositados em conta mantida pelo Itaú Unibanco S.A. e pela Caixa Econômica Federal, conforme o caso, em decorrência dos contratos Azul Fidelidade e **(4)** da totalidade de créditos de titularidade da Companhia decorrente de determinados investimentos permitidos no contexto da Cessão Fiduciária Azul Fidelidade; **(b)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Azul Viagens") **(1)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ATS (conforme abaixo definido) decorrentes de contratos Azul Viagens, **(2)** da totalidade dos recebíveis de cartão de crédito de titularidade da ATS, presentes e futuros, decorrentes de compras de pontos pelos clientes e de taxas de adesão dos participantes do Azul Viagens, incluindo aqueles produtos e serviços de viagens por meio da contratação, reserva e/ou empacotamento conjunto de um ou mais dos vários componentes de uma viagem, como voos, hotéis, cruzeiros, aluguel de carros, traslados, outros transportes, refeições, guias, passeios (tours), atividades, atrações, experiências e seguros, **(3)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ATS contra o Banco Citibank S.A., na qualidade de banco depositário, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos e depositados em conta mantida pelo Banco Citibank S.A., em decorrência dos Contratos Azul Viagens e **(4)** da totalidade de créditos de titularidade da ATS decorrente de determinados investimentos permitidos no contexto da Cessão Fiduciária Azul Viagens; **(c)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Intercompany") da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Azul Secured Finance, presentes e futuros, decorrentes de contratos de empréstimo intragrupo, conforme detalhados na Cessão Fiduciária Intercompany, **(d)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL") de determinados recursos recebidos e/ou a serem recebidos em determinadas contas da ASA e da Companhia, incluindo as mencionadas contas, conforme discriminadas na Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL; **(e)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Quotas ATS") da totalidade das quotas de emissão da ATS, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(f)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Ações IntelAzul") da totalidade das ações de emissão da IntelAzul (conforme abaixo definido), subsidiária da ASA, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(g)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Ações ALAB") da totalidade das ações de emissão da Companhia, subsidiária da ASA, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(h)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul") determinados direitos de propriedade intelectual de titularidade da Azul IP Cayman Ltd., ATS, IntelAzul, ASA e Companhia, conforme descritos na Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul; **(i)** cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária – Azul Cargo") de **(1)** determinados direitos creditórios decorrentes dos recebíveis de cartão de crédito e débito da Azul Cargo, e **(2)** de conta vinculada por onde tais recebíveis Azul Cargo são transitados; **(j)** alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Azul Cargo") de determinados direitos de propriedade intelectual Azul Cargo de titularidade da IP Holdco (conforme abaixo definido) e da Azul IP Cayman Ltd.; **(k)** pelo penhor de participações societárias de titularidade da Companhia na Azul Secured Finance ("Penhor de Participações Societárias"), bem como dos direitos decorrentes de tais participações societárias; incluindo quaisquer distribuições decorrentes de tais participações; **(l)** pela garantia real de determinados direitos de propriedade intelectual de titularidade registrados, originários ou protegidos por leis fora do Brasil (*intellectual property rights registered, arising under or protected by law outside Brazil*) (a "NY IP Security"); **(m)** pelas hipotecas de ações e participações (*Cayman equitable share mortgage*) regidas sob as leis das Ilhas Cayman sobre todas as ações emitidas pela IP Holdco e Azul Cayman e de titularidade da Companhia, ASA, IntelAzul e da ATS, bem como os direitos decorrentes de tais ações mencionadas, incluindo dividendos, conforme escrituras de confirmação (*deeds of confirmation*), relativas à "*Equitable Share Mortgage*", datada de 14/07/2023, conforme aditada de tempos em tempos ("Equitable Share Mortgages"); **(n)** penhor sobre a Conta de Pagamento em USD (*USD Payment Account*), a Conta Bloqueada em USD (*USD Blocked Account*), a Conta de Garantia em USD (*USD Collateral Account*) e a Conta de Depósito de Recebíveis de Azul em USD Cargo (*USD Azul Cargo Receivables Deposit Account*) ("Penhor de Contas em USD" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária TudoAzul, a Cessão Fiduciária Azul Viagens, a Cessão Fiduciária Intercompany, a Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL, a Alienação Fiduciária Quotas ATS, a Alienação Fiduciária Ações IntelAzul, a Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul, a Cessão Fiduciária Azul Cargo e a Alienação Fiduciária de Direitos PI – Azul Cargo, o Penhor de Participações Societárias, a NY IP Security e as *Equitable Share Mortgages*, as "Garantias Reais") e **(o)** por garantia corporativa regida pelas leis de Nova Iorque outorgada pela Azul S.A. ("ASA"), pela Companhia, pela IntelAzul S.A. ("IntelAzul"), pela ATS Viagens e Turismo Ltda. ("ATS"), pela Azul IP Cayman Holdco Ltd. ("IP HoldCo"), pela Azul IP Cayman Ltd. e pela Azul Conecta Ltda. ("Azul Conecta") (em conjunto, as "Garantidoras"); **(ii)** a autorização para a outorgar e celebração, pela Companhia, dos documentos que formalizem as Garantias Reais das *Notes*, conforme aplicável, bem como a autorização para que quaisquer subsidiárias da Companhia que sejam parte das Garantias Reais celebrem os documentos para sua formalização; **(iii)** a autorização para outorga, pela Companhia, na qualidade de coobrigada e devedora solidária com a Azul Secured Finance, de garantia corporativa regida pelas leis de Nova Iorque, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Azul Secured Finance no âmbito da Emissão ("*Guarantee*"); **(iv)** a autorização à Companhia, em caráter individual e na qualidade de *Managing Partner* da Azul Secured Finance, em nome da Azul Secured Finance, e à Diretoria e/ou aos procuradores da Companhia, para, em nome da Companhia, em caráter individual e na qualidade de *Managing Partner* da Azul Secured Finance, em nome da Azul Secured Finance, assinarem e cumprirem os seguintes contratos (em conjunto, os "Contratos da Operação"): todos e quaisquer contratos, certificados e outros documentos necessários ou convenientes para a realização da Emissão e outorga das Garantias Reais e da *Guarantee*, incluindo, sem limitação: **(a)** o *purchase agreement* (o "*Purchase Agreement*"), celebrado entre, dentre outros, Azul Secured Finance, como emissora, ASA, a Companhia, IntelAzul, ATS, IP HoldCo e Azul Conecta, e aceito pelo Barclays Capital Inc. e pelo Citigroup Global Markets Inc.; **(b)** a *Indenture* (conforme definido no *Purchase Agreement*); **(c)** as *Notes*; **(d)** os contratos relativos às Garantias Reais e suas respectivas procurações, incluindo mas não limitado a, um *security agreement* regido pelas leis do Estado de Nova Iorque, celebrado entre, dentre outros, a Companhia e o Agente de Garantia dos Estados Unidos da América ("US Collateral Agent", conforme definido na *Indenture*), pelo qual a Companhia empenhará seus interesses societários na Azul Secured Finance; **(e)** um contrato de escrow regido pelas leis do Estado de Nova Iorque, que poderá ser celebrado dependendo das condições descritas no *Purchase Agreement*, entre, dentre outros, a Azul Secured Finance e o UMB Bank, N.A.; **(f)** quaisquer aditamentos necessários; e **(g)** notificações, cartas (incluindo *fee letters*), certificados e quaisquer outros documentos relacionados às transações acima descritas; e **(v)** a autorização para a ratificação dos atos que a Diretoria e/ou procurador(es) da Companhia já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito da Emissão, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia. **Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. Mesa: Sr. Abhi Manoj Shah – Presidente; e Sr. Edson Massuda Sugimoto – Secretário; Acionistas: (i) Azul S.A. (por seu Diretor Presidente, John Peter Rodgerson); e (ii) David Gary Neeleman. *A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* Barueri/SP, 02/02/2026. (ass.) **Edson Massuda Sugimoto** – Secretário. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 53.707/26-6 em 23/02/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAL

PREGÃO ELETRÔNICO – RETIFICADO II Torna público aos interessados: **Pregão Eletrônico nº 07/26** - Processo Administrativo Digital nº 3.022/25 – Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE ACOLHEDORA INSTITUICIONAL (ABRIGO) PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. Fica agendado a abertura da sessão e cadastro das propostas iniciais até o dia 12/03/2026 às 08:00 horas. O edital completo poderá ser adquirido nos sites www.conchal.sp.gov.br, https://bnccompras.com/Home/Login, portal PNCP e ou pelo e-mail: pregao@conchal.sp.gov.br, estando os autos disponíveis para vista na Secretaria de Licitações e Contratos. Conchal, 25 de fevereiro de 2026. ORLANDO CALEFFI JUNIOR Prefeito Municipal

Indústrias Machina Zaccaria S/A

CNPJ/MF 51.466.324/0001-50
Aviso aos Acionistas

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Limeira, 23/02/26. A Diretoria.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO MARCONDES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 04/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14/2026

A Prefeitura do município de Alfredo Marcondes, por intermédio do Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão na forma **PRESENCIAL**, tipo Menor Preço POR ITEM, pelo modo de disputa aberto, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANTE DESARMADO, DURANTE A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME EDITAL, TERMO DE REFERENCIA E ANEXOS**. Em sessão pública a partir das **9:00 horas do dia 11/03/2026** (horário de Brasília-DF), informamos que o Edital encontra-se disponível no site www.alfredomarcondes.sp.gov.br; na aba "Editais para licitações". Maiores informações pelo telefone (18) 3266-4090.
Alfredo Marcondes, 25 de fevereiro de 2026. **Celso Pirani Passos - Prefeito Municipal**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS SÃO PAULO
PREGÃO ELETRÔNICO N. º 90.013/2026

Comunicamos abertura do Edital em referência. Processo: 3089.040605/2025-72 Objeto: Aquisição de Material de Laboratório para a Disciplina de Anatomia para Universidade Federal de São Paulo – Campus São Paulo- UASG 153031. Entrega das propostas: a partir de 26/02/2026 às 08:00 hs no site **wwww.gov.br/compras**. Abertura das propostas: 11/03/2026 às 09 horas. Os interessados poderão examinar o Edital e anexos no site: **www.gov.br/compras**.
CLAUDIA MARCOLINO DA SILVA - Pregoeira

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO, APROVAÇÃO DO ESTATUTO, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL

TEAM CUNHA ARTES MARCIAIS

Ficam todos os interessados convocados para participar da Assembleia Geral de fundação da associação esportiva denominada TEAM CUNHA ARTES MARCIAIS, aprovação de seu Estatuto, eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal que será realizada na Avenida Alfredo Ignacio Nogueira Penido, 335 – sala 706 – Parque Residencial Aquarius – CEP: 12246-000 – São José dos Campos – SP, no dia 10 de março de 2026, com primeira chamada prevista para as 9:00 horas e a 2ª chamada às 9:15 horas.
São José dos Campos, 24 de fevereiro de 2026.
LEANDRO LEME DA CUNHA

GUARIGLIA
LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

BANCO TRICURY

ANTÔNIO LUIZ GUARIGLIA, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob número 415, com escritório à Rua Vereador Geraldo Nogueira da Silva, nº 3501 - Bairro do Grama , Caçapava - SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO TRICURY S/A**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 57.839.805/0001 - 40, com sede na Avenida Paulista, nº 37, 17º andar, conjunto 171 - Bela Vista, São Paulo - SP, CEP : 01311-000 , nos termos da Cédula de Crédito Bancário – Mútuo 011/2023 , emitida em 06/02/2023 pela empresa **PREMIUN OFFICE MOEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA SPE LTDA. ,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.068.408/0001-81, com sede à Rua Araguari, nº 817 – Fundos e nº 827 – Vila Uberabinha , São Paulo - SP, CEP : 04514 - 041 e do Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Imóvel vinculado a mesma Cédula**,** no qual figura como Fiduciante**,** levará a **PÚBLICO LEILÃO**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **11 de março de 2026,** às 10:00 horas, à Rua Vereador Geraldo Nogueira, nº 3501 – Bairro do Grama, Caçapava - SP**,** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo de **R$ 1.750.000,00** (um milhão e setecentos e cinquenta mil reais), o imóvel situado na Rua Araguari, nº 817 -Vila Uberabinha , São Paulo - SP, CEP : 05414-041, constituído pelo conjunto comercial nº 121, tipo 6 , localizado no 12º andar do EDIFÍCIO WORK SPACE MOEMA, com as áreas reais : privativa de 158,240 m2, comuns : de divisão não proporcional de 56,706 m2, de divisão proporcional de 51,262 m2, total de 266,208 m2, e a fração ideal de 3,6788% , correspondendo-lhe o direito de uso de 03 vagas indeterminadas para automóveis de passeio sujeitas ao auxilio de manobrista na garagem localizada nos 2º , 1º subsolos e térreo. O imóvel está devidamente descrito e caracterizado na matrícula nº 192.937 do 14º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, cadastrado na Prefeitura Municipal de São Paulo/SP sob nº 041.132.0881-6, com propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário conforme consta no AV – 13 da citada matricula. Caso não haja licitantes no primeiro leilão, fica desde já designado o dia **13 de março de 2026,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo de **R$ 1.290.000,00 (um milhão duzentos e noventa mil reais). A Comissão do Leiloeiro, devida pelo arrematante, será de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação.** O fiduciante será comunicado na forma do parágrafo 2º A do artigo 27 da lei 9.514/97, das datas, horários e locais dos leilões para, no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, que deverá ser exercido anteriormente a realização primeiro leilão e, no caso não haver licitantes, anteriormente a realização do segundo leilão, devendo apresentar manifestação formal do seu interesse ao leiloeiro e fazer o devido pagamento, no valor de R$ 1.290.000,00 (um milhão duzentos e noventa mil reais), acrescido da comissão do leiloeiro equivalente a 5,0 % (cinco por cento) do valor, dentro do prazo acima descrito. Caso haja arrematante, quer em primeiro ou segundo leilão, a escritura de venda e compra será firmada em até 60 dias da data do leilão. Condições do Leilão: 1) O arrematante deverá pagar o valor da arrematação e a comissão do leiloeiro, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro horas) do encerramento de cada leilão; 2) O pagamento ao Banco deverá ser somente via TED e, ao Leiloeiro, via PIX, nas respectivas contas informadas, não sendo admitida outra forma de pagamento; 3) No caso de falta de pagamento, pelo arrematante, no prazo concedido, ou a sua desistência imotivada, será considerado vencedor o segundo maior lance e assim sucessivamente. 4) Será cobrada, do arrematante inadimplente, uma multa equivalente a 15% (quinze por cento) do valor da arrematação, em favor do Credor Fiduciário e de 5% (cinco por cento), em favor do Leiloeiro, sem prejuízo às demais sanções aplicadas pelo poder judiciário e inclusão nos serviços de proteção ao crédito; 5) O Banco não responderá pela evicção de direito; 6) O imóvel encontra – se ocupado sendo a desocupação por conta do arrematante; 7) Eventuais débitos de IPTU, condomínio, taxas, laudêmio e concessionárias, mesmo que anteriores à arrematação, serão de responsabilidade do arrematante; 8) Todos os custos de aquisição, incluindo ITBI, registros e laudêmio, serão de responsabilidade do arrematante; 9) A arrematação será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação física, ambiental, documental e registral em que o imóvel se encontra; 10) Eventual necessidade de averbação de construção ou retificação de área será de responsabilidade do arrematante. As demais condições obedecerão ao Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. **LEILÃO TANTO DE FORMA PRESENCIAL QUANTO ON-LINE**

Para mais informações - tel.: (12) 3654-1000 / WhatsApp (12) 99686-8878
Endereço Eletrônico: WWW.GUARIGLIALEILOES.COM.BR | ANTÔNIO LUIZ GUARIGLIA – LEILOEIRO OFICIAL – JUCESP 415

Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 – NIRE 35.300.361.130 | Companhia aberta
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de fevereiro de 2026

Data, Hora e Local: Aos 02/02/2026, às 18:30 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: A reunião foi convocada nos termos do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e devidamente instalada em primeira convocação, tendo em vista a presença da maioria dos membros efetivos do Conselho de Administração. Membros do Conselho de Administração presentes: Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Gilberto de Almeida Peralta, Daniella Marques Consentino, Renata Faber Rocha Ribeiro, José Mario Caprioli dos Santos, James Jason Grant e Jonathan Seth Zinman. **Mesa**: Sérgio Eraldo de Salles Pinto – Presidente; Edson Massuda Sugimoto – Secretário. **Ordem do Dia**: **(i)** a emissão e colocação no exterior de instrumento de *notes* com cupom de 9,875% ao ano e vencimento em 2031, no valor de US$ 1.375.000.000,00 ("*Notes*") por sua controlada, a Azul Secured Finance LLP ("Azul Secured Finance"), destinados à colocação no mercado internacional, a serem ofertadas para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, com base na regulamentação emitida pela *Securities and Exchange Commission*, especificamente, a "*Rule 144A*" e, nos demais países, exceto na República Federativa do Brasil e nos Estados Unidos da América, com base na "*Regulation S*" ("Emissão"). A Emissão será garantida, dentre outros, pelas Garantias Reais (conforme abaixo definido) e por garantia corporativa regida pelas leis de Nova Iorque outorgada pela Companhia, pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. ("ALAB"), pela IntelAzul S.A. ("IntelAzul"), pela ATS Viagens e Turismo Ltda. ("ATS"), pela Azul IP Cayman Holdco Ltd. ("IP HoldCo"), pela Azul IP Cayman Ltd. e pela Azul Conecta Ltda. ("Azul Conecta") (em conjunto, as "Garantidoras"); **(ii)** a autorização para outorga e celebração, pela Companhia, dos documentos que formalizem as Garantias Reais das *Notes*, conforme aplicável, bem como a autorização para que quaisquer subsidiárias da Companhia que sejam parte das Garantias Reais outorguem e celebrem os documentos para sua formalização; **(iii)** a autorização para outorga, pela Companhia e pelas Garantidoras, na qualidade de coobrigadas e devedoras solidárias com a Azul Secured Finance, de garantia corporativa regida pelas leis de Nova Iorque, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas pela Azul Secured Finance no âmbito da Emissão ("Guarantee"); **(iv)** a autorização à ALAB, em caráter individual e na qualidade de *Managing Partner* da Azul Secured Finance, em nome da Azul Secured Finance, e à Diretoria e/ou aos procuradores da ALAB, para, em nome da ALAB, em caráter individual e na qualidade de *Managing Partner* da Azul Secured Finance, em nome da Azul Secured Finance, assinarem e cumprirem os seguintes contratos (em conjunto, os "Contratos da Operação"): todos e quaisquer contratos, certificados e outros documentos necessários ou convenientes para a realização da Emissão e outorga das Garantias Reais e da Guarantee, incluindo, sem limitação: **(a)** o *purchase agreement* (o "*Purchase Agreement*"), celebrado entre, dentre outros, Azul Secured Finance, como emissora, ALAB, a Companhia, a IntelAzul, a Azul Viagens, a ATS, a IP HoldCo e a Azul Conecta, e aceito pelo Barclays Capital Inc. e pelo Citigroup Global Markets Inc.; **(b)** a *Indenture* (conforme definido no *Purchase Agreement*); **(c)** as *Notes*; **(d)** os contratos relativos às Garantias Reais e suas respectivas procurações, incluindo mas não limitado a, um *security agreement* regido pelas leis do Estado de Nova Iorque, celebrado entre, dentre outros, a ALAB e o Agente de Garantia dos Estados Unidos da América ("US Collateral Agent", conforme definido na Indenture), pelo qual a ALAB empenhará seus interesses societários na Azul Secured Finance; **(e)** um contrato de escrow regido pelas leis do Estado de Nova Iorque, que poderá ser celebrado dependendo das condições descritas no *Purchase Agreement*, entre, dentre outros, a Azul Secured Finance e o UMB Bank, N.A.; **(f)** quaisquer aditamentos necessários; e **(g)** notificações, cartas (incluindo *fee letters*), certificados e quaisquer outros documentos relacionados às transações acima descritas; **(v)** a autorização para contratação de instituições financeiras para coordenar e prestar os serviços necessários para a formalização da Emissão ("Coordenadores"), bem como a contratação dos demais prestadores de serviço, no Brasil ou no exterior, conforme o caso, no âmbito da Emissão, incluindo assessores jurídicos, agentes de garantias e eventuais outras instituições, fixando-lhes os respectivos honorários; **(vi)** a autorização a contratação da Cogency Global Inc. para atuar como agente de processo (*Process Agent*) da Companhia, nos termos dos documentos da Emissão; **(vii)** a autorização para a celebração e cumprimento, pela Companhia, pela Azul Secured Finance e pelas Garantidoras, conforme aplicável, dos Contratos da Operação necessários à realização da emissão das *Notes* e outorga das Garantias Reais; e **(viii)** a autorização para a ratificação dos atos que a Diretoria e/ou procurador(es) da Companhia já tenham praticado com vistas ao aperfeiçoamento das deliberações acima, no âmbito da Emissão, em observância às regras de representação previstas no Estatuto Social da Companhia (incluindo, mas não limitado à celebração do *Purchase Agreement*). **Deliberações aprovadas**: **(i)** aprovar a Emissão das *Notes*, conforme definido acima, com incidência de juros semestrais a serem pagos semestralmente, e com cupom de 9,875% ao ano no caso das *Notes*, com base de 360 dias. A Emissão será garantida, dentre outras (incluindo certas outras garantias regidas por leis estrangeiras), pela **(a)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Azul Fidelidade") **(1)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ALAB decorrentes de contratos Azul Fidelidade, **(2)** da totalidade dos recebíveis de cartão de crédito de titularidade da ALAB, presentes e futuros, decorrentes de compras de pontos pelos clientes e de taxas de adesão dos participantes do Clube TudoAzul (ou Clube Azul Fidelidade), **(3)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ALAB contra o Itaú Unibanco S.A. e contra a Caixa Econômica Federal, na qualidade de bancos depositários, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos e depositados em conta mantida pelo Itaú Unibanco S.A. e pela Caixa Econômica Federal, conforme o caso, em decorrência dos contratos Azul Fidelidade e **(4)** da totalidade de créditos de titularidade da ALAB decorrente de determinados investimentos permitidos no contexto da Cessão Fiduciária Azul Fidelidade; **(b)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Azul Viagens") **(1)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ATS decorrentes de contratos Azul Viagens, **(2)** da totalidade dos recebíveis de cartão de crédito de titularidade da ATS, presentes e futuros, decorrentes de compras de pontos pelos clientes e de taxas de adesão dos participantes do Azul Viagens, incluindo aqueles produtos e serviços de viagens por meio da contratação, reserva e/ou empacotamento conjunto de um ou mais dos vários componentes de uma viagem, como voos, hotéis, cruzeiros, aluguel de carros, traslados, outros transportes, refeições, guias, passeios (tours), atividades, atrações, experiências e seguros, **(3)** da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da ATS contra o Banco Citibank S.A., na qualidade de banco depositário, pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos e depositados em conta mantida pelo Banco Citibank S.A., em decorrência dos Contratos Azul Viagens e **(4)** da totalidade de créditos de titularidade da ATS decorrente de determinados investimentos permitidos no contexto da Cessão Fiduciária Azul Viagens; **(c)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária Intercompany") da totalidade dos direitos creditórios de titularidade da Azul Secured Finance, presentes e futuros, decorrentes de contratos de empréstimo intragrupo, conforme detalhados na Cessão Fiduciária Intercompany, **(d)** pela cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL") de determinados recursos recebidos e/ou a serem recebidos em determinadas contas da Companhia e da ALAB, incluindo as mencionadas contas, conforme discriminadas na Cessão Fiduciária – Conta Garantia BRL; **(e)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Quotas ATS") da totalidade das quotas de emissão da ATS, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(f)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Ações IntelAzul") da totalidade das ações de emissão da IntelAzul, subsidiária da Companhia, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(g)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária Ações ALAB") da totalidade das ações de emissão da ALAB, subsidiária da Companhia, bem como direitos delas decorrentes, inclusive dividendos; **(h)** pela alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul") determinados direitos de propriedade intelectual de titularidade da Azul IP Cayman Ltd., ATS, IntelAzul, ALAB e Companhia, conforme descritos na Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Marca Azul; **(i)** cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária – Azul Cargo") de **(1)** determinados direitos creditórios decorrentes dos recebíveis de cartão de crédito e débito da Azul Cargo, e **(2)** de conta vinculada por onde tais recebíveis Azul Cargo são transitados; **(j)** alienação fiduciária ("Alienação Fiduciária de Direitos de PI – Azul Cargo") de determinados direitos de propriedade intelectual Azul Cargo de titularidade da IP Holdco e da Azul IP Cayman Ltd.; **(k)** pelo penhor de participações societárias de titularidade da ALAB na Azul Secured Finance ("Penhor de Participações Societárias"), bem como dos direitos decorrentes de tais participações societárias; incluindo quaisquer distribuições decorrentes de tais participações; **(l)** pela garantia real de determinados direitos de propriedade intelectual de titularidade registrados, originários ou protegidos por leis fora do Brasil (*intellectual property rights registered, arising under or protected by law outside Brazil*) (a "NY IP Security"); **(m)** pelas hipotecas de ações e participações (*Cayman equitable share mortgage*) regidas sob as leis das Ilhas Cayman sobre todas as ações emitidas pela Azul Cayman Holdco e Azul Cayman e de titularidade da Companhia, ALAB, IntelAzul e da ATS, bem como os direitos decorrentes de tais ações mencionadas, incluindo dividendos, conforme escrituras de confirmação (*deeds of confirmation*), relativas à "*Equitable Share Mortgage*", datada de 14/07/2023, conforme aditada de tempos em tempos ("Equitable Share Mortgages"); **(n)** penhor sobre a Conta de Pagamento em USD (*USD Payment Account*), a Conta Bloqueada em USD (*USD Blocked Account*), a Conta de Garantia em USD (*USD Collateral Account*) e a Conta de Depósito de Recebíveis de Azul em USD Cargo (*USD Azul Cargo Receivables Deposit Account*) ("Penhor de Contas em USD" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária TudoAzul, a Cessão

EUA enviam supercaças a Israel às vésperas de reunião de negociação com o Irã

É a 1ª vez que americanos operam modelo F-22 no Estado judeu; Trump mantém ameaças enquanto equipes retomam conversas

Igor Gielow

SÃO PAULO Em um movimento significativo no cerco militar ao Irã, o governo de Donald Trump enviou uma esquadrilha do mais poderoso caça do arsenal americano a Israel. É a primeira vez que o F-22 Raptor opera no Estado judeu.

A chegada dos F-22 ocorre pouco antes da reunião entre equipes negociadoras do Irã e dos Estados Unidos sob a mediação de Omã em Genebra, na Suíça, marcada para esta quinta (26).

Os aviões estavam em Lakenheath, no Reino Unido. Ao menos 12 deles decolaram na terça-feira (24) rumo a um ponto não revelado do sul de Israel, provavelmente a base aérea de Nevatim. Segundo relatos da imprensa israelense, um dos caças teve um problema e voltou, sendo incerto se seguiu viagem depois.

Trump ameaça atacar os iranianos caso não haja um acordo acerca do programa nuclear dos aiatolás. O americano quer o fim do enriquecimento de urânio pelo país e insiste no desmantelamento das capacidade de lançamento de mísseis balísticos dos persas.

Teerã rejeita ambas as demandas, mas diz renunciar à bomba atômica e ofereceu diluir os 400 kg de urânio enriquecido a 60%, capaz de ser usado em talvez 15 artefatos de baixo rendimento, que produziu de forma acelerada de 2022 para cá.

Em troca, quer o relaxamento das sanções que foram retomadas pelos EUA depois do fracasso do acordo de 2015 sobre o programa nuclear. Em 2018, Trump deixou o arranjo, que trocava punições por diversos limites à capacidade de enriquecimento de urânio do Irã.

No seu discurso sobre o Estado da União, na noite de terça, Trump disse que prefere uma solução diplomática, mas que está pronto para atacar. Ele disse de forma exagerada que destruiu o programa iraniano com o ataque feito a três instalações nucleares em junho passado, mas que os aiatolás querem "começar tudo de novo".

Nesta quarta-feira (25), os americanos ampliaram sanções ao setor petrolífero e de defesa do Irã, elevando a pressão sobre o país. Segundo o site Axios, o negociador-chefe de Trump, Steve Witkoff, afirmou esperar um "acordo definitivo" sobre a crise.

O ataque de 2025 ocorreu no escopo da guerra de 12 dias entre Israel e o Irã, na qual as capacidades de defesa aérea da teocracia foram severamente degradadas. Teerã lançou cerca de 600 dos seus estimados 2.000 mísseis balísticos, mas depois do bombardeio americano apenas fez uma retaliação simbólica e previamente combinada contra uma base dos EUA no Qatar, encerrando o conflito.

Agora tudo é diferente. Trump mobilizou o maior poderio aeronaval na região desde a guerra de 2003 contra o Iraque. A ONG americana Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais afirma que há hoje 18 navios de guerra dos EUA em torno do teatro de operações do Irã.

É muito poder de fogo, mas parece insuficiente para uma guerra de maior duração visando a derrubada do regime. Em 2003, eram 55 navios contra o ditador Saddam Hussein, cinco deles porta-aviões, e havia o componente terrestre que não está presente no atual cerco.

Segundo a inteligência israelense, o nível atual de forças americanas, sem contar a provável ajuda do Estado judeu, dá para cerca de uma semana de guerra em alta intensidade. Isso tudo leva ao cenário já especulado pelo próprio Trump de um ataque focado.

Aí entra o simbolismo do F-22. O Raptor é um caça furtivo aos radares e usado para superioridade aérea —abrir caminho abatendo rivais e desabilitando baterias antiaéreas. Eles foram empregados desta forma no ataque de 2025, no qual as bombas em si foram despejadas pelos B-2.

Para analistas como o iraniano Trita Parsi, radicado nos EUA, se houver risco existencial, Teerã irá retaliar com força contra bases americanas na região e Israel — país que já está em alerta máximo. Outro foco de ação deve ser o estratégico estreito de Hormuz, por onde passam 20% do petróleo e do gás liquefeito do mundo.

Além disso, matar o líder Ali Khamenei e as cabeças da teocracia pode ter o efeito de jogar o país ou numa ditadura militar ou em guerra civil.

O Caça F-22 Raptor da Força Aérea dos EUA decola de uma base naval em Ceiba, Porto Rico, após o ataque americano à Venezuela que resultou na captura de Maduro Ricardo Arduengo - 4.jan.26/Reuters

Quem participa das negociações desta quinta

Do lado americano: O enviado de Trump para o Oriente Médio, Steve Witkoff, lidera a delegação ao lado do genro do presidente, Jared Kushner

Do lado iraniano: O ministro de Relações Exteriores, Abbas Araghchi, estará à frente da missão diplomática

O que será discutido? Trump exige de Teerã a promessa de que não desenvolverá uma bomba atômica e pede que o regime abra mão de seu programa de mísseis balísticos e do enriquecimento de urânio

Risco de nova guerra no Oriente Médio é parte do cotidiano em Israel

SÃO PAULO A perspectiva de uma nova guerra regional com o Irã, ou ao menos a retaliação da teocracia em caso de ataque por parte de Donald Trump, já está integrada ao cotidiano dos moradores de Israel.

País acostumado com guerras maiores e menores, além de atentados terroristas desde sua fundação em 1948, o Estado judeu viu um novo patamar de ameaça a partir do recrudescimento da disputa com Teerã.

Em 2024, houve duas trocas de fogo balístico entre os países, mas contidas, e em 2025 a região viu uma guerra aérea aberta de 12 dias. Ainda que Israel diga que tenha derrubado quase 90% dos 600 mísseis lançados pelos iranianos, muitos passaram, matando 30 israelenses e ferindo 3.000.

E agora poderão vir mais, a depender do resultado das negociações entre os Estados Unidos e o Irã, que terão uma nova rodada nesta quinta (26) em Genebra.

"O maior impacto psicológico foi a normalização da incerteza. Você acorda, manda seus filhos para a escola, responde às mensagens de trabalho. E tudo isso ocorreu sob um constante cálculo de risco, que cobra um preço, mesmo que a vida pareça funcional", diz a jornalista Yfat Fouchs, 43, mãe de três meninos.

Moradora de Tel Aviv, ela passou parte do conflito do ano passado no quarto seguro de sua casa. Na vizinhança, diversas edificações foram atingidas por destroços de mísseis iranianos abatidos.

"As preparações passaram a ser em camadas. No nível prático, penso na logística: para onde vou, como vou lidar com as crianças, o que preciso acessar rapidamente. Mas há a preparação emocional, você tem de viver a vida aceitando que a disrupção pode vir."

Não muito longe dali, no leste da principal cidade, Yaniv Razovski, 30, já está em ritmo de guerra. Funcionário de um banco, ele viu ação no fim de 2024 no sul do Líbano, mas acha que não será convocado desta vez.

"A guerra será pelos ares, por isso já reforcei uma porta de meu quarto seguro e estou com água e mantimentos secos comprados para duas semanas", afirmou ele, que mora sozinho. No ano passado, sua casa teve um muro derrubado por destroços.

Israel está em alerta máximo desde a semana passada. O governo de Binyamin Netanyahu inicialmente sugeriu a Trump adiar o ataque que pretendia aproveitar os protestos contra o regime iraniano, mas segundo relatos agora pressiona por uma guerra.

"Trump comprou uma narrativa que mostra o Irã muito mais fraco do que é, o que o fez adotar demandas irrealistas", escreveu o analista iraniano Trita Parsi, radicado nos EUA.

Netanyahu está longe de inspirar confiança, após os dois anos de guerra na Faixa de Gaza e o drama dos reféns israelenses tomados no 7 de Outubro de 2023 pelo Hamas.

Apesar disso, Yfat faz uma distinção: "Eu separo confiança nas instituições de confiança na política. Os sistemas de segurança e emergência de Israel são testados, a preparação é séria".

"No nível político, a confiança pública foi danificada, e isso importa. Resiliência não é apenas sobre mísseis e abrigo, é sobre liderança que se comunica honestamente com seus cidadãos. Essa lacuna é algo com que a sociedade ainda está lidando."

O médico intensivista Gilad, 37, prefere não refletir tanto. "Já voltei a trazer minha mochila com roupa para o caso de ter de ficar no hospital mais tempo", diz ele, que trabalha em Nahariya, a meros 10 km da fronteira libanesa.

Gilad, que prefere não divulgar o sobrenome, diz temer que os iranianos ataquem com tudo o que têm, caso vejam risco existencial para o regime. IG

> **O maior impacto psicológico foi a normalização da incerteza. Você acorda, manda seus filhos para a escola, responde às mensagens de trabalho. E tudo isso ocorreu sob um constante cálculo de risco, que cobra um preço, mesmo que a vida pareça funcional**
>
> **Yfat Fouchs**
> jornalista e moradora de Tel Aviv

Fala no Congresso desafia a realidade

Presidente dos EUA fez de seu discurso o comício mais longo da história

Lúcia Guimarães
É jornalista e vive em Nova York desde 1985
Foi correspondente da TV Globo, da TV Cultura e do canal GNT

O discurso presidencial do Estado da União, proferido há 236 invernos americanos, é uma função constitucional do cargo, uma ocasião cerimonial em que o chefe de Estado relata ao Legislativo e ao povo o que fez e pretende fazer no cargo. Não deve se assemelhar a um baile funk ou a um comício em Sucupira.

O cenário na segunda-feira (23) no Congresso provocaria um ataque de nervos em George Washington, o primeiro presidente a fazer o discurso, no sul de Manhattan. A última chance de Donald Trump para capturar uma audiência nacional simultânea antes da eleição de novembro foi, como se esperava, desperdiçada porque não faz parte do DNA do presidente admitir que a União anda num estado delicado.

Sim, ele fez do discurso um comício de 108 minutos —o mais longo da história— e provavelmente a audiência começou a cair depois de meia hora.

Quem sabe se os eleitores independentes, o bloco sem o qual Trump não teria conseguido se reeleger, ainda prestavam atenção ao discurso quando o presidente qualificou a principal questão para qualquer americano —o custo de vida— como "mentira suja" perpetrada por democratas. O apoio dos independentes a Trump despencou para uma baixa recorde de 26%, de acordo com uma nova pesquisa da rede CNN.

Mas os democratas parecem aparvalhados. Onze anos depois de o empresário nova-iorquino ter descido a escada rolante para anunciar a primeira candidatura, a oposição ainda não conseguiu se adaptar ao mundo pós-verdade e apresentar uma frente articulada para lidar com o país aprisionado numa casa do Big Brother. Gritar da plateia no meio do discurso não é tática de oposição.

A oposição ainda não conseguiu se adaptar ao mundo pós-verdade e apresentar uma frente articulada para lidar com o país aprisionado numa casa do Big Brother. Gritar da plateia não é tática de oposição

Um repórter da revista The Atlantic recentemente ligou para uma veterana consultora política que se desligou do Partido Republicano por causa do trumpismo e hoje se alinha aos democratas. Ela ainda reúne grupos focais semanalmente para tomar o pulso de diferentes segmentos de eleitores.

Ao ser indagada sobre o ânimo da oposição, começou a gritar no telefone: "Os republicanos estão em campo como mercenários, enquanto os democratas estão dando folga para todo mundo nas sextas-feiras para conversar sobre o equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal", disse Sarah Longwell.

Além de pedir aos americanos para não acreditarem na realidade que teima em dominar seu cotidiano em custo de vida, empregos e acesso à assistência médica, o presidente não ofereceu soluções para os problemas que ele nega existir. Citou com rancor a habitual lista de culpados, distribuiu medalhas e, acima de tudo, prestou tributo a si mesmo.

Mas as consequências da noite não serão imediatamente sentidas por americanos. O público mais ansioso com o discurso não vai votar em novembro e vive a oceanos de distância de Washington.

Depois de Trump encorajar os protestos que resultaram no massacre de possivelmente 30 mil pessoas, os iranianos não ouviram qualquer definição clara do socorro oferecido pelo presidente que, sabemos, está assustado com os alertas feitos pelos comandantes militares sobre o risco de um ataque.

E, no país mais existencialmente ameaçado pelas mudanças de humor de Trump, os ucranianos não ouviram uma só frase indicando que os EUA vão usar seu poder para deter Vladimir Putin.

DOM. Sylvia Colombo **SEG.** Bianca Santana
TER. Mundo Leu **QUA.** Rui Tavares **QUI.** Lúcia Guimarães
SEX. Laura Greenhalgh **SÁB.** Igor Patrick

O presidente dos EUA, Donald Trump, durante do discurso do Estado da União Kenny Holston - 24.fev.26/AFP

Trump transforma discurso em espetáculo mas não indica caminho para republicanos

Sob temor de perder controle do Congresso nas eleições de meio de mandato, presidente ataca democratas no Estado da União

Isabella Menon

WASHINGTON "Temos algumas surpresas para a noite", disse à **Folha** um funcionário do Congresso dos Estados Unidos momentos antes de o discurso do Estado da União começar. A frase já antecipava o tom teatral que marcaria a cerimônia.

Transformar pronunciamentos em espetáculo não é novidade para Donald Trump. Desta vez, porém, em meio à queda de popularidade e já de olho nas eleições legislativas de meio de mandato, ele evitou apresentar um plano concreto para que o Partido Republicano mantenha a maioria no Congresso até novembro.

Em geral, tentou mostrar como os Estados Unidos estão em ótimas mãos, enquanto republicanos levantavam e aplaudiam a cada frase. Mesclou declarações que a plateia está acostumada a ouvir: criticou imigrantes, inflou números da economia, desdenhou dos democratas e voltou a falar que foi responsável pelo fim de oito guerras.

Tudo isso embalado com frases como: "Nosso país está vencendo tanto", disse. "Na verdade, estamos vencendo tanto que nem sabemos o que fazer sobre isso."

Para o deputado democrata Glenn Ivey, Trump "tenta dizer ao povo americano que está tudo bem com a economia, mas eles sabem que não está".

A estratégia pode ser considerada arriscada. Segundo o portal Axios, Trump já confidenciou a aliados que teme um processo de impeachment caso os republicanos sejam derrotados nas urnas. Apesar desse temor, não delineou um caminho político para os próximos meses.

Diante da plateia e dos telespectadores, ao abordar o tema eleitoral, limitou-se a pressionar o Congresso a aprovar o Save America Act — projeto que, segundo a Casa Branca, busca impedir que não cidadãos votem nos Estados Unidos. A proposta é vista com desconfiança por democratas, que avaliam que ela poderia, na prática, restringir o acesso ao voto.

No plenário, ele parecia mais interessado em assumir o papel de apresentador de auditório: chamava personagens da plateia como quem anuncia a próxima atração da noite.

Assim ocorreu com a seleção masculina de hóquei dos Estados Unidos, que entrou pela galeria onde estava a imprensa e exibiu a medalha de ouro olímpica. Também foram chamados ao destaque nomes associados a histórias de dor, como Erika Kirk, viúva do influenciador trumpista Charlie Kirk.

Entre os pedidos ao Congresso, Trump defendeu a proibição de carteiras de motorista para imigrantes sem documentação, acusou parlamentares de corrupção e pressionou pela aprovação de um projeto que proíbe congressistas de negociarem ações na Bolsa.

Trump chegou ao discurso após uma semana difícil: a Suprema Corte considerou ilegais suas tarifas de importação. Ao mesmo tempo, intensificou a pressão sobre o Irã para um possível ataque —movimento que enfrenta resistência inclusive entre apoiadores.

Do lado democrata, houve tentativas de retaliação: manifestações do lado de fora, uso de roupas brancas por parlamentares em referência à luta feminina e ao direito ao voto, além da presença de convidados potencialmente constrangedores para o presidente, como vítimas de Jeffrey Epstein e pessoas afetadas por ações do ICE.

A reação democrata, no entanto, foi dispersa. Nem todas as mulheres vestiam branco, e poucos parlamentares reagiram de forma contundente às falas do presidente. Entre eles esteve Al Green, que já havia sido retirado da sessão no ano anterior ao protestar contra Trump e repetiu o gesto ao exibir um cartaz com a frase "pessoas negras não são macacos". Foi removido logo no início.

As deputadas Ilhan Omar e Rashida Tlaib foram as vozes mais incisivas. Chamaram o presidente de mentiroso e o responsabilizaram por mortes ocorridas em operações migratórias neste ano. Ainda assim, deixaram o plenário antes do fim do discurso.

Republicano chama deputadas muçulmanas de loucas e sugere deportá-las

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta quarta (25) que duas deputadas democratas muçulmanas, Ilhan Omar, de Minnesota, e Rashida Tlaib, de Michigan, deveriam ser "internadas" e enviadas de volta "para seus países de origem", um dia após intervenções das duas em seu discurso do Estado da União.

Durante o discurso de Trump, Tlaib, americana de origem palestina, e Omar, americana de origem somali, criticaram o presidente por defender a política de imigração linha-dura de seu governo. Ambas gritaram "você está matando americanos" para Trump, com Omar chamando-o de "mentiroso".

As declarações foram dadas por Trump na Truth Social. Omar e Tlaib são cidadãs americanas.

Guarda costeira de Cuba reboca barco com passageiros que tentaram imigrar ilegalmente para os EUA Alexandre Meneghini - 12.dez.22/Reuters

Guarda costeira de Cuba mata quatro pessoas em embarcação americana

Marco Rubio diz que os EUA responderão proporcionalmente e aguarda confirmação da nacionalidade dos homens mortos

SÃO PAULO O Ministério do Interior de Cuba afirmou, nesta quarta-feira (25), que guarda costeira do país matou quatro pessoas e feriu outras seis depois que uma lancha registrada nos Estados Unidos invadiu águas territoriais cubanas e abriu fogo contra os militares.

De acordo com a pasta, os guardas costeiros foram recebidos com tiros quando abordaram a embarcação. O capitão do barco cubano foi atingido e retirado do local para tratamento, assim como os seis ocupantes da lancha americana feridos no tiroteio. O ministério não divulgou informações sobre a identidade dos mortos e feridos, a não ser para dizer que são estrangeiros, nem sobre o que o barco registrado na Flórida fazia em águas cubanas.

6
ocupantes da lancha americana ficaram feridos no tiroteio, segundo o Ministério do Interior do regime

De acordo com o regime, a lancha invadiu o território do país na manhã desta quarta a uma milha náutica (pouco menos de 2 km) de Cayo Falcones, na província de Villa Clara. "Face aos desafios que enfrenta, Cuba reafirma seu comprometimento em proteger seu território, baseado no princípio de defesa nacional como pilar fundamental da soberania do Estado cubano", disse o Ministério do Interior em nota.

O chefe da diplomacia americana, Marco Rubio, disse que Washington responderá proporcionalmente ao ocorrido assim que tiver todas as informações sobre os mortos, incluindo sua nacionalidade. "Vale lembrar que é muito incomum ver tiroteios assim em alto-mar", afirmou o secretário de Estado.

"Não vamos basear nossas decisões no que os cubanos nos disserem, vamos conduzir nossa própria investigação", disse Rubio. O diplomata, que tem ascendência cubana, negou que os mortos fizessem parte de uma operação militar americana.

O procurador-geral da Flórida, James Uthmeier, disse ter ordenado a abertura de uma investigação em conjunto com outros órgãos estaduais e federais. "O governo cubano não é confiável e faremos tudo ao nosso alcance para responsabilizar esses comunistas."

A relação entre os EUA de Donald Trump e Cuba passa por uma das maiores tensões dos últimos anos depois que a captura do ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, por parte de forças americanas interrompeu a entrega de petróleo à ilha comunista.

Com isso, e uma intensificação no embargo de Washington contra Havana, o país vive uma grave escassez de combustíveis, com impactos diretos na população.

Estima-se que Cuba produza menos da metade do petróleo de que necessita, ficando o restante por conta de aliados. Até o começo do ano, a Venezuela era o principal, seguida de México e Rússia, mesmo após uma queda nos envios em 2023.

Mas sem Caracas, que está impedida pelos EUA de comercializar com Cuba após a intervenção, a ilha é palco de apagões que chegam a 20 horas diárias em algumas regiões. A crise se dá em um contexto que já era de escassez generalizada de remédios, instabilidade econômica e êxodo massivo.

Nesta quarta, o Departamento do Tesouro americano disse que empresas dos EUA podem revender petróleo venezuelano a Cuba —desde que ele seja destinado a empresas privadas.

Com AFP

Próximo de Nicolás Maduro, procurador-geral da Venezuela renuncia

SÃO PAULO O procurador-geral da Venezuela, Tarek William Saab, renunciou ao cargo nesta quarta (25). Próximo de Nicolás Maduro, Saab chefiou o Ministério Público do país por nove anos e era conhecido por pedir a prisão de opositores políticos da ditadura.

Sua saída representa a maior mudança no alto escalão do regime desde a captura do ditador pelos Estados Unidos e a chegada ao poder de sua vice, a líder interina Delcy Rodríguez. A renúncia de Saab, 63, foi anunciada pelo presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Jorge Rodríguez, irmão de Delcy.

Segundo o presidente do Legislativo, o órgão será comandado por um interino até que um substituto seja escolhido, e o agora ex-procurador-geral ficará no cargo de defensor do povo, cuja função é fiscalizar o governo para garantir o cumprimento de direitos humanos.

"Tarek William Saab desempenhou um papel central na perseguição sistemática que a Venezuela faz de opositores", disse nesta quarta Juanita Goebertus, diretora para as Américas da ONG Human Rights Watch. "Sua saída do Ministério Público é uma boa notícia, mas colocá-lo no cargo de defensor do povo é um tapa na cara das vítimas. Uma reforma verdadeira exige a indicação de um procurador-geral que seja independente e comprometido com a soltura dos presos políticos."

Saab se envolveu com o movimento fundado pelo então tenente-coronel Hugo Chávez desde o início do chavismo, nos anos 1990. De ascendência libanesa, budista e autodenominado "poeta da revolução", assumiu o Ministério Público em 2017, já durante o segundo mandato de Maduro.

Ele substituiu Luisa Ortega Díaz, procuradora-geral vista como opositora de Maduro no contexto da decisão do ditador de esvaziar a Assembleia Nacional naquele ano, então dominada pela oposição, ao criar uma Assembleia Constituinte. Um dos primeiros atos de Saab no cargo foi pedir a prisão da antecessora, a quem acusou de corrupção. A advogada fugiu para a Colômbia.

O agora ex-procurador-geral da Venezuela, Tarek William Saab, em entrevista coletiva Pedro Mattey - 21.jul.25/AFP

Em entrevista à **Folha** em 16 de janeiro, dias depois da invasão americana que terminou com a captura de Maduro, o procurador-geral disse que "algo do que foi feito em Gaza ocorreu na Venezuela".

"O bombardeio de instalações e edificações civis, com a morte de pessoas que estavam dormindo naquele momento; a desproporção do uso indiscriminado de uma força praticamente atômica contra alvos humanos. Nicolás Maduro ganhou as eleições. Ele havia sido reconhecido pela maioria dos países do planeta", disse.

A saída do procurador-geral acontece dias depois da aprovação de uma lei de anistia que deve tirar da cadeia uma série de presos políticos enviados ao cárcere a pedido de Saab. Segundo a organização de direitos humanos Foro Penal, a Venezuela já liberou 109 pessoas com base na lei, mas há mais de 1.500 pedidos de soltura. Já o regime afirma que quase 2.200 pessoas foram libertadas de prisões ou tiveram outras restrições legais retiradas.

STF condena irmãos Brazão a 76 anos de prisão por mandarem matar Marielle Franco, no Rio

Defesas negam acusação apresentada pela Procuradoria e contestam delação do ex-PM Ronnie Lessa

Italo Nogueira e Isadora Albernaz

RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu por unanimidade nesta quarta-feira (25) condenar o ex-deputado Chiquinho Brazão e seu irmão Domingos Brazão como mandantes da morte da vereadora Marielle Franco (PSOL) e chefes de uma milícia na zona oeste do Rio de Janeiro.

Marielle e seu motorista Anderson Gomes foram mortos numa emboscada no dia 14 de março de 2018, na região central do Rio.

Os ministros também votaram para condenar Rivaldo Barbosa, ex-chefe de Polícia Civil, por obstrução de Justiça e corrupção. Eles consideraram não haver provas de participação do delegado no planejamento do crime contra Marielle, como apontava a acusação, mas viram evidências de atos para atrapalhar a investigação após o homicídio.

Chiquinho e Domingos foram condenados, cada um, a 76 anos e 3 meses de prisão em regime fechado e 200 dias-multa no valor de dois salários mínimos. Rivaldo foi sentenciado a 18 anos de reclusão em regime fechado e 360 dias-multa no valor de um salário mínimo.

Eles também foram condenados a pagar R$ 7 milhões a familiares de Marielle, do motorista Anderson Gomes, morto no atentado, e a Fernanda Chaves, sobrevivente do ataque. O Supremo também determinou a perda dos cargos públicos do acusados. Ainda cabe recurso das defesas contra a decisão à própria turma.

O voto do ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, foi acompanhado na íntegra pelos ministros Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino.

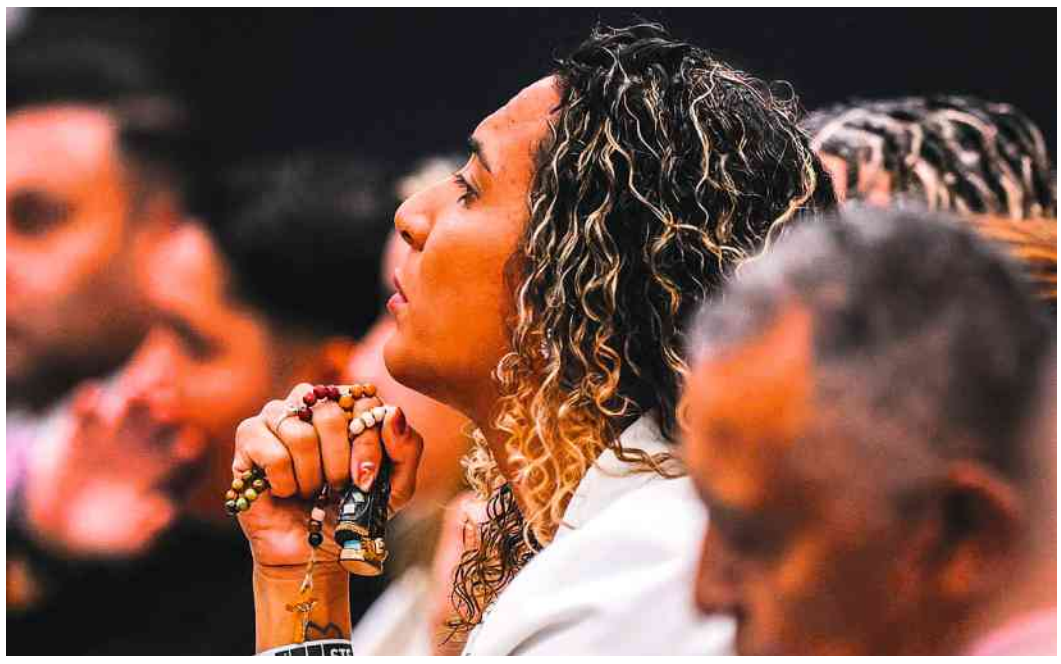
A defesa de Rivaldo Barbosa afirmou que não concorda com a decisão. "A manutenção do nome de Rivaldo nesse imbróglio é justamente para sustentar a condenação dos demais pelos homicídios", disse, em nota, o advogado Marcelo Ferreira.

Os demais advogados não se pronunciaram sobre a decisão.

O julgamento foi acompanhado por familiares e amigos de Marielle, como a ministra Anielle Franco (Igualdade Racial), irmã da vereadora. O presidente do STF, Edson Fachin, também assistiu a parte da sessão na plateia.

Moraes considerou que ficou comprovada a motivação política para o crime, concordando com a tese da PGR de que Domingos e Chiquinho decidiram matar a vereadora para impedir que ela continuasse a prejudicar os interesses da família em práticas de grilagem de terras.

O crime seria o ápice das desavenças entre os Brazão e integrantes do PSOL iniciadas em 2008 na CPI das Milícias, comandada pelo ex-deputado Marcelo Freixo na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro).



Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial e irmã de Marielle, em julgamento no STF Gabriela Biló/Folhapress

"Eles não tinham só contato com a milícia. Eles eram a milícia. Eles participavam da milícia. Um como executor dos atos milicianos, [Robson] Calixto, os outros como a grande influência política, a garantia política da manutenção daqueles territórios dominados pela milícia", disse Moraes.

"Dentro desse contexto e da necessidade de perpetuação das suas atividades ilícitas, tanto para a finalidade econômica, quanto para a finalidade e domínio político dessa organização miliciana, dessa organização criminosa, Domingos Inácio Brazão e João Francisco Inácio Brazão foram os mandantes do duplo homicídio e da tentativa de homicídio contra as vítimas Marielle Francisco da Silva, à época vereadora do município do Rio de Janeiro, Anderson Pedro Matias Gomes, então motorista da vereadora, e Fernanda Gonçalves Chaves, então assessora da vereadora."

Moraes apontou que o crime teve também conotação racista e misógina, em razão de Marielle ser uma mulher negra.

"Se juntou a questão política com a misoginia, com o racismo, com a discriminação. Marielle Franco era uma mulher preta e pobre estava, no popular, peitando os interesses de milicianos. Qual o recado mais forte que poderia ser feito? E na cabeça, misógina, preconceituosa de mandantes e executores: 'Quem iria ligar para isso?' Uma cabeça de 100 anos, 50 anos atrás. 'Vamos eliminá-la e isso não terá grande repercussão'", afirmou o ministro.

Moraes indicou não ter encontrado provas de envolvimento de Rivaldo Barbosa na trama. O delegado, segundo a PGR, foi consultado antes do crime e orientado que o homicídio não fosse cometido em trajeto que tivesse a Câmara Municipal como destino ou origem.

Contudo, o ministro decidiu desclassificar a acusação de homicídio feito pela PGR para analisar crimes de obstrução de Justiça e corrupção. "Não tenho nenhuma dúvida, pela prova dos autos, que Rivaldo, tanto como chefe da Divisão de Homicídios, como chefe da Polícia Civil, recebia propina."

O PM Ronald Pereira foi condenado a 56 anos de prisão por monitorar os passos da vereadora. O PM reformado Robson Calixto, o Peixe, foi condenado a nove anos de reclusão por integrar a milícia comandada pelos Brazão.

Boa parte da acusação é baseada na colaboração premiada de Ronnie Lessa, o ex-PM que confessou ter matado Marielle e Anderson. Ele afirmou que receberia como recompensa a autorização de explorar um área na zona oeste que poderia lhe render até R$ 25 milhões.

As defesas negam as acusações e afirmam que a delação de Ronnie Lessa não foi acompanhada de provas que confirmem os relatos do ex-PM, como manda a lei.

Apontam, por exemplo, que não há evidências independentes dos encontros relatados por Lessa e os irmãos Brazão, assim como não há prova de contato deles com Rivaldo Barbosa.

O ministro Flávio Dino abordou, de forma indireta, as críticas das defesas. Afirmou que diversos pontos da colaboração de Lessa foram confirmados. Declarou também que delações não têm valor absoluto, nem desvalor absoluto. Uma das corroborações, para Dino, foram o que ele considerou como falhas identificadas nos primeiros meses da investigação do homicídio.

"Uma investigação tão falha, tão lenta, tão negligente, só é possível na presença de elementos de muito poder para explicar a quantidade de absurdos que marcam esse caso. Não existe crime perfeito. Existe crime mal investigado. Eu diria que esse crime foi pessimamente investigado. E foi pessimamente investigado no começo de modo doloso", declarou ele.

Os ministros se alinharam à posição da PGR, de que as provas corroboraram o cenário descrito na colaboração de Lessa. A acusação também alegou que a ocultação de provas é uma característica de organizações criminosas como as milícias, principalmente com o envolvimento de policiais experientes, como Rivaldo.

Os acusados afirmaram em depoimento ao STF que Lessa está buscando proteger o ex-vereador Cristiano Girão, que também foi investigado pela Polícia Civil como um dos mandantes. Um dos argumentos é o fato de o ex-PM ter tentado desvincular o ex-vereador de um outro homicídio em que os dois respondiam juntos. Lessa e Girão foram condenados juntos no ano passado por esse crime, contrariando a versão do colaborador.

A trama envolvendo a morte de Marielle Franco, segundo as investigações

Condenado · Acusado, sem sentença · Morto · D Delator

Planejamento

Domingos Brazão
Conselheiro do TCE-RJ
- Decidiram matar a vereadora para impedir que ela continuasse a prejudicar os interesses da família em práticas de grilagem de terras

Chiquinho Brazão
Ex-deputado federal
- O crime seria o ápice das desavenças entre os Brazão e integrantes do PSOL iniciadas em 2008 na CPI das Milícias, comandada pelo ex-deputado Marcelo Freixo

Ronald de Alves Pereira
PM
- Monitorou a vereadora e repassou informações para subsidiar o planejamento do crime

Edmilson Oliveira, o 'Macalé'
PM
- Intermediou o contato entre os irmãos Brazão e Ronnie Lessa

Maxwell S. Corrêa, o 'Suel'
Ex-bombeiro
- Auxiliou em campanas de monitoramento de Marielle e arranjou carro clonado usado na execução do crime

Execução

Ronnie Lessa
Ex-PM
- Responsável pelos disparos contra Marielle e seu motorista Anderson Gomes

Élcio de Queiroz
Ex-PM
- Dirigia o carro na perseguição que culminou na emboscada contra a vereadora

Obstrução

- Ronnie Lessa
- Elaine Lessa
- Bruno Pereira Figueiredo
- José Marcio Mantovano
- Josinaldo Lucas Freitas
- Maxwell Simões Corrêa, o 'Suel'
- Rodrigo Jorge Ferreira, o 'Ferreirinha'
- Camila Nogueira
- Edilson Barbosa dos Santos, o 'Orelha'
- Rivaldo Barbosa
- Giniton Lages
- Marco Antonio de Barros Pinto, o 'Marquinho DH'

Streaming 100% grátis.
Sem truque.

pluto tv

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA.

Assista agora. Não pague nunca.

Entre em contato com nosso time de publicidade: publicidade@uol.com.br

uol

Familiares de Marielle comemoram condenação de mandantes pelo STF

Irmã da vereadora e ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco afirmou que a sentença foi 'recado' e que a violência política de gênero e raça 'precisa ser aniquilada'

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO Familiares de Marielle Franco (PSOL-RJ) comemoraram nesta quarta-feira (25) a condenação no STF (Supremo Tribunal Federal) dos mandantes do crime contra a vereadora assassinada. A sessão na Primeira Turma foi marcada pela comoção de deputados do PSOL e por episódios de mal-estar de parentes da vítima, que se emocionaram durante a leitura dos votos dos ministros.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, afirmou que o resultado do julgamento foi um "recado" à parcela da sociedade que, segundo ela, tratou sua irmã como "descartável" e afirmou que a violência política de gênero e raça que resultou na morte de Marielle "precisa ser aniquilada".

"A estrutura que leva, de fato, a minha irmã a ser assassinada, e as pessoas que ainda têm a mentalidade de diminuir ou minimizar um assassinato como foi o de Marielle, precisa parar", disse ela em entrevista coletiva após o resultado. Emocionada, Anielle também declarou que o "legado de Marielle" e a luta da família não vão parar com a condenação no Supremo.

"A gente vai dar continuidade, sim, querendo ou não. E a honra que eu tenho, sim, de ser irmã de Marielle, não chego onde cheguei apenas por isso, mas, sim, [tenho] a honra de ser irmã de Marielle e a honra de fazer parte de um governo que traz de volta a democracia fortalecida, que, se não fosse por isso, também talvez não tivéssemos chegado aqui", afirmou.

Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Flávio Dino foram unânimes ao decidir condenar o ex-deputado Chiquinho Brazão e seu irmão Domingos Brazão, conselheiro do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Rio de Janeiro), a 76 anos e 3 meses de prisão em fechado.

Da esquerda para a direita, a vereadora do Rio de Janeiro Mônica Benício (viúva de Marielle Franco), Marinete Silva (mãe) e a ministra Anielle Franco (irmã), após o julgamento no STF Pedro Ladeira/Folhapress

Rivaldo Barbosa, ex-chefe de Polícia Civil, foi sentenciado a 18 anos de reclusão em regime fechado e 360 dias-multa no valor de um salário mínimo por obstrução de Justiça e corrupção.

A viúva de Marielle e vereadora do Rio, Mônica Benício (PSOL), disse que o STF quebrou "um punitivismo seletivo" com o julgamento. "Para alguns, a impressão era que jamais ia chegar, enquanto para outros a condenação pela cor, pela pobreza, pelo gênero é sempre o caminho destinado àqueles que achavam que era o da Marielle, que era o descarte", afirmou. "Justiça por Marielle não é um slogan, é uma tarefa de vida, é a luta pela construção de uma sociedade onde Marielles e Andersons possam viver, florescer e jamais serem assassinados", completou.

Além de Anielle e de Mônica, estiveram presentes a mãe e o pai de Marielle, Marinete Silva e Antônio Franciso, a filha da vereadora assassinada, Luyara, e a viúva do motorista Anderson Gomes, Ágatha Arnaus Reis. Ele morreu durante o atentado.

Eles se sentaram na primeira fileira do plenário e, em determinados momentos, conversavam entre si e, por meio de abraços e apertos de mãos, prestavam apoio quando um deles se abalava pelo o que era dito no julgamento. Anielle, Luyara e Ágatha seguraram um terço durante o julgamento.

Do lado dos réus, também esteve na Primeira Turma nos dois dias de julgamento o deputado estadual do Rio Pedro Brazão (União Brasil), irmão de Chiquinho e de Domingos. Ele não deu declarações à imprensa.

Os parentes das vítimas se emocionaram durante a leitura dos votos dos ministros, em especial de Cármen Lúcia. As viúvas de Marielle e de Anderson choraram. Ágatha Reis se emocionou quando a magistrada mencionou seu filho, Arthur, que tinha um ano quando o pai foi assassinado.

Cármen Lúcia falou mais de uma vez diretamente com a mãe de Marielle, além de ter destacado que pesou no crime o fato de a vítima ser uma mulher negra. No momento desta declaração, Anielle assentiu com a cabeça, concordando com a ministra.

"Nós, mulheres, mesmo eu, branca e juíza, somos mais ponto de referência do que sujeito de direitos. Somos muito parecidas com seres humanos, mas não temos a integridade ainda de um reconhecimento pleno. Matar uma de nós é muito mais fácil. E, dona Marinete, não ache que é só sua filha. Estou falando, como minha mãe poderia dizer. É mais fácil me matar do que matar um dos outros três aqui [Zanin, Dino e Moraes]", disse Cármen Lúcia.

Por volta das 10h, quando o relator do caso, Moraes, descrevia a participação dos irmãos Brazão e de Rivaldo Barbosa no crime ao ler seu voto, Marinete precisou ser atendida por socorristas, que aferiram sua pressão e mediram seus batimentos. Ela ficou cerca de 30 minutos fora da sala.

Luyara Franco também deixou o plenário da turma onde ocorria o julgamento após um mal-estar, por cerca de 40 minutos. Chorando, a jovem foi levada de cadeira de rodas para fora da sala.

Já o pai da vereadora assassinada pediu para que os socorristas aferissem sua pressão depois que o ministro Flávio Dino encerrou a sessão. Ele foi atendido em uma sala atrás do plenário e preferiu não se alongar ao dar uma declaração à imprensa. "Tive um pico de pressão, foi a 18/9. Não estou me sentindo bem, então não vou falar", disse. **Isadora Albernaz e Italo Nogueira**

PSOL cobra punição para milicianos

Ao fim do julgamento, o deputado federal Tarcísio Motta (PSOL) anunciou que o partido pediu ao MP-RJ (Ministério Público do Rio de Janeiro) que todos os casos que foram arquivados por Rivaldo Barbosa à frente da Polícia Civil do Rio sejam reabertos e investigados.

"É preciso seguir enfrentando o crime organizado no Rio de Janeiro", afirmou o parlamentar.

Mortos em chacinas policiais dobram em Rio, Salvador, Recife e Belém

Tulio Kruse

SÃO PAULO As regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, de Salvador, de Recife e Belém tiveram aumento em índices de violência policial ao longo do ano de 2025, mostra o relatório anual do Instituto Fogo Cruzado, organização não-governamental que monitora confrontos armados há dez anos.

O levantamento aponta que um total de 346 pessoas foram mortas nas regiões metropolitanas das quatro capitais em casos de "chacinas policiais" —ocorrências em que agentes de segurança do Estado deixaram três ou mais mortos.

É mais que o dobro em relação às 172 mortes nas mesmas condições registradas no ano anterior. O instituto não faz análise da legalidade das ações, que muitas vezes leva anos para ser analisada na Justiça.

A maior parte do aumento na letalidade policial ocorreu por causa das 121 mortes na operação contra o Comando Vermelho nos complexos da Penha e do Alemão, na região norte do Rio, no dia 28 de outubro. Ela superou o Massacre do Carandiru e se tornou a ação policial com maior número de mortos na história do país.

Mesmo sem incluir os mortos na operação do Rio, o ano passado teria um número mais de casos do que 2024.

O Instituto Fogo Cruzado também constatou que, simultaneamente, houve uma ampliação nas disputas armadas por território. Esses confrontos incluem facções criminosas disputando áreas entre si e com milícias. Foram registrados 445 tiroteios motivados por interesses no controle territorial no ano passado, um aumento de 15% em relação a 2024.

Apenas na região metropolitana do Rio foram 275 tiroteios motivados por disputa territorial —um recorde desde 2017, quando a entidade passou a monitorar esses conflitos. Ao longo do ano, 180 pessoas morreram nesses confrontos armados, segundo o instituto.

Em Salvador, foram 520 mortos em ações policiais, 6 a mais em comparação com o ano anterior. Houve uma queda no número de tiroteios registrados na capital baiana, e a proporção de ações policiais nos confrontos armados foi de 44%, a maior no período de três anos em que o Fogo Cruzado monitora a região.

Recife teve aumento nos números absolutos de tiroteios e baleados durante ações policiais. A proporção é de cerca de 6% em relação a todos os tiroteios registrados no ano.

O relatório destaca, porém, que contabilizou 46 tiroteios motivados por disputas entre grupos armados na capital pernambucana e seu entorno, "representando um aumento de 650% em relação a 2024".

Belém teve uma redução no número total de tiroteios e mortos, inclusive em ações policiais. No entanto, o aumento de chacinas policiais registradas aumentou de 4 para 6, um indicativo de piora na gravidade das ocorrências.

33% de confrontos ocorreram durante ações

Aproximadamente 33% de todos os confrontos registrados nas quatro regiões metropolitanas em 2025 ocorreram durante ações policiais, segundo a entidade. No ano anterior, a participação da polícia nos tiroteios registrados havia sido de 29%.

O deputado Guilherme Derrite, relator do PL Antifacção, aprovado no plenário da Câmara dos Deputados Pedro Ladeira/Folhapress

Entenda o que muda com o texto do PL Antifacção aprovado pelo Congresso

Versão final do projeto de lei foi aprovada na terça-feira (24); proposta foi votada por acordo, após relator manter parte das mudanças do Senado

Raquel Lopes, Carolina Linhares e Augusto Tenório

BRASÍLIA O projeto de lei Antifacção, batizado como Marco Legal do Combate ao Crime Organizado, foi aprovado na terça-feira (24) pela Câmara dos Deputados. O relator do texto, o deputado Guilherme Derrite (PP-SP), ex-secretário da Segurança Pública do estado de São Paulo, descartou a maioria das alterações propostas pelo Senado, mas a aprovação ocorreu em acordo com o governo Lula, que foi o autor da proposta.

A versão que vai agora para a sanção presidencial voltou a criar tipos penais autônomos, especificamente o crime de "domínio social estruturado" e o de "favorecimento ao domínio social estruturado".

Apesar da aprovação por acordo, o texto ainda enfrenta algumas resistências por parte da bancada governista. O próprio relator, após a votação, afirmou não ter certeza se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) poderia vetar parte do projeto.

Marco Legal do Combate ao Crime Organizado no Brasil

A organização criminosa ultraviolenta, denominada facção criminosa, passa a ser caracterizada como o agrupamento de três ou mais pessoas que emprega violência, grave ameaça ou coação para impor controle territorial ou social, intimidar populações ou autoridades, ou atacar serviços e infraestrutura essenciais.

Crime de Domínio Social Estruturado, 20 a 40 anos de prisão

Este é um novo tipo que pune a prática de condutas por membros de organização criminosa ultraviolenta, paramilitar ou milícia privada. As condutas abrangidas incluem: usar violência ou grave ameaça para impor controle, domínio ou influência sobre áreas geográficas ou territórios, restringir ou dificultar a livre circulação de pessoas, bens e serviços, entre outros pontos.

Punindo o Ato Isolado, 12 a 30 anos de prisão

Foi criada a figura típica autônoma para aqueles que cometem os atos descritos no crime acima, mas não integram a organização criminosa ultraviolenta, milícia ou grupo paramilitar.

Aumento de Pena

A pena para o Domínio Social Estruturado é aumentada de 1/2 a 2/3 em diversas hipóteses, como quando o agente exerce comando ou liderança, utiliza drones, VANTs, sistemas de vigilância sofisticados, ou tecnologias de criptografia avançada, ou recruta criança ou adolescente. A pena de um líder de organização criminosa pode chegar a 66 anos.

Auxílio-reclusão

O texto proíbe o pagamento de auxílio-reclusão aos dependentes de presos cautelarmente ou cumprindo pena privativa de liberdade em regime fechado ou semiaberto.

Crime de Favorecimento ao Domínio Social Estruturado, 12 a 20 anos de prisão

Pune condutas de apoio, como fundar, aderir, dar abrigo, incitar a prática dos atos, adquirir armas para esses fins, fornecer informações ou alegar falsamente pertencer à organização.

Crimes Hediondos

Os crimes de Domínio Social Estruturado e Favorecimento de Domínio Social Estruturado são classificados como hediondos.

Sem fiança ou indulto

Projeto aprovado define que quem for condenado pelos crimes tipificados não poderá receber anistia, graça, indulto, fiança e livramento condicional.

Progressão de Regime

Prevê-se o aumento do tempo necessário para progressão de regime, podendo chegar a até 85% da pena, se a pessoa for reincidente em crime hediondo ou equiparado com resultado morte.

Isolamento de Lideranças

Lideranças, chefes ou membros do núcleo de comando devem cumprir a pena ou a custódia obrigatoriamente em estabelecimento penal federal.

Novas Qualificadoras

Altera o Código Penal para prever penas mais severas para homicídio, lesão corporal, ameaça, sequestro, furto, roubo e extorsão quando cometidos por integrantes dessas organizações no contexto de atuação do crime organizado. No caso de homicídio, por exemplo, a pena é de 20 a 40 anos.

Monitoramento de parlatório

Os encontros (presenciais ou virtuais) de presos vinculados a essas organizações com visitantes poderão ser monitorados por meio de captação audiovisual e gravação. A comunicação monitorada entre advogado e cliente, autorizada em casos de conluio criminoso, será analisada por um juízo de controle distinto do juízo da instrução penal.

Intervenção Judicial em Pessoas Jurídicas

Permite o afastamento dos sócios e a intervenção judicial na administração de empresas que sejam beneficiadas pelas organizações, visando a interromper a atividade criminosa e garantir a destinação lícita dos bens.

Perdimento Extraordinário Cautelar

O juiz pode decretar o perdimento automático de bens (perdimento extraordinário) na fase de inquérito, independentemente de condenação penal, se a origem ilícita for clara e houver risco de dissipação do patrimônio.

Destinação dos Ativos

Os recursos provenientes do perdimento são destinados ao Fundo de Segurança Pública do respectivo Estado ou do Distrito Federal (quando a investigação for local) ou ao Fundo Nacional de Segurança Pública (quando houver participação da Polícia Federal). O valor é dividido quando houver um trabalho conjunto das forças.

Banco Nacional de Dados

Criação do Banco Nacional de Dados de Organizações Criminosas, Paramilitares ou Milícias Privadas, e a obrigatoriedade de criação de bancos estaduais interoperáveis para registrar e manter base de dados unificada de integrantes, colaboradores e financiadores.

Audiência de Custódia por Videoconferência

O Código de Processo Penal é alterado para prever que a audiência de custódia será realizada, em regra, por videoconferência. A audiência só será presencial em situações excepcionais de força maior, mediante decisão justificada, sendo vedada se for demasiadamente custosa ou perigosa.

Julgamento Colegiado

Os homicídios (dolosos) ou sua tentativa cometidos por membros de organizações criminosas ultraviolentas, quando enquadrados em situações do Crime de Domínio Social Estruturado, serão julgados por Varas Criminais Colegiadas, formadas por juízes.

Participação do Ministério Público em Forças-Tarefa

Previsão expressa de que, nas forças-tarefa para investigação de facções, o Ministério Público participará, no que couber, inclusive por meio dos Procedimentos Investigatórios Criminais (PICs), como aqueles conduzidos pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado).

Câmara exclui dispositivo para taxação de bets

Apesar de constar no relatório final de Derrite, a criação da chamada Cide-Bet foi retirada pela Câmara. O dispositivo definia uma taxa de 15% sobre transferências de pessoas físicas às plataformas de apostas esportivas on-line, que seriam destinadas ao FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública).

O relator do texto no Senado, Alessandro Vieira (MDB-SE), estimou que o dispositivo poderia gerar até R$ 30 bilhões ao ano. O trecho será convertido em um projeto próprio.

O texto aprovado define que recursos provenientes de investigações conduzidas pela Polícia Civil estadual serão destinados ao Fundo Estadual de Segurança Pública, enquanto investigações da PF irão para o FNSP. Em caso de investigações conjuntas, a divisão dos recursos será igualitária entre os envolvidos.

Do penduricalho ao guizo das vacas

Artimanhas fura-teto constitucional ferem o Tesouro e o republicanismo

Sérgio Rodrigues
Escritor e jornalista, autor de "A Vida Futura" e "Viva a Língua Brasileira"

Penduricalho é balangandã, coisa pendurada para adorno, enfeite. É também, na acepção que está no noticiário, o nome genérico das artimanhas pelas quais, há anos, certos grupos de servidores públicos da elite do funcionalismo burlam a Constituição e se servem do Tesouro à luz do dia.

As pessoas se enfeitam com berloques e pingentes desde tempos imemoriais, mas a palavra penduricalho é do século 18, formada por um processo chamado dissimilação progressiva —com influência de "pendurar"— a partir de pendericalho.

Pendericalho é um vocábulo 300 anos mais velho, mas etimologicamente está tudo em casa. Ele também é da família do latim "pendere", isto é, estar suspenso.

A relação entre o penduricalho-enfeite e o penduricalho que garante pagamento acima —podendo chegar a muito acima— do teto constitucional é evidente: este se baseia em ir pendurando mesmo, no salário de determinados servidores do Judiciário, do Ministério Público e da advocacia pública, "auxílios" e "indenizações" variadas.

Muitos desses penduricalhos foram normalizados, embora sejam aberrações lógicas, administrativas e morais, além de ferirem a Constituição de 1988, a mais democrática da nossa história.

O caso da licenciosidade do Judiciário com a "licença compensatória" —que pode chegar a um dia de folga para cada três trabalhados, folga que depois é vendida e vira bônus salarial— é só um exemplo.

Ano passado, um juiz brasileiro ganhou em média mais de R$ 80 mil líquidos mensais. O teto constitucional é de R$ 46 mil —brutos. Teve magistrado em penca ganhando bem acima de R$ 100 mil líquidos por mês.

Outra semelhança entre o penduricalho original e o penduricalho malandro é que os dois, tendo natureza ostentatória, fazem barulho e chamam a atenção, como o penduricalho-guizo das vacas.

Por algum motivo, o barulho não agrada muito à maioria que rala para arrancar da vida real uma pequena fração dessas cifras no fim do mês —e cujos impostos, ora veja, financiam todo o furdunço. Não há, em nenhum compêndio sobre repúblicas e republicanismo, uma só linha que justifique a autoconcessão de tais benesses por funcionários públicos que se comportam como casta superior: encarregados pela sociedade de fazer cumprir a lei, se declaram acima dela.

A turma do direito vinha assim, toda desenvolta, quando o Legislativo olhou aquilo e pensou que queria também. Foi nesse ponto da festa que Flávio Dino achou por bem mandar desligar a música

A turma do direito vinha assim, toda desenvolta, quando o Legislativo olhou aquilo e pensou que queria também. Foi nesse ponto da festa que o ministro Flávio Dino achou por bem mandar desligar a música.

Sou obrigado a escrever antes da decisão final do Supremo sobre as liminares de Dino e Gilmar Mendes que suspenderam os penduricalhos. De todo modo, dado o poder das corporações incrustadas no Estado, com acesso direto a legisladores, o jogo vai além de sentenças judiciais.

A aposta otimista é que o caso sirva ao menos de freada na volúpia com que certas categorias profissionais vêm avançando sobre a riqueza da nação.

A moderação de seu apetite já seria um passo dado pela sociedade no sentido de uma cultura de serviço público realmente a serviço do público.

DOM. Antonio Prata **SEG.** Becky S. Korich / Giovana Madalosso
TER. Vera Iaconelli **QUA.** Ilona Szabó de Carvalho / Jairo Marques
QUI. Sérgio Rodrigues **SEX.** Tati Bernardi
SÁB. Oscar Vilhena Vieira / Luís Francisco Carvalho Filho

Prédio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais Mirna de Moura/TJMG

Desembargador revoga absolvição, e acusado de estuprar menina é preso

Decisão anterior beneficiava réu sob argumento de 'formação de família' com a vítima de 12 anos; especialistas apontam falha processual

Bruno Lucca

SÃO PAULO O desembargador Magid Nauef Láuar, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, acatou recurso do Ministério Público e reverteu a absolvição de um homem acusado de estuprar uma menina de 12 anos.

Em decisão monocrática tomada nesta quarta-feira (25), o magistrado suspendeu o acórdão anterior, de sua relatoria, que havia absolvido o réu de condenação em primeira instância. Horas depois, a prisão foi efetuada.

O despacho também atinge a pena aplicada à mãe da criança. Ela havia sido inocentada, por omissão, e também foi presa.

No documento, Láuar cita ser prudente, para o bem do processo, conceder o pedido da Promotoria até reavaliação da corte. Ele justifica sua decisão pela repercussão do julgamento. "Se temos um desejo sincero de descobrir como é o mundo, devemos estar preparados para corrigir erros", escreveu.

O magistrado indica arrependimento. "Infelizmente, foi necessário um caso de minha relatoria para expor um recorrente entendimento adotado pelo Poder Judiciário: desconsiderar a realidade social e os avanços teóricos sobre perspectiva de gênero", afirmou.

O recurso será levado ao plenário da 9ª Câmara Criminal na próxima quarta-feira (4). Nele, Walner Barbosa Milward de Azevedo havia acompanhado o relator na decisão que absolveu o réu. A desembargadora Kárin Emmerich, que completa a turma, divergiu.

Para especialistas ouvidos pela **Folha**, porém, todas as decisões de Láuar estão sob risco. Ele teria atuado irregularmente ao anular de forma monocrática uma deliberação coletiva.

"Uma vez que a decisão absolvendo os acusados havia sido proferida de forma colegiada, a análise de eventual recurso também deveria ser feita pelos desembargadores", diz Marcelo Egreja Papa, coordenador da comissão de direitos e prerrogativas da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo).

Segundo o advogado criminalista Renato Hachul, a nova ordem é passível de nulidade pelo descumprimento do rito processual. Ele ressalta outro problema: antes de qualquer despacho, a defesa deveria ter sido ouvida.

Outro porém, segundo os advogados, seria o próprio recurso apresentado pela Promotoria. Processualmente, o tipo de apelação apresentada, chamado embargos de declaração, serviria para sanar omissões, obscuridade ou contradição na sentença. Essas lacunas técnicas não seriam o motivo das críticas à primeira decisão, na avaliação Thiago Bottino, professor de direito penal da FGV (Fundação Getulio Vargas).

O Ministério Público afirmou que apresentará novos embargos de declaração para garantir que a condenação de um homem e de uma mulher por estupro de vulnerável seja confirmada por decisão colegiada. O procurador de Justiça André Ubaldino, da Procuradoria de Justiça de Atuação nos Tribunais Superiores, explicou que, embora a decisão que restaura a condenação esteja correta em seus fundamentos, ela não seguiu o devido processo recursal.

"A defesa deveria ter sido ouvida a respeito e, depois, tomada a decisão colegiadamente. Muito embora o desembargador relator integre a turma recursal, ele não é a própria turma", diz.

O desembargador Magid Nauef Láuar é investigado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e pelo tribunal ao qual serve. Em nota, a corte mineira afirma que a decisão do magistrado, ocorrida no âmbito judicial, não afeta as apurações que estão sendo realizadas na esfera administrativa para identificar se foi cometida alguma falta funcional.

Senado aprova projeto que acaba com relativização em casos de estupro de vulnerável

BRASÍLIA O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (25) alteração no Código Penal para determinar que, nos casos de estupro de vulnerável, as penas deverão ser aplicadas aos autores do crime independentemente da experiência sexual da vítima ou da ocorrência de gravidez resultante do estupro.

O projeto de lei foi aprovado em votação simbólica, quando os parlamentares não fazem declaração individual de votos. Como ele já tinha sido aprovado na Câmara, agora segue para sanção presidencial.

O texto estava no Senado desde dezembro de 2024 e foi apreciado após a repercussão do caso do homem absolvido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais da acusação de ter estuprado uma menina de 12 anos. Na época do caso, ele tinha 35 anos.

O crime de estupro é definido em lei como a prática de conjunção carnal ou de ato libidinoso mediante violência ou grave ameaça. Ele é classificado como de vulnerável quando a vítima é menor de 14 anos ou quando, por enfermidade, deficiência intelectual ou qualquer outra condição, não possui capacidade de consentir ou oferecer resistência.

Atualmente, a legislação prevê a penalidade independentemente do consentimento da vítima ou do fato de ela ter mantido relações sexuais anteriormente ao crime.

Autora do projeto, a deputada federal Laura Carneiro (PSD-RJ) mencionou na justificativa uma outra decisão, desta vez do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que teria relativizado a vulnerabilidade da vítima de estupro ao absolver homem de 20 anos que manteve relacionamento com menina de 12 anos, do qual resultou gravidez.

Com Agência Senado

Desabamento após forte chuva no bairro Paineiras, em Juiz de Fora (MG) Eduardo Anizelli/Folhapress

Juiz de Fora é 4ª cidade em alertas, mas moradores não sabem procedimentos

Prefeitura e governo do estado não responderam a perguntas sobre protocolos em emergências e instalações de sirenes

Yuri Eiras, Artur Búrigo e Claudinei Queiroz

RIO DE JANEIRO, BELO HORIZONTE E SÃO PAULO Moradores de Juiz de Fora (MG) afirmam nunca ter recebido um treinamento sobre como reagir em situações de emergência. Isso apesar de o município ser uma das cidades brasileiras que mais recebem alertas da Defesa Civil e que mais tem pessoas vivendo em áreas de risco.

Dados reunidos pelo Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) apontam que os juiz-foranos receberam 24 alertas da Defesa Civil em 2025, ano em que houve 13 ocorrências relacionadas às chuvas. Está atrás apenas de Petrópolis (RJ), com 30, São Paulo, com 49, e Manaus, com 65.

Neste ano, são 11 alertas e 35 ocorrências registradas até a noite desta quarta. O principal município da zona da mata é o nono no país em que mais pessoas moram em áreas de risco, com 128 mil nessa situação, segundo o Cemaden.

Mesmo assim, os moradores que conversaram com a **Folha** relatam que na noite de segunda (23), quando a chuva aumentou e a Defesa Civil emitiu um alerta nos celulares, eles não sabiam o que fazer diante da situação.

"Nunca tivemos treinamento e não há alerta de sirene. Recebemos o alerta pelo celular, foi um alerta geral, mas a gente não imaginou que aquela área pudesse ser afetada", diz Juliana Cristina de Souza, 42, dona de casa, moradora do bairro Esplanada.

Ela conseguiu sair de casa com a filha, a mãe e três netos na manhã de terça-feira (24).

O relato sobre a falta de orientação em momentos de emergência é reforçado por Tatiane do Carmo, 41, diretora da escola municipal Professor Paulo Sérgio, que serve de abrigo para desalojados. "Nunca recebemos nenhum tipo de treinamento e não imaginávamos que haveria necessidade. Tudo o que estamos vivendo é muito novo".

Questionada por email se o município possui protocolos de orientação a moradores para situações de emergência, a gestão da prefeita Margarida Salomão (PT) não respondeu.

A assessoria do governador Romeu Zema (Novo) também foi procurada por email na tarde desta quarta para comentar a falta de sistemas de sirenes no município e se há plano para serem instaladas após a tragédia, mas a reportagem não obteve resposta.

O Plano de Contingência da Defesa Civil do município não especifica quais ações os moradores devem realizar em situações de emergência. Todos os detalhes listados no documento são destinados aos órgãos municipais e entidades participantes do plano, sempre centrados no que fazer após os eventos climáticos — ou seja, não há detalhes sobre o que fazer para escapar da chuva.

A única menção à população é quando a entidade se refere aos sistemas de alertas de desastres e emergências, que são feitos via SMS, TV por assinatura, Google Alertas, WhatsApp, Telegram e Cellbroadcasting.

> **Nunca tivemos treinamento e não há alerta de sirene. Recebemos o alerta pelo celular, foi um alerta geral, mas a gente não imaginou que aquela área pudesse ser afetada**
>
> **Juliana de Souza**
> moradora do bairro Esplanada

> **Cidades que estão olhando para isso [mudanças climáticas] e estão repensando a sua estrutura urbana são as que vão estar mais preparadas a reduzir casualidades, óbitos e perdas de infraestrutura no futuro**
>
> **Jean Ometto**
> pesquisador sênior do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

Para o pesquisador Jean Ometto, cidades que estão em áreas de risco precisam ter protocolos, mas também realizar um trabalho de longo prazo para se adaptar a eventos provocados pelas mudanças climáticas. "Cidades que estão olhando para isso e estão repensando a sua estrutura urbana são as que vão estar mais preparadas a reduzir casualidades, óbitos e perdas de infraestrutura no futuro", diz o pesquisador sênior do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

A necessidade de uma adaptação estrutural é reforçada pelo geólogo Geraldo César Rocha, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Ele afirma que os deslizamentos que aconteceram no município poderiam ter sido evitados se intervenções de engenharia, como as voltadas para drenagem de água, fossem feitas em áreas de morro.

Ele usa como exemplo o morro do Cristo, um dos cartões-postais da cidade, onde ocorreu um deslizamento que atingiu o bairro Paineiras, que fica na base do morro.

"É um paredão rochoso e com o tempo os blocos vão se soltando, é um processo natural. Não é que é uma coisa divina que vai castigar, mas os blocos vão se soltando. Aí, com a chuva, o relevo acentuado, a remoção de vegetação e ocupação urbana irregular, não tem jeito", afirma o professor.

Em conversa com o presidente em exercício, Geraldo Alckmin (PSB), a prefeita Margarida Salomão afirmou que "não há estrutura que aguente" a uma chuva de 186 milímetros em quatro horas, como a registrada no município.

Para o professor da UFJF, porém, se trata de uma tragédia anunciada. Ele aponta que a infiltração de água no morro do Cristo é visível e que uma obra estrutural, de mais de 50 anos, conseguiu evitar que o desastre fosse pior. "Essa intervenção de engenharia está no meio de duas fraturas [espaços entre rochas] e, apesar da antiguidade, segurou [o deslizamento]", afirma o geólogo.

Morador enterra familiar e volta a buscar irmã soterrada em MG

Victor Hallack

JUIZ DE FORA (MG) Morador do Parque Jardim Burnier, onde mais de uma dezena de casas foram destruídas devido a um deslizamento de terra provocado pelas chuvas em Juiz de Fora (MG), Clayton Garcia esteve rapidamente nesta quarta-feira (25) no cemitério da cidade mineira para o enterro de um familiar morto e voltou para o bairro, em busca da irmã, soterrada desde segunda-feira (23).

"Minha vida está um caos. Vim no enterro, enterramos um aqui e já estou voltando para buscar mais gente. Está todo mundo desorientado, ninguém sabe o que fazer", afirmou.

Como ele, outros moradores do Burnier estiveram na manhã desta quarta no cemitério municipal Nossa Senhora Aparecida, onde 24 corpos de vítimas do deslizamento foram enterrados.

Entre as vítimas estão crianças, como Bernardo Lopes Dutra, 11, e Melissa Garcia, 12.

Os familiares, demonstrando muito cansaço, continuam ajudando nos resgates em busca de sobreviventes.

O Parque Burnier, onde Garcia e seus familiares moravam, é o local com maior número de vítimas dos soterramentos e deslizamentos.

Técnico de futebol no CFZ - Centro de Futebol Zico, Alison Erculano perdeu um de seus alunos, Bernardo, com o qual disse ter uma grande amizade.

"Mudei a posição em que ele jogava, de ponta, e o coloquei de centroavante. Foi artilheiro, fez quatro gols em uma final de futsal e gol em final de futebol de campo. Tomatinho era o apelido dele. Era um jogador que não pipocava, gostava de jogo grande. Garoto com muito carisma, muito humilde, pelo qual todo mundo tinha um carinho muito grande", disse.

Também enterrada nesta quarta, Neusa de Paula Santos, 69, morreu após deslizamento de terra no bairro de Lourdes, e morreu rezando, segundo seu marido, Marcos Maurício dos Santos, 69.

"Me sinto triste pela perda, mas feliz por ter vivido tanto tempo com ela, nós tínhamos quase 40 anos de casados. Foi uma situação repentina, de uma hora pra outra. Mas o apoio dos amigos e dos amigos do meu filho tem me ajudado muito", disse.

Flaviano Costa Luz, que mora há 43 anos no bairro, afirmou que os problemas com deslizamentos começaram recentemente, após a construção de uma rua que não existia no local.

"Nessa tragédia, perdi amigos, familiares e vizinhos", disse Luz.

cotidiano

Famílias deixam documentos para trás e se abrigam em escolas em MG

Juiz de Fora calcula mais de 3.500 pessoas desabrigadas ou desalojadas; escola foi esvaziada por risco de novos deslizamentos

Bombeiros e voluntários trabalham na busca por desaparecidos que estão soterrados após forte chuva no bairro Paineiras, em Juiz de Fora (MG) Eduardo Anizelli/Folhapress

JUIZ DE FORA (MG) A dona de casa Juliana Cristina de Souza, 42, e a vendedora Kevellin Cristina de Souza, 24, mãe e filha, se abrigaram na escola municipal Professor Paulo Rogério, no bairro Monte Castelo. Junto, elas levaram outras seis pessoas da família, incluindo três crianças.

A família morava no bairro Esplanada, onde casas desmoronaram e deixaram mortos e soterrados ainda não encontrados.

"Ficamos até o último instante para decidir se saíamos ou não."

Os três cães de estimação da família ficaram para trás. Sem poder levá-los para o abrigo, Juliana e Kevellin usam as redes sociais para tentar doar os animais.

Elas esperam a autorização da Defesa Civil para resgatar documentos pessoais e os animais, mas não esperam que isso aconteça nos próximos dias.

"Lá morreu uma família inteira e a Defesa Civil disse que provavelmente não vamos poder voltar. Graças a Deus a gente não perdeu nada, e tomara que não perca, mas as casas estão condenadas", afirma Juliana.

Kevellin morava com três filhos, todos crianças, em um imóvel em cima da residência da mãe. Ela afirma que as casas não eram coladas à encosta, mas que se sentia insegura. "A gente já tinha esse desejo de sair, por medo. Há rachaduras na casa e ela está crescendo. A chuva foi um gatilho."

A Prefeitura de Juiz de Fora calcula mais de 3.500 pessoas desabrigadas (que precisam de abrigos públicos) ou desalojadas (retiradas temporariamente de casa e instaladas em casas de amigos ou parentes, por exemplo). O número de mortos já chega a 47, sendo 41 em Juiz de Fora e 6 em Ubá.

O abrigo improvisado a partir de segunda (23) é gerido por Tatiane do Carmo, 41, diretora da escola. As famílias passam por um cadastro e possuem identificação, com um nome escrito em etiqueta colada à roupa. A diretora criou regras, como a separação por gêneros: quatro salas de aula foram transformadas em dormitórios. Duas são ocupadas por mulheres e crianças, e outras duas por homens.

Tatiane também calculou um limite de 50 pessoas. Durante a conversa com a reportagem, havia 47. Uma gestante com outras duas crianças foi aceita.

> **Tudo é pensado na hora, não tivemos treinamento para o que estamos vivendo agora**
>
> **Tatiane do Carmo**
> diretora da escola municipal Professor Paulo Rogério, que serve de abrigo em Juiz de Fora

3.500

é o número estimado pela Prefeitura de Juiz de Fora de pessoas desabrigadas ou desalojadas pelas chuvas

Outra escola do bairro será aberta a partir desta quarta para receber desabrigados. A notícia de que haverá falta de água e luz no bairro Esplanada deve acelerar a transferência de famílias.

"Tudo é pensado na hora, não tivemos treinamento para o que estamos vivendo agora", diz Tatiane.

A distribuição das famílias em abrigos é um retrato da disparidade social na cidade. O abrigo da escola municipal Professor Nilo Camilo Ayupe, no bairro das Paineiras, está vazio desde segunda-feira e virou, na prática, um ponto de entrega de doações. O bairro é considerado de classe média e as pessoas que não puderam voltar para casa se realocaram na casa de familiares e amigos.

Escolas são a maioria dos pontos de abrigo na cidade. Nesta terça, uma escola que servia de abrigo no bairro Três Moinhos precisou ser esvaziada. A escola fica próximo a uma encosta e, segundo moradores, há risco alto de deslizamento de terra.

Yuri Eiras

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1004299-11.2022.8.26.0526**. Classe: Assunto: Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária. Requerente: **Banco Bradesco S/A.** Requerido: **Cleberson Rodrigo Leite de Goes**. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1004299-11.2022.8.26.0526**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da **3ª Vara, do Foro de Salto, Estado de São Paulo**, Dr(a). André Rodrigues Menk, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **CLEBERSON RODRIGO LEITE DE GOES**, Brasileiro, Divorciado, Proprietário, RG 472326442, CPF 38973737856, com endereço à Rua Jose Gerth, 231, Jardim Aeroporto I, CEP 13304-683, Itu - SP, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão, convertida em ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de **Banco Bradesco S/A**, objetivando a quantia de R$ 89.433,43 (setembro de 2024), representada pela Cédula de Crédito Bancário – Financiamento Para Aquisição de Bens e/ou Serviços – CDC - PF, garantido por Alienação Fiduciária, celebrado em 15/07/2019, na conta 1614-4-76903-7, gerando a carteira/contrato n° 621/4745910. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. Caso não seja efetuado o pagamento do valor executado serão penhorados tantos bens do executado quantos bastem ao pagamento do valor executado, atualizado, acrescido de juros, custas e honorários advocatícios; bem como converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 652,12. Os prazos supracitados fluirão após o decurso do prazo do presente edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de **Salto**, aos 10 de fevereiro de 2026.

PREFEITURA DE CAPELA DO ALTO/SP

DIVISÃO DE LICITAÇÕES - EDITAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 177/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA n° 001/2026

OBJETO: Licitação, cujo critério de julgamento será de TÉCNICA e PREÇO, para Seleção de empresário do segmento industrial, comercial ou de serviços, para instalação e funcionamento no Município pela alienação por venda de 1 (um) imóvel.
DATA DA REALIZAÇÃO: 29/04/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09h30min
O Edital completo no site: www.capeladoalto.sp.gov.br e maiores informações na Divisão de Licitações sito à Praça São Francisco nº 26 - centro - Capela do Alto/SP - tel. 15 3267-8812 ou pelo e-mail contratacao.capela@capeladoalto.sp.gov.br

Capela do Alto, 25 de fevereiro de 2026
Henrique Daniel Leme - Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 180/2025
CONCORRÊNCIA PÚBLICA n° 002/2026

OBJETO: Licitação, cujo critério de julgamento será de TÉCNICA para Seleção de empresários dos segmentos industrial, comercial ou de serviços, para instalação e funcionamento no Município pela alienação por doação de 4 imóveis.
DATA DA REALIZAÇÃO: 04/05/2026
HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 09h30min
O Edital completo no site: www.capeladoalto.sp.gov.br e maiores informações na Divisão de Licitações sito à Praça São Francisco nº 26 - centro - Capela do Alto/SP - tel. 15 3267-8812 ou pelo e-mail contratacao.capela@capeladoalto.sp.gov.br

Capela do Alto, 25 de fevereiro de 2026
Henrique Daniel Leme - Prefeito Municipal.

PREFEITURA DE SÃO PAULO — SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna públicas as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/.

PROCESSO: **6018.2025/0115179-0** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90195/2026-SMS.G**
Tipo: menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de dreno sucção 3,2 e dreno torácico NR 36.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **10h do dia 10 de março de 2026,** a cargo da **7ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2025/0126294-0** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90196/2026-SMS.G**
Tipo: menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de fluoresceína sódica 200 mg/ml solução injetável frasco-ampola 5 ml**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h, do dia 10 de março de 2026**, a cargo da **13ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018. 2026/0017617-0 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90193/2026-SMS.G**
Tipo: menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de material opme: expansor tecidual com entrega em consignação, necessários para o atendimento de cirurgias na especialidade de cirurgia plástica reparadora, a serem utilizados nas unidades hospitalares pertencentes à Secretaria Municipal da Saúde de SP, para o período de 12 (doze) meses**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h, do dia 10 de março de 2026**, a cargo da **6ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2026/0002178-9** - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90192/2026-SMS.G**
Tipo: menor preço - Objeto: **registro de preços para o fornecimento de periciazina 40 mg/ml (4%) solução oral gotas frasco 20 ml**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h do dia 10 de março de 2026**, a cargo da **10ª CPL/SMS.**

PROCESSO: **6018.2026/0017153-5 -** PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90197/2026-SMS.G**
Tipo: menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE TIRA DE AÇO, VERNIZ DE FLUORETO E GESSO PEDRA II**. A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h do dia 12 de março de 2026,** a cargo da **9ª CPL/SMS.**

classificados

ligue **11 3224-4000** whatsapp **11 9 9646-9069**

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse **folha.com/classificados** **classificados@grupofolha.com.br**

EMPREGOS

PARA ANUNCIAR NOS **CLASSIFICADOS FOLHA** LIGUE AGORA **11/3224-4000**

EMPREGADOS PROCURADOS

P

PCD - ÀREAS DIVERSAS
M/F DEMOP PARTICIPAÇÕES contrata pessoas com deficiências para áreas diversas. enviar currículo para recrutamento@ escritoriovotuporanga.com.br

Vaga afirmativa exclusiva para Pessoas com Deficiência
Auxiliar de Escritório
Escolaridade: Ensino médio completo
Experiência necessária:
Com rotinas administrativas e pacote Office
Horário de trabalho: 2ª a 6º das 8h30 às 17h30
Local de trabalho: Região da Avenida Paulista
Salário: R$ 2.048,30 + Benefícios
Contrato de trabalho: CLT
Interessados enviar CV para e-mail:
aparecida@jobcenter.com.br

ASSINE A FOLHA
folha.com/assine

NEGÓCIOS

COMUNICADOS

COMUNICADO
A WOP CENTRO OESTE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA, solicita o comparecimento da senhora SARA GABRIELA MOREIRA SANTANA BARBOSA portador da CTPS nº 1410856, série 6661 ao estabelecimento de seu empregador, sito à Belo Horizonte/MG Rua Araguari, 511 Barro Preto - MG, no prazo de 48 horas , para tratar de assuntos de seu interesse.

COMUNICADO
A WOP CENTRO OESTE TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA, solicita o comparecimento dos senhores: JANICE DOS SANTOS ALEIXO portador da CTPS nº 3460873, série 6809; WESLEI PEREIRA BAHIAO portador da CTPS nº3976440, série 4855 ao estabelecimento de seu empregador, sito à Rua Major João Nunes, 78 - Parada Inglesa São Paulo/ SP, no prazo de 48 horas , p/ tratar de assuntos de seu interesse.

PARA ANUNCIAR NOS CLASSIFICADOS FOLHA
LIGUE AGORA
11/3224-4000

COMUNICADO
A WORK ON PEOPLE SERVIÇOS LTDA CNPJ: 11.828.071/0001-01 Solicita o comparecimento da Sra. MARIA JOCIELE DA SILVA FERREIRA portador da CTPS Nº 04566732, série 04873 ao estabelecimento de seu empregador, situado à Rua MAJOR JOAO NUNES, 78 PARADA INGLESA - SÃO PAULO - SP no prazo de 48 horas para tratar de assuntos de seu interesse.

COMUNICADO
DANIELA DOS SANTOS ARAUJO inscrita no CPF de nº 391.424.....-08, favor comparecer com urgência ao Departamento de Recursos Humanos da empresa em horário comercial, fica localizada na Rua. Afonso Braz,431 , de segunda-feira a sexta-feira, das 07 h00 às 14h00, até o dia 05/03/ 2026, em razão das ausências injustificadas, desde 26/11/2025, sob pena de sofrer os efeitos do artigo 482 da CLT.

COMUNICADO
Solicitamos que o senhor LUIZ CARLOS BALTAZAR CTPS 67954 série 281 retorne ao trabalho ou informe eventual motivo de impedimento. Viação Campo Belo Ltda.

LEILÕES

LEILÃO 26/02 ÀS 20:18HS
Online: Sérgio Altit, Leiloeiro JUCESP 440. 162 LOTES 110 Quadros e 52 objetos. (11)3721-9676

LEILÃO DE ARTE - TERRITÓRIOS DO OLHAR
2, 3 e 4 de março de 2026 às 20 h. Somente online e via telefone. James Lisboa Leiloeiro Oficial JUCESP nº 336.
As relações pormenorizadas dos lotes estão disponíveis p/ acesso no site www.leilaodearte.com .

CRISTINA NEGREIROS LEILÕES
4º LEILÃO DE OPORTUNIDADES PEDRAS NATURAIS, MOBILIÁRIO RÚSTICO E ITENS DIVERSOS
A Leiloeira Oficial Cristina Cruz de Negreiros - JUCESP Nº 1224 torna público, realizará um Leilão nos dias 09 e 10 de março de 2026 às 20h, por Cristina Negreiros Leilões e Outros. Exposição somente On-Line até o dia 08/03.
Site: www.cristinanegreirosleiloes.com.br

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 24 de abril de 2026, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 27 de abril de 2026, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Santander FRAZÃO Leilões

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Herval, nº 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP: 03062-000, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **LEILÃO PÚBLICO** de modo **PRESENCIAL E ONLINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 070218230010629, firmado em 24/12/2015, com o(s) **Fiduciante(s) SANDRA REGINA CARDOSO**, inscrita no CPF nº 065.633.638-22, no dia 24/04/2026 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.026.958,00** (um milhão vinte e seis mil novecentos e cinquenta e oito reais), os imóveis matriculados sob os nºs **65.427 e 65.457 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Marília/SP,** constituídos por: "1) **Apartamento nº 801**, tipo 1, localizado no 8º pavimento, da Torre Topázio, do "Condomínio Pátio Esmeralda", na cidade de Marília, na Avenida Jesus Montolar Pelisel, Prolongamento nº 880, anexo ao Bairro Fragata "C", com 86,75m² de área privativa de construção, 28,27m² de área comum, 115,02m² de área total, correspondendo a unidade uma fração ideal de 0,490864% no terreno, descrito e caracterizado na matrícula nº 55.382, deste Serviço Registral. 2) **Vaga dupla de garagem nº 73/89**, da Torre Topázio, localizada no 1º subsolo, do "Condomínio Pátio Esmeralda", na cidade de Marília/SP, na Avenida Jesus Montolar Pelisel – Prolongamento nº 880, anexo ao Bairro Fragata "C", com 25,00m² de área privada, 8,14m² de área comum, 33,14m² de área total correspondendo a unidade uma fração ideal de 0,141459% no terreno, descrito e caracterizado na matrícula nº 55.382, deste Serviço Registral.". **Cadastro Municipal:** 30783900 (Apto) 30786900 (Vaga). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.02 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel Ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 27/04/2026, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 290.000,00** (duzentos e noventa mil reais), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site do Leiloeiro(a)**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.26388_ML_3545-01).

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 11 de março de 2026, às 15h00min *.
2º LEILÃO: 13 de março de 2026, às 15h00min *. (*horário de Brasília)

Santander FRAZÃO Leilões

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Herval, nº 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP: 03062-000, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **LEILÃO PÚBLICO** de modo **PRESENCIAL E ONLINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário nº 0010378849, firmada em 15/06/2023, com o **Emitente ALANS BRUNO JATOBA,** inscrito no CPF nº 339.080.558-30, e sua esposa a **Garantidora AMANDA ROBERTA MISTURINI JATOBA,** inscrita no CPF nº 295.561.078-00**,** ambos já devidamente qualificados, no dia 11/03/2026 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 284.027,34** (duzentos e oitenta e quatro mil vinte e sete reais e trinta e quatro centavos), o imóvel matriculado sob nº **11.983 do Oficial de Registro de Imóveis de Junqueirópolis/SP,** constituído por "Um prédio com destinação residencial em alvenaria, com a frente voltada para a Rua Recife, nº 250, com 58,45m² de área construída (Av.02) e seu respectivo terreno urbano sob nº 09 da quadra nº 163, da planta do loteamento da cidade e comarca de Junqueirópolis/SP, medindo 12,00m de frente para a Rua Recife, 45,00m do lado direito, confrontando-se com os lotes nº 11 (matricula nº 11.985, da respectiva serventia), nº 12 (matricula nº 11.986, da respectiva serventia), e nº 13 (matricula nº 11.987, da respectiva serventia); 45,00m do lado esquerdo confrontando-se com o lote nº 07 (matricula nº 11.981, da respectiva serventia); e 12,00m aos fundos, confrontando-se com o lote nº 10 (matricula nº 11.984, da respectiva serventia), perfazendo uma área territorial de 540,00m². Distando 33,00m da esquina da Rua Ipiranga.". **Cadastro Municipal:** 001215609. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.03 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel Ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 13/03/2026, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 165.331,35** (cento e sessenta e cinco mil trezentos e trinta e um reais e trinta e cinco centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site do Leiloeiro(a)**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.26448_ML_3544-04).

CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CNPJ 71.832.679/0001-23

EDITAL CONVOCAÇÃO

74ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/1976, e considerado a decisão liminar proferida no Processo nº 5033096-55.2025.4.03.6100, em tramite da Justiça Federal, ficam os Senhores Acionistas da **Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM**, convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 05/03/2026, às 15h00, na sede da Companhia, localizada na Rua Boa Vista, 162, 6º andar, São Paulo, SP, para apreciação e deliberação da seguinte ordem do dia:

1. Eleição e Destituição de membro do Conselho Fiscal.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.
Alexandre Akio Motonaga - Presidente do Conselho de Administração

CPTM — Secretaria dos Transportes Metropolitanos — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO
Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

AVISO DE LICITAÇÕES

Complementação da publicação (24/02/2026) do CP nº 90001/2026 – Proc. 2021/063111 – Objeto: Credenciamento de interessados na seleção e cadastro de empresas de engenharia especializadas em serviços de conservação de energia e eficiência energética para representarem o TJSP perante as Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica (Distribuidoras), nas Chamadas Públicas de Projetos – CPP. **ENTREGA PRESENCIAL:** GPAC, localizado à Rua Direita, 250, 23º andar – Centro, São Paulo/SP, das 10h00 às 18h00 até 09/03/2026; e **ENTREGA VIRTUAL:** no endereço eletrônico credenciamento@tjsp.jus.br até 23h59 do dia 09/03/2026. **Vistoria Facultativa:** mediante agendamento prévio com os locais indicados no Edital. **Abertura da Sessão Pública:** Dia 10/03/2026 às 11h00.

PE nº 90021/2026 – Proc. nº 2026/00009133 – Objeto: Fornecimento e aplicação de vacinas, estimada em 40.000 doses de vacina tetravalente contra a gripe (influenza), para a campanha de vacinação de 2026 do TJSP, Lote Único. **Abertura da Sessão Pública:** 11/03/2026 às 11:00 horas.

PE nº 90022/2026 – Proc. nº 2025/00163205- Objeto: Serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema elétrico constituído de cabine primária de energia em média tensão, para os prédios pertencentes à 1ª RAJ (Comarcas de Barueri, Guarulhos, Santo André e outras), LOTE ÚNICO. Vistoria Facultativa: 27/02/2026 a 10/03/2026. **Abertura da Sessão Pública:** 13/03/2026 às 11:00 horas.

FORNECIMENTO DO EDITAL COMPLETO: Gratuitamente no **Portal Nacional de Contratações Públicas** (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no **Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl), e no **Portal de Compras do Governo Federal** –}(www.compras.gov.br).

SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF: 07.594.978/0001-78 - NIRE: 35300477570

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2026

1. Data, Hora, Local: em 4 de fevereiro de 2026, às 10:00 horas, na sede da Smartfit Escola de Ginástica e Dança S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, n° 1.294, Bela Vista, CEP 01310-100. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por meio de videoconferência, nos termos do artigo 12, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa**: Presidente: Sr. Daniel Rizardi Sorrentino; e Secretária: Sra. Juana Melo Pimentel. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a retificação da deliberação constante do item (ii) da ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 1° de dezembro de 2025; **(ii)** homologação total do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a subscrição privada de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia, conforme aprovado por este Conselho de Administração em reunião realizada em 1° de dezembro de 2025 ("Ações" e "Aumento de Capital", respectivamente); e **(iii)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações descritas nos itens (i) e (ii) acima. **5. Deliberações**: Instalada a reunião, foram avaliadas e discutidas as matérias constantes da ordem do dia. Ao final das discussões, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** retificar o texto da deliberação constante do item (ii) da ata da reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 1° de dezembro de 2025, exclusivamente para corrigir o número mínimo e máximo de ações após a realização do Aumento de Capital, a fim de considerar as ações mantidas em tesouraria no cálculo do número de ações que compõem o capital social. Dessa forma, onde constou "Após o Aumento de Capital, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R$ 3.147.667.884,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 597.250.053 Ações, passará a ser de, no mínimo, R$ 3.229.466.310,32, dividido em 601.349.493 Ações, e, no máximo, R$ 3.524.130.916,54, dividido em 616.127.056 Ações" deverá constar "Após o Aumento de Capital, o capital social da Companhia, atualmente no valor de R$ 3.147.667.884,00, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 597.250.053 Ações, passará a ser de, no mínimo, R$ 3.229.466.310,32, dividido em 601.352.281 Ações, e, no máximo, R$ 3.524.130.916,54, dividido em 616.129.844 Ações". Ficam ratificadas as demais disposições da ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 1° de dezembro de 2025 que não foram expressamente abrangidas pela presente retificação. **(ii)** uma vez que a subscrição ultrapassou a quantidade mínima estabelecida para o Aumento de Capital, de 4.102.228 Ações, ao preço de R$ 19,94 por Ação, aprovar a homologação total do Aumento de Capital, no valor total de R$ 376.463.032,54, mediante a emissão de 18.879.791 Ações, dentro do limite do capital autorizado da Companhia. As novas Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos das ações já existentes, inclusive dividendos, juros sobre o capital próprio e eventuais remunerações de capital que vierem a ser aprovadas pela Companhia após a presente data. As Ações subscritas no Aumento de Capital serão emitidas e creditadas em nome dos subscritores em até 3 (três) dias úteis contados a partir da presente data. Em decorrência da homologação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, passa de R$ 3.147.667.884,00, dividido em 597.250.053 Ações, para R$ 3.524.130.916,54, dividido em 616.129.844 Ações. O Conselho de Administração da Companhia convocará, oportunamente, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que deliberará, inclusive, a respeito da alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para contemplar o novo valor do capital social integralizado e a quantidade de ações emitidas pela Companhia no âmbito do Aumento de Capital. **(iii)** o Conselho de Administração autorizou, ainda, a administração da Companhia a praticar, a qualquer tempo, todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas, inclusive a divulgação das informações necessárias aos acionistas e ao mercado em geral, na forma da regulamentação aplicável, bem como ratificou todos os atos já praticados pela administração em relação às matérias tratadas na presente reunião. **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação da Ata**: Nada mais havendo a tratar, sem que nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme foi assinada por todos os presentes. (a.a.) Mesa: Daniel Rizardi Sorrentino - Presidente; Juana Melo Pimentel - Secretária. Conselheiros presentes: Daniel Rizardi Sorrentino, Claudia Elisa de Pinho Soares, Diogo Ferraz de Andrade Corona, Edgard Gomes Corona, Felipe Rodrigues Affonso, Luis Felipe Françoso Pereira da Cruz, Ricardo Lerner Castro, Thiago Lima Borges e Wolfgang Stephan Schwerdtle. A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 4 de fevereiro de 2026. Mesa: Daniel Rizardi Sorrentino - Presidente; Juana Melo Pimentel - Secretária. JUCESP nº 112.014/26-4 em 24/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberta o PREGÃO ELETRÔNICO 001/2026 – EDITAL 003/2026 – cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE HORTIFRUTIGRANJEIROS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA EDUCAÇÃO, BEM ESTAR SOCIAL E FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITUVERAVA – CONFORME ANEXO I DO EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 27/02/2026 até 13/03/2026 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 13/03/2026 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 26/02/2026. Ituverava-SP, 25 de fevereiro de 2026. **LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.**

Sindicato dos Trabalhadores em Depósitos de Distribuição de Bebidas de São Paulo, Guarulhos, Osasco, Itapecerica da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para Negociação Coletiva 2026/2027

Pelo presente edital de assembleia geral extraordinária para negociação coletiva de 2026/2027, o Sindicato dos Trabalhadores em Depósitos de Distribuição de Bebidas de São Paulo, Guarulhos, Osasco, Itapecerica da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, inscrito no CNPJ sob o nº 00.892.762/0001-40, com sede na Rua Jorge Tibiriçá, nº 123, Bairro Vila Mariana, São Paulo - SP, CEP 04126-000, representado nos termos do artigo 37, II, do Estatuto Social, por seu diretor presidente, Sr. José Aparecido Biazon, brasileiro, casado, motorista aposentado, RG nº 15.881.811-8-SSP/SP, CPF nº 046.708.248-05, nos termos dos artigos 3, II e III, 14, I, 16, VIII e IX, 19, 22, 24, 26 e 30, do Estatuto Social, convoca todos os trabalhadores (associados ou não) da base territorial representada, que será realizada na sede da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de São Paulo, Av. Duque de Caxias - 108 - Santa Ifigênia - São Paulo - SP, no dia 22 de março de 2026, às 10h00, na primeira chamada e às 11h00 na segunda e última chamada, com qualquer número de presentes dos membros da categoria (associados ou não), conforme artigo 22 e 24 do Estatuto Social, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Leitura e aprovação da ata de assembleia anterior; b) Debate e aprovação das cláusulas a serem reivindicadas, objetivando a renovação em 01/05/2026 das normas coletivas aplicáveis no âmbito da categoria profissional representada; c) Debate e aprovação ou não das contribuições da categoria profissional destinada ao sindicato, a ser fixada na norma coletiva; d) Concessão de poderes à diretoria do Sindicato para negociação, formalização de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou, se necessário, instauração de dissídio coletivo.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026. **José Aparecido Biazon -** Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 034/2026
Proc. Adm. Nº. 260114058609100/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para o fornecimento parcelado de **BEBEDOUROS INDUSTRIAIS**, em atendimento às demandas das Secretarias Municipais, pelo período de 01 (um) ano. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 26/02/2026, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Default.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) https://pncp.gov.br/app/editais?q=46522983000127&status=todos&pagina=1. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 10/03/2026, às 10h00.**

Santana de Parnaíba, 25 de fevereiro de 2026.
AUTORIDADE COMPETENTE

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: 1016263-65.2024.8.26.0482. Classe: Assunto: Monitória - Duplicata. Requerente: Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A. Requerido: Ikeda Distribuidora de Bebidas Ltda. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº **1016263-65.2024.8.26.0482**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, Dr(a). Leonardo Mazzilli Marcondes, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a IKEDA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA., CNPJ 03205485000148, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Spal Indústria Brasileira de Bebidas S/A, para recebimento da importância de R$ 13.023,57, representada notas fiscais n°s NF 001064071-5, NF 001066534-5, NF 001067990-5 e NF 001069292-5. Encontrando-se o réu em lugar ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia especificada na inicial devidamente atualizada, e efetue o pagamento de honorários advocatícios correspondente à 5% do valor da causa, ou apresente embargos ao mandado monitório, nos termos do art. 701 do CPC, sob pena de ser nomeado curador especial em caso de revelia. O réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo. Caso não cumpra o mandado no prazo e os embargos não forem opostos, constituir-se-á de pleno valor o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Presidente Prudente, aos 13 de fevereiro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
Chamamento Público nº 002/2026
Proc. Adm. nº 230818019623600/2023

Objeto: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA ADMINISTRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO E FORNECIMENTO DE CARTÕES ELETRÔNICO VALE-ALIMENTAÇÃO, PARA SERVIDORES ATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA/SP. Do Edital: O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 26/02/2026 por meio do site deste município no link https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Default.aspx. **Prazo de entrega da solicitação de credenciamento e documentos:** Os interessados deverão apresentar a documentação exigida para habilitação e solicitação de credenciamento no período de **27/02/2026 à 26/02/2027**, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santana de Parnaíba - SP, sito à Avenida Marechal Mascarenhas de Morais, 1283 – Sítio do Morro, Santana de Parnaíba/SP - CEP: 06501-125.

Santana de Parnaíba, 25 de fevereiro de 2026.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GELÉIAS, EXTRATO DE TOMATE E OUTROS.
Processo administrativo: 24.541/2025-D
Data e hora do pregão: 24/03/2026 às 09h30min (Horário Oficial de Brasília - DF)
Sessão pública: www.compras.gov.br
Critério de julgamento: Menor Preço por Item
Modo de disputa: Aberta
Preferência ME/EPP/Equiparadas: Sim
Tipo de Licitação: Ampla Concorrência / Cota Reservada de 25% para ME/EPP / Exclusiva para ME e EPP
UASG de atuação: 986921 - Prefeitura Municipal de Praia Grande - SP

A Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande, através da Secretaria de Educação e Secretaria de Assistência Social, torna público que, na data, horário e endereço eletrônico acima assinalados, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico.

O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos GRATUITAMENTE, na íntegra, através dos sites www.praiagrande.sp.gov.br, www.pncp.gov.br e www.compras.gov.br para ciência, consulta e/ou download de todos os interessados.

Praia Grande, 24 de fevereiro de 2026
PATRÍCIA CONCEIÇÃO ALMEIDA DIAS - Secretária Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
Concorrência Pública Eletrônica n.º 004/2026
Proc. Adm. nº. 250722051854800/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de **CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS PADRONIZADAS** de diversos tipos, no Município de Santana de Parnaíba-SP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos, pelo período de 01 (um) ano. O Município de Santana de Parnaíba faz saber que, devido à problemas no cadastramento do critério de julgamento da licitação na plataforma, republica-se o presente certame, devolvendo-se os prazos, nas seguintes condições: **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 26/02/2026, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Default.aspx, na aba serviços para sua empresa, licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) https://pncp.gov.br/app/editais?q=46522983000127&status=todos&pagina=1. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 06/04/2026, às 10h00min.**

Santana de Parnaíba, 25 de fevereiro de 2026.
AUTORIDADE COMPETENTE

cotidiano

'Times Square' em SP reacende debate sobre Cidade Limpa

Clayton Castelani

SÃO PAULO O recente avanço do projeto que prevê uma "Times Square" no centro da capital paulista reacendeu o debate sobre a flexibilização da Lei Cidade Limpa, regra-símbolo da gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab (PSD) que há duas décadas baniu placas publicitárias que escondiam a arquitetura paulistana.

Na segunda-feira (23), o Conpresp (conselho municipal de preservação do patrimônio) aprovou a criação do Eixo São João - Boulevard São Paulo, nome oficial da proposta que prevê a instalação de grandes painéis eletrônicos na esquina das avenidas Ipiranga e São João. A ideia é fazer dos luminosos uma atração turística nos moldes da Times Square de Nova York.

Esse avanço é importante para o projeto porque as instalações, caso ocorram, estarão em áreas no entorno de edifícios tombados. Mas a medida só sairá do papel se houver a aprovação de um termo de cooperação por parte da CPPU (Comissão de Proteção à Paisagem Urbana). Esse grupo, composto por poder público e sociedade, tem entre suas principais atribuições a defesa da Lei Cidade Limpa.

Um dos pontos centrais da Cidade Limpa é a proibição total à propaganda de terceiros em painéis externos, limitando esse tipo de veiculação aos abrigos de ônibus e relógios de rua. Mas os termos de cooperação permitem flexibilizações pontuais. Em geral, brechas são abertas para projeções de imagens ligadas à promoção de atividades culturais e manifestações artísticas.

Tratada com entusiasmo por comerciantes e pela equipe do prefeito Ricardo Nunes (MDB) devido ao seu potencial de contribuir com a requalificação do centro, a criação desse tipo de exceção é vista por defensores da lei como um "cavalo de Troia" que pode estimular a multiplicação de luminosos por toda a cidade.

Em nota, a gestão Nunes afirma que a implantação do projeto está condicionada à aprovação na CPPU e que o Boulevard São João seguirá as normas previstas.

O termo prevê investimento de R$ 53 milhões para implantação dos painéis e R$ 2 milhões de contrapartida para a restauração de pontos históricos do centro.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Arquivo pessoal

KALI RIBEIRO DE ALBUQUERQUE DECKERS (1997 - 2025)

Viveu intensamente a defesa do meio ambiente

Trajetória foi cruzada pelas artes, do artesanato à música como missão social

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) Foi com o cenário das falésias vermelhas de Canoa Quebrada, em Aracati, no Ceará, —sua cidade natal—, que Kali cresceu. A infância rodeada de belezas naturais e convívio com pessoas de muitos lugares moldou muito da personalidade da menina cearense que viria a ser ativista ambiental.

Kali Ribeiro de Albuquerque Deckers nasceu no dia 1º de setembro de 1997, filha de uma brasileira e de um pintor francês. Desde o berço, sempre esteve muito ligada à arte. E as brincadeiras nas dunas e praias, além da relação com os moradores locais, fizeram-lhe ter paixão pela natureza.

Adolescente, mudou-se para Fortaleza, onde cursou ciências ambientais na Universidade Federal do Ceará. Fez da educação ambiental, que viveu na prática, o seu tema de pesquisa. Realizou atividades em ONGs e instituições sociais do estado. Também integrou grupos agroecológicos e tornou-se ativista ambiental, além de defender pautas feministas e o veganismo popular. Fazia macramê —técnica milenar de tecelagem— e algumas performances.

Após o término de um casamento, foi morar à beira do rio São Francisco, entre Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), onde passou a explorar outros talentos. Ingressou em grupos musicais como percussionista, tocava repique, sambava e cantava. Fez parte do Grupo Mandala, um batuque formado por mulheres, e era da organização do Samba di Malê. Tornou-se capoeirista e passou a trabalhar na área do audiovisual. Coordenou o Projeto Malê com atividades para crianças da periferia da cidade baiana, no bairro da Penha. Kali ajudava na alfabetização dos pequenos até uma formação de consciência ambiental, além de ensinar macramê e capoeira.

Também participou do grupo que defende a Ilha do Fogo, localizada entre os dois estados, e projetos agroecológicos da permacultura urbana em Petrolina. "Ela sempre foi uma mulher muito ativa nesses processos. Sempre teve essa feição pelo povo, pelas crianças, pelo que é popular e artístico", afirma o companheiro João Sagui, 33, com quem dividiu os dois últimos anos.

Ultimamente, atuava como servidora da saúde de Juazeiro, como educadora social e redutora de danos do Caps (Centro de Atenção Psicossocial). Para cuidar dos usuários dos serviços de saúde mental, passou a compartilhar seus saberes. Ensinava macramê e produção de cosméticos.

No seu tempo livre, gostava de tomar banho de rio e sol, além de pedalar.

Um acidente de carro durante uma viagem ao Maranhão com amigos causou sua morte no dia 27 de dezembro de 2025, aos 28 anos. Deixa a mãe, Érika, o pai, Éric Marc, e o companheiro, João.

O QUE FAZER EM CASO DE MORTE

Serviço Funerário Municipal de São Paulo Central 156 Tel. (11) 3396-3800; prefeitura.sp gov.br/servicofunerario

Anúncio pago na Folha Tel. (11) 3224-4000. WhatsApp (11) 99646-9069. Seg. a sex.: 10h às 19h.

Alunos do 9º ano de SP têm maior média em matemática e melhoram em português

Rendimento segue abaixo do adequado para a série; Tarcísio de Freitas comemora 'crescimento expressivo, fruto de muito trabalho'

Isabela Palhares

SÃO PAULO O desempenho dos estudantes de 9º ano das escolas estaduais de São Paulo melhorou em língua portuguesa e, em matemática, alcançou a maior média da série histórica. O rendimento, no entanto, segue abaixo do que seria adequado para a etapa.

O rendimento em português se mantém abaixo do patamar registrado antes do início da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), em 2022.

Os resultados fazem parte da edição 2025 do Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), que foram divulgados pela gestão Tarcísio na manhã desta quarta (25).

A média de proficiência dos alunos do 9º ano do ensino fundamental foi de 243 pontos —o que significa que os estudantes de 14 e 15 anos têm conhecimentos básicos esperados para o final da etapa. A escala passa do básico para o adequado e o avançado.

A média registrada em língua portuguesa é superior ao que foi registrado nos dois anos anteriores, quando foi de 240,3 e 234,4, em 2025 e 2024, respectivamente. Apesar do aumento, ela não supera o nível que era registrado antes do início do governo Tarcísio. Em 2022, a média dos estudantes dessa série era de 249,6.

Isso significa que apenas metade dos estudantes chega ao fim do ensino fundamental sabendo interpretar, por exemplo, um cartaz de divulgação de uma campanha de combate à dengue.

Além disso, só metade consegue identificar o personagem protagonista em trecho narrativo ficcional.

Em matemática, a média foi de 260,3 —também em um patamar considerado básico para a etapa. Essa foi a maior média já registrada pelos estudantes dessa série no Saresp. A nota é próxima ao que foi registrado antes da pandemia, em 2019 (259,9 pontos).

A avaliação identificou, por exemplo, que apenas 12% dos alunos chegam ao 9º ano conseguindo calcular o novo valor de uma mesada após um aumento de 10%.

Menos de 25% dos alunos dessa série conseguem calcular o resultado de "3 elevado ao quadrado" (3^2).

O governador Tarcísio participou da apresentação dos dados e comemorou os resultados. "Esse é um crescimento expressivo, fruto de muito trabalho. Não se trata de não enxergar que há ainda muitos avanços, mas a gente precisa celebrar cada passo dado", disse.

Para ele, apesar dos "avanços expressivos" ainda há muito a se fazer. "Os alunos do 9º ano carregam uma série de deficiências adquiridas na pandemia e que impactam no rendimento até hoje. Por isso, nós estamos apostando no programa de tutoria para auxiliá-los."

Esta foi a primeira vez que o governador participou da apresentação dos dados do Saresp.

Os resultados também mostram avanço dos alunos do 2º ano do ensino fundamental (alunos de 7 e 8 anos) em matemática, mas piora em língua portuguesa.

Na primeira área avaliada, a média foi de 200,8 pontos —acima do registrado, em 2024, quando foi de 196,7. Já em português, a nota caiu de 195,8 para 191,7.

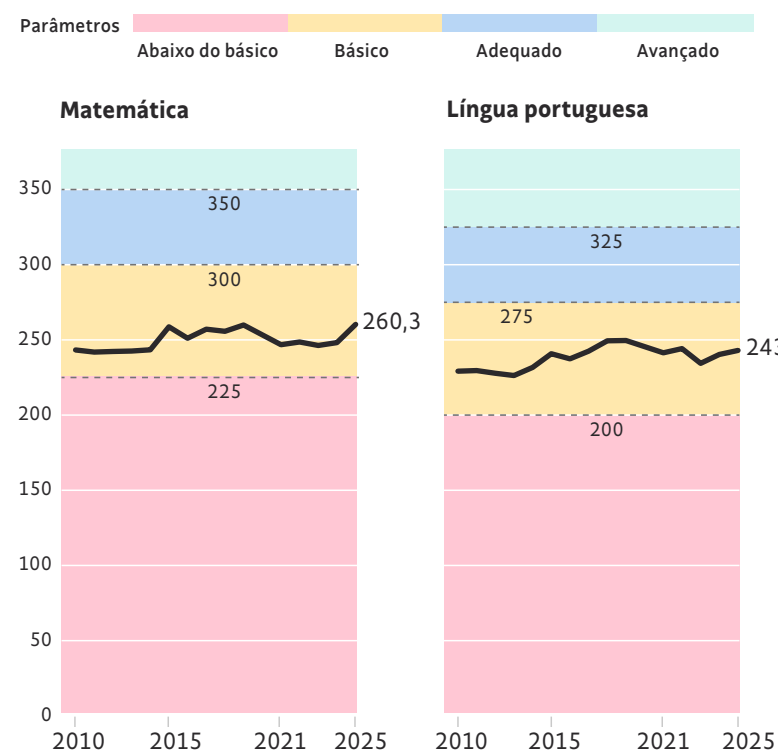
No 5º ano do ensino fundamental, foram registrados os avanços mais significativos. Em matemática, a média foi de 236,3 —a maior da série histórica. Em português, foi de 217,9, patamar abaixo do que já havia sido registrado em 2016 para os alunos de 10 ou 11 anos.

O governador e o secretário de Educação, Renato Feder, destacaram a importância das plataformas digitais para alcançar os resultados apresentados nesta quarta. Eles defenderam que essas tecnologias tornaram a escola "muito mais organizada".

Os dados de rendimento do ensino médio não foram divulgados. Os estudantes dessa etapa fizeram o Provão Paulista, criado em 2023 para ser um vestibular e que substituiu o Saresp nessa etapa.

O secretário de Educação, Renato Feder, e o governador Tarcísio de Freitas em escola estadual Sapopemba, em São Paulo Danilo Verpa - 23.out.23/Folhapress

Média dos alunos do 9º ano do fundamental no Saresp 2025



* Em 2020, a prova do Saresp não foi realizada

Fonte: Saresp

Entenda o que já se sabe sobre a pesquisa com polilaminina no país

Produto testado em lesão medular aguda mobiliza pacientes e redes sociais, mas não há comprovação se funciona; especialistas pedem cautela até a conclusão de estudos

Cláudia Collucci

SÃO PAULO A polilaminina dominou as redes sociais nos últimos dias, impulsionada por vídeos de pacientes recuperando movimentos, debates sobre patente, busca pela substância na Justiça, manifestações de orgulho pela ciência nacional e ataques a profissionais que pedem cautela diante da falta de evidências de eficácia e segurança do produto.

Desenvolvida pela equipe da pesquisadora Tatiana Coelho de Sampaio, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), atualmente em parceria com o laboratório Cristália, a substância tem sido apresentada como uma possível inovação no tratamento da lesão medular aguda.

Ao mesmo tempo, sociedades científicas e médicas, além de especialistas em neurologia e metodologia científica, pedem cautela, porque transformar promessa em tratamento exige método científico, tempo e confirmação independente.

Outro ponto central é a ausência, até agora, de ensaios clínicos controlados que permitam estabelecer relação de causa e efeito. Em janeiro de 2026, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) autorizou o início de um estudo de fase 1, voltado exclusivamente à avaliação de segurança. Essa etapa não mede eficácia. A seguir, veja o que já se sabe e o que ainda não é possível afirmar.

O que é a polilaminina?

É uma versão reorganizada em laboratório da laminina, proteína presente no corpo humano e importante na organização dos tecidos e no desenvolvimento do sistema nervoso. A proposta é que, aplicada diretamente na área lesionada da medula durante cirurgia de descompressão, funcione como uma estrutura de suporte para orientar o crescimento dos neurônios e facilitar a reconexão das vias nervosas.

Em que tipo de lesão a polilaminina está sendo testada?

Os protocolos divulgados envolvem lesões medulares torácicas agudas classificadas como completas (ASIA A), ocorridas há menos de 72 horas. Nesses casos, há ausência de função sensitiva e motora abaixo do nível da lesão. Casos incompletos (ASIA B, C ou D) têm maior probabilidade de recuperação espontânea parcial, o que tornaria ainda mais difícil medir eventual efeito adicional da substância.

Há risco de erro na classificação da lesão?

Sim. A literatura aponta que, nas primeiras horas ou dias após o trauma, o diagnóstico do grau de comprometimento pode ser impreciso. O choque medular, fase transitória de ausência de reflexos e atividade motora, pode fazer uma lesão parcial parecer completa.

Alguns estudos indicam que até 40% dos pacientes inicialmente classificados como ASIA A podem ser reclassificados, após estabilização clínica, para ASIA B, C ou D. Essa incerteza é um dos fatores que reforçam a necessidade de estudos controlados.

A polilaminina já é um tratamento comprovado?

Não. Até o momento, não há ensaio clínico randomizado, controlado e revisado por pares demonstrando eficácia em humanos. A autorização da Anvisa refere-se apenas a estudo de fase 1, destinado a avaliar segurança e possíveis efeitos adversos.

A eficácia só é testada formalmente nas fases 2 e 3, com número maior de pacientes e comparação com tratamento ouro padrão.

Qual é o tratamento padrão ouro para lesões medulares?

Ele foca o atendimento emergencial, em geral, nas primeiras 72 horas (imobilização, estabilização da coluna e descompressão medular cirúrgica), seguido de reabilitação intensiva (fisioterapia e terapia ocupacional).

O que mostram os estudos divulgados sobre a poliaminina?

Os dados incluem experimentos laboratoriais, um estudo em animais e um estudo com oito pacientes. Segundo a pesquisadora Tatiana, seis desses pacientes apresentaram alguma melhora motora, e dois morreram por outras causas não relacionadas à substância. Embora os resultados pareçam promissores, é preciso ter cautela porque não houve um grupo controle.

O que é um grupo de controle e para que serve?

Grupo controle é o conjunto de participantes em uma pesquisa que não recebe o tratamento ou intervenção experimental, servindo como base de comparação para o grupo experimental. Ele serve para garantir a validade científica, permitindo determinar se os efeitos observados são fruto da intervenção ou de outros fatores.

Por que é importante ter grupo controle para avaliar a eficácia?

Na lesão medular aguda pode ocorrer recuperação parcial mesmo sem o tratamento experimental com a polilaminina.

Logo após o trauma, há inflamação e edema na região que podem agravar temporariamente o quadro neurológico. Segundo a literatura científica, com o tratamento padrão ouro, parte dos pacientes pode apresentar melhora e retomar a sensibilidade e movimentos. Estudos mostram que pode haver melhora espontânea em 10% a 30% dos casos.

Por isso, sem a fase de testes com o grupo controle —que compara dois grupos semelhantes, um que passou por todo o processo sem receber a polilaminina com outro grupo que recebeu—, não é possível separar o efeito do produto da evolução natural da lesão ou do tratamento convencional.

Frasco de laminina produzido no laboratório Cristália, em Itapira (SP) Eduardo Knapp - 11.nov.25/Folhapress

Como funcionam os testes clínicos no Brasil

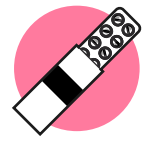
Pesquisa pré-clínica
Testes em laboratório e em animais

Fase 1
Avalia segurança e possíveis efeitos colaterais em voluntários saudáveis

Fase 2
Testa eficácia e define doses em pacientes

Fase 3
Compara o novo medicamento com tratamentos existentes e amplia a análise de segurança

Aprovação regulatória (Anvisa)
Avaliação dos dados para liberação no mercado



Fase 4
Monitoramento após a comercialização (farmacovigilância)

57 decisões judiciais
já permitiram aplicações individuais da polilaminina até o início desta semana

10% a 30% dos casos
de lesão medular aguda, estima-se, têm melhora espontânea, mostram estudos

É possível fazer estudo clínico sem grupo controle?

No programa Roda Viva, a pesquisadora Tatiana Sampaio cogitou a possibilidade de as próximas fases da pesquisa serem feitas sem grupo controle.

Ela disse que se os resultados se mostrarem muito consistentes, pode haver dificuldade para manter um grupo do estudo sem polilaminina. Essa é uma prática inusual e não indicada pela comunidade científica.

Mas, diz o cardiologista Luis Correia, professor de medicina baseada em evidências, tudo depende. Se um estudo mostrar um efeito surpreendente de ocorrer (por exemplo, se 20 pessoas cegas há dez anos, voltam a enxergar), essa evidência é de boa qualidade mesmo sem um grupo controle. Tão boa que se tornaria antiético randomizar um grupo placebo.

Existem riscos conhecidos da polilaminina?

Ainda não. Mas como qualquer intervenção intramedular, há potenciais riscos cirúrgicos e inflamatórios. A simples punção da medula espinhal, mesmo sem injetar nada, pode provocar uma pequena lesão e piorar o quadro. A fase 1 autorizada pela Anvisa busca justamente avaliar eventos adversos, resposta imunológica e segurança da aplicação. Por isso, médicos e pesquisadores pedem cautela no uso da substância fora dos protocolos de pesquisa.

Por que especialistas pedem cautela sobre a divulgação?

Tem aumentado o uso da substância fora dos ensaios clínicos formais. Ela tem sido usada por meio do chamado uso compassivo, em que a empresa responsável pela substância pede autorização à Anvisa para tratar pacientes graves sem alternativa terapêutica. Há também decisões judiciais autorizando o uso excepcional. Até o início desta semana, 57 decisões judiciais já permitiram aplicações individuais da polilaminina.

Por que é preciso rigor científico neste momento?

A literatura mostra que substâncias aplicadas sem o rigor necessário resultaram em problemas de saúde pública. A talidomida, usada como antiviral, causou uma série de malformações congênitas nas décadas de 1950 e 1960. A substância foi retirada às pressas das farmácias. Hoje, é usada com cautela para tratar hanseníase.

O outro caso é o da fosfoetanolamina, a "pílula do câncer", exaltada a partir de 2016 como a solução para a doença. À época, a fama repentina gerou uma série de decisões judiciais, sem resultados concisos de eficácia —que nunca chegou a ser comprovada.

Presidente da CBF afirma que espera renovar contrato com Ancelotti na seleção brasileira

'Um ano é muito pouco para realmente desenvolver um trabalho que deixe frutos', diz Samir Xaud; italiano comanda a equipe desde junho

RIO DE JANEIRO E BARRANQUILLA | AFP O presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), Samir Xaud, afirmou na terça-feira (24) que espera renovar o contrato do técnico italiano Carlo Ancelotti para que ele continue no comando da seleção brasileira após a Copa do Mundo de 2026.

Ancelotti, 66, assumiu o cargo de técnico do Brasil em junho do ano passado, em meio à má campanha brasileira nas Eliminatórias Sul-Americanas para a Copa.

"Um ano é muito pouco para realmente desenvolver um trabalho que deixe frutos", afirmou Xaud a jornalistas no evento Rio Innovation Week, no Rio.

O dirigente confirmou que já está em conversas para renovar com Ancelotti: "Eu acredito muito no trabalho que ele vem fazendo na seleção brasileira e, por confiar nisso, a gente iniciou essa conversa de renovação".

Em entrevista transmitida na sexta-feira (20) na Espanha com o ex-jogador argentino Jorge Valdano, Ancelotti expressou sua vontade de permanecer no cargo por mais quatro anos.

"Acho que vou renovar", disse na ocasião o italiano.

O Brasil divide com Marrocos, Escócia e Haiti o Grupo C da Copa do Mundo. Antes do Mundial, a seleção brasileira fará amistosos em março contra França e Croácia e em junho contra o Egito.

O técnico da seleção brasileira, Carlo Ancelotti, durante o Carnaval de São Paulo no Sambódromo do Anhembi Nelson Almeida - 14.fev.26/AFP

Infantino diz estar tranquilo sobre México sediar a Copa

A Copa do Mundo de 2026 será disputada de 11 de junho a 19 de julho nos Estados Unidos, no Canadá e no México. A nação latino-americana vive uma crise na segurança pública após a morte do maior narcotraficante do país. No entanto, a situação não preocupa o chefe da Fifa (Federação Internacional de Futebol).

Gianni Infantino, presidente da entidade, disse estar "muito tranquilo" com o país como sede do Mundial, segundo afirmou na terça-feira (24) à agência de notícias AFP, depois que o país enfrentou uma onda de violência.

Dezenas de mortos, veículos incendiados, comércios fechados, estradas bloqueadas e um clima de terror paralisaram grande parte do país no domingo (20), após a morte do narcotraficante Nemesio Oseguera, líder do poderoso CJNG (Cartel Jalisco Nova Geração), em uma operação militar.

"Muito tranquilo, tudo muito bem. Vai ser tudo espetacular", afirmou Infantino na cidade colombiana de Barranquilla. "Temos total confiança no México e em sua presidente, Claudia Sheinbaum", acrescentou ele posteriormente em uma entrevista. "Estamos em contato regular com a presidente e as autoridades" e monitorando "a situação".

A presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, havia descartado mais cedo na terça-feira riscos para os torcedores que visitarem Guadalajara, capital do estado de Jalisco e que sediará quatro partidas da fase de grupos.

Oseguera, conhecido como El Mencho, era o narcotraficante mais procurado pelo governo dos Estados Unidos, que oferecia uma recompensa de US$ 15 milhões (R$ 78 milhões) por sua captura.

São Paulo faz 1 a 0 no Coritiba e vence a quinta partida seguida

Com gol de pênalti de Cauly (foto) no Couto Pereira, tricolores chegaram aos 10 pontos no Brasileiro; contando os jogos do Paulista, o São Paulo bateu Primavera, Grêmio, Ponte Preta e Bragantino João Heim/Zimel Press/Agência O Globo

Italiano tem de analisar o que sobrou de Neymar

Treinador da seleção precisa ver craque antes de junho para avaliá-lo para a Copa

Marcelo Bechler

Jornalista e comentarista da TNT Sports. Viu Messi jogar mais de 100 vezes e há dez anos cobre o dia a dia da Liga dos Campeões

Neymar jogou contra o Novorizontino. Não foi bem, como era esperado, e alguns números chamam a atenção. Teve 90 ações com a bola, foi o terceiro que mais participou do jogo, o que mais ganhou (e mais perdeu) duelos e o que mais perdeu posses de bola (33), por ser também quem mais arriscava. Ele próprio postou dados do GPS do Santos mostrando que foi o quarto jogador da equipe em quilômetros percorridos e em metros de alta intensidade, além de ser o segundo em números de sprints.

Entre números para cá e para lá, ficam as sensações de um jogador que foi incapaz de se destacar em quartas de Campeonato Paulista, contra um adversário de Série B de Brasileiro. Como imaginar que este jogador será capaz de decidir em uma Copa do Mundo?

Pois mais do que imaginar, devemos testar. E por isso defendo que Carlo Ancelotti convoque Neymar em março, para os jogos contra França e Croácia.

O desempenho contra o Novorizontino pode ser avaliado como ruim, mas também deve-se levar em conta que foi apenas o segundo jogo do atacante no ano, o primeiro por 90 minutos. É normal que Neymar seja um jogador saindo de pré-temporada contra um adversário que disputou sua nona partida em 2026.

Quando os amistosos chegarem, ele terá participado de mais três partidas: Vasco, Mirassol e Corinthians. O suficiente para estar fisicamente apto para desempenhar ao menos próximo do que veremos em junho na Copa. E aí a convocação passa a ser mais importante para Ancelotti do que para Neymar.

O treinador precisa avaliar, durante os treinos e os jogos de março, o que poderá fazer no meio do ano. Neymar se encaixa na forma de jogar do time? Qual deve ser seu posicionamento imaginando que Vinicius, Raphinha e Estêvão serão titulares? É possível marcar pressão com ele em campo? Senão, vale a pena jogar com quatro atacantes? Com Neymar o time pede um centroavante ou funciona melhor sem um 9 típico? Aos 34 anos, é jogador para 90 minutos ou para 30?

Mais do que imaginar, devemos testar. Defendo que Ancelotti chame Neymar para os jogos contra França e Croácia

Todas essas questões devem passar pela cabeça do técnico italiano e, após observá-lo, Ancelotti terá dois meses para deliberar com sua comissão técnica o que fazer no Mundial.

Imaginem o cenário contrário: Neymar não é chamado para os amistosos, mas entra na lista final. Apenas a partir da primeira rodada da Copa Ancelotti vai avaliar os prós e contras de tê-lo no time e quais os encaixes necessários para melhorar a equipe com ou sem sua presença. Sei que há quem pense que Neymar já deva ser carta fora do baralho. Mas isso precisa ser feito já? Eu sei que há muito tempo ele não é quem um dia foi. Desde 2018 Neymar não joga 50% das partidas de suas equipes. Não tem mais a arrancada e a mudança de direção que tinha em seu auge. Ainda assim, é o jogador brasileiro mais especial e com potencial para tirar um coelho da cartola.

Eu não contrataria Neymar para jogar um torneio de pontos corridos. O camisa 10 que não conseguiu fazer a diferença contra o Novorizontino é insuficiente até para o Santos, quanto mais para o Brasil. Mas esse jogador tende a crescer (se não se lesionar) nas próximas semanas. Se a Copa do Mundo fosse disputada em 38 rodadas durante um ano, apostaria por outros 26 antes dele. Mas o torneio que se avizinha é de um mês, oito jogos e uma infinidade de "pequenos momentos" que mudam a história das partidas.

É preciso que Ancelotti possa observar de perto "o que sobrou" de Neymar e como ele poderá ser útil em junho. Não acho que será uma decisão fácil levá-lo ou não. E é exatamente por isso que o técnico precisa vê-lo antes e ter dois meses para chegar à melhor conclusão.

DOM. Tostão **TER.** No Corre **QUA.** Tostão **QUI.** Marcelo Bechler
SEX. O Mundo é uma Bola **SÁB.** Marina Izidro

ESPORTE AO VIVO Recopa (jogo de volta)
21h30 Flamengo x Lanús, ESPN e Disney+

Torcida do Real Madrid exibe faixa com os dizeres 'Não ao racismo' no Santiago Bernabéu antes do jogo contra o Benfica Thomas Coex/AFP

Sob protestos contra racismo, Vini Jr. reencontra o Benfica, e Real avança na Champions

Brasileiro marca, e time espanhol volta a vencer a equipe portuguesa, desta vez em casa; torcida merengue demonstra apoio ao brasileiro

SÃO PAULO Quando Vinicius Junior surgiu no gramado do estádio Santiago Bernabéu para se alinhar ao lado de seus companheiros nesta quarta-feira (25), o cenário já dizia tanto quanto o jogo que estava por começar. Nas arquibancadas, uma faixa erguida pela torcida do Real Madrid pedia o fim do racismo.

A cena foi mais um capítulo das manifestações públicas de apoio ao brasileiro, intensificadas desde a semana passada, quando o camisa 7 acusou o argentino Gianluca Prestianni de ter proferido insultos racistas no primeiro confronto entre a equipe espanhola e o Benfica, pela fase mata-mata da Champions League.

Depois de vencer o duelo de ida por 1 a 0, com um golaço do atacante brasileiro, o Real voltou a superar o rival, desta vez por 2 a 1, de virada. Rafa Silva abriu o placar, e Tchouaméni empatou ainda no primeiro tempo. Depois do intervalo, Vinicius Junior virou para a equipe espanhola e, assim como na primeira partida, dançou em frente aos torcedores.

Desta vez, em casa, a torcida vibrou com o camisa 7. Prestianni, por sua vez, não esteve em campo.

A Uefa (União das Associações Europeias de Futebol) decidiu suspender o argentino preventivamente por "violação prima facie". O termo jurídico indica que, à primeira vista, a entidade entende haver indícios de racismo, embora ainda não haja decisão definitiva. Encerradas as diligências, a punição —por ora limitada a uma partida— pode ser ampliada para ao menos dez jogos de suspensão.

O argentino nega ter feito qualquer ofensa, versão respaldada pelo Benfica, que decidiu levá-lo a Madri como gesto público de apoio. Na véspera do reencontro entre as equipes, Prestianni participou normalmente do treino de reconhecimento do gramado ao lado dos companheiros. Nesta quarta-feira, porém, permaneceu no hotel onde a delegação portuguesa está hospedada.

O técnico do time, José Mourinho —que já comandou o Real Madrid—, também não esteve à beira do campo. Ele cumpriu suspensão após ser expulso no jogo de ida, em episódio sem relação com a acusação de racismo.

Mourinho passou a ser alvo de críticas depois de afirmar, em entrevista concedida após a partida em Lisboa, que Vinicius Junior não deveria ter comemorado o gol da vitória do Real Madrid com uma dança diante da bandeira de escanteio. A declaração foi interpretada por parte da imprensa e de torcedores como uma tentativa de relativizar o suposto episódio racista envolvendo Prestianni.

Classificado para as oitavas de final do torneio, o Real enfrentará Sporting ou Manchester City. Os confrontos da próxima fase serão definidos em sorteio nesta sexta-feira (27), às 8h (de Brasília).

As demais partidas do mata-mata da Champions nesta quarta-feira tiveram muitos gols e até prorrogação. A Atalanta reverteu o 2 a 0 sofrido no jogo de ida na Alemanha contra o Borussia Dortmund. Em casa, os italianos fizeram 4 a 1 e avançaram.

O PSG se classificou após segurar um empate em 2 a 2, em casa, no clássico contra o Monaco —na primeira partida, os parisienses haviam vencido por 3 a 2.

E em jogo eletrizante, o Galatasaray eliminou a Juventus em Turim. Os turcos tinham vencido por 5 a 2 na ida, mas sofreram 3 a 0 no Allianz Stadium, levando o jogo para a prorrogação. Oshimen e Yilmaz marcaram e decretaram o 3 a 2 e a classificação turca.

Clube português pode enfrentar crise de imagem

A ideia de que o apoio incondicional a Prestianni pode trazer danos de imagem ao Benfica vem sendo defendida por especialistas em comunicação esportiva. "Várias pessoas negras no mundo inteiro amam o Benfica, e o clube parece dizer a elas que não compreende o que elas vivem e não quer compreender", disse o português Luís Vaz Fernandes, consultor de comunicação para organizações britânicas e lusitanas.

"O Benfica ficou ao lado de um potencial agressor. Isso passa uma mensagem ruim para os torcedores", afirmou Fernandes.

FUTEBOL FEMININO

Corinthians anuncia Emily Lima como nova treinadora

SÃO PAULO | AFP O Corinthians feminino, campeão da Copa Libertadores e do Campeonato Brasileiro, será comandado pela ex-técnica da seleção brasileira, Emily Lima, 45, anunciou o clube na terça-feira (24). Emily é a primeira mulher a liderar o time feminino do alvinegro, o clube mais forte da América do Sul, com seis títulos da Libertadores, os três últimos conquistados consecutivamente.

A treinadora substitui Lucas Piccinato, demitido no sábado (21). Ela comandou a seleção brasileira feminina de 2016 a 2017.

Sport Club Corinthians Paulista
CNPJ nº 61.902.722/0001-26

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ilmos.(as). Srs.(as). Conselheiros(as):
O Presidente do Conselho Deliberativo, no uso de suas atribuições estatutárias definidas nos art. 82, II, "A" e parágrafos 1º a 4º e, art. 87 e parágrafo 3º, **CONVOCA** os(as) Nobres Conselheiros(as) a comparecerem à continuação da reunião extraordinária suspensa por deliberação unânime do plenário, nos termos do artigo 88 em 24 de novembro de 2025 para realização das Audiências Públicas sobre a Reforma do Estatuto no Conselho Deliberativo, **no próximo dia 09 de março de 2026**, a qual ocorrerá presencialmente nas dependências do Teatro do Parque São Jorge, localizado na sede social do Sport Club Corinthians Paulista, na Rua São Jorge, nº 777, São Paulo, Capital, às 18h00 em primeira chamada com a presença de metade mais um dos membros do colegiado e, 19h00 em segunda chamada com qualquer número de membros presentes, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
a) Leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores;
b) Encerramento da discussão, votação e aprovação do texto do novo Estatuto Social do Sport Club Corinthians Paulista;
c) Proclamação do resultado;
d) Aprovação e nomeação de Comissão de Redação e Sistematização do novo Estatuto Social para consolidação do texto e destaques aprovados e, consequente aprovação da redação final;
e) Várias.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026
Romeu Tuma Junior
Presidente do Conselho Deliberativo do SCCP

Bahia é eliminado na segunda fase da Copa Libertadores

Disputa de bola na Fonte Nova, em Salvador; time baiano havia perdido para o O'Higgins (CHI) no jogo de ida por 1 a 0, venceu a volta por 2 a 1, mas caiu nos pênaltis (4 a 3) João Aurelio/Pera Photo Press/Ag. O Globo

Fóssil descoberto na Argentina revela o menor dos dinossauros sul-americanos

Reconstrução artística do dinossauro *Alnashetri cerropoliciensis*, encontrado em La Buitrera (região de Neuquén, no norte da Patagônia); animal viveu há 95 milhões de anos e pesava menos de 1 kg —a descoberta do fóssil da espécie pode ajudar pesquisadores a entender origens de grupo que teria evoluído para comer insetos Gabriel Diáz Yantén/Divulgação

AMOR CRÔNICO

Carol Tilkian
Psicanalista, pesquisadora de relacionamentos e palestrante

Abrir o casamento é estratégia ou boicote?

A conversa sobre o tema costuma surgir como uma tentativa ética de viver com menos mentira; na cozinha do amor, não existe receita universal, certo nem errado

O que seria exatamente "salvar o casamento" para você(s)? Começo com esta pergunta pois, na tentativa cheia de amor e boas intenções, talvez não tenhamos clareza do significado desse salvamento para cada um de nós.

O gato de Alice diria que "para quem não sabe onde vai, qualquer caminho serve". Ouso dizer que pra quem não esclarece o que é salvar, qualquer caminho ruma para um naufrágio emocional.

Porque "salvar" pode significar muitas coisas: salvar a família, a parceria, a rotina, os filhos, o patrimônio, a amizade. Mas nem sempre é salvar o desejo. E, às vezes, o que se chama de salvamento é apenas uma tentativa de postergar uma perda já em curso.

Talvez a perda não seja do amor, mas do erotismo. E isso exige uma investigação honesta: queremos voltar a ser amantes, ainda que com a chance de novos amores? Ou queremos nos assumir como parceiros de vida, mas não de cama? É pouco provável que haja clareza total no início. Mas implicar-se na construção dessas respostas é o único modo de fazer com que a abertura não se transforme, paradoxalmente, no fechamento da possibilidade de reconstrução do vínculo entre os dois.

Percebo que a conversa sobre abrir a relação costuma surgir como uma tentativa ética de viver com menos mentira, culpa e hipocrisia. Um movimento de reconhecer que o desejo não se encerra naquele que juramos amar pra sempre. A psicanálise nos lembra: o desejo é sempre desejo da falta. Nenhum parceiro dará conta de todas as dimensões do nosso querer e isso não precisa significar crise ou falência do amor.

Quando o casal se depara com o limite do desejo, da fantasia, da excitação, da idealização, abrir a relação pode ser uma elaboração madura do reconhecimento de que nenhum parceiro dará conta de todas as dimensões do desejo e que isso não precisa significar crise ou falência daquele amor.

Mas a questão mais delicada nesta abertura não é só quais novas experiências serão vividas, mas quais antigas dimensões do desejo queremos e estamos dispostos a reconstruir entre nós.

Esse novo arranjo expande o erotismo e também o reinventa dentro da relação? Ou funciona como uma forma confortável de manter os alicerces da família, enquanto o desejo passa a ser autorizado a morar fora? Este caminho seria quase uma variação do chamado "quiet divorce" —o divórcio silencioso. O termo descreve um fenômeno contemporâneo em que não há uma separação formal, mas um desligamento afetivo e erótico progressivo. O casal segue junto, cria filhos, organiza a vida prática, mas o vínculo sexual foi esvaziado. Há parceria mas não desejo. O abrir pode ser meio honesto de reconhecer e institucionalizar esse esvaziamento —e, se for escolha consciente de ambos, não há certo ou errado nisso.

O problema é quando a energia investida nos novos encontros não encontra equivalente na reinvenção do namoro entre o antigo casal. O novo seduz e o terceiro pode funcionar como uma espécie de analgésico narcísico. Devolve vitalidade ao eu ferido, restaura a autoestima abalada e reanima o corpo que já não se sentia visto. Se o novo arranjo não cuidar também da construção de contextos, cenários e fantasias para um novo jogo erótico da antiga relação, mais cedo ou mais tarde a abertura se torna afrouxamento de laços, que se torna ou divórcio silencioso ou litigioso.

Quero deixar claro que abrir a relação não necessariamente é boicotá-la. Pode ser, permitir-se uma vida com mais sobremesas sem culpa. Gosto da metáfora da sobremesa pois trata-se de algo que não é necessário. Precisamos da sobremesa? Não. Precisamos de mais parceiros? Não. Mas podemos querer. E querer e saborear sobremesas não invalida a capacidade de nos deliciarmos com ótimos almoços e jantares. Uma sobremesa prazerosa não invalida o prazer da refeição. Ela pode, inclusive, ampliá-lo, lembrando-nos que ainda temos paladar.

Acesse o QR Code para se inscrever na newsletter

O problema é quando a energia investida nos novos encontros não encontra equivalente na reinvenção do namoro entre o antigo casal. Se o novo arranjo não cuidar também da construção de contextos, cenários e fantasias para um novo jogo erótico da antiga relação, mais cedo ou mais tarde a abertura se torna afrouxamento de laços, que se torna ou divórcio silencioso ou litigioso

Mas há uma condição fundamental: que a refeição continue sendo escolhida, preparada com desejo. Que o tempero seja revisto e que o encontro não se transforme num bandejão apressado da rotina. Quando a conjugalidade vira apenas praticidade, perde sabor. Fica sem sal, sem textura, sem invenção. E então a sobremesa deixa de ser escolha e vira fuga.

O problema não está na sobremesa. Está em abandonar a cozinha da relação sem que esta seja uma decisão consciente do tal divórcio silencioso. Talvez a pergunta não seja se abrir é estratégia ou boicote. Mas se estamos dispostos a continuar cozinhando juntos e qual exatamente é esse novo cardápio que queremos criar: um PF bem feito que mantém o básico da parceria e da família sem se propor a ter a pimenta do erotismo?

Ou receitas novas, com especiarias capazes de despertar desejo nesse antigo menu? Na cozinha do amor, como na psicanálise, não existe receita universal; nem certo ou errado moral; existe implicação e responsabilidade pelo que se escolhe temperar, pelo que se deixa esfriar e pelo que ainda se deseja colocar no fogo.

E se você também tem um dilema ou uma dúvida sobre suas relações afetivas, me escreva no email colunaamorcronico@amorespossiveis.love

ilustrada

Palácio de cristal

Lar da 'Mona Lisa' e de outras 30 mil obras, o Museu do Louvre enfrenta a sua maior crise, quatro meses após roubo de joias que pôs em evidência as fragilidades de sua gestão, entre greves e fraude Leia na pág. B8

Pirâmide projetada pelo arquiteto I.M. Pei, na entrada do Museu do Louvre, em Paris Julie Sebadelha - 3.nov.25/AFP

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

UM PASSO ADIANTE

A CPI do Crime Organizado chegou a examinar um requerimento que previa a quebra do sigilo bancário e fiscal do escritório de advocacia de Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes. Os filhos dele também trabalham na banca.

PASSO ADIANTE 2 Autor do requerimento, o senador Alessandro Vieira propôs também que ela fosse convocada para depor e explicar o contrato de R$ 129 milhões que o escritório firmou com o Banco Master.

PASSO ADIANTE 3 Os senadores que integram a CPI já haviam aprovado outros requerimentos do mesmo senador e quebrado os sigilos bancário, fiscal e telemático da empresa da qual o ministro Dias Toffoli é sócio, a Maridt. E também os sigilos do Banco Master.

PASSO ATRÁS Na hora de discutir o caso de Viviane, no entanto, houve um recuo. O presidente da comissão, senador Fábio Contarato, argumentou com os colegas que havia consultado a área jurídica do Senado e que a quebra não era recomendável.

PASSO ATRÁS 2 Ele argumentou que o simples fato de Viviane advogar para o banco não era razão suficiente para quebrar o sigilo do escritório.

GAVETA Depois de algum debate, a proposta foi arquivada.

CONVITE A convocação de Viviane de Moraes, que a obrigaria a comparecer à CPI, foi transformada em convite e ela só vai depor se quiser, algo considerado mais do que improvável.

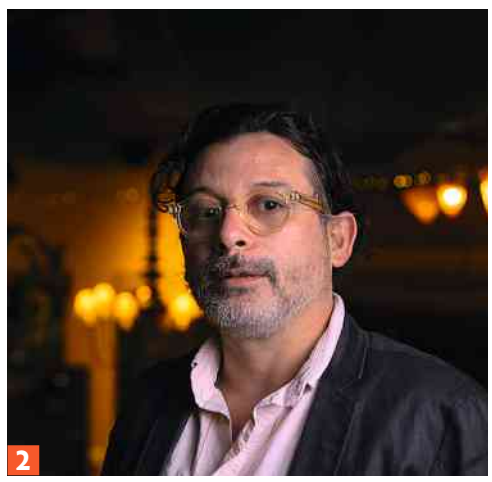
CONVITE 2 Dias Toffoli e Alexandre de Moraes também foram convidados em vez de convocados.

NOVIDADE A Neoenergia e o Ministério da Cultura lançam nesta quinta-feira (26) o programa Rouanet no Interior, com investimento de R$ 6 milhões em projetos culturais fora dos grandes centros urbanos do país.

ABRANGÊNCIA A iniciativa vai financiar ações em municípios da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo, além de Distrito Federal —áreas onde a companhia atua na distribuição de energia. A estimativa é apoiar pelo menos 30 projetos, com teto de R$ 200 mil por proposta. Segundo os organizadores, terão prioridade iniciativas que incluam ações afirmativas e medidas de acessibilidade. A proposta é ampliar o alcance da Lei Rouanet para cidades que recebem menos recursos de incentivo cultural.

PLIM-PLIM

Vera Fischer volta às novelas da Globo no dia 5 de março em "Êta Mundo Melhor!". Ela será Rosalinda, mulher que no passado venceu Cunegundes (Elizabeth Savalla) no concurso Miss Piracema. "Esse retorno foi leve, feliz e claro que dá um gostinho de quero mais. Atuar é o que me move. Tendo papéis que façam sentido para mim, por que não?" Beatriz Damy/Globo



ESTANTE

A americana Tracy Mann 1, embaixadora do SXSW no Brasil, recebeu convidados no lançamento do seu livro "O Mundo Todo É Bahia" na segunda (23), no Bar Balcão, em São Paulo. Os escritores João Paulo Cuenca 2 e Santiago Nazarian 3 e o DJ e jornalista Camilo Rocha 4 marcaram presença no evento Fotos Ronny Santos/Folhapress

MARTELO A 3ª Câmara de Direito Criminal do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) manteve decisão de primeira instância que absolveu o ex-BBB e arquiteto Felipe Prior da acusação de ter estuprado uma mulher em 2018, durante os jogos universitários InterFAU realizados em Itapetininga, no interior de São Paulo. Cabe recurso.

MARTELO 2 Por unanimidade, os desembargadores entenderam que não ficou comprovada a responsabilidade criminal de Prior. O ex-BBB argumenta que a relação foi consentida. Procurada, a defesa de Prior, representada pelo escritório Kehdi Vieira Advogados, disse que não vai se manifestar. Prior responde a outras três acusações na Justiça.

BOCA O Tribunal de Justiça de São Paulo aceitou a acusação de calúnia, injúria e difamação apresentada pelo deputado estadual Lucas Bove (PL-SP) contra a ex-mulher, a influenciadora Cíntia Chagas. A juíza também determinou que o processo tramite sob segredo de Justiça. O deputado é acusado de ter agredido a influenciadora quando ainda eram casados, em 2024. A defesa de Chagas afirma que o recebimento da queixa-crime não significa qualquer juízo de culpa.

NEGADO O Conpresp, conselho municipal de preservação do patrimônio histórico de São Paulo, rejeitou na segunda (23) pedido para enquadrar o bar Ó do Borogodó como área de proteção cultural. Stefânia Gola, dona do estabelecimento, diz à coluna que vai recorrer da decisão.

NEGADO 2 O conselho havia aberto o processo de análise para enquadrar o bar como uma Zepec - APC (Zona Especial de Preservação Cultural - Área de Proteção Cultural) no final de 2023. Desde então, o comércio contava com uma proteção provisória, ou seja, qualquer reforma, demolição, ampliação ou outra alteração no imóvel onde ele está localizado precisaria ser aprovada pelo Conpresp.

NEGADO 3 Agora o Ó do Borogodó perde essa proteção. Isso acontecerá após a publicação oficial da decisão do Conpresp. A estratégia de buscar a classificação como Zepec -APC surgiu como forma de evitar o fechamento do bar, que enfrenta desde 2022 processo de despejo.

MEMÓRIA O Instituto Vladimir Herzog foi admitido como amicus curiae no processo em que o Supremo Tribunal Federal decidirá se a Lei da Anistia pode ser aplicada ao caso do ex-deputado Rubens Paiva, desaparecido e assassinado durante a ditadura militar.

MEMÓRIA 2 A ação está sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes e discute se crimes permanentes e graves violações de direitos humanos cometidos no período podem ser alcançados pela anistia.

com Karina Matias, Diego Alejandro e Victória Cócolo

MINISTÉRIO DA CULTURA
apresenta

GIL
andar com fé

Direção
MIGUEL FALABELLA

Texto
NEWTON MORENO

Direção Musical
THIAGO GIMENES

Direção Associada
BÁRBARA GUERRA

VENDAS ABERTAS

TEATRO Santander

INGRESSOS EM Sympla

A VIDA E OBRA DE GILBERTO GIL
ganham o palco do TEATRO SANTANDER

Uma grande produção com direção de
MIGUEL FALABELLA

AD
12

PATROCÍNIO MASTER

Lei Rouanet

ZURICH Santander
SEGUROS E PREVIDÊNCIA BRASIL

LORENZETTI

PATROCÍNIO

mapfre

APOIO

Santander

PRODUÇÃO

ATUAL PRODUÇÕES

REALIZAÇÃO

AURORA PRODUÇÕES

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

‘Tempo Rei’, a maior turnê de Gilberto Gil, chega ao fim após um ano de apresentações

Depois de reunir amigos no palco, cantar em navio e fora do Brasil, músico vai se despedir dos grandes shows em Belém e em São Paulo

Guilherme Luis

SÃO PAULO No mês que vem, Gilberto Gil vai encerrar, em São Paulo, a última e maior turnê de sua vida, “Tempo Rei”, após viajar por um ano com ela. É a despedida dessa despedida que ele preparou para os grandes palcos. A partir de agora, diz Gil, o negócio é show só de vez em quando e em espaços mais singelos.

O encerramento, marcado para o dia 28 de março, vai tomar o estádio do Palmeiras, o Allianz Parque, justamente um dos primeiros espaços a sediar o espetáculo. Lá, Gil se tornou o artista com o maior número de shows em um mesmo ano, seis em 2025.

Até agora, a turnê teve 25 apresentações, passando por nove capitais —Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza e Recife. Em março, Gil visita ainda Belém, e também vai para fora, com um show em Santiago, no Chile, e outro em Buenos Aires, na Argentina.

A expectativa é que, até o fim, Gil tenha cantado para quase um milhão de pessoas. Isso torna esta a maior turnê já feita pelo tropicalista, não só em termos de público, mas também quanto à estrutura, cheio de aparatos e efeitos que não necessariamente faziam parte de suas performances no passado. “Tempo Rei” teve, por exemplo, por cima de Gil, uma escultura em espiral, feita de metal e placas flexíveis de LED, com trechos das canções.

O veterano fez também apresentações menores em meio à programação regular da turnê. Primeiro, reuniu cerca de 60 convidados no histórico Teatro Gamboa, em Salvador, sua terra natal, há dois meses. Depois, fechou o ano cantando em alto-mar no cruzeiro Navio Tempo Rei, que viajou entre o Rio de Janeiro e Santos, no litoral paulista, em dezembro.

Começou ali o adeus à turnê. Tanto é que Gil fez uma segunda apresentação no navio com uma setlist diferente da que vinha tocando ao longo do ano, no anseio por novidades. Cantou, por exemplo, sambas de fora do seu repertório, caso de “Chiclete com Banana” e “Garota de Ipanema”, esta acompanhado de Flor Gil, sua neta de 17 anos.

Participações de outros artistas foram parte essencial dessa turnê, aliás. Gil cantou com mais de 30 colegas, entre ícones da MPB, como Marisa Monte e Caetano Veloso, e vozes de outro gênero, caso do funkeiro MC Hariel e o cantor de piseiro João Gomes.

Um dos encontros mais importantes foi o último entre ele e a filha Preta Gil, morta em julho do ano passado por causa de um câncer colorretal. A artista dividiu palco com o pai em abril, no Allianz Parque, em São Paulo, três meses antes. Preta surgiu lá de surpresa, e fez Gil chorar —ela estava internada na UTI à época.

Em Salvador, Gil se uniu a Russo Passapusso e Margareth Menezes, a ministra da Cultura. No Rio de Janeiro, ele cantou com Anitta. Quando foi para São Paulo, além de Preta, Gil encontrou Sandy, Seu Jorge, e Roberto Carlos.

O momento com o rei foi memorável, sobretudo porque ele não é de visitar os shows de colegas —não fazia uma ponta dessas desde 2011, quando visitou um show de Erasmo Carlos. Tão surpreendente quanto foi a junção de Gil e Chico Buarque. O colega foi uma figura onipresente nas apresentações, já que a introdução de “Cálice”, escrita pelos dois e censurada na ditadura, era feita por Chico num vídeo gravado.

Mas, quando a turnê passou pelo Rio de Janeiro, em junho, o carioca saiu do telão e foi ao palco da Marina da Glória, numa interpretação emocionante com o parceiro. Virou praxe que, antes dessa performance, ao longo da turnê, o público gritasse, em coro, um protesto contra a anistia dos golpistas do 8 de janeiro.

Gil e sua equipe foram bem criteriosos com a setlist. O artista sabia a tarefa hercúlea que seria condensar os mais de 60 anos de carreira em quase duas horas e meia de show —por isso, delegou a missão e só deu a bênção final.

O espetáculo parte de “Palco”, canção de 1981, e segue uma certa cronologia temporal, antes de mudar de cara para fazer seções mais temáticas, não necessariamente temporais, associada aos diferentes ritmos cantados por Gil, que já fez pop, reggae e rock.

Os ingressos para os últimos shows estão à venda no site da Eventim. Em Belém e em São Paulo, os preços das entradas inteiras partem de R$ 230. Gil, que deseja priorizar os palanques menores agora, vai abrir uma exceção no Rock in Rio, onde ele aquece o palco principal para o britânico Elton John no dia 7 de setembro. A expectativa é que ali Gil reencontre uma multidão como as que se acostumou a reunir.

Gilberto Gil em show no Rio de Janeiro Mauro Pimentel/AFP

Miguel Falabella diz que musical sobre o cantor será original e à altura do artista

SÃO PAULO Depois de nomes como a artista Tarsila do Amaral, o maestro Tom Jobim e a cantora Clara Nunes, chega a hora de outro brasileiro renomado ver sua história em palcos nacionais. A figura da vez é Gilberto Gil, que terá a sua trajetória retratada no Teatro Santander, a partir de agosto.

Sob direção de Miguel Falabella, “Gil - Andar com Fé” é o primeiro musical dedicado ao músico baiano. A ideia é que a peça reúna trechos da infância do artista, a sua passagem pelo exílio, quando a ditadura militar o obrigou a se refugiar em Londres, a consolidação de sua carreira e, até mesmo, vislumbres de um futuro que deve contemplar todo o Brasil.

Afinal, o espetáculo não será apresentado de forma linear e o personagem Tempo-Rei, narrador que ultrapassa barreiras temporais, dará conta de embaralhar homenagens de uma maneira que faça a plateia “saltar da cadeira e se emocionar”.

“Estamos quebrando a cabeça para fazer com que a peça seja a mais original possível”, afirma Falabella. Ele diz que os musicais biográficos têm demonstrado sinais de esgotamento, voltados quase exclusivamente a abordar momentos amplamente conhecidos, e distantes da busca por abordagens capazes de inovar as interações com o público.

“Sinto que o ‘musical Wikipédia’ está um pouco esgotado. Mas é perfeitamente comum que isso aconteça, e dificilmente esses espetáculos deixarão de ser produzidos. Afinal, os custos que permitem a produção e a garantia de sucesso com musicais são enormes, então é natural que pessoas sigam atrás de fórmulas.”

Aqui, conforme promete o texto de divulgação, o objetivo é que cada canção introduza uma nova atmosfera aos espectadores. “Tenho me sentido muito inspirado pela geração brilhante da qual Gil faz parte”, afirma o diretor.

“Venho pensando muito nos movimentos que definiram o final da década de 1960 [quando se destacou o tropicalismo] e os anos 1970, mas ainda há muito para se buscar.”

A definição do elenco é uma das prioridades de “Andar com Fé”. As audições vão acontecer entre 9 e 13 de março, mas as vendas já estão abertas desde janeiro. Os que comprarem deverão se deparar, para além da canção-título, com músicas como “Aquele Abraço” e “Domingo no Parque”, além de personagens como Caetano Veloso, Gal Costa e Maria Bethânia.

A peça ainda traz texto do dramaturgo Newton Moreno e direção associada de Bárbara Guerra e estreia no dia 20 de agosto. **Davi Galantier Krasilchik**

GILBERTO GIL

REACH FOR THE CROWN

O DAY-DATE

ROLEX

OUTRO CANAL

Gabriel Vaquer
gabriel.vaquer@grupofolha.com.br

'EU TE AI LOVE IÚ'
Serginho Groisman é entrevistado no documentário sobre os 30 anos da morte dos integrantes do Mamonas Assassinas, que a Globo exibe na segunda (2) Divulgação

Ex-ator da Globo, Daniel Dantas assina com a Record

Nome conhecido de novelas da Globo nas últimas três décadas, o ator Daniel Dantas é o novo contratado da Record. Ele assinou com a emissora e com a Seriella, produtora responsável por realizar as séries e novelas da TV de Edir Macedo. Dantas fará um papel importante na série bíblica "Ben-Hur", próxima incursão do canal no gênero. O ator interpretará Herodes, o paranoico e manipulador monarca da Judeia no período do nascimento de Cristo. Este será seu primeiro trabalho na Record.

CURRÍCULO Dantas iniciou sua carreira nos anos 1980, na Globo, onde atuou em mais de 30 novelas. Entre elas, estão "Um Anjo Caiu do Céu" (2001), "Celebridade" (2003), "Cheias de Charme" (2012) e "Novo Mundo" (2017). Sua última trama na emissora foi "Um Lugar ao Sol" (2021). Ele fez poucos trabalhos em outros canais da TV aberta. O último foi a obscura "74.5: Uma Onda no Ar", produção exibida em 1994 pela extinta Rede Manchete (1983-1999).

DESAGRADOU A Globo está bastante preocupada com a baixa audiência de "Coração Acelerado", sua atual novela das sete, no Rio de Janeiro. A trama de Izabel de Oliveira e Maria Helena Nascimento tem sido rejeitada na cidade por causa da temática sertaneja, ritmo com pouca aceitação na capital fluminense, em comparação a outros estados.

26
pontos foi a média de 'Três Graças' em São Paulo na terça-feira (24), índice só alcançado uma vez desde que a novela estreou, em outubro do ano passado

DESAGRADOU 2 O folhetim tem média de 21 pontos no município, cinco a menos do que marcou sua antecessora, "Dona de Mim". A emissora já vem estudando medidas para tentar reverter a situação.

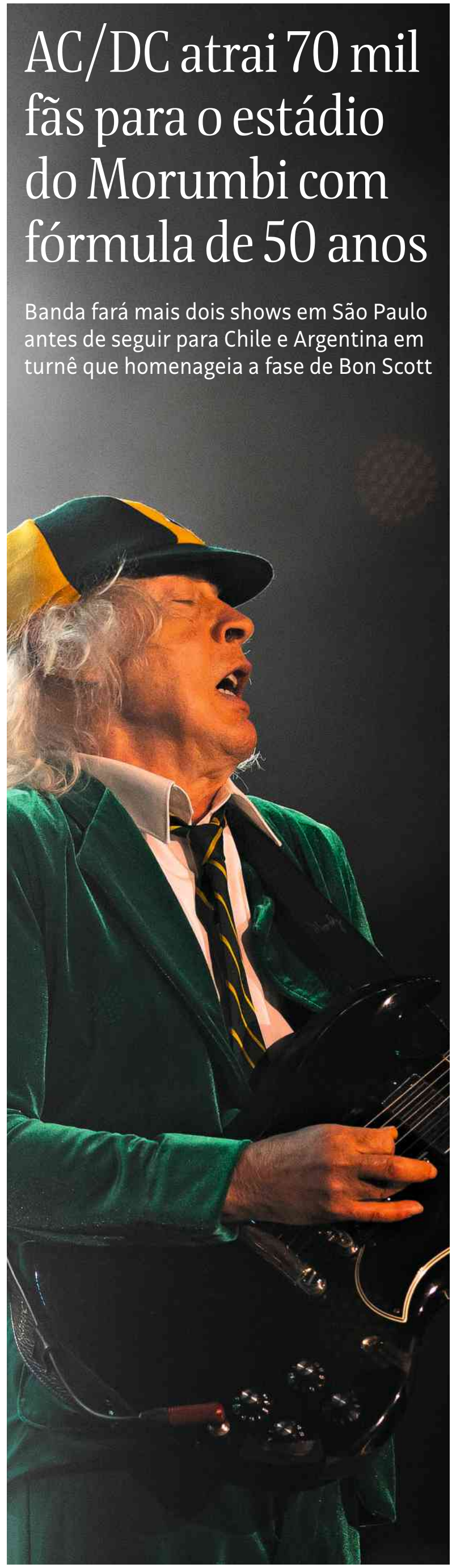
ENCONTRO A Band fará uma edição especial do Canal Livre, seu programa de debate político, com três governadores de estado que são pré-candidatos à Presidência da República. A atração irá ao ar no dia 15 de março. Estarão no programa Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul; Ratinho Jr., do Paraná; e Ronaldo Caiado, de Goiás. Todos eles são do PSD, partido de Gilberto Kassab, que pretende lançar candidato próprio no pleito marcado para outubro.

HAJA CORAÇÃO Galvão Bueno não vai ser apenas um debatedor em seu novo programa no SBT. Na segunda-feira (2), às 22h30, ele passa a apresentar o Galvão F.C., que vai misturar o que já faz em atrações esportivas desde 2003, com a aura festiva dos programas da emissora da família Abravanel. "Quero fazer uma farra", diz, animado. A conversa completa está na página da coluna, no site F5.

RISOS Sem contrato fixo com a Globo desde 2024, Fabíula Nascimento vai protagonizar a segunda temporada do humorístico "Volte Sempre", produzido pela emissora para o Multishow.

AC/DC atrai 70 mil fãs para o estádio do Morumbi com fórmula de 50 anos

Banda fará mais dois shows em São Paulo antes de seguir para Chile e Argentina em turnê que homenageia a fase de Bon Scott



Angus Young em show do AC/DC em São Paulo Adriano Vizoni/Folhapress

Ivan Finotti

SÃO PAULO Às 20h59 desta terça, o AC/DC está no palco. O Morumbis, tomado por 70 mil pessoas. Cerca de 99% do público veste preto. Pequenos pontos vermelhos começam a piscar —os chifrinhos luminosos de Angus Young, vendidos a R$ 20 nas portas do estádio, acesos antes mesmo de "Highway to Hell".

Young surge com a tradicional roupa de colegial, desta vez verde, e um boné verde e amarelo. A primeira música, "If You Want Blood (You've Got It)" é do álbum de 1979. A segunda, "Back in Black", é de 1980 e põe o estádio em combustão. É um clássico absoluto e funciona como aceleração do motor.

Logo aparece outra preferida do público, "Thunderstruck". Young responde bem no palco. Corre, gira, ocupa o espaço. E toca os solos iguaizinhos às gravações originais — fidelidade que parece ser cláusula pétrea da banda. O som todo, aliás, está excelente, alto, sendo possível distinguir o baixo.

Foi o primeiro show da banda neste ano e o primeiro em São Paulo. Outros dois vão acontecer nos próximos dias 28 e 4. São quatro dias de descanso entre cada show —tem sido assim em toda a turnê—, mais ou menos como fazem os jogadores de futebol.

Pudera. Young tem 70 anos, mas parece ter 80. Brian Johnson, o vocalista esganiçado, 78. E Stevie, o outro guitarrista, 69. Stevie é sobrinho de Young e entrou no lugar do tio Malcolm, morto em 2017.

Johnson, com braços de fora e uma barriga enorme, impressiona pela voz. O grito ardido de 1980 segue ali, preservado. Em "Highway to Hell", o estádio se transforma em mar vermelho piscante. As labaredas sobem no palco, gigantes.

O baixista e o baterista não são membros oficiais. Matt Laug (bateria) e Chris Chaney (baixista) são músicos contratados para a turnê —ambos já tocaram com Alanis Morissette. "Jailbreak" é cantada por todo mundo, num coro que evidencia a plateia. A partir daí, na segunda hora, começa a fase Bon Scott. A atual turnê olha com carinho para essa era: 11 das 21 músicas vêm daquele período.

Morto em 1980, envenenado pelo álcool, Scott comparece com "High Voltage", "Whole Lotta Rosie", "Let There Be Rock", "Dirty Deeds Done Dirt Cheap", "Riff Raff", entre outras. Há bandas cover do AC/DC que tocam só essa fase.

O bis vem com "TNT", de 1975, e "For Those About to Rock", de 1981, um deleite. Acaba às 23h15 em ponto. Não haverá shows em outras cidades do Brasil. Daqui, eles seguirão para Chile e Argentina. Eis uma banda que jamais tentou se modernizar. A turnê atual não tenta atualizar o AC/DC. Não há releitura estética, não há discurso, não há blablablá. Há execução. Guitarra. Volume. Gritos. Uma repetição ritualística de uma fórmula de três acordes que já atravessa mais de meio século.

AC/DC: PWR UP Tour
ONDE Estádio Morumbis - pça. Roberto Gomes Pedrosa, 1, São Paulo.
QUANDO Sáb. (28) e qua. (4), às 21h.
CLASSIFICAÇÃO 16 anos. **PREÇO** De R$ 850 a R$ 1.590, no site ticketmaster.com.br. Esgotado no sáb. (28)

QUADRINHOS

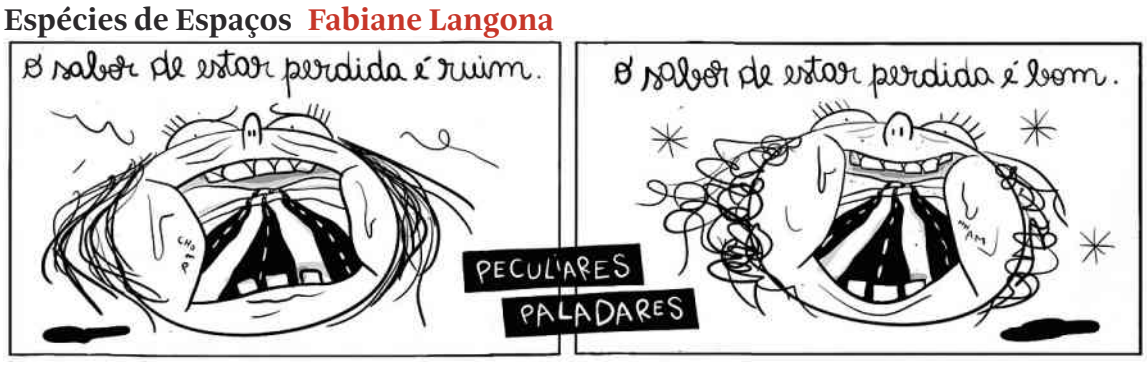
Piratas do Tietê Laerte

Bicudinho Caco Galhardo

Níquel Náusea Fernando Gonsales

Não Há Nada Acontecendo André Dahmer

Espécies de Espaços Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May

Vida Besta Galvão Bertazzi

GODOKU www1.folha.uol.com.br/jogos

							N	
					F		I	
	I	E		A		V		
	V		O		N		A	
	E							O
I	T			E				J
		V						T
					A			V
F			J				O	

As regras do **Godoku** são simples: o jogador deve preencher o quadro maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que os espaços em branco contenham as letras presentes no diagrama. As letras não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid. No destaque será lido o nome de uma personagem do romance "Os Miseráveis", de Victor Hugo, escritor francês nascido nesta data, 26 de fevereiro, no ano de 1802.

SOLUÇÃO

A	N	O	T	I	E	J	F	V
T	N	A	V	O	F	J	I	E
O	I	E	N	A	J	V	T	F
J	V	F	O	T	N	E	A	I
A	E	N	F	J	I	T	V	O
I	T	O	A	E	V	N	F	J
N	J	V	I	F	O	A	E	T
E	O	I	T	N	A	F	J	V
F	A	T	J	V	E	I	O	N

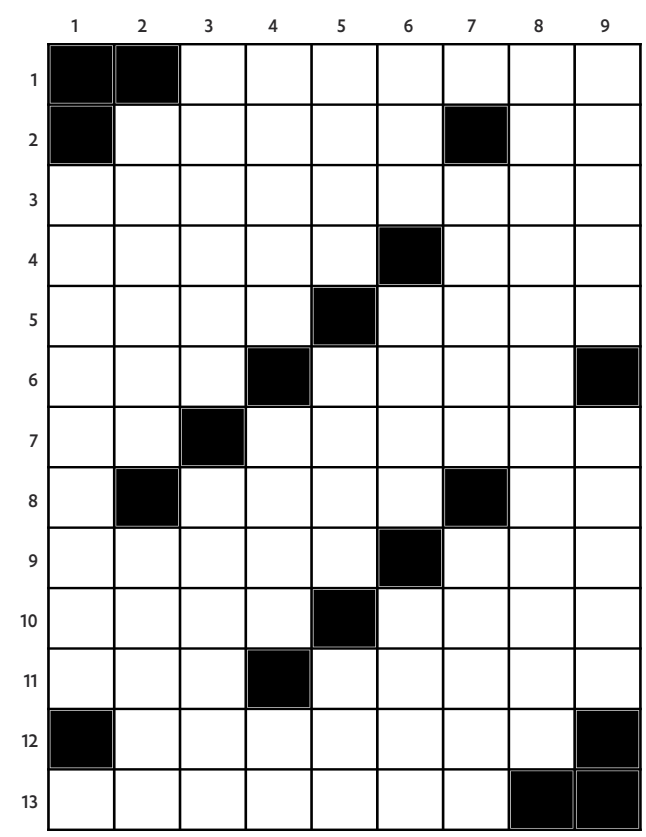
CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Queixa insistente e aborrecida **2.** Mistura de cola e vidro moído usada para cortar a linha de papagaios / Nicolas Cage, ator de "Motoqueiro Fantasma" **3.** Atriz americana de "A Sogra" e "Barbarella" **4.** Aliança política / As vogais de Romeu **5.** Proprietário / Móvel que se pode usar como cama **6.** A árvore que é um símbolo nacional / Material de trabalho do goleiro **7.** Daquele / Comparação de um objeto com outro **8.** Um doce de nozes e mel / Sérgio Loroza, ator e músico **9.** Que nasceu faz poucas horas / Uma forma de abreviar o nome do mês 5 **10.** Abreviatura em inglês do sistema de cores usado em impressões gráficas / Sepultura **11.** (Mar.) Hora do baixa-mar / A escritora Lygia Fagundes **12.** Completo, total **13.** Desgastar ou consumir progressivamente.

VERTICAIS

1. Atriz inglesa de "Nunca te Vi, Sempre te Amei" **2.** A estrela mais luminosa do céu, depois de Sírio / Uma marca de material esportivo **3.** O músico pernambucano de "Paciência" / Um atacante do futebol **4.** Grande areal / Personagem de filmes e desenhos, verde, muito forte / (Abrev.) Doutor **5.** Bolor que se forma em lugares úmidos / Em seguida / (-avô) Irmão do avô ou da avó em relação aos netos destes **6.** Grito de sofrimento ou angústia / De + uma / Cheiro ruim de suor **7.** Futuro esposo / O dente que tritura alimentos **8.** Privado **9.** Ave de plumagem amarelo-creme e dorso escuro / (Fausto) Cidade paulista próxima a Capivari.

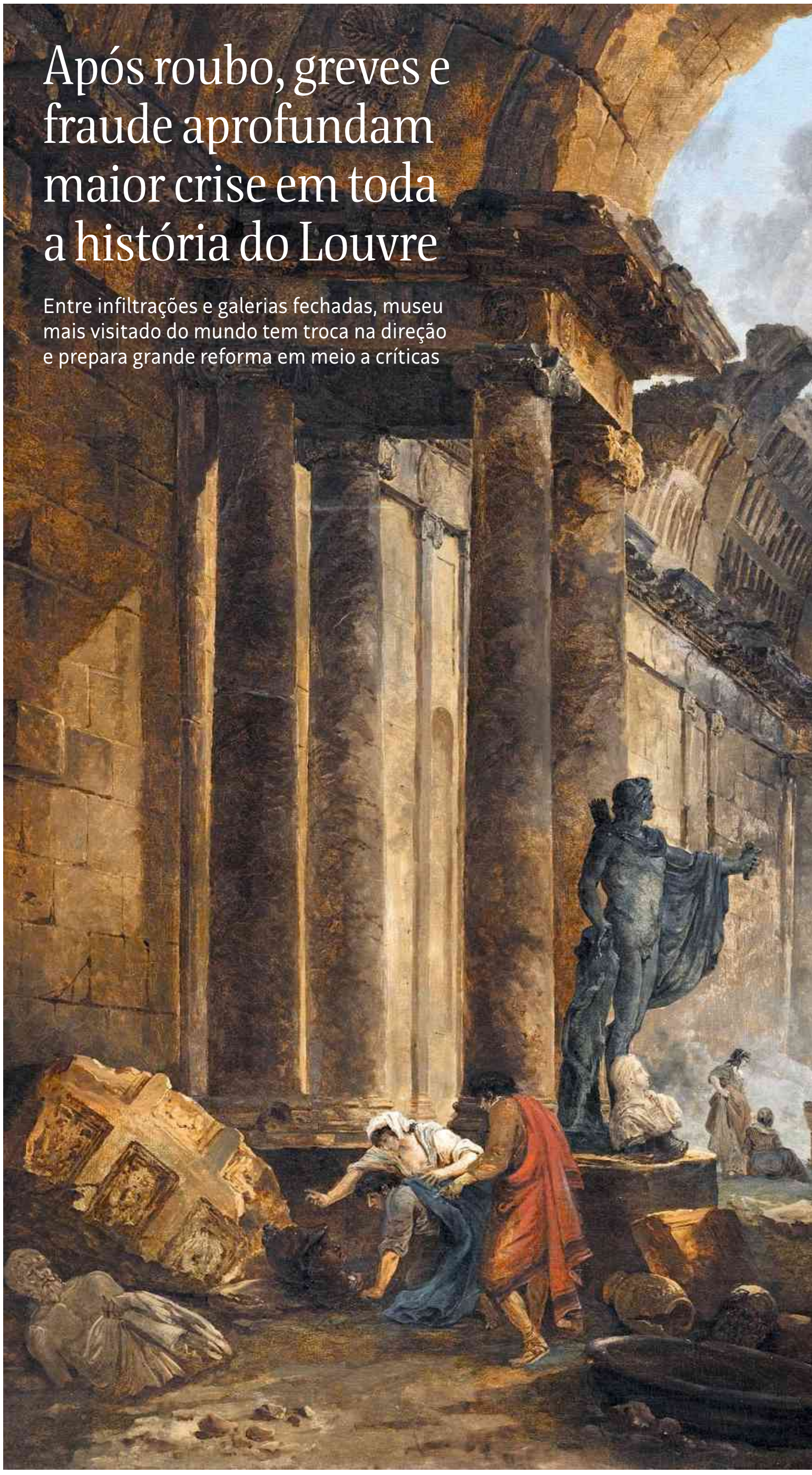


HORIZONTAIS: 1. Lamúria, **2.** Cerol, NC, **3.** Jane Fonda, **4.** União, Oeu, **5.** Dono, Diva, **6.** Ipê, Luva, **7.** Do, Homose, **8.** Nuga, SL, **9.** Nu-elo, Mai, **10.** CMYK, Cova, **11.** HBM, Teles, **12.** Radical, **13.** Corroer.
VERTICAIS: 1. Judi Dench, **2.** Canopo, Umbro, **3.** Lenine, Neymar, **4.** Areão, Hulk, Dr, **5.** Mofo, Logo, Tio, **6.** Ulo, Duma, Cê-cê, **7.** Noivo, Molar, **8.** Indevassável, **9.** Acauã, Elias.

Após roubo, greves e fraude aprofundam maior crise em toda a história do Louvre

Entre infiltrações e galerias fechadas, museu mais visitado do mundo tem troca na direção e prepara grande reforma em meio a críticas

André Fontenelle



PARIS Evitem marcar visita ao Louvre às segundas de manhã. Esse é o alerta que a guia de turismo brasileira Tatiana Agostini Zaballa tem feito aos clientes. "É quando costumam acontecer as greves", explica ela. Desde o célebre roubo das joias da coroa, em 19 de outubro, tornaram-se frequentes as paralisações intermitentes dos funcionários.

Roubo, greves, infiltrações nas paredes, fraude nos ingressos. Nos últimos meses, o museu mais visitado do mundo só tem gerado notícias ruins, reflexo daquela que talvez seja a maior crise de sua história. Nesta quarta, o presidente da França, Emmanuel Macron, nomeou um novo diretor para o Louvre —ou presidente, como o cargo é chamado em francês. Christophe Leribault, historiador da arte de 62 anos, é atualmente responsável por outro ícone do turismo mundial, o Palácio de Versalhes.

Leribault sucede a curadora Laurence des Cars, no posto desde 2021. Ela renunciou na véspera, na esteira da crise. Os problemas "começaram antes de Laurence des Cars, mas se aceleraram", afirma o sindicalista Julien Dunoyer, funcionário do museu há duas décadas. "Uma boa parte do orçamento vai para exposições e coisas de muita visibilidade, mas não para as menos glamorosas, como a manutenção do prédio, o encanamento, a reforma dos banheiros", diz Dunoyer. "Em vez de ouvirem os funcionários, de um verdadeiro trabalho de equipe, só há confronto."

A reportagem esteve no Louvre, na última segunda, e constatou salas com andaimes devido a infiltrações, visitantes se abanando por falta de refrigeração, banheiros que não dão conta da demanda. "No mapa que a gente recebe, estão hachuradas as áreas em reforma", diz o turista mineiro Bruno Oliveira da Silva. São muitas as salas marcadas, como as de antiguidades gregas e romanas, pinturas espanholas e arte islâmica.

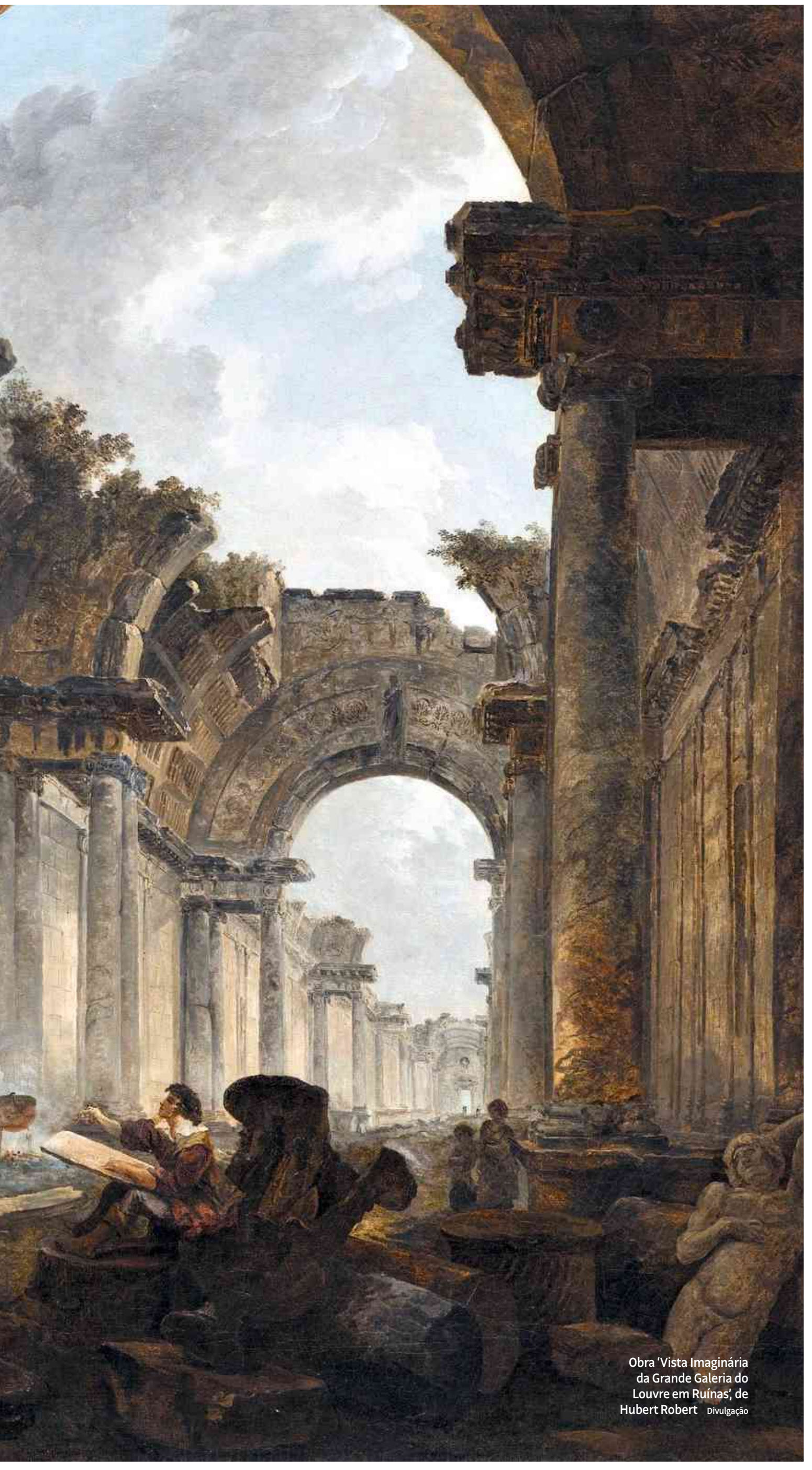
"O Louvre está meio decadente, não vou poder mentir para você", diz Zaballa, a guia. "Os banheiros são horríveis. Lockers estão quebrados. Onde ficam as estátuas gregas, está sempre quente."

Piorando a experiência dos turistas, desde janeiro o ingresso para não residentes na União Europeia —que representam 40% dos 9 milhões de visitantes anuais— subiu de € 22, aproximadamente R$ 135, para € 32, ou R$ 195.

Não que os problemas fossem ignorados antes do roubo. O aumento do ingresso para estrangeiros servirá para ajudar a pagar parte de uma reforma geral do Louvre, anunciada por Emmanuel Macron em pessoa em janeiro de 2025, na Sala dos Estados, onde está exposta a "Mona Lisa".

Naquela ocasião, diante do presidente francês, Des Cars denunciou a decrepitude do museu. "Esta sala deveria ser um lugar de admiração. Mas é palco de intensa agitação, pouco propícia à descoberta de suas obras-primas. Embora o Louvre ainda desperte entusiasmo, por toda parte o edifício sofre", constatou a então diretora.

Continua na pág. B9



Obra 'Vista Imaginária da Grande Galeria do Louvre em Ruínas', de Hubert Robert Divulgação

Continuação da pág. B8

Estimado em € 1,15 bilhão, cerca de R$ 7 bilhões, o projeto Novo Renascimento do Louvre, como foi batizado, prevê para 2031 acessos alternativos à famosa pirâmide de vidro do arquiteto sino-americano I.M. Pei, inaugurada em 1989. Entre eles, um específico para a "Mona Lisa", desafogando o restante do prédio, e um novo paisagismo.

A última grande reforma data da época da inauguração da pirâmide de Pei, marco do bicentenário da Revolução Francesa. Previa-se, então, uma capacidade máxima de 4 milhões de pessoas por ano. Hoje, o museu recebe 9 milhões. Com a reforma, poderá acolher 12 milhões.

A Galeria de Apolo, palco do roubo, continua fechada e sem previsão de reabertura. A meio caminho entre a galeria e a "Mona Lisa", na sala 707, um andaime do teto até o chão revela uma infiltração recente. No teto, o vazamento danificou o painel "O Triunfo da Pintura Francesa", executado por Charles Meynier em 1819; na parede, um afresco sobre o calvário de Jesus, do mestre renascentista italiano Fra Angelico.

Na sala seguinte, outro tapume e um aviso. "Obras em andamento. Pedimos desculpas pelo incômodo ocasionado." Em boa parte da ala de pinturas italianas, o ar-condicionado parecia desligado e os visitantes se abanavam.

Além dos problemas físicos do gigantesco Louvre —são mais de 30 mil obras em 14,5 quilômetros de salas e corredores—, Christophe Leribault, o novo presidente, terá de lidar com questões administrativas. Há duas semanas, a polícia desmantelou uma fraude na bilheteria. Foram presas nove pessoas, entre elas dois funcionários. O golpe consistia em reaproveitar ingressos usados para que grupos entrassem sem pagar. Guias teriam lucrado com o esquema durante pelo menos uma década. Curiosamente, a fraude também afetava o Palácio de Versalhes, que o próprio Leribault dirigia até esta quarta-feira.

Quanto às joias roubadas, embora os executores do crime tenham sido presos semanas depois, até hoje não há notícias do butim. Do lado de fora, a calçada onde estacionaram o caminhão-grua usado no assalto está interditada. Uma grade deve ser instalada na janela por onde eles entraram.

Um relatório do Tribunal de Contas francês criticou a gestão do Louvre nos últimos anos. Nem mesmo a reforma para 2031 escapou das críticas. O sindicalista Julien Dunoyer também teme que o dinheiro seja mal empregado. "Não sei se temos recursos para isso, sabendo que só a reforma do prédio atual está estimada em € 450 milhões [R$ 2,7 bilhões]."

Visitar o Louvre continua sendo especial, mas os problemas recentes se tornaram uma fonte de estresse para os turistas. Foi o caso das gaúchas Elizabeth Costa e Christine Travassos Souza, pela primeira vez no Louvre na semana passada. "Tinha a preocupação de chegar e talvez não conseguir acessar o museu", diz Costa. "Amigos deram dicas, ir de tarde, porque de manhã está tendo greve. Só compramos o ingresso ontem, para ter mais segurança."

Miséria humana de proporções épicas

'O Testamento' é tragédia movida por ganância, ressentimentos e traições

Mauricio Stycer
Jornalista e crítico de TV, autor de 'Topa Tudo por Dinheiro'. É mestre em sociologia pela USP

Anita Harley tinha 69 anos quando sofreu um AVC que a deixou em coma, em novembro de 2016. Inconsciente desde então, a empresária que comandava uma das maiores redes varejistas do país, a Pernambucanas, se tornou objeto de um imbróglio jurídico complexo, que até hoje se arrasta por diferentes tribunais, com mais reviravoltas do que novela das nove.

O caso é uma tragédia de grandes proporções, movida por ganância, ressentimentos, traições, brigas entre parentes e versões conflitantes de cada detalhe da história. Miséria humana de proporções épicas.

Nas mãos da jornalista Camila Appel, diretora da excelente série documental "O Testamento", esse drama é descrito de forma olímpica, sem condescendência, pena ou simpatia com os muitos agentes envolvidos. Ela evita, ainda, o didatismo, deixando nas mãos do espectador a decisão de acreditar ou não numa miríade de versões e interpretações, muitas delas estapafúrdias ou cômicas.

Só de advogados, se não errei a conta, são oito os entrevistados. Cada um defendendo alguma parte, não ajudam em nada no esclarecimento do assunto, mas iluminam os interesses de seus clientes. Outras 20 pessoas, entre envolvidos diretamente na disputa, parentes de Anita e amigos de algum dos lados, falam diretamente à câmera, expondo contradições e afetações.

Há bons motivos para tanta confusão. O caso diz respeito à disputa pelo direito de administrar uma fortuna estimada em R$ 2 bilhões. Um testamento vital deixado por Anita foi anulado pela Justiça. Duas mulheres, em campos opostos, se declararam companheiras afetivas da empresária. Cristine Rodrigues foi secretária de confiança dela. Sônia Soares, vulgo Suzuki, residiu na mansão da empresária. Arthur Miceli, filho de Suzuki, foi considerado filho socioafetivo de Anita.

Camila Appel, uma das pessoas responsáveis pela divulgação das primeiras denúncias de abuso sexual do médium João de Deus, em 2018, está investigando o drama em torno de Anita Harley há quatro anos

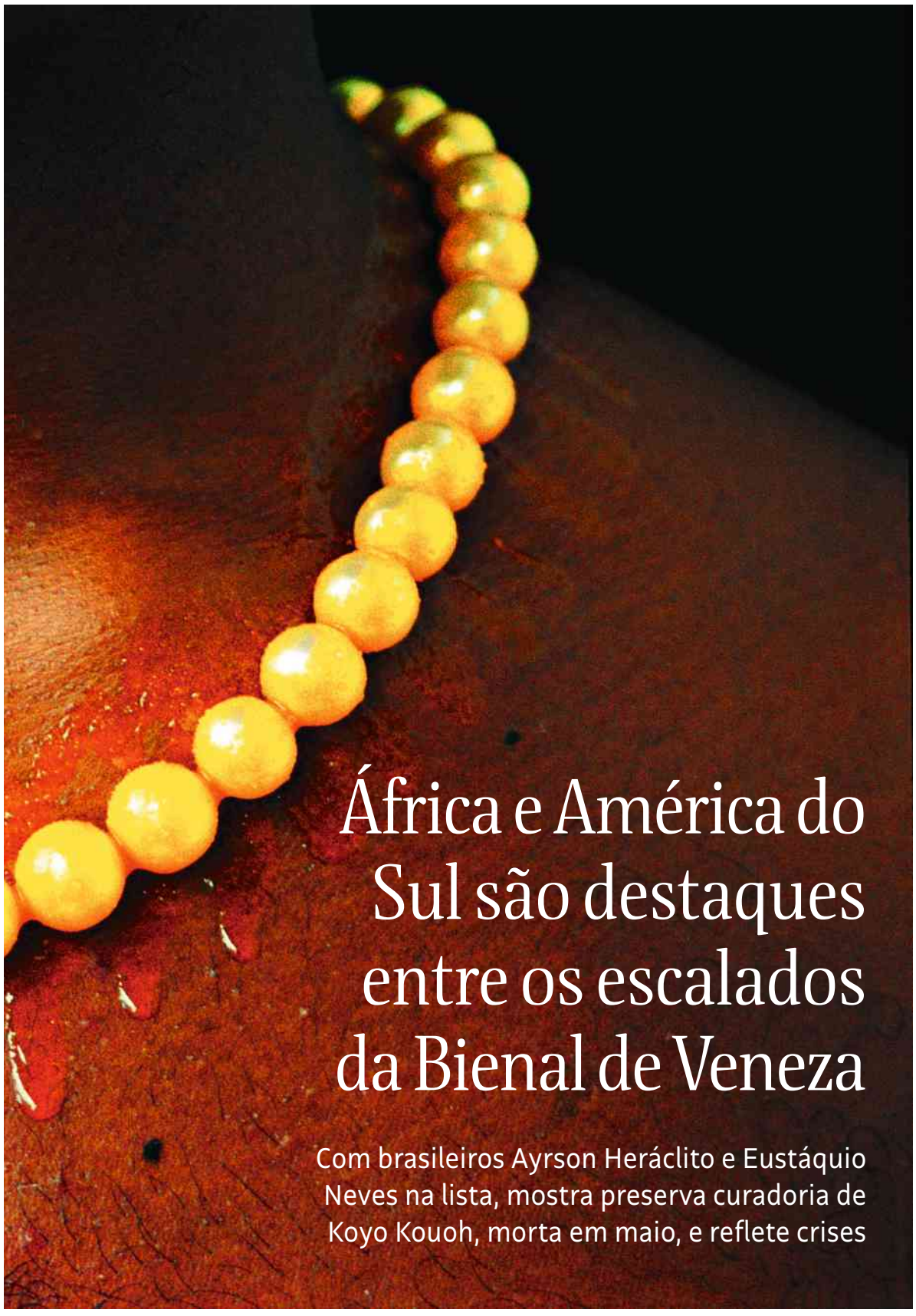
Figura de pouca visibilidade na mídia, por anos Anita ocupou um andar inteiro do hotel Ca'd'Oro, em São Paulo, onde tinha escritório e vivia. Após o fechamento do hotel, em 2009, ela mudou-se para uma mansão de 96 cômodos, 37 banheiros e cinco cozinhas no bairro da Aclimação. Esse imóvel, avaliado em R$ 50 milhões, foi doado a Suzuki com reserva de usufruto.

Camila Appel, uma das responsáveis pela divulgação das primeiras denúncias de abuso sexual do médium João de Deus, em 2018, está investigando o drama em torno de Anita Harley desde 2022. Com roteiro assinado por ela, Ricardo Calil e Iuri Barcelos, "O Testamento" dificilmente se limitará aos cinco episódios disponíveis no Globoplay. O caso ainda está longe de terminar.

Para quem se interessa pelo gênero, vale observar o contraste entre "O Testamento" e "America's Next Top Model: Choque de Realidade", série recém-lançada pela Netflix que relembra o reality show caça-talentos criado e apresentado pela modelo Tyra Banks, exibido por 24 temporadas, entre 2003 e 2018.

Dirigida por Mor Loushy e Daniel Sivan, a produção se propõe a mostrar como o programa foi ofensivo e degradante com as participantes. O resultado, porém, é esquemático, enfadonho, frouxo e, de alguma forma, condescendente com a criadora do reality.

A série força a barra no esforço de emocionar o espectador, relembrando inúmeras situações de exposição a riscos de saúde, humilhações, racismo, gordofobia, machismo e assédio sexual e moral, entre muitos outros pecados, exibidos ao longo dos anos. Tyra Banks e os três jurados que celebrizaram o reality se justificam dizendo que não tinham noção, na época, dos abusos que cometeram ou deixaram acontecer.



África e América do Sul são destaques entre os escalados da Bienal de Veneza

Com brasileiros Ayrson Heráclito e Eustáquio Neves na lista, mostra preserva curadoria de Koyo Kouoh, morta em maio, e reflete crises

Obra do artista baiano Ayrson Heráclito, convidado da Bienal de Veneza de 2026 Reprodução

Davi Galantier Krasilchik

SÃO PAULO A Bienal de Veneza anunciou a lista completa dos convidados para a sua 61ª edição, que terá abertura em maio deste ano. Entre os 111 participantes selecionados, a presença de artistas da África se destaca como uma das mais expressivas, seguida pela participação da América Latina e do Oriente Médio.

Na lista, entre os artistas africanos estão nomes como Sammy Baloji, fotógrafo da República do Congo que veio à Bienal de São Paulo em 2016, a nigeriana Otobong Nkanga, reconhecida por propor relações entre o homem e o meio ambiente, a artista sul-africana Berni Searle, conhecida por videoinstalações, a escultora queniana Wangechi Mutu e o coletivo artístico blaxTarlines Kumasi, grupo experimental de Gana que tem como eixo práticas africanas contemporâneas.

Já no grupo de artistas latinos, estão presentes os brasileiros Ayrson Heráclito, baiano que referencia repertórios típicos do candomblé e de outras bagagens ritualísticas em suas obras, e Eustáquio Neves, fotógrafo voltado à memória afro-brasileira ao reunir traços familiares e históricos.

Também chamam a atenção nomes como a cubana María Magdalena Campos-Pons, artista multimídia que também esteve na Bienal de São Paulo de 2025, os haitianos Edouard Duval-Carrie, que explora raízes da diáspora caribenha, e Manuel Mathieu, cuja obra reúne pinturas, esculturas, vídeos e recursos olfativos, e os porto-riquenhos Sofía Gallisá Muriente, reconhecida por trabalhos fotográficos e em vídeo, Daniel Lind-Ramos, que usa pinturas e esculturas para explorar tradições de Porto Rico, e Natalia Lassalle-Morillo, que questiona a identidade caribenha a partir das artes cênicas e do cinema.

Também no universo da sétima arte, marca presença a dupla de artistas e cineastas libaneses Joana Hadjithomas e Khalil Joreige, que já participou de mostras diversas e se firmou com narrativas e instalações experimentais que investigam a sociedade libanesa. Ainda na esfera do Oriente Médio, o artista plástico e músico libanês Raed Yassin, com obras que questionam a cultura de massas, o pintor palestino Mohammed Joha, e a artista Vera Tamari, que levanta discussões sobre a identidade palestina, também aparecem entre os convidados.

Na lista ainda constam figuras como o cineasta malaio Tsai Ming-Liang, o diretor suíço Fabrice Aragno, assistente do cineasta francês Jean-Luc Godard, e a japonesa Yoshiko Shimada, uma das principais vozes feministas de seu país, entre outros artistas.

A Bienal de Veneza acontecerá entre maio e novembro deste ano na esteira da morte de Koyo Kouoh, primeira mulher de origem africana escolhida para dirigir o evento, que morreu em 2025. O tema e título da mostra, "In Minor Keys", preserva o projeto curatorial desenvolvido por Kouoh, que referencia as notas menores do piano e que pendem ao lado mais sombrio da música. A ideia é refletir um mundo mergulhado em conflitos e em que vozes de regiões historicamente subjugadas, como o continente africano, se mostram cada vez mais ativas, conforme outras mostras artísticas também têm demonstrado.

Continente de cientistas

Atualmente são 29 os países que operam estações de pesquisa na Antártida

Drauzio Varella
Médico cancerologista, autor de 'Estação Carandiru

Há 200 milhões de anos, a Antártida estava ligada à América do Sul, à África, à Nova Zelândia, à Austrália e à Índia. O bloco inteiro formava o supercontinente Gondwana.

Depois da separação, o continente antártico ficou com 14 milhões de quilômetros quadrados (o Brasil tem 8,5 milhões); são rochas vulcânicas e geleiras imensas que armazenam 70% da água doce e 90% do gelo do planeta. É um lugar inóspito, assolado por ventanias e furacões e temperaturas inferiores às do polo Ártico.

Na coluna anterior, descrevi as primeiras impressões da viagem que acabei de fazer à Antártida. Estive lá para um documentário sobre as pesquisas científicas que o Brasil desenvolve na Estação Comandante Ferraz, uma construção moderna, impressionante, que conta com 17 laboratórios equipados para receber os cientistas das nossas universidades.

Líbero

A presença brasileira é consequência da adesão ao Tratado da Antártica, criado durante a Guerra Fria para evitar disputas territoriais e garantir a cooperação científica no território. Hoje são 29 os países que operam estações de pesquisa. Só eles podem pleitear o status de membro consultivo com direito a voto e a veto.

Para fazer parte desse grupo seleto, o Brasil criou o Proantar, o mais longevo dos nossos programas científicos. O braço científico fica por conta do Ministério da Ciência e Tecnologia e de sua agência de financiamento, o CNPq. A logística cabe à Marinha brasileira, que mantém durante o ano inteiro o funcionamento da estação, de dois refúgios para o acampamento de pesquisadores e de duas embarcações: o navio de apoio oceanográfico Ary Rongel e o navio polar Almirante Maximiano, também equipado com laboratórios. O transporte de pessoal e de tudo o que entra e sai da estação fica por conta desses navios e dos voos operados pela FAB.

Há 29 projetos em andamento. Os temas são diversificados: o impacto das ações humanas nos peixes e moluscos; os efeitos do frio, do isolamento e dos fotoperíodos nos seres humanos; os patógenos potenciais na fauna, como os vírus da gripe aviária etc

Mais de 50 cientistas começam a chegar a partir de outubro, quando as temperaturas ficam um pouco mais altas —ainda assim abaixo de zero. Em rodízio, permanecerão nos laboratórios da estação e do Almirante Maximiano até abril, época em que o gelo toma conta de tudo.

Daí em diante, sobrarão apenas 17 militares da Marinha, isolados no interior da estação durante o inverno inteiro por causa das temperaturas de dezenas de graus abaixo de zero e da velocidade de ventos, capazes de jogar no chão os que ousam enfrentá-los.

Esses marinheiros são selecionados entre os voluntários que se inscreveram para passar 13 meses consecutivos reclusos na estação. Como o número de candidatos é superior ao de vagas, a disputa é grande e o treinamento árduo. Eles devem ser treinados e preparados para resolver todos os problemas que porventura surjam com material e equipamentos: motores, ar-condicionado, combustível, reparos mecânicos, encanamento, suprimento de água, tratamento de esgoto e coleta dos alimentos e do material de manutenção lançados pelos aviões da FAB, única forma de acesso quando a temperatura externa fica em torno de 30°C ou 40°C negativos.

Segundo o biólogo Paulo Câmara, da Universidade de Brasília, "a ciência é ferramenta geopolítica na Antártida". Pesquisadores de todas as regiões do Brasil passam meses longe de tudo e de todos, dedicados ao que mais gostam de fazer: pesquisa.

Há 29 projetos em andamento. Os temas são diversificados: o impacto das ações humanas nos peixes e moluscos; a diversidade de musgos e micro-organismos extremófilos, habitantes das microflorestas que afloram no verão; os efeitos do frio, do isolamento e dos fotoperíodos nos seres humanos; a influência da meteorologia espacial nas comunicações via satélite e no lançamento de foguetes; os patógenos potenciais na fauna, como os vírus da gripe aviária; e a busca de princípios ativos nas briófitas locais, trabalho conduzido nos laboratórios da Unip, em São Paulo.

Jovens que passam horas no silêncio dos laboratórios, na coleta de material nas geleiras ou nos botes de borracha que os levam para áreas distantes reúnem-se no fim do dia para contar o que fizeram e por onde andaram. As conversas, as discussões científicas, as risadas e as brincadeiras enchem a estação de vida.

Saí dessa experiência sob o impacto visual dos rochedos assustadores e das geleiras sem fim, com orgulho da produção científica dos nossos pesquisadores e do trabalho imprescindível da nossa Marinha, sem o qual o Brasil não estaria presente nessa parte do mundo.

SEG. Luiz Felipe Pondé TER. João Pereira Coutinho QUA. Wilson Gomes QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres SEX. Djamila Ribeiro SÁB. Mario Sergio Conti

MULTITELA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com

Série de drama chinesa, de Wong Kar-Wai, chega agora ao sob demanda

Blossoms Shanghai

Mubi, 14 anos

A série de Wong Kar-Wai é a primeira —e ambiciosa— produção do cineasta para a televisão. Ambientado na vibrante Xangai dos anos 1990, o drama acompanha a ascensão de Ah Bao, um homem comum que se torna um poderoso milionário durante o boom econômico da China. Até que ele paga o preço da ambição. A série tem 30 episódios, é baseada no romance homônimo de Jin Yucheng e foi líder de audiência na China quando estreou dois anos atrás.

Um Guarda Florestal

Prime Video, 16 anos

Um pistoleiro sai atrás de um assaltante pelo deserto quando descobre que ele pretende soltar uma bomba no coração de Londres. Ele então faz uma parceria com a inteligência britânica para fazer justiça e capturar o terrorista. O suspense de ação é protagonizado por Thomas Jane.

Nicolas Cage – Hollywood Mad

Film&Arts, 20h, livre

Embora sempre tenha ficado à margem de Hollywood, Nicolas Cage acumula admiração e ridicularização com a mesma intensidade, como mostra o documentário sobre o ator, que ganhou um Oscar há 30 anos por 'Despedida em Las Vegas'

A Arte de Sarah

Netflix, 16 anos

A minissérie sul-coreana acompanha Sarah Kim, uma mulher determinada a construir uma reputação de luxo. Quando um corpo é descoberto em Seul, um policial implacável a persegue para descobrir a verdade.

A Última Rodada

Belas Artes à la Carte, 14 anos.

Dirigida por Francesco Sossai, a comédia dramática italiana é um road movie na região do Vêneto. Dois amigos em busca da próxima "saideira" cruzam com um estudante e o encontro transforma a forma como o garoto enxerga o amor, a vida e o futuro.

4x100 Correndo por um Sonho

TV Globo, 15h35, 12 anos

Na "Sessão da Tarde", um filme esportivo brasileiro inspirado em fatos. Uma derrota na final olímpica do revezamento 4×100 marca a vidas das atletas e, três anos depois, a responsável pela eliminação, Maria Lúcia, continua sendo assunto na mídia. E Adriana, que trabalhou duro na competição, vive frustrada de pequenas lutas de MMA.

Impressões do Brasil - Mário Prata

Curta!, 19h, 10 anos

A segunda temporada da série com escritores contemporâneos estreia com Mário Prata. Mineiro de Uberaba, Prata escreveu 3.000 crônicas e mais outros 80 títulos, entre romances, contos, peças teatrais e roteiros, como os das novelas "Estúpido Cupido" e "Sem Lenço, Sem Documento".

CINEMA

Diretora da Berlinale pode ser demitida depois de ser acusada de antissemitismo

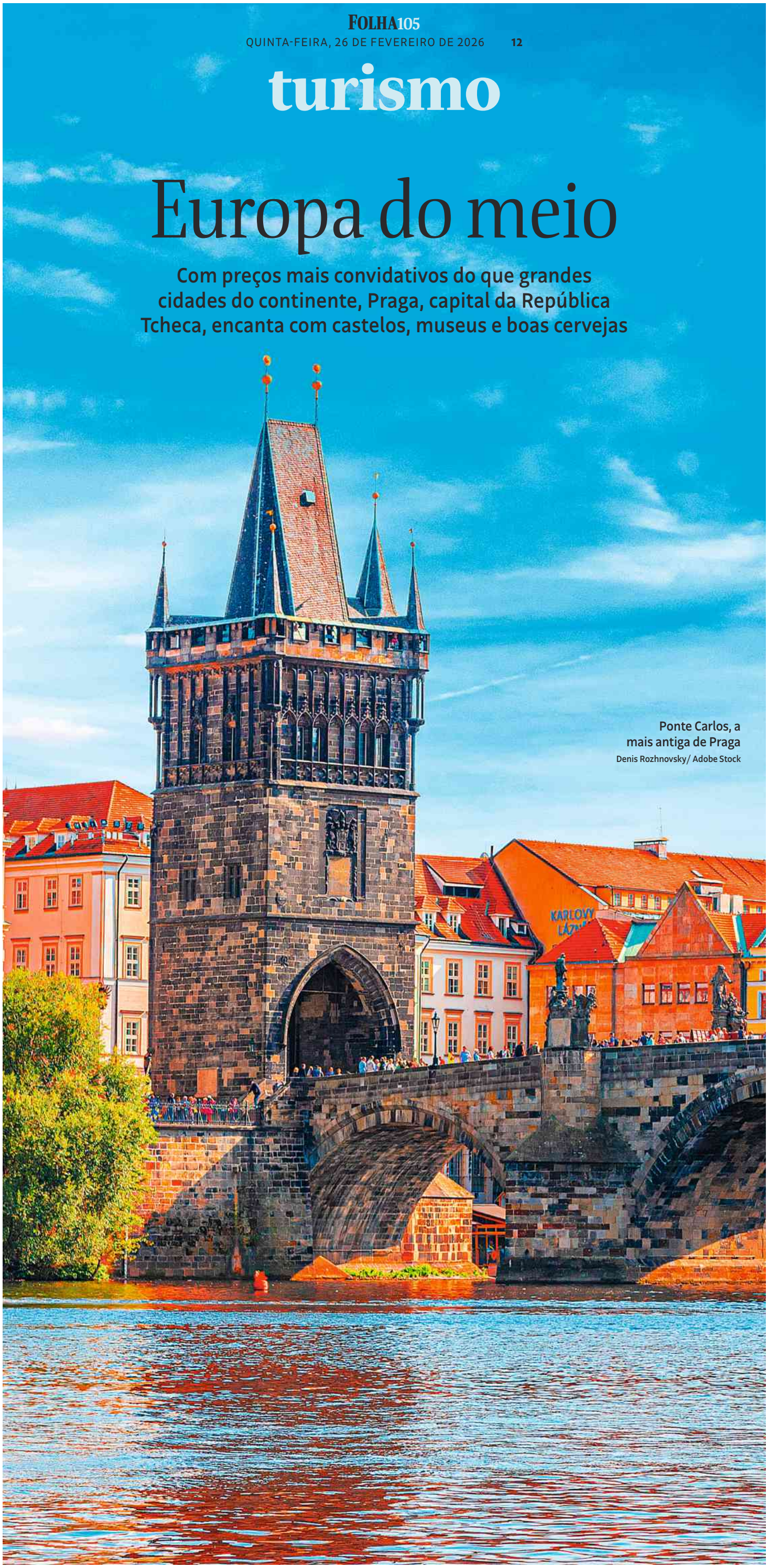
BERLIM Tricia Tuttle, diretora do Festival do Berlim, pode ser demitida do cargo nesta quinta, segundo o jornal Bild, o mais popular da Alemanha. O ministro da Cultura, Wolfram Weimer, que preside o conselho da Berlinale, deve propor e, ao que tudo indica, aprovar o desligamento de Tuttle por suposto antissemitismo.

A acusação, apesar da neutralidade adotada por ela durante o festival, se deve à presença de Tuttle numa foto com a equipe do filme "Chronicles from the Siege", do diretor Abdallah Alkhatib. Na imagem, tirada após uma sessão do filme no festival, pessoas usam keffiyehs, lenços típicos, e um homem segura a bandeira da Palestina. **José Henrique Mariante**

turismo

Europa do meio

Com preços mais convidativos do que grandes cidades do continente, Praga, capital da República Tcheca, encanta com castelos, museus e boas cervejas



Ponte Carlos, a mais antiga de Praga
Denis Rozhnovsky/ Adobe Stock

TRÊS DIAS EM PRAGA

Gabriele Koga

PRAGA A capital da República Tcheca pode não ter exatamente o charme de Paris ou o movimento de Londres. Muito menos as hordas de turistas que visitam Amsterdã. Ainda assim, Praga, com pouco mais de um milhão de habitantes, não decepciona quem dá uma chance a ela.

No século 20, a cidade foi palco da ocupação alemã durante a Segunda Guerra, teve ruas tomadas por tanques soviéticos e, anos depois, por jovens que protestavam contra o regime. Desde 1992, seu centro histórico é considerado como patrimônio pela Unesco.

A cidade também foi lar dos escritores Franz Kafka (1883-1924), autor de "A Metamorfose", e Milan Kundera (1929-2023), conhecido pelo romance "A Insustentável Leveza do Ser", narrado na antiga Tchecoslováquia durante a ocupação soviética. Na música, destaca-se Antonín Dvořák (1841-1904) com obras tocadas em salas de concerto ao redor do globo.

Embora o idioma oficial seja o tcheco, dá para se comunicar com inglês em boa parte dos estabelecimentos. Restaurantes costumam oferecer cardápios bilíngues, e atrações turísticas geralmente têm explicações traduzidas. Caso o cenário seja diferente, a dica é usar a câmera do celular no Google Tradutor.

Os preços são mais convidativos do que nas grandes capitais europeias. Em muitos restaurantes, a cerveja custa menos do que uma garrafa de água ou uma limonada. Para facilitar a conta, uma coroa tcheca vale R$ 0,25.

Hospede-se nos arredores do bairro Praga 1, que concentra parte das atrações medievais da cidade, além de museus, galerias e teatros, ou em Praga 5, região residencial mais em conta, mas com acesso fácil ao centro. Os pontos turísticos são próximos, acessíveis a pé ou de patinete elétrico.

Para trajetos mais longos, vale ir de bonde (tramvaj) ou metrô. Os bilhetes valem por 30 ou 90 minutos, e também por 24h ou 72h.

Veja a seguir um roteiro de três dias com o melhor que a capital tcheca tem a oferecer.

*

Dia 1

Comece seu roteiro pelo Museu Nacional. A entrada custa 300 coroas (cerca de R$ 75). Entre os destaques está uma exposição sobre a história das terras tchecas do século 8 até a Primeira Guerra Mundial, e outra sobre o período desde o conflito até a adesão da República Tcheca à União Europeia.

Pertinho dali, fica a praça Venceslau, região bastante conhecida pelos turistas. Em frente ao museu, existe um monumento dedicado a São Venceslau, padroeiro da região da Boêmia. O passeio é uma boa atividade para observar a arquitetura de edifícios históricos, incluindo o Hotel Evropa e o Palácio Lucerna. A região também concentra lojas de souvenirs, incluindo brincos e colares feitos com cristal —produto tradicional tcheco.

Continua na pág. B13

Continuação da pág. B12

Depois, caminhe até a cidade velha. Por lá, uma das atrações é o Orloj, relógio astronômico construído em 1410. Ele é famoso pelas esculturas em movimento, incluindo os 12 apóstolos que aparecem de hora em hora. A Igreja de Nossa Senhora diante de Týn também é parada obrigatória.

Se estiver com fome, não deixe de experimentar o trdelník. O doce é feito com uma massa enrolada em um espeto e assada lentamente com açúcar e canela. Essa é versão tradicional, mas existem opções elaboradas com sorvete, frutas e até creme de avelã. Apesar da popularidade, o quitute tem raízes em outros países da Europa Central, como a Hungria.

Caso prefira almoçar, faça uma parada no restaurante Havelská Koruna, especializado em comida tcheca. O estabelecimento é frequentado por locais e oferece preços justos. Funciona como uma cantina, em que você fica em uma fila com sua bandeja até fazer o pedido. O menu é extenso, mas os visitantes são guiados por imagens que ilustram os pratos. Svíčková na smetaně (R$ 33) e hovězí guláš (R$ 30) são boas pedidas. Para acompanhar, a dica é a Pilsner Urquell, cerveja tcheca.

Na sequência, caminhe até a ponte Carlos, sobre o rio Moldava, e aproveite para tirar belas fotos. A construção tem duas torres nas suas extremidades e mirantes. Ao longo da travessia, você irá encontrar 30 esculturas góticas de santos. Existe uma crença popular de que passar a mão na placa de bronze da estátua de São João Nepomuceno traz sorte.

Siga para o muro de John Lennon. Aqui, você encontra o retrato de cantor (1940-1980), alguns grafites e mensagens de paz e amor em vários idiomas, que fazem referência à canção "All You Need Is Love", dos Beatles. O memorial foi pintado após o assassinato do britânico. Em algumas partes, visitantes registram mensagens, usando lápis, tinta ou giz, mas é proibido pichar.

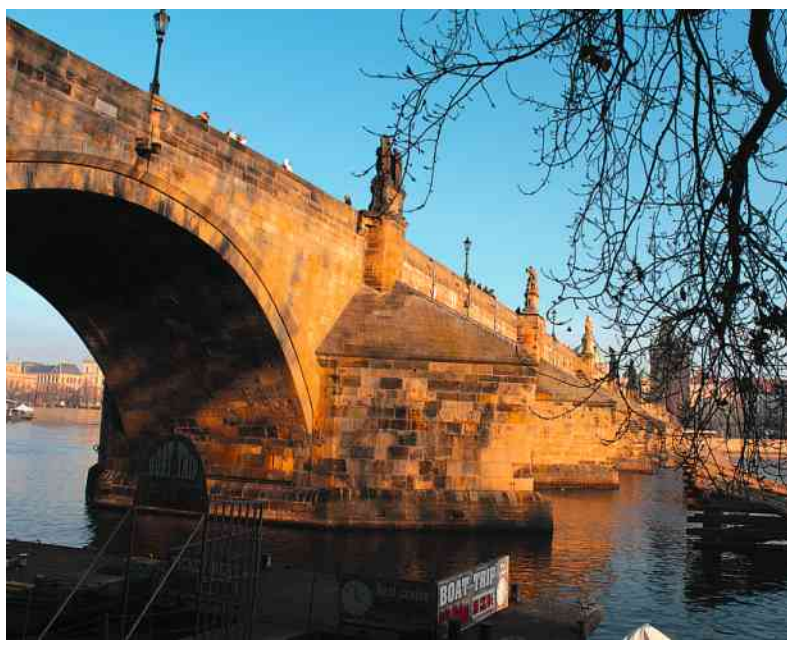
Dia 2

Comece o dia no complexo Klementinum, antiga sede do colégio jesuíta. O passeio sai por 380 coroas (R$ 95). Dá para fazer uma visita guiada a salas históricas como a Biblioteca Barroca, considerada uma das mais bonitas do mundo, e o Salão Meridiano, com instrumentos astronômicos de época. Partindo dali, uma escada leva à torre, que oferece uma visão panorâmica da cidade.

Caminhe até a escultura com o busto de Franz Kafka, próxima ao shopping Quadrio e ao lado da estação Národní třída, da linha B (amarela). A cabeça tem 11 metros de altura e 42 andares que se movem para formar o rosto do escritor. A estrutura se mexe nos primeiros 15 minutos de cada hora completa, das 9h às 23h. Quem assina o projeto é David Černý, artista tcheco que também produziu as obras "Miminka", na torre Žižkov, "Kůň", na galeria Lucerna, e "Viselec", na rua Husova.

Depois, vá até a Casa Dançante (Tančící Dům). O edifício, projetado por Vlado Milunić e Frank Gehry, é uma obra arquitetônica moderna às margens do rio Moldava. Dá para visitar uma galeria e um café no terraço, que oferece uma vista de 360 graus, com destaque para o castelo de Praga. A limonada com framboesa (R$ 26) é uma boa opção para se refrescar após tantas caminhadas.

Casa Dançante (Tančící Dům), projetada por Vlado Milunić e Frank Gehry Gabriele Koga/Folhapress



Ponte Carlos, que fica sobre o rio Moldava Gabriele Koga

Museu Nacional, localizado na pça. Venceslau Gabriele Koga/Folhapress

Reserve a tarde para explorar a fortaleza histórica Vyšehrad longe das multidões. O nome é traduzido como "castelo alto". Se for de metrô, desça na estação Vyšehrad, da linha C (vermelha). A entrada principal do parque fica próxima e exige uma caminhada de mais ou menos dez minutos. O acesso é gratuito.

O espaço abriga um grande parque com várias estátuas ligadas ao folclore tcheco —como a princesa Libuše, que, segundo a lenda, teria profetizado a fundação de Praga. Ao andar próximo às muralhas, você terá vistas da cidade e do rio Moldava.

Lá, também fica a Basílica de São Pedro e São Paulo, reconstruída nos estilos arquitetônicos gótico e neogótico após um incêndio em 1249. Atrás da igreja, é possível visitar um cemitério onde estão enterradas personalidades tchecas como os compositores Antonín Dvořák e Bedřich Smetana (1824-1884) e o autor Karel Čapek (1890-1938). Há setas que indicam os principais túmulos.

Dia 3

Comece o terceiro e último dia no jardim do Palácio Wallenstein (Valdštejnská zahrada), atual sede do Senado Tcheco. Uma cena do longa "Amadeus" (1984), vencedor de oito estatuetas no Oscar, que retrata um concerto executado para o Papa, foi filmada ali. O complexo, finalizado em 1630, fica perto da estação Malostranská, da linha A (verde), e é aberto para visitação somente aos finais de semana. A entrada é gratuita.

Siga para o Pražsky Hrad. O castelo tem áreas externas gratuitas para visitação. Passeie pelos pátios e explore a Catedral de São Vito, Venceslau e Adalberto, além de caminhar até a Basílica de São Jorge e a Rua Dourada. Não se esqueça de incluir o Jardim Real no roteiro. No Primeiro Pátio, a troca da guarda acontece todos os dias ao meio-dia. O ingresso para conhecer o circuito completo sai por 450 coroas (R$ 112).

Continue o passeio caminhando até o monte Petřín, o mirante mais elevado de Praga. A subida é um pouco íngreme, então vá com calma e leve água. Existem bancos espalhados pelo percurso, caso você decida parar para descansar. No topo da colina, há uma torre, inspirada na francesa Torre Eiffel, que oferece uma vista panorâmica da cidade. Aproveite para caminhar pelos jardins e visitar alguns cafés.

À noite, programe-se para assistir à ópera ou ao balé no Teatro Nacional. A agenda, divulgada no site (narodni-divadlo.cz), tem apresentações como "Romeu e Julieta", "A Bela e a Fera" e "Madame Bovary". Os ingressos são bastante concorridos, então vale reservar os lugares com antecedência. O interior do teatro é luxuoso, com pinturas emolduradas no teto em azul e dourado, e paredes ricamente adornadas. Também é possível fazer visitas guiadas (260 coroas, ou R$ 65).

Onde aproveitar a vida noturna na cidade

DUPLEX
A balada ocupa dois andares de um prédio na praça Venceslau. Os sets são focados em eletrônica, house e techno. Travis Scott, Steve Aoki e James Hype são alguns dos nomes que já se apresentaram ali.
duplex.cz

KARLOVY LÁZNĚ
O clube fica em um edifício construído na virada do século 14. Cada um dos cinco andares se dedica a um gênero musical, incluindo hip-hop e sucessos das rádios. O endereço é queridinho pelos turistas. A entrada antecipada só vale até à oh e custa 200 coroas (R$ 52).
karlovylazne.cz

POPOCAFÉPETL
O bar, conhecido entre jovens viajantes e universitários oferece drinques e shots com preços menores do que em grandes estabelecimentos. Destaque para a chupita, shot com destilado e cereja em calda.
popocafetl.cz

turismo

Castelo de Bojnice, na região de Trenčín, um dos mais importantes e conhecidos da Eslováquia Divulgação

República Tcheca e Eslováquia têm muito a oferecer além das capitais

Fora de Praga e Bratislava, países da Europa Central têm destinos imperdíveis para amantes de história, cerveja e paisagens naturais; veja dicas para montar seu roteiro

BRATISLAVA A Tchecoslováquia, no leste europeu, foi fundada em outubro de 1918, após a fragmentação do Império Austro-Húngaro na Primeira Guerra Mundial. Posteriormente, foi dividida em dois países: Eslováquia e República Tcheca.

Hoje em dia, a Eslováquia oferece uma mistura encantadora de história, com castelos majestosos, e muita natureza. Com belas paisagens montanhosas, os visitantes também podem aproveitar o melhor do inverno e da primavera. Já a República Tcheca é famosa pela arquitetura impressionante e pela tradição cervejeira.

Com histórias ricas e culturas vibrantes, ambos países atraem turistas de todo o mundo que buscam experiências europeias mais autênticas. A seguir, descubra cidades, além das capitais, que merecem a sua visita.

*

ESLOVÁQUIA

Banská Štiavnica

Na região central da Eslováquia e próximo a Banská Bystrica, sexta maior cidade eslovaca, está a pequena Banská Štiavnica, que está entre os patrimônios mundiais da Unesco. No século 18, tornou-se o maior centro mineiro de metais preciosos da monarquia dos Habsburgos. Nas colinas, dentro de um antigo vulcão extinto, há um calvário barroco com representações de diferentes cenas da vida de Jesus. A entrada é gratuita o ano todo.

Calvário de Banská Štiavnica, no topo de um antigo vulcão na Eslováquia Gabriele Koga/Folhapress

Bojnice

Também na região central da Eslováquia, Bojnice tem ambientes dignos de contos de fadas. O castelo da cidade, com telhados em tons azul-esverdeados do século 12, é um dos monumentos mais antigos e importantes do país. Visitantes podem conhecer a caverna natural de Travertino, que está 26 metros abaixo do nível do quarto pátio. Os ingressos são vendidos na bilheteria do local, e o valor varia de acordo com a quantidade e os tipos de passeios.

Košice

Juntamente com Marselha-Provença, na França, Košice foi considerada capital europeia da cultura em 2013. No coração da cidade, destaca-se a grandiosidade da igreja de Santa Isabel, uma das mais belas catedrais góticas da Europa e a maior igreja da Eslováquia, com capacidade para receber até 5.000 pessoas.

Em outubro, acontece o festival Biela Noc (em português, Noite Branca), um projeto internacional de arte contemporânea. Durante três dias de exposições com obras nacionais e estrangeiras, o público pode encontrar uma atmosfera mágica e o aproveitamento de espaços públicos, como a igreja de Santa Isabel, cujo o exterior recebe grandes projeções.

Grande parte do circuito artístico é gratuito mas, para visitar algumas galerias, os ingressos custam a partir de 10 euros (R$ 54) no local ou no site (bielanoc.sk).

Continua na pág. B15

Ruas de Český Krumlov; caminhar pela cidade é como imergir em mais de 600 anos de história Luiza Moreira/Arquivo pessoal

Continuação da pág. B14

Poprad

Com destaque para a vista da cadeia de montanhas Tatras, Poprad é inesquecível para os amantes da primavera e do inverno europeus. A cidade é porta de entrada para trilhas e pistas de esqui em meio à natureza, e um conjunto de trens especiais, parecidos com bondes, conectam os resorts nos Altos Tatras entre si e com a cidade. Cada trecho custa a partir de 2 euros (R$ 12).

Trenčín

A cidade tem um castelo de arquitetura românica que leva o mesmo nome do lugar e já foi ocupado por famílias nobres eslovacas. Os circuitos de visitação custam entre 3 e 11 euros (R$ 18 a R$ 67).

No centro da cidade, há uma famosa inscrição romana escondida atrás do hotel Elizabeth. A visita é gratuita e basta seguir as indicações para encontrar os escritos.

*

REPÚBLICA TCHECA

Brno

Segunda maior cidade do país, fica próxima a Bratislava, capital eslovaca, e pode ser facilmente acessada de trem. É uma cidade universitária, com ruas como a Dominikanska, repleta de bares com cervejas boas e baratas.

A catedral de São Pedro e São Paulo e o castelo Špilberk são os pontos turísticos mais famosos.

Na principal praça do centro, Náměstí Svobody, há um relógio astronômico, semelhante a uma bala de fuzil. Todos os dias, às 11h, uma bola de gude de vidro é lançada por algumas aberturas, onde os espectadores podem pegá-las e levá-las como lembrança.

Český Krumlov

Caminhar pelas ruas estreitas de Český Krumlov traz uma imersão em mais de 600 anos de história —especialmente no centro histórico, onde a arquitetura permanece intacta graças à evolução pacífica local ao longo dos séculos. Também entre os patrimônios mundiais da Unesco, a cidade fica quase na fronteira com a Áustria e às margens do rio Moldava. Ela foi construída no entorno de um castelo medieval do século 13, com elementos góticos, renascentistas e barrocos. A visita à área externa, aos jardins e ao fosso —onde vivem os ursos de estimação do castelo— é gratuita.

Para quem deseja conhecer o interior, existem diferentes tipos de tours guiados em inglês, alemão ou tcheco, que variam de 80 a 280 coroas (R$ 20 a R$ 70). As visitas pagas incluem o acesso à torre do castelo, que oferece uma vista de 360° da região.

Karlovy Vary

Conhecida pelas águas termais e spas, Karlovy Vary já recebeu personalidades como Beethoven, Kafka, Freud e Napoleão Bonaparte, que se hospedaram no mais luxuoso hotel da região, o Grand Hotel Pupp —também cenário de "007 - Cassino Royale".

O licor mais famoso do país, Becherovka, é fabricado na cidade e leva mais de 20 ervas e água termal da região em sua composição. O museu de Jan Becher, criador da bebida, fica em um edifício histórico de 1867 que serviu como fábrica da Becherovka por mais de 140 anos. Cada passeio termina com uma degustação dos rótulos. Os ingressos custam a partir de 280 coroas (R$ 70) e podem ser adquiridos no site do museu (becherovka.com).

Em bate-volta de Praga, é possível conhecer o ossuário de Sedlec, em Kutná Hora Luiza Moreira/Arquivo pessoal

Kutná Hora

Próxima a Praga, Kutná Hora é um clássico bate-volta da capital tcheca. Também é reconhecida como patrimônio mundial pela Unesco e é famosa pelo ossuário de Sedlec —decorado com mais de 40 mil esqueletos de pessoas que teriam morrido entre os séculos 14 e 15, nos períodos de peste negra e guerras hussitas—, que fica no subsolo da Catedral e do Cemitério de Todos os Santos.

Para visitar o ossuário e a catedral, é preciso adquirir ingressos que variam de 50 a 120 coroas tchecas (R$ 11 a R$ 26). O visitante também tem a opção de comprar um combo e ainda visitar a Catedral de Santa Bárbara, padroeira dos mineiros, que têm valores entre 105 e 320 coroas tchecas (R$ 13 a R$ 80). Os ingressos não estão disponíveis na internet —apenas no centro de informações da cidade.

Plzeň

Num dos país mais cervejeiros do mundo, foi fundada a Pilsner Urquell, tida como a melhor cerveja pilsen do globo. O órgão de turismo tcheco afirma que o museu da Plzeňský Prazdrojé é o único museu no mundo instalado nos prédios da cervejaria original, onde o método, criado por Josef Groll, em 1842, é seguido até hoje. Foi essa fórmula de sucesso que rendeu fama ao rótulo.

Na visita, em inglês, alemão ou tcheco, o público aprende detalhes sobre a produção e técnicas centenárias. O passeio dura quase duas horas e termina nos túneis de armazenamento onde ficam os barris artesanais. Dá para experimentar a cerveja ainda não pasteurizada. Os ingressos custam 380 coroas (R$ 95) em pilsnerurquell.com. **Gabriele Koga**

turismo

Em Olinda, o que faltou em outros Carnavais

Ali experimentei o que as folias recentes quase me privaram: a espontaneidade

Zeca Camargo
Jornalista e apresentador, autor de "A Fantástica Volta ao Mundo"

Não posso dizer que brinquei o Carnaval em Olinda este ano. Na verdade, fui brincado. Ou ainda, o Carnaval brincou comigo. Ou melhor, eu não entendi muito bem o que aconteceu.

Ao contrário de anos recentes, quando vivi a maior festa popular do mundo em Salvador e Belo Horizonte, eu não tinha nada definido. Na capital baiana, e mais ainda na mineira, a programação é tão exaustiva que desfrutar da festa (e há sempre muito a desfrutar) exige um esforço logístico.

Rio de Janeiro e São Paulo também oferecem dezenas de blocos animadíssimos com hora marcada, e a folia geral ostenta uma certa organização, sempre bem-vinda, pelo menos no papel. Em Olinda foi um pouco diferente.

Pelas ladeiras desse patrimônio histórico, eu tinha a sensação de estar sempre andando meio solto pelas ruas quando, de repente, um bloco na minha direção me arrastava com ele.

Ficava alguns minutos naquela corrente e, quando eu via, já estava num outro ponto da cidade, música e agitação se afastando de mim como o resíduo de uma borrifada de lança-perfume do passado. Até que um outro bloco vinha me resgatar e o ciclo recomeçava.

Nesse percurso à deriva, presenciei imagens lindas. Na varanda de uma casa de repouso, uma senhora aparentemente com os olhos já fracos, acenava para a multidão que mal via passar, com um sorriso mais largo que a envergadura dos braços flácidos e elegantes; na pele frouxa e corada, lindas tatuagens invisíveis de outros carnavais.

O pernambucano não leva compromisso nenhum para a farra. E tudo vira essa festa solta, leve, escrachada e cheia de cultura, onde minha única preocupação era decidir quem eu seguiria pelas ladeiras

No cortejo sempre imprevisível dos bonecões, o diretor e o ator principal de "O Agente Secreto" eram aclamados. Atrás de Kléber Mendonça Filho e Wagner Moura, destaques do Oscar vindouro, Fernanda Torres, Chico Science, Lady Gaga, Amy Winehouse e Bob Marley. Fechando a fila, uma dupla duvidosa, ou talvez nem tanto: João Gomes e Ozzy.

Ao lado, na Pousada dos Quatro Cantos, a banda rasgava hits do Nação Zumbi junto com frevos tradicionais. E na sede do bloco Pitombeiras, que também é dos quatro cantos, ganhei da diretoria um P na testa, passe livre para qualquer loucura do Carnaval, e a camiseta que, também na onda do "Agente Secreto", coloria Olinda de amarelo.

Pernas cabeludas, perdi a conta. O sol só não castigava mais porque eu circulava com a minha garrafa geladíssima de Gintrão —melhor não perguntar o que é. A bebida inevitavelmente me levou à casa que em 2025 me colocou numa lista VIP de pessoas que poderiam usar o seu banheiro... Mas quando cheguei, um choque: meu privilégio tinha sido cancelado.

Não só o meu eu, mas também o de Paulo Vieira e Stevie Wonder, colegas do ano passado. Não tive dúvidas: reclamei meus direitos e fui novamente inserido na rigorosa seleção.

Que fique claro que tudo isso se passou em clima de galhofa, de alegria, de pura liberdade. Em Olinda, experimentei algo que meus carnavais recentes quase me privaram: a espontaneidade.

Parece que o pernambucano, ciente de que o Carnaval faz parte da sua história, não leva compromisso nenhum para a farra. E tudo vira essa festa solta, leve, escrachada e cheia de cultura, onde minha única preocupação era decidir quem eu seguiria pelas ladeiras.

Enquanto eu decidia entre Ozzy, Chico Science e João Gomes, passou o bloco da Ema. E quando vi, já estava indo atrás dela.

QUI. Luiza Pastor, Zeca Camargo

Sul de Alagoas e São Paulo receberão os próximos hotéis de rede Kempinski no Brasil

Enquanto toca a obra do Laje de Pedra, na Serra Gaúcha, marca já prepara sua expansão; unidade paulista deve ser erguida nos Jardins

Gabriel Justo

SÃO PAULO Enquanto toca a reforma do hotel Laje de Pedra, em Canela (RS), a rede de hotéis de luxo Kempinski já prepara sua expansão no Brasil. Além do empreendimento na Serra Gaúcha, que deve ser inaugurado no segundo semestre de 2027, a marca deve abrir uma segunda unidade no litoral sul de Alagoas, além de uma terceira em São Paulo.

As informações foram antecipadas à **Folha** por José Ernesto Marino Neto, hoteleiro de longa data e sócio-gestor do Kempinski Laje de Pedra. Segundo o executivo, a compra de uma fazenda à beira-mar, com um quilômetro de frente, já foi fechada para receber o empreendimento nordestino.

"Ainda existem muitos lugares paradisíacos pouco desbravados no Brasil, e este que compramos é um deles", afirmou Neto. "Demorou, mas conseguimos encontrar esse local, com mil metros de praia, para oferecer uma experiência exclusiva e especial."

Neto disse ainda que a Kempinski também planeja abrir uma terceira unidade no Brasil, em São Paulo, onde a marca estuda três diferentes terrenos "entre a Paulista e o rio Pinheiros" para construir o empreendimento do zero. A ideia é inaugurar até 2030.

"A cidade de São Paulo, mesmo com as inaugurações recentes e as que ainda estão por vir, ainda tem carência de oferta de hotelaria no seguimento de alto luxo", diz Neto. "Isso acaba atraindo novas marcas, porque existe um mercado muito pujante."

A chegada da rede Kempinski no Brasil foi anunciada em agosto de 2021, logo depois que a StoneCliff Real Estate Investment Management, sociedade formada por Neto e José Paim de Andrade, fundador da incorporadora MaxHaus, formaram a LDP Canela S/A para adquirir o Laje de Pedra com o arquiteto Marcio Carvalho.

A StoneCliff, que prevê mais de R$ 1 bilhão em investimentos no Kempinski Laje de Pedra, também está à frente dos projetos em Alagoas e em São Paulo.

Além de 156 quartos de hotel, o novo Laje de Pedra também terá 195 apartamentos residenciais entre 54 m² e 216 m², vendidos sob o modelo de propriedade compartilhada —cada um deles pode ter até quatro donos, que se revezam no usufruto do imóvel.

Por enquanto, apenas uma parte do empreendimento está aberta ao público. Ela inclui o restaurante, chamado 1835, o Bar do Laje, uma galeria de arte e um mirante para o vale do Quilombo.

Projeção 3D mostra como deve ficar o Laje de Pedra, em Canela (RS), com a bandeira Kempinski Divulgação

Roma começa a cobrar 2 euros pelo acesso à Fontana di Trevi

ROMA (ITÁLIA) | AFP A Fontana di Trevi, em Roma, começou a cobrar a entrada dos turistas no começo deste mês, tornando-se o mais recente monumento famoso a buscar financiamento para combater a superlotação.

Turistas posaram ao sol em frente à obra-prima barroca após pagarem uma taxa de dois euros (R$ 12,44) para acessar a fonte, que atrai multidões nesta era do turismo de massa.

"Diga-me que não vale dois euros. Vale milhares, senão milhões, é linda", disse à AFP a turista polonesa Agata Harezlak, de 41 anos.

O local da cena mais famosa do filme "La Dolce Vita" ("A Doce Vida", no Brasil), de Federico Fellini, lidera a lista de atrações imperdíveis para muitos visitantes da chamada Cidade Eterna.

O britânico Phillip Willis, vestindo bermuda e camiseta apesar do frio, disse estar encantado por conseguir "uma foto decente de mim mesmo sem ser bombardeado por um monte de gente".

Grande parte da praça permanece aberta ao público, e muitos preferem tirar fotos dali em vez de pagar por uma vista melhor.

A prefeitura de Roma estima que essa taxa de entrada possa gerar pelo menos seis milhões de euros (R$ 37 milhões) por ano, segundo o assessor de turismo da cidade, Alessandro Onorato.

Parte da receita será destinada ao pagamento dos 25 atendentes de colete azul contratados para trabalhar na bilheteria e guiar as pessoas pela área cercada no topo da escadaria até a fonte.

Os fundos arrecadados também permitiriam a entrada gratuita de moradores de Roma em diversos museus da capital italiana, afirmou Onorato.

Safra

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 06.109.373/0001-81

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Safra Seguros Gerais S.A. e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ritmo de expansão da atividade econômica brasileira arrefeceu no segundo semestre de 2025, em resposta aos efeitos da política monetária restritiva. As contas externas permanecem saudáveis e a balança comercial acumulou superávit de US$ 68 bilhões no período. A valorização cambial e a contenção do preço de commodities no mercado internacional mantiveram os preços no atacado bem-comportados, contribuindo para a desaceleração dos custos de produção das empresas. Nesse contexto, o IPCA acumulado em doze meses passou de 5,2% em setembro para 4,3% em dezembro. O Banco Central manteve a taxa básica de juros em 15,00% a.a. nas últimas reuniões, reforçando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante.

DESEMPENHO

A Safra Seguros Gerais S.A. encerrou o ano de 2025 com patrimônio líquido de R$ 215 milhões e lucro líquido de R$ 51 milhões. Os ativos totais atingiram R$ 576 milhões, representados principalmente por aplicações em títulos e valores mobiliários livres e vinculados a garantia de provisões técnicas e créditos das operações com seguros e resseguros. Os prêmios emitidos líquidos totalizaram R$ 186 milhões em 2025 e o índice de sinistralidade foi de 7,1% no mesmo período.

REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social da Safra Seguros Gerais S.A. os lucros líquidos do exercício, por proposta da Diretoria, mediante aprovação da assembleia geral, terão a seguinte destinação, sempre observado o disposto em lei: a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o Parágrafo Primeiro do artigo 182 da Lei 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências ou ter parcela revertida de tal reserva formada em exercícios anteriores; c) pagamento dos dividendos que, somados aos dividendos intermediários e aos juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, o dividendo mínimo obrigatório de 0,1% (um décimo por cento); d) o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta reserva especial, até o limite, naquela conta, de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, sendo que o saldo dessa reserva especial, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social; e e) o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. Quanto à política de dividendos, a Diretoria poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanço intermediário. Os dividendos ou juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório e prescreve em 03 (três) anos a ação para haver dividendos contando o prazo da data em que eles tenham sido colocados à disposição do acionista. Maiores detalhes e informações estão disponíveis no estatuto social da companhia.

POLÍTICA DE EQUIDADE

A Safra Seguros Gerais S.A. preza por princípios de equidade, buscando a cada ano criar um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam mais respeitadas e incluídas, podendo demonstrar seu potencial.

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, apresentamos informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional:

I - Proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da companhia:

Ano	Superintendentes e cargos acima	Liderança	Operações
2025	10,0%	0,0%	40,0%
2024	0,0%	0,0%	0,0%
Variação	0,0%	0,0%	0,0%

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia, composta pelo Conselho da Administração e Diretoria Estatutária:

Ano	Cargos da Administração	Mulheres em cargos da Administração	Proporção
2025	2	0	0,0%
2024	2	0	0,0%
Variação	0,0%	0,0%	0,0%

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia*:

Cargo	2024	2025
Superintendentes e cargos acima	0,0%	0,0%
Liderança	0,0%	0,0%
Operações	0,0%	-35,0%

* Média da remuneração masculina pela remuneração feminina, diferença adicional entre a soma dos valores.

Diretoria
São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		**454.891**	**375.110**
Disponibilidades	4	2.353	1.370
Aplicações	5(a)	312.042	260.121
Créditos das operações com seguros e resseguros		80.310	70.324
Prêmios a receber	6(a-I)	80.303	70.265
Operações com resseguradoras		7	59
Outros créditos operacionais		–	342
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	6(b)	9.214	10.470
Títulos e créditos a receber		81	24
Créditos tributários e previdenciários	11(b)	27	24
Outros créditos		54	–
Despesas antecipadas		330	–
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	50.561	32.459
NÃO CIRCULANTE		**120.640**	**118.301**
Créditos das operações com seguros - Prêmios a receber	6(a-I)	40.388	34.003
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	6(b)	4.336	5.529
Títulos e créditos a receber - Créditos tributários e previdenciários		9.961	5.474
Depósitos judiciais e fiscais	10(b)	89	–
Créditos tributários e previdenciários	11(b)	9.872	5.474
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	39.232	26.148
INTANGÍVEL	12	26.723	47.147
TOTAL DO ATIVO		**575.531**	**493.411**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		**236.034**	**177.219**
Contas a pagar		56.815	39.280
Obrigações a pagar	9	30.812	14.198
Impostos e encargos sociais a recolher	11(c)	9.046	7.415
Encargos trabalhistas		604	691
Impostos e contribuições	11(d)	16.353	16.976
Débitos das operações com seguros e resseguros		34.795	29.922
Operações com seguradoras		29	196
Operações com resseguradoras	6(f)	5.988	5.486
Corretores de seguros e resseguros	6(c-I)	24.418	21.499
Outros débitos operacionais		4.360	2.741
Depósitos de terceiros		550	86
Provisões técnicas - Seguros - Danos	6(d)	143.874	107.931
NÃO CIRCULANTE		**124.367**	**95.653**
Provisões técnicas - Seguros - Danos	6(d)	106.221	78.693
Outros débitos - Contingências	10(b)	18.146	16.960
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	**215.130**	**220.539**
Capital social		172.361	172.361
Reservas de lucros		42.769	48.178
TOTAL DO PASSIVO		**575.531**	**493.411**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
OPERAÇÕES DE SEGUROS	6(g-I)	57.375	61.372
PRÊMIOS GANHOS	6(g-I)	123.012	104.735
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3)) e 14(c-II)	186.496	126.092
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	(63.484)	(21.357)
SINISTROS OCORRIDOS	6(g-I)	(8.743)	(2.222)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	6(c-II) e (g-I)	(40.127)	(29.593)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	6(g-I)	(8.753)	(529)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(g-I)	(8.014)	(11.019)
Recuperação de Sinistros e Despesas		(368)	(2.146)
Despesas com Repasses de Resseguros		(6.778)	(6.616)
Outros resultados com resseguro		(868)	(2.257)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	(22.459)	(14.370)
DESPESAS COM TRIBUTOS	11(a-II)	(8.875)	(6.836)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	43.183	28.982
RESULTADO PATRIMONIAL	12	(2.435)	–
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**66.789**	**69.148**
IMPOSTO DE RENDA	11(a-I)	(9.516)	(13.179)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11(a-I)	(6.195)	(8.376)
LUCRO LÍQUIDO		**51.078**	**47.593**
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES BÁSICO E DILUÍDO - R$	13	**748,17**	**697,13**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	**172.361**	**49.585**	**–**	**221.946**
Resultado líquido do período	–	–	47.593	47.593
Destinação:				
Reserva legal	–	2.380	(2.380)	–
Reserva especial	–	31.213	(31.213)	–
Juros sobre capital próprio - Nota 13(b)	–	–	(14.000)	(14.000)
Dividendos - Nota 13(b)	–	(35.000)	–	(35.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**172.361**	**48.178**	**–**	**220.539**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**–**	**(1.407)**	**–**	**(1.407)**
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	**172.361**	**48.178**	**–**	**220.539**
Resultado líquido do período	–	–	51.078	51.078
Destinação:				
Reserva legal	–	2.554	(2.554)	–
Reserva especial	–	22.037	(22.037)	–
Juros sobre capital próprio - Nota 13(b)	–	–	(26.487)	(26.487)
Dividendos - Nota 13(b)	–	(30.000)	–	(30.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	**172.361**	**42.769**	**–**	**215.130**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**–**	**(5.409)**	**–**	**(5.409)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO	**51.078**	**47.593**
Outros resultados abrangentes	–	–
RESULTADO ABRANGENTE	**51.078**	**47.593**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido dos períodos		51.078	47.593
Ajustes ao lucro líquido		29.443	23.131
Amortizações e *impairment*	12	8.350	1.824
Provisões/(Reversões) para risco de crédito	6(g-I)	3.760	(1.263)
Provisões para contingências	10(b)	1.622	1.015
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	11(a-I)	15.711	21.555
Variação das contas patrimoniais		(54.724)	(30.543)
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado		(59.033)	(13.305)
Vinculados a garantia de provisões técnicas de seguros		(61.965)	(24.130)
Cobertura excedente		2.932	10.825
Operações de seguros e resseguros		19.475	5.614
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas)		(15.293)	(3.931)
Prêmios a receber		(20.183)	(2.647)
Operações com seguradoras e resseguradoras		4.890	(1.284)
Provisões técnicas		65.954	21.916
Ativos de resseguros e retrocessão - Provisões técnicas		2.450	3.396
Provisões técnicas - Seguros (Passivas)		63.504	18.520
Custos de aquisição diferidos		(31.186)	(12.371)
Títulos e créditos a receber e outros créditos operacionais		(4.534)	56
Contas a pagar e outros débitos		12.224	(41)
Impostos pagos		(22.856)	(22.867)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		25.797	40.181
Alienação/recuperação deduzida de (aplicação) do intangível	12	12.074	–
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		12.074	–
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	13(b)	(44.000)	(48.580)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(44.000)	(48.580)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(6.129)**	**(8.399)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		114.012	122.411
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	107.883	114.012
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**(6.129)**	**(8.399)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

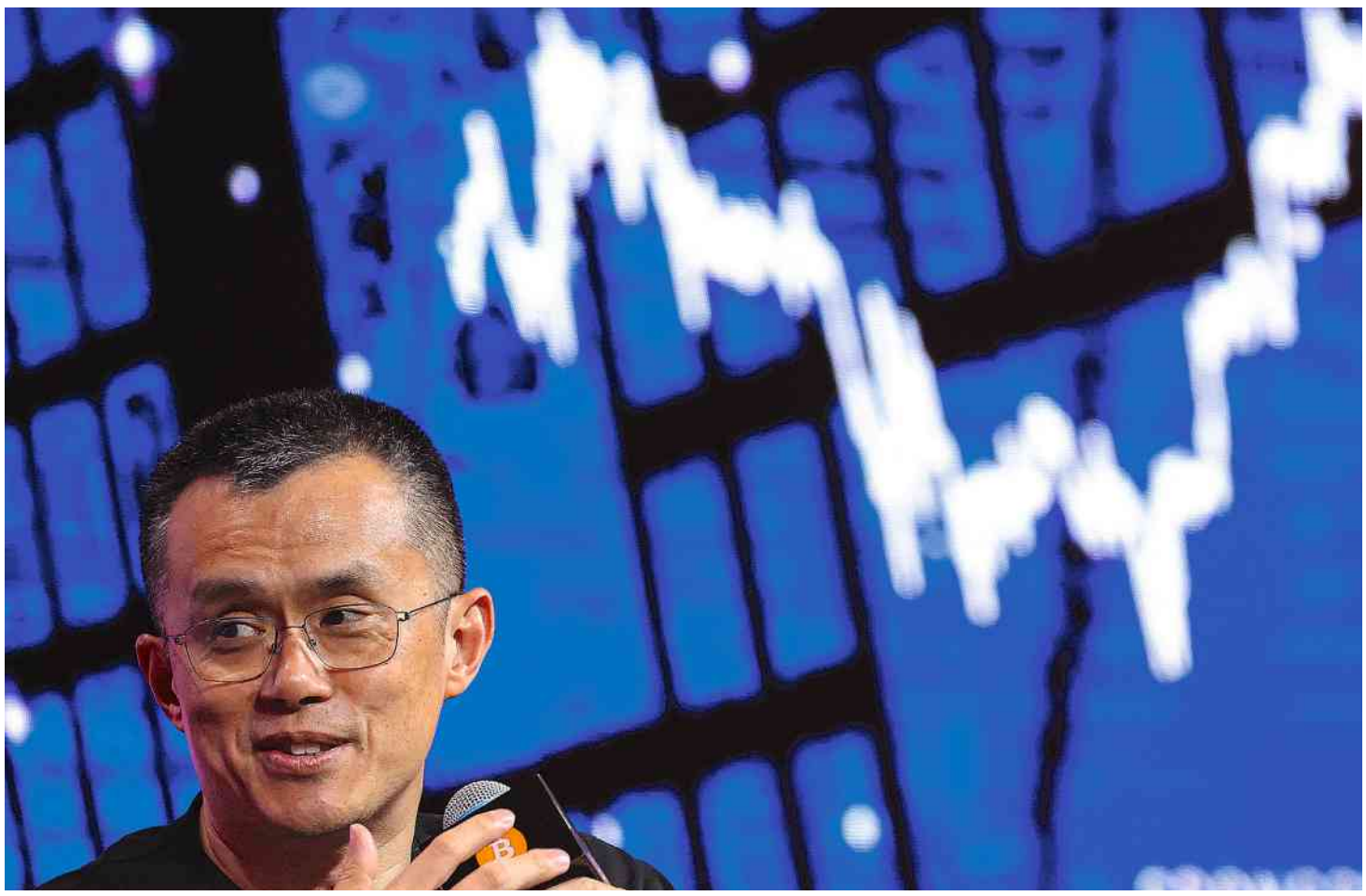
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia" e/ou "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo Banco Safra S.A., autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) a operar em seguros de ramos elementares, atuando em todas as regiões do Brasil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: a) Apresentação das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Contábeis da Safra Seguros Gerais S.A., aprovadas pela Administração em 24.02.2026, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações trazidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Susep, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular Susep 648/2021 atualizada, por sua vez, pela Circular Susep 678/2022. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Novas normas aplicáveis neste período e em períodos futuros:** I. CPC 50 - Contratos de Seguros, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem a base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Susep ainda não recepcionou este normativo. II. CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: a norma tem como objetivo fornecer aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o Desempenho Financeiro das entidades e exige a criação de novos subtotais na estrutura da Demonstração de Resultado, além de determinar a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração e substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis a partir de 01.01.2027. A Susep ainda não recepcionou este normativo. III. Lei 15.040/2024 - Lei do Contrato de Seguro - A Lei 15.040 de 9 de dezembro de 2024, conhecida como "Lei do Contrato de Seguro" dispõe sobre normas de seguros privados, revogando dispositivos da Lei 10.406/2002 (Código Civil). Além dos contratos de seguro, a lei versa sobre interesse legítimo, riscos relativos à espécie de seguro contratada, prêmio, seguro em favor de terceiro, cosseguro e seguro cumulativo, resseguro e sinistro. A lei entrou em vigor 11 de dezembro de 2025 e não houve impacto em função de sua vigência. **c) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Fluxos de caixa:** I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 (noventa) dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O método de apresentação dos fluxos de caixa é o indireto, sendo que os fluxos de caixa de atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos, e os operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Seguradora. **b) Aplicações e instrumentos financeiros derivativos:** I. Classificação: A classificação dos instrumentos financeiros segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros é realizada em função dos Modelos de Negócios adotados pela Administração. O uso de Modelos de Negócios é a maneira como a Seguradora realiza a gestão de seus ativos financeiros para geração de fluxo de caixa e consideração dos riscos envolvidos.

continua →



O fundador da Binance, Changpeng Zhao Tyrone Siu - 29.ago.25/Reuters

Funcionários da Binance descobrem envio de US$ 1,7 bi em criptomoedas para o Irã

Corretora demite ou suspende equipe que revelou transações e diz que contas vinculadas foram removidas, e as autoridades, notificadas

David Yaffe-Bellany e Michael Forsythe

THE NEW YORK TIMES Um grupo de investigadores internos da corretora de criptomoedas Binance fez uma série de descobertas surpreendentes no ano passado.

Pessoas no Irã haviam obtido acesso a mais de 1.500 contas na plataforma da Binance ao longo do ano anterior. Cerca de US$ 1,7 bilhão (R$ 8,7 bilhões) havia fluído de duas contas da Binance para entidades iranianas com ligações a grupos terroristas, uma possível violação de sanções globais. E uma dessas contas pertencia a um fornecedor da Binance.

Após descobrir as transações, os investigadores as reportaram aos chefes, de acordo com registros da empresa e outros documentos analisados pelo New York Times.

Em poucas semanas, a Binance demitiu ou suspendeu pelo menos quatro funcionários envolvidos na investigação, segundo os documentos e três pessoas com conhecimento da situação. A empresa citou questões como "violações de protocolo da empresa" relacionadas ao tratamento de dados de clientes.

A sequência de eventos mostra que a Binance, a maior plataforma de negociação de criptomoedas do mundo, continuou encontrando evidências de possíveis violações legais em sua plataforma, mesmo depois de se declarar culpada por violar leis antilavagem de dinheiro em 2023. Na época, a empresa prometeu reprimir agentes mal-intencionados que usavam sua plataforma para movimentar dinheiro e disse ter contratado mais de 60 funcionários com experiência em regulamentação para resolver o problema.

Mas os alertas internos sobre as transações iranianas surgiram no ano passado, nos meses anteriores ao perdão concedido pelo presidente Donald Trump ao fundador da Binance, Changpeng Zhao, que havia passado quatro meses em uma prisão federal em 2024 por seu papel nos crimes da empresa. A startup de criptomoedas da família Trump, World Liberty Financial, estabeleceu laços comerciais estreitos com a Binance, e Zhao foi convidado este mês para uma conferência em Mar-a-Lago, o clube de Trump na Flórida.

"Aprendi muito", postou Zhao nas redes sociais junto com uma foto do evento.

Ao analisar transações de criptomoedas, os investigadores da Binance descobriram que contas na corretora haviam movimentado fundos para entidades ligadas ao Irã, um importante adversário estrangeiro que o governo Trump vem se preparando para atacar. Quando a Binance se declarou culpada há três anos, concordou em pagar uma multa de US$ 4,3 bilhões (R$ 22,14 bilhões) e admitiu ter violado sanções dos EUA, inclusive ao permitir que clientes do Irã usassem sua plataforma. Também concordou em alertar as autoridades americanas sobre qualquer atividade ilegal detectada na corretora.

Uma representante da Binance, Rachel Conlan, disse em comunicado que a corretora tomou medidas para resolver as questões levantadas por seus investigadores. As contas vinculadas aos US$ 1,7 bilhão em transações iranianas foram removidas, disse ela, e a Binance notificou as autoridades.

"Qualquer sugestão de que a Binance conscientemente permitiu que atividades passíveis de sanções continuassem sem controle é incorreta e difamatória", disse Conlan.

Não está claro exatamente por que os investigadores foram punidos. Nos últimos meses, mais de meia dúzia de funcionários de compliance deixaram a Binance, incluindo um gerente de sanções e o líder da equipe de compliance empresarial. O diretor de compliance da Binance, Noah Perlman, também discutiu sua saída, disse uma pessoa familiarizada com o assunto.

Conlan disse que os investigadores que examinaram as transações iranianas não foram suspensos ou demitidos por "levantar preocupações de compliance". "Certos indivíduos" envolvidos na investigação foram punidos "em conexão com a divulgação não autorizada de informações confidenciais de clientes", disse ela.

Mas o momento da punição, pouco depois de as transações iranianas terem sido reportadas no ano passado, levantou a dúvida de se ela estava ligada às descobertas da equipe. Todos os investigadores se recusaram a comentar ou não responderam aos pedidos de comentário. Suas demissões foram noticiadas anteriormente pela Fortune.

Karoline Leavitt, secretária de imprensa da Casa Branca, disse em comunicado que a acusação contra Zhao fez parte de uma "guerra contra as criptomoedas" do governo anterior. "Essas ações do governo Biden prejudicaram severamente a reputação dos EUA como líder global em tecnologia e inovação", afirmou.

Zhao fundou a Binance em 2017 e a transformou na plataforma mais influente do mundo para compra e venda de criptomoedas como bitcoin e ether. À medida que o setor crescia, a Binance processava até dois terços de todas as transações de criptomoedas, gerando receita ao cobrar taxas sobre essas negociações.

A corretora serviu como um destino atraente para lavagem de dinheiro. Em 2023, a Binance se declarou culpada por permitir que pessoas em países sancionados usassem a plataforma e conduzissem negócios com clientes nos EUA. No caso do Irã, promotores americanos encontraram pelo menos 1,1 milhão de transações no valor de quase US$ 900 milhões que violaram a lei federal.

Após a confissão de culpa, Zhao deixou o cargo de CEO, mas manteve participação majoritária na empresa. Ele vale quase US$ 80 bilhões, segundo a Forbes, e continua sendo uma das figuras mais poderosas da indústria de criptomoedas.

Ao longo dos anos, a Binance tomou medidas para instalar salvaguardas contra o comércio ilícito, construindo uma equipe de executivos de compliance, contratando ex-funcionários de aplicação da lei dos EUA que haviam investigado crimes com criptomoedas e outros especialistas com experiência em rastrear transações de moeda digital.

Esses especialistas usam informações publicamente disponíveis e outras ferramentas forenses para identificar os proprietários de carteiras de criptomoedas, que são as contas online anônimas onde as pessoas armazenam e negociam moedas digitais. Eles também compartilham informações com agentes de aplicação da lei ao redor do mundo.

Conlan disse que nenhum dos funcionários da Binance foi "suspenso ou demitido por levantar preocupações de compliance".

"A investigação não foi encerrada", disse ela, e outros funcionários da Binance continuaram trabalhando nela.

Conlan disse que a Binance compartilhou informações sobre uma empresa de Hong Kong com atividades suspeitas com a Receita Federal americana (IRS) e o FBI. A empresa planejava enviar um relatório ao Departamento de Justiça nesta quarta (25), acrescentou ela.

Senador democrata abre investigação

O senador democrata Richard Blumenthal, que integra o Comitê de Segurança Interna do Senado, abriu uma investigação nesta terça-feira (24) sobre possíveis violações de sanções identificadas por investigadores internos da Binance.

Citando reportagens do New York Times e de outros dois veículos, o parlamentar de Connecticut disse que está examinando o envio de US$ 1,7 bilhão em criptomoedas de contas da Binance para entidades ligadas ao Irã.

Em uma carta ao codiretor-executivo da Binance, Richard Teng, Blumenthal solicitou registros sobre as negociações da empresa com duas entidades de Hong Kong identificadas pelos investigadores da corretora como origem das transferências para o Irã.

Questionado sobre a carta de Blumenthal, um porta-voz da Binance disse que a empresa "detectou e reportou atividades suspeitas, e isso é evidência de que nossos controles estão funcionando".

→★ continuação

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 06.109.373/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

Cada Modelo de Negócios determina, entre outros, se os fluxos de caixa resultarão da coleta de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Dessa forma, após definidos os Modelos de Negócios, os instrumentos financeiros são classificados tanto em função de cada modelo adotado pela Administração para a sua gestão, assim como as características esperadas dos fluxos de caixa contratuais, com o intuito de verificar se há obtenção do critério de recebimento somente do valor principal acrescido de juros. Essa verificação é dada por meio do Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("Teste SPPJ"). Com isso, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Custo Amortizado ("CA"): utilizada quando os ativos financeiros são gerenciados com o intuito de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; • Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): categoria utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para venda; • Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): utilizada quando a intenção for o de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados e/ou quando os ativos não passam no Teste SPPJ. Nas aplicações estão contidos os recursos garantidores, ativos oferecidos como garantia dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Estes ativos ficam registrados em contas vinculadas à Susep, mantidas junto à B3 e ao Sistema de Liquidação e Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil (BCB), conforme cada um dos mercados. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **c) Mensuração ao valor justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração da Companhia, os quais incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração, conforme estabelecido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - recepcionado pela Circular Susep 678/2022. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, é mensurado por meio de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, a Companhia utiliza uma quantidade significativa de julgamento para chegar a mensurações do valor justo. **d) Classificação de contratos de seguro e investimento:** Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico o afetar adversamente é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária. Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro se tornar significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. **e) Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros:** I. Créditos: Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. II. Débitos: Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. III. Risco de crédito: A redução ao valor recuperável em relação aos créditos dos prêmios a receber para seguradoras é efetuada seguindo critérios estabelecidos pela Circular Susep 648/2021, atualizada pela Circular Susep 678/2022 e é calculada pela Companhia com base em estudo técnico. A metodologia apura fatores de cancelamento por inadimplência, considerando a carteira de negócios (ramo) e prazo de vencimento, categorizando as parcelas em vencidas e a vencer. Os normativos supracitados se aplicam ao valor recuperável referentes aos créditos de sinistros a recuperar, provisão de sinistros ocorridos e não avisados e suas respectivas despesas relacionadas e são realizadas com base em estudo técnico, que considera tanto o histórico de perdas quanto à capacidade de pagamento da resseguradora. As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registradas concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados tanto às seguradoras quanto às resseguradoras, pois como não há mais expectativa de recebimento do prêmio e, consequentemente, não haverá expectativa de repasse destes valores. **f) Ativos de resseguros - Provisões técnicas:** Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro. As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **g) Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro. **h) Títulos e créditos a receber:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data destas Demonstrações Contábeis. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo. **i) Redução ao valor recuperável *(impairment)* - Ativos não financeiros:** O *impairment* é reconhecido como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment,* quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Companhia efetua o reconhecimento no resultado do período, de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável desses ativos, que eventualmente surgirem. **j) Provisões técnicas de seguros:** As provisões técnicas de seguros são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela Susep e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP 432/2021, Circular Susep 648/2021 e alterações posteriores. I. Seguros: • Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros e despesas a ocorrer referentes aos riscos assumidos na data de cálculo, independentemente de sua emissão, correspondente ao período de vigência a decorrer. É calculada com base no prêmio comercial, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido, contemplando também a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE). Entre a emissão e o início de vigência do risco, considera-se o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die.* A PPNG referente às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do ressegurador; • Provisão de sinistros a liquidar (PSL): calculada com base em estimativa do valor da eventual indenização, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com as normas da Susep. A PSL judicial é constituída independentemente da probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos; • Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. Para os ramos dos seguros compreensivos e secundários, o cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos, mas ainda não reportados à Seguradora. Para os demais ramos de seguros, caracterizados por não possuírem dados suficientes para aplicação de metodologia estatística-atuarial, a seguradora apura o valor da provisão com base em fatores médios de mercado; e • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas aos sinistros ocorridos (avisados ou não). O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor das despesas a serem pagas. II. Provisão complementar de cobertura - PCC: A provisão será constituída quando for constatada insuficiência relacionada às provisões técnicas PPNG, Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR) e Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). III. Teste de Adequação de Passivos - TAP: O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro (exceto DPEM e Seguro Habitacional do SFH) e de previdência complementar aberta estão adequados, por meio da confrontação do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado semestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Susep 648/2021, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia. O resultado do TAP é a diferença entre: i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa; e ii) a soma do saldo contábil na data-base de todas as provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular Susep 648/2021, com base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (déficit ou superávit) entre os seis macros fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais. A insuficiência detectada nas provisões PPNG, IBNR e PSL será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC, conforme mencionado. Já os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuadas nas próprias provisões. **k) Apuração de resultado de operações de seguros e resseguros:** Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular Susep 648/2021, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguros - provisões técnicas. **l) Ativos e passivos contingentes (exceto PSL judicial):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Susep, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. **m) Benefícios a empregados:** Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Safra Seguros Gerais reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. A Safra Seguros Gerais não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. Adicionalmente, a Safra Seguros Gerais não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração e empregados. **n) Tributos:** I. Reconhecimento e mensuração: Calculados às alíquotas abaixo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda [1]	Contribuição Social	PIS	COFINS	ISS
Seguradoras	25%	15%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%. Os tributos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores das Demonstrações Contábeis. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para redução ao valor recuperável de prêmios a receber, das provisões para passivos contingentes, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados aos ativos financeiros com ajustes ao valor justo em Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido são reconhecidos, subsequentemente, no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. II. Reforma tributária: A Companhia vem acompanhando as discussões sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar 227, de 13 de janeiro de 2026. A Administração continuará monitorando a evolução das normas complementares e avaliará os ajustes necessários nos processos e sistemas internos quando houver maior clareza sobre as definições que ainda estão pendentes. **o) Intangível:** Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo valor de custo, líquido da respectiva amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável *(impairment)*. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente, ao longo da sua vida útil estimada. **p) Lucro por ação:** Conforme o CPC 41 - Resultado por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O resultado por ação do período comparativo é apresentado utilizando o número proporcional e a quantidade de ações do período corrente. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. **q) Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (ii) provisões técnicas de seguros, resseguros e previdência complementar e teste de adequação do passivo; (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado; (v) amortizações de ativos intangíveis; (vi) créditos tributários; e (vii) redução ao valor recuperável das operações com seguros e resseguros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) Classificação em Circulante e Não Circulante:** Ativos e Passivos cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base da Demonstração Contábil deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Circulantes. Já os itens patrimoniais cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes a mesma data-base deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Não Circulantes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Disponibilidades - Nota 16(b)	2.353	1.370
Fundos de investimentos exclusivos - Nota 5(a-I)	105.530	112.642
Total	**107.883**	**114.012**

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS: a) Aplicações - Carteira

I. Composição

	31.12.2025		31.12.2024	
	Valor Justo - Sem vencimento [2]	%	Valor Justo - Sem vencimento [2]	%
Mensurados ao valor justo por meio do resultado	**312.042**	**100,00**	**260.121**	**100,00**
Fundos de investimentos exclusivos - Livres [1]	105.530	33,82	112.642	43,30
Recursos garantidores de reservas técnicas - Cotas de fundos de investimentos - Seguros - Nota 6(e) [1]	206.512	66,18	147.479	56,70
Provisões técnicas a serem garantidas - Provisões técnicas	182.312	58,43	126.211	48,52
Cobertura excedente	24.200	7,75	21.268	8,18

[1] Referem-se a cotas de fundos de investimentos exclusivos administrados pelas empresas do Grupo Safra (Parte Relacionada) - Nota 16(b). A carteira dos fundos de investimentos livres está composta substancialmente por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e a carteira dos fundos vinculados à garantia de seguros está composta substancialmente por títulos públicos. [2] Durante os períodos findos em 31.12.2025 e 31.12.2024 não houve ganho e/ou perda não realizado adicional ao custo contábil das respectivas carteiras dos fundos de investimentos que já são originalmente mensuradas a valor justo. Desta forma, o saldo referente a valor justo é igual ao saldo do custo contábil.

II. Movimentação das aplicações

	01.01 a 31.12.2025			01.01 a 31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos	**Livres**	**Recursos garantidores de reserva técnica - Seguros**	**Total**	**Total**
Saldo no início do período	**112.642**	**147.479**	**260.121**	**254.735**
Aquisição/(Resgate) no período	(19.426)	35.427	16.001	(20.920)
Resultado - Receita/(Despesa) financeira - Nota 5(c)	12.314	23.606	35.920	26.306
Saldo no final do período	**105.530**	**206.512**	**312.042**	**260.121**

III. Hierarquia do valor justo

	Nível 1	
	31.12.2025	31.12.2024
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado	**312.042**	**260.121**
Fundos de investimentos exclusivos - Livres	105.530	112.642
Recursos garantidores e reservas técnicas	206.512	147.479

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil, Bolsa, Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros de Capitais). Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC, B3 e ANBIMA). Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quaisquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 31.12.2025 e 31.12.2024 não havia títulos e valores mobiliários classificados em níveis 2 e 3. **b) Instrumentos financeiros derivativos:** Durante os períodos findos em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não detinha operações próprias de instrumentos financeiros derivativos.

c) Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas/(Despesas) de ativos financeiros	**44.065**	**29.282**
Receitas com títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos	35.920	26.306
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Nota 5(a-II)	35.920	26.306
Livres	12.314	12.901
Vinculados às garantias - Seguros	23.606	13.405
Receitas financeiras com operações de seguros	8.141	2.975
Juros sobre recebimento de prêmios - Nota 6(a-I(3))	3.248	3.482
Juros recebidos	4.926	–
Resseguros cedidos/cosseguro aceito	(33)	(507)
Outras	4	1
(Despesas)/Receitas de passivos financeiros	**(882)**	**(300)**
Operações de seguros	(768)	(190)
(Atualização)/reversão monetária - Provisão de sinistros a liquidar - Nota 6(d-II)	(118)	507
Repasse de juros sobre recebimentos de prêmios	(650)	(697)
Outras	(114)	(110)
Resultado financeiro líquido	**43.183**	**28.982**

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS: a) Créditos das operações com seguros e resseguros

I. Prêmios a receber: 1) Composição dos saldos

	31.12.2025					31.12.2024	
	Prêmios a receber	Riscos vigentes e não emitidos	Provisão para risco de crédito	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)
Compreensivo	60.911	3.947	(3.354)	61.504	17	51.553	17
Garantia	4.523	26	(3.184)	1.365	7	2.999	9
Riscos diversos	52.932	3.845	(1.075)	55.702	30	46.586	29
Responsabilidade civil	598	33	(64)	567	17	579	16
Garantia estendida	1.700	–	(275)	1.425	1	2.279	1
Outros	228	–	(100)	128	33	272	40
Total em 31.12.2025 [1]	**120.892**	**7.851**	**(8.052)**	**120.691**		**104.268**	
Total em 31.12.2024 [1]	**102.485**	**6.698**	**(4.915)**	**104.268**			

[1] Deste montante, R$ (67.079) (R$ (58.903) em 31.12.2024) refere-se a Direitos creditórios sobre prêmios de seguros - Notas 6(e).

continua →★

O economista Ladislau Dowbor, autor de 'Os Desafios da Revolução Digital', no escritório de sua casa, em SP Rubens Cavallari/Folhapress

'Selic a 15% faz bilionário ganhar R$ 400 mil por dia sem produzir nada'

Professor da PUC-SP, Ladislau Dowbor diz que rentismo muda estrutura econômica social e gera distorções e defende Estado e empresas trabalhando juntos para gerar riquezas

ENTREVISTA
LADISLAU DOWBOR

Daniele Madureira

SÃO PAULO "As pessoas têm imensa dificuldade em entender grandes números", diz o economista Ladislau Dowbor, 84, que até gravou um vídeo, intitulado "Entenda a economia em 15 minutos". O professor titular de pós-graduação da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e ex-consultor de agências da ONU não tem dificuldade em explicar cifras e indicadores a partir de exemplos do cotidiano.

"Pago R$ 350 pelo dia de trabalho da minha faxineira, valor transferido para a conta dela de maneira digital. Como ela tem problemas de saúde, contratou um desses planos geridos por empresas que não entendem nada de saúde, são um grupo financeiro que oferece mensalidade que cabe no bolso. Então descubro que entre os sócios desse grupo está a BlackRock, a maior gestora de ativos do mundo, que administra trilhões de dólares. Ou seja: parte do dinheiro que eu pago para uma pessoa pobre no Brasil vai para um grupo americano riquíssimo —que também é acionista da bandeira de cartão de crédito que eu uso para pagar o café da manhã na padaria."

A transformação da sociedade na era digital e o seu impacto no capitalismo e na ampliação da desigualdade é um dos temas centrais na pesquisa de Dowbor. O assunto é tema de "Os Desafios da Revolução Digital" (editora Elefante), que venceu o Prêmio Brasil de Economia 2025 do Cofecon (Conselho Federal de Economia). Em 2024 ano anterior, outro livro do catalão de origem polonesa, naturalizado brasileiro, venceu o mesmo prêmio: "Resgatar a Função Social da Economia" (Elefante).

Autor ou organizador de mais de 45 livros, Dowbor mantém boa parte das obras no seu site com acesso gratuito.

*

Por que tantos segmentos de serviços e da indústria correm o risco de enfrentar apagão de mão de obra? O desafio número um no Brasil é a desigualdade, é o país mais desigual do mundo. O PIB soma R$ 12,3 trilhões. Se a gente dividir pela população do país, 215 milhões, arredondando, dá R$ 20 mil por mês, para uma família de quatro pessoas. Dá para viver, não? Mas há um alto grau de concentração de renda.
Os 300 bilionários no Brasil têm muito dinheiro guardado. Imagine o dono de R$ 1 bilhão que, em vez de investir em serviços ou produtos, compra títulos do governo atrelados à Selic, que pagam 15% de juros ao ano. Sem produzir nada, vai ganhar mais de R$ 400 mil ao dia. Ou seja, quanto mais rico, mais dinheiro aplicado, maior o enriquecimento. É algo completamente diferente do que acontece com 80% da população, que não só não acumula, como enfrenta dificuldade em manter o que tem. O problema deles não é "o que que eu faço com o meu dinheiro?". O que ganham nem dá para fechar o mês.

Por que esse sistema se mantém? Se você visita deputados, senadores, vai descobrir que eles mantêm aplicações financeiras e vivem disso. Eles têm consciência de que temos um sistema que drena em vez de gerar recursos, o núcleo básico da economia. Você precisa ter famílias com mais recursos para ter demanda, que dinamiza o investimento empresarial, que gera empregos, consumo, impostos para o Estado, que aplica o dinheiro de volta para fomentar a economia, e então o ciclo se completa. No Brasil, o ciclo não fecha. Ganha-se muito mais dinheiro através de processos financeiros do que produtivos.

A questão central não é o empresário que paga R$ 2.000 ao mês ao trabalhador da escala 6x1, que muitas vezes decide prestar serviços para os aplicativos, esperando ganhar mais ? É o conjunto do sistema que trava a economia. Se, em vez de se preocupar com o arcabouço fiscal —que chamo de "palhaçada", não de maneira irresponsável—, você se preocupa com políticas sociais, colocando mais dinheiro na educação, na saúde, é uma maneira de enriquecer as famílias. Porque sobra dinheiro para o consumo, que vai elevar as vendas, o lucro. Ganhando mais, o empresário vai pagar melhor e atrair mais pessoas.

É essencial entender que se trata de um ciclo. Uma economia desigual não se desenvolve. Com os governos Lula e Dilma 1 melhorou um pouco, crescemos 3,8%, em média, durante dez anos. O Banco Mundial chamou o período de "The Golden Decade", a década dourada do Brasil. Com Temer e Bolsonaro, a farra financeira aumentou muito mais.

> **O desafio número 1 do Brasil é a desigualdade, é o país mais desigual do mundo. O PIB soma R$ 12,3 trilhões. Se a gente dividir pela população do país, 215 milhões, arredondando, dá R$ 20 mil por mês para uma família de quatro pessoas. Dá para viver, não?**

> **É uma cretinice dizer que, quando o país cresce, é preciso reduzir gastos do governo**

Ladislau Dowbor, 85
Nascido na cidade de Banyuls-sur-Mer, na fronteira entre França e Espanha, numa família polonesa, veio para o Brasil aos dez anos. É formado em economia política pela Universidade de Lausanne, na Suíça, e doutor pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, na Polônia

Por que o sr. chama o arcabouço fiscal de "palhaçada"? Nas economias que funcionam, 40% do bem-estar econômico das famílias não correspondem a quanto elas têm no bolso, mas sim o quanto elas têm de hospitais públicos na região onde moram, as ruas do bairro asfaltadas, o parque perto de casa —tudo isso é salário indireto. É bem-estar econômico construído através de políticas públicas, que envolvem tanto políticas sociais quanto infraestrutura. A melhora da situação das famílias libera dinheiro para a outra parte do bem-estar econômico: fazer compras, pagar serviços, aluguel etc.

O Canadá, por exemplo, tem um salário mais baixo que o dos americanos, mas lá as pessoas contam com creche, escola, universidade, hospital, tudo bom e de graça, parques por toda parte, água limpa. Interessante, não? A título de comparação, a esperança de vida do americano é de 78 anos, a custo de US$ 11 mil ao ano por pessoa para o sistema de saúde. Na China, a esperança de vida é de 79 anos, a custo de US$ 1.000 ao ano, porque o país investe, por exemplo, em água limpa. A saúde preventiva é imensamente mais eficaz do que ter hospitais, médicos e um monte de remédios. Mas na contabilidade do arcabouço fiscal no Brasil, investimento público no bem-estar econômico é chamado de gasto. É uma cretinice dizer que, quando o país cresce pouco, é preciso reduzir gastos do governo.

O capital especulativo ganhou espaço demais na sociedade? Escrevi um artigo chamado "O dreno financeiro". É o seguinte: a Selic a 15% tira 10% do PIB em pagamento de juros, que vão para os grandes grupos da Faria Lima, para a BlackRock etc. Hoje o dinheiro é só uma informação no computador. Você dá "enter" e transfere milhões, sem controle público sobre o processo.

Outro dreno: o endividamento das famílias, que consome também 10% do PIB. Os juros de 25% ao ano pagos por pequenas e médias empresas (grandes pegam dinheiro internacional a 3%), drenam mais 4% do PIB. A evasão fiscal (dinheiro que deveria entrar no país e não entra), mais 6%. Renúncias fiscais, mais 4% —sendo que podem ser até positivas, como tecnologias para a agricultura familiar, mas aqui costuma ser por amizade com políticos.

A tudo isso você acrescenta o fato de que, no Brasil, desde 1995, lucros e dividendos são isentos de impostos. Eu pago 27%, mas bilionários pagam 0%. Também a Lei Kandir isenta de impostos a produção para exportação de bens primários e semiprimários —os grandes frigoríficos, o agronegócio, a extração de minério, todos isentos. O ITR, Imposto Territorial Rural, também costuma não ser cobrado. Tudo somado representa dreno da ordem de 30% do PIB. Esse dinheiro poderia ser investido em ferrovias, saneamento, saúde, educação etc.

→★ continuação

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 06.109.373/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

2) Parcelas por vencimento - Prêmios a receber

Curso das operações	31.12.2025	31.12.2024
Parcelas Vencidas:	15.068	5.347
Até 60 dias	13.860	5.062
De 61 a 120 dias	447	273
De 121 a 180 dias	143	–
De 181 a 365 dias	606	–
Acima de 365 dias	12	12
Parcelas Vincendas:	105.824	97.138
Até 60 dias	12.472	13.397
De 61 a 120 dias	13.708	13.560
De 121 a 180 dias	9.697	8.650
De 181 a 365 dias	29.559	26.142
Acima de 365 dias	40.388	35.389
Total	**120.892**	**102.485**

3) Por movimentação no período

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Saldo no início do período	**104.268**	**100.356**
(+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos - Nota 14(c-II)	186.496	126.092
(–) Recebimentos	(170.184)	(127.646)
(–) Variação de provisão para risco de crédito	(3.137)	1.984
(+) Juros sobre recebimento de prêmios - Nota 5(c)	3.248	3.482
Saldo no final do período	**120.691**	**104.268**

b) Ativos de resseguros - Provisões técnicas

I. Composição dos saldos

	31.12.2025					31.12.2024
		SINISTROS				
	PPNG [1]	PSL [2]	IBNR e PDR	Subtotal [3]	Total	Total
Compreensivo	1.508	421	61	482	1.990	3.101
Garantia	9.520	–	220	220	9.740	10.892
Riscos diversos	1.523	–	1	1	1.524	1.690
Responsabilidade civil	17	–	1	1	18	27
Outros	296	–	–	–	296	340
Subtotal	**12.864**	**421**	**283**	**704**	**13.568**	**16.050**
Provisão para risco de crédito	–	(10)	(8)	–	(18)	(51)
Total em 31.12.2025	**12.864**	**411**	**275**	**704**	**13.550**	**15.999**
Total em 31.12.2024	**14.540**	**1.281**	**229**	**1.510**	**15.999**	**–**

[1] Inclui o montante de R$ 4.966 (R$ 5.352 em 31.12.2024) referente a prêmios de resseguro não proporcional. [2] Inclui 1 (6 em 31.12.2024) casos de sinistros judiciais no montante de R$ 421 (R$ 1.281 em 31.12.2024). [3] Nota 6(e).

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025			01.01 a 31.12.2024
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	Total	Total
Saldo no início do período	**14.540**	**1.510**	**16.050**	**19.394**
Variação das provisões técnicas	(1.676)	(368)	(2.044)	(2.788)
Recebimento de sinistros	–	(405)	(405)	(46)
Atualização monetária	–	(33)	(33)	(510)
Saldo no final do período	**12.864**	**704**	**13.568**	**16.050**

c) Custos de aquisição diferidos

I. Composição dos saldos

	31.12.2025		31.12.2024	
	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Compreensivo	12.758	24	11.002	24
Garantia	2.026	44	2.175	46
Riscos diversos	44.582	29	19.145	26
Responsabilidade civil	126	24	118	24
Garantia estendida	30.239	17	26.093	18
Outros	62	42	74	49
Total [1]	**89.793**		**58.607**	

[1] Deste montante, R$ 24.418 (R$ 21.499 em 31.12.2024) refere-se a comissão líquida registrada na rubrica "Corretores de seguros e resseguros" no Passivo e inclui provisão para risco de crédito no valor de R$ (1.419) (R$ (976) em 31.12.2024).

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Saldo no início do período	**58.607**	**46.236**
Comissões	71.313	41.964
Apropriação no resultado - Nota 6(g-I)	(40.127)	(29.593)
Saldo no final do período	**89.793**	**58.607**

d) Provisões técnicas - Seguros: I. Composição dos saldos

	31.12.2025							31.12.2024
			SINISTROS					
Danos	PPNG	PVR [1]	PSL [2]	IBNR	PDR [3]	Subtotal	Total	Total
Compreensivo	63.262	–	1.648	289	93	2.030	65.292	57.019
Garantia	15.425	–	–	291	19	310	15.735	18.132
Responsabilidade civil	627	–	430	2	11	443	1.070	785
Garantia estendida	44.389	21	1.091	309	290	1.690	46.100	39.495
Riscos diversos	121.275	17	32	56	7	95	121.387	70.574
Outros	511	–	–	–	–	–	511	619
Total em 31.12.2025	**245.489**	**38**	**3.201**	**947**	**420**	**4.568**	**250.095**	**186.624**
Total em 31.12.2024	**182.005**	**33**	**3.580**	**733**	**273**	**4.586**	**186.624**	

[1] Refere-se a Provisão de Valores a Regularizar de devoluções de prêmios. O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. [2] O montante de sinistros judiciais é de R$ 1.513 (R$ 2.443 em 31.12.2024), sendo R$ 142 (R$ 1.382 em 31.12.2024) classificados como perda provável, R$ 1.295 (R$ 1.022 em 31.12.2024) como perda possível e R$ 76 (R$ 39 em 31.12.2024) como perda remota. [3] Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 222 (R$ 216 em 31.12.2024).

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025						01.01 a 31.12.2024
			SINISTROS				
	PPNG	PVR [1]	PSL, IBNR e PDR	PSL e PDR judicial	Subtotal	Total	Total
Saldo no início do período	**182.005**	**33**	**2.139**	**2.447**	**4.586**	**186.624**	**168.071**
Sinistros ocorridos	–	–	7.022	(123)	6.899	6.899	932
Variação de provisões técnicas	63.484	5	–	–	–	63.489	21.390
Sinistros pagos/recuperados	–	–	(6.134)	(901)	(7.035)	(7.035)	(3.262)
Atualização monetária - Nota 5(c)	–	–	–	118	118	118	(507)
Saldo no final do período	**245.489**	**38**	**3.027**	**1.541**	**4.568**	**250.095**	**186.624**

[1] Refere-se a Provisão de Valores a Regularizar de devoluções de prêmios.

e) Garantias das provisões técnicas

	31.12.2025	31.12.2024
Total de provisões técnicas a serem garantidas - Provisões técnicas	**182.312**	**126.211**
Provisões técnicas de seguros - Nota 6(d-I)	250.095	186.624
Ativos de resseguros - provisões técnicas - Nota 6(b-I) [1]	(704)	(1.510)
Direitos creditórios sobre prêmios de seguros [2] - Nota 6(a-I(1))	(67.079)	(58.903)
Ativos garantidores das provisões técnicas - Cotas de fundos de investimentos - Tesouro Nacional - Letras do Tesouro Nacional - Nota 5(a-I)	**206.512**	**147.479**
Cobertura Excedente	**24.200**	**21.268**

[1] Não inclui PPNG no valor de R$ 12.864 (R$ 14.540 em 31.12.2024) - Nota 6(b). [2] Os valores de direitos creditórios correspondem ao montante de prêmios a receber diretos e cosseguro aceito, líquidos de Cosseguro Cedido e Resseguro, referente às parcelas não vencidas de apólices, considerando o arrasto (todas as parcelas em aberto, após inadimplência de qualquer parcela) por segurado e tomador, na proporção dos prazos dos riscos a decorrer, considerando cada parcela, na data-base de cálculo.

f) Débitos das operações com resseguradoras

	31.12.2025	31.12.2024
Prêmios a repassar	3.981	3.664
Proporcional	2.186	1.756
Não proporcional	1.795	1.908
Prêmios a liquidar	2.007	1.823
Provisão para risco de crédito	–	(1)
Total	**5.988**	**5.486**

g) Resultado com operações de seguros

I. Composição do resultado por ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistros Ocorridos		Custo de Aquisição		Outras receitas e despesas operacionais		Operações de Resseguros [1]		Total	
Ramos	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Aeronáutico	–	–	–	1.578	–	–	–	–	(1)	(1.536)	(1)	42
Compreensivo	40.918	40.619	(3.408)	(584)	(8.170)	(8.143)	(14)	(15)	(1.727)	(3.482)	27.599	28.395
Garantia	7.432	7.061	(34)	(104)	(923)	(863)	–	–	(4.307)	(4.606)	2.168	1.488
Riscos diversos	52.448	38.105	(1.009)	(90)	(16.182)	(8.250)	–	–	(976)	(1.025)	34.281	28.740
Responsabilidade civil	493	484	(76)	15	(99)	(97)	–	–	(23)	(39)	295	363
Garantia estendida	21.483	18.287	(4.216)	(3.075)	(14.725)	(12.216)	(5.916)	(1.824)	–	–	(3.374)	1.172
Outros	238	179	–	38	(28)	(24)	69	9	(112)	(293)	167	(91)
Subtotal	**123.012**	**104.735**	**(8.743)**	**(2.222)**	**(40.127)**	**(29.593)**	**(5.861)**	**(1.830)**	**(7.146)**	**(10.981)**	**61.135**	**60.109**
(Provisão)/Reversão para risco de crédito	–	–	–	–	–	–	(2.892)	1.301	(868)	(38)	(3.760)	1.263
Total - Danos	**123.012**	**104.735**	**(8.743)**	**(2.222)**	**(40.127)**	**(29.593)**	**(8.753)**	**(529)**	**(8.014)**	**(11.019)**	**57.375**	**61.372**

[1] O resultado líquido está representado por receita de recuperação de sinistros ocorridos, IBNR e PDR e as despesas representadas substancialmente por repasse de prêmios e variações da PPNG de resseguro e resseguro não proporcional.

II. Índice de sinistralidade e índice de comissionamento

	Índice de Sinistralidade (%)		Índice de Comissionamento (%)	
Ramos	2025	2024	2025	2024
Compreensivo	(8,3)	(1,4)	(20,0)	(20,0)
Garantia	(0,5)	(1,5)	(12,4)	(12,2)
Riscos diversos	(1,9)	(0,2)	(30,9)	(21,7)
Responsabilidade civil	(15,4)	–	(20,1)	(20,0)
Garantia estendida	(19,6)	(16,8)	(68,5)	(66,8)
Outros	–	–	(11,8)	(13,4)
Total	**(7,1)**	**(2,1)**	**(32,6)**	**(28,3)**

h) Teste de adequação do passivo - TAP: As premissas utilizadas no cálculo do Teste de Adequação de Passivos (TAP), realizado em 31.12.2025, são as seguintes: (i) Para os contratos abrangidos pela Companhia, as premissas são definidas conforme as características contratuais e técnicas de cada produto. O TAP considera a projeção dos fluxos futuros de caixa das obrigações vigentes, respeitada a fronteira do contrato, incluindo, conforme aplicável, prêmios futuros contratualmente previstos, benefícios, sinistros esperados, resgates, cancelamentos, despesas de regulação e liquidação de sinistros e demais despesas administrativas diretamente atribuíveis. As bases de dados utilizadas nas projeções são reconciliadas com as informações estatísticas e contábeis encaminhadas ao órgão regulador. As taxas de juros contratuais e demais condições financeiras previstas nos contratos são consideradas na projeção dos fluxos de caixa, conforme aplicável. Os fluxos são projetados em base bruta de resseguro, sendo os efeitos dos contratos de resseguro considerados de forma consistente com a recuperabilidade dos respectivos ativos. (ii) As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base na Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, observada a aderência ao indexador da obrigação e assegurada a consistência entre a inflação considerada nas projeções e a respectiva taxa de desconto. A taxa esperada dos ativos que suportam as provisões técnicas é determinada com base na política de investimentos da Companhia e considerada para fins de avaliação da consistência econômico-financeira, sem alterar o critério de desconto estabelecido pela regulamentação vigente. As premissas atuariais adotadas refletem as condições contratuais dos produtos, a experiência histórica da Companhia, tendências observadas na carteira e hipóteses biométricas compatíveis com a natureza das obrigações. Quando permitido pela regulamentação aplicável, é realizada a compensação entre fluxos positivos e negativos dentro de grupos de contratos com riscos homogêneos. O resultado do TAP é apurado por grupos de contratos com características de risco homogêneas. Em 31 de dezembro de 2025, o teste indicou que as provisões técnicas registradas são suficientes para fazer face às obrigações futuras estimadas dos contratos vigentes, não sendo necessária a constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS: A tabela de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior da tabela demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Não segregamos os sinistros judiciais devido ao volume imaterial de casos, o que não resultaria em informação útil ao usuário. A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro - Nota 6(d-I): R$ 3.201.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	1.218	1.502	904	283	815	1.871	695	2.937	3.628	6.954	
Um ano após	1.088	1.061	871	360	793	771	1.327	2.296	3.292	–	
Dois anos após	1.128	1.838	871	324	793	801	1.326	2.416	–	–	
Três anos após	1.151	2.204	664	323	793	841	1.377	–	–	–	
Quatro anos após	889	2.600	664	323	793	897	–	–	–	–	
Cinco anos após	889	2.872	664	323	793	–	–	–	–	–	
Seis anos após	889	2.970	664	323	–	–	–	–	–	–	
Sete anos após	889	1.759	664	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos após	889	1.112	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos após	889	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Estimativa em 31.12.2025	**889**	**1.112**	**664**	**323**	**793**	**897**	**1.377**	**2.416**	**3.292**	**6.954**	**18.717**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	786	957	529	234	709	364	393	1.446	2.395	5.165	
Um ano após	889	1.009	567	270	793	420	553	2.028	3.234	–	
Dois anos após	889	1.010	567	323	793	472	553	2.296	–	–	
Três anos após	889	1.010	664	323	793	472	553	–	–	–	
Quatro anos após	889	1.010	664	323	793	897	–	–	–	–	
Cinco anos após	889	1.010	664	323	793	–	–	–	–	–	
Seis anos após	889	1.010	664	323	–	–	–	–	–	–	
Sete anos após	889	1.010	664	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos após	889	1.112	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos após	889	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Pagamentos em 31.12.2025	**889**	**1.112**	**664**	**323**	**793**	**897**	**553**	**2.296**	**3.234**	**5.165**	**15.926**
PSL em 31.12.2025	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**824**	**120**	**58**	**1.789**	**2.791**
Passivos de sinistros anteriores a 2016											**410**
Total do Passivo em 31.12.2025											**3.201**

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de Resseguro - Nota 6(d-I): R$ 3.201; (–) Recuperação de Sinistros a Liquidar - Nota 6(b-I): R$ 421; Provisão de Sinistros a Liquidar líquida de resseguro: R$ 2.780.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	105	197	116	60	134	712	556	2.767	3.606	6.954	
Um ano após	90	143	109	63	125	348	839	2.089	3.270	–	
Dois anos após	92	230	109	58	125	362	823	2.191	–	–	
Três anos após	89	270	94	58	125	382	837	–	–	–	
Quatro anos após	81	313	94	58	125	409	–	–	–	–	
Cinco anos após	81	342	94	58	125	–	–	–	–	–	
Seis anos após	81	353	94	58	–	–	–	–	–	–	
Sete anos após	81	221	94	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos após	81	151	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos após	81	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Estimativa em 31.12.2025	**81**	**151**	**94**	**58**	**125**	**409**	**837**	**2.191**	**3.270**	**6.954**	**14.170**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	67	126	81	49	102	147	300	1.280	2.373	5.165	
Um ano após	80	140	87	56	125	177	434	1.861	3.212	–	
Dois anos após	81	140	87	58	125	202	434	2.071	–	–	
Três anos após	81	140	94	58	125	202	434	–	–	–	
Quatro anos após	81	140	94	58	125	409	–	–	–	–	
Cinco anos após	81	140	94	58	125	–	–	–	–	–	
Seis anos após	81	140	94	58	–	–	–	–	–	–	
Sete anos após	81	140	94	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos após	81	151	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos após	81	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Pagamentos em 31.12.2025	**81**	**151**	**94**	**58**	**125**	**409**	**434**	**2.071**	**3.212**	**5.165**	**11.800**
PSL em 31.12.2025	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**403**	**120**	**58**	**1.789**	**2.370**
Passivos de sinistros anteriores a 2016											**410**
Total do Passivo em 31.12.2025											**2.780**

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Contingências cíveis	(437)	(233)
Pessoal	(17.803)	(10.574)
Serviços de terceiros	(742)	(930)
Doações e contribuições	(2.659)	(2.082)
Outras	(818)	(551)
Total	**(22.459)**	**(14.370)**

9. CONTAS A PAGAR

	31.12.2025	31.12.2024
Contas a pagar	2.293	243
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar - Nota 13	22.517	11.904
Participação nos lucros a pagar	5.998	2.031
Outros	4	20
Total	**30.812**	**14.198**

continua →★

AXA no Brasil

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **AXA Seguros S.A.** relativas ao exercício de 2025, apuradas com base na regulamentação vigente.

A empresa: A **AXA Seguros S.A.**, empresa do Grupo AXA, também denominada "AXA" ou "Seguradora", iniciou suas atividades no Brasil em agosto de 2014, após autorização da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar com seguros de danos e vida em todo o território nacional.

A AXA é uma seguradora especializada, cuja atuação tem principal foco estratégico nos segmentos dos seguros de Danos, Vida e Afinidades, oferecendo ampla gama de produtos e serviços nas linhas de Patrimonial, Riscos financeiros, Responsabilidades, Transportes, Vida em Grupo e Seguros massificados.

O Grupo AXA é internacional, com atuação no mercado de Seguros Gerais, especializado em subscrição de Seguros e Resseguros, com origem na França e presente nos principais mercados de seguros do mundo.

A AXA tem o compromisso de conduzir seus negócios de forma sustentável, estabelecendo diretrizes para a manutenção dos aspectos sociais, ambientais e de governança nas relações com suas partes interessadas. A Seguradora busca promover iniciativas que minimizem os impactos de suas operações no meio ambiente, apoiando a meta global de redução da pegada de carbono em todas as atividades do grupo AXA e aumentando a resiliência das comunidades em que está inserida. Para isso, a AXA possui mecanismos de acompanhamento das ações relacionadas a temas de sustentabilidade, com destaque para o mapeamento e iniciativas de mitigação e adaptação aos riscos climáticos e de transição, garantindo que suas operações sejam responsáveis e alinhadas com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável.

A Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, prevê a transição para o novo modelo composto pelo IBS e pela CBS, cuja vigência plena terá início em 1º de janeiro de 2027.A seguradora tem acompanhado atentamente a regulamentação e os desdobramentos aplicáveis ao segmento de seguros, avaliando potenciais impactos sobre operações, despesas, modelos de negócio e demonstrações financeiras. Esse processo inclui, entre outros fatores, a revisão de ativos e passivos tributários, bem como a análise de sua recuperabilidade e realizabilidade à luz das novas regras. Embora diversos aspectos ainda dependam de regulamentação final, a seguradora está conduzindo estudos técnicos e ajustará seus processos, modelos tributários e sistemas internos para garantir plena conformidade e implementação integral até a data de vigência prevista. A Administração continuará monitorando a evolução normativa e refletirá os efeitos da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras e nos planejamentos corporativos tão logo seja possível mensurá-los com razoável segurança.

Desempenho Operacional: A Seguradora registrou prêmios emitidos brutos de R$ 2.298.263 e prêmios ganhos de R$ 2.062.509. O resultado financeiro foi de R$ 136.288. As reservas técnicas somaram R$ 3.254.569. O lucro do exercício foi de R$ 68.707, e em 2024 a Seguradora compensou o seu prejuízo acumulado de R$ 224.401, com a redução de capital aprovada de R$ 282.401.

Perspectivas: A estratégia de negócios da Seguradora está baseada na oferta de soluções de seguros desenvolvidas em função de um processo continuado de identificação de necessidades de clientes. Sua plataforma de operações, dinâmica e flexível, visa atender às diversas demandas dos segmentos definidos como alvo de atuação, seguindo políticas e procedimentos consistentes de avaliação, aceitação e precificação de riscos, e de gerenciamento de riscos e de sinistros, condições essenciais para atuar com sucesso em um mercado competitivo como o de seguros no Brasil.

Declaração de Capacidade Financeira: Em atenção à Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários estão sendo associados à análise e ao gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguros.

Dividendos: O estatuto social da Seguradora assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social.

Comitê de Auditoria: Previsto no Estatuto Social da Seguradora, está instituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432/2021, e em conformidade com as práticas de governança do Grupo AXA e seu regimento interno, é formado por 3 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração. A criação do referido comitê foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela Portaria SUSEP/DIORG nº 1.089/2018, ao passo que a eleição de novos membros do comitê foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pelas Portarias CGRAJ/SUSEP nº 1.647, de 29 de agosto de 2023 e 1.776, de 3 de novembro de 2023.

Agradecimentos: A AXA Seguros S.A. agradece aos seus Acionistas, Segurados, Corretores, Resseguradores e demais parceiros de negócios, como também à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP pela confiança e apoio dedicados à Seguradora. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**3.262.600**	**3.284.876**
Disponível	7	**65.628**	**35.165**
Caixa e bancos		65.628	35.165
Aplicações	8	**132.041**	**278.338**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**1.184.628**	**1.109.960**
Prêmio a receber	9.1	840.309	782.161
Operações com seguradoras	9.2	58.893	49.449
Operações com resseguradoras	9.3	278.266	262.338
Outros créditos operacionais		7.160	16.012
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	10.1	**1.538.310**	**1.599.755**
Prêmios - Resseguro		301.505	259.653
Sinistros - Resseguro		1.236.805	1.340.102
Títulos e créditos a receber		**74.864**	**78.229**
Títulos e créditos a receber	11	41.846	34.290
Créditos tributários e previdenciários	21.4	27.150	39.419
Depósitos judiciais e fiscais		44	40
Outros créditos		5.824	4.480
Outros valores e bens		**1.476**	**1.080**
Bens a venda	13.1	1.476	1.080
Despesas antecipadas		**6.315**	**4.632**
Custo de aquisição diferido	14	**259.338**	**177.717**
Seguros		259.338	177.717
Não circulante		**1.855.035**	**1.513.735**
Realizável a longo prazo		**1.665.241**	**1.328.264**
Aplicações	8	**1.074.754**	**821.352**
Créditos das operações com seguros e resseguros	9.1	**63.398**	**37.218**
Prêmio a receber		63.398	37.218
Ativos de Resseguro - Provisões Técnicas	10.1	**301.353**	**296.758**
Prêmios - Resseguro		75.924	72.520
Sinistros - Resseguro		225.429	224.238
Títulos e créditos a receber		**140.900**	**118.464**
Depósitos judiciais e fiscais		3.871	9.301
Créditos tributários e previdenciários	21.4	137.029	109.163
Outros valores e bens	13.2	**4.345**	**7.242**
Outros valores e bens		4.345	7.242
Empréstimos e depósitos compulsórios		**986**	**903**
Custo de aquisição diferido	14	**79.505**	**46.327**
Seguros		79.505	46.327
Imobilizado	15	**8.610**	**8.853**
Bens móveis		8.200	8.060
Outras imobilizações		410	793
Intangível	16	**181.184**	**176.618**
Outros intangíveis		181.184	176.618
Total do ativo		**5.117.635**	**4.798.611**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**3.867.307**	**3.637.859**
Contas a pagar		**188.464**	**138.028**
Obrigações a pagar	22	111.579	84.904
Impostos e encargos sociais a recolher		43.970	37.013
Encargos trabalhistas	23	12.494	11.705
Impostos e contribuições	24	20.421	4.406
Débitos das operações com seguros e resseguros		**953.842**	**791.179**
Prêmios a restituir		–	4.274
Operações com seguradoras		84.086	92.911
Operações com resseguradoras	10.1	659.675	545.848
Corretores de seguros	12	156.571	136.785
Outros débitos operacionais		53.510	11.361
Depósito de terceiros	25	**40.272**	**27.089**
Provisões técnicas - seguros	17	**2.677.240**	**2.671.214**
Danos		2.544.635	2.604.595
Pessoas		132.605	66.619
Outros débitos		**7.489**	**10.349**
Provisões trabalhistas	19	893	837
Débitos diversos	20	6.596	9.512
Não circulante		**620.496**	**553.917**
Débitos das operações com seguros e resseguros		**19.377**	**13.303**
Operações com resseguradoras	10.1	13.312	9.378
Corretores de seguros	12	6.065	3.925
Provisões técnicas - seguros	17	**577.329**	**521.294**
Danos		540.191	513.089
Pessoas		37.138	8.205
Outros Débitos		**23.790**	**19.320**
Obrigações fiscais	21.5	22.748	18.547
Provisões cíveis	19	1.042	773
Patrimônio líquido	26	**629.832**	**606.835**
Capital social		622.817	622.817
Reservas de capital		13.670	13.670
Reservas de lucro		2.170	8.899
Reservas legal		6.604	3.168
Ajuste de avaliação patrimonial		(15.429)	(41.719)
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.117.635**	**4.798.611**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ganhos/Perdas não realizadas	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de Capital	Reservas de Lucro	Reservas Legal	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**905.218**	**17.312**	**–**	**13.670**	**–**	**–**	**(224.401)**	**711.799**
Redução de capital (em aprovação)	–	–	(282.401)	–	–	–	–	**(282.401)**
Aprovação redução capital - Portaria SUSEP n° 2.231, de 27 de setembro de 2024	(282.401)	–	282.401	–	–	–	–	**–**
Títulos e valores mobiliários	–	(59.031)	–	–	–	–	–	**(59.031)**
Compensação prejuízos acumulados	–	–	–	–	–	–	224.401	**224.401**
Constituição reserva de lucro	–	–	–	–	8.899	–	(8.899)	**–**
Constituição reserva legal	–	–	–	–	–	3.168	(3.168)	**–**
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(51.300)	**(51.300)**
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	63.367	**63.367**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**622.817**	**(41.719)**	**–**	**13.670**	**8.899**	**3.168**	**–**	**606.835**
Reversão reserva de lucro	–	–	–	–	(6.729)	–	(1.271)	**(8.000)**
Constituição reserva legal	–	–	–	–	–	3.436	(3.436)	**–**
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(64.000)	**(64.000)**
Títulos e valores mobiliários	–	26.290	–	–	–	–	–	**26.290**
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	68.707	**68.707**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**622.817**	**(15.429)**	**–**	**13.670**	**2.170**	**6.604**	**–**	**629.832**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2025	2024
Prêmios emitidos		**2.298.263**	**1.883.046**
(+/–) Variações das provisões técnicas de prêmios		(235.754)	(152.840)
(=) Prêmios ganhos	**27.a**	**2.062.509**	**1.730.206**
(–) Sinistros ocorridos	**27.b**	**(990.902)**	**(1.718.931)**
(–) Custo de aquisição	**27.c**	**(489.268)**	**(349.968)**
(+) Resultado com resseguro	**27.d**	**(290.525)**	**587.287**
(+) Receita com resseguro		498.408	1.228.092
(–) Despesa com resseguro		(788.933)	(640.805)
(+) Outras receitas e despesas operacionais	**27.e**	**(11.910)**	**25.396**
(–) Despesas administrativas	**27.f**	**(280.106)**	**(259.821)**
(–) Despesas com tributos	**27.g**	**(61.151)**	**(48.196)**
(+) Resultado financeiro	**27.h**	**136.288**	**117.504**
(+) Receitas financeiras		320.042	363.715
(–) Despesas financeiras		(183.754)	(246.211)
(=) Resultado operacional		**74.935**	**83.477**
(+) Resultado patrimonial	**27.i**	**92**	**1.173**
(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		**–**	**(100)**
(=) Resultado antes dos impostos e participações		**75.027**	**84.550**
(–) Imposto de renda	21	8.130	(933)
(–) Contribuição social	21	4.358	(708)
(–) Participações sobre o lucro		(18.808)	(19.542)
(=) Lucro/Prejuízo do semestre		**68.707**	**63.367**
Quantidade de ações		8.627.833.472	8.627.833.472
Lucro líquido por ação		**0,0080**	**0,0073**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Lucro/Prejuízo do exercício	**68.707**	**63.367**
Outros resultados abrangentes	26.289	(59.031)
Total do resultado abrangente do exercício	**94.996**	**4.336**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**68.707**	**63.367**
Ajustes para:		
Títulos e valores imobiliários	26.289	(59.030)
Depreciações e amortizações	25.596	32.202
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(107.105)	34.363
Créditos das operações de seguros e resseguros	(100.850)	(214.561)
Ativos de resseguro*	56.851	(1.015.140)
Créditos fiscais e previdenciários	(15.598)	(25.129)
Despesas antecipadas	(1.683)	292
Custos de aquisição diferidos	(114.799)	(19.612)
Outros ativos	(1.057)	(7.675)
Impostos e contribuições	16.015	(25.912)
Outras contas a pagar	34.421	2.870
Débitos de operações com seguros e resseguros	168.736	142.177
Outro débitos	1.613	14.137
Depósitos de terceiros	13.183	10.943
Provisões técnicas - seguros e resseguros*	62.063	1.177.712
Caixa gerado/consumido pelas operações	**132.382**	**111.004**
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra		
Pagamento pela aquisição de imobilizado	(2.649)	(3.671)
Pagamento pela aquisição de intangível	(27.270)	(27.298)
Recebimento pela venda		
Recebimento pela venda de imobilizado	–	100
Caixa consumido nas atividades de investimento	**(29.919)**	**(30.869)**
Atividades de financiamento		
Aumento/(Redução) de capital	–	(282.401)
Compensação prejuízos acumulados	–	224.401
Reserva de lucro	(8.000)	–
Distribuição de dividendos	(64.000)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(72.000)**	**(58.000)**
Diminuição/aumento de caixa e equivalentes de caixa	30.463	22.135
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período	35.165	13.030
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	65.628	35.165

* a Seguradora registrou o aviso de um sinistro do ramo 0196 no montante de R$ 817M com cessão de 100% de resseguro

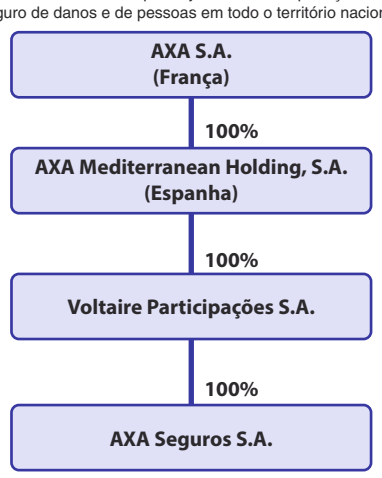
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A AXA Seguros S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, do grupo AXA, grupo segurador internacional, sendo a Voltaire Participações S/A detentora de 100% das ações.A Seguradora está sediada em São Paulo, com autorização de operar da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) em 25 de agosto de 2014, pela Portaria nº 6.001 e tem por objeto social a exploração das operações de seguro e resseguro de danos e de pessoas em todo o território nacional.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação das demonstrações financeiras: As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora, para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras, estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pelo órgão regulador, e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Complementar, e Resseguradores locais estabelecido pela Circular SUSEP nº 648/21, e alterações posteriores. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme detalhado na Nota 5. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado pela avaliação a valor justo de determinados ativos financeiros. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2026. **2.2 Circulante e não circulante:** A cada data de elaboração do balanço patrimonial, a Seguradora procede à revisão dos valores inseridos no ativo e passivo circulante, transferindo para o não circulante, quando aplicável, os vencimentos que ultrapassarem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. **2.4 Conversão e saldos mantidos em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento do balanço são reconhecidos no resultado do período.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

As seguintes políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. **3.1 Contratos de seguros:** O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um "contrato de seguro". Contrato de seguro é um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso. A administração da Seguradora procedeu à análise de seus negócios para determinar que suas operações se caracterizam como "contrato de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pelas normas regulatórias da SUSEP. **3.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **3.3 Ativos financeiros:** Conforme determinado no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes, independente da data de vencimento, e são contabilizados por seu valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores, na data do balanço. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos mantidos tanto para gerar fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente pelo pagamento de principal e juros, quanto para eventual venda. Os juros desses ativos, calculados com base no método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração de resultados como "Resultado

continua →★

AXA no Brasil

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiro". A variação do valor justo (ganhos/perdas não realizadas) é registrada no patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", e será reconhecida como resultado quando ocorrer a liquidação efetiva ou em caso de perda considerada permanente (*impairment*). **(iii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são registrados quando fazem parte de um modelo de negócios, cujo propósito é mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos ocorrem em datas determinadas e consistem exclusivamente no pagamento de principal e juros. A Seguradora não tem ativos financeiros classificados nessa rubrica. **3.4 Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais estão classificados no ativo circulante e não circulante, e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esses ativos são reconhecidos no resultado. **3.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*impairment*): (a) Ativos financeiros:** A Seguradora avalia ao final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos pela mudança do valor recuperável são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A provisão para riscos sobre créditos de seguro é constituída por faixa de vencimento e por ramo, para todos os valores vencidos ou a vencer e riscos decorridos ou a decorrer, conforme estudo por ramo efetuado pela Seguradora, bem como são avaliados seus passivos correspondentes para aplicação do ajuste ao valor de realização.

Provisão de redução ao valor recuperável para prêmios diretos:

Vencimento	%
A vencer	0% a 3,06%
Vencidos até 30 dias	0% a 25,42%
Vencidos de 31 a 60 dias	0% a 43,32%
Vencidos de 61 a 90 dias	0% a 65,96%
Vencidos de 91 a 120 dias	0% a 77,33%
Vencidos de 121 a 150 dias	0% a 88,99%
Vencidos de 151 a 180 dias	0% a 97,32%
Vencidos acima de 181 dias	100%

A Circular SUSEP nº 678/2022, estabelece a instituição de um estudo técnico levando em consideração o histórico de perdas e capacidade de pagamento por ressegurador sobre os ativos de sinistros de resseguro. A Seguradora adotou a metodologia de *default* por *rating*, a qual representa um percentual calculado da probabilidade de risco de crédito com base no *rating* das resseguradoras e no tempo de vencimento do ativo. Os *ratings* adotados foram disponibilizados nas principais agências de crédito: *AM Best*, *Standards & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*. A Seguradora adotou também essa metodologia para os seus ativos de sinistros de cosseguro cedido e prêmios a receber de cosseguro aceito, considerando os *ratings* das seguradoras disponibilizados nas agências de créditos mencionadas anteriormente. Foi considerado, no exercício de 2025, no cálculo da redução ao valor recuperável dos ativos de sinistros de resseguro, uma expectativa de perda futura para as provisões da PSL, PDR, IBNR, PDR-IBNR e IBNER, conforme solicitado pela Circular 678/2022.O saldo provisionado dos ativos em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 3.270. **(b) Ativos não financeiros:** Os valores de ativos não financeiros, exceto "Outros valores e bens" e "Créditos tributários", são revistos anualmente para determinar se há alguma indicação de perda de valor. Quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável determinado por meio do valor de venda ou uso, a perda é reconhecida imediatamente no resultado. Os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa são ajustados conforme expectativa de lucratividade futura detalhado na nota 21.3. **3.6 Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende: Equipamentos, Móveis e utensílios, Veículos e Benfeitoria em imóveis de terceiros, sendo mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação/amortização acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação/amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos, como segue: Equipamentos (20%), Móveis e utensílios (10%), Veículos (20%) e Benfeitorias em imóveis de terceiros (20%). **3.7 Ativo intangível: *Software:*** *Softwares* adquiridos são registrados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e eventuais perdas por *impairment*. A taxa de amortização anual é de 20%. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **Outros intangíveis:** Gastos com contratos de exclusividade na distribuição de seguros com redes varejistas são registrados no intangível, em função das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção, e são amortizados levando em consideração os benefícios econômicos relacionados ao contrato, até o final do exercício de 2024 a amortização era efetuada de forma *pro rata* pelo prazo do contrato, contudo, a partir de janeiro de 2025 a amortização passou a ser efetuada pela meta de produção estipulada em contrato, em conformidade ao CPC 04 - ativo intangível, onde define que ao menos a cada exercício os intangíveis devem ser revisados. Os impactos dessa mudança estão descritos na Nota 16. Gastos com projetos de tecnologia são registrados no intangível, em função das características de cada projeto, e são amortizados levando em consideração os benefícios econômicos relacionados ao projeto pelo período de 5 anos. **3.8 Provisões técnicas - seguros e resseguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações da Resolução CNSP nº 432/2021 e Circular SUSEP nº 648/2021 e suas posteriores alterações estipuladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e a partir das metodologias estabelecidas em Notas Técnicas Atuariais (NTA). **3.8.1 Provisão Para Prêmios Não Ganhos (PPNG):** Esta provisão deve ser constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos aos sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecidos os seguintes critérios: (a) O cálculo da provisão considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração, sendo formada pelo valor resultante da fórmula abaixo, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados. Nos casos em que o risco da cobertura contratada não é definido na apólice ou no endosso, mas no certificado ou item segurado, o cálculo da provisão é efetuado por certificado ou item; PPNG = Base de Cálculo × (Período de Vigência a Decorrer/Prazo de Vigência do Risco). (b) A base de cálculo corresponde ao valor do prêmio comercial, em moeda nacional, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. (c) No período entre a emissão e o início de vigência do risco, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco; (d) Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data de fim de vigência do risco. **3.8.2 Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG-RVNE):** Esta provisão tem a finalidade de contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos. A PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes, somente serão utilizados no cálculo os valores de PPNG gerados pelas apólices emitidas considerando seu respectivo atraso, via triângulos de run-off, conforme detalhada em Nota Técnica Atuarial. **3.8.3 Custo de aquisição diferidos:** As despesas de comissão são registradas quando da emissão das apólices e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido do risco coberto. As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros. As comissões de agenciamento e pró-labore são amortizadas conforme o prazo de vigência dos contratos, cuja vigência média é de 36 meses. As comissões relativas aos riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica. **3.8.4 Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** A provisão de sinistros a liquidar é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras. Esta provisão contempla, quando aplicável, ajustes considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final (IBNER). **Processos administrativos:** A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNR Global. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como IBNeR e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não avisados (IBNyR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.8.6. **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas aos processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores que são calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizados na rubrica "Provisões Técnicas - Seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. **3.8.5 Provisão para Despesas Relacionadas (PDR):** A provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativas a despesas relacionadas a sinistros. Visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas aos sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. Em atendimento à legislação vigente, a metodologia de cálculo da PDR está descrita em Nota Técnica Atuarial, contemplando as despesas anteriormente informadas na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e na provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR). Em resumo, a PDR é obtida por meio de processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da sociedade seguradora para projetar os valores esperados a liquidar relativos às despesas relacionadas aos sinistros ocorridos, avisados ou não, sendo formada a partir do somatório das 4 principais parcelas identificadas na constituição desta provisão, sendo: • ALAE - Parcela 1 - Despesas ocorridas, mas não avisadas - IBNR; • ALAE - Parcela 2 - Despesas avisadas, mas não liquidadas - PSL e IBNER; • ULAE - Parcela 3 - Despesas ocorridas, mas não avisadas - IBNR; e • ULAE - Parcela 4 - Despesas avisadas, mas não liquidadas - PSL e IBNER. Onde: • *ALAE = Despesas relacionadas aos sinistros, alocadas individualmente; e • ULAE = Despesas relacionadas aos sinistros - não alocáveis.* **3.8.6 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR): Processos administrativos:** A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de run-off e *Bornhuetter - Ferguson*, que consideram o desenvolvimento mensal, trimestral ou semestral histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito pelo montante incorrido de sinistros considerando histórico de 36 períodos. **Processos judiciais:** A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial à Seguradora, independente do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Seguradora. A IBNR relacionada aos sinistros judiciais é constituída com base em metodologia de cálculo que leva em consideração: (i) Percentuais históricos de solicitações de indenizações indeferidas, administrativamente, nos quais a experiência histórica demonstrou desembolso financeiro posterior na esfera judicial, e o percentual de sinistros daqueles que entraram diretamente na justiça, nesses mesmos períodos, resultando na quantidade estimada de desembolsos futuros na esfera judicial; e (ii) Valor médio dos sinistros registrados na rubrica "Provisões técnicas - Seguros", resultando no valor médio das causas. **3.8.7 Teste de Adequação de Passivos - TAP (Liability Adequacy Test - LAT):** Conforme a Circular SUSEP nº 678/2022 a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na provisão complementar de cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP, devem ser realizados nas próprias provisões. Nesse caso, a Seguradora deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 678/2022 ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos; posteriormente, entre seguros de danos e seguros de pessoas e, por fim, entre prêmios registrados e prêmios futuros. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base, descontados pela estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), pré-fixada, com base na metodologia proposta pela SUSEP. As provisões de prêmios (PPNG, PPNG-RVNE) foram consideradas adequadas, para o total da Seguradora quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo referente a sinistros a ocorrer dos riscos já assumidos, acrescidos das despesas de manutenção do portfólio. As provisões de sinistros (PSL, IBNR, IBNER, PDR) contabilizadas foram consideradas adequadas quando comparadas com o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, considerando a expectativa de despesas alocáveis e salvados, quando aplicável. Dessa forma, de acordo com as estimativas realizadas, não houve necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura para a data-base de 31 de dezembro de 2025. Visto que a Seguradora não opera nos tipos de seguro que possuem taxas de juros contratadas, o valor presente dos fluxos de caixa de passivos foi calculado utilizando a taxa ETTJ Pré-fixada. As estimativas dos fluxos de caixa de passivo não consideram premissas de tábuas biométricas. Para o cálculo atual, foram utilizadas as premissas de sinistralidade abaixo:

Grupo de Contratos	Sinistralidade
PROPERTY	47,27%
LIFE	22,07%
AFFINITY	8,53%
OTHERS	27,64%
MAT	60,74%
Transporte -TAP Prêmio Não registrado	51,57%

O resultado do TAP não apresentou uma insuficiência em sua visão consolidada, seguindo a compensação detalhada na política contábil, assim não sendo necessária a contabilização de PCC: **TAP - Prêmios Registrados - Sinistros a Ocorrer:**

			Dezembro de 2025
Grupos de Contratos	**Provisões Técnicas**	**Valor Presente dos Fluxos de caixa futuros**	**Suficiência/(Insuficiência)**
Property	349.284	225.292	123.992
Affinity	30.868	23.037	7.831
Others	358.264	168.290	189.973
MAT	215.426	173.192	42.234
Life	41.081	56.552	(15.471)
Total	**994.922**	**646.363**	**348.559**

TAP - Prêmios Futuros:

			Dezembro de 2025
Grupos de Contratos	**Valor Presente dos Fluxos de Caixa Futuros - Entradas**	**Valor Presente dos Fluxos de Caixa Futuros - Saídas**	**Suficiência/ (Insuficiência)**
Danos	**121.404**	**80.921**	**40.483**

3.9 Principais tributos: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes são calculados à alíquota de 15% para imposto de renda acrescida de adicional de 10% acima dos limites específicos da Lei 9.430/96, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% conforme Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa de contribuição social e as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **Adequação à Reforma Tributária:** Ao longo do exercício de 2026, a AXA conduzirá plano estruturado de preparação e conformidade voltado à correta implementação das novas regras introduzidas pela Reforma Tributária, cuja vigência se inicia em 1º de janeiro de 2027. O objetivo da Seguradora é assegurar transição segura, eficiente e alinhada às melhores práticas de governança, mitigando riscos fiscais e operacionais e promovendo a otimização de processos e estruturas tributárias. **1. Análise Quantitativa e Qualitativa dos Impactos Tributários:** Serão realizados estudos detalhados para avaliar os efeitos das novas normas sobre a carga tributária atual e futura, considerando as alíquotas e regras divulgadas até o momento. Essa análise incluirá a revisão de documentos fiscais, balancetes, relatórios gerenciais e demais informações relevantes, além da condução de workshops com as áreas envolvidas, com o propósito de identificar impactos operacionais, sistêmicos e de processos. **2. Desenvolvimento do Roadmap de Implementação:** Com base nos estudos preliminares, será elaborado plano estruturado contendo ações, prazos e responsabilidades necessários à adaptação às novas exigências. Esse roadmap contemplará ajustes de sistemas, revisão de políticas internas e treinamentos, permitindo que a Seguradora se prepare de forma organizada, com priorização das medidas de curto, médio e longo prazo. **3. Acompanhamento Contínuo e Consultoria Permanente:** Durante 2026, a AXA manterá equipe dedicada para suporte técnico e estratégico em temas decorrentes da Reforma Tributária, de modo a assegurar conformidade contínua, esclarecer dúvidas e identificar oportunidades de otimização tributária. Esse acompanhamento incluirá também orientações quanto à adequada documentação e registros conforme as novas normas. **Tratamento da Provisão de PIS e COFINS Diferido (PSL e IBNR):** Especificamente em relação à provisão para PIS e COFINS diferido constituída sobre o estoque de PSL e IBNR, a Seguradora adotará as seguintes diretrizes ao longo de 2026: • não serão constituídos novos valores de PIS e COFINS diferido sobre o estoque existente; • será realizada a reversão proporcional do saldo registrado em dezembro de 2025, no montante de **R$ 20.116.641,06**, acompanhando a realização dos sinistros; • em dezembro de 2026, o saldo remanescente da PSL será avaliado para fins de recuperabilidade, considerando apenas os sinistros relacionados a não contribuintes da CBS/IBS; • a provisão será ajustada com base na alíquota aplicável a partir de **1º de janeiro de 2027**. A Seguradora conclui que, ao longo de 2026, sua estratégia de adequação à Reforma Tributária será caracterizada por abordagem proativa e estruturada, apoiada em análises robustas, planejamento detalhado e suporte técnico especializado. Essas iniciativas buscam garantir que a transição para o novo sistema tributário ocorra de forma segura, eficiente e em plena conformidade com as normas vigentes e não houve registros contábeis referente a reforma tributária no exercício de 2025. **3.10 Demais passivos:** Fornecedores e Outras contas a pagar são mensurados pelo valor de custo, e acrescidos de encargos incorridos até a data do balanço, quando aplicável. **3.11 Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando taxa antes de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Os passivos contingentes referem-se a obrigações presentes, decorrente de eventos passados e dependentes da ocorrência de eventos futuros para a confirmação ou não de sua existência. Os passivos contingentes são classificados de acordo com sua probabilidade de perda, prováveis, possíveis, e remotas e são provisionados da seguinte forma: Provável 80% ou 100%, Possível 40% e Remota 1% ou 10% quando se trata de contingências de sinistros judiciais, e para contingências cíveis e trabalhistas provisionados apenas quando o desembolso futuro for provável. **3.12 Benefícios a empregados:** As provisões trabalhistas, principalmente relativas às provisões de férias, provisão de 13º salário e os respectivos encargos sociais, são calculadas e registradas segundo o regime de competência. A Seguradora possui plano de aposentadoria complementar em favor de seus empregados, para aqueles que optaram em participar, sob forma de plano de contribuição definida como Plano Fundo Gerador de Benefícios, administrado pela Itaú Vida e Previdência S/A. Em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora registrou contribuições de R$ 1.327 (31 de dezembro de 2024 - R$ 1.448), classificadas na rubrica "Despesas com pessoal próprio" no grupo despesas administrativas. **3.13 Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao elaborar as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido, e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras. A Seguradora registrou R$ 72.000 a pagar de dividendos no balanço de 31 de dezembro de 2025, sendo R$ 64.000 referente ao lucro do exercício de 2025 e R$ 8.000 da reversão da reserva de lucro do exercício de 2024, que serão devidamente liquidados até dezembro de 2026. **3.14 Ativos e passivos sem vencimento:** A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica dos processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Seguradora. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Seguradora determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de contas como "Depósitos de terceiros", devido à natureza e ao giro da operação, a Seguradora classifica todo o montante em circulante. **3.15 Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera na operação: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas são reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão; • As comissões e agenciamentos de seguros diferidos, registrados no ativo, na rubrica "Custos de aquisição diferidos". A apropriação mensal no resultado ocorre na rubrica "Custos de aquisição". As comissões de seguros de danos são amortizadas com base no prazo de vigência dos contratos de seguros. As comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica; • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (*Allocated Loss Adjustment Expenses* - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (*Unallocated Loss Adjustment Expenses* - ULAE).

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

IFRS 17 (CPC 50) - "Contratos de Seguros": Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do IFRS 17 (CPC 50) é garantir que uma entidade forneça informações relevantes que fielmente representam esses contratos. Esta informação fornece base para que os usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira da entidade, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa. A Seguradora não adotou tal alteração em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 em virtude de não ter sido aprovada pela SUSEP até a data deste relatório. **IFRS 9 (CPC 48) - "Instrumentos Financeiros":** Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração dos instrumentos financeiros. O objetivo dessa norma é garantir que os ativos e passivos financeiros sejam reconhecidos de forma justa nas demonstrações financeiras, facilitando a compreensão por parte dos investidores e dos leitores. A SUSEP adotou o IFRS 9 (CPC 48) por meio da Circular 678/2022, com início de vigência em 02/01/2024. As demonstrações financeiras da Seguradora estão em conformidade com essa norma. **IFRS 18 (CPC 51) - "Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis" - Demonstração do Resultado:** A IFRS 18 traz uma mudança significativa na estrutura das demonstrações de resultados das entidades. Ela entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. Contudo, esse pronunciamento somente será adotado quando referendado pela SUSEP.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais ativos sujeitos a avaliação pelo valor justo. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Cálculo de *impairment* de ativos (Nota 3.5); • Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8); • Provisões Técnicas - seguros (Nota 17); • Provisões judiciais (Nota 19); • Créditos e débitos tributários (Nota 21.4).

6. GESTÃO DE RISCOS

6.1 Estrutura da gestão de riscos: A Seguradora segue as normas de gestão de risco do Grupo AXA, adaptando sua Política de Gestão de Riscos (RMP) mundial de acordo com o tamanho, mix de negócios e complexidade de suas operações no Brasil. A Seguradora também segue as diretrizes dos órgãos reguladores e possui estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos de suas operações e aos seus controles internos, atuando de forma independente das demais áreas da empresa. Entretanto, todas as áreas e níveis da Seguradora participam do processo de identificação, monitoramento e tratamento dos riscos aos quais a Seguradora está suscetível. A estrutura de gestão de riscos e controles internos é responsável por implementar a Política de Gestão de Riscos, que tem como principais objetivos preservar a base de capital da Seguradora promovendo cultura de risco proativa, definindo e formalizando o processo de gestão de riscos, bem como controlando e validando o nível de risco assumido pela Seguradora. A Seguradora usa ferramentas quantitativas e qualitativas que visam permitir que os tomadores de decisão minimizem o potencial de exposições a riscos indesejados. As próximas seções apresentam os principais riscos aos quais a Seguradora está exposta, bem como mais detalhes do processo de gerenciamento de riscos. **6.2 Governança de riscos:** A Seguradora entende que uma boa governança no processo de gestão de riscos é essencial para o crescimento sustentável da Seguradora e garantia de uma correta operação no mercado segurador. O Conselho de Administração é a instância mais elevada de tomada de decisão na Seguradora, sendo responsável pela estratégia da Seguradora, eleição e destituição dos diretores (fixando suas atribuições, inclusive fiscalizando sua gestão), pela convocação de Assembleia dos Acionistas, aprovação dos relatórios, escolha dos auditores externos, aprovar o plano de auditoria interna, dentre outras responsabilidades. Para auxiliar o Conselho de Administração, foram criados diversos comitês, que possuem mandatos definidos, reuniões periódicas e registros dessas reuniões periódicas em

continua

→★ continuação

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 06.109.373/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES: a) Ativos Contingentes: Não há ativos contingentes a serem divulgados.
b) Passivos Contingentes - Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias

	01.01 a 31.12.2025				01.01 a 31.12.2024
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias [1]	Total	Total
Saldo no início do período	**26**	**7**	**16.927**	**16.960**	**16.083**
Atualização/Encargos	5	–	1.180	1.185	877
Movimentação do período refletida no Resultado	431	6	–	437	138
Pagamento	(436)	–	–	(436)	(138)
Saldo no final do período	**26**	**13**	**18.107**	**18.146**	**16.960**
Depósitos em Garantia de Recursos - 31.12.2025[2]	**89**	**–**	**–**	**89**	–

[1] As principais ações relativas às Contingências Fiscais e Previdenciárias são comissões pagas para fins de apuração do IRPJ e CSLL no montante de R$ 18.102 (R$ 16.927 em 31.12.2024). [2] Em cíveis, referem-se a depósitos judiciais relacionados a sinistros no valor de R$ 89 (R$ 0 em 31.12.2024).
O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecidos, é de R$ 581 (R$ 2.394 em 31.12.2024). Não há passivos contingentes trabalhistas e fiscais classificados como perda possível. Os depósitos judiciais vinculados às contingências estão registrados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais".

11. TRIBUTOS: a) Composição das despesas com impostos e contribuições
I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**66.789**	**69.148**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(26.716)	(27.659)
(Inclusões)/Exclusões Permanentes	**11.005**	**6.104**
Juros sobre capital próprio	10.595	5.600
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas e outros	410	504
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(15.711)**	**(21.555)**

II. Despesas com tributos

	2025	2024
PIS/COFINS	(6.686)	(5.279)
Contingências fiscais	(1.179)	(908)
Outras	(1.010)	(649)
Total	**(8.875)**	**(6.836)**

b) Créditos tributários e previdenciários
I. Composição dos saldos

	31.12.2025	31.12.2024
Impostos a compensar	27	24
Créditos tributários de diferenças temporárias [1]	9.872	5.474
Total	**9.899**	**5.498**

[1] Representados substancialmente por contingência fiscal no montante de R$ 3.741 (R$ 3.269 em 31.12.2024) e sobre risco de crédito de operações de seguros no montante de R$ 3.080 (R$ 1.608 em 31.12.2024).
II. Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2035	Total [1]
Créditos tributários	3.965	4.623	884	200	200	–	**9.872**

[1] Ajuste a valor presente de R$ 8.733, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.
III. Movimentação das diferenças temporárias e tributos diferidos e sobre o prejuízo fiscal e base negativa

	Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Saldo no final do período
Provisão para riscos de crédito	1.608	1.472	3.080
Provisão para contingências	3.279	474	3.753
Outros	587	2.452	3.039
Total 31.12.2025	**5.474**	**4.398**	**9.872**
Total 31.12.2024	**5.441**	**33**	**5.474**

c) Impostos e encargos sociais a recolher

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto retido na fonte	352	275
ISS retido	147	131
IOF	8.247	6.744
Contribuições previdenciárias e outras	300	265
Total	**9.046**	**7.415**

d) Impostos e contribuições a pagar

	31.12.2025	31.12.2024
IRPJ e CSLL	11.730	14.477
Pis e Cofins correntes	650	398
Outras	3.973	2.101
Total	**16.353**	**16.976**

12. INTANGÍVEL

	Saldo no início do período	Adições/Baixas [2]	Amortizações	*Impairment*	Saldo no final do período
Outros intangíveis	47.147	(12.074)	(5.915)	(2.435)	26.723
Total em 31.12.2025 [1]	**47.147**	**(12.074)**	**(5.915)**	**(2.435)**	**26.723**

[1] Relativo a contrato de representação para a comercialização de garantia estendida. O valor é amortizado de acordo com a comercialização do produto, bem como, são testados para fins de avaliação ao valor recuperável (Nota 3(i)). [2] Valor proveniente de recebimento de caixa devido à repactuação contratual.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: O Capital social no montante de R$ 172.361 (R$ 172.361 em 31.12.2024) está representado por 68.270.384 (68.270.384 em 31.12.2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31.12.2025	
Acionistas	**Quantidade**	**%**
Banco Safra S.A.	68.268.595	99,99%
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	1.789	0,01%
Total	**68.270.384**	**100,00%**

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio: Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 0,1% do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias. Em Reunião da Diretoria realizada em 09.09.2024, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 35.000, a débito da conta de Reserva de Lucros. Em Reunião da Diretoria realizada em 31.12.2024, foi declarado juros sobre o capital aos acionistas no montante de R$ 14.000 (R$ 11.900 líquido do IR), registrados em "Obrigações a pagar", e pagos em 2025. Em Reunião da Diretoria realizada em 27.03.2025, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 30.000, a débito da conta de Reserva de Lucros. Em Reunião da Diretoria realizada em 26.12.2025, foi declarado juros sobre o capital aos acionistas no montante de R$ 17.079 (R$ 14.516 líquido do IR), pagos em 30.01.2026. Em Reunião da Diretoria realizada em 30.12.2025, foi declarado juros sobre o capital aos acionistas no montante de R$ 9.408 (R$ 7.997 líquido do IR), pagos em 30.01.2026.

c) Reserva de lucros

	31.12.2025	31.12.2024
Reservas de lucros	**42.769**	**48.178**
Legal	19.518	16.964
Especial [1]	23.251	31.214

[1] Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades. O saldo de referida reserva está limitado a 95% do capital social. Eventual necessidade de reenquadramento é realizado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

14. GESTÃO DE RISCOS: A Safra Seguros Gerais S.A. mantém em conformidade com a estrutura do seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de políticas, normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposto, além de controles internos que asseguram o cumprimento das políticas estabelecidas. A Companhia concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de crédito, mercado, subscrição, operacional e liquidez em cada área de risco, respectivamente, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. A Resolução CNSP 388/2020 e alterações posteriores dividiu as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) em quatro segmentos, de acordo com o grupo em que pertence e valores de prêmios e provisões técnicas, sendo a Safra Seguros Gerais classificada como S2. A Resolução CNSP 416/2021 e alterações posteriores dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos, incluindo a Gestão do Risco de Liquidez como disciplina obrigatória. Ademais, a circular SUSEP nº 638/2021 e alterações posteriores definiu os requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas supervisionadas, estabelecendo as diretrizes para o risco de segurança cibernética. Para assegurar a aderência aos normativos regulatórios, a Companhia incorporou as novas definições na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e na respectiva Política de Gestão de Riscos própria. **a) Risco de Crédito:** O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras (Nota 6(a) e (b)). Com o intuito de manter o risco de crédito da Companhia em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos. As decisões são tomadas de forma colegiada pela Diretoria, tendo como responsabilidades: (i) analisar de forma detalhada as carteiras de crédito; (ii) acompanhar limites de concentração por ressegurador; (iii) definir metodologias de cálculo do risco de crédito e testes de estresse; (iv) definir métricas para apuração do risco; (v) garantir o alinhamento estratégico entre as áreas e uma visão sistêmica do Risco de Crédito; (vi) garantir um fórum de discussão técnica para a avaliação de impactos quanto a alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias que envolvam o ciclo de crédito; (vii) aprovar os principais indicadores para controle de exceções às políticas; e (viii) acompanhar os critérios utilizados no exercício de estresse e os resultados obtidos. O risco de crédito em operações com resseguradoras, discriminadas por classe, categoria de risco *(rating)* e percentual de participação de cada resseguradora em relação à exposição total, são:

Classe Ressegurador	Resseguradora	Rating	Agência	Exposição
Admitida	EVEREST REINSURANCE COMPANY	A+	AM Best	6,00%
Admitida	HANNOVER RUCK SE	A+	AM Best	4,10%
Admitida	CATLIN RE SWITZERLAND LTD	A+	AM Best	0,25%
Eventual	TRANSATLANTIC REINSURANCE COMPANY	A++	AM Best	0,91%
Local	SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.	A	AM Best	6,48%
Local	AXA XL RESSEGUROS S.A	A+	AM Best	0,08%
Local	MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS	A	AM Best	1,96%
Local	AUSTRAL RESSEGURADORA S.A.	A-	AM Best	5,47%
Local	IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	A-	AM Best	74,76%
Total				**100,00%**

b) Risco de Mercado: Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Companhia. A política que rege a gestão de risco de mercado é a Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência. **c) Risco de Subscrição:** Define-se risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Companhia possui política de subscrição de riscos, em que estão descritas todas as regras para a análise e aceitação de riscos, além de diretrizes para os riscos sujeitos à análise prévia, bem como os riscos excluídos. A avaliação dos riscos envolve as atividades abaixo descritas: i. Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro; ii. Definição de política de aceitação e subscrição de riscos; iii. Criação de novos produtos; iv. Gestão de resultado de apólices e produtos; v. Acompanhamento de mercado; e vi. Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos. Os principais ramos operados pela Companhia são: Compreensivo Empresarial, Residencial, Responsabilidade Civil Geral, D&O, Riscos Diversos, Garantia Estendida e Garantia Segurado. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. Suplementarmente, a Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças na frequência e nos custos dos sinistros, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia e seu resultado é refletido, se necessário, nos ajustes das provisões técnicas. O risco de crédito assumido com as resseguradoras para as quais é repassado o risco de subscrição está demonstrado na Nota 14(a). I. Análise de sensibilidade de risco de seguro: A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido as alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31.12.2025		
Premissas atuariais [1] [2]	**Bruta de Resseguros**	**Resseguros**	**Líquida de Resseguros**
Aumento de 5% na sinistralidade	(124)	20	(104)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(7)	1	(6)
Redução de 5% na sinistralidade	124	(20)	104
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	7	(1)	6

[1] Os montantes apresentados referem-se aos impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquido de impostos. [2] A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR).
II. Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

	2025						2024
Ramo de atuação	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Total**	**Total**
Grupo Patrimonial [1]	88.524	22.594	14.847	46.666	7.059	179.690	115.286
Demais ramos [2]	3.963	523	25	876	266	5.653	6.471
Total em 2025 [3]	**92.487**	**23.117**	**14.872**	**47.542**	**7.325**	**185.343**	**121.757**
Total em 2024 [3]	**56.659**	**17.118**	**10.537**	**32.578**	**4.865**	**121.757**	

[1] Referem-se substancialmente aos ramos Riscos Diversos, Garantia Estendida e Compreensivos Empresarial e Residencial. [2] Referem-se substancialmente aos ramos de Seguro Garantia, RC Geral e D&O. [3] A concentração de riscos não contempla riscos vigentes e não emitidos, retrocessão e cosseguro cedido que perfazem um total de R$ 1.153 (R$ 4.335 em 2024). III. Limites de retenção: Os limites máximos individuais de retenção em 31.12.2025, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de Seguro	Limite de Retenção (R$ mil)
Compreensivo Empresarial e Residencial	2.000
Riscos Diversos e RC Geral	2.000
Lucros Cessantes e D&O	1.000
Garantia Estendida	500
Garantia - Setores Público e Privado	3.000

d) Risco Operacional: Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas da Companhia e nos Comitês específicos. Dessa definição estão excluídos os riscos reputacional ou de imagem e o estratégico ou de negócios. A área de Risco Operacional é uma unidade de controle (UC) independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. É responsável pela identificação e monitoramento de riscos operacionais e avaliação da necessidade de controle e mitigação, bem como pela elaboração, disseminação e manutenção da política de Risco Operacional. É, também, responsável por atender as exigências emanadas da Resolução CNSP 416/2021 que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos e a Circular SUSEP 648/2021 no que tange o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e a definição do Risco Operacional. A gestão do Risco Operacional é realizada pela empresa líder do Conglomerado, sendo esta também responsável pela definição e acompanhamento de indicadores para o apetite ao Risco Operacional, bem como cálculo do capital econômico em cenários base e estresse, que contemplam a Companhia. **e) Risco de Liquidez:** Define-se como risco de liquidez a possibilidade das supervisionadas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. A Companhia gerencia seu risco de liquidez em linha com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNSP 416/2021.
f) Risco Cibernético: Define-se como risco cibernético a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados e informações em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos e sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão.

15. EXIGÊNCIA DE CAPITAL: Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que estão sujeitas, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR): (a) O Capital base exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R$ 15.000. (b) O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP 432/2021. Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	31.12.2025	31.12.2024
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**188.604**	**170.168**
Nível 1	178.207	167.918
Nível 2	7.086	–
Nível 3	3.311	2.250
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e 3	–	–
• Patrimônio Líquido	215.130	220.539
• Ajustes contábeis	(33.612)	(50.371)
(–) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(330)	–
(–) Créditos tributários de diferença temporária que excederem 15% do CMR	(6.559)	(3.224)
(–) Ativos intangíveis	(26.723)	(47.147)
• Ajustes associados à variação dos valores econômicos	7.086	–
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	–	–
(+/–) Superávit/Déficit entre provisões e fluxo realista registrado	7.086	–
• Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 E PLA de Nível 3	–	–
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre A e B	**22.085**	**15.000**
• Capital base (A)	15.000	15.000
• Capital de risco (B)	22.085	14.220
– de subscrição	18.936	11.564
– de risco de crédito	3.427	3.005
– de risco operacional	1.025	765
– de risco de mercado	700	455
– benefício da diversificação	(2.003)	(1.569)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	**166.519**	**155.168**

16. PARTES RELACIONADAS:
a) Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2025, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R$ 5.000 (R$ 2.000 em 2024).

	2025	2024
Remuneração Administração	(3.997)	(1.229)

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

continua →★

→★ continuação

Safra Seguros Gerais S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 06.109.373/0001-81

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

	Ativos/(Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Disponibilidades - Nota 4 [1]	2.353	1.370	–	–
Obrigações a pagar - Dividendos/JCP Banco Safra (Nota 9)	(22.517)	(11.904)	–	–
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros líquidos/Comissões	36.163	13.421	(28.111)	(19.532)
SIP Administração e Participação Ltda.	26.531	9.260	(24.174)	(17.572)
Maitaca Corretora de Seguros	9.632	4.161	(3.937)	(1.960)
Despesas administrativas - Aluguéis - Lebec Participações Ltda.	–	–	(248)	(248)
Doações - Institutos Safra	–	–	(1.100)	(1.149)

[1] Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra (controlador). Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 5(a-I).

17. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Comitê de Auditoria: Foi constituído Comitê de Auditoria próprio da Safra Seguros Gerais S.A. nos moldes da Resolução CNSP 432/2021, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 02.06.2022 e homologado por meio da Portaria CGRAJ/SUSEP 881/2022, publicada no Diário Oficial da União de 12.08.2022. O referido comitê é composto por três membros independentes.

DIRETORIA

ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO

CARLOS PELÁ
ENRICA MORPURGO

GUILHERME MEISTER
JOÃO CARLOS CARDOSO BOTELHO

LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI
MARCOS LIMA MONTEIRO

ALEXEI DE BONA - Contador - CRC nº PR036459/O-3

DELVO SABINO SANTIAGO - Atuário Respónsável Técnico - MIBA 1159

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Safra Seguros Gerais S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Seguros Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e registro das provisões técnicas: Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 d) às demonstrações contábeis, a Companhia possuía, em
31 de dezembro de 2025, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros no montante de R$250.095 mil, representando 69,39% do total dos seus passivos. Em razão da relevância dos saldos dessas provisões técnicas, de certas provisões técnicas envolverem julgamento da Administração, da subjetividade envolvida na determinação de modelos e na seleção de premissas, tais como taxa de desconto, taxa de cancelamento, desenvolvimento histórico de sinistros, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação e, quando aplicável, de efetividade de controles internos chave relacionados ao processo de registro e mensuração de certas provisões técnicas de seguros; (iii) testes, em base amostral, de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e das premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios, os modelos e as premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, bem como na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, bem como comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Safra Seguros Gerais S.A.
São Paulo - SP

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Safra Seguros Gerais S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Deloitte.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SAFRA SEGUROS GERAIS S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário de caráter permanente, responsável pelo cumprimento das atribuições e das responsabilidades previstas na Resolução CNSP n° 432/2021. O Comitê reporta-se diretamente à Diretoria e à Assembleia, e atualmente é composto por 3 (três) membros independentes. O Comitê desenvolve suas atividades com base nas disposições de seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia. Durante o 2º semestre de 2025, o Comitê de Auditoria exerceu as seguintes atividades no âmbito de suas atribuições: • Revisão e aprovação das Demonstrações Contábeis referentes ao período findo em 30.06.2025; • Reunião com o sócio da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditoria contábil, acerca dos resultados dos trabalhos de auditoria; • Elaboração do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria; • Apreciação da apresentação sobre o índice Combinado (Safra e Alfa); • Reuniões com representantes das áreas de Atendimento Regulamentar, Compliance, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Prevenção a Fraudes, BackOffice, Produtos, Sinistralidade e Provisões; Ouvidoria, TI, Tecnologia, Segurança da Informação e Controles Internos; • Apreciação de apresentação sobre a Autoavaliação de Risco e Solvência ("ORSA"); • Acompanhamento dos planos de ação relativos ao Relatório de Controles Internos da Auditoria Externa; • Apreciação de apresentações sobre Auditoria Interna com atualização do planejamento anual; • Planejamento dos trabalhos da Auditoria Interna para 2026; • Planejamento do Comitê de Auditoria para o exercício de 2026; • Apreciação dos Resultados dos trabalhos da Auditoria Interna referente ao ano de 2025; e • Avaliação da Auditoria Interna, Auditoria Externa Contábil e Atuarial e Autoavaliação do Comitê. Diante dos trabalhos reportados, o Comitê considera adequada a efetividade dos sistemas de controle interno da Companhia, das Auditorias Independentes e Auditoria Interna. Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a Independência das Auditorias, interna e independentes, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia. Não houve recomendações significativas apresentadas à Diretoria e não foram identificadas situações nas quais existem divergências significativas entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras do período findo em 31.12.2025. Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que as Demonstrações Contábeis da Sociedade, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Parecer da Auditoria Independente, referentes ao período findo em 31.12.2025, são adequados, uma vez que foram elaborados conforme a regulamentação vigente, notadamente as emanadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência Nacional de Seguros Privados - SUSEP, e práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026
Comitê de Auditoria

Luiz Carlos Zambaldi
Sérgio Luiz Ambrosi
Wilson Luiz Matar

AXA no Brasil

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ata. Os principais comitês da Seguradora são: **Comitê Executivo:** tem como principais objetivos fixar as orientações estratégicas da entidade; definir o alvo em matéria da organização de trabalho e política de Recursos Humanos; validar a qualidade dos planos de ação; validar os planos de ação elaborados pela Direção Operacional e garantir sua execução; validar a avaliação dos riscos estratégicos, regulamentares, de reputação e emergentes; validar o modelo interno do sistema de gestão de riscos, validar o quadro de tolerância ao risco, o nível de apetite ao risco e os planos de ação associados; tomar conhecimento dos resultados da missão da auditoria; definir as prioridades em termos de investimentos; validar as políticas tarifárias elaboradas pelas Direções Operacionais tanto para novos negócios como para o portfólio, e assegurar sua coerência com os objetivos globais da entidade; aprovar novas ofertas, como também ao lançamento das fases essenciais de grandes projetos; fixar prioridade na matéria de formação; pilotar os indicadores da performance técnica e operacional; e validar as soluções ou pedidos propostos pelos comitês operacionais. **Comitê de Subscrição:** responsável por estabelecer e revisar diretrizes de subscrição, assegurando sua aderência ao apetite de risco, às políticas internas e aos contratos de resseguro vigentes. O comitê acompanha os principais indicadores de performance técnica da carteira, avalia impactos regulatórios relevantes e promove o alinhamento das práticas de subscrição entre as linhas de negócio. **Comitê de Investimentos:** tem como principais objetivos definir o apetite de risco da Seguradora; realizar a gestão deste apetite, aprovar a Política de Gestão dos Investimentos Financeiros; aprovar as alocações estratégicas de investimentos bem como os programas de investimentos; e avaliar os investimentos realizados e as suas performances. **Comitê Comercial e de Marketing:** tem como principais objetivos garantir a implantação da política comercial da seguradora; compartilhar dificuldades para definir ação conjunta técnico-comercial; desenvolver sinergias entre as linhas de negócios; analisar pipeline das áreas de negócios buscando estratégias de fechamento dos negócios; detectar eventuais gaps de produção e propor ações específicas em conjunto como a área de marketing; avaliar a produção e desempenho de performance dos corretores/parceiros e definir ações quando necessário; atentar e avaliar ações comercias dos concorrentes e definir ações de acordo com os objetivos estratégicos; atentar e avaliar o ambiente de negócios em função de conjunturas econômicas, sociais e culturais e identificar novas oportunidades de negócios. **Comitê que abrange as áreas de Riscos, Controles Internos, Compliance e Segurança (ARCC):** é um subcomitê do Comitê Executivo, com o propósito de assegurar uma visão abrangente e coordenada dos principais temas de controle e governança da Seguradora. O ARCC é responsável por avaliar, revisar e monitorar todos os assuntos materiais relacionados a Riscos, Controles Internos, Compliance, Segurança e Auditoria, promovendo o alinhamento entre as funções de controle e a alta gestão em temas transversais e críticos para o negócio. Além disso, o comitê analisa matérias exigidas pelas regulações da SUSEP, bem como itens incluídos na agenda por solicitação do CEO ou de outros membros, desde que relevantes para o fortalecimento do ambiente de controle e governança. **Comitê de Sinistros:** tem como principais objetivos avaliar os motivos, bases técnicas e jurídicas para eventual negativa ou pagamento de um sinistro, orientar e redirecionar a postura técnica da área de Sinistros, visando evitar ações judiciais; e identificar problemas nas condições dos produtos, que estejam prejudicando ou que venham contra os princípios definidos pelo subscritor. É ainda atribuição do Comitê, analisar os sinistros atípicos, que geram discussões em relação à cobertura técnica e que apresentam divergências em relação às condições gerais dos produtos. **Comitê de Auditoria:** composto por membros independentes à seguradora, este comitê tem como principais objetivos revisar as demonstrações financeiras; avaliar a efetividade da auditoria interna e independente e a aceitação de suas recomendações; e avaliar e monitorar a eficácia dos controles internos, reportando as deficiências identificadas e recomendando correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos no âmbito de suas atribuições. **6.3 Risco de seguro:** O risco de seguro é definido pela Seguradora como risco no qual os prêmios de seguro e as reservas não cubram adequadamente a experiência de sinistros. A função de Controle de Subscrição e Resseguro foi concebida para mitigar estes riscos a nível aceitável. O risco de seguro pode ser identificado, mais especificamente, nos seguintes itens: risco no processo de subscrição, risco na precificação, risco de definição de produtos, risco no valor de sinistro, risco de retenção líquida, risco moral e risco de provisões. A Seguradora tem diversos controles mitigadores para o risco de seguro bem como realiza análises de sensibilidade e de concentração de riscos. Esses riscos são monitorados continuamente por meio das políticas de subscrição, dos limites operacionais estabelecidos e do acompanhamento dos principais indicadores técnicos da carteira, com reporte às instâncias de governança competentes. **6.4 Contratos de resseguro:** O risco de seguro pode ser mitigado por meio de contrato com resseguradores. A Seguradora detém contratos ativos com os resseguradores locais, admitidos e eventuais, todos com bom rating de risco de crédito, de forma a otimizar a capacidade de retenção dos riscos e resultados operacionais, assim como mitigar possíveis perdas na eventualidade de sua inexistência. As carteiras da Seguradora possuem proteção de resseguro proporcional e não proporcional. A estratégia da seguradora é atuar dentro da capacidade do contrato de resseguro, minimizando a necessidade de compra de eventuais proteções de resseguro facultativas com outros resseguradores, o que aumentaria a exposição ao risco de crédito. **6.5 Análise de sensibilidade:** Há incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões técnicas, quando estas são obtidas por meio de metodologias estatístico-atuariais. Por exemplo, o atual montante de sinistros estimados será confirmado apenas quando todos os sinistros forem efetivamente liquidados pela Seguradora. Isto posto, acrescenta-se que a Análise de Sensibilidade visa demonstrar os efeitos quantitativos sobre o montante estimado de sinistros declarados no Passivo da seguradora, bem como no Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e no Resultado, quando alterada alguma das variáveis aplicadas à metodologia de cálculo da provisão constituída numa determinada data-base. Neste contexto, a Análise de Sensibilidade realizada para a Seguradora foi aplicada sobre as premissas de sinistralidade, taxas de juros, e despesas administrativas, sendo que os impactos poderão ser vistos a seguir:

				2025
Premissas	**Passivo [1]**	**Ativo [2]**	**PLA**	**Resultado [3]**
Aumento de 2 p.p, sobre a sinistralidade [1]	41.178	19.783	(12.837)	(12.837)
Redução de 2 p.p, sobre a sinistralidade [2]	(41.178)	(19.783)	12.837	12.837
				2024
Premissas	**Passivo [1]**	**Ativo [2]**	**PLA**	**Resultado [3]**
Aumento de 2 p.p, sobre a sinistralidade [1]	34.630	18.052	(9.947)	(9.947)
Redução de 2 p.p, sobre a sinistralidade [2]	(34.630)	(18.052)	9.947	9.947

Os valores de 2024 foram desconsiderados o sinistro *outlier* do segurado FEMSA de R$ 817.000 com cessão de 100% de resseguro.

	2025		**2024**	
Premissas	**Ativo [4]**	**PLA [5]**	**Ativo [4]**	**PLA [5]**
Aumento de 4,30% nas taxas de juros	(49.200)	(29.520)	(74.109)	(44.465)
Redução de 2,85% nas taxas de juros	36.400	21.840	44.122	26.473

Observações: [1] *Valores que deverão ser adicionados ao passivo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.* [2] *Valores que deverão ser adicionados ao ativo da seguradora, para apurar o impacto causado no Patrimônio Líquido e no Resultado.* [3] *Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.* [4] *Aumento de 4,30 ponto percentual ou redução de 2,85 ponto percentual na taxa de juros para apurar o impacto no ativo na Seguradora.* [5] *Valores obtidos após a dedução do Imposto de Renda e Contribuição Social.* **6.6 Concentração de risco:** A concentração de risco da Seguradora é monitorada por área geográfica. O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e linha de negócios baseada nas importâncias seguradas. **Prêmios diretos brutos de resseguro:**

						2025
Linhas de negócios	**Sul**	**Sudeste**	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-Oeste**	**Total**
Acidentes Pessoais	38	281	1	68	40	**428**
Acidentes Pessoais Passageiros-APP	–	781	–	–	–	**781**
Aeronáuticos (cascos)	–	82.933	–	(72)	(8)	**82.853**
Assistência e Outras Cobert. - Auto	–	11.749	–	–	–	**11.749**
Automóvel - Casco	–	34.771	–	–	–	**34.771**
Carta verde	–	235	–	–	–	**235**
Compreensivo condomínio	17.098	15.592	201	931	223	**34.045**
Compreensivo empresarial	24.668	24.837	1.518	2.270	3.608	**56.901**
Compreensivo residencial	2.040	1	3	151	1	**2.196**
Compreensivo Riscos Cibernéticos	2.122	9.055	397	473	131	**12.178**
Desemprego/Perda de Renda	–	1.897	–	–	–	**1.897**
Doenças Graves ou Doença Ter	3	20	55	226	4	**308**
Funeral	125	254	2	16	14	**411**
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	9.124	51.340	1.230	1.325	363	**63.382**
Garantia segurado - Setor privado	–	4.111	–	–	–	**4.111**
Garantia segurado - Setor público	–	32.750	–	–	–	**32.750**
Lucros cessantes	17.247	47.670	18.384	4.220	1.147	**88.668**
Marítimos (Casco)	–	101.105	–	–	–	**101.105**
Microseguros de Danos	26	12.906	–	–	2	**12.934**
Microseguros de Pessoas	103	27.287	3	43	39	**27.475**
Penhor rural	15.678	1.050	833	1.211	18.203	**36.975**
Prestamista (coletivo)	–	157	1	4.843	735	**5.736**
Prestamista (individual)	3.740	43.105	447	1.162	840	**49.294**
R.C. Administradores e diretores D&O	3.180	22.385	839	1.270	593	**28.267**
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	–	15.694	–	–	–	**15.694**
R.C. Geral	32.841	111.512	1.563	4.963	6.227	**157.106**
R.C. Operador Transp. Multi - RCOTM-C	–	5.829	–	–	–	**5.829**
R.C. Profissional	19.084	48.015	1.017	3.994	2.927	**75.037**
R.C. Riscos Ambientais	240	5.547	262	182	29	**6.260**
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	–	806	–	–	–	**806**
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	248	–	–	–	**248**
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	–	16.620	–	–	–	**16.620**
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	–	56.225	(9)	(10)	(17)	**56.189**
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	–	72.494	(29)	–	(35)	**72.430**
R.C.Viag.Int. Pessoas - Carta azul	–	5.193	–	–	–	**5.193**
Resp. Civil Hangar	–	9.524	–	–	–	**9.524**
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	–	1.581	–	–	–	**1.581**
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves - RCF	–	10.326	–	(27)	(4)	**10.295**
Riscos de engenharia	12.736	63.385	2.606	8.173	9.230	**96.130**
Riscos de Petróleo	–	786	–	–	–	**786**
Riscos diversos	67	25.546	67	110	54	**25.844**
Riscos nomeados e operacionais	90.848	261.342	73.909	52.384	17.410	**495.893**
Seg. Compreensivo Oper. Portuários	4.431	15.858	1.294	1.220	79	**22.882**
Seguro Agrícola	–	24.624	–	–	–	**24.624**
Seguro Agrícola sem cob. do FESR	–	(2)	–	–	–	**(2)**
Seguro benf. e prod. agropecuários	14.983	1.972	688	1.450	14.644	**33.737**
Seguro funeral	–	945	–	–	–	**945**
Transporte internacional	(130)	41.861	–	–	–	**41.731**
Transporte nacional	(49)	93.084	–	–	–	**93.035**
Viagem (Coletivo)	–	5.968	–	–	–	**5.968**
Viagem (individual)	71	18.328	1	44	47	**18.491**
Vida	–	167	–	–	–	**167**
Vida em grupo	10.394	11.291	234	5.781	537	**28.237**
Total	**280.708**	**1.451.041**	**105.517**	**96.401**	**77.063**	**2.010.730**

						2024
Linhas de negócios	**Sul**	**Sudeste**	**Norte**	**Nordeste**	**Centro-Oeste**	**Total**
Acidentes pessoais	32	261	–	21	28	**342**
Acidentes Pessoais Passageiros-APP	–	575	–	–	–	**575**
Aeronáuticos (cascos)	–	67.994	–	–	–	**67.994**
Assistência e outras cobert. - Auto	–	4.683	–	–	–	**4.683**
Automóvel - Casco	–	17.715	–	–	–	**17.715**
Carta verde	–	94	–	–	–	**94**
Compreensivo condomínio	11.394	7.523	97	812	156	**19.982**
Compreensivo empresarial	18.204	18.395	1.016	1.458	2.495	**41.568**
Compreensivo residencial	2.094	2	2	113	1	**2.212**
Compreensivo riscos cibernéticos	741	5.208	97	325	–	**6.371**
Desemprego/Perda de renda	–	9.818	–	–	–	**9.818**
Funeral	4	5	–	–	–	**9**
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	–	48.954	–	–	–	**48.954**
Garantia segurado - Setor privado	–	14.014	–	–	–	**14.014**
Garantia segurado - Setor público	–	55.059	–	–	–	**55.059**
Lucros cessantes	19.408	49.286	10.184	976	877	**80.731**
Marítimos (Casco)	–	67.813	–	–	–	**67.813**
Microseguros de danos	–	14.918	–	–	–	**14.918**
Microseguros de pessoas	–	40.459	–	–	–	**40.459**
Penhor rural	18.601	2.244	969	1.163	25.550	**48.527**
Prestamista (coletivo)	–	160	–	601	550	**1.311**
Prestamista (individual)	–	49.241	–	–	–	**49.241**
R.C. Administradores e diretores D&O	2.915	21.213	517	985	890	**26.520**
R.C. Facultativa veículos - RCFV	–	6.899	–	–	–	**6.899**
R.C. Geral	31.355	106.726	1.579	5.272	4.968	**149.900**
R.C. Operador transp. multi - RCOTM-C	–	7.324	–	–	–	**7.324**
R.C. Profissional	14.391	38.477	431	3.289	1.898	**58.486**
R.C. Riscos ambientais	436	4.182	220	181	33	**5.052**
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	–	303	–	–	–	**303**
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	333	–	–	–	**333**
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	–	11.085	–	–	–	**11.085**
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	–	53.434	–	–	–	**53.434**
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	(79)	74.697	–	–	(2)	**74.616**
R.C. Viag. int. pessoas - Carta azul	–	5.105	–	–	–	**5.105**
Resp. civil hangar	–	7.211	–	–	–	**7.211**
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	–	1.339	–	–	–	**1.339**
Responsabilidade Civil Facultativa para Aeronaves - RCF	–	10.783	–	–	–	**10.783**
Riscos de engenharia	7.806	41.559	2.247	5.940	5.680	**63.232**
Riscos de petróleo	–	799	–	–	–	**799**
Riscos diversos	257	51.095	61	106	320	**51.839**
Riscos nomeados e operacionais	66.836	267.710	67.967	26.281	16.381	**445.175**
Seg. compreensivo oper. portuários	4.201	8.815	1.061	583	79	**14.739**
Seguro agrícola sem cob. do FESR	–	847	–	–	–	**847**
Seguro benf. e prod. agropecuários	12.257	2.859	754	725	12.886	**29.481**
Seguro funeral	–	1.852	–	–	–	**1.852**
Transporte internacional	113	38.331	–	31	–	**38.475**
Transporte nacional	461	73.233	–	58	(86)	**73.666**
Viagem (coletivo)	–	5.707	–	–	–	**5.707**
Viagem (individual)	–	69.277	–	–	–	**69.277**
Vida em grupo	9.475	19.112	206	5.974	132	**34.899**
Total	**220.902**	**1.404.728**	**87.408**	**54.894**	**72.836**	**1.840.768**

6.7 Risco de mercado e risco de balanço patrimonial: Risco de mercado é o risco de perda potencial nos valores de mercado decorrentes das diversas alterações nas taxas e preços de mercado. O risco de balanço patrimonial surge dos conflitos e inconsistências de natureza dos ativos e passivos da Seguradora. A Seguradora utiliza técnicas para mitigação do risco de mercado, sendo a principal delas a seleção dos seus investimentos alinhados com o perfil do fluxo de caixa projetado e obrigações assumidas. **6.8 Risco cambial:** Ocorre quando o investimento é realizado em instrumentos financeiros denominados em moeda diferente daquela em que foi aberta a conta de origem. As variações da taxa de câmbio poderão resultar em perdas no caso de haver descasamento de saldos ativos e passivos. O controle desse risco é exercido mediante monitoramento das posições ativas e passivas em moedas estrangeiras, com o propósito de identificar o grau de exposição e descasamento. Há limites específicos para exposição em moeda estrangeira que são monitorados pelo Comitê de Investimentos. **6.9 Volatilidade no preço das ações:** A exposição da Seguradora à volatilidade no preço das ações é considerada baixa em decorrência da política de investimentos adotada pela Seguradora que aplica seus recursos, basicamente, em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos, os quais são substancialmente compostos por títulos públicos federais. **6.10 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Seguradora está sujeita ao risco de taxas de juros, dada a política e o montante aplicados em investimentos remunerados à SELIC. A Seguradora está exposta substancialmente a variações na taxa da SELIC e, em remunerações baseadas em taxas prefixadas/inflação no momento do investimento em títulos públicos federais. As taxas contratadas estão discriminadas na Nota 8 (d). **6.11 Risco de crédito:** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro, recuperações de sinistro de resseguradores e dos créditos detidos juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como o risco de concentração, o risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. A Seguradora restringe a exposição aos riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições conceituadas no mercado financeiro com *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, tais como *Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's* entre outras, e restringindo suas opções de aplicação em títulos públicos federais e quotas de fundos de investimentos, os quais são substancialmente compostos por títulos públicos federais. Os limites de exposição são monitorados e avaliados regularmente pela área Financeira e de Gerenciamento de Riscos da Seguradora. Qualquer decisão em relação ao risco de crédito nos investimentos é aprovada pela administração da Seguradora. A Seguradora possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais e neste painel a classificação mais baixa obtida segundo *A.M Best Rating Services* foi B. Para as resseguradoras locais sem classificação de rating, é feita análise do grupo econômico e outros fatores financeiros para sua seleção.

					2025
Agência de risco	**Rating**	**Local**	**Admitida**	**Eventual**	**Total**
A.M. Best Rating Services	A++	–	524	1.106	**1.630**
A.M. Best Rating Services	A+	5.550	208.325	142.879	**356.754**
A.M. Best Rating Services	A	–	2.725	14.871	**17.596**
A.M. Best Rating Services	A-	1.077.419	–	2.132	**1.079.551**
A.M. Best Rating Services	B++	–	2	459	**461**
A.M. Best Rating Services	B	162.871	–	1.220	**164.091**
	Total	**1.245.840**	**211.576**	**162.667**	**1.620.083**

Os valores acima são representados pela provisão de sinistros a liquidar da rubrica ativos de resseguro mais os créditos a recuperar da rubrica operações com resseguradoras. *Na ausência dos *rating* de algumas resseguradoras, utilizamos o rating global de cada Grupo respectivo. **6.12 Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em base contínua. Conforme demonstrado abaixo, apesar do saldo de passivos financeiros de curto prazo ser maior que o saldo dos ativos financeiros de curto prazo, os nossos ativos de longo prazo são representados significativamente por aplicações financeiras disponíveis para venda, podendo ser resgatadas a qualquer momento.

				2025
Ativos e passivos	**1 a 30 dias ou sem vencimento**	**Até 1 ano**	**Acima de 1 ano**	**Total**
Ativos financeiros		132.041	1.074.754	**1.206.795**
Créditos das operações de seguros e resseguros	162.262	1.022.366	63.398	**1.248.026**
Ativos de resseguros	–	1.538.310	301.353	**1.839.663**
Títulos e créditos a receber	–	74.864	140.900	**215.764**
Total	**162.262**	**2.767.581**	**1.580.405**	**4.510.248**
Contas a pagar	–	188.464	–	**188.464**
Passivos de contratos de seguros	1.052.443	1.624.797	577.329	**3.254.569**
Débitos das operações de seguros e resseguros	–	953.842	19.377	**973.219**
Depósito de terceiros	26.978	10.383	2.911	**40.272**
Total	**1.079.421**	**2.777.486**	**599.617**	**4.456.524**
				2024
Ativos e passivos	**1 a 30 dias ou sem vencimento**	**Até 1 ano**	**Acima de 1 ano**	**Total**
Ativos financeiros	–	278.338	821.352	**1.099.690**
Créditos das operações de seguros e resseguros	170.482	939.478	37.218	**1.147.178**
Ativos de resseguros	–	1.599.755	296.758	**1.896.513**
Títulos e créditos a receber	–	78.229	118.464	**196.693**
Total de ativos financeiros	**170.482**	**2.895.800**	**1.273.792**	**4.340.074**
Contas a pagar	–	138.028	–	**138.028**
Passivos de contratos de seguros	986.691	1.684.523	521.294	**3.192.508**
Débitos das operações de seguros e resseguros	–	791.179	13.303	**804.482**
Depósito de terceiros	10.762	4.137	12.190	**27.089**
Total de passivos financeiros	**997.453**	**2.566.567**	**546.787**	**4.110.807**

6.13 Risco operacional: É o risco de perda resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrente de fraudes ou eventos externos. Na Seguradora os riscos operacionais são identificados pelos gestores dos processos e analisados pela alta administração de acordo com as exigências do Grupo AXA e reguladores locais. Uma função central de gestão de risco operacional foi adotada para centralizar e apoiar a Seguradora na aplicação das atividades de gerenciamento de risco como a identificação, mensuração, mitigação e comunicação dos riscos, garantindo a implantação de controles adequados e os reportes necessários. **6.14 Risco de reputação/marca:** É o risco de que o mercado da Seguradora ou a imagem dos serviços possa sofrer queda. Estes riscos são analisados e monitorados regularmente como parte da gestão de risco operacional e do processo de análise de risco e rentabilidade em conjunto com a área de marketing, por meio de metodologia e padrões definidos pelo Grupo AXA. **6.15 Gestão de capital:** Os objetivos da Seguradora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Seguradora para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Seguradora pode rever a política de pagamento de dividendos. A Seguradora deve atender às exigências de capital mínimo estabelecido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Os esforços da Seguradora devem sempre estar atentos a tais exigências. O capital da Seguradora está ajustado para permitir limite de retenção em adequação com o plano de negócios. **6.16 Estratégia de negócio e de subscrição:** A Seguradora está organizada em dois macros ramos de negócios: **I. Seguros de danos:** A posição

continua

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 30.902.142/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Safra Vida e Previdência S.A. e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ritmo de expansão da atividade econômica brasileira arrefeceu no segundo semestre de 2025, em resposta aos efeitos da política monetária restritiva. As contas externas permanecem saudáveis e a balança comercial acumulou superávit de US$ 68 bilhões no período. A valorização cambial e a contenção do preço de commodities no mercado internacional mantiveram os preços no atacado bem-comportados, contribuindo para a desaceleração dos custos de produção das empresas. Nesse contexto, o IPCA acumulado em doze meses passou de 5,2% em setembro para 4,3% em dezembro. O Banco Central manteve a taxa básica de juros em 15,00% a.a. nas últimas reuniões, reforçando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante.

DESEMPENHO

A Safra Vida e Previdência S.A. encerrou o ano de 2025 com patrimônio líquido de R$ 342 milhões e lucro líquido de R$ 296 milhões. Os ativos totais atingiram R$ 34 bilhões, representados basicamente por aplicações em títulos e valores mobiliários livres e vinculados a garantia de provisões técnicas e créditos das operações com seguros e resseguros. Os prêmios emitidos líquidos somaram R$ 628 milhões em 2025 e o índice de sinistralidade foi de 7,0% no mesmo período.

REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social da Safra Vida e Previdência S.A. os lucros líquidos do exercício, mediante aprovação da assembleia geral, terão a seguinte destinação, sempre observado o disposto em lei: a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências ou ter parcela revertida de tal reserva formada em exercícios anteriores; c) pagamento de dividendos que, somados aos dividendos intermediários e aos juros sobre capital próprio, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, o dividendo mínimo obrigatório de 0,1% (um décimo por cento); d) o saldo ou uma parte do lucro líquido verificado após as distribuições acima poderá ser transferido para a conta Reserva Especial, até o limite, naquela conta, de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social, sendo que o saldo dessa Reserva Especial, somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social; e e) o saldo remanescente do lucro líquido será distribuído aos acionistas. Quanto à política de dividendos, a Diretoria poderá deliberar pelo pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado em balanço intermediário. Os dividendos ou juros sobre capital próprio previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório e prescreve em 03 (três) anos a ação para haver dividendos contando o prazo da data em que eles tenham sido colocados à disposição do acionista. Maiores detalhes e informações estão disponíveis no estatuto social da companhia.

POLÍTICA DE EQUIDADE

A Safra Vida e Previdência S.A. preza por princípios de equidade, buscando a cada ano criar um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam mais respeitadas e incluídas, podendo demonstrar seu potencial.

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, apresentamos informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional:

I - Proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da companhia:

Ano	Superintendentes e cargos acima	Liderança	Operações
2025	14,3%	0,0%	0,0%
2024	0,0%	0,0%	50,0%
Variação	0,0%	0,0%	-100,0%

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia, composta pelo Conselho da Administração e Diretoria Estatutária:

Ano	Cargos da Administração	Mulheres em cargos da Administração	Proporção
2025	3	0	0,0%
2024	1	0	0,0%
Variação	200,0%	0,0%	0,0%

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia*:

Cargo	2024	2025
Superintendentes e cargos acima	0,0%	0,0%
Liderança	0,0%	0,0%
Operações	8,0%	14,0%

* Média da remuneração masculina pela remuneração feminina, diferença adicional entre a soma dos valores.

Diretoria
São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		**1.142.394**	**1.007.686**
Disponibilidades	4	25.631	33.779
Aplicações	5(a)	890.315	787.305
Créditos das operações com seguros e resseguros		82.036	90.592
Prêmios a receber	6(a-I)	81.679	88.711
Operações com seguradoras e resseguradoras		357	1.881
Outros créditos operacionais		1.082	4.277
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	6(b)	4.463	2.967
Títulos e créditos a receber		42.312	7.231
Créditos tributários e previdenciários	11(b)	42.293	6.447
Outros créditos		19	784
Despesas antecipadas		1.802	350
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	94.753	81.185
NÃO CIRCULANTE		**32.535.106**	**28.060.623**
Aplicações	5(a)	32.385.619	27.918.728
Créditos das operações com seguros - Prêmios a receber	6(a-I)	28.376	32.428
Títulos e créditos a receber		9.839	4.986
Depósitos judiciais	10(b)	466	123
Créditos tributários e previdenciários	11(b)	9.373	4.863
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	109.919	103.407
INTANGÍVEL		1.353	1.074
TOTAL DO ATIVO		**33.677.500**	**29.068.309**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		**601.058**	**430.924**
Contas a pagar		149.828	49.746
Obrigações a pagar	9	115.708	28.939
Impostos e encargos sociais a recolher	11(c)	13.320	11.162
Encargos trabalhistas		391	402
Impostos e contribuições a pagar	11(d)	20.409	9.243
Débitos das operações com seguros e resseguros		34.584	26.631
Operações com resseguradoras	6(h)	1.507	1.726
Corretores de seguros e resseguros	6(c-I)	24.336	24.900
Outros débitos operacionais		8.741	5
Depósitos de terceiros	6(i)	2.675	98
Provisões técnicas - Seguros		406.737	346.907
Pessoas	6(d)	381.150	316.319
Vida com cobertura por sobrevivência	6(e)	25.587	30.588
Provisões técnicas - Previdência complementar - PGBL	6(e)	7.234	7.542
NÃO CIRCULANTE		**32.734.729**	**28.232.227**
Provisões técnicas - Seguros		28.539.578	24.658.690
Pessoas	6(d)	332.371	299.406
Vida com cobertura de sobrevivência	6(e)	28.207.207	24.359.284
Provisões técnicas - Previdência complementar - PGBL	6(e)	4.194.602	3.573.083
Outros débitos - Contingências	10(b)	549	454
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	**341.713**	**405.158**
Capital social		222.435	222.435
Reservas de lucros		119.278	182.723
TOTAL DO PASSIVO		**33.677.500**	**29.068.309**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	**147.435**	**297.273**	**–**	**444.708**
Aumento de capital	75.000	(75.000)	–	–
Resultado líquido do período	–	–	257.450	257.450
Destinação:				
Reserva legal	–	12.873	(12.873)	–
Reserva especial	–	139.577	(139.577)	–
Juros sobre capital próprio - Nota 12(b)	–	–	(27.000)	(27.000)
Dividendos - Nota 12(b)	–	(192.000)	(78.000)	(270.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**222.435**	**182.723**	**–**	**405.158**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**75.000**	**(114.550)**	**–**	**(39.550)**
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	**222.435**	**182.723**	**–**	**405.158**
Resultado líquido do período	–	–	295.932	295.932
Destinação:				
Reserva legal	–	2.128	(2.128)	–
Reserva especial	–	74.427	(74.427)	–
Juros sobre capital próprio - Nota 12(b)	–	–	(119.377)	(119.377)
Dividendos - Nota 12(b)	–	(140.000)	(100.000)	(240.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	**222.435**	**119.278**	**–**	**341.713**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**–**	**(63.445)**	**–**	**(63.445)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Safra Vida e Previdência S.A. ("Companhia" e/ou "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pelo Banco Safra S.A., autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) a operar em seguros do ramo vida e previdência complementar, inclusive Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), atuando em todas as regiões do Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades de Previdência Privada, nas operações de renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida em geral, tais como definidas na competente legislação em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: a) Apresentação das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Contábeis da Safra Vida e Previdência S.A., aprovadas pela Administração em 24.02.2026, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações trazidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Susep, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular Susep 648/2021 atualizada, por sua vez, pela Circular Susep 678/2022. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Novas normas aplicáveis neste período e em períodos futuros:** I. CPC 50 - Contratos de Seguros, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem a base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Susep ainda não recepcionou este normativo. II. CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: A norma tem como objetivo fornecer aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o Desempenho Financeiro das entidades e exige a criação de novos subtotais na estrutura da Demonstração de Resultado, além de determinar a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração e substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis a partir de 01.01.2027. A Susep ainda não recepcionou este normativo. III. Lei 15.040/2024 - Lei do Contrato de Seguro - A Lei 15.040 de 9 de dezembro de 2024, conhecida como "Lei do Contrato de Seguro" dispõe sobre normas de seguros privados, revogando dispositivos da Lei 10.406/2002 (Código Civil). Além dos contratos de seguro, a lei versa sobre interesse legítimo, riscos relativos à espécie de seguro contratada, prêmio, seguro em favor de terceiro, cosseguro e seguro cumulativo, resseguro e sinistro. A lei entrou em vigor 11 de dezembro de 2025 e não houve impacto em função de sua vigência. **c) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Fluxos de caixa:** I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 (noventa) dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O método de apresentação dos fluxos de caixa é o indireto, sendo que os fluxos de caixa de atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos, e os operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Seguradora. **b) Aplicações e instrumentos financeiros derivativos:** I. Classificação: A classificação dos instrumentos financeiros segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros é realizada em função dos Modelos de Negócios adotados pela Administração. O uso de Modelos de Negócios é a maneira como a Seguradora realiza a gestão de seus ativos financeiros para geração de fluxo de caixa e consideração dos riscos envolvidos. Cada Modelo de Negócios determina, entre outros, se os fluxos de caixa resultarão da coleta de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Dessa forma, após definidos os Modelos de Negócios, os instrumentos financeiros são classificados tanto em função de cada modelo adotado pela Administração para a sua gestão, assim como as características esperadas dos fluxos de caixa contratuais, com o intuito de verificar se há obtenção do critério de recebimento somente do valor principal acrescido de juros. Essa verificação é dada por meio do Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("Teste SPPJ"). Com isso, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Custo Amortizado ("CA"): utilizada quando os ativos financeiros são gerenciados com o intuito de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; • Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): categoria utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para venda; • Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): utilizada quando a intenção for o de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados e/ou quando os ativos não passam no Teste SPPJ. Nas aplicações estão contidos os recursos garantidores, ativos oferecidos como garantia dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Estes ativos ficam registrados em contas vinculadas à Susep, mantidas junto à B3 e ao Sistema de Liquidação e Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil (BCB), conforme cada um dos mercados. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
OPERAÇÕES DE SEGUROS	6(j-I)	369.159	361.174
PRÊMIOS GANHOS	6(j-I)	534.789	502.911
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3)) e 13(b-II)	627.909	602.273
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	(93.120)	(99.362)
SINISTROS OCORRIDOS	6(j-I)	(37.213)	(29.544)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	6(c-II) e 6(j-I)	(124.983)	(113.328)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	6(j-I)	(3.265)	813
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(j-I)	(169)	322
Recuperação de Sinistros e Despesas		1.951	314
Despesas com Repasses de Resseguros		(2.103)	(2.205)
Outros resultados com resseguro		(17)	2.213
OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIAS COMPLEMENTAR		(407)	(123)
RENDAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.756.931	3.530.818
CONSTITUIÇÃO DA PROVISÃO DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	6(e-II)	(1.756.931)	(3.530.818)
VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS		(371)	(119)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(36)	(4)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	(50.123)	(32.292)
DESPESAS COM TRIBUTOS	11(a-II)	(32.253)	(30.522)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	122.173	106.941
Receitas financeiras		4.080.079	2.338.563
Despesas financeiras		(3.957.906)	(2.231.622)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**408.549**	**405.178**
IMPOSTO DE RENDA	11(a-I)	(68.662)	(90.400)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11(a-I)	(43.955)	(57.328)
LUCRO LÍQUIDO		**295.932**	**257.450**
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações		**83,85**	**72,95**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO	**295.932**	**257.450**
Outros resultados abrangentes	–	–
RESULTADO ABRANGENTE	**295.932**	**257.450**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido dos períodos		295.932	257.450
Ajustes ao lucro líquido		118.928	146.111
Amortizações		309	330
Provisões/(Reversões) para risco de crédito	6(j-I)	3.339	(2.959)
Provisões técnicas - PDR	6(e-II)	371	119
Provisões para contingências	10(b)	2.292	893
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	11(a-I)	112.617	147.728
Variação das contas patrimoniais		(135.397)	(163.373)
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado		(598.335)	(2.213.895)
Vinculados a garantia de provisões técnicas de seguros		(599.248)	(2.226.536)
Seguros		(83.901)	(123.280)
Previdência - PGBL/VGBL		(515.347)	(2.103.256)
Cobertura excedente		913	12.641
Operações de seguros e resseguros		607.083	2.195.438
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas)		12.116	1.557
Prêmios a receber		7.331	(2.618)
Operações com seguradoras e resseguradoras		4.785	4.175
Provisões técnicas		615.047	2.222.221
Seguros		101.034	97.908
Previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência		514.013	2.124.313
Custos de aquisição diferidos		(20.080)	(28.340)
Títulos e créditos a receber e outros créditos operacionais		(38.190)	5.002
Contas a pagar e outros débitos		17.078	(2.974)
Impostos pagos		(123.033)	(146.944)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		279.463	240.188
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicação no intangível		(589)	(535)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(589)	(535)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	12(b)	(267.000)	(289.100)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		(267.000)	(289.100)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**11.874**	**(49.447)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		143.404	192.851
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	155.278	143.404
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**11.874**	**(49.447)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua →★

AXA no Brasil

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de valor dos Seguros de Danos se concentra em quatro grupos de produtos para os Ramos Comerciais: • Patrimonial, incluindo Automóvel, Aeronáutico, Marítimos e Rural. • Riscos Financeiros. • Responsabilidades. • Transportes. A Seguradora também segmenta clientes potenciais com base no porte da empresa. Na oferta de diferenciação para potenciais clientes, a Seguradora analisa o mercado e o segmento de acordo com três critérios: • Segue genericamente as tendências do mercado na oferta, mas selecionando por meio das melhores ofertas no mercado. • Segue as diretrizes do Grupo AXA sobre subscrição de riscos. • Preparação da oferta segmentada reutilizando a experiência e expertise em subscrição da Seguradora para criar pacotes de produtos. **II. Vida em Grupo e Parceiras: (a) Vida em Grupo:** Com o objetivo de atender as demandas do mercado de benefícios, oferecemos seguro de vida em grupo e produtos principais fundamentais (exceto produtos de saúde), em linha com os padrões e práticas do mercado. O Produto Vida em Grupo, assim como Prestamista e Acidentes Pessoais, oferece um conjunto de características comuns como cobertura de vida e invalidez, auxílio funeral e serviços de assistências. A Seguradora atua junto às principais corretoras para proposta de seguro de vida desde pequenas a grandes empresas, sendo seletiva sobre as oportunidades apresentadas para respeitar as diretrizes de rentabilidade. **(b) Parcerias:** A Seguradora atua no mercado de afinidades criando parcerias *Business-to-Business-to-Consumer (B2B2C)* com empresas que tenham importante rede de distribuição tais como varejistas, bancos, financeiras, cooperativas, entre outros. Estas parcerias podem ser construídas por meio de corretoras, consultores especialistas ou diretamente com as empresas. Três principais ramos de produtos foram desenvolvidos para esta linha de negócios: • Proteção Pessoal e Financeira: para proteger empréstimos pessoais com coberturas que incluirão: vida, invalidez, perda de emprego involuntária, perda/roubo de cartão de crédito. • Proteção de bens: garantindo a sustentabilidade dos produtos, por meio dos seguros de garantia estendida e roubo/furto de portáteis. • Viagem: com a principal cobertura sendo despesas médicas, além de repatriação, atraso de bagagem, morte, invalidez e serviços de assistência.

7. DISPONÍVEL

	2025	2024
Banco conta movimento	65.628	35.165
	65.628	**35.165**

8. APLICAÇÕES

A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtida conforme os critérios abaixo: • Títulos públicos federais - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). • Quotas de fundos de investimentos - pelos valores das quotas disponibilizados pelos administradores de cada fundo para a data do balanço. • Títulos privados - foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pelo administrador da carteira de investimentos.

(a) Composição das aplicações:

	Taxas contratadas	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor custo atualizado	Ajuste de avaliação patrimonial	2025 Percentual de carteira
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**29.595**	**12.246**	**398**	**1.074.754**	**1.116.993**	**1.142.709**	**(25.715)**	**93%**
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	–	922	398	227.370	228.690	228.675	16	19%
LTN - Letras do Tesouro Nacional	PRÉ-FIXADA	29.595	–	–	284.908	314.503	324.015	(9.512)	26%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	IPCA/PRÉ	–	–	–	550.666	550.666	566.899	(16.232)	46%
LF - Letras Financeiras	SELIC	–	11.324	–	11.810	23.134	23.120	13	2%
Valor justo por meio do resultado		**89.802**	**–**	**–**	**–**	**89.802**	**89.802**	**–**	**7%**
Quotas Outros Fundos de Investimento FIC	RENDA VARIÁVEL - FIC	81.456	–	–	–	81.456	81.456	–	6%
Quotas Outros Fundos de Investimento DEB INCENT	RENDA VARIÁVEL - DEB INCENT	8.346	–	–	–	8.346	8.346	–	1%
Total		**119.397**	**12.246**	**398**	**1.074.754**	**1.206.795**	**1.232.511**	**(25.715)**	**100%**
Circulante						**132.041**			
Não Circulante						**1.074.754**			

	Taxas contratadas	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de mercado	Valor custo atualizado	Ajuste de avaliação patrimonial	2024 Percentual de carteira
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		**42.481**	**20.570**	**93.422**	**821.351**	**977.824**	**1.047.355**	**(69.531)**	**89%**
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	–	–	14.552	81.108	95.660	95.698	(38)	9%
LTN - Letras do Tesouro Nacional	PRÉ-FIXADA	42.481	–	78.870	246.183	367.534	394.034	(26.500)	33%
NTN - Notas do Tesouro Nacional	IPCA/PRÉ	–	–	–	484.192	484.192	527.219	(43.027)	44%
CDB - Certificado de Depósito Bancário	SELIC	–	10.260	–	–	10.260	10.253	7	1%
LF - Letras Financeiras	SELIC	–	10.310	–	9.868	20.178	20.151	27	2%
Valor justo por meio do resultado		**121.866**	**–**	**–**	**–**	**121.866**	**121.866**	**–**	**11%**
Quotas Outros Fundos de Investimento FII	RENDA VARIÁVEL - FII	4.623	–	–	–	4.623	4.623	–	0%
Quotas Outros Fundos de Investimento FIC	RENDA VARIÁVEL - FIC	109.918	–	–	–	109.918	109.918	–	10%
Quotas Outros Fundos de Investimento DEB INCENT	RENDA VARIÁVEL - DEB INCENT	7.325	–	–	–	7.325	7.325	–	1%
Total		**164.347**	**20.570**	**93.422**	**821.351**	**1.099.690**	**1.169.221**	**(69.531)**	**100%**
Circulante						**278.338**			
Não Circulante						**821.352**			

(b) Movimentação das aplicações:

	2024	(+) Aplicações	(–) Resgates	Ganhos/ perdas não realizados	(+) Rendimentos	2025
Valor justo por meio do resultado	**121.866**	**76.135**	**(104.723)**	**–**	**(3.476)**	**89.802**
Quotas Outros Fundos de Investimento FIC	109.918	76.135	(98.655)	–	(5.942)	81.456
Quotas Outros Fundos de Investimento FII	4.623	–	(6.068)	–	1.445	–
Quotas Outros Fundos de Investimento DEB INCENT	7.325	–	–	–	1.021	8.346
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**977.824**	**1.429.439**	**(1.467.283)**	**43.816**	**133.197**	**1.116.993**
Certificado de Depósito Bancário	10.260	–	(10.659)	(7)	406	–
Letras Financeiras	20.178	10.433	(10.414)	(14)	2.951	23.134
Letras Financeiras do Tesouro	95.660	1.236.893	(1.142.059)	54	38.142	228.690
Letras do Tesouro Nacional	367.534	103.602	(210.507)	16.988	36.886	314.503
Notas do Tesouro Nacional	484.192	78.511	(93.644)	26.795	54.812	550.666
	1.099.690	**1.505.574**	**(1.572.006)**	**43.816**	**129.721**	**1.206.795**

	2023	(+) Aplicações	(–) Resgates	Ganhos/ perdas não realizados	(+) Rendimentos	2024
Valor justo por meio do resultado	**84.098**	**94.259**	**(84.215)**	**–**	**27.724**	**121.866**
Quotas Outros Fundos de Investimento FIC	74.781	93.471	(84.048)	–	25.714	109.918
Quotas Outros Fundos de Investimento FII	2.924	188	(167)	–	1.678	4.623
Quotas Outros Fundos de Investimento DEB INCENT	6.393	600	–	–	332	7.325
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**1.049.954**	**1.052.174**	**(1.147.784)**	**(98.385)**	**121.865**	**977.824**
Certificado de Depósito Bancário	9.183	–	–	7	1.070	10.260
Letras Financeiras	9.239	9.000	–	27	1.912	20.178
Letras Financeiras do Tesouro	83.698	841.821	(851.194)	(98)	21.433	95.660
Letras do Tesouro Nacional	413.240	122.707	(173.175)	(38.974)	43.736	367.534
Notas do Tesouro Nacional	534.594	78.646	(123.415)	(59.347)	53.714	484.192
Total	**1.134.052**	**1.146.433**	**(1.231.999)**	**(98.385)**	**149.589**	**1.099.690**

(c) Estimativa do valor justo: A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando à alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A composição das aplicações financeiras, são classificadas no Nível 1 para títulos públicos e Nível 2 para títulos privados. A tabela a seguir apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo. • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no Nível 1, mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável. • Nível 3 - títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

	Nível 1	Nível 2	2025 Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	–	89.802	89.802
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.093.859	23.134	1.116.993
Total	**1.093.859**	**112.936**	**1.206.795**

	Nível 1	Nível 2	2024 Total
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado	–	121.866	121.866
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	947.386	30.438	977.824
Total	**947.386**	**152.304**	**1.099.690**

(d) Taxas pactuadas:

Tipo de aplicação	2025	2024
Quotas de fundos de investimentos - FIC	Renda Variável - FIC	Renda Variável - FIC
Quotas de fundos de investimentos - FII	Renda Variável - FII	Renda Variável - FII
Quotas de fundos de investimentos - DEB INCENT	Renda Variável - DEB	Renda Variável - DEB
Letras Financeiras do Tesouro	100% SELIC	100% SELIC
Letras do Tesouro Nacional	Pré-fixada	Pré-fixada
Notas do Tesouro Nacional	IPCA/Pré-fixada	IPCA/Pré-fixada
Debênture	Pós-fixada	Pós-fixada
Certificado de Depósito Bancário	100% SELIC + Pré-fixada	100% SELIC + Pré-fixada
Letra Financeira	100% SELIC	100% SELIC

(e) Garantia das provisões técnicas: Os valores contábeis das aplicações vinculadas à Superintendência de Seguros Privados - (SUSEP) são os seguintes:

	2025	2024
Provisão de prêmios não ganhos	1.333.555	1.109.071
Provisão de sinistros a liquidar	1.737.828	1.889.714
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	111.115	124.201
Provisão de despesas relacionadas	64.987	69.522
Outras provisões	7.084	–
Total das provisões técnicas	**3.254.569**	**3.192.508**
Ativo de resseguro redutores de prêmios não ganhos	(113.720)	(109.021)
Ativo de resseguro redutores de de sinistros a liquidar	(1.365.314)	(1.469.968)
Ativo de resseguro redutores de de sinistros ocorridos mas não avisados	(55.553)	(55.662)
Ativo de resseguro redutores de de despesas relacionadas	(41.366)	(38.710)
Custo de aquisição diferido redutores	(210.280)	(104.496)
Direitos creditórios	(550.439)	(493.952)
Depósitos judiciais redutores	(80)	(3.440)
Total das exclusões	**(2.336.752)**	**(2.275.249)**
Total das provisões técnicas para cobertura	**917.817**	**917.259**
Composição dos ativos vinculados às provisões técnicas		
Letras financeiras do tesouro	228.690	95.660
Letras do tesouro nacional	314.503	367.534
Notas do tesouro nacional	550.666	484.192
Certificado de depósito bancário	–	10.260
Letras financeiras	23.134	20.178
Quotas Outros Fundos de Investimento FIC	81.456	109.918
Quotas Outros Fundos de Investimento DEB INCENT	8.346	7.325
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	**1.206.795**	**1.095.067**
Suficiência	**288.978**	**177.808**
Ativos Livres	**–**	**4.623**
Suficiência total	**288.978**	**182.431**

No caso específico dos ativos redutores (exclusões) relacionados às provisões de prêmios, se caracterizam por já terem sido liquidados com a contraparte.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

9.1 Prêmios a receber: (a) Prêmios a receber por faixa de vencimento:

	2025	2024
Prêmios a vencer		
De 01 a 30 dias	162.262	170.482
De 31 a 60 dias	123.382	135.577
De 61 a 120 dias	157.614	139.871
De 121 a 180 dias	75.296	57.623
De 181 a 365 dias	92.024	59.552
Acima de 365 dias	34.955	19.725
Total de prêmios a vencer	**645.533**	**582.830**
Prêmios vencidos		
De 01 a 30 dias	25.088	23.315
De 31 a 60 dias	9.372	5.689
De 61 a 120 dias	7.832	4.150
De 121 a 180 dias	9.363	1.708
De 181 a 365 dias	5.387	2.938
Acima de 365 dias	15.870	15.195
Total de prêmios vencidos	**72.912**	**52.995**
Prêmios de risco vigente e não emitido (RVNE)	213.762	207.216
Redução do valor recuperável	(28.500)	(23.662)
Total de prêmio pendente no final do exercício	**903.707**	**819.379**
Circulante	**840.309**	**782.161**
Não circulante	**63.398**	**37.218**

(b) Composição por ramos de seguro:

Linhas de negócios	2025	2024
Compreensivo empresarial	25.955	20.243
Lucros cessantes	27.936	37.004
Riscos de engenharia	46.188	40.059
Riscos diversos	4.084	9.640
Riscos nomeados e operacionais	234.952	238.804
R.C. Geral	64.962	67.631
R.C. Profissional	28.648	23.029
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	489	303
Automóvel - Casco	19.439	9.284
Assistência e outras cobert. - Auto	6.505	2.666
Transporte nacional	52.074	39.577
Transporte internacional	19.810	20.413
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	55	48
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	30.129	27.099
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	22.797	18.746
Seguro benf. e prod. agropecuários	10.907	8.535
Penhor rural	14.985	14.833
Compreensivo residencial	472	396
Garantia Est./Ext. Gar. - Bens em geral	12.264	5.451
R.C. Administradores e diretores D&O	10.361	10.873
R.C. Riscos Ambientais	1.274	1.544
Garantia segurado - Setor público	36.800	34.609
Garantia segurado - Setor privado	2.954	5.234
Prestamista (coletivo)	126	159
Acidentes pessoais	72	63
Doenças graves ou doença terminal	23	–
Vida em grupo	6.106	5.575
Seguro agrícola	9.029	–
Viagem (individual)	6.525	13.756
Prestamista (individual)	10.795	8.618
R.C. Facult para aeronaves -RCF	6.162	5.772
Aeronáuticos (cascos)	43.788	41.246
Resp. civil hangar	4.246	6.134
Resp. Explor. ou Transp. aéreo - RETA	210	186
Microseguros de pessoas	6.365	7.925
Microseguros de danos	3.118	3.232
Compreensivo condomínio	10.265	6.622
Viagem (coletivo)	935	1.072
Funeral (coletivo)	83	3
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	2.977	2.470
R.C. Trans. Aquaviário Carga-RCA-C	250	143
Funeral	372	494
R.C. Viag. Int. Pessoas - Carta azul	3.613	3.802
Compreensivo riscos cibernéticos	5.011	2.643
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	9.128	3.783
R.C. Oper. do Transporte Multimodal - RCOTMC	3.682	3.929
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	–	–
Vida	14	–
Desemprego/Perda de renda	764	2.201
Compreensivo para operadores portuários	14.577	5.823
Petróleo - Riscos de petróleo	–	19
Carta verde	113	44
Marítimos (Casco)	81.318	57.644
	903.707	**819.379**
Circulante	840.309	782.161
Não circulante	63.398	37.218

continua

→★ continuação

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **c) Mensuração ao valor justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração da Companhia, os quais incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração, conforme estabelecido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - recepcionado pela Circular Susep 678/2022. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, é mensurado por meio de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, a Companhia utiliza uma quantidade significativa de julgamento para chegar a mensurações do valor justo. **d) Classificação de contratos de seguro e investimento:** Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico o afetar adversamente é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária. Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro se tornar significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. **e) Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros:** I. Créditos: Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. II. Débitos: Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. III. Risco de crédito: A redução ao valor recuperável em relação aos créditos dos prêmios a receber para seguradoras é efetuada seguindo critérios estabelecidos pela Circular Susep 648/2021, atualizada pela Circular Susep 678/2022 e é calculada pela Companhia com base em estudo técnico. A metodologia apura fatores de cancelamento por inadimplência, considerando a carteira de negócios (ramo) e prazo de vencimento, categorizando as parcelas em vencidas e a vencer. Os normativos supracitados se aplicam ao valor recuperável referentes aos créditos de sinistros a recuperar, provisão de sinistros ocorridos e não avisados e suas respectivas despesas relacionadas e são realizadas com base em estudo técnico, que considera tanto o histórico de perdas quanto à capacidade de pagamento da resseguradora. As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registradas concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados tanto às seguradoras quanto às resseguradoras, pois como não há mais expectativa de recebimento do prêmio e, consequentemente, não haverá expectativa de repasse destes valores. **f) Ativos de resseguros - Provisões técnicas:** Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro. As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **g) Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro. **h) Títulos e créditos a receber:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data destas Demonstrações Contábeis. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo. **i) Intangível:** Corresponde a ativos não monetários e sem substância física, e que são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Os intangíveis estão representados substancialmente por *softwares* e gastos com desenvolvimento de sistemas, são registrados ao custo e amortizados utilizando-se o método linear pelo prazo de vida útil estimada, ajustados por redução ao valor recuperável *(impairment).* **j) Redução ao valor recuperável *(impairment)* - Ativos não financeiros:** O *impairment* é reconhecido como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Companhia efetua o reconhecimento no resultado do período, de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável desses ativos, que eventualmente surgirem. **k) Provisões técnicas de seguros e previdência complementar:** As provisões técnicas de seguros e previdência complementar são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela Susep e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP 432/2021, Circular Susep 648/2021 e alterações posteriores. I. Seguros: • Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): constituída para cobertura de sinistros e despesas a ocorrer referentes aos riscos assumidos na data de cálculo, independentemente de sua emissão, correspondente ao período de vigência a decorrer. É calculada com base no prêmio comercial, bruto de resseguro e líquido de cosseguro cedido, contemplando também a estimativa para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE). Entre a emissão e o início de vigência do risco, considera-se o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco. Após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die.* A PPNG referente às operações de retrocessão é constituída com base em informações recebidas do ressegurador; • Provisão de sinistros a liquidar (PSL): calculada com base em estimativa do valor da eventual indenização, conforme avisos de sinistros recebidos até a data-base, e atualizada monetariamente de acordo com as normas da Susep. A PSL judicial é constituída independentemente da probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos; • Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos, mas ainda não reportados à Seguradora; e • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura dos valores esperados de despesas relacionadas aos sinistros ocorridos (avisados ou não). O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial, que utiliza a experiência passada da Seguradora para projetar o valor das despesas a serem pagas. II. Previdência complementar: • Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) e concedidos (PMBC): constituídas para cobertura dos compromissos assumidos com os participantes/segurados, na fase de acumulação (PMBAC) e fase de concessão de benefícios (PMBC), dos planos estruturados no regime financeiro de capitalização, e conforme nota técnica atuarial aprovada pela Susep; • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura de todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações e benefícios, em função de sinistros ocorridos e a ocorrer (regime financeiro de capitalização); • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF): constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes financeiros, conforme regulamentação em vigor, caso haja previsão contratual. III. Provisão Complementar de Cobertura - PCC: A provisão será constituída quando for constatada insuficiência relacionada às provisões técnicas PPNG, Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). IV. Teste de Adequação de Passivos - TAP: O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro (exceto DPEM e Seguro Habitacional do SFH) e de previdência complementar aberta estão adequados, por meio da confrontação do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado semestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Susep 648/2021, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia. O resultado do TAP é a diferença entre: i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa; e ii) a soma do saldo contábil na data-base de todas as provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular Susep 648/2021, com base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (déficit ou superávit) entre os seis macros fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais. A insuficiência detectada nas provisões PPNG, PMBC e PMBAC será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC (conforme item anterior). Já os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuadas nas próprias provisões. **l) Apuração de resultado de operações de seguros e previdência complementar:** Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular Susep 648/2021, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. As receitas de contribuições previdenciárias são reconhecidas por ocasião de seu recebimento. Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguros - provisões técnicas. **m) Ativos e passivos contingentes (exceto PSL judicial):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Susep, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente. **n) Benefícios a empregados:** Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na Demonstração do Resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Safra Vida e Previdência reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. A Safra Vida e Previdência não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria, como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. Adicionalmente, a Safra Vida e Previdência não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave da Administração e empregados. **o) Tributos:** I. Reconhecimento e mensuração: Calculados às alíquotas abaixo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de Renda[1]	Contribuição Social	PIS	COFINS	ISS
Seguradoras	25%	15%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%. Os tributos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores das Demonstrações Contábeis. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para redução ao valor recuperável de prêmios a receber, das provisões para passivos contingentes, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados aos ativos financeiros com ajustes ao valor justo em Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido são reconhecidos, subsequentemente, no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. II. Reforma tributária: A Companhia vem acompanhando as discussões sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar 227, de 13 de janeiro de 2026. A Administração continuará monitorando a evolução das normas complementares e avaliará os ajustes necessários nos processos e sistemas internos quando houver maior clareza sobre as definições que ainda estão pendentes. **p) Lucro por ação:** Conforme o CPC 41 - Resultado por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O resultado por ação do período comparativo é apresentado utilizando o número proporcional e a quantidade de ações do período corrente. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. **q) Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (ii) provisões técnicas de seguros, resseguros e previdência complementar e teste de adequação do passivo; (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado; (v) amortizações de ativos intangíveis; (vi) créditos tributários; e (vii) redução ao valor recuperável das operações com seguros e resseguros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) Classificação em Circulante e Não Circulante:** Ativos e Passivos cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base da Demonstração Contábil deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Circulantes. Já os itens patrimoniais cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes a mesma data-base deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Não Circulantes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Disponibilidades	25.631	33.779
Bancos - Nota 15(b)	5.154	1.751
Valores em trânsito	20.477	32.028
Fundos de investimentos exclusivos - Nota 5(a-I)	129.647	109.625
Total	**155.278**	**143.404**

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS:

a) Aplicações - Carteira: I. Composição

	31.12.2025 Valor Justo - Sem vencimento[2]	%	31.12.2024 Valor Justo - Sem vencimento[2]	%
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Nota 5(a-III)	**33.275.934**	**100,00**	**28.706.033**	**100,00**
Fundos de investimentos exclusivos - Livres - Nota 4[1]	129.647	0,39	109.625	0,38
Recursos garantidores de reservas técnicas - Notas 5(a-III) e 6(g)	33.146.287	99,61	28.596.408	99,62
Provisões técnicas a serem garantidas - Provisões técnicas	33.085.974	99,43	28.535.182	99,41
Cotas de fundos de investimentos - PGBL/VGBL	32.385.619	97,32	27.918.728	97,26
Cotas de fundos de investimentos - Seguros[1]	700.355	2,11	616.454	2,15
Cobertura excedente	60.313	0,18	61.226	0,21

[1] Referem-se a cotas de fundos de investimentos exclusivos administrados pelas empresas do Grupo Safra (Parte Relacionada) - Nota 15(b). A carteira dos fundos de investimentos livres está composta substancialmente por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e a carteira dos fundos vinculados à garantia de seguros está composta substancialmente por títulos públicos. [2] Durante os períodos findos em 31.12.2025 e 31.12.2024 não houve ganhos e/ou perdas não realizados adicionais ao custo contábil das respectivas carteiras dos fundos de investimentos que já são originalmente mensurados a valor justo. Desta forma, o saldo referente ao valor justo é igual ao saldo do custo contábil.

II. Movimentação das aplicações

	01.01 a 31.12.2025				01.01 a 31.12.2024
		Recursos garantidores de reservas técnica			
Cotas de fundos de investimentos	**Livres**	**PGBL/ VGBL**	**Seguros**	**Total**	**Total**
Saldo no início do período	**109.625**	**27.918.728**	**677.680**	**28.706.033**	**24.343.854**
Movimentação financeira	7.360	515.347	(14.125)	508.582	2.045.826
Aquisição no período	1.982.769	2.605.250	159.539	4.747.558	4.227.102
(Vendas/Resgates) no período	(1.975.409)	(2.089.903)	(173.664)	(4.238.976)	(2.181.276)
Resultado financeiro - Receita/(Despesa) - Nota 5(c)	12.662	3.951.544	97.113	4.061.319	2.316.353
Saldo no final do período	**129.647**	**32.385.619**	**760.668**	**33.275.934**	**28.706.033**

III. Hierarquia do valor justo

	31.12.2025 Nível 1	Nível 2	Total	31.12.2024 Total
Fundos de investimentos exclusivos - Livres	129.647	–	129.647	109.625
Recursos garantidores de reservas técnicas - Notas 5(a-I) e 6(g)	10.452.686	22.693.601	33.146.287	28.596.408
Cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL	9.692.018	22.693.601	32.385.619	27.918.728
Operações compromissadas - Títulos Públicos - LTN	370.277	–	370.277	259.683
Títulos Públicos - Tesouro Nacional	8.896.416	–	8.896.416	11.912.759
Títulos Privados	425.325	22.667.884	23.093.209	15.833.698
Ações	425.325	–	425.325	230.746
Certificados de depósitos bancários	–	1.659.481	1.659.481	724.345
Cotas de fundos de investimentos	–	11.731.316	11.731.316	7.742.083
Letras financeiras	–	4.172.851	4.172.851	3.566.727
Debêntures	–	4.914.193	4.914.193	3.382.305
Nota promissória	–	190.043	190.043	187.492
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	–	7.476	7.476	–
Contas a pagar	–	18.241	18.241	(87.412)
Cotas de fundos de investimentos - Seguros	760.668	–	760.668	677.680
Total em 31.12.2025 - Nota 5(a-I)	**10.582.333**	**22.693.601**	**33.275.934**	**28.706.033**
Total em 31.12.2024 - Nota 5(a-I)	**13.190.493**	**15.515.540**	**28.706.033**	

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros de Capitais). Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC, B3 e ANBIMA). Nível 3 - técnicas de avaliação, para quaisquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 31.12.2025 e 31.12.2024 não havia títulos e valores mobiliários classificados no nível 3. **b) Instrumentos financeiros derivativos:** I. Próprios: Durante os períodos findos em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não detinha operações próprias de instrumentos financeiros derivativos. II. Recursos garantidores de fundos de investimentos PGBL/VGBL: Composição do valor referencial por tipo de operação

	31.12.2025 Valores por prazos de vencimentos				31.12.2024
B3	**Até 90 dias**	**De 91 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Total**
Futuro - nível 1	631.530	987.275	6.165.345	7.784.150	1.779.195
Comprado	189.781	327.716	2.826.567	3.344.064	83.843
Taxa de juros	130.016	327.716	2.826.567	3.284.299	6.536
Moeda estrangeira	59.765	–	–	59.765	72.566
Índice Bovespa	–	–	–	–	4.741
Vendido	441.749	659.559	3.338.778	4.440.086	1.695.352
Taxa de juros	–	659.559	3.338.778	3.998.337	1.623.725
Moeda estrangeira	172.904	–	–	172.904	56.430
Índice Bovespa	268.845	–	–	268.845	15.197
Opções	9.816	2.997	–	12.813	2.793
Comprado	9.816	–	–	9.816	1.918
Vendido	–	2.997	–	2.997	875
Total em 31.12.2025	**641.346**	**990.272**	**6.165.345**	**7.796.963**	**1.781.988**
Total em 31.12.2024	**163.164**	**7.138**	**1.611.686**	**1.781.988**	

c) Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas/(Despesas) de ativos financeiros	**4.080.079**	**2.338.563**
Receitas com títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos	4.061.319	2.316.353
Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Nota 5(a-II)	4.061.319	2.316.353
Livres e cobertura excedente	12.662	23.649
Vinculados a garantia	4.048.657	2.292.704
PGBL/VGBL	3.951.544	2.227.001
Seguros	97.113	65.703
Receitas financeiras com operações de seguros	18.019	21.697
Juros sobre recebimento de prêmios - Nota 6(a-I(3))	17.954	22.669
Resseguros cedidos - Nota 6(b-II)	65	(972)
Outras	741	513
(Despesas)/Receitas de passivos financeiros	**(3.957.906)**	**(2.231.622)**
Operações de seguros	(3.284)	(3.277)
Atualização monetária - Nota 6(d-II)	(591)	123
Repasse de juros sobre recebimentos de prêmios	(2.693)	(3.400)
Despesas financeiras sobre PGBL e VGBL - Nota 6(e-II)	(3.950.121)	(2.226.059)
Provisão matemática	(3.947.778)	(2.223.490)
Concedidos	(2.343)	(2.569)
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	(225)	(80)
Outras	(4.276)	(2.206)
Resultado financeiro líquido	**122.173**	**106.941**

continua →★

AXA no Brasil

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação dos prêmios a receber:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**672.653**
(+) Prêmios emitidos	2.516.988
(+) IOF	104.863
(–) Prêmios cancelados	(468.225)
(–) Recebimentos	(2.011.997)
(+) Prêmio RVNE	5.466
(+/-) Variação Redução valor recuperável	(369)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**819.379**
(+) Prêmios emitidos	3.310.423
(+) IOF	122.346
(–) Prêmios cancelados	(819.956)
(–) Recebimentos	(2.530.194)
(+) Prêmio RVNE	6.546
(+/-) Variação Redução valor recuperável	(4.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**903.707**

9.2 Operações com seguradoras:

	2025	2024
Prêmio de cosseguro aceito	31.817	30.144
Operações com cosseguro cedido	27.328	19.593
Redução ao valor recuperável	(252)	(288)
Total	**58.893**	**49.449**

9.3 Operações com resseguradoras:

	2025	2024
Sinistros a recuperar - Resseg local	151.708	148.204
Sinistros a recuperar - Resseg admitido	67.444	92.243
Sinistros a recuperar - Resseg eventual	61.540	23.612
Redução ao valor recuperável	(2.426)	(1.721)
Total	**278.266**	**262.338**

10. OPERAÇÕES COM RESSEGURADORAS

10.1 Ativo de resseguro - provisões técnicas e passivo de operações com resseguradoras:

	2025	2024
Ativo		
Ativo de resseguro - provisões técnicas	**1.839.663**	**1.896.513**
Prêmio de resseguro diferido	309.534	267.804
Prêmio de resseguro diferido - RVNE	67.895	64.369
Provisão de Sinistros a Liquidar	1.365.315	1.469.666
Provisão de IBNR	55.553	55.964
Provisão de Despesas Relacionadas	28.092	22.758
Provisão de Despesas Relacionadas IBNR	13.274	15.952
Circulante	**1.538.310**	**1.599.755**
Não circulante	**301.353**	**296.758**
Passivo		
Passivo de operações com resseguradoras	**672.987**	**555.226**
Prêmio de resseguro cedido/liquidar	580.830	467.586
Prêmio de RVNE	92.157	87.640
Circulante	**659.675**	**545.848**
Não circulante	**13.312**	**9.378**

10.2 Movimentações das provisões técnicas - Resseguro:

2025

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Total
Saldo no início do período	**267.804**	**64.369**	**1.469.666**	**55.964**	**22.758**	**15.952**	**1.896.513**
Constituição decorrentes de prêmios	6.475.324	–	–	–	–	–	**6.475.324**
Diferimento pelo risco decorrido	(6.433.594)	–	–	–	–	–	**(6.433.594)**
Aviso/reestimativa de sinistros	–	–	(702.059)	–	(15.607)	–	**(717.666)**
Pagamento de sinistros	–	–	597.624	–	20.941	–	**618.565**
Outras constituições	–	1.034.265	(10)	860.457	–	203.460	**2.098.172**
Outras reversões	–	(1.030.739)	94	(860.868)	–	(206.138)	**(2.097.651)**
Saldo no final do período	**309.534**	**67.895**	**1.365.315**	**55.553**	**28.092**	**13.274**	**1.839.663**

2024

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Total
Saldo no início do período	**201.013**	**63.182**	**523.772**	**57.733**	**18.295**	**17.378**	**881.373**
Constituição decorrentes de prêmios	4.810.789	–	–	–	–	–	**4.810.789**
Diferimento pelo risco decorrido	(4.743.998)	–	–	–	–	–	**(4.743.998)**
Aviso/reestimativa de sinistros	–	–	569.738	–	(15.315)	–	**554.423**
Pagamento de sinistros	–	–	380.177	–	19.778	–	**399.955**
Outras constituições	–	862.957	(4.090)	726.046	–	219.458	**1.804.371**
Outras reversões	–	(861.770)	69	(727.815)	–	(220.884)	**(1.810.400)**
Saldo no final do período	**267.804**	**64.369**	**1.469.666**	**55.964**	**22.758**	**15.952**	**1.896.513**

11. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2025	2024
Ressarcimento a receber	5.073	7.182
Estimativa de ressarcimento	35.876	26.321
Outros créditos a receber	897	787
Total	**41.846**	**34.290**

12. COMPOSIÇÃO DE CORRETORES DE SEGUROS POR LINHAS DE NEGÓCIOS

Linhas de negócios	2025	2024
Compreensivo residencial	203	186
Compreensivo condomínio	2.186	1.424
Compreensivo empresarial	5.651	4.091
Lucros cessantes	2.001	2.714
Riscos de engenharia	4.778	4.579
Riscos diversos	1.175	3.681
Garantia Est./Ext. Gar. - Bens em Geral	10.084	5.172
Riscos nomeados e operacionais	31.415	30.730
R.C. Administradores e diretores D&O	2.189	2.250
R.C. Riscos Ambientais	128	137
Compreensivo Riscos Cibernéticos	1.007	615
R.C. Geral	9.521	9.764
R.C. Profissional	5.841	4.628
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	57	29
Carta verde	18	6
Automóvel - Casco	3.142	1.383
Assistência e Outras Cobert. - Auto	1.052	395
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	1.265	481
Transporte nacional	8.822	5.825
Transporte internacional	4.480	4.008
R.C. Transp. Carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	713	655
R.C.Viag. Int. Pessoas - Carta azul	761	796
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	18	26
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	7.732	6.821
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	5.824	4.615
R.C. Transp. aquaviário carga - RCA-C	93	48
R.C. Oper. do Transporte Multimodal - RCOTMC	918	938
Garantia segurado - Setor público	8.167	6.784
Garantia segurado - Setor privado	576	1.327
Prestamista (coletivo)	171	180
Acidentes Pessoais	599	608
Vida em grupo	2.737	2.920
Seguro Agrícola sem Cobertura do FESR	–	21
Seguro benf. e prod. agropecuários	4.092	3.323
Penhor rural	5.770	5.776
Funeral	156	207
Prestamista (individual)	7.392	5.433
Desemprego/Perda de Renda	435	1.027
Compreensivo para Operadores Portuários	1.552	656
Marítimos (Casco)	8.751	6.051
R.C. Facult. para aeronaves - RCF	720	682
Aeronáuticos (Cascos)	4.627	4.054
Viagem (individual)	12	115
Funeral (coletivo)	23	1
Resp. civil hangar	543	514
Resp. explor. ou transp aéreo - RETA	35	22
Microseguros de pessoas	2.803	3.539
Microseguros de danos	1.418	1.465
Petróleo - Riscos de petróleo	5	8
Doenças graves ou doença terminal	12	–
Seguro agrícola	963	–
Acidentes pessoais	1	–
Vida em grupo	5	–
Viagem (coletivo)	(3)	–
	162.636	**140.710**
Circulante	**156.571**	**136.785**
Não circulante	**6.065**	**3.925**

13. OUTROS VALORES E BENS

13.1 Bens a venda:

	2025	2024
Saldo no início do período	**1.080**	**222**
Aviso de salvados	7.977	6.276
Reavaliação de salvados	13.266	17.811
Venda de salvados	(20.847)	(23.229)
Total	**1.476**	**1.080**

13.2 Ativo de direito de uso:

(a) Composição:

	Período total do contrato	Custo	Depreciação acumulada	2025 líquido	2024 líquido
Ativo Direito de Uso	36	8.691	(4.346)	4.345	7.242
		8.691	**(4.346)**	**4.345**	**7.242**

(b) Movimento do Custo:

	Período total do contrato	2024	2025
Ativo Direito de Uso	36	8.691	8.691
		8.691	**8.691**

(c) Movimento do amortização:

	Período total do contrato	2024	Amortização	2025
Ativo Direito de Uso	36	(1.449)	(2.897)	(4.346)
		(1.449)	**(2.897)**	**(4.346)**

14. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Linhas de negócio	2025	2024
Compreensivo residencial	152	196
Compreensivo condomínio	4.063	2.499
Compreensivo empresarial	9.163	6.703
Lucros cessantes	2.058	2.716
Riscos de engenharia	15.268	12.941
Riscos diversos	2.345	9.235
Garantia Est./Ext. Gar - Bens em Geral	53.044	43.365
Riscos nomeados e operacionais	28.083	24.856
R.C. Administradores e diretores D&O	3.283	3.246
R.C. Riscos Ambientais	197	194
Compreensivo Riscos Cibernéticos	1.553	777
R.C. Geral	14.181	13.841
R.C. Profissional	9.252	7.140
R.C. Facultativa Veículos - RCFV	1.482	563
Acidentes Pessoais Passageiros - APP	69	31
Automóvel - Casco	3.641	1.597
Carta Verde	23	7
Assistência e Outras Cobert. - Auto	1.238	444
Transporte nacional	7.490	4.435
Transporte internacional	3.528	3.350
R.C. Transp. carga Viag. Int. - RCTR-VI-C	582	529
R.C.Viag. int. pessoas - Carta azul	720	752
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	4	4
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	4.308	3.975
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	3.353	2.792
R.C. Transp. aquaviário carga-RCA-C	8	14
R.C. Oper. do transporte multimodal - RCOTMC	400	424
Garantia segurado - Setor público	22.528	23.009
Garantia segurado - Setor privado	3.850	5.325
Funeral (coletivo)	7	1
Prestamista (coletivo)	1.841	13
Acidentes Pessoais	5	10
Doenças Graves ou Doença Terminal	78	–
Vida em Grupo	2.174	2.980
Seguro Agrícola sem Cobertura do FESR	–	84
Seguro Agrícola	1.564	–
Seguro Benf. e Prod. Agropecuários	7.110	6.861
Penhor rural	9.443	11.618
Funeral	31	67
Viagem (individual)	6	55
Prestamista (individual)	98.963	6.658
Acidentes Pessoais	7	–
Desemprego/Perda de renda	920	2.678
Vida em grupo	35	–
Compreensivo para operadores portuários	1.723	1.101
Marítimos (Casco)	9.658	6.923
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	749	786
Aeronáuticos (cascos)	5.142	5.217
Resp. Cível Hangar	739	611
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo - RETA	151	137
Microseguros de Pessoas	2.031	2.574
Microseguros de Danos	586	686
Petróleo - Riscos de Petróleo	14	24
Total	**338.843**	**224.044**
Circulante	**259.338**	**177.717**
Não circulante	**79.505**	**46.327**

Movimentação dos custos de aquisição diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**204.432**
Comissões sobre prêmios	379.113
Recuperação de comissão	(20.089)
Diferimento pelo risco decorrido	(340.934)
Oscilação cambial	1.522
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**224.044**
Comissões sobre prêmios	608.083
Recuperação de comissão	(22.327)
Diferimento pelo risco decorrido	(469.600)
Oscilação cambial	(1.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**338.843**

15. IMOBILIZADO

(a) Composição:

	Taxas anuais depreciação %	Custo	Depreciação Acumulada	2025 Líquido	2024 Líquido
Equipamentos de Informática	20	17.592	(10.398)	7.194	6.685
Outros Equipamentos	20	47	(35)	12	21
Móveis e Utensílios	10	2.791	(1.822)	969	1.299
Veículos	20	146	(120)	26	55
Benfeitorias e Imóveis de Terceiros	10	3.030	(2.631)	399	793
Imobilizações em Curso		10	–	10	–
		23.616	**(15.006)**	**8.610**	**8.853**

(b) Movimentação do custo:

	Taxas anuais depreciação %	2024	Aquisições	2025
Equipamentos de informática	20	14.986	2.606	17.592
Outros Equipamentos	20	47	–	47
Móveis e utensílios	10	2.758	33	2.791
Veículos	20	146	–	146
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	3.030	–	3.030
Imobilizações em Curso		–	10	10
		20.967	**2.649**	**23.616**

	Taxas anuais depreciação %	2023	Aquisições	Baixas	Transferências	2024
Equipamentos de informática	20	11.975	3.421	(410)	–	14.986
Outros Equipamentos	20	107	–	(60)	–	47
Móveis e utensílios	10	2.508	250	–	–	2.758
Veículos	20	146	–	–	–	146
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	3.030	–	–	–	3.030
		17.766	**3.671**	**(470)**	**–**	**20.967**

(c) Movimentação da depreciação/amortização:

	Taxas anuais depreciação %	2024	Depreciação/amortização	2025
Equipamentos de informática	20	8.301	2.097	10.398
Outros Equipamentos	20	26	9	35
Móveis e utensílios	10	1.459	363	1.822
Veículos	20	91	29	120
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	2.237	394	2.631
		12.114	**2.892**	**15.006**

	Taxas anuais depreciação %	2023	Depreciação/amortização	Baixas	2024
Equipamentos de informática	20	6.986	1.660	(345)	8.301
Outros Equipamentos	20	39	12	(25)	26
Móveis e utensílios	10	1.139	320	–	1.459
Veículos	20	62	29	–	91
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	1.670	567	–	2.237
		9.896	**2.588**	**(370)**	**12.114**

continua

→★ continuação

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS: a) Créditos das operações com seguros e resseguros: I. Prêmios a receber: Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito.

1) Composição dos saldos

	31.12.2025					31.12.2024	
	Prêmios a receber - Nota 6 (a-I (2))	Riscos vigentes e não emitidos	Provisão para risco de crédito	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)
Prestamista	82.626	15.897	(4.063)	94.460	18	101.110	20
Acidentes pessoais	2.146	4.264	(1.494)	4.916	1	8.807	1
Vida em grupo	1.802	3.532	(1.576)	3.758	1	8.472	1
Produtor Rural	6.786	921	(855)	6.852	35	2.701	39
Outros	32	65	(28)	69	1	49	1
Total em 31.12.2025 [1]	**93.392**	**24.679**	**(8.016)**	**110.055**		**121.139**	
Total em 31.12.2024 [1]	**100.249**	**25.154**	**(4.264)**	**121.139**			

[1] Deste montante, R$ (38.714) (R$ (49.713) em 31.12.2024) refere-se a Direitos creditórios sobre prêmios de seguros - Notas 6(g).

2) Parcelas por vencimento - Prêmios a receber

Curso das operações	31.12.2025	31.12.2024
Parcelas Vencidas:	6.671	5.447
Até 60 dias	4.606	4.213
De 61 a 120 dias	1.027	651
De 121 a 180 dias	52	54
De 181 a 365 dias	163	72
Acima de 365 dias	823	457
Parcelas Vincendas:	86.721	94.802
Até 60 dias	33.602	28.312
De 61 a 120 dias	5.768	7.582
De 121 a 180 dias	5.226	7.023
De 181 a 365 dias	13.749	17.682
Acima de 365 dias	28.376	34.203
Total	**93.392**	**100.249**

3) Por movimentação no período

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Saldo no início do período	**121.139**	**117.560**
(+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos - Nota 13(c-II)	627.909	602.273
(–) Recebimentos	(653.195)	(622.325)
(–) Variação de provisão para risco de crédito	(3.752)	962
(+) Juros sobre recebimento de prêmios - Nota 5(c)	17.954	22.669
Saldo no final do período	**110.055**	**121.139**

b) Ativos de resseguros - Provisões técnicas: I. Composição dos saldos

	31.12.2025					31.12.2024
		SINISTROS				
	PPNG [1 2]	PSL	IBNR e PDR	Subtotal	Total	Total
Prestamista	959	1.284	65	1.349	2.308	1.608
Acidentes pessoais	302	119	12	131	433	457
Vida em grupo	241	1.127	380	1.507	1.748	906
Outros	5	–	–	–	5	17
Subtotal	**1.507**	**2.530**	**457**	**2.987**	**4.494**	**2.988**
(Provisão)/Reversão para risco de crédito	–	(20)	(11)	(31)	(31)	(21)
Total em 31.12.2025	**1.507**	**2.510**	**446**	**2.956**	**4.463**	**2.967**
Total em 31.12.2024	**1.661**	**911**	**416**	**1.327**	**2.967**	

[1] Inclui o montante de R$ 1.507 (R$ 1.661 em 31.12.2024) referente a prêmios de resseguro não proporcional. [2] Inclui 5 (6 em 31.12.2024) casos de sinistros judiciais no montante de R$ 875 (R$ 1.249 em 31.12.2024).

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025			01.01 a 31.12.2024
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	Total	Total
Saldo no início do período	**1.661**	**1.327**	**2.988**	**4.980**
Variação das provisões técnicas	(154)	1.951	1.797	324
Recebimento de sinistros	–	(356)	(356)	(1.344)
Atualização monetária - Nota 5(c)	–	65	65	(972)
Saldo no final do período	**1.507**	**2.987**	**4.494**	**2.988**

c) Custos de aquisição diferidos: I. Composição dos saldos

	31.12.2025		31.12.2024	
	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Prestamista	193.112	46	178.861	45
Acidentes Pessoais	5.258	15	2.941	2
Vida em grupo	2.817	4	1.863	3
Produtor Rural	3.109	35	900	29
Outros	376	35	27	1
Total [1]	**204.672**		**184.592**	

[1] Deste montante, R$ 24.336 (R$ 24.900 em 31.12.2024) refere se a comissão líquida registrada na rubrica "Corretores de seguros e resseguros" no Passivo e inclui provisão para risco de crédito no valor de R$ (1.202) (R$ (775) em 31.12.2024).

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Saldo no início do período	**184.592**	**156.252**
Comissões	145.063	141.668
Apropriação no resultado - Nota 6(j-I)	(124.983)	(113.328)
Saldo no final do período	**204.672**	**184.592**

d) Provisões Técnicas de Seguros - Pessoas: I. Composição dos saldos

		31.12.2025						31.12.2024
			SINISTROS					
Pessoas	PPNG	PVR [1]	PSL [2]	IBNR	PDR [3]	Subtotal	Total	Total
Prestamista	607.490	2.430	19.479	4.961	993	25.433	635.353	571.130
Acidentes pessoais	27.057	–	959	937	101	1.997	29.054	20.501
Vida em grupo	18.142	–	6.223	2.329	301	8.853	26.995	17.898
Produtor Rural	20.687	–	–	168	–	168	20.855	6.001
Outros	1.203	–	8	52	1	61	1.264	195
Total em 31.12.2025	**674.579**	**2.430**	**26.669**	**8.447**	**1.396**	**36.512**	**713.521**	**615.725**
Total em 31.12.2024	**581.459**	**5.108**	**20.656**	**7.359**	**1.143**	**29.158**	**615.725**	

[1] Refere-se à Provisão de Valores a Regularizar de devoluções de prêmios. [2] O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de sinistros judiciais é de R$ 15.902 (R$ 14.553 em 31.12.2024), sendo R$ 7.179 (R$ 9.199 em 31.12.2024) classificados como perda provável, R$ 5.174 (R$ 3.475 em 31.12.2024) como perda possível e R$ 3.549 (R$ 1.879 em 31.12.2024) como perda remota. [3] Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 1.393 (R$ 1.142 em 31.12.2024)

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025						01.01 a 31.12.2024
			SINISTROS				
	PPNG	PVR [1]	PSL, IBNR e PDR	PSL e PDR judicial	Subtotal	Total	Total
Saldo no início do período	**581.459**	**5.108**	**9.243**	**19.915**	**29.158**	**615.725**	**514.604**
Sinistros Ocorridos	–	–	32.105	4.425	36.530	36.530	28.740
Variação de provisões técnicas	93.120	(2.678)	–	–	–	90.442	104.470
Sinistros pagos/recuperados	–	–	(26.631)	(3.136)	(29.767)	(29.767)	(31.966)
Atualização monetária - Nota 5(c)	–	–	–	591	591	591	(123)
Saldo no final do período	**674.579**	**2.430**	**14.717**	**21.795**	**36.512**	**713.521**	**615.725**

[1] Refere-se à Provisão de Valores a Regularizar de devoluções de prêmios.

e) Operações com Previdência Complementar e Vida com cobertura de sobrevivência: I. Composição dos saldos

	31.12.2025			31.12.2024		
	PGBL	VGBL	Total	PGBL	VGBL	Total
Provisões matemáticas	**4.192.635**	**28.194.537**	**32.387.172**	**3.570.035**	**24.347.503**	**27.917.538**
Benefícios a conceder	4.160.218	28.192.477	32.352.695	3.539.455	24.345.251	27.884.706
Benefícios concedidos	32.199	1.974	34.173	30.540	2.212	32.752
PEF	218	86	304	40	40	80
Outras provisões técnicas	**5.099**	**13.150**	**18.249**	**5.693**	**12.185**	**17.878**
PDR	5.099	13.150	18.249	5.693	12.185	17.878
Benefícios a conceder	3.991	12.762	16.753	4.592	11.961	16.553
Benefícios concedidos	1.108	388	1.496	1.101	224	1.325
Provisão de resgates a processar	**4.102**	**25.107**	**29.209**	**4.897**	**30.184**	**35.081**
Total	**4.201.836**	**28.232.794**	**32.434.630**	**3.580.625**	**24.389.872**	**27.970.497**

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025			01.01 a 31.12.2024
	PGBL	VGBL	Total	Total
Saldo no início do período	**3.580.625**	**24.389.872**	**27.970.497**	**23.620.125**
Movimentação das provisões matemáticas	622.421	3.846.988	4.469.409	4.332.303
Movimentação financeira	118.862	400.426	519.288	2.106.244
Contribuições liquidas de portabilidade	312.819	2.292.430	2.605.249	3.801.461
Contribuições	106.062	1.651.295	1.757.357	3.530.467
Transferências de portabilidade líquidas	206.757	641.135	847.892	270.994
Pagamentos de resgates	(191.148)	(1.891.625)	(2.082.773)	(1.692.455)
Benefícios pagos	(2.809)	(379)	(3.188)	(2.762)
Atualização Monetária - Nota 5(c)	503.559	3.446.562	3.950.121	2.226.059
Constituição/(reversão) de provisões técnicas - PDR	(594)	965	371	119
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	179	46	225	80
Provisões de valores a regularizar	(795)	(5.077)	(5.872)	17.870
Saldo no final do período	**4.201.836**	**28.232.794**	**32.434.630**	**27.970.497**

f) Teste de Adequação de Passivos - TAP - Nota 3(k-IV): As premissas utilizadas no cálculo do Teste de Adequação de Passivos (TAP), realizado em 31.12.2025, são as seguintes: (i) Para os contratos abrangidos pela Companhia, as premissas são definidas conforme as características contratuais e técnicas de cada produto. O TAP considera a projeção dos fluxos futuros de caixa das obrigações vigentes, respeitada a fronteira do contrato, incluindo, conforme aplicável, prêmios futuros contratualmente previstos, benefícios, sinistros esperados, resgates, cancelamentos, despesas de regulação e liquidação de sinistros e demais despesas administrativas diretamente atribuíveis. As bases de dados utilizadas nas projeções são reconciliadas com as informações estatísticas e contábeis encaminhadas ao órgão regulador. As taxas de juros contratuais e demais condições financeiras previstas nos contratos são consideradas na projeção dos fluxos de caixa, conforme aplicável. Os fluxos são projetados em base bruta de resseguro, sendo os efeitos dos contratos de resseguro considerados de forma consistente com a recuperabilidade dos respectivos ativos. (ii) As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base na Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, observada a aderência ao indexador da obrigação e assegurada a consistência entre a inflação considerada nas projeções e a respectiva taxa de desconto. A taxa esperada dos ativos que suportam as provisões técnicas é determinada com base na política de investimentos da Companhia e considerada para fins de avaliação da consistência econômico-financeira, sem alterar o critério de desconto estabelecido pela regulamentação vigente. As premissas atuariais adotadas refletem as condições contratuais dos produtos, a experiência histórica da Companhia, tendências observadas na carteira e hipóteses biométricas compatíveis com a natureza das obrigações. Quando permitido pela regulamentação aplicável, é realizada a compensação entre fluxos positivos e negativos dentro de grupos de contratos com riscos homogêneos. O resultado do TAP é apurado por grupos de contratos com características de risco homogêneas. Em 31 de dezembro de 2025, o teste indicou que as provisões técnicas registradas são suficientes para fazer face às obrigações futuras estimadas dos contratos vigentes, não sendo necessária a constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

g) Garantia das provisões técnicas de seguros e previdência complementar

	31.12.2025	31.12.2024
Total de Provisões a serem garantidas - Provisões técnicas	**33.085.974**	**28.535.182**
Provisões técnicas	698.802	617.644
Provisões técnicas de seguros - Nota 6(d-I)	713.521	615.725
Provisões técnicas de previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência - Outras - Nota 6(e-I)	47.458	52.959
Ativos de resseguros - Nota 6(b-II) [1]	(2.987)	(1.327)
Ativos redutores de ativos garantidores [2]	(59.190)	(49.713)
Provisões matemáticas de previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência - Nota 6(e-I)	32.387.172	27.917.538
Ativos garantidores das provisões técnicas - Cotas de fundos de investimentos - Tesouro Nacional - Letras do Tesouro Nacional - Nota 5(a-I)	**33.146.287**	**28.596.408**
Cotas de fundos de investimentos - Seguros	760.668	677.680
Cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL	32.385.619	27.918.728
Cobertura Excedente	**60.313**	**61.226**

[1] Não inclui PPNG no valor de R$ 1.507 (R$ 1.661 em 31.12.2024) - Nota 6(b). [2] Ativos redutores são valores que podem ser abatidos da necessidade de cobertura das provisões técnicas por ativos garantidores. Esses valores incluem, por exemplo, ativos de resseguro, direitos creditórios, custos de aquisição diferidos e depósitos judiciais, desde que atendam aos critérios e limites definidos pela regulamentação.

h) Débitos das operações com resseguradoras

	31.12.2025	31.12.2024
Prêmios a repassar	1.507	1.662
Proporcional	613	681
Não proporcional	894	981
Prêmios a liquidar	–	64
Total	**1.507**	**1.726**

i) Depósitos de terceiros: Os depósitos de terceiros estão representados por valores a processar com vencimento de 01 a 30 dias no montante de R$ 2.675 (R$ 98 em 31.12.2024).

j) Resultado com operações de seguros: I. Composição do resultado por ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistros Ocorridos		Custo de Aquisição		Outras receitas e despesas operacionais		Operações de Resseguros [1]		Total	
Ramos	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prestamista	384.659	356.833	(24.311)	(17.839)	(100.904)	(90.714)	–	–	(218)	(1.763)	259.226	246.517
Acidentes pessoais	79.415	78.426	(907)	(652)	(12.677)	(11.944)	(1)	(1)	(419)	(438)	65.411	65.391
Vida em grupo	61.803	65.114	(11.832)	(11.028)	(10.003)	(10.288)	(3)	(3)	507	316	40.472	44.111
Produtor Rural	8.125	2.001	(129)	(25)	(1.229)	(301)	–	–	(19)	(22)	6.748	1.653
Outros	787	537	(34)	–	(170)	(81)	20	71	(3)	16	600	543
Subtotal - Variações das Provisões Técnicas	**534.789**	**502.911**	**(37.213)**	**(29.544)**	**(124.983)**	**(113.328)**	**16**	**67**	**(152)**	**(1.891)**	**372.457**	**358.215**
(Provisão)/Reversão para risco de crédito	–	–	–	–	–	–	(3.281)	746	(17)	2.213	(3.298)	2.959
Total	**534.789**	**502.911**	**(37.213)**	**(29.544)**	**(124.983)**	**(113.328)**	**(3.265)**	**813**	**(169)**	**322**	**369.159**	**361.174**

[1] O resultado líquido está representado por receita de recuperação de sinistros ocorridos, IBNR e PDR e as despesas representado substancialmente por repasse de prêmios variações da PPNG de resseguro e resseguro não proporcional.

II. Índice de sinistralidade e índice de comissionamento

	Índice de Sinistralidade (%)		Índice de Comissionamento (%)	
Ramos	2025	2024	2025	2024
Prestamista	(6,3)	(5,0)	(26,2)	(25,4)
Acidentes pessoais	(1,1)	(0,8)	(16,0)	(15,2)
Vida em grupo	(19,1)	(16,9)	(16,2)	(15,8)
Produtor Rural	(1,6)	(1,4)	(15,1)	(15,0)
Outros	(4,3)	(0,3)	(21,6)	(15,1)
Total	**(7,0)**	**(5,9)**	**(23,4)**	**(22,5)**

7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS: A tabela de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior da tabela demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Não segregamos os sinistros judiciais devido ao volume imaterial de casos, o que não resultaria em informação útil ao usuário. A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro - Nota 6(d-I): R$ 26.669

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estimativas de Sinistros											
No ano do aviso	3.268	6.932	6.121	7.742	15.416	35.994	25.379	29.007	32.899	35.471	
Um ano após	3.419	6.130	5.752	4.428	12.115	34.772	19.923	26.274	31.588	–	
Dois anos após	3.368	6.399	6.396	4.810	12.614	35.253	21.418	28.491	–	–	
Três anos após	3.365	6.400	6.602	4.967	13.203	34.692	20.290	–	–	–	
Quatro anos após	3.365	7.067	6.751	4.115	12.928	34.748	–	–	–	–	
Cinco anos após	3.365	7.244	6.804	4.145	12.903	–	–	–	–	–	
Seis anos após	3.365	6.893	5.775	4.162	–	–	–	–	–	–	
Sete anos após	3.365	6.884	5.775	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos após	3.639	6.884	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos após	3.639	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Estimativas em 31.12.2025	**3.639**	**6.884**	**5.775**	**4.162**	**12.903**	**34.748**	**20.290**	**28.491**	**31.588**	**35.471**	**183.951**
Pagamentos de Sinistros											
No ano do aviso	2.503	3.237	5.452	2.780	9.513	22.158	10.686	19.247	25.462	23.362	
Um ano após	3.323	6.028	5.689	3.849	10.282	28.666	16.651	23.910	29.440	–	
Dois anos após	3.323	6.064	5.709	3.875	10.286	29.466	17.074	24.554	–	–	
Três anos após	3.364	6.064	5.725	3.875	12.470	30.033	18.106	–	–	–	
Quatro anos após	3.364	6.064	5.725	3.923	12.470	30.269	–	–	–	–	
Cinco anos após	3.364	6.064	5.725	3.923	12.470	–	–	–	–	–	
Seis anos após	3.364	6.884	5.775	3.923	–	–	–	–	–	–	
Sete anos após	3.364	6.884	5.775	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos após	3.639	6.884	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos após	3.639	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Pagamentos em 31.12.2025	**3.639**	**6.884**	**5.775**	**3.923**	**12.470**	**30.269**	**18.106**	**24.554**	**29.440**	**23.362**	**158.422**
PSL em 31.12.2025	**–**	**–**	**–**	**239**	**433**	**4.479**	**2.184**	**3.937**	**2.148**	**12.109**	**25.529**
Passivos de sinistros anteriores a 2016											**1.140**
Total do Passivo em 31.12.2025											**26.669**

continua →★

AXA no Brasil

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. INTANGÍVEL

De acordo com o CPC 04 (Ativo intangível), a vida útil de cada item do ativo deve ser revisado ao final de cada exercicio e caso a vida útil prevista seja diferente de estimativas anteriores, o prazo de amortização deve ser devidamente alterado para refletir a melhor estimativa contábil. A Seguradora analisa anualmente a projeção de vida útil do ativo intangível e com base no histórico da parceria do acordo de exclusividade ao longo de 9 anos, se fez necessário a mudança de estimativa contábil de forma prospectiva a partir do período de janeiro de 2025, a amortização desse acordo foi contabilizada de forma linear desde o início da operação em 2016 até o final do exercício de 2024 considerando-se o prazo total do contrato de 15 anos, totalizando uma amortização acumulada em dezembro de 2024 de R$ 88.170 conforme demonstrado nos quadros a seguir. Com base no novo estudo a nova estimativa de vida útil do acordo de exclusividade passou a ser de 17 (dezessete) anos, conforme cláusula previsto em contrato que permite que seja automaticamente estendido por mais 2 (anos) anos no caso de não atingimento da meta de produção total, sendo assim a partir de janeiro de 2025 a Seguradora passou a utilizar o método de amortização com base nos prêmios emitidos mensalmente líquidos de cancelamentos e restituições versus a meta de produção descrita em contrato, utilizando essa nova estimativa contábil o montante amortizado no exercício de 2025 foi de R$ 5.169 (R$ 15.710 em dezembro de 2024) demonstrando de forma mais adequada a amortização desse item do ativo intangível.

(a) Composição:

	Taxas anuais amortização %	Custo	Amortização acumulada	2025 Líquido	2024 Líquido
Software	20	11.002	(10.880)	122	219
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	127.915	(68.277)	59.638	38.434
Acordo de Exclusividade (i)		200.761	(93.339)	107.422	112.591
Outros Intangíveis	20	16.452	(2.450)	14.002	25.311
Ágio na Transferência Carteira	20	2.056	(2.056)	–	63
		358.186	**(177.002)**	**181.184**	**176.618**

(i) Acordo de exclusividade na distribuição de seguros celebrado em setembro de 2016 com vigência total de quinze anos, podendo ser prorrogado automaticamente por mais dois anos ou até atingimento dos valores de prêmio emitido previstos em contrato, o que ocorrer primeiro, a partir do início das vendas.

(b) Movimentação do custo:

	Taxas anuais depreciação %	2024	Aquisições	Baixas	Transferências	2025
Software	20	11.002	–	–	–	11.002
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	89.691	–	–	38.224	127.915
Acordo de Exclusividade		200.761	–	–	–	200.761
Outros Intangíveis	20	27.359	29.136	(1.819)	(38.224)	16.452
Ágio na Transferência Carteira	20	2.056	–	–	–	2.056
		330.869	**29.136**	**(1.819)**	**–**	**358.186**

	Taxas anuais depreciação %	2023	Aquisições	Baixas	Transferências	2024
Softwares	20	10.971	31	–	–	11.002
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	79.068	–	(92)	10.715	89.691
Acordo de Exclusividade		200.761	–	–	–	200.761
Outros Intangíveis	20	10.715	27.267	92	(10.715)	27.359
Ágio na Transferência Carteira	20	2.056	–	–	–	2.056
		303.571	**27.298**	**–**	**–**	**330.869**

(c) Movimentação da amortização:

	Taxas anuais depreciação %	2024	Amortizações	Baixas	Transferências	2025
Software	20	10.783	97	–	–	10.880
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	51.257	17.022	(2)	–	68.277
Acordo de Exclusividade		88.170	5.169	–	–	93.339
Outros Intangíveis	20	2.047	403	–	–	2.450
Ágio na Transferência Carteira	20	1.994	62	–	–	2.056
		154.251	**22.753**	**(2)**	**–**	**177.002**

	Taxas anuais depreciação %	2023	Amortizações	Baixas	Transferências	2024
Software	20	10.625	158	–	–	10.783
Projetos de Sistemas em Desenvolvimento	20	37.916	13.344	(3)	–	51.257
Acordo de Exclusividade*		72.460	15.710	–	–	88.170
Outros Intangíveis	20	1.644	403	–	–	2.047
Ágio na Transferência Carteira	20	1.314	680	–	–	1.994
		123.959	**30.295**	**(3)**	**–**	**154.251**

* Conforme mencionado, após atualização com base no histórico da parceira do acordo de exclusividade, a nova vida útil do ativo intangível passa a ser de 17 (dezessete) anos com base no contrato firmado entre as partes.

17. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

Composição por ramo:

Danos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Outras Provisões	2025 Total
Compreensivo residencial	82	112	387	264	14	18	–	877
Compreensivo condomínio	18.345	119	11.028	1.375	128	702	13	31.710
Compreensivo empresarial	36.239	2.378	34.620	5.351	344	628	491	80.051
Lucros cessantes	15.625	13.849	463.398	6.399	268	881	166	500.586
Riscos de engenharia	134.135	11.835	50.861	4.130	1.185	3.264	676	206.086
Riscos diversos	4.038	1.904	1.292	435	113	103	637	8.522
Garantia est./ext. gar - bens em geral	83.382	530	891	225	84	125	316	85.553
Riscos nomeados e operacionais	184.897	43.678	447.322	24.375	4.871	4.551	1.288	710.982
R.C. Administradores e diretores D&O	14.270	2.117	21.913	1.192	366	188	319	40.365
R.C. Riscos ambientais	2.505	788	83	15	–	2	1	3.394
Compreensivo riscos cibernéticos	7.892	314	388	321	5	–	–	8.920
R.C. Geral	81.736	17.628	231.292	25.048	4.638	4.629	187	365.158
R.C. Profissional	40.882	3.628	24.976	2.183	576	427	55	72.727
Acidentes pessoais passageiros - APP	514	4	–	–	–	–	3	521
Carta verde	136	–	–	–	–	–	2	138
Automóvel - Casco	20.863	252	4.202	1.011	22	83	260	26.693
Assistência e outras cobert. - auto	7.200	22	–	–	–	–	68	7.290
R.C. facultativa veículos - RCFV	9.694	88	2.191	527	7	35	84	12.626
Transporte nacional	31.748	8.387	6.922	2.556	191	473	49	50.326
Transporte internacional	11.745	3.250	180.417	4.381	17.354	5.088	242	222.477
R.C. Transp. carga viag. int. - RCTR-VI-C	2.335	465	2.024	64	47	81	102	5.118
R.C.Viag. int. pessoas - Carta azul	3.267	214	1.350	24	16	29	34	4.934
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	16	108	1	1	1	–	127
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	13.554	2.728	6.913	32	352	251	219	24.049
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	11.312	1.531	3.668	75	335	192	44	17.157
R.C. Transp. aquaviário carga-RCA-C	13	22	–	–	–	–	–	35
R.C. Oper do Transporte Multimodal - RCOTMC	744	1.262	8.638	5.245	232	775	–	16.896
Garantia segurado - Setor público	93.788	1.816	12.658	1.428	1.507	388	120	111.705
Garantia segurado - Setor privado	14.497	544	1.872	381	795	103	–	18.192
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	–	–	–	584	–	–	–	584
Seguro agrícola	12.990	–	3.898	–	76	–	57	17.021
Seguro benf. e prod. agropecuários	19.603	313	5.029	1.559	145	154	28	26.831
Penhor rural	24.884	627	4.566	1.776	72	181	77	32.183
Compreensivo para operadores portuários	14.291	853	15.516	949	246	324	–	32.179
Marítimos (Casco)	79.926	5.530	159.720	8.190	1.377	613	831	256.187
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	5.999	579	1.482	1.321	81	1.232	2	10.696
Aeronáuticos (cascos)	43.197	4.459	9.960	954	152	889	126	59.737
Resp. civil hangar	4.749	841	5.819	763	260	711	59	13.202
Resp. explor. ou transp. aéreo - RETA	859	106	239	3	10	3	1	1.221
Microseguros de danos	43	1.251	40	68	2	10	1	1.415
Petróleo - Riscos de petróleo	356	–	–	–	–	–	–	356
Total - danos	**1.052.335**	**134.040**	**1.725.683**	**103.205**	**35.872**	**27.134**	**6.558**	**3.084.827**
Pessoas								
Funeral (coletivo)	28	–	48	–	5	–	–	81
Viagem (coletivo)	–	288	846	177	9	10	–	1.330
Prestamista (coletivo)	2.445	31	283	632	24	4	–	3.419
Acidentes pessoais	22	–	2	2	–	1	–	27
Doenças graves ou doença terminal	129	–	–	–	–	–	–	129
Vida em grupo	2.973	333	5.896	2.224	413	1.166	4	13.009
Funeral	1	73	15	29	–	–	1	119
Viagem (individual)	397	1.722	4.339	2.787	150	165	196	9.756
Prestamista (individual)	127.944	4.300	660	1.961	18	13	123	135.019
Acidentes pessoais	15	–	–	–	–	–	1	16
Desemprego/Perda de renda	1.507	329	11	74	–	–	114	2.035
Vida	78	–	2	–	–	–	4	84
Microseguros de Pessoas	2.039	2.524	43	24	1	3	84	4.718
Total - pessoas	**137.578**	**9.600**	**12.145**	**7.910**	**620**	**1.362**	**527**	**169.742**
Total	**1.189.913**	**143.640**	**1.737.828**	**111.115**	**36.492**	**28.496**	**7.085**	**3.254.569**
Circulante	**947.136**	**126.612**	**1.458.663**	**100.569**	**12.816**	**24.359**	**7.085**	**2.677.240**
Não circulante	**242.777**	**17.028**	**279.165**	**10.546**	**23.676**	**4.137**	**–**	**577.329**

Danos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	2024 Total
Compreensivo residencial	58	173	282	143	16	9	681
Compreensivo condomínio	10.971	118	2.901	1.261	106	589	15.946
Compreensivo empresarial	26.626	2.631	38.478	13.912	503	1.695	83.845
Lucros cessantes	23.285	13.765	432.285	2.733	135	722	472.925
Riscos de engenharia	112.452	8.784	84.716	5.046	2.160	3.568	216.726
Riscos diversos	20.689	2.372	4.476	320	142	60	28.059
Garantia est./ext. gar - bens em geral	74.247	24	733	226	59	125	75.414
Riscos nomeados e operacionais	167.610	43.522	701.610	16.973	5.708	5.280	940.703
R.C. Administradores e diretores D&O	16.084	1.858	19.392	1.497	339	316	39.486
R.C. Riscos ambientais	1.752	785	365	32	–	7	2.941
Compreensivo riscos cibernéticos	3.760	286	837	34	36	7	4.960
R.C. Geral	80.211	17.876	236.549	38.185	4.561	7.095	384.477
R.C. Profissional	32.949	3.150	37.217	2.923	561	699	77.499
Acidentes pessoais passageiros - APP	293	4	–	1	–	–	298
Carta verde	48	–	–	–	–	–	48
Automóvel - Casco	10.103	272	2.006	853	16	74	13.324
Assistência e outras cobert. - Auto	2.867	24	–	–	–	–	2.891
R.C. facultativa veículos - RCFV	4.100	96	704	256	3	28	5.187
Transporte nacional	22.724	7.570	7.982	2.886	300	744	42.206
Transporte internacional	11.724	2.940	153.953	5.586	14.369	4.224	192.796
R.C. Transp. carga viag. int. - RCTR-VI-C	1.999	427	1.484	55	58	62	4.085
R.C.Viag. int. pessoas - Carta azul	3.500	196	2.390	29	21	33	6.169
R.C. Transp. aéreo carga - RCTA-C	–	15	47	–	–	1	63
R.C. Transp. rodoviário carga - RCTR-C	13.389	2.506	13.533	199	513	224	30.364
R.C. Transp. desvio de carga - RCF-DC	9.811	1.407	7.824	168	608	189	20.007
R.C. Transp. aqua carga-RCA-C	50	20	–	–	–	–	70
R.C. Oper. do transp. multimodal - RCOTMC	1.306	1.131	5.220	1.510	20	348	9.535
Garantia segurado - Setor público	100.405	1.850	11.150	3.392	1.384	817	118.998
Garantia segurado - Setor privado	20.430	555	5.717	1.846	488	445	29.481
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	721	–	–	169	–	–	890
Seguro benf. e prod. agropecuários	18.218	322	7.082	1.521	126	168	27.437
Penhor rural	30.520	644	7.305	2.388	125	226	41.208
Compreensivo para operadores portuários	9.371	699	3.392	951	254	317	14.984
Marítimos (Casco)	59.799	4.432	46.748	6.309	899	1.384	119.571
R.C. Facult. para aeronaves -RCF	6.041	615	7.210	1.199	80	1.118	16.263
Aeronáuticos (cascos)	42.389	4.732	11.130	852	271	794	60.168
Resp. civil hangar	5.738	892	6.650	687	193	640	14.800
Resp. explor. ou transp. aéreo - RETA	714	112	259	40	12	37	1.174
Microseguros de danos	38	1.480	52	38	2	5	1.615
Petróleo - Riscos de petróleo	390	–	–	–	–	–	390
Total - danos	**947.382**	**128.285**	**1.861.679**	**114.220**	**34.068**	**32.050**	**3.117.684**
Pessoas							
Funeral (coletivo)	5	–	35	–	–	–	40
Viagem (coletivo)	–	305	394	323	7	20	1.049
Prestamista (coletivo)	79	30	147	104	10	5	375
Acidentes pessoais	18	–	7	8	1	5	39
Vida em grupo	3.048	708	9.553	1.958	709	2.092	18.068
Funeral	3	156	12	43	–	–	214
Viagem (individual)	5.192	1.815	17.534	7.156	101	433	32.231
Prestamista (individual)	6.324	4.149	301	348	16	2	11.140
Desemprego/Perda de renda	5.534	317	36	27	–	–	5.914
Microseguros de pessoas	2.734	2.987	16	14	1	2	5.754
Total - pessoas	**22.937**	**10.467**	**28.035**	**9.981**	**845**	**2.559**	**74.824**
Total	**970.319**	**138.752**	**1.889.714**	**124.201**	**34.913**	**34.609**	**3.192.508**
Circulante	**786.803**	**128.025**	**1.597.617**	**114.094**	**13.504**	**31.171**	**2.671.214**
Não circulante	**183.516**	**10.727**	**292.097**	**10.107**	**21.409**	**3.438**	**521.294**

17.1 Movimentação das Provisões Técnicas:

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	Outras Provisões	2025 Total
Saldo no início do período	**970.319**	**138.752**	**1.889.714**	**124.201**	**34.913**	**34.609**	**–**	**3.192.508**
Constituição decorrentes de prêmios	3.310.422	–	–	–	–	–	–	3.310.422
Prêmios cancelados e/ou restituídos	(855.614)	–	–	–	–	–	–	(855.614)
Prêmios cedidos em cosseguro	(163.092)	–	–	–	–	–	–	(163.092)
Diferimento pelo risco decorrido	(2.072.122)	–	–	–	–	–	–	(2.072.122)
Aviso de sinistros	–	–	419.434	–	7.253	–	–	426.687
Ajuste de estimativa de sinistro	–	–	587.876	–	61.058	–	–	648.934
Cancelamentos de sinistros	–	–	(38.293)	–	(265)	–	–	(38.558)
Sinistros cosseguro cedido	–	–	(7.888)	–	(96)	–	–	(7.984)
Pagamento de sinistro	–	–	(1.139.801)	–	(66.389)	–	–	(1.206.190)
Oscilação cambial	–	–	18.892	–	18	–	–	18.910
Outras constituições	–	2.774.014	1.284.690	1.796.049	–	413.759	40.652	6.309.164
Outras reversões	–	(2.769.126)	(1.276.796)	(1.809.135)	–	(419.872)	(33.567)	(6.308.496)
Saldo no final do período	**1.189.913**	**143.640**	**1.737.828**	**111.115**	**36.492**	**28.496**	**7.085**	**3.254.569**

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de prêmios não ganhos RVNE	Provisão de sinistros a liquidar	Provisão de IBNR	Provisão de PDR	Provisão de PDR (IBNR)	2024 Total
Saldo no início do período	**809.728**	**134.044**	**886.239**	**115.341**	**32.274**	**37.169**	**2.014.795**
Constituição decorrentes de prêmios	2.516.988	–	–	–	–	–	2.516.988
Prêmios cancelados e/ou restituídos	(500.087)	–	–	–	–	–	(500.087)
Prêmios cedidos em cosseguro	(139.322)	–	–	–	–	–	(139.322)
Diferimento pelo risco decorrido	(1.716.988)	–	–	–	–	–	(1.716.988)
Aviso de sinistros	–	–	455.702	–	177.590	–	633.292
Ajuste de estimativa de sinistro	–	–	1.336.928	–	(115.812)	–	1.221.116
Cancelamentos de sinistros	–	–	(84.752)	–	(245)	–	(84.997)
Sinistros cosseguro cedido	–	–	(8.738)	–	(120)	–	(8.858)
Pagamento de sinistro	–	–	(837.960)	–	(58.850)	–	(896.810)
Oscilação cambial	–	–	147.105	–	76	–	147.181
Outras constituições	–	1.662.533	1.085.265	1.455.556	–	461.333	4.664.687
Outras reversões	–	(1.657.825)	(1.090.075)	(1.446.696)	–	(463.893)	(4.658.489)
Saldo no final do período	**970.319**	**138.752**	**1.889.714**	**124.201**	**34.913**	**34.609**	**3.192.508**

17.2 Tabela de desenvolvimento dos sinistros ocorridos: A tabela abaixo demonstra a atual estimativa dos sinistros ocorridos (excluindo DPVAT e IBNER) e as despesas relacionadas comparada com as correspondentes estimativas de anos anteriores:

Bruto de resseguro:

		Período de aviso do sinistro									
		201612	201712	201812	201912	202012	202112	202212	202312	202412	202512
No ano do aviso		417.613	590.047	766.097	553.884	502.897	663.674	987.974	606.480	1.764.720	967.528
Um ano após o aviso		416.180	711.633	886.635	603.534	547.453	722.419	970.873	638.503	1.821.576	–
Dois anos após o aviso		428.915	716.080	899.282	625.189	554.860	715.233	986.900	665.729	–	–
Três anos após o aviso		440.419	736.138	909.678	620.815	572.870	737.987	975.244	–	–	–
Quatro anos após o aviso		441.307	762.229	912.837	618.376	584.690	728.131	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso		445.814	760.223	914.813	620.814	588.121	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso		446.256	763.186	922.596	618.046	–	–	–	–	–	–
Sete anos após o aviso		445.785	750.220	920.230	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após o aviso		449.505	749.412	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após o aviso		449.563	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	Total	**201612**	**201712**	**201812**	**201912**	**202012**	**202112**	**202212**	**202312**	**202412**	**202512**
Incorridos	**8.483.580**	449.563	749.412	920.230	618.046	588.121	728.131	975.244	665.729	1.821.576	967.528
(–) Pagos	**7.046.274**	440.697	729.289	913.192	599.730	548.872	702.299	925.915	621.995	1.057.382	506.903
Anterior a 2015	**246.478**										
Provisões de sinistros	**230.148**										
Total da PSL	**1.683.784**	8.866	20.123	7.038	18.316	39.249	25.832	49.329	43.734	764.194	460.625
Total provisões de sinistros	**1.913.932**										

Líquido de resseguro:

		Período de aviso do sinistro									
		201612	201712	201812	201912	202012	202112	202212	202312	202412	202512
No ano do aviso		389.241	407.488	343.356	314.192	256.708	258.302	323.052	335.338	509.413	503.940
Um ano após o aviso		313.305	453.357	342.376	341.909	281.767	279.297	343.109	357.856	547.158	–
Dois anos após o aviso		320.855	455.075	344.800	352.010	284.690	289.447	352.047	369.857	–	–
Três anos após o aviso		325.003	456.937	349.182	356.434	290.837	297.652	351.275	–	–	–
Quatro anos após o aviso		324.256	464.179	352.779	354.645	290.473	296.026	–	–	–	–
Cinco anos após o aviso		330.011	464.169	354.485	355.760	286.929	–	–	–	–	–
Seis anos após o aviso		330.605	464.078	353.674	354.251	–	–	–	–	–	–
Sete anos após o aviso		329.770	460.972	352.777	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após o aviso		332.844	460.175	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após o aviso		329.984	–	–	–	–	–	–	–	–	–
dez anos após o aviso		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	Total	**201612**	**201712**	**201812**	**201912**	**202012**	**202112**	**202212**	**202312**	**202412**	**202512**
Incorridos	**3.852.372**	329.984	460.175	352.777	354.251	286.929	296.026	351.275	369.857	547.158	503.940
(–) Pagos	**3.530.865**	327.856	451.883	348.749	345.556	274.521	279.224	333.612	344.393	496.953	328.118
Anterior a 2015	**26.398**										
Provisões de sinistros	**103.793**										
Total da PSL	**347.905**	2.128	8.292	4.028	8.695	12.408	16.802	17.663	25.464	50.205	175.822
Total provisões de sinistros	**451.698**										

continua

→★ continuação

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de Resseguro - Nota 6(d-I): R$ 26.669; (–) Recuperação de Sinistros a Liquidar - Nota 6(b-I): R$ 2.530; Provisão de Sinistros a Liquidar líquida de resseguro: R$ 24.139.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
									Estimativas de Sinistros		
No ano do aviso	1.146	3.857	2.965	3.564	8.274	28.038	19.611	26.009	30.298	33.463	
Um ano após	1.189	3.649	2.829	2.563	7.354	28.250	14.905	23.804	29.005	–	
Dois anos após	1.139	3.693	2.993	2.786	7.660	29.023	16.385	26.022	–	–	
Três anos após	1.136	3.693	3.046	2.838	7.485	28.884	17.943	–	–	–	
Quatro anos após	1.136	3.899	3.089	2.594	7.775	28.910	–	–	–	–	
Cinco anos após	1.136	3.953	3.104	2.655	7.729	–	–	–	–	–	
Seis anos após	1.136	3.844	2.840	2.664	–	–	–	–	–	–	
Sete anos após	1.136	3.835	2.840	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos após	1.410	3.835	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos após	1.410	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Estimativas em 31.12.2025	**1.410**	**3.835**	**2.840**	**2.664**	**7.729**	**28.910**	**17.943**	**26.022**	**29.005**	**33.463**	**153.821**
									Pagamentos de Sinistros		
No ano do aviso	770	1.738	2.539	1.880	5.630	17.144	8.929	16.777	22.900	22.991	
Um ano após	1.093	3.546	2.765	2.482	6.399	23.424	14.304	21.440	26.878	–	
Dois anos após	1.093	3.583	2.785	2.498	6.403	24.223	14.727	22.084	–	–	
Três anos após	1.135	3.583	2.790	2.498	7.488	24.548	15.759	–	–	–	
Quatro anos após	1.135	3.583	2.790	2.501	7.488	24.785	–	–	–	–	
Cinco anos após	1.135	3.583	2.790	2.546	7.488	–	–	–	–	–	
Seis anos após	1.135	3.835	2.840	2.546	–	–	–	–	–	–	
Sete anos após	1.135	3.835	2.840	–	–	–	–	–	–	–	
Oito anos após	1.410	3.835	–	–	–	–	–	–	–	–	
Nove anos após	1.410	–	–	–	–	–	–	–	–	–	
Pagamentos em 31.12.2025	**1.410**	**3.835**	**2.840**	**2.546**	**7.488**	**24.785**	**15.759**	**22.084**	**26.878**	**22.991**	**130.616**
PSL em 31.12.2025	**–**	**–**	**–**	**118**	**241**	**4.125**	**2.184**	**3.938**	**2.127**	**10.472**	**23.205**
Passivos de sinistros anteriores a 2016											**934**
Total do Passivo em 31.12.2025											**24.139**

Premissas atuariais [1] [2]	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31.12.2025 Bruta de Resseguros	Resseguros	Líquida de Resseguros
Aumento de 5% em sinistros a liquidar	(800)	76	(724)
Aumento de 5% em provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(253)	12	(241)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(42)	2	(40)
Redução de 5% em sinistros a liquidar	800	(76)	724
Aumento de 5% em provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	253	(12)	241
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	42	(2)	40

[1] Os montantes apresentados referem-se a impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquidos de impostos. [2] A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR).

II. Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

	2025						2024
Ramo de atuação	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Total	Total
Prestamista	299.410	53.520	30.077	40.505	18.187	441.699	437.431
Acidentes pessoais	40.431	21.414	13.212	10.218	5.374	90.649	79.962
Vida em grupo	37.914	14.451	9.115	7.179	3.395	72.054	64.425
Demais ramos	5.428	6.015	7.161	2.954	2.425	23.983	7.699
Total em 2025 [1]	**383.183**	**95.400**	**59.565**	**60.856**	**29.381**	**628.385**	**589.517**
Total em 2024 [1]	**373.105**	**89.615**	**49.105**	**51.826**	**25.866**	**589.517**	

[1] A concentração de riscos não contempla riscos vigentes e não emitidos que totalizam R$ (476) (R$ 12.756 em 2024). As operações de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a variação nas provisões técnicas, conforme demonstrado abaixo:

Premissas atuariais [1] [2]	31.12.2025
Redução na taxa de juros em 5%	(125)
Redução na mortalidade em 5%	(9)
Aumento na conversão em 5%	(29)
Aumento na taxa de juros em 5%	125
Aumento na mortalidade em 5%	9
Redução na conversão em 5%	29

[1] Os montantes apresentados referem-se aos impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquidos de impostos. [2] A variação da inflação está contida no estudo técnico do Teste de Adequação do Passivo - TAP. Em função das características da carteira e dos atuais planos comercializados, a variável inflação foi considerada de baixa materialidade. Seguem abaixo os principais segmentos dos planos PGBL/VGBL operados pela Companhia:

Plano	Tipo	Composição	Bases Técnicas
Renda Fixa	PGBL/VGBL	100% renda fixa	Tábua Mortalidade BREMS M/F Taxa de Juros 0%
Balanceado	PGBL/VGBL	Até 20% em renda variável	
Multimercado	PGBL/VGBL	Até 49%, ou 70%, ou 100% em renda variável	
Ações	PGBL/VGBL	Até 100% em renda variável	

III. Limites de retenção: Os limites máximos individuais de retenção em 31.12.2025, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de Seguro	Limite de Retenção (R$ mil)
Prestamista	5.000
Acidentes Pessoais	4.000
Vida em Grupo	4.000
Seguro de Vida Produtor Rural	5.000

d) Risco Operacional: Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas da Companhia e nos Comitês específicos. Dessa definição estão excluídos os riscos reputacional ou de imagem e o estratégico ou de negócios. A área de Risco Operacional é uma unidade de controle (UC) independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. É responsável pela identificação e monitoramento de riscos operacionais e avaliação da necessidade de controle e mitigação, bem como pela elaboração, disseminação e manutenção da política de Risco Operacional. É, também, responsável por atender as exigências emanadas da Resolução CNSP 416/2021 que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos e a Circular SUSEP n° 648/2021 no que tange o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e a definição do Risco Operacional. A gestão do Risco Operacional é realizada pela empresa líder do Conglomerado, sendo esta também responsável pela definição e acompanhamento de indicadores para o apetite ao Risco Operacional, bem como cálculo do capital econômico em cenários base e estresse, que contemplam a Companhia. **e) Risco de Liquidez:** Define-se como risco de liquidez a possibilidade das supervisionadas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. A Companinha gerencia seu risco de liquidez em linha com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNSP nº 416/2021. **f) Risco Cibernético:** Define-se como risco cibernético a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados e informações em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos e sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão.

14. EXIGÊNCIA DE CAPITAL: Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que estão sujeitas, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR): (a) O Capital base exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R$ 15.000. (b) O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP 432/2021. Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	31.12.2025	31.12.2024
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**402.936**	**468.860**
Nível 1	329.202	398.888
Nível 2	124.937	125.366
Nível 3	9.356	4.846
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e 3	(60.559)	(60.240)
• Patrimônio Líquido	341.713	405.158
• Ajustes contábeis	(3.155)	(1.424)
(–) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(1.802)	(350)
(–) Ativo intangível	(1.353)	(1.074)
• Ajustes associados à variação dos valores econômicos	124.937	125.366
(+) Superávit relativo aos prêmios/contribuições não registrados	–	420
(+) Superávit relativo aos prêmios/contribuições registrados	124.937	124.946
• Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de Nível 3	(60.559)	(60.240)
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre A e B	**147.467**	**139.946**
• Capital base (A)	15.000	15.000
• Capital de risco (B)	147.467	139.946
– de subscrição	111.092	111.969
– de risco de crédito	15.303	6.597
– de risco operacional	26.519	22.865
– de risco de mercado	5.163	5.958
– benefício da diversificação	(10.610)	(7.443)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	**255.469**	**328.914**

15. PARTES RELACIONADAS: a) Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 31.03.2025, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R$ 10.000 (R$ 2.500 em 2024).

	2025	2024
Remuneração Administração	(7.718)	(1.741)

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Pessoal	(25.053)	(11.551)
Serviços de terceiros	(6.933)	(7.014)
Localização e funcionamento	(672)	(673)
Contingências cíveis e trabalhista	(2.290)	480
Doações	(14.840)	(13.186)
Outras	(335)	(348)
Total	**(50.123)**	**(32.292)**

9. CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Dividendos a pagar - Nota 12 (b)	101.470	22.950
Participação nos lucros a pagar	14.107	4.434
Contas a pagar	38	1.435
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	93	120
Total	**115.708**	**28.939**

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES: a) Ativos Contingentes: Não há ativos contingentes a serem divulgados. **b) Passivos Contingentes - Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias**

	01.01 a 31.12.2025				01.01 a 31.12.2024
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias	Total	Total
Saldo no início do período	**48**	**383**	**23**	**454**	**1.417**
Atualização/Encargos	–	25	2	27	42
Movimentação do período refletida no Resultado	432	1.833	–	2.265	(935)
Constituição/(Reversão)	432	1.833	–	2.265	(352)
Reversão por êxito	–	–	–	–	(583)
Pagamento	(335)	(1.862)	–	(2.197)	(70)
Saldo no final do período	**145**	**379**	**25**	**549**	**454**
Depósitos em Garantia de Recursos - 31.12.2025	**5**	**461**	**–**	**466**	
Depósitos em Garantia de Recursos - 31.12.2024	**53**	**70**	**–**	**123**	

Em 31.12.2025 o valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecidos, é de R$ 1.551 (R$ 1.513 em 31.12.2024). Não há passivos contingentes trabalhistas e fiscais classificados como perda possível. Os depósitos judiciais vinculados às contingências estão registrados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais" e montam R$ 466 (R$ 123 em 31.12.2024).

11. TRIBUTOS: a) Composição das despesas com impostos e contribuições:

I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**408.549**	**405.178**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) - Nota 3(o)	(163.420)	(162.071)
(Inclusões)/Exclusões Permanentes	**50.803**	**14.343**
Juros sobre capital próprio	47.751	10.800
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas e outros	3.052	3.543
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(112.617)**	**(147.728)**

II. Despesas com tributos

	2025	2024
PIS/COFINS	(28.754)	(25.995)
Contingências fiscais	(2)	464
Despesas com taxas de fiscalização	(3.497)	(4.991)
Total	**(32.253)**	**(30.522)**

b) Créditos tributários e previdenciários

I. Composição dos saldos

	31.12.2025	31.12.2024
Impostos a compensar	42.311	6.464
Créditos tributários de diferenças temporárias [1]	9.355	4.846
Total	**51.666**	**11.310**

[1] Representados substancialmente por risco de crédito de operações de seguros no montante de R$ 3.773 (R$ 2.442 em 31.12.2024).

II. Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2035	Total [1]
Créditos tributários	5.609	1.836	1.836	50	23	1	**9.355**

[1] Ajuste a valor presente de R$ 8.375, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

III. Movimentação das diferenças temporárias e tributos diferidos e sobre o prejuízo fiscal e base negativa

	Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Saldo no final do período
Provisão para riscos de crédito	2.442	1.331	3.773
Provisão para contingências	174	38	212
Outros	2.230	3.140	5.370
Total 31.12.2025	**4.846**	**4.509**	**9.355**
Total 31.12.2024	**5.365**	**(519)**	**4.846**

c) Impostos e encargos sociais a recolher

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto retido na fonte	10.998	10.174
ISS retido	369	354
IOF	1.699	483
Contribuições previdenciárias e outras	254	151
Total	**13.320**	**11.162**

d) Impostos e contribuições a pagar

	31.12.2025	31.12.2024
IRPJ e CSLL	–	2.513
Pis e Cofins correntes	2.502	2.680
IRRF sobre JCP a Pagar	17.907	4.050
Total	**20.409**	**9.243**

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: O Capital social no montante de R$ 222.435 (R$ 222.435 em 31.12.2024) estão representados por 3.529.110.900 (3.529.110.900 em 31.12.2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31.12.2025	
Acionistas	**Quantidade**	**%**
Banco Safra S.A.	3.529.109.595	99,00%
Elong Administração e Representações Ltda.	1.305	1,00%
Total	**3.529.110.900**	**100,00%**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28.03.2024 foi aprovado o aumento do capital social no valor de R$ 75.000 sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta Reserva de Lucros. O referido aumento de capital foi homologado pela Susep em 29.07.2024 conforme Portaria CGRAJ/Susep 2118. **b) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 0,1% do lucro líquido do exercício, após as destinações legais e estatutárias. Em Reunião da Diretoria realizada em 09.09.2024, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 270.000, sendo R$ 192.000 a débito da conta de Reserva Especial de Lucros e R$ 78.000 em razão dos lucros acumulados no exercício de 2024. Em Reunião da Diretoria realizada em 31.12.2024, foi declarado juros sobre o capital aos acionistas no montante de R$ 27.000 (R$ 22.950 líquido do IR), registrados em "Obrigações a pagar", e pagos em 2025. Em Reunião da Diretoria realizada em 21.02.2025, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 100.000 a débito da conta de Reserva Especial. Em Reunião da Diretoria realizada em 27.03.2025, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 40.000 a débito da conta de Reserva Especial. Em Reunião da Diretoria realizada em 18.07.2025, foi declarado e pago dividendos aos acionistas no montante de R$ 100.000 referente ao lucro líquido da Companhia, referente ao exercício de 2025. Em Reunião da Diretoria realizada em 26.12.2025, foi declarado juros sobre o capital aos acionistas no montante de R$ 24.894 (R$ 21.160 líquido do IR), e pagos em 31.01.2026. Em Reunião da Diretoria realizada em 30.12.2025, foi declarado juros sobre o capital aos acionistas no montante de R$ 94.483 (R$ 80.310 líquido do IR), e pagos em 31.01.2026.

c) Reserva de lucros

	31.12.2025	31.12.2024
Reservas de lucros	**119.278**	**182.723**
Legal	44.488	42.360
Especial [1]	74.790	140.363

[1] Reserva constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, e/ou expansão de suas atividades. O saldo de referida reserva está limitado a 95% do capital social. Eventual necessidade de reenquadramento é realizado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

13. GESTÃO DE RISCOS: A Safra Vida e Previdência S.A. mantém em conformidade com a estrutura do seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de políticas, normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposto, além de controles internos que asseguram o cumprimento das políticas estabelecidas. A Companhia concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de crédito, mercado, subscrição, operacional e liquidez em cada área de risco, respectivamente, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. A Resolução CNSP nº 388/2020 e alterações posteriores dividiu as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) em quatro segmentos, de acordo com o grupo em que pertence e valores de prêmios e provisões técnicas, sendo a Safra Vida e Previdência classificada com S2. A Resolução CNSP 416/2021 e alterações posteriores dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos, incluindo a Gestão do Risco de Liquidez como disciplina obrigatória. Ademais, a circular SUSEP nº 638/2021 e alterações posteriores definiu os requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas supervisionadas, estabelecendo as diretrizes para o risco de segurança cibernética. Para assegurar a aderência aos normativos regulatórios, a Companhia incorporou as novas definições na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e na respectiva Política de Gestão de Riscos própria. **a) Risco de Crédito:** O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras (Nota 6(a-I)). Com o intuito de manter o risco de crédito da Companhia em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos. O risco de crédito em operações com resseguradoras, discriminadas por classe, categoria de risco *(rating)* e percentual de participação de cada resseguradora em relação à exposição total, são:

Classe Ressegurador	Resseguradora	Rating	Agência	Exposição
Admitida	HANNOVER RUCK SE	A+	AM Best	14,85%
Local	IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	A-	AM Best	77,73%
Local	AUSTRAL RESSEGURADORA S.A.	A-	AM Best	7,42%
Total				**100,00%**

b) Risco de Mercado: Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Companhia. A política que rege a gestão de risco de mercado é a Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência. **c) Risco de Subscrição:** Define-se risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Companhia possui política de subscrição de riscos, em que estão descritas todas as regras para a análise e aceitação de riscos, além de diretrizes para os riscos sujeitos à análise prévia, bem como os riscos excluídos. A avaliação dos riscos envolve as atividades abaixo descritas: i. Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro; ii. Definição de política de aceitação e subscrição de riscos; iii. Criação de novos produtos; iv. Gestão de resultado de apólices e produtos; v. Acompanhamento de mercado; e vi. Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos. Os principais ramos operados pela Companhia são: Prestamista, Acidentes Pessoais, Vida em Grupo e Seguro Vida Produtor Rural. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. Suplementarmente, a Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças na expectativa de vida ou mortalidade, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia e seu resultado é refletido, se necessário, nos ajustes das provisões técnicas. O risco de crédito assumido com as resseguradoras para as quais é repassado o risco de subscrição está demonstrado na Nota 13(a). I. Análise de sensibilidade de risco de seguro: A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

continua →★

AXA no Brasil

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. PASSIVOS CONTINGENTES

Os passivos contingentes decorrem, basicamente de negativa de pagamento de indenizações oriundos de itens não cobertos em apólices e/ou discordância em relação ao valor indenizado. A Seguradora provisiona com base no valor estimado de perda para as contingências de sinistros judiciais, sendo: Provável 80% ou 100%, Possível 40% e Remota 1% ou 10%. De acordo com nosso departamento jurídico responsável pelos processos, a probabilidade de perda estava distribuída da seguinte forma.

	Quantidade de ações		Valor estimado de perda		Valor provisionado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Provável	183	246	248.453	279.949	228.086	243.099
Possível	262	309	95.459	99.279	38.184	41.476
Remota	507	548	319.970	339.012	15.836	35.755
Total	**952**	**1.103**	**663.882**	**718.240**	**282.106**	**320.330**

19. PROVISÕES JUDICIAIS

No âmbito trabalhista, a empresa possui um processo com probabilidade de perda possível, oito processos com probabilidade de perda remota e um processo com probabilidade de perda provável. Com relação aos processos cíveis , a empresa possui noventa e nove processos com probabilidade de perda remota, sessenta e três processos com probabilidade provável e cento e trinta e cinco processos com probabilidade de perda possível. Para as contingências cíveis e trabalhistas a provisão é feita somente se a probabilidade de perda for provável. Com relação aos processos ficais, a empresa possui dois processos com probabilidade de perda remota, e são provisionados na totalidade do valor da causa.

	Provisões judiciais		Depósitos judiciais	
	2025	2024	2025	2024
Trabalhistas	893	837	44	40
Cíveis	1.042	773	–	–
Fiscais	22.748	18.547	756	4.914
Total	**24.683**	**20.157**	**800**	**4.954**

Movimentações das provisões judiciais:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**837**	**773**	**18.547**	**20.157**
Constituições	470	577	6.937	**7.984**
Reversões	–	(325)	(4.748)	**(5.073)**
Pagamentos	(470)	–	–	**(470)**
Atualização monetária	56	17	2.012	**2.085**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**893**	**1.042**	**22.748**	**24.683**

20. DÉBITOS DIVERSOS

	2025	2024
Comissão em contratos de resseguro	2.056	2.164
Passivos de arrendamento	4.540	7.348
Total	**6.596**	**9.512**

O passivo de arrendamento se refere ao contrato de locação por um período de 36 meses do escritório da AXA situado em São Paulo/SP.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

21.1 Apuração do imposto de renda e contribuição social:

	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) e da participação nos resultados	75.027	84.550
(–) Participação nos resultados	(18.808)	(19.542)
Lucro (prejuízo) após participação nos Resultados (A)	**56.219**	**65.008**
Alíquota Nominal	40%	40%
IRPJ e CSLL nominal	**(22.488)**	**(26.003)**
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	8.072	1.171
Diferenças permanentes	1.983	3.030
Diferenças temporárias	(6.401)	19.070
Incentivo fiscal	843	223
Dedução IRPJ adicional 10%	24	24
Total de IR e CS Corrente do período (B)	**(17.967)**	**(2.485)**
Constituição de IRPJ e CSLL diferido sobre diferenças temporárias	9.180	(20.259)
IRPJ e CSLL utilizado sobre PF e BN	(8.072)	(1.171)
IRPJ e CSLL constituído sobre PF e BN de períodos anteriores	29.347	22.274
Total de IR e CS Diferido do período (C)	**30.455**	**844**
Alíquota efetiva ((B+C)/A)	**22%**	**(3%)**
Total imposto do período	**12.488**	**(1.641)**

21.2 Demonstração da constituição do IRPJ e CSLL Diferido: O saldo total de prejuízo fiscal e base negativa em 2025 é de R$ 333.327 e R$ 338.411 respectivamente. O saldo das diferenças temporárias em 2025 é de R$ 47.328. A seguradora reconheceu parcialmente o ativo diferido referente ao prejuízo fiscal e base negativa no valor R$ 99.709 e integralmente o ativo diferido sobre as diferenças temporárias no valor de R$ 17.054, levando em consideração a expectativa de realização demonstrada na nota 21.3.

Descrição	Total Diferido 2024	Movimentação 2025	Total Diferido 2025	Diferido Não Reconhecido 2025	Diferido Reconhecido 2025
Prejuízo fiscal	353.506	(20.179)	333.327	84.054	249.273
Base negativa	358.589	(20.179)	338.410	89.137	249.273
Diferenças temporárias	31.325	16.003	47.328	4.694	42.634
Total	**743.420**	**(24.355)**	**719.065**	**177.885**	**541.180**
IRPJ sobre prejuízo fiscal	88.376	(5.045)	83.331	21.013	62.318
CSLL sobre base negativa	53.789	(3.027)	50.762	13.371	37.391
Total IRPJ e CSLL (A)	**142.165**	**(8.072)**	**134.093**	**34.384**	**99.709**
IRPJ sobre diferenças temporárias	7.831	4.001	11.832	1.173	10.659
CSLL sobre diferenças temporárias	4.699	2.400	7.099	704	6.395
Total IRPJ e CSLL (B)	**12.530**	**6.401**	**18.931**	**1.877**	**17.054**
Total IRPJ E CSLL (C) = (A) + (B)	**154.695**	**(1.671)**	**153.024**	**36.261**	**116.763**

21.3 Expectativa de realização dos créditos tributários diferidos: Com base na expectativa de lucros futuros a seguradora espera utilizar até o fim de 2030 os seguintes valores de IRPJ e CSLL diferido:

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	Total
IRPJ Diferido	9.886	11.016	11.528	14.005	15.883	62.318
CSLL Diferido	5.932	6.610	6.917	8.403	9.529	37.391
Total	**15.818**	**17.626**	**18.445**	**22.408**	**25.412**	**99.709**

21.4 Composição dos créditos tributários e previdenciários:

	2025	2024
Imposto de Renda a Compensar	314	112
Contribuição Social a Compensar	49	40
Antecipação do IRPJ	10.160	6.920
Antecipação da CSLL	6.324	4.316
Outros créditos tributários e previdenciários	10.303	28.031
Total de Créditos tributários - circulante	**27.150**	**39.419**
Imposto de renda diferido - prejuízo fiscal	62.318	49.021
Contribuição social diferido - base negativa	37.391	29.413
Imposto de renda diferido - Ajustes Temporais	10.659	4.921
Contribuição social diferido - Ajustes Temporais	6.395	2.953
SubTotal	**116.763**	**86.308**
PIS e COFINS diferido sobre PSL e IBNR	20.116	22.705
PIS COFINS a compensar	150	150
SubTotal	**20.266**	**22.855**
Total de Créditos tributários - não circulante	**137.029**	**109.163**

21.5 Obrigações fiscais: (a) Depósitos judiciais fiscais:

Descrição	2025	2024
Tributárias:		
COFINS	–	2.579
PIS	756	2.335
Subtotal	**756**	**4.914**
Total	**756**	**4.914**

(b) Provisões judiciais fiscais:

Descrição	2025	2024
Tributárias:		
PIS	3.830	4.162
COFINS	18.918	13.825
Subtotal	**22.748**	**17.987**
Previdenciárias:		
SISTEMA S	–	560
Subtotal	**–**	**560**
Total	**22.748**	**18.547**

(c) Movimentação das provisões para ações judiciais fiscais e obrigações fiscais:

Descrição	2024	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos / Baixas	2025
Tributárias:					
PIS [1]	4.161	970	386	(1.687)	3.830
COFINS [2]	13.825	5.967	1.743	(2.618)	18.918
Subtotal	**17.987**	**6.937**	**2.129**	**(4.305)**	**22.748**
Previdenciárias:					
SISTEMA S [3]	560	–	(117)	(443)	–
Subtotal	**560**	**–**	**(117)**	**(443)**	**–**
Total	**18.547**	**6.937**	**2.012**	**(4.748)**	**22.748**

Descrição	2023	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos/ Baixas	2024
Tributárias:					
PIS [1]	3.179	710	272	–	4.161
COFINS [2]	8.544	3.930	1.350	–	13.825
Subtotal	**11.723**	**4.640**	**1.624**	**–**	**17.987**
Previdenciárias:					
SISTEMA S [3]	500	14	46	–	560
Subtotal	**500**	**14**	**46**	**–**	**560**
Total	**12.223**	**4.654**	**1.670**	**–**	**18.547**

Depósitos judiciais fiscais: Referem-se a garantias de processos judiciais fiscais do legado Sul América (AXA XL) referente à composição das bases de cálculo do PIS dos anos de 1994 e 1997 e da COFINS do ano de 2003. **Provisão para processos fiscais e discussões judiciais: COFINS (legado Sul América):** A Seguradora questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e na receita financeira livre. O patrono da causa reputa como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e possível sobre a receita financeira livre. Foi negado o seguimento ao Recurso Extraordinário interposto com base no julgamento pelo STF da Repercussão Geral no RE nº 656.089/MG, com isso a ação está em fase de execução do julgado. Os valores depositados foram transformados em pagamento definitivo da União. O processo foi baixado em 25/04/2025. **PIS (legado Sul América)** A Seguradora questiona judicialmente a legalidade da contribuição do PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta, estabelecida pelas Emendas Constitucionais nºs. 1/1994, 10/1996 e 17/1997, os valores foram depositados judicialmente e integralmente provisionados. A discussão sobre a cobrança baseado na EC 01/1994 e 10/996 transitou em julgado e os valores depositados foram transformados em pagamento definitivo da União e o processo baixado em 01/09/2025. O processo relativo a discussão da EC 17/97 está em fase de execução do julgado. **PIS/COFINS: Exclusão da receita de oscilação cambial:** A seguradora questiona judicialmente excluir da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, a receita decorrente da variação cambial atrelada às despesas, bem como compensar os pagamentos indevidos efetuados nos últimos cinco anos. A liminar foi deferida e confirmada e a segurança concedida. Os patronos da causa reputam como remota a perda da demanda, no que se refere à alegação da atual redação do artigo 195, I, "b" do Texto Constitucional, o PIS e a COFINS devem incidir sobre o faturamento, ou sobre outras receitas, não podendo, por esta razão, ter incluídos valores que na realidade configuram-se como despesas, e não como "receita", não revelando qualquer medida de riqueza relativa à hipótese de incidência destas contribuições. Foi apresentado contrarrazões ao recurso de apelação e os autos foram remetidos ao Tribunal, onde irão à conclusão com o Relator. Em 09.03.20 os autos foram remetidos ao TRF e estão aguardando julgamento. **INSS: Suspensão do Sistema S:** Mandado de Segurança impetrado em abril/2020 para limitar a base de cálculo das contribuições parafiscais a 20 salários-mínimos, com concessão de liminar parcial. O processo foi sobrestado em fevereiro de 2021 em razão do Tema 1079 do STJ. Após o julgamento do tema, o sobrestamento foi levantado em janeiro de 2025, sendo proferida sentença que denegou a segurança e cassou a liminar, preservando apenas a suspensão da exigibilidade das contribuições ao SENAC, SESC, SENAI e SESI no período de 16/04/2020 a 02/05/2024, conforme modulação definida pelo STJ. A empresa interpôs apelação quanto à contribuição ao INCRA. A União não recorreu. O recurso foi recebido apenas no efeito devolutivo e remetido ao Tribunal. O processo encontra-se pautado para julgamento em 05/02/2026. **21.6 Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Regras GloBE:** Conforme diretrizes estabelecidas para o exercício corrente, a seguradora realizou a apuração do Safe Harbour, aplicável às regras de top-up tax previstas no Pilar 2. A análise considerou: a) todas as pessoas jurídicas do grupo multinacional estabelecidas no Brasil; b) informações financeiras e fiscais consolidadas; Os resultados do cálculo evidenciaram que a taxa efetiva de tributação (ETR) combinada das entidades brasileiras supera o patamar mínimo de 15%. Com base nos resultados obtidos, conclui-se que: • não há exigência de top-up tax relativa às entidades localizadas no Brasil no ano calendário de 2025; • não são necessários reconhecimentos contábeis adicionais (ativos ou passivos) relacionados ao Pilar 2 nas demonstrações financeiras; • a divulgação se restringe às informações qualitativas e quantitativas necessárias para assegurar a transparência perante acionistas e usuários das demonstrações. A seguradora continuará monitorando o processo de harmonização legislativa do Pilar 2 no Brasil, eventuais alterações na regulamentação internacional emitidas pela OCDE e a manutenção da elegibilidade ao Safe Harbour nos exercícios subsequentes.

22. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	2025	2024
Fornecedores	3.748	2.593
Dividendos a pagar	72.000	51.300
Participações no lucro	20.791	19.452
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	–	118
Contas a pagar - partes relacionadas NE29	8.597	7.084
Serviço assistência	2.798	1.313
Outras contas a pagar	3.645	3.044
Total	**111.579**	**84.904**

23. ENCARGOS TRABALHISTAS

	2025	2.024
13º salário a pagar	–	–
Encargos sociais a recolher	3.265	2.973
Férias a pagar	9.229	8.732
Total	**12.494**	**11.705**

24. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
IRPJ	10.904	1.460
CSLL	7.063	1.025
COFINS	2.114	1.656
PIS	340	265
	20.421	**4.406**

25. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

São os valores de prêmios e sinistros recebidos e ainda não alocados referente emissão direta e cosseguro aceito.

	2025	2024
Emissão direta	8.565	8.376
Cosseguro aceito	12.733	13.016
Sinistros cosseguro cedido	15.533	3.183
Outros depósitos	3.441	2.514
Total	**40.272**	**27.089**
Aging	**2025**	**2024**
Até 30 dias	26.978	10.762
de 31 à 60 dias	2.566	682
de 61 a 90 dias	1.375	417
de 91 a 180 dias	2.754	2.288
de 181 a 365 dias	3.688	750
Maior que 365 dias	2.911	12.190
	40.272	**27.089**

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social está representado pelo valor de R$ 622.817 (R$ 622.817 em dezembro de 2024), totalizando pela quantidade de 8.627.833.472 ações ordinárias (8.627.833.472 em dezembro de 2024), nominativas, e sem valor nominal. A empresa reduziu o seu capital em R$ 282.401 durante o exercício de 2024. Em atendimento à Resolução CNSP Nº 432/2021, a Seguradora encontra-se adequada quanto ao capital mínimo requerido, conforme demonstrado no item (f). **(b) Reserva de capital:** A reserva de capital foi constituída no exercício de 2023 no montante de R$ 13.670 referente a diferença entre o valor pago e o valor do patrimônio líquido na aquisição da empresa AXA XL Seguros S/A. **(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, e alterações posteriores , até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social ou na existência de prejuízos acumulados. Em 2025, a Seguradora constituiu a reserva legal de R$ 3.436 equivalente a 5% do lucro do exercício . **(d) Reserva de Lucro:** A reserva de lucro é utilizada para reservar parte do lucro da empresa. Segundo a Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. No estatuto da Seguradora não é definido um percentual para constituição da reserva de lucro, no exercício de 2025 foi constituído uma reserva de lucro de R$ 1.271 com base no resultado do exercício e revertido o montante de R$ 8.000 para ser distribuído como dividendos para os acionistas referente a constituição do exercício de 2024. **(e) Dividendos:** O estatuto social da Seguradora assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Do resultado do exercício são deduzidos, antes de qualquer destinação, a reserva legal e de lucros ou prejuízos acumulados. Em 2025, a Seguradora distribuiu R$ 72.000 de dividendos, sendo R$ 64.000 referente ao lucro do exercício de 2025, dos quais R$ 52.000 foram aprovados na AGE realizada em 16 de dezembro de 2025, R$ 12.000 foram aprovados na reunião do Conselho de Adminstração realizada dia 24 de fevereiro de 2026 e R$ 8.000 referente a reversão da reserva de lucros aprovados na AGE realizada em 27 de novembro de 2025, o total dos dividendos deverão ser liquidados até dezembro de 2026, conforme decisão da AXA Seguros S.A. com o Grupo AXA. **(f) Patrimônio líquido ajustado, margem de solvência e capital mínimo requerido:** A seguradora apurou capital mínimo requerido, a partir das regras estabelecidas pela Resolução CNSP Nº 432/2021.

Descrição	2025	2024
Patrimônio líquido	629.832	606.835
Ajustes contábeis	(287.420)	(260.231)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	149.825	148.718
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível3	(25.317)	(35.059)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**466.920**	**460.263**
Patrimônio líquido ajustado nível1	300.041	303.671
Patrimônio líquido ajustado nível2	149.825	148.718
Patrimônio líquido ajustado nível3	17.054	7.874
Capital base (CB)	**8.100**	**8.100**
Capital de risco de crédito	65.077	65.911
Capital de risco de subscrição	219.316	177.760
Capital de risco operacional	13.471	12.861
Capital de risco de mercado	34.544	34.188
Benefício da diversificação	(49.284)	(47.655)
Capital de risco (CR)	**283.124**	**243.065**
Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)	**283.124**	**243.065**
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R$	183.796	217.198
Suficiência do PLA em relação ao CMR - %	65%	89%

continua

AXA no Brasil

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

(a) Prêmios ganhos:

	2025	2024
Prêmios emitidos diretos	2.010.730	1.840.767
Prêmios de cosseguro aceito de congênere	444.079	176.135
Prêmios de cosseguro cedido a congênere	(163.092)	(139.322)
Prêmios de risco vigente e não emitido	6.546	5.466
Variação das provisões técnicas	(235.754)	(152.840)
Prêmios Ganhos	**2.062.509**	**1.730.206**

(b) Sinistros ocorridos:

	2025	2024
Indenizações avisadas*	(1.029.196)	(1.764.221)
Despesas com sinistros	(71.951)	(64.541)
Salvado e Ressarcimento	40.416	54.242
Recuperação sinistros - cosseguro cedido	63.836	73.019
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	13.085	(8.860)
Provisão despesa relacionada - IBNR	6.403	2.526
Serviço de assistência	(13.495)	(11.096)
Total	**(990.902)**	**(1.718.931)**

* Em 2024, a Seguradora registrou o aviso de um sinistro no ramo 0196 no montante de R$ 817M.

(c) Custos de aquisição:

	2025	2024
Comissão sobre prêmio emitido	(288.508)	(251.200)
Comissão sobre risco vigente não emitido	(861)	98
Comissão sobre prêmio cosseguro aceito	(221.619)	(20.191)
Comissão de agenciamento	(197)	(1.307)
Recuperação de comissão de cosseguro cedido	22.327	20.089
Pró labore	(95.568)	(104.485)
Outros custos de aquisição	(19.641)	(12.583)
Variação despesa de comercialização diferida	114.799	19.611
Total	**(489.268)**	**(349.968)**

(d) Resultado com resseguro:

	2025	2024
Receita com resseguro		
Indenizações avisadas *	501.497	1.231.286
Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(411)	(1.769)
Provisão despesa relacionada - IBNR	(2.678)	(1.426)
Despesa com resseguro		
Prêmios cedidos	(822.841)	(674.824)
Variação das provisões técnicas	49.856	62.990
Salvados e ressarcimento	(15.948)	(28.970)
Total	**(290.525)**	**587.287**

*Em 2024, a Seguradora registrou o aviso de um sinistro do ramo 0196 no montante de R$ 817M com cessão de 100% de resseguro.

(e) Outras receitas e despesas operacionais:

	2025	2024
Outras receitas		
Outras receitas com operações de seguros	8.770	5.711
Outras despesas		
Lucros atribuídos	(22.155)	(12.751)
Provisão de redução ao valor recuperável*	748	42.898
Outras (despesas)/receitas	727	(10.462)
Total	**(11.910)**	**25.396**

* Em 2024, a Seguradora passou a utilizar a nova metodologia para cálculo de redução ao valor recuperável para as operações com seguradoras e resseguradoras, trazendo um impacto de R$ 32M de receita no exercício de 2024.

(f) Despesas administrativas:

	2025	2024
Pessoal próprio	(147.545)	(134.337)
Serviços de terceiros	(67.408)	(60.750)
Localização e funcionamento	(39.050)	(32.669)
Amortização de intangível	(5.169)	(15.710)
Publicidade e propaganda	(18.734)	(14.670)
Publicações	(126)	(37)
Donativos e contribuições	(892)	(724)
Outras despesas	(1.182)	(924)
Total	**(280.106)**	**(259.821)**

(g) Despesas com tributos:

	2025	2024
Impostos municipais/federais	(1.281)	(788)
Cofins	(45.868)	(35.303)
PIS	(7.647)	(5.910)
Taxa de fiscalização	(4.404)	(4.404)
Outros tributos	(1.951)	(1.791)
Total	**(61.151)**	**(48.196)**

(h) Resultado financeiro:

	2025	2024
Receitas títulos privados	15.824	33.945
Despesa títulos privados	(15.944)	(6.277)
Receitas títulos públicos	129.841	118.883
Variação Cambial	11.840	(16.621)
Operações de seguros	2.505	6.174
Operações de resseguros*	22.626	112.137
Juros e atualização monetária de sinistros*	(28.888)	(130.529)
Outras receitas	1.172	1.292
Outras despesas	(2.688)	(1.500)
Total	**136.288**	**117.504**

*A seguradora registrou em 2024, a reclassificação contábil para segregação de atualização monetária dos sinistros pendentes, que anterior ao exercício de 2024 eram contabilizadas e divulgadas no grupo de outras receitas e outras despesas.

(i) Resultado patrimonial:

	2025	2024
Dividendos e rendimentos	92	1.173
Total	**92**	**1.173**

28. RAMOS DE ATUAÇÃO

	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade %		Índice de comissionamento %	
Linhas de negócio	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Compreensivo residencial	2.146	2.131	25	6	47	33
Compreensivo condomínio	26.571	19.823	58	57	24	25
Compreensivo empresarial	57.334	47.114	34	110	29	25
Lucros cessantes	92.732	76.970	118	563	5	6
Riscos de engenharia	83.127	71.441	3	61	13	13
Riscos diversos	42.264	68.675	–	4	37	41
Garantia Est./Ext. Gar-Bens em Geral	54.497	57.534	8	9	63	61
Riscos nomeados e operacionais	456.970	386.847	35	199	10	10
R.C. Administradores e diretores D&O	30.696	28.694	16	(2)	19	20
R.C. Riscos ambientais	5.422	5.173	(5)	(3)	7	7
R.C. Geral	153.487	140.194	51	44	14	14
R.C. Profissional	69.564	53.494	34	50	27	22
Transporte Nacional	84.230	71.935	29	39	14	14
Transporte Internacional	40.682	41.200	65	(106)	22	19
R.C. Transp. Aéreo Carga - RCTA-C	248	327	104	29	28	29
R.C. Transp. Rodoviário Carga - RCTR-C	72.423	62.894	71	66	24	24
R.C. Transp. Desvio de Carga - RCF-DC	54.826	44.828	40	40	25	24
Garantia segurado - Setor Público	38.714	35.063	5	(4)	23	23
Garantia segurado - Setor Privado	10.227	10.063	(17)	55	25	24
Viagem (Coletivo)	5.928	5.655	52	56	55	35
Prestamista (Coletivo)	3.372	1.424	34	6	60	43
Acidentes Pessoais	409	332	26	13	34	33
Vida em Grupo	28.702	32.967	65	77	35	32
Seguro Benf. e Prod. Agropecuários	32.341	28.232	72	73	36	36
Penhor Rural	42.591	53.595	63	54	37	36
Viagem (Individual)	23.046	69.516	96	115	–	2
Prestamista (Individual)	190.513	45.609	10	5	72	58
R.C. Facult. para Aeronaves - RCF	9.722	8.298	(35)	13	12	12
Aeronáuticos (cascos)	75.974	54.413	36	24	11	11
Resp. Civil Hangar	12.538	11.217	1	11	10	9
Resp. Explor. ou Transp. Aéreo - RETA	1.439	1.291	1	(1)	17	19
Microseguros de Pessoas	28.343	37.867	25	18	45	45
Microseguros de Danos	13.015	14.914	5	1	45	45
Resp. Civil do Transportador Aquaviário Carga - RCA-C	444	96	–	–	20	27
Seguro Funeral	387	10	56	344	29	24
Seguro Funeral (Individual)	1.040	1.750	4	5	42	42
Resp. Civil do Transportador de Carga em Viagem Internacional - RCTR-VI-C	16.072	11.351	67	73	20	19
R.C.Transp. em viagem internacional pessoas transport. ou não - Carta Azul	4.981	4.563	43	49	22	18
Marítimos (Casco)	94.757	66.399	229	84	13	11
Riscos de Petróleo	798	707	–	–	6	7
Seguro compreensivo para operadores portuários	21.303	12.599	110	12	11	11
Resp. Civil do Operador do Transporte Multimodal - RCOTM-C	6.571	6.555	189	20	17	18
Seguro Agrícola sem Cobertura do FESR	719	531	66	(23)	12	14
Compreensivo Riscos Cibernéticos	11.261	5.907	27	16	20	19
Responsabilidade Civil Facultativa Veículos - RCFV	10.096	4.888	68	68	16	17
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP	560	390	–	(1)	14	16
Automóvel - Casco	24.003	13.870	81	79	17	17
Assistência e Outras Coberturas - Auto	7.416	2.357	–	–	17	16
Desemprego/Perda de Renda	5.958	8.456	3	2	46	45
Carta Verde	147	47	–	–	16	15
Seguro Agrícola	11.634	–	38	–	12	–
Doenças Graves ou Doença Terminal	180	–	–	–	58	–
Vida	89	–	6	–	45	–
Total	**2.062.509**	**1.730.206**	**48**	**99**	**24**	**20**

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Transações com partes relacionadas:

A Seguradora efetua transações comerciais com partes relacionadas que são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

AXA Seguros

	2025	2024
Ativo	**396.149**	**292.336**
Outros créditos a receber	**508**	**787**
AXA Cons. I. de S. e N. no Brasil Ltda.	249	438
AXA S/A	158	299
XL (Brazil) Holdings Ltda.	101	50
Ativos de resseguros	**395.641**	**291.549**
Axa Global Re	138.130	90.926
AXA XL Resseguros S.A.	80.626	40.302
Catlin RE Switzerland Ltd	63.797	42.515
XL Insurance Company SE	113.088	117.806
Passivo	**(37.400)**	**(151.091)**
Débitos de operações de resseguros	**(28.803)**	**(144.006)**
AXA Global RE	(5.589)	(14.913)
AXA XL Resseguros S.A.	(83)	(41.245)
Catlin RE Switzerland Ltd	–	(10.657)
XL Insurance Company SE	(23.131)	(77.191)
Contas a pagar	**(8.597)**	**(7.085)**
AXA Regional Service S.A.U.	(1.641)	(58)
AXA S/A	(5.038)	(5.425)
Axa Tech. Services México (AXA GO)	(1.918)	(1.602)
Total	**358.749**	**141.245**

	2025	2024
Receita	**245.681**	**69.759**
Sinistro de resseguro cedido	**240.272**	**61.984**
AXA Global RE	98.991	2.370
AXA XL Resseguros S.A.	–	13.876
Catlin RE Switzerland Ltd	1.870	25.499
XL Insurance Company SE	139.411	20.239
Recuperação despesas administrativas	**5.409**	**7.775**
AXA Cons. I. de S. e N. no Brasil Ltda.	3.104	3.323
AXA S/A	1.701	3.764
AXA XL Resseguros S.A.	–	84
XL (Brazil) Holdings Ltda.	604	604
Despesa	**(567.632)**	**(98.813)**
Prêmio de resseguro cedido	**(542.851)**	**(83.684)**
AXA Global RE	(97.734)	(788)
AXA XL Resseguros S.A.	(4.974)	(27.242)
Catlin RE Switzerland Ltd	(1.326)	(2.371)
XL Insurance Company SE	(438.817)	(53.283)
Sinistro de resseguro cedido	**(11.425)**	–
AXA XL Resseguros S.A.	(11.425)	–
Despesas administrativas	**(13.356)**	**(15.129)**
AXA Climate SAS	–	(104)
AXA Group Oper. Mexico S/A	(961)	(171)
AXA Regional Service S.A.U.	(6.782)	(5.973)
AXA S/A	(1.325)	(3.932)
Axa Tech. Services México (AXA GO)	(4.192)	(4.858)
GIE AXA Universite	(56)	(91)
AXA Todo coração	(40)	–
Total	**(321.951)**	**(29.054)**

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração: A remuneração paga ou a pagar ao pessoal chave da administração (Presidência e Diretoria) para o exercício de 2025 foi de R$ 18.844 (R$ 18.311 em 2024). **(c) Seguros:** É política da Seguradora em manter cobertura de seguros para bens e pessoas sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade. Atualmente, a Seguradora tem apólices ativas para os risco de property, patrimonial, D&O, responsabilidade civil geral, cyber e frota. As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes da Seguradora.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Erika Medici Klaffke — **Melina Andrea Cotlar** — **James Matthew Sell** — **Daniel Bandle**

DIRETORIA

Erika Medici Klaffke — **Bruno Scioli Porte** — **Alexandre Campos de Souza** — **Alexander Galli** — **Antoine Paul Joseph Gerard** — **Arthur Felipe Mitke Moreira** — **Luciano Calabró Calheiros**

Cibelle Correa Gonzaga
Contadora CRC - 1SP276229/O-1

Marcos Falcão
Atuário Responsável Técnico - MIBA 893

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Axa Seguros S.A. -** São Paulo - SP. **Escopo da auditoria:** Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descrito no anexo a este relatório, da Axa Seguros S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Seguradora é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no anexo a este relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores atuariais independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no anexo a este relatório, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no anexo a este relatório, da Seguradora estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no anexo a este relatório, da Seguradora. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Seguradora, e pelo demonstrativo dos limites de retenção, descritos no anexo a este relatório, da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Seguradora. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras, e dos limites de retenção, descritos no anexo a este relatório, da Seguradora, anteriormente referidas, em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

continua

→★ continuação

Safra Vida e Previdência S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 30.902.142/0001-05

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Disponibilidades - Nota 4 [1]	5.154	1.751	–	–
Obrigações a pagar - Dividendos/JCP Banco Safra - Nota 9	(101.470)	(22.950)	–	–
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros líquidos/Comissões	149.355	162.719	(130.894)	(116.719)
SIP Administração e Participação Ltda.	29.858	17.946	(59.909)	(62.405)
Banco J. Safra	–	3.221	–	–
Safra Crédito, Financiamento e Investimento	83.652	80.195	(37.813)	(32.077)
Maitaca Corretora de Seguros	35.845	61.357	(33.172)	(22.237)
Despesas administrativas - Aluguéis - Exton Participações Ltda.	–	–	(337)	(337)
Doações - Institutos Safra	–	–	(8.150)	(6.345)

[1] Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 5(a-I).

16. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Comitê de Auditoria: Foi constituído Comitê de Auditoria próprio da Safra Vida e Previdência S.A. nos moldes da Resolução CNSP 432/2021, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 12.09.2022 e homologado por meio da Portaria CGRAJ/SUSEP 1086/2022, publicada no Diário Oficial da União de 31.10.2022. O referido comitê é composto por três membros independentes.

DIRETORIA

ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO
CARLOS PELÁ
ENRICA MORPURGO
GUILHERME MEISTER
JOÃO CARLOS CARDOSO BOTELHO
LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI
MARCOS LIMA MONTEIRO
SERGIO ALEXANDRE PENCHAS

ALEXEI DE BONA - Contador - CRC nº PR036459/O-3

DELVO SABINO SANTIAGO - Atuário Respónsável Técnico - MIBA 1159

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Safra Vida e Previdência S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Safra Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safra Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e registro das provisões técnicas: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 d) e e) às demonstrações contábeis, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2025, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R$33.148.151 mil, representando 99,44% dos seus passivos. Em razão da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas em relação ao passivo, da diversificação dos contratos de seguros e previdência complementar, do volume transacionado e de certas provisões técnicas envolverem julgamento da Administração na determinação de modelos e premissas, tais como taxa de desconto, taxa de cancelamento, tábuas de mortalidade, expectativa de aumento na longevidade, desenvolvimento histórico de sinistros, entre outros, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação e, quando aplicável, de efetividade de controles internos chave relacionados ao processo de registro e mensuração de certas provisões técnicas de seguros e de previdência complementar; (iii) testes, em base amostral, de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e das premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios, os modelos e as premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, bem como na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, bem como comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Safra Vida e Previdência S.A.
São Paulo - SP

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Safra Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Deloitte.

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário de caráter permanente, responsável pelo cumprimento das atribuições e das responsabilidades previstas na Resolução CNSP nº 432/2021. O Comitê reporta-se diretamente à Diretoria e à Assembleia, e atualmente é composto por 3 (três) membros independentes. O Comitê desenvolve suas atividades com base nas disposições de seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia. Durante o 2º semestre de 2025, o Comitê de Auditoria exerceu as seguintes atividades no âmbito de suas atribuições: • Revisão e aprovação das Demonstrações Contábeis referentes ao período findo em 30.06.2025; • Reunião com o sócio da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditoria contábil, acerca dos resultados dos trabalhos de auditoria; • Elaboração do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria; • Apreciação da apresentação sobre o índice Combinado (Safra e Alfa); • Reuniões com representantes das áreas de Atendimento Regulamentar, Compliance, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Prevenção a Fraudes, BackOffice, Produtos, Sinistralidade e Provisões; Ouvidoria, TI, Tecnologia, Segurança da Informação e Controles Internos; • Apreciação de apresentação sobre a Autoavaliação de Risco e Solvência ("ORSA"); • Acompanhamento dos planos de ação relativos ao Relatório de Controles Internos da Auditoria Externa; • Apreciação de apresentações sobre Auditoria Interna com atualização do planejamento anual; • Planejamento dos trabalhos da Auditoria Interna para 2026; • Planejamento do Comitê de Auditoria para o exercício de 2026; • Apreciação dos Resultados dos trabalhos da Auditoria Interna referente ao ano de 2025; e • Avaliação da Auditoria Interna, Auditoria Externa Contábil e Atuarial e Autoavaliação do Comitê. Diante dos trabalhos reportados, o Comitê considera adequada a efetividade dos sistemas de controle interno da Companhia, das Auditorias Independentes e Auditoria Interna. Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias, Interna e Independentes, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia. Não houve recomendações significativas apresentadas à diretoria e não foram identificadas situações nas quais existem divergências significativas entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras do período findo em 31.12.2025. Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que as Demonstrações Contábeis da Sociedade, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Parecer da Auditoria Independente, referentes ao período findo em 31.12.2025, são adequados, uma vez que foram elaborados conforme a regulamentação vigente, notadamente as emanadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência Nacional de Seguros Privados - SUSEP, e práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

Comitê de Auditoria

Luiz Carlos Zambaldi
Sérgio Luiz Ambrosi
Wilson Luiz Matar

ALFA

Alfa Seguradora S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 02.713.529/0001-88

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Alfa Seguradora S.A. e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ritmo de expansão da atividade econômica brasileira arrefeceu no segundo semestre de 2025, em resposta aos efeitos da política monetária restritiva. As contas externas permanecem saudáveis e a balança comercial acumulou superávit de US$ 68 bilhões no período. A valorização cambial e a contenção do preço de commodities no mercado internacional mantiveram os preços no atacado bem comportados, contribuindo para a desaceleração dos custos de produção das empresas. Nesse contexto, o IPCA acumulado em doze meses passou de 5,2% em setembro para 4,3% em dezembro. O Banco Central manteve a taxa básica de juros em 15,00% a.a. nas últimas reuniões, reforçando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante.

DESEMPENHO

A Alfa Seguradora S.A. encerrou o ano de 2025 com patrimônio líquido de R$ 281 milhões e ativos totais de R$ 819 milhões, representados principalmente por aplicações em títulos e valores mobiliários livres e vinculados à garantia de provisões técnicas. Os prêmios emitidos líquidos totalizaram R$ 493 milhões em 2025.

REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social da Alfa Seguradora S.A., os órgãos de administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, obedecendo à seguinte ordem de dedução, na forma da lei:
a) 5% (cinco por cento), no mínimo, para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) as importâncias que, legalmente, puderem ser destinadas para Reserva de Contingência; c) a cota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. O saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral. Quanto à política de dividendos, estes serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e deste estatuto, e, quando for o caso, as resoluções da Assembleia Geral. Maiores detalhes e informações estão disponíveis no estatuto social da companhia.

POLÍTICA DE EQUIDADE

A Alfa Seguradora S.A. preza por princípios de equidade, buscando a cada ano criar um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam mais respeitadas e incluídas, podendo demonstrar seu potencial.
Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, apresentamos informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional:

I - Proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da companhia:

Ano	Superintendentes e cargos acima	Liderança	Operações
2025	0,0%	0,0%	43,0%
2024	0,0%	0,0%	33,0%
Variação	0,0%	0,0%	29,0%

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia, composta pelo Conselho da Administração e Diretoria Estatutária:

Ano	Cargos da Administração	Mulheres em cargos da Administração	Proporção
2025	6	0	0,0%
2024	8	0	0,0%
Variação	-25,0%	0,0%	0,0%

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia*:

Cargo	2024	2025
Superintendentes e cargos acima	-3,0%	59,0%
Liderança	28,0%	18,0%
Operações	27,0%	11,0%

* Média da remuneração masculina pela remuneração feminina, diferença adicional entre a soma dos valores.

Diretoria
São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		**756.289**	**706.369**
Disponibilidades	4	6.607	3.840
Aplicações	5(a)	434.030	350.326
Créditos das operações com seguros e resseguros		200.518	209.018
Prêmios a receber	6(a-I)	165.182	181.789
Operações com resseguradoras		35.336	27.229
Outros créditos operacionais		7.878	11.979
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	6(b-I)	33.774	61.787
Títulos e créditos a receber		4.800	5.220
Créditos a receber		1.366	1.486
Créditos tributários e previdenciários	11(b)	1.972	1.916
Outros créditos		1.462	1.818
Outros valores e bens	6(j)	10.537	–
Despesas antecipadas		2.669	3.788
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	55.476	60.411
NÃO CIRCULANTE		**66.373**	**72.938**
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	6(b-I)	9.239	9.958
Títulos e créditos a receber		57.038	62.484
Depósitos judiciais e fiscais	10(b)	20.541	19.563
Créditos tributários e previdenciários	11(b)	36.497	42.921
IMOBILIZADO		75	468
Bens móveis		75	370
Outras imobilizações		–	98
INTANGÍVEL	12	21	28
TOTAL DO ATIVO		**822.662**	**779.307**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		**466.338**	**539.342**
Contas a pagar		48.407	38.815
Obrigações a pagar	9	34.568	16.847
Impostos e encargos sociais a recolher	11(c)	7.447	13.893
Encargos trabalhistas		1.598	2.407
Impostos e contribuições	11(d)	1.025	1.191
Outras contas a pagar		3.769	4.477
Débitos das operações com seguros e resseguros		51.344	71.707
Operações com resseguradoras	6(f)	25.089	28.588
Corretores de seguros e resseguros	6(c-I)	23.879	41.279
Outros débitos operacionais		2.376	1.840
Depósitos de terceiros	6(g)	1.769	1.345
Provisões técnicas - Seguros - Danos	6(d-I)	364.818	427.475
NÃO CIRCULANTE		**70.937**	**67.029**
Provisões técnicas - Seguros - Danos	6(d-I)	43.902	45.122
Outros débitos - Contingências	10(b)	26.928	21.907
Débitos diversos		107	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	**285.387**	**172.936**
Capital social		257.430	157.430
Reservas de capital		66	66
Reservas de lucros		27.891	15.440
TOTAL DO PASSIVO		**822.662**	**779.307**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	**90.905**	**66**	**36.331**	**–**	**127.302**
Aumento de capital - Integralização de capital	66.525	–	–	–	66.525
Resultado líquido do período	–	–	–	(20.891)	(20.891)
Destinação:					
Reserva especial - Absorção de prejuízo	–	–	(20.891)	20.891	–
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**157.430**	**66**	**15.440**	**–**	**172.936**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**66.525**	**–**	**(20.891)**	**–**	**45.634**
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	**157.430**	**66**	**15.440**	**–**	**172.936**
Aumento de capital - Integralização de capital	100.000	–	–	–	100.000
Resultado líquido do período	–	–	–	16.330	16.330
Destinação:					
Reserva legal	–	–	817	(817)	–
Reserva especial	–	–	11.634	(11.634)	–
Dividendos - Nota 13	–	–	–	(3.879)	(3.879)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	**257.430**	**66**	**27.891**	**–**	**285.387**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**100.000**	**–**	**12.451**	**–**	**112.451**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Alfa Seguradora S.A. ("Companhia" e/ou "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Corumbal Participações e Administradora Ltda., a qual é controlada pelo Banco Safra S.A., autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) a operar em seguros de ramos elementares, atuando em todas as regiões do Brasil.
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: a) Apresentação das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Contábeis da Alfa Seguradora S.A., aprovadas pela Administração em 24.02.2026, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações trazidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Susep, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular Susep 648/2021 atualizada, por sua vez, pela Circular Susep 678/2022. Por meio do ofício SUSEP 4_2024 COMOC/CGMOP/DISUP, a COMOC divulgou no site da SUSEP o enquadramento definitivo nos segmentos definidos na Resolução CNSP 388/20, o qual alterou o Segmento da Alfa Seguradora S.A. de S3 para S2 com efeitos a partir de 01.01.2025. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Novas normas aplicáveis neste período e em períodos futuros:** I. CPC 50 - Contratos de Seguros, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem a base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A Susep ainda não recepcionou este normativo. II. CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: A norma tem como objetivo fornecer aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o Desempenho Financeiro das entidades e exige a criação de novos subtotais na estrutura da Demonstração de Resultado, além de determinar a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração e substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis a partir de 01.01.2027. A Susep ainda não recepcionou este normativo. III. Lei 15.040/2024 - Lei do Contrato de Seguro - A Lei 15.040 de 9 de dezembro de 2024, conhecida como "Lei do Contrato de Seguro" dispõe sobre normas de seguros privados, revogando dispositivos da Lei 10.406/2002 (Código Civil). Além dos contratos de seguro, a lei versa sobre interesse legítimo, riscos relativos à espécie de seguro contratada, prêmio, seguro em favor de terceiro, cosseguro e seguro cumulativo, resseguro e sinistro. A lei entrou em vigor 11 de dezembro de 2025 e não houve impacto em função de sua vigência. **c) Moeda funcional e de apresentação:** As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Fluxos de caixa:** I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 (noventa) dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O método de apresentação dos fluxos de caixa é o indireto, sendo que os fluxos de caixa de atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos, e os operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Seguradora. **b) Aplicações e instrumentos financeiros derivativos:** I. Classificação: A classificação dos instrumentos financeiros segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros é realizada em função dos Modelos de Negócios adotados pela Administração. O uso de Modelos de Negócios é a maneira como a Seguradora realiza a gestão de seus ativos financeiros para geração de fluxo de caixa e consideração dos riscos envolvidos. Cada Modelo de Negócios determina, entre outros, se os fluxos de caixa resultarão da coleta de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Dessa forma, após definidos os Modelos de Negócios, os instrumentos financeiros são classificados tanto em função de cada modelo adotado pela Administração para a sua gestão, assim como as características esperadas dos fluxos de caixa contratuais, com o intuito de verificar se há obtenção do critério de recebimento somente do valor principal acrescido de juros. Essa verificação é dada por meio do Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("Teste SPPJ"). Com isso, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Custo Amortizado ("CA"): utilizada quando os ativos financeiros são gerenciados com o intuito de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; • Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): categoria utilizada quando os ativos financeiros são

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
OPERAÇÕES DE SEGUROS		55.388	21.427
PRÊMIOS GANHOS	6(h-I)	525.546	553.867
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3))	493.402	563.494
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	32.144	(9.627)
SINISTROS OCORRIDOS	6(h-I)	(307.616)	(367.892)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	6(c-II) e (h-I)	(148.210)	(138.745)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	6(h-I)	3.137	(29.484)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(h-I)	(17.469)	3.681
Recuperação de Sinistros e Despesas		34.324	69.545
Despesas com Repasses de Resseguros		(51.793)	(65.864)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	(59.641)	(52.865)
DESPESAS COM TRIBUTOS	11(a-II)	(18.601)	(16.988)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	49.932	21.642
GANHOS OU (PERDAS) COM ATIVOS NÃO CORRENTES		(143)	2
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**26.935**	**(26.782)**
IMPOSTO DE RENDA	11(a-I)	(7.028)	6.020
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11(a-I)	(3.849)	3.723
PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO - (DESPESAS)/REVERSÃO		272	(3.852)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO		**16.330**	**(20.891)**
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÕES BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$	13	**136,39**	**(174,48)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	2025	2024
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO	**16.330**	**(20.891)**
Outros resultados abrangentes	–	–
RESULTADO ABRANGENTE	**16.330**	**(20.891)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido dos períodos		16.330	(20.891)
Ajustes ao lucro líquido		39.991	15.393
Depreciações e amortizações		253	805
Provisão para risco de crédito	6(h-I)	(13.349)	13.619
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível		151	(2)
Provisões para contingências	10(b)	4.982	10.649
Variação do custo de aquisição diferido		4.933	(7.460)
Variação das provisões técnicas - seguros		32.144	7.525
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	11(a-I)	10.877	(9.743)
Variação das contas patrimoniais		(153.554)	(57.968)
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado		(83.704)	(49.609)
Operações de seguros e resseguros		(65.802)	(1.886)
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas)		(308)	(32.302)
Provisões técnicas		(65.494)	30.416
Créditos fiscais e previdenciários		(4.510)	701
Outros créditos		(5.821)	(7.437)
Depósitos judiciais e fiscais		(978)	(1.762)
Despesas antecipadas		1.119	(2.791)
Outros valores e bens		(10.537)	11.106
Outros ativos		4.575	(13.990)
Contas a pagar e outros débitos		5.107	1.755
Impostos e contribuições		(165)	(485)
Outras contas a pagar		5.272	2.240
Depósitos de terceiros		424	573
Provisões judiciais		5.127	(245)
Impostos pagos		(4.375)	(1.820)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(97.233)	(63.466)
Alienação de imobilizado		–	4
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		–	4
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
Aumento de capital	13(a)	100.000	66.525
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		100.000	66.525
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**2.767**	**3.063**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		3.840	777
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	6.607	3.840
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**2.767**	**3.063**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua →

AXA no Brasil

AXA Seguros S.A.

CNPJ Nº 19.323.190/0001-06

★ continuação

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Anexo I

Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

1. Demonstrativo dos limites de retenção (em milhares de reais)	31/12/2025	31/12/2024
0114, 0115, 0116, 0118, 0141, 0167, 0171, 0195, 0196, 0234, 0274, 0310, 0313, 0327, 0351, 0378, 0435, 0520, 0525, 0531, 0542, 0553, 0743, 0748, 0775, 0776, 0929, 0969, 0977, 0980, 0982, 0983, 0984, 0987, 0990, 0993, 1101, 1102, 1130, 1162, 1329, 1369, 1377, 1380, 1381, 1384, 1387, 1390, 1391, 1528, 1535, 1537, 1597, 1601, 1602, 1734	10.000	10.000
0112, 1111	10.000	–
0621, 0622, 0628, 0632, 0638, 0644, 0652, 0654, 0655, 0656, 0658	10.000	1.560
1417, 1433	12.000	3.640

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da **AXA Seguros S.A.** São Paulo, SP - O Comitê de Auditoria ("Comitê"), instituído pelo Estatuto Social da AXA Seguros S.A. ("Companhia"), nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 432 de 2021, e em conformidade com as práticas de governança corporativa do Grupo AXA e seu regimento interno, é formado por 3 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna, e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e das funções da segunda linha defesa. As competências do Comitê contemplam, ainda, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras e a implementação e supervisão das atividades de monitoramento. O Comitê atua por meio de reuniões regulares, e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e pelos controles internos, da auditoria interna, dos auditores independentes, e nas suas próprias análises. O Comitê mantém canal de comunicação regular com os auditores internos e independentes para avaliação do escopo, qualidade e resultado de seus trabalhos. Em 2025, o Comitê de Auditoria se reuniu regularmente, e promoveu entrevistas com a Diretora Presidente e os demais Diretores, bem como realizou encontros periódicos com gestores de diversas áreas operacionais da Companhia, da auditoria interna, da gestão de riscos, de *compliance* e da ouvidoria, bem como com os auditores independentes. Para análise das demonstrações financeiras do exercício de 2025, foram realizadas avaliações da qualidade dos trabalhos da auditoria independente realizados pela Ernst & Young - EY, dos trabalhos de auditoria atuarial independente realizados pela Deloitte, assim como da auditoria interna. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos e das operações, e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de *compliance*. O Comitê de Auditoria analisou as demonstrações financeiras do exercício 2025 em reuniões com a área contábil/financeira, a área atuarial, a auditoria independente Ernst & Young - EY e a auditoria atuarial independente Deloitte, e deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados. O Comitê não registrou, em relação ao exercício de 2025, qualquer denúncia de descumprimento de normas, ato ou omissão por parte da Administração da Companhia que indicasse a existência ou evidência de falhas, fraudes ou erros que colocassem em risco a sua continuidade. *Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita, e* com base nas revisões e discussões havidas, no relato constante em notas explicativas e no parecer dos auditores independentes, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas ao exercício de 2025.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

David Soares dos Santos **Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva** **Rosemeire Lourdes Limas Peixoto**

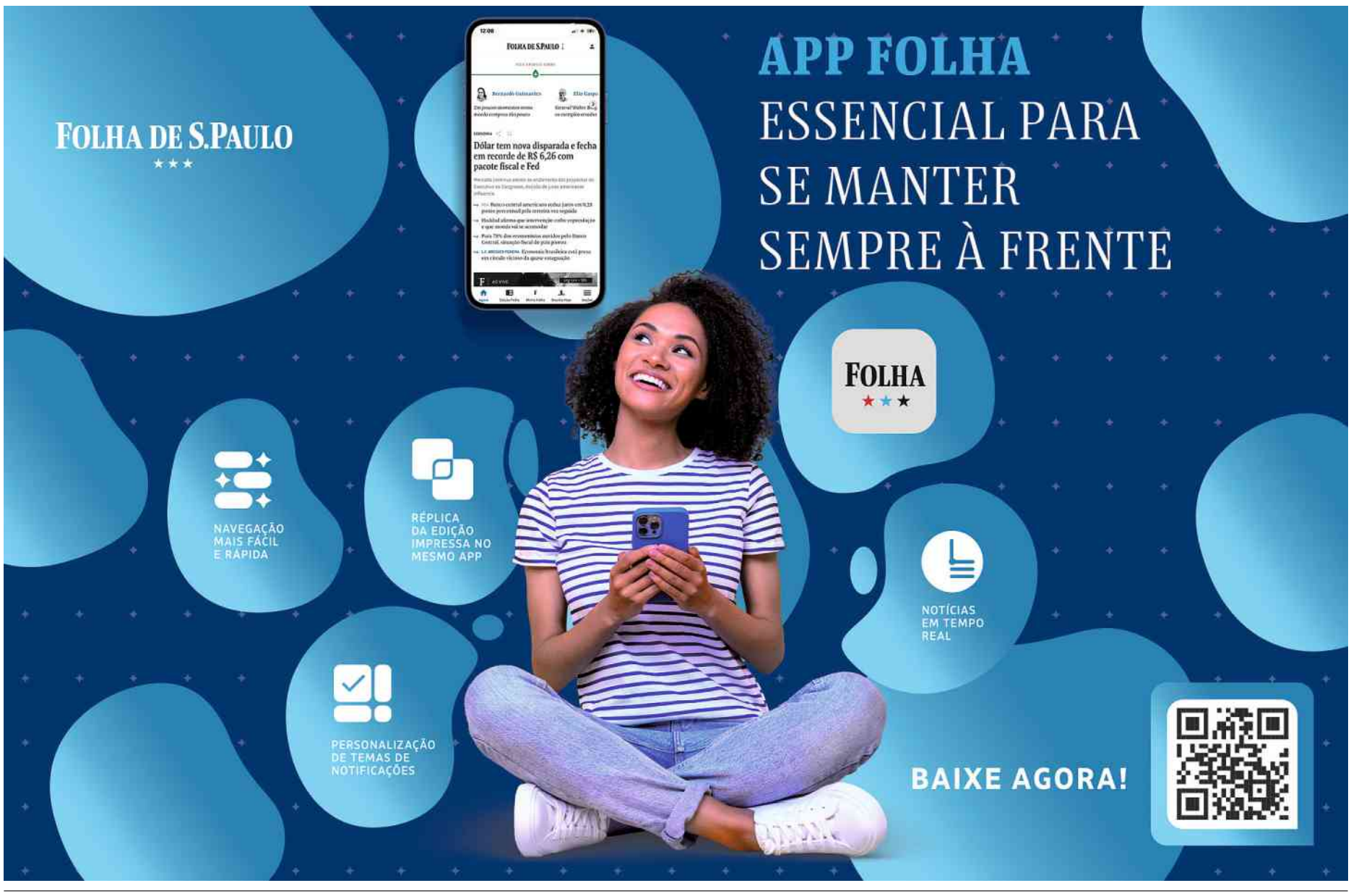
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **AXA Seguros S.A. -** São Paulo - SP**. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da AXA Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da AXA Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Patrícia di Paula da Silva Paz
Contadora CRC-1SP198827/O-3



→★ continuação

Alfa Seguradora S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 02.713.529/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para venda; • Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): utilizada quando a intenção for o de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados e/ou quando os ativos não passam no Teste SPPJ. Nas aplicações estão contidos os recursos garantidores, ativos oferecidos como garantia dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Estes ativos ficam registrados em contas vinculadas à Susep, mantidas junto à B3 e ao Sistema de Liquidação e Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil (BCB), conforme cada um dos mercados. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período. **c) Mensuração ao valor justo:** A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração da Companhia, os quais incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração, conforme estabelecido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - recepcionado pela Circular Susep 678/2022. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, é mensurado por meio de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados como nível 3, a Companhia utiliza uma quantidade significativa de julgamento para chegar a mensurações do valor justo. **d) Classificação de contratos de seguro e investimento:** Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico o afetar adversamente é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária. Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro se tornar significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. **e) Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros:** I. Créditos: Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. II. Débitos: Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. III. Risco de crédito: A redução ao valor recuperável em relação aos créditos dos prêmios a receber para seguradoras é efetuada seguindo critérios estabelecidos pela Circular Susep 648/2021, atualizada pela Circular Susep 678/2022 e é calculada pela Companhia com base em estudo técnico. A metodologia apura fatores de cancelamento por inadimplência, considerando a carteira de negócios (ramo) e prazo de vencimento, categorizando as parcelas em vencidas e a vencer. Os normativos supracitados se aplicam ao valor recuperável referentes aos créditos de sinistros a recuperar, provisão de sinistros ocorridos e não avisados e suas respectivas despesas relacionadas e são realizadas com base em estudo técnico, que considera tanto o histórico de perdas quanto à capacidade de pagamento da resseguradora. As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registradas concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados tanto às seguradoras quanto às resseguradoras, pois como não há mais expectativa de recebimento do prêmio e, consequentemente, não haverá expectativa de repasse destes valores. **f) Ativos de resseguros - Provisões técnicas:** Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro. As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **g) Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro. **h) Títulos e créditos a receber:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data destas Demonstrações Contábeis. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo. **i) Redução ao valor recuperável *(impairment)* - Ativos não financeiros:** O *impairment* é reconhecido como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Companhia efetua o reconhecimento no resultado do período, de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável desses ativos, que eventualmente surgirem. **j) Provisões técnicas de seguros:** As provisões técnicas de seguros são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela Susep e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP 432/2021, Circular Susep 648/2021 e alterações posteriores. I. Seguros: • Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros, cujo valor total corresponde ao valor esperado dos sinistros e despesas a ocorrer. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro-rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso; • Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes, Mas Não Emitidos (PPNG-RVNE): representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Companhia cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada utilizando metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial (NTA) que apura a melhor estimativa com base no histórico de 24 (vinte e quatro) meses de cada segmento de negócio em relação aos riscos emitidos em atraso; • Provisão de sinistros a liquidar (PSL): constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui também estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da Provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (*IBNER - Incurred But Not Enough Reported*), apurada conforme Nota Técnica Atuarial, através do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de *run-off*) conjugado com a metodologia Bornhuetter-Ferguson (BF), que separa os sinistros esperados em duas partes: sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. A PSL Judicial é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis decorrentes de ações judiciais, incluindo indenizações, custos associados e juros, com base no seguinte critério: a) Provável: 100% de probabilidade de perda; b) Possível: 50% de probabilidade de perda; e Remota: 10% de probabilidade de perda. Esses critérios são utilizados para avaliar a probabilidade de perda em ações judiciais e determinar o valor provisionado. A classificação das ações é feita com base no conhecimento dos fatos e no entendimento jurisprudencial à época do recebimento da ação, podendo ser reavaliada conforme o trâmite processual e decisões proferidas; • Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial definido em Nota Técnica Atuarial, com base na experiência passada (10 anos de histórico) da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos, mas ainda não reportados à Seguradora; e • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada pela diferença entre a projeção final do valor total das despesas de sinistros ocorridos ou avisados na carteira até a data-base de cálculo e o valor total das despesas já conhecidas (pagas) até a mesma data-base. II. Provisão complementar de cobertura - PCC: A provisão será constituída quando for constatada insuficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). III. Teste de Adequação de Passivos - TAP: O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro (exceto DPEM e Seguro Habitacional do SFH) e de previdência complementar aberta estão adequados, por meio da confrontação do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado semestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Susep 648/2021, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia. O resultado do TAP é a diferença entre: i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa; e ii) a soma do saldo contábil na data-base de todas as provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular Susep 648/2021, com base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (déficit ou superávit) entre os seis macros fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais. A insuficiência detectada nas provisões PPNG, IBNR e PSL será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC, conforme mencionado. Já os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuadas nas próprias provisões. **k) Apuração de resultado de operações de seguros e resseguros:** Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular Susep 648/2021, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguros - provisões técnicas. **l) Ativos e passivos contingentes (exceto PSL judicial):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Susep, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. **m) Benefícios a empregados:** Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Alfa Seguradora reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. A Alfa Seguradora não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria, como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. Adicionalmente, a Alfa Seguradora não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração e empregados. **n) Tributos:** I. Reconhecimento e mensuração: Calculados às alíquotas abaixo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de renda [1]	Contribuição social	PIS	COFINS	ISS
Seguradoras	25%	15%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%. Os tributos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores das Demonstrações Contábeis. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para redução ao valor recuperável de prêmios a receber, das provisões para passivos contingentes, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados aos ativos financeiros com ajustes ao valor justo em Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido são reconhecidos, subsequentemente, no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. II. Reforma tributária: A Companhia vem acompanhando as discussões sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar 227, de 13 de janeiro de 2026. A Administração continuará monitorando a evolução das normas complementares e avaliará os ajustes necessários nos processos e sistemas internos quando houver maior clareza sobre as definições que ainda estão pendentes. **o) Ativo imobilizado:** Mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução de valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando aplicável. O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme segue: - Móveis e utensílios: 10%; - Equipamentos: 20%. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. **p) Ativo intangível:** Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo valor de custo, líquido da respectiva amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável *(impairment)*. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente, ao longo da sua vida útil estimada. **q) Outros valores e bens:** A Companhia reconhece ativos de recuperação de sinistros (salvados), substancialmente oriundos de indenizações integrais. Os salvados são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o montante atribuído na data de ingresso e o valor justo líquido das despesas de venda. A Seguradora avalia periodicamente a existência de redução ao valor recuperável ("RvR") desses ativos, bem como revisa as premissas empregadas para estimar o montante de RvR. **r) Lucro por ação:** Conforme o CPC 41 - Resultado por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O resultado por ação do período comparativo é apresentado utilizando o número proporcional e a quantidade de ações do período corrente. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. **s) Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e, adote premissas de forma prudencial, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (ii) seguros, resseguros e previdência complementar e teste de adequação do passivo; (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado; (v) amortizações de ativos intangíveis; (vi) créditos tributários; e (vii) redução ao valor recuperável das operações com seguros, incluindo salvados, e resseguros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **t) Classificação em Circulante e Não Circulante:** Ativos e Passivos cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base da Demonstração Contábil deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Circulantes. Já os itens patrimoniais cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes a mesma data-base deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Não Circulantes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Disponibilidades	6.607	3.840
Total	**6.607**	**3.840**

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS: a) Aplicações - Carteira:

I. Resumo da classificação das aplicações financeiras: por prazo, por título e hierarquia do valor justo

31.12.2025										
Valor justo por meio do resultado	**Nível**	**Taxa**	**Até 3 meses e sem vencimento**	**3 a 12 meses**	**1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Valor do custo atualizado**	**Ajuste ao valor justo**	**Valor justo/ Contábil**	**%**
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	Selic	–	–	1.915	–	1.452	463	1.915	0,44%
Fundos de investimentos exclusivos			145.415	–	286.700	–	370.542	61.573	432.115	99,56%
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	Selic	–	–	286.700	–	225.197	61.503	286.700	66,06%
Nota do tesouro nacional - compromissada	Nível 2	14,89% Pré	145.415	–	–	–	145.345	70	145.415	33,50%
Total 31.12.2025			**145.415**	**–**	**288.615**	**–**	**371.994**	**62.036**	**434.030**	**100,00%**

31.12.2024										
Valor justo por meio do resultado	**Nível**	**Taxa**	**Até 3 meses e sem vencimento**	**3 a 12 meses**	**1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Valor do custo atualizado**	**Ajuste ao valor justo**	**Valor justo/ Contábil**	**%**
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	Selic	–	–	1.673	–	1.453	220	1.673	0,48%
Fundos de investimentos exclusivos			–	16.252	202.623	129.778	315.409	33.244	348.653	99,52%
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	Selic	–	–	202.623	129.778	299.217	33.184	332.401	94,88%
Nota do tesouro nacional - compromissada	Nível 2	12,14% Pré	–	16.252	–	–	16.192	60	16.252	4,64%
Total 31.12.2024			**–**	**16.252**	**204.296**	**129.778**	**316.862**	**33.464**	**350.326**	**100,00%**

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros de Capitais). Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os *inputs* significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC, B3 e ANBIMA). Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quaisquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 31.12.2025 e 31.12.2024 não havia títulos e valores mobiliários classificados em nível 3. II. Movimentação das aplicações

	Saldo no início do período	Aplicações	Resgate/ vendas	Rentabilidade	Saldo no final do período
Títulos públicos	350.326	495.777	(460.217)	48.144	434.030
Total em 31.12.2025	**350.326**	**495.777**	**(460.217)**	**48.144**	**434.030**
Total em 31.12.2024	**300.716**	**274.777**	**(257.691)**	**32.524**	**350.326**

b) Instrumentos financeiros derivativos: Durante os períodos findos em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não detinha operações próprias de instrumentos financeiros derivativos.

c) Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas/(Despesas) de ativos financeiros	**51.898**	**34.795**
Rendimento das aplicações - Nota 5(a-II)	48.144	32.524
Receitas com operações de seguros	3.254	1.765
Outras	500	506
(Despesas)/Receitas de passivos financeiros	**(1.966)**	**(13.153)**
Despesas com juros	2	(10)
Despesas com operações de seguros	(1.358)	(9.074)
Ajuste a valor justo - aplicações a valor justo por meio do resultado	–	(6)
Outros	(610)	(4.063)
Resultado financeiro líquido	**49.932**	**21.642**

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS: a) Créditos das operações com seguros e resseguros:

I. Prêmios a receber: 1) Composição dos saldos

	31.12.2025						31.12.2024
	Prêmios a receber	**Riscos vigentes e não emitidos**	**Provisão para risco de crédito**	**Total**	**Prazo médio de parcelamento (mês)**	**Total**	**Prazo médio de parcelamento (mês)**
Acidentes pessoais	4.033	104	(45)	4.092	6	3.147	5
Automóvel	99.957	2.952	(1.349)	101.560	6	112.465	5
Compreensivo	11.092	6.004	(466)	16.630	4	18.365	4
Lucros cessantes	307	253	(13)	547	3	572	3
Riscos diversos	96	7	(1)	102	5	107	5
Responsabilidade civil	39.379	1.306	(937)	39.748	6	44.745	5
Outros	2.378	207	(82)	2.503	7	2.388	6
Total em 31.12.2025	**157.242**	**10.833**	**(2.893)**	**165.182**	**–**	**181.789**	**–**
Total em 31.12.2024	**176.105**	**9.065**	**(3.381)**	**181.789**	**–**	**–**	**–**

2) Parcelas por vencimento - Prêmios a receber

Curso das operações	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Parcelas Vencidas:	19.384	7.837
Até 60 dias	16.643	6.635
De 61 a 120 dias	452	394
De 121 a 180 dias	329	143
De 181 a 365 dias	876	249
Acima de 365 dias	1.084	416
Parcelas Vincendas:	137.858	168.268
Até 60 dias	59.289	72.285
De 61 a 120 dias	39.640	49.415
De 121 a 180 dias	23.493	28.812
De 181 a 365 dias	15.436	17.756
Total	**157.242**	**176.105**

3) Por movimentação no período

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Saldo no início do período	**181.789**	**151.888**
(+) Prêmios emitidos e riscos vigentes e não emitidos [1]	493.402	563.494
(+) Adicional de fracionamento	2.614	685
(–) Recebimentos	(513.111)	(533.418)
(+/–) Variação de provisão para risco de crédito	488	(860)
Saldo no final do período	**165.182**	**181.789**

[1] Contempla prêmio restituído no montante de R$ (13.636) (R$ (6.065) em 31.12.2024) e não inclui o saldo de Riscos Vigentes e Não Emitidos (RVNE) no montante de R$ 1.767 (R$ 740 em 31.12.2024).

continua→★

PIER.

PIER SEGURADORA S.A.

CNPJ nº 39.380.513/0001-00

PIER.DIGITAL

Demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Relatório da administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. No âmbito da condução de suas atividades e em observância ao disposto no §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, a Companhia reafirma seu compromisso com a equidade de gênero e a transparência. Ao final de 2025, o quadro funcional era composto por 189 colaboradores (56% mulheres e 44% homens), comparado a 163 profissionais em 2024 (51% mulheres e 49% homens), evidenciando a evolução da estrutura organizacional. No que se refere à paridade salarial, a remuneração total anualizada em 2025 foi de R$ 11.685.533,00 para cargos femininos e R$ 19.534.726,00 para cargos masculinos, frente aos montantes de R$ 9.674.799,11 e R$ 18.485.614,56 registrados em 2024, respectivamente, reforçando o monitoramento contínuo de políticas de inclusão e igualdade de oportunidades. **Perfil corporativo:** A Pier Seguradora (doravante referida como "Companhia" ou "Pier") foi constituída em 8 de outubro de 2020, e em 29 de outubro do mesmo ano, tornou-se Pier Seguradora S.A., conforme deliberado na Ata de Assembleia Geral de Transformação, cujos atos foram devidamente homologados por meio da Portaria SUSEP nº 7.711, de 1º de dezembro de 2020. Inicialmente autorizada a operar em um ambiente regulatório experimental no Projeto SANDBOX da SUSEP, conforme estabelecido pela Resolução 381, de 4 de março de 2020, a Pier obteve, em 20 de maio de 2022, a autorização para operar de forma definitiva, enquadrando-se como uma Seguradora do Segmento S3. A Pier destaca-se como a pioneira no cenário das seguradoras digitais no Brasil, oferecendo aos seus clientes uma experiência simplificada e intuitiva na contratação de seguros para automóveis e celulares, possibilitando que os usuários obtenham o seguro em questão de minutos. As opções de cobertura incluem roubo e furto para celulares, enquanto para automóveis abrangem roubo, furto, perda total, perda parcial e danos a terceiros, além dos serviços de assistência, vidros e carro reserva. A Companhia tem como foco principal a otimização da experiência do cliente, disponibilizando um processo de contratação integralmente digital por meio de seu aplicativo, que inclui, entre outros serviços, a funcionalidade de aviso de sinistro. Adicionalmente, ao longo de 2025, a Pier consolidou sua atuação junto ao canal de corretores de seguros, ampliando os meios de acesso dos clientes aos seus produtos. Ao oferecer um seguro de cobertura simplificada e totalmente digital, a Pier visa proporcionar ao consumidor uma experiência diferenciada no mercado. Nesse contexto, a Companhia permanece firme no seu compromisso de mudar a relação das pessoas com seguros, redefinindo a interação dos clientes com os produtos de seguro e buscando a ampliação de sua presença no mercado. **Desempenho no período:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou um total de R$ 232.032 mil em prêmios emitidos, representando um crescimento expressivo de 62,8% em relação ao exercício anterior, reflexo, principalmente, da consolidação da estratégia de diversificação de canais de distribuição e do fortalecimento do relacionamento com corretores de seguros. No que se refere ao resultado, ao final do exercício de 2025, desconsiderando as transações com pagamentos baseados em ações, a Pier registrou um prejuízo de R$ 4.014 mil, comparado a um prejuízo de R$ 5.420 mil apurado no mesmo período do ano anterior. Essa evolução positiva decorre, principalmente, da redução das despesas administrativas, que, também desconsiderando os efeitos de pagamentos baseados em ações, apresentou uma redução de 5,7 pontos percentuais no índice de Despesas Administrativas sobre Prêmio Ganho em relação ao exercício anterior, refletindo o rígido controle implementado pela Companhia sobre o crescimento de suas despesas. No âmbito operacional, ao longo de 2025, a Pier consolidou sua estratégia de diversificação de canais, passando a ofertar seus produtos de seguros de Automóvel e Smartphone tanto por meio do canal digital quanto por intermédio de corretores de seguros. Essa iniciativa permitiu ampliar o alcance da Companhia, fortalecer sua presença no mercado e sustentar o crescimento dos prêmios emitidos ao longo do período. Esses resultados reforçam o compromisso da Administração com a construção de um modelo de negócios sustentável, com foco na eficiência operacional, disciplina financeira e na contínua evolução da proposta de valor oferecida aos seus clientes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

Balanço patrimonial

Ativo	Notas Explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		**141.387**	**62.481**
Disponível	**5**	**2.772**	**2.648**
Aplicações financeiras	**6**	**54.609**	**38.041**
Créditos das operações com seguros e resseguros	**7**	**73.175**	**18.359**
Prêmios a receber	7.a	73.175	18.359
Títulos e créditos a receber	**8**	**1.441**	**691**
Créditos tributários e previdenciários	8.a	575	395
Outros créditos	8.b	866	296
Outros valores e bens - circulante	**9.a**	**1.674**	**1.637**
Bens à venda		1.674	1.637
Despesas antecipadas	**10**	**238**	**885**
Custos de aquisição diferidos - seguros	**11**	**7.478**	**220**
Ativo não circulante		**3.992**	**3.340**
Direitos de uso - Arrendamento	**12**	**708**	**369**
Imobilizado	**13**	**672**	**637**
Bens móveis		672	637
Intangível	**14**	**2.612**	**2.334**
Outros intangíveis		2.612	2.334
Total do ativo		**145.379**	**65.821**

Passivo e patrimônio líquido	Notas Explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante		**104.972**	**34.128**
Contas a pagar	**15**	**23.766**	**13.957**
Obrigações a pagar	15.a	12.538	8.163
Impostos e encargos sociais a recolher	15.b	7.486	2.967
Encargos trabalhistas	15.c	3.215	2.482
Impostos e contribuições	15.d	527	345
Débitos de operações com seguros e resseguros	**16**	**439**	**458**
Operações com seguradoras	16.a	–	156
Corretores de seguros e resseguros		152	4
Outros débitos operacionais	16.b	287	298
Depósito de terceiros		**89**	**4**
Provisões técnicas de seguros	**17**	**80.344**	**19.632**
Danos		80.344	19.632
Outros débitos	**12**	**334**	**77**
Passivo não circulante		**424**	**355**
Outros débitos		**424**	**355**
Provisões judiciais	18	10	55
Débitos diversos	12	414	300
Patrimônio líquido	**19**	**39.983**	**31.338**
Capital social		200.279	200.279
Aumento de capital em aprovação		12.659	–
Reserva de capital	23	11.399	4.181
Prejuízos acumulados		(184.354)	(173.122)
Total do passivo e patrimônio líquido		**145.379**	**65.821**

Demonstração do resultado

	Notas Explicativas	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos	**20.a**	**232.032**	**142.538**
(+/–) Variações das provisões técnicas de prêmios	20.b	(53.659)	(5.381)
(=) Prêmios ganhos		**178.373**	**137.157**
(–) Sinistros ocorridos	20.c	(97.383)	(70.034)
(–) Custos de aquisição	20.d	(3.629)	(66)
(–) Outras receitas e despesas operacionais	20.e	(228)	(356)
(–) Resultado com resseguros		**–**	**(790)**
(+) Receitas com resseguro		–	(125)
(–) Despesas com resseguro		–	(665)
(–) Despesas administrativas	20.f	(82.282)	(67.722)
(–) Despesas com tributos	20.g	(7.570)	(5.846)
(+) Resultado financeiro	20.h	1.558	81
(=) Resultado operacional		**(11.161)**	**(7.576)**
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(71)	(38)
Prejuízo do exercício		**(11.232)**	**(7.614)**
Quantidade de ações		1.174.142.636	836.309.380
Prejuízo por ação - R$		**(0,01)**	**(0,01)**

Demonstração do resultado abrangente

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(11.232)	(7.614)
Resultado abrangente total	(11.232)	(7.614)
Resultado abrangente total atribuído aos acionistas	(11.232)	(7.614)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**200.279**	**–**	**1.987**	**(165.508)**	**36.758**
Transação com pag. baseado em ações 2024	–	–	2.194	–	2.194
Prejuízo do exercício	–	–	–	(7.614)	(7.614)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**200.279**	**–**	**4.181**	**(173.122)**	**31.338**
Aumento de capital					
AGE de 22.12.2025	–	12.659	–	–	12.659
Transação com pag. baseado em ações 2025	–	–	7.218	–	7.218
Prejuízo do exercício	–	–	–	(11.232)	(11.232)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**200.279**	**12.659**	**11.399**	**(184.354)**	**39.983**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	**(11.232)**	**(7.614)**
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1.182	682
Juros sobre passivos de arrendamentos	81	32
Variação das provisões técnicas de seguros	53.503	(68)
Variação ativos de resseguro	–	240
Variação das provisões judiciais	(45)	39
Perda/ganho na alienação de imobilizado e intangível	71	(38)
Transação com pagamento baseado em ações	7.218	2.194
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(16.568)	5.834
Créditos das operações de seguros e resseguros	(54.816)	(2.728)
Créditos tributários e previdenciários	(180)	(25)
Títulos e créditos a receber	(570)	765
Outros valores e bens	(37)	(1.143)
Despesas antecipadas	647	(44)
Custos de aquisição diferidos	(7.258)	(219)
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas	–	1.176
Impostos e encargos sociais a recolher	4.519	994
Encargos trabalhistas	733	(275)
Impostos e contribuições	182	(77)
Obrigações a pagar	4.375	(797)
Débitos de operações com seguros e resseguros	66	(4.337)
Provisões técnicas de seguros e resseguros	7.209	7.297
Outros Débitos	–	336
Caixa (Consumido)/gerado pelas operações	**(10.920)**	**2.224**
Caixa líquido consumido pelas operações	**(10.920)**	**2.224**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda		
Venda imobilizado	7	38
Pagamento pela compra		
Aquisição de imobilizado	(435)	(154)
Aquisição de intangível	(742)	(2.196)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimento	**(1.170)**	**(2.312)**
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	12.659	–
Pagamento de passivos de arrendamento	(445)	(518)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de financiamento	**12.214**	**(518)**
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**124**	**(606)**
Caixa no início do período	2.648	3.254
Caixa no fim do período	2.772	2.648
Aumento/Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	**124**	**(606)**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Pier Seguradora S.A., doravante referida como "Companhia", foi formalmente constituída em 8 de outubro de 2020. Mediante a Ata de Assembleia Geral de Transformação, a Companhia recebeu a autorização para operar, conforme estipulado pela Portaria SUSEP nº 7.711, datada de 1º de dezembro de 2020, em um ambiente regulatório experimental conhecido como Sandbox Regulatório, com uma vigência inicial de 36 meses. Tal permissão foi concedida em conformidade com a Resolução CNSP nº 381 de 4 de março de 2020 e a Circular SUSEP nº 598 de 19 de março de 2020. Conforme a Portaria SUSEP nº 7.963, datada de 20 de maio de 2022, e publicada no Diário Oficial da União em 1º de junho de 2022, a licença para operar no Sandbox Regulatório foi convertida em uma licença definitiva para atuação em seguros de Automóvel (RCF e Casco) Smartphone, no segmento S3 (segmentação prudencial da SUSEP), abrangendo todo o território nacional. A Pier Holdings, sociedade privada com sede nas Ilhas Cayman, a estrutura societária no Brasil compreende a Pier Serviços Digitais Ltda. como controladora indireta, por meio da Pier Digital Participações Ltda., controladora direta da Pier Seguradora S.A. A sede e o escritório da Companhia estão localizados na Alameda Santos, número 2.400, 7º andar, Cerqueira César, São Paulo, Brasil. Cabe ressaltar que estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026. **2. Base de elaboração e apresentação: a. Base de preparação:** As Demonstrações Financeiras da empresa foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela SUSEP, bem como as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores. As informações contidas nas demonstrações financeiras e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações financeiras e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão, sendo consistentes entre si. **b. Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção das provisões técnicas que seguem os critérios da SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, e dos ativos financeiros e salvados mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Segregação entre Circulante e Não Circulante:** De acordo com as normas brasileiras de contabilidade, a Companhia classificou seus itens patrimoniais entre circulante e não circulante com base nos seguintes critérios: **Circulante:** São classificados como circulantes os ativos que atendem a pelo menos uma das seguintes condições: • Espera-se que sejam realizados ou liquidados, ou que se pretendem vender ou consumir, no curso normal do ciclo operacional da Companhia, o qual é considerado de 12 meses; • São mantidos essencialmente com a finalidade de negociação no curto prazo. **Não Circulante:** • Não se espera que sejam realizados ou liquidados, vendidos ou consumidos no ciclo operacional de 12 meses; • São mantidos com a finalidade de uso a longo prazo, para investimentos ou outros objetivos que não envolvem a negociação imediata. **d. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e. Uso de estimativas e julgamento:** Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão incluídos nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 6 -** Aplicações Financeiras; **Nota explicativa nº 17 -** Provisões técnicas e teste de adequação de passivos; **Nota explicativa nº 18 -** Provisões para processos judiciais; e **Nota explicativa nº 23 -** Pagamento baseado em ações - Stock Options. **f. Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse pressuposto. **g. Novas normas e interpretações não adotadas CPC 50 - contratos de seguro (IFRS 17):** O CPC 50 estabelece critérios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguro, bem como de determinados contratos de resseguro e de investimento com características de participação discricionária, no âmbito das demonstrações financeiras. O pronunciamento tem por finalidade assegurar a divulgação de informações relevantes e fidedignas, que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses contratos sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia. Na data-base destas demonstrações financeiras, o referido pronunciamento ainda não teve sua adoção requerida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, razão pela qual não foi aplicado pela Companhia. **CPC 51 - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis (IFRS 18):** O CPC 51 estabelece novos requisitos para a apresentação das demonstrações contábeis, especialmente no que se refere à estrutura da demonstração do resultado, à definição de subtotais obrigatórios e à divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Sua aplicação será obrigatória para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo admitida a adoção antecipada. A Companhia encontra-se avaliando os impactos decorrentes da adoção do referido pronunciamento, especialmente no que se refere à estrutura e à apresentação das demonstrações contábeis e às divulgações correlatas. **Resolução CNPS nº 476/2024:** A Resolução CNSP nº 476, de 26 de dezembro de 2024, estabeleceu novos requisitos relacionados à política de remuneração aplicável aos administradores, membros da alta administração e gestores com impacto relevante na exposição a riscos das sociedades supervisionadas pela SUSEP, incluindo aspectos de governança, diferimento e mecanismos de ajuste ao risco. A norma entrará em vigor em 2 de janeiro de 2026. A Administração está avaliando as adequações necessárias para atendimento às novas disposições regulamentares. **h. Novas normas e interpretações adotadas: Lei nº 15.040/2024 - Lei do contrato de seguros:** A Lei nº 15.040/2024, sancionada em 9 de dezembro de 2024, entrou em vigor em dezembro de 2025 e dispõe sobre normas aplicáveis aos seguros privados. Na data-base das presentes demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se aderente às disposições da referida Lei, não havendo impactos relevantes a serem reconhecidos no exercício de 2025. **Lei complementar nº 214/2025:** A Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, instituiu o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), estabelecendo nova sistemática de tributação sobre o consumo no Brasil, com implementação gradual a partir de 2026 e período de transição previsto até 2033. A Companhia está acompanhando os desdobramentos da referida legislação e seus eventuais impactos sobre suas operações. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **a. Contratos de seguros e classificação de contratos de seguros:** Um contrato de seguro é aquele no qual a Companhia assume um risco significativo do segurado, comprometendo-se a indenizá-lo em caso de um evento futuro, incerto, específico e adverso. Os contratos de resseguro também são considerados contratos de seguros, pois envolvem a transferência de riscos significativos de seguro. De acordo com a definição do CPC 11, a Administração da Companhia realizou uma análise detalhada de suas operações para classificar seus contratos como "contratos de seguro". Nessa análise, foram observados os preceitos estabelecidos no CPC 11, bem como as diretrizes da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Uma vez que um contrato é classificado como seguro, ele mantém essa classificação até o seu término, mesmo que o risco segurado se reduza significativamente ao longo da vigência, exceto nos casos em que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. As receitas de prêmios, juntamente com os custos de aquisição correspondentes, são reconhecidas no momento da emissão da apólice ou do início da vigência do risco, caso a apólice ainda não tenha sido emitida. Essas receitas e custos são apropriados de forma linear ao longo da vigência do contrato, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos. **b. Prêmios de seguros:** Os prêmios de seguros são contabilizados pela emissão da apólice ou no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a empresa constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda, com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado, no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. **c. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco imaterial de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **d. Instrumentos financeiros - mensuração e classificação:** Os ativos e passivos financeiros são classificados, mensurados e apresentados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação são descritos na nota abaixo. **Ativos financeiros - mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Todas as aplicações financeiras devem ser reconhecidas no Balanço Patrimonial e mensuradas de acordo com a categoria a qual foram classificadas. A Companhia classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócios cujo objetivo é a negociação ou aqueles designados nessa categoria no reconhecimento inicial. Esses ativos são mensurados ao valor justo, sendo as variações reconhecidas diretamente no resultado do período. As aplicações financeiras da Companhia estão substancialmente classificadas nessa categoria. **e. Salvados:** Os salvados referem-se a veículos recuperados pela Pier Seguradora após a liquidação de sinistros. Podem incluir veículos que tenham sido recuperados, total ou parcialmente, após um evento segurado. A constituição da reserva de salvados é aplicável para sinistros oriundos de cobertura ou natureza de incêndio, colisão, enchente, roubo ou furto localizado, roubo ou furto recuperado, terceiros - RCF. **Mensuração inicial:** Os salvados são inicialmente mensurados pelo valor justo na data de recuperação. O valor justo é determinado com base em avaliações técnicas e avaliações de mercado, levando em consideração as condições específicas de cada veículo. As reservas de salvados são atualizadas mensalmente de acordo com a variação da tabela FIPE e são definidas pela área responsável de acordo com as definições abaixo: • 49% do valor da tabela FIPE para danos de Pequena Monta; • 42% do valor da tabela FIPE para danos de Média Monta; • 16% do valor da tabela FIPE para danos de Grande Monta; • R$50,00 fixos para salvados sem valor comercial, destinados à destruição. As reservas são atualizadas de acordo com o tempo de permanência nos pátios de salvados, conforme as regras definidas abaixo; Tempo de permanência em pátio, entre 1 e 2 anos: • 49% do valor da tabela FIPE para danos de Pequena Monta, com aplicação de depreciação de 10%; • 42% do valor da tabela FIPE para danos de Média Monta, com aplicação de depreciação de 10%; • 16% do valor da tabela FIPE para danos de Grande Monta, com aplicação de depreciação de 10%; • R$50,00 fixos para salvados sem valor comercial, destinados à destruição. Tempo de permanência em pátio, entre 2 e 3 anos; • 49% do valor da tabela FIPE para danos de Pequena Monta, com aplicação de depreciação de 20%; • 42% do valor da tabela FIPE para danos de Média Monta, com aplicação de depreciação de 20%; • 16% do valor da tabela FIPE para danos de Grande Monta, com aplicação de depreciação de 20%; • R$50,00 fixos para salvados sem valor comercial, destinados à destruição. Tempo de permanência em pátio, acima de 3 anos: • 49% do valor da tabela FIPE para danos de Pequena Monta, com aplicação de depreciação de 40%; • 42% do valor da tabela FIPE para danos de Média Monta, com aplicação de depreciação de 40%; • 16% do valor da tabela FIPE para danos de Grande Monta, com aplicação de depreciação de 50%; • R$50,00 fixos para salvados sem valor comercial, destinados à destruição. A partir do terceiro ano, os salvados que estiverem ao valor depreciados ou fixo de R$50,00 serão baixados. Após esse período, o valor do veículo será reduzido a zero, sem impacto financeiro significativo. **f. Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos utilizados para a condução dos negócios. O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado. **Depreciação:** A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. **g. Ativo intangível:** São classificados como ativo intangível os softwares desenvolvidos internamente, licenças de uso de softwares de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos hardwares e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **h. Redução ao valor recuperável (impairment):** A constituição da reserva para redução ao valor recuperável é baseada na avaliação da existência de evidências objetivas de perda, considerando o julgamento da Administração, a natureza dos ativos e as informações disponíveis na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Ativos financeiros não derivativos incluindo recebíveis:** São avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas que não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, sendo este determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados por uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável. **i. Custo de aquisição:** No custo de aquisição são considerados custos diretos na obtenção e processamento de novos contratos de seguro. Esses são diferidos e apropriados aos resultados mensalmente, em bases lineares, pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência das apólices. **j. Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores e outras contas a pagar que são reconhecidas inicialmente ao valor de custo, no qual a Companhia entende ser igual ao valor de mercado. **k. Outros valores e bens - Direito de uso:** A Companhia avalia, na data de início de cada contrato, se este configura ou contém um arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2). Um contrato é considerado como arrendamento quando confere à Companhia o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período determinado, mediante contraprestação. No início ou na modificação de contratos que contenham componentes de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação a cada componente com base em seus preços individuais. A Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento, contabilizando os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado por pagamentos efetuados até a data de início, acrescido de custos diretos iniciais e de estimativas de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo subjacente ou na restauração do local, quando aplicável, deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. O ativo de direito de uso é depreciado linearmente ao longo do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo subjacente, o que for menor, e é avaliado periodicamente quanto à redução ao valor recuperável, quando aplicável. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos de arrendamento não efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, quando esta não puder ser determinada prontamente, pela taxa incremental. A Companhia optou pela aplicação da taxa incremental. **l. Hierarquia do valor justo:** Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Por exemplo, preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, taxas de juros e curvas de rendimento observáveis em intervalos comumente cotados, volatilidades implícitas, spreads de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos financeiros mensurados a valor justo são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do exercício. A determinação do valor justo das aplicações financeiras é efetuada da seguinte forma: Quotas em

continua→★

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A.

★ continuação

fundos de investimentos: O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Títulos Públicos: Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Abaixo o quadro com a classificação por nível hierárquico:

			31/12/2025	31/12/2024
	Nível I	Nível II	Valor de mercado	Valor de mercado
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	41.302	–	41.302	32.981
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	2.693	–	2.693	2.542
Fundo	–	10.549	10.549	2.518
CDB	–	65	65	–
Total	**43.995**	**10.614**	**54.609**	**38.041**

m. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias: Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **n. Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA). De acordo com estas normativas, a Companhia constitui as seguintes provisões técnicas: **Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG:** A PPNG é constituída pela parcela dos prêmios emitidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP. **Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG RVNE:** A PPNG-RVNE corresponde a uma parcela estimada da PPNG referente a riscos cuja vigência já tenha se iniciado, mas cuja emissão ainda não tenha ocorrido. Atualmente a companhia adota a seguinte metodologia de cálculo: Inicialmente é estimado o Prêmio RVNE e, uma vez calculado o Prêmio RVNE, é estimada a PPNG RVNE e todos os demais componentes correlatos (Comissão RVNE, CAD RVNE). O cálculo da estimativa do Prêmio RVNE é realizado a partir da série histórica de prêmios emitidos em atraso em cada data-base, sendo calculados percentuais a fim de ter uma "medida de atraso de emissão" que serão aplicados sobre o Prêmio Emitido do mês corrente. Isto posto, os demais componentes da estimativa de RVNE são obtidos a partir do Teste de Consistência em que é calculada a relação histórica entre cada uma delas (Comissão RVNE e CAD RVNE) e o Prêmio RVNE ou a PPNG RVNE. **Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL:** A PSL é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, avisados até a data das demonstrações financeiras, líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos. Quando necessário, deve contemplar ajustes de IBNER para sinistros ocorridos e não suficientemente reservados (IBNeR), visando cobrir variações que os sinistros provisionados em PSL sofrerão ao longo do processo de regulação, sejam elas positivas ou negativas. A apuração do IBNER é feita com base em metodologia estabelecida em Nota Técnica Atuarial, sendo adotada a metodologia do "The Chain-Ladder or Loss-Development Triangle Method". A técnica de estimação da provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados - IBNeR baseia-se na construção do "triângulo de run-off" ou "loss development triangle". O triângulo de desenvolvimento considera o primeiro aviso do sinistro e suas movimentações para um histórico de 36 meses. **Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR:** A provisão de IBNR é constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, através de metodologia própria estabelecida em Nota Técnica Atuarial. A Companhia adota a metodologia do "The Chain-Ladder or Loss-Development Triangle Method". A técnica de estimação da provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR baseia-se na construção do "triângulo de run-off" ou "loss development triangle". O triângulo de desenvolvimento considera a ocorrência e aviso do sinistro para um histórico de 36 meses. **Provisão de Despesas Relacionadas - PDR:** Conforme determinam a Resolução CNSP nº 432/2021, a Circular SUSEP nº 648/21 e respectivas atualizações, a PDR tem por objetivo garantir a cobertura dos valores esperados a liquidar referentes às despesas de regulação de sinistros, estejam eles ainda pendentes de pagamento (sinistros provisionados em PSL) ou ainda não registrados (sinistros provisionados em IBNR). A PDR é, portanto, apurada de forma segregada, como parte da PSL, do Ajuste IBNeR e do IBNR, com base nas metodologias estabelecidas nas respectivas Notas Técnicas Atuariais. O valor da estimativa da PDR de IBNR do mês será calculada através de um percentual de despesas relacionadas aos sinistros pendentes, sendo a relação das despesas do mês dividido pelo total da PSL (Provisão de Sinistros a Liquidar) do mês. O mencionado percentual será aplicado sobre o montante do IBNR do mês, constituindo o valor da Provisão de Despesas Relacionadas, aberta por ramo. **Provisão de Valores a Regularizar - PVR:** A Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR) é uma provisão não estimada atuarialmente e refere-se às restituições de prêmios a serem devolvidos aos segurados, sendo o fato gerador da baixa da PVR o efetivo pagamento (devolução). **Teste de Adequação de Passivos (TAP) e Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** Em atendimento à Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, foi elaborado o estudo atuarial para Teste de Adequação de Passivos - TAP, que consiste na verificação se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Depois de finalizado o estudo atuarial do teste de adequação de passivos da Companhia para a data-base de 31 de dezembro de 2025, avaliou-se que as obrigações decorrentes dos contratos de todos seus planos de seguro cuja vigência tenha se iniciado até a data-base do teste não apontaram a necessidade de constituição da PCC e/ou ajustes de suas provisões de sinistros. As premissas do TAP para data-base de dezembro de 2025 são: **Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ):** As estimativas correntes dos fluxos de caixa projetados serão descontadas a valor presente pela curva prefixada em 31 de dezembro de 2025, proveniente da estrutura a termo de uma taxa de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP; **Sinistralidade bruta de salvados:** Para projeção dos sinistros futuros a ocorrer dos riscos registrados na PPNG, consideramos a sinistralidade obtida da própria experiência da carteira a partir do FIP/SUSEP da Companhia para o período de dezembro de 2023 a dezembro de 2025, obtido pela relação de sinistros ocorridos brutos de salvados e prêmios ganhos e apuramos uma sinistralidade de 33,83% para o grupo (01) smartphone e 68,93% para o grupo (02) Casco + RCF. Por fim, não foi realizado nenhum ajuste manual de sinistros outliers. **Cancelamento:** Estimamos o cancelamento futuro de riscos registrados na PPNG a partir do FIP da Companhia para o período entre julho de 2025 e dezembro de 2025, obtido pela relação de prêmio cancelado e o prêmio ganho e apuramos um índice de 6,54% para o grupo (01) - smartphone e para o grupo (02) Casco + RCF, utilizamos o período entre julho de 2025 e dezembro de 2025 e apuramos um índice de 10,2%. Vale destacar que a partir do segundo semestre de 2024 a companhia passou a comercializar apólices com vigências anuais para o grupo auto. **Despesa com Sinistros:** A sinistralidade considerada como premissa, contempla a relação entre a indenização e despesa e o prêmio ganho;

Despesa Administrativa: A premissa de despesas administrativas para sinistros futuros (a ocorrer) foi obtida a partir de um estudo realizado pela área de controladoria da Companhia, em que projetou qual seria o montante a ser incorrido pela Companhia em caso de run-off. Vale destacar que a D.A total de R$ 4.919 mil foi rateada entre os ramos obedecendo a mesma proporção do Net Carrying Amount (NCA) dos mesmos na data-base de dezembro de 2025 resultando em uma D.A de 28% para o grupo (01) smartphone e 72% para grupo (02) Casco + RCF. **Tributos:** Para a componente tributos (PIS/COFINS) utilizamos a alíquota padrão de mercado de 4,65%, nomeadamente 0,65% de (PIS) e 4% de (COFINS), a ser aplicado, se positivo, sobre o resultado operacional (prêmios ganhos - sinistros pagos + sinistros salvados) apurado em cada horizonte de projeção. **Salvados:** Estimamos a premissa de salvados a partir do FIP/SUSEP da Companhia (Quadro 7 do FIP), considerando a posição acumulada até dezembro de 2025, obtido pela relação do valor de ajuste de salvados (PSL+IBNR) e saldo da provisão (PSL+IBNR) e apuramos um índice de 0,00% para o grupo (01) Smartphone e 11,83% para o grupo (02) Casco + RCF. **Resultado do TAP da parcela de prêmios (sinistros a ocorrer):** Considerando-se que a carteira é composta apenas por riscos registrados na PPNG e, adotando-se as premissas descritas acima, chegamos à conclusão de que não há necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC e/ou ajustes de suas provisões de sinistros na data-base de 31 de dezembro de 2025.

	PPNG constituída líquida CAD diretamente relacionado à PPNG	Valor presente do fluxo de caixa relacionado à PPNG	PCC-PPNG
Smartphone	15.334	6.547	–
Auto	38.897	28.563	–
Total	**54.231**	**35.110**	**–**

Resultado do TAP da Parcela de sinistros (sinistros ocorridos)

Para o teste dos sinistros ocorridos, adotamos modelos de estimativa de IBNP e utilizamos triângulos de sinistros pagos e não identificamos necessidade de ajuste na provisão de IBNR.

	Provisão total de sinistros	Valor presente do fluxo de caixa relacionado a sinistros ocorridos	Ajuste de IBNR
Smartphone	1.179	994	–
Auto	14.527	13.242	–
Total	**15.706**	**14.236**	**–**

o. Imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R$ 240 mil anuais. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 15%. Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados são desconhecidos quando a Companhia não apresentar histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, comprovado pela ocorrência de prejuízos fiscais, ou não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado. **p. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. As receitas e despesas financeiras incluem as variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os sinistros são reconhecidos no resultado com base no registro oficial dos sinistros notificados, de forma a refletir a sinistralidade estimada dos contratos com cobertura de risco em vigor, considerando as indenizações a serem pagas no curso do processamento e da regulação dos sinistros. Os custos de aquisição correspondem aos gastos diretos incorridos na obtenção e no processamento de novos contratos de seguro. Tais custos são diferidos e apropriados ao resultado de forma linear, mensalmente, ao longo do período de reconhecimento dos prêmios de seguros, de acordo com o prazo de vigência das respectivas apólices. **q. Benefícios a empregados:** A Companhia concede benefícios de curto prazo aos seus empregados, tais como plano de assistência à saúde, vale-transporte, vale-refeição e vale-alimentação, os quais são mensurados e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A Companhia não possui políticas de participação nos lucros e resultados. **4. Gerenciamento de riscos:** A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, as sociedades de capitalização, as sociedades seguradoras e as resseguradoras locais devem avaliar, de forma contínua e abrangente, a sua exposição aos riscos decorrentes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros, considerando a natureza, a complexidade e a relevância de cada risco para o negócio. **a. Riscos de seguros:** A Companhia adota um processo estruturado de seleção e aceitação de riscos, baseado em perfis previamente definidos, com o objetivo de alcançar uma frequência de sinistros compatível com a carteira e mitigar a ocorrência de fraudes. Os perfis de interesse relacionados aos produtos de cobertura de smartphones e automóveis são avaliados por meio de modelos analíticos e tecnologias proprietárias, desenvolvidos para suportar decisões consistentes de subscrição, reduzir vieses de julgamento humano e promover maior eficiência na avaliação dos riscos. Os riscos assumidos pela Companhia encontram-se amplamente pulverizados entre milhares de segurados, com limites máximos de importância segurada previamente estabelecidos, o que reduz o impacto de riscos individuais sobre o resultado global da carteira. A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados pela Companhia e é fundamentada na experiência histórica do setor, bem como em premissas atuariais adequadas às características dos produtos e da carteira.

Riscos por região de atuação:

				2025
	Casco	RCF	Smartphone	Total
Centro-Oeste	4.120	1.065	30	5.215
Distrito federal	2.434	751	56	3.241
Nordeste	6.038	812	337	7.187
Norte	43	13	28	84
Sudeste	95.053	20.721	83.190	198.964
Sul	12.923	3.315	254	16.492
Total	**120.611**	**26.677**	**83.895**	**231.183***

				2024
	Casco	RCF	Smartphone	Total
Centro-Oeste	1.329	137	14	1.480
Distrito federal	1.112	191	10	1.313
Nordeste	4.990	300	76	5.366
Norte	3	–	–	3
Sudeste	49.612	5.731	69.031	124.374
Sul	8.303	1.634	65	10.002
Total	**65.349**	**7.993**	**69.196**	**142.538**

(*) Os valores do quadro não consideram prêmios de RVNE no montante de R$ 849 mil (R$ 0 em 2024), pois, por ainda não terem sido emitidos na data-base, não é possível definir a respectiva região.

b. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e de ativos financeiros. A exposição da Companhia ao risco de crédito decorrente de prêmios a receber de segurados é considerada baixa, uma vez que, nos termos da regulamentação aplicável, os contratos de seguro podem ser cancelados em caso de inadimplência, limitando a existência de prêmios vencidos e não pagos. Dessa forma, a exposição máxima ao risco de crédito relacionada aos prêmios a receber é substancialmente reduzida. Os ativos financeiros da Companhia são alocados com base em uma política de risco controlado, priorizando a aplicação em títulos públicos, que garantem um risco de crédito limitado.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

			31/12/2025
Ativo	Rating brAAA	Sem rating	Valor justo
Caixa e bancos	1.635	1.137	2.772
Prêmios a receber	–	73.175	73.175
Valor justo por meio do resultado			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	41.302	–	41.302
Notas do Tesouro Nacional (NTN-b)	2.693	–	2.693
CDB	65	–	65
Quotas de fundos de investimento	10.549	–	10.549
Exposição máxima ao risco de crédito	**56.244**	**74.312**	**130.556**

			31/12/2024
Ativo	Rating brAAA	Sem rating	Valor justo
Caixa e bancos	1.373	1.275	2.648
Prêmios a receber	–	18.359	18.359
Valor justo por meio do resultado			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	32.981	–	32.981
Notas do Tesouro Nacional (NTN-b)	2.542	–	2.542
Quotas de fundos de investimento	2.518	–	2.518
Exposição máxima ao risco de crédito	**39.414**	**19.634**	**59.048**

c. Risco de liquidez: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento. Os recursos são alocados em liquidez imediata, quotas de fundo de investimento e títulos públicos para suprir as necessidades da Companhia. A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Ativos financeiros	**106.928**	**24.204**	**131.132**	**29.292**	**27.503**	**56.795**
Disponível	2.772	–	2.772	–	–	–
Aplicações financeiras	30.405	24.204	54.609	10.538	27.503	38.041
Prêmios a receber	73.175	–	73.175	18.359	–	18.359
Créditos tributários e previdenciários	576	–	576	395	–	395
Passivos financeiros	**104.262**	**–**	**104.262**	**33.749**	**–**	**33.749**
Obrigações a pagar	12.538	–	12.538	8.163	–	8.163
Impostos e encargos sociais a recolher	7.486	–	7.486	2.967	–	2.967
Encargos trabalhistas	3.215	–	3.215	2.482	–	2.482
Impostos e contribuições	527	–	527	345	–	345
Operações com seguradoras	–	–	–	156	–	156
Corretores de seguros e resseguros	152	–	152	4	–	4
Provisões técnicas	80.344	–	80.344	19.632	–	19.632
Liquidez	**2.666**	**24.204**	**26.870**	**(4.457)**	**27.503**	**23.046**

d. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, ações concorrenciais ou mudanças sociais podem ter sobre a Companhia. A Companhia monitora esses riscos através de pesquisas, gestão de ativos financeiros e análises concorrenciais e testes de sensibilidade que demonstram os impactos possíveis no resultado. **Taxa de juros:** A Companhia gerencia seus ativos financeiros visando reduzir o impacto de uma mudança drástica nas taxas de juros, mantendo suas aplicações financeiras em títulos privados indexados à variação do CDI. Os impactos no resultado devido a uma oscilação na taxa de juros estão demonstrados abaixo: A Companhia atua no mercado segurador, cuja principal função é a preservação do patrimônio de seus clientes e embora esteja sujeita ao risco de redução de volumes de subscrição relacionados ao poder de compra dos consumidores, o efeito observado tem sido o oposto: a estratégia de preços reduzidos da Companhia tem atraído consumidores que buscam redução de custos com os produtos de seguros e preservação de seu patrimônio.

			31/12/2025
Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação Resultado
Ativos financeiros	Aumento de 30 bps na taxa CDI	54.609	164
Ativos financeiros	Redução de 30 bps na taxa CDI	54.609	(164)

			31/12/2024
Classe	Premissas	Saldo Contábil	Variação Resultado
Ativos financeiros	Aumento de 30 bps na taxa CDI	38.041	114
Ativos financeiros	Redução de 30 bps na taxa CDI	38.041	(114)

e. Risco operacional: A Companhia realiza sua gestão de riscos operacionais com base em metodologias reconhecidas como COSO ERM e ISO 31000 que buscam identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e reportar os riscos operacionais identificados em processos e decisões de negócios da seguradora. Após a classificação de riscos, é realizada junto a Diretoria Executiva da Companhia a implementação de planos de ação de mitigação ou redução de exposição ao risco junto às áreas de negócio. Os riscos são monitorados e acompanhados pela área de Gestão de Riscos, Controles Internos e Compliance periodicamente por meio do mapa de riscos da Companhia junto a Diretoria Executiva. **Sinistralidade:** Os impactos no resultado devido à variação na sinistralidade estão demonstrados abaixo:

			31/12/2025
Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado
Sinistralidade	Aumento de 10 p.p na sinistralidade	97.383	17.837
Sinistralidade	Redução de 10 p.p na sinistralidade	97.383	(17.837)

			31/12/2024
Classe	Premissas	Saldo contábil	Variação resultado
Sinistralidade	Aumento de 10 p.p na sinistralidade	70.034	13.716
Sinistralidade	Redução de 10 p.p na sinistralidade	70.034	(13.716)

f. Risco de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas. A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP. Vide nota explicativa 19.B.

5. Disponível:	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	3	2
Bancos	2.769	2.646
Total	**2.772**	**2.648**

6. Aplicações financeiras:

a. Ativos financeiros (ao valor justo por meio do resultado):

A classificação das aplicações financeiras por categoria é apresentada da seguinte forma:

							31/12/2025
	Taxa de Juros Contratada	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Custo	Valor Justo	Valor Contábil	%
LFT	100% Selic	29.445	–	11.857	36.922	41.302	41.302	76%
NTN-b	De 2,72% a 6,61%	526	–	2.167	2.581	2.693	2.693	5%
CDB	100% CDI	–	–	65	65	65	65	0%
Quotas de Fundo de investimento	Pós-Fixado	434	–	10.115	9.615	10.549	10.549	19%
Total		**30.405**	**–**	**24.204**	**49.183**	**54.609**	**54.609**	**100%**

							31/12/2024
	Taxa de Juros Contratada	Até 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de Custo	Valor Justo	Valor Contábil	%
LFT	100 % Selic	–	8.020	24.961	28.128	32.981	32.981	87%
NTN-b	De 2,45% a 6,71%	–	–	2.542	2.581	2.542	2.542	7%
Quotas de Fundo de Investimento	Pós-Fixado	–	2.518	–	2.518	2.518	2.518	7%
Total		**–**	**10.538**	**27.503**	**33.227**	**38.041**	**38.041**	**100%**

Os ativos financeiros marcados a valor justo pelo resultado seguem os critérios adotados na determinação dos valores de mercado, conforme estabelece o CPC 46, de Nível 1 e Nível 2 na hierarquia do valor justo. No Nível 1, incluem-se instrumentos financeiros cujo valor justo é determinado com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos, disponíveis na data de mensuração. No Nível 2, enquadram-se os instrumentos financeiros cujo valor justo é apurado com base em dados observáveis no mercado, direta ou indiretamente, tais como curvas de juros, índices ou preços de instrumentos similares.

b. Movimentação das aplicações:

	01/01/2025	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2025
CDB	–	53.120	(53.408)	353	65
LFT	32.981	31.443	(26.532)	3.410	41.302
NTN-b	2.542	–	(162)	313	2.693
Fundo	2.518	7.115	–	916	10.549
Total	**38.041**	**91.678**	**(80.102)**	**4.992**	**54.609**

	01/01/2024	Aplicações	Resgates	Rendimentos	31/12/2024
CDB	4.204	184	(4.567)	179	–
LFT	39.051	21.976	(31.911)	3.865	32.981
NTN-b	620	2.003	(54)	(27)	2.542
Fundo	–	2.500	–	18	2.518
Total	**43.875**	**26.663**	**(36.532)**	**4.035**	**38.041**

c. Ativos em cobertura de provisões técnica:

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação financeira vinculada	53.458	35.100
Total dos ativos em cobertura	**53.458**	**35.100**
Provisões técnicas - Seguros	80.344	19.632
Direito creditório	(50.136)	–
Total a ser coberto	**30.208**	**19.632**
Suficiência de capital	**23.250**	**15.468**
% Cobertura	**77%**	**79%**

No exercício de 2025, a Companhia passou a constituir o direito creditório em razão da alteração no perfil de sua carteira, com maior participação de contratos de seguro com vigência anual. Esse perfil resulta na existência de prêmios a receber relacionados a riscos já assumidos, os quais passaram a ser considerados na apuração da cobertura das provisões técnicas, em conformidade com as práticas regulatórias aplicáveis.

7. Crédito das operações com seguros e resseguros:

a. Prêmios a receber:

		31/12/2025
Ramo	Prêmios a receber de segurados	%
Automóvel	51.792	71%
Smartphone	21.383	29%
Total	**73.175**	**100%**

		31/12/2024
Ramo	Prêmios a receber de segurados	%
Automóvel	7.828	43%
Smartphone	10.531	57%
Total	**18.359**	**100%**

A Companhia emite apólices com vigência mensal e anual. As cobranças relativas às apólices de vigência mensal são realizadas por meio de cartão de crédito ou PIX, com prazos de recebimento previamente definidos. Para as apólices de vigência anual, as cobranças podem ser efetuadas por meio de cartão de crédito ou boleto bancário, podendo envolver parcelamento. Nos casos de inadimplência, são aplicados os encargos previstos contratualmente e, não havendo a regularização dos valores dentro dos prazos estabelecidos, as apólices são canceladas, conforme a regulamentação aplicável.

b. Prêmios a receber por vencimento:

			31/12/2025
	Smartphone	Automóvel	Total
A vencer	14.159	40.320	**54.479**
Vencido até 30 dias	7.066	10.363	**17.429**
Vencidos de 31 a 60 dias	152	254	**406**
Vencidos de 61 a 90 dias	2	3	**5**
Vencidos de 91 a 120 dias	1	1	**2**
Vencidos de 121 a 180 dias	2	2	**4**
Vencidos de 181 a 360 dias	–	1	**1**
Total Geral	**21.382**	**50.944**	**72.326**

			31/12/2024
	Smartphone	Automóvel	Total
A vencer	10.380	7.628	**18.008**
Até 30 dias	151	200	**351**
Total Geral	**10.531**	**7.828**	**18.359**

Os valores apresentados neste quadro não incluem os prêmios relativos à RVNE.

c. Movimentação de prêmios:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**18.359**	**13.111**
Prêmios emitidos líquido de cancelamentos	232.032	142.538
IOF	17.136	10.519
Prêmios recebidos	(191.449)	(143.778)
Descontos promocionais	(3.752)	(4.031)
Constituição RVNE	4.671	–
Reversão RVNE	(3.822)	–
Saldo Final	**73.175**	**18.359**

d. Prazo médio de parcelamento:

		31/12/2025
Quantidade de parcelas	Smartphone	Automóvel
1 a 5	25,79%	17,20%
6 a 11	3,79%	44,83%
12	70,42%	37,97%

		31/12/2024
Quantidade de parcelas	Smartphone	Automóvel
1 a 5	59,71%	85,53%
6 a 11	2,55%	7,99%
12	37,73%	6,48%

8. Títulos e créditos a receber:

a. Créditos tributários e previdenciários:

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos de renda e CSLL a compensar	575	7
IOF a compensar	–	370
Outros créditos tributários	–	18
Total	**575**	**395**

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar em 31 de dezembro de 2025 decorre de pagamentos realizados por estimativa ao longo do exercício, nos termos da legislação aplicável. Em razão da apuração de prejuízo fiscal no encerramento do exercício, os montantes pagos passaram a ser registrados como crédito tributário a compensar.

b. Outros créditos:

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de férias	107	24
Adiantamento a fornecedores	52	79
Ressarcimentos a receber	307	182
Demais créditos a receber	400	11
Total	**866**	**296**

9. Outros valores e bens:

a. Bens à venda-Salvados:

	31/12/2025 Salvados à venda	31/12/2024 Salvados à venda
Automóvel	1.674	1.637
Total	**1.674**	**1.637**

Por vencimento	Qtde.	Valor
Até 30 dias	66	1.214
de 31 a 60 dias	8	96
de 61 a 90 dias	6	113
de 91 a 120 dias	2	40
de 121 a 180 dias	3	22
de 181 a 365 dias	6	92
Acima de 365 dias	12	97
Total	**103**	**1.674**

A Companhia realizou a análise e reavaliação de 100% dos salvados disponíveis em estoque, assegurando que estão reconhecidos contabilmente por valor justo e disponíveis para venda.

b. Movimentação de salvados:

Saldo em 31/12/2024	**1.637**
Constituições	11.617
Cancelamentos	(165)
Vendas	(11.415)
Saldo em 31/12/2025	**1.674**

10. Despesas antecipadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas administrativas antecipadas	238	885
Total	**238**	**885**

continua →★

→★ continuação

Alfa Seguradora S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 02.713.529/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

b) Ativos de resseguros - Provisões técnicas: I. Composição dos saldos

	31.12.2025					31.12.2024
		SINISTROS				
	PPNG [1]	PSL [2]	IBNR e PDR	Subtotal	Total	Total
Automóvel	5.813	4.171	786	4.957	10.770	17.886
Compreensivo	4.084	8.046	1.746	9.792	13.876	25.601
Lucros cessantes	148	456	59	515	663	638
Riscos diversos	5	5	–	5	10	169
Responsabilidade civil	3.819	11.369	2.506	13.875	17.694	27.451
Total em 31.12.2025	**13.869**	**24.047**	**5.097**	**29.144**	**43.013**	**71.745**
Total em 31.12.2024	**30.070**	**35.778**	**5.898**	**41.675**	**71.745**	

[1] Inclui o montante de R$ 6.542 (R$ 1.816 em 31.12.2024) referente a prêmios de resseguro não proporcional. [2] Inclui 258 (290 em 31.12.2024) casos de sinistros judiciais no montante de R$ 11.379 (R$ 12.302 em 31.12.2024).

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025			01.01 a 31.12.2024
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	Total	Total
Saldo no início do período	**30.070**	**41.675**	**71.745**	**52.586**
Variação das provisões técnicas	(16.201)	34.455	18.254	65.424
Recebimento de sinistros	–	(47.051)	(47.051)	(48.724)
Atualização monetária	–	65	65	2.459
Saldo no final do período	**13.869**	**29.144**	**43.013**	**71.745**

c) Custos de aquisição diferidos: I. Composição dos saldos

	31.12.2025		31.12.2024	
	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Acidentes pessoais	1.249	12	977	12
Automóvel	29.988	12	31.808	12
Compreensivo	11.830	11	13.676	12
Lucros cessantes	403	11	411	12
Riscos diversos	42	12	43	12
Responsabilidade civil	11.069	12	12.539	12
Outros	895	12	957	12
Total [1]	**55.476**		**60.411**	

(1) Deste montante, R$ 23.879 (R$ 41.279 em 31.12.2024) refere-se à comissão líquida registrada na rubrica "Corretores de seguros e resseguros".

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Saldo no início do período	**60.411**	**52.950**
Comissões	143.275	146.206
Apropriação no resultado	(148.210)	(138.745)
Saldo no final do período	**55.476**	**60.411**

d) Provisões técnicas - Seguros: I. Composição dos saldos

	31.12.2025							31.12.2024
				SINISTROS				
Danos	PPNG e PRVNE	PVR [1]	PSL e IBNER [2]	IBNR	PDR [3]	Subtotal	Total	Total
Acidentes pessoais	5.548	52	650	80	36	766	6.366	5.359
Automóvel	138.132	1.813	63.192	5.527	3.773	72.492	212.437	236.972
Compreensivo	25.217	255	20.925	1.888	2.346	25.159	50.631	66.532
Lucros cessantes	769	11	797	78	102	977	1.757	1.589
Riscos diversos	160	–	75	9	–	84	244	192
Responsabilidade civil	51.701	666	67.363	7.924	4.983	80.270	132.637	157.155
Outros	3.561	145	508	420	14	942	4.648	4.798
Total em 31.12.2025	**225.088**	**2.942**	**153.510**	**15.926**	**11.254**	**180.690**	**408.720**	**472.597**
Total em 31.12.2024	**257.232**	**1.794**	**184.247**	**17.625**	**11.699**	**213.571**	**472.597**	

[1] Refere-se a Provisão de Valores a Regularizar de devoluções de prêmios. [2] O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de sinistros judiciais é de R$ 53.229 (R$ 54.706 em 31.12.2024), sendo R$ 34.994 (R$ 36.982 em 31.12.2024) classificados como perda provável, R$ 17.161 (R$ 16.617 em 31.12.2024) como perda possível e R$ 1.074 (R$ 1.107 em 31.12.2024) como perda remota. [3] Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 318 (R$ 359 em 31.12.2024).

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025						01.01 a 31.12.2024
			SINISTROS				
	PPNG e PRVNE	PVR [1]	PSL, IBNER, IBNR e PDR Adm	PSL, IBNER, IBNR e PDR Jud	Subtotal	Total	Total
Saldo no início do período	**257.232**	**1.794**	**136.847**	**76.724**	**213.571**	**472.597**	**414.809**
Sinistros Ocorridos	–	–	355.495	3.372	358.867	358.867	195.115
Variação de provisões técnicas	(32.144)	1.148	2.688	–	2.688	(28.308)	34.323
Sinistros pagos	–	–	(383.939)	(11.872)	(395.811)	(395.811)	(182.196)
Atualização Monetária	–	–	121	1.254	1.375	1.375	10.546
Saldo no final do período	**225.088**	**2.942**	**111.212**	**69.478**	**180.690**	**408.720**	**472.597**

[1] Refere-se a Provisão de Valores a Regularizar de devoluções de prêmios.

e) Garantias das provisões técnicas

	31.12.2025	31.12.2024
Total de provisões técnicas a serem garantidas - Provisões técnicas	**221.397**	**232.903**
Provisões técnicas de seguros - Nota 6(d-I)	408.720	472.597
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(34.422)	(57.474)
Direitos creditórios sobre prêmios de seguros [1]	(130.381)	(157.224)
Custo de aquisição diferidos redutores [2]	(22.520)	(24.996)
Ativos garantidores das provisões técnicas - Cotas de fundos de investimentos	**286.700**	**348.653**
Cobertura Excedente	**65.303**	**115.750**

[1] Corresponde ao montante de créditos decorrente do parcelamento dos prêmios de seguros a vencer de riscos emitidos e, também de riscos vigentes e não emitidos. Não são consideradas as parcelas vencidas e vincendas do mesmo devedor. [2] Despesas efetivamente liquidadas diretamente relacionadas ao valor de cada prêmio comercial registrado e diferidas individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco abrangido pela PPNG constituída.

f) Débitos das operações com resseguradoras

	31.12.2025	31.12.2024
Prêmios cedidos a liquidar	28.934	33.769
Comissão a recuperar	(3.726)	(4.723)
Sinistros	61	61
Ajuste ao valor de realização	(180)	(519)
Total	**25.089**	**28.588**

g) Depósitos de terceiros

	31.12.2025	31.12.2024
Até 30 dias	1.512	1.214
De 31 a 180 dias	205	127
De 181 a 365 dias	35	1
Acima de 365 dias	17	3
Total	**1.769**	**1.345**

h) Principais ramos de atuação (bruto de resseguro): I. Composição do resultado por ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistros Ocorridos		Custo de Aquisição		Outras receitas e despesas operacionais		Operações de Resseguros [1]		Total	
Ramos	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Acidentes pessoais	9.443	8.593	(41)	(817)	(2.106)	(1.808)	(25)	(13)	–	–	7.271	5.955
Automóveis	287.224	295.578	(208.129)	(210.114)	(61.407)	(58.609)	(7.535)	(11.191)	(5.408)	(2.893)	4.745	12.771
Compreensivo	105.311	103.959	(24.830)	(55.497)	(55.151)	(44.465)	(2.379)	(3.517)	(7.931)	7.492	15.020	7.972
Lucros Cessantes	3.738	2.734	(522)	(498)	(2.198)	(1.599)	(6)	(5)	(320)	127	692	759
Riscos Diversos	338	251	(117)	(25)	(84)	(58)	(1)	–	(172)	(145)	(36)	23
Responsabilidade Civil	112.040	133.402	(71.902)	(98.506)	(25.232)	(29.664)	(302)	(185)	(3.638)	(900)	10.966	4.147
Demais	7.452	9.350	(2.075)	(2.435)	(2.032)	(2.542)	37	(954)	–	–	3.382	3.419
Subtotal	**525.546**	**553.867**	**(307.616)**	**(367.892)**	**(148.210)**	**(138.745)**	**(10.211)**	**(15.865)**	**(17.469)**	**3.681**	**42.040**	**35.046**
(Provisão)/ Reversão para risco de crédito	–	–	–	–	–	–	13.348	(13.619)	–	–	13.348	(13.619)
Total	**525.546**	**553.867**	**(307.616)**	**(367.892)**	**(148.210)**	**(138.745)**	**3.137**	**(29.484)**	**(17.469)**	**3.681**	**55.388**	**21.427**

[1] O resultado líquido está representado por receita de recuperação de sinistros ocorridos, IBNR e PDR e as despesas representado substancialmente por repasse de prêmios e variações da PPNG de resseguro e resseguro não proporcional.

II. Índice de sinistralidade e índice de comissionamento

	Índice de Sinistralidade (%)		Índice de Comissionamento (%)	
Ramos	2025	2024	2025	2024
Acidentes pessoais	(0,4)	(9,5)	(22,3)	(21,0)
Automóveis	(72,5)	(71,1)	(21,4)	(19,8)
Compreensivo	(23,6)	(53,4)	(52,4)	(42,8)
Lucros Cessantes	(14,0)	(18,2)	(58,8)	(58,5)
Riscos Diversos	(34,6)	(10,0)	(24,9)	(23,1)
Responsabilidade Civil	(64,2)	(73,8)	(22,5)	(22,2)
Demais	(27,8)	(26,0)	(27,3)	(27,2)
Total	**(58,5)**	**(66,4)**	**(28,2)**	**(25,1)**

i) Teste de adequação do passivo - TAP: As premissas utilizadas no cálculo do Teste de Adequação de Passivos (TAP), realizado em 31.12.2025, são as seguintes: (i) Para os contratos abrangidos pela Companhia, as premissas são definidas conforme as características contratuais e técnicas de cada produto. O TAP considera a projeção dos fluxos futuros de caixa das obrigações vigentes, respeitada a fronteira do contrato, incluindo, conforme aplicável, prêmios futuros contratualmente previstos, benefícios, sinistros esperados, resgates, cancelamentos, despesas de regulação e liquidação de sinistros e demais despesas administrativas diretamente atribuíveis. As bases de dados utilizadas nas projeções são reconciliadas com as informações estatísticas e contábeis encaminhadas ao órgão regulador. As taxas de juros contratuais e demais condições financeiras previstas nos contratos são consideradas na projeção dos fluxos de caixa, conforme aplicável. Os fluxos são projetados em base bruta de resseguro, sendo os efeitos dos contratos de resseguro considerados de forma consistente com a recuperabilidade dos respectivos ativos. (ii) As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base na Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, observada a aderência ao indexador da obrigação e assegurada a consistência entre a inflação considerada nas projeções e a respectiva taxa de desconto. A taxa esperada dos ativos que suportam as provisões técnicas é determinada com base na política de investimentos da Companhia e considerada para fins de avaliação da consistência econômico-financeira, sem alterar o critério de desconto estabelecido pela regulamentação vigente. As premissas atuariais adotadas refletem as condições contratuais dos produtos, a experiência histórica da Companhia, tendências observadas na carteira e hipóteses biométricas compatíveis com a natureza das obrigações. Quando permitido pela regulamentação aplicável, é realizada a compensação entre fluxos positivos e negativos dentro de grupos de contratos com riscos homogêneos. O resultado do TAP é apurado por grupos de contratos com características de risco homogêneas. Em 31 de dezembro de 2025, o teste indicou que as provisões técnicas registradas são suficientes para fazer face às obrigações futuras estimadas dos contratos vigentes, não sendo necessária a constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

j) Salvados: I. Composição dos saldos

	31.12.2025			31.12.2024		
	Salvados	Ajuste valor recuperável	Valor ajustado	Salvados	Ajuste valor recuperável	Valor ajustado
De 0 a 30 dias	–	–	–	760	(760)	–
De 31 a 60 dias	504	(2)	502	1.474	(1.474)	–
De 61 a 90 dias	1.418	(18)	1.400	3.417	(3.417)	–
De 91 a 120 dias	998	(8)	990	2.557	(2.557)	–
De 121 a 150 dias	616	(4)	612	2.308	(2.308)	–
De 151 a 180 dias	592	(8)	584	90	(90)	–
Pendentes até 365 dias	1.781	(31)	1.750	677	(677)	–
Pendente acima de 365 dias	4.793	(94)	4.699	2.353	(2.353)	–
Total	**10.702**	**(165)**	**10.537**	**13.636**	**(13.636)**	–

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Saldo no início do período	**–**	**11.106**
Aviso de salvados	62.039	66.239
Ajustes/encerramento de salvados	4.515	(3.966)
Vendas	(69.488)	(60.075)
Redução ao valor recuperável [1]	13.471	(13.304)
Saldo no final do período	**10.537**	**–**

[1] Inclui efeitos de revisão de estimativa de perda.

III. Expectativa de salvados

Desenvolvimento das efetivas realizações de salvados			Expectativa para realização dos ativos de salvados à venda [1]		
Prazo em meses	**31.12.2025**	**31.12.2024**	**Prazo em meses**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
0	–	1	0	–	–
1	842	1.802	1	4.496	5.218
2	13.424	12.867	2	1.422	2.201
3	18.116	15.985	3	999	1.483
4	13.211	10.284	4	719	1.044
5	7.075	4.884	5	546	736
6	3.885	3.501	6	419	556
7	3.116	2.692	7	330	415
8	1.468	704	8	274	320
9	901	683	9	232	261
10	1.030	541	10	203	213
11	719	941	11	170	179
12	769	521	12	145	144
>12 meses	4.932	4.669	>12 meses	747	866
Total Geral	**69.488**	**60.075**	**Total Geral**	**10.702**	**13.636**

[1] Não inclui estimativas de redução ao valor recuperável.

7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS: A tabela de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior da tabela demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Não segregamos os sinistros judiciais devido ao volume imaterial de casos, o que não resultaria em informação útil ao usuário. A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro - Nota 6(d-I): R$ 153.510.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estimativas de Sinistros											
Na data de aviso	212.351	251.367	194.222	229.557	234.661	343.740	498.901	393.347	399.599	360.785	
Um ano após	224.586	260.906	200.012	237.600	245.752	363.136	526.486	407.193	405.811		
Dois anos após	227.049	261.621	201.151	240.382	247.373	367.636	529.988	403.454			
Três anos após	229.734	262.842	201.967	240.981	249.104	369.947	529.693				
Quatro anos após	230.926	263.412	202.572	242.469	249.552	370.652					
Cinco anos após	231.675	263.618	203.444	243.875	250.068						
Seis anos após	233.075	265.049	204.171	245.176							
Sete anos após	232.241	267.365	206.391								
Oito anos após	233.298	266.283									
Nove anos após	232.983										
Estimativas em 31.12.2025	**232.983**	**266.283**	**206.391**	**245.176**	**250.068**	**370.652**	**529.693**	**403.454**	**405.811**	**360.785**	**3.271.296**
Pagamentos de Sinistros											
Na data de aviso	171.872	203.042	151.272	181.521	183.200	264.600	395.292	312.123	289.772	275.073	
Um ano após	221.733	257.259	197.737	235.349	242.650	359.780	515.859	392.040	396.467		
Dois anos após	223.252	259.201	199.171	237.934	244.591	363.281	520.217	394.936			
Três anos após	224.322	259.888	199.853	239.061	246.325	365.837	521.549				
Quatro anos após	225.053	260.539	200.249	240.481	247.005	366.920					
Cinco anos após	225.857	261.359	201.316	241.110	247.188						
Seis anos após	227.333	261.949	201.634	241.977							
Sete anos após	228.360	263.023	203.038								
Oito anos após	229.349	263.453									
Nove anos após	229.608										
Pagamentos em 31.12.2025	**229.608**	**263.453**	**203.038**	**241.977**	**247.188**	**366.920**	**521.549**	**394.936**	**396.467**	**275.073**	**3.140.209**
PSL em 31.12.2025	**3.375**	**2.830**	**3.353**	**3.199**	**2.880**	**3.732**	**8.144**	**8.518**	**9.344**	**85.712**	**131.087**
Passivos de sinistros anteriores a 2016											**15.100**
PSL retrocessão em 31.12.2025											**206**
IBNER em 31.12.2025											**18.700**
Ajuste de Salvados/Ressarcimentos da PSL											**(11.583)**
Total do Passivo em 31.12.2025											**153.510**

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma: • Provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro - Nota 6(d-I): R$ 153.510; • (–) Recuperação de sinistros a liquidar: R$ 24.047; e • Provisão de sinistros a liquidar, líquida de resseguro: R$ 129.463.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estimativas de Sinistros											
Na data de aviso	197.849	238.711	186.898	219.678	223.491	325.761	462.302	357.767	343.885	330.081	
Um ano após	207.879	248.196	192.310	227.292	234.321	343.099	485.474	366.952	347.575		
Dois anos após	209.779	248.867	193.398	229.714	235.589	346.710	487.601	362.985			
Três anos após	210.781	250.086	194.050	230.181	237.002	348.452	486.604				
Quatro anos após	211.598	250.621	194.528	231.281	237.336	348.816					
Cinco anos após	212.159	250.688	195.285	232.378	237.867						
Seis anos após	212.929	252.047	195.928	233.829							
Sete anos após	213.422	254.388	197.552								
Oito anos após	214.076	253.279									
Nove anos após	213.756										
Estimativas em 31.12.2025	**213.756**	**253.279**	**197.552**	**233.829**	**237.867**	**348.816**	**486.604**	**362.985**	**347.575**	**330.081**	**3.012.344**
Pagamentos de Sinistros											
Na data de aviso	161.802	193.635	145.667	173.938	176.026	252.553	367.106	285.298	250.938	250.969	
Um ano após	205.531	244.786	190.187	225.302	231.444	340.245	475.888	354.148	340.049		
Dois anos após	206.977	246.632	191.607	227.762	233.336	343.477	479.457	356.553			
Três anos após	208.014	247.288	192.077	228.676	234.361	345.452	480.625				
Quatro anos após	208.689	247.924	192.454	229.778	234.998	346.011					
Cinco anos após	209.237	248.608	193.314	230.311	235.181						
Seis anos após	210.115	249.091	193.628	231.082							
Sete anos após	210.879	250.126	194.788								
Oito anos após	211.865	250.555									
Nove anos após	212.119										
Pagamentos em 31.12.2025	**212.119**	**250.555**	**194.788**	**231.082**	**235.181**	**346.011**	**480.625**	**356.553**	**340.049**	**250.969**	**2.897.932**
PSL em 31.12.2025	**1.637**	**2.724**	**2.764**	**2.747**	**2.686**	**2.805**	**5.979**	**6.432**	**7.526**	**79.112**	**114.412**
Passivos de sinistros anteriores a 2016											**12.637**
PSL retrocessão em 31.12.2025											**206**
IBNER em 31.12.2025											**13.791**
Ajuste de Salvados/Ressarcimentos da PSL											**(11.583)**
Total do Passivo em 31.12.2025											**129.463**

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS:

	2025	2024
Pessoal e encargos sociais	(32.797)	(30.684)
Localização e funcionamento	(6.132)	(6.546)
Serviços de terceiros	(13.180)	(8.959)
Outras	(7.532)	(6.676)
Total	**(59.641)**	**(52.865)**

continua →★

★ continuação

As despesas administrativas antecipadas referem-se a gastos pagos antecipadamente, cuja apropriação ao resultado ocorre em períodos subsequentes, de acordo com o regime de competência.

11. Custo de aquisição diferido

Custo de Aquisição Diferido	31/12/2025	31/12/2024
Automóvel	7.406	219
Smartphone	72	1
Total	**7.478**	**220**

Os custos de aquisição diferidos referem-se, substancialmente, às comissões das apólices, apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do risco. O aumento do saldo em 31 de dezembro de 2025 reflete o maior volume de apólices de vigência anual emitidas no exercício, associado à ampliação do canal de distribuição por meio de corretores e ao início da comercialização do produto de seguros para smartphones nesse canal.

Automóvel		Smartphone	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**219**	**Saldo em 31 de dezembro de 2024**	**1**
Constituições	35.801	Constituições	119
Apropriação no Resultado	(28.614)	Apropriação no Resultado	(48)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**7.406**	**Saldo em 31 de dezembro de 2025**	**72**

12. Direitos de uso - Arrendamentos

ATIVO	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial dos Ativos de Direito de Uso	**369**	**55**
Baixa de Contrato Anterior	–	(55)
Novos Contratos	735	714
Depreciação do período	(396)	(345)
Saldo Final dos Ativos de Direito de Uso	**708**	**369**
PASSIVO	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo Inicial do Arrendamento	**377**	**48**
Novos Contratos	735	815
Arrendamentos pagos	(445)	(518)
Apropriação Encargos Financeiros	81	32
Saldo Final do Arrendamento	**748**	**377**
Vencimento das prestações	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Até 1 ano	445	85
Entre 1 e 2 anos	464	365
Juros embutidos	(161)	(73)
Saldo do Passivo de Arrendamento	**748**	**377**

O passivo de arrendamento é reconhecido pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados pela taxa incremental de empréstimo da Companhia de 23% na data de início de cada contrato. Os encargos financeiros a transcorrer correspondem à diferença entre o valor dos pagamentos futuros de arrendamento e o respectivo valor presente, sendo apropriados ao resultado ao longo do prazo dos contratos.

13. Imobilizado

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 01/01/2025	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Hardware	20%	**609**	435	(78)	(295)	**671**
Móveis e utensílios	10%	**1**	**–**	–	–	**1**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11 a 50%	**27**	**–**	–	(27)	**–**
Total Imobilizado		**637**	**435**	**(78)**	**(322)**	**672**

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 01/01/2024	Aquisição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Hardware	20%	**771**	117	(38)	(241)	**609**
Móveis e utensílios	10%	**1**	**–**	–	–	**1**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11 a 50%	**–**	37	–	(10)	**27**
Total Imobilizado		**772**	**154**	**(38)**	**(251)**	**637**

14. Intangível

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 01/01/2025	Aquisição	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2025
Software	20%	321	43	–	(104)	260
P³ - Portal do Parceiro - Auto	20%	2.013	334	–	(354)	1.993
P³ - Portal do Parceiro - Smartphone	20%	–	365	–	(6)	359
Total Intangível		**2.334**	**742**	**–**	**(464)**	**2.612**

Descrição	Taxa ao ano	Saldo em 01/01/2024	Aquisição	Baixas	Amortização	Saldo em 31/12/2024
Software	20%	224	183	–	(86)	321
Software em Desenvolvimento - Projeto P3 Auto	20%	–	2.013	–	–	2.013
Total Intangível		**224**	**2.196**	**–**	**(86)**	**2.334**

Em 2024, a Companhia iniciou o desenvolvimento do Portal do Parceiro, plataforma tecnológica destinada a suportar a estratégia de relacionamento com corretores e a ampliação dos canais de distribuição. Os custos incorridos durante a fase de desenvolvimento foram capitalizados como ativo intangível, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 04 - Ativo Intangível. No exercício de 2025, o referido sistema tornou-se disponível para uso, passando o ativo intangível a ser amortizado pelo método linear, com base em sua vida útil estimada. A Companhia iniciou, em 2025, o desenvolvimento do Portal do Parceiro - Smartphone, o qual se tornou disponível para uso no mesmo exercício, passando a ser reconhecido como ativo intangível e amortizado de acordo com sua vida útil estimada. Os ativos intangíveis são avaliados periodicamente quanto à sua recuperabilidade. No exercício de 2025, com base nas avaliações realizadas, não foram identificadas evidências de redução ao valor recuperável.

15. Contas a pagar

a. Obrigações a pagar	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	6.613	4.256
Remunerações a pagar	5.676	3.655
Outros	249	252
Total obrigações a pagar	**12.538**	**8.163**

b. Impostos e encargos sociais a recolher

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre operações financeiras - IOF	5.535	1.366
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	973	833
Imposto sobre serviços retido - ISS	15	–
Contribuições previdenciárias	651	566
Contribuições para o FGTS	251	202
Outros impostos e encargos sociais	61	–
Total impostos e encargos sociais a recolher	**7.486**	**2.967**

c. Encargos trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões para férias	2.398	1.851
Encargos sociais sobre férias	817	631
Total encargos trabalhistas	**3.215**	**2.482**

d. Impostos e contribuições

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	453	297
PIS	74	48
Total encargos trabalhistas	**527**	**345**

16. Débitos de operações com seguros e resseguros

a. Operações com seguradoras

Prêmios a restituir

	31/12/2025	31/12/2024
Smartphone	–	121
Auto	–	35
Total	**–**	**156**

Em atendimento ao Ofício Circular Eletrônico nº 1/2025/COMOC/CGMOP/DISUP/SUSEP, a partir de 2025 os valores referentes a prêmios a restituir passaram a ser classificados na Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR), não sendo mais apresentados no grupo Débitos de Operações com Seguros e Resseguros.

b. Outros débitos	31/12/2025	31/12/2024
Desconto antecipado de fatura	287	298
Total outros débitos	**287**	**298**

17. Provisões técnicas - seguros

a. Provisões técnicas

31/12/2025

Ramo	Provisão para prêmios não ganhos	Provisão de valores a regularizar	Provisão de sinistros a liquidar*	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total
Automóvel	48.254	128	13.835	652	41	**62.910**
Smartphone	16.067	189	1.089	89	–	**17.434**
Total - danos	**64.321**	**317**	**14.924**	**741**	**41**	**80.344**

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A.

31/12/2024

Ramo	Provisão para prêmios não ganhos	Provisão de valores a regularizar	Provisão de sinistros a liquidar*	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	Provisão de despesas relacionadas	Total
Automóvel	4.730	–	7.442	371	204	**12.747**
Smartphone	5.932	–	885	68	–	**6.885**
Total - danos	**10.662**	**–**	**8.327**	**439**	**204**	**19.632**

* A provisão de sinistros a liquidar inclui IBNER e a estimativa de salvados e ressarcidos, apurados conforme metodologia atuarial adotada pela Companhia.

b. Movimentação das provisões técnicas

	Saldo em 31/12/2024	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2025
Provisão para prêmios não ganhos	10.662	385.523	(331.864)	–	64.321
Provisão de valores a regularizar	–	940	(623)	–	317
Provisão de sinistros a liquidar	8.327	122.081	(27.725)	(87.759)	14.924
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	439	7.548	(7.246)	–	741
Provisão de despesas relacionadas	204	1.405	(323)	(1.245)	41
Total	**19.632**	**517.497**	**(367.781)**	**(89.004)**	**80.344**

	Saldo em 31/12/2023	Constituições	Reversões	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Provisão para prêmios não ganhos	5.280	142.538	(137.156)	–	10.662
Provisão de sinistros a Liquidar	6.464	114.811	(44.777)	(68.171)	8.327
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	409	5.286	(5.256)	–	439
Provisão de despesas relacionadas	182	2.290	(2.268)	–	204
Total	**12.335**	**264.925**	**(189.457)**	**(68.171)**	**19.632**

c. Desenvolvimento de sinistros

Valores Brutos

Ano de ocorrência	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Incorrido mais IBNR						
Até a data-base	193	19.764	76.857	68.172	71.118	95.612
Um ano mais tarde	107	19.035	76.949	68.258	72.344	–
Dois anos mais tarde	107	19.037	77.152	68.656	–	–
Três anos mais tarde	107	19.051	77.380	–	–	–
Quatro anos mais tarde	107	19.057	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	107	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2025	**107**	**19.057**	**77.380**	**68.656**	**72.344**	**95.612**
Pago Acumulado						
Até a data-base	(15)	(17.770)	(69.694)	(61.239)	(61.852)	(79.245)
Um ano mais tarde	(107)	(19.035)	(76.774)	(67.913)	(71.650)	–
Dois anos mais tarde	(107)	(19.037)	(77.027)	(68.260)	–	–
Três anos mais tarde	(107)	(19.050)	(77.314)	–	–	–
Quatro anos mais tarde	(107)	(19.053)	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	(107)	–	–	–	–	–
Posição em 31/12/2025	**(107)**	**(19.053)**	**(77.314)**	**(68.260)**	**(71.650)**	**(79.245)**
Provisão de Sinistros em 31/12/2025	**–**	**4**	**66**	**396**	**694**	**16.367**
Falta/Sobra acumulada	**86**	**707**	**(523)**	**(484)**	**(1.226)**	**–**
% da Falta/Sobra acumulada	**81%**	**4%**	**-1%**	**-1%**	**-2%**	**0%**

18. Provisões judiciais: A Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação. **Processos trabalhistas:** Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, envolvendo pedidos de indenizações relacionadas a questões trabalhistas. A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo, sendo formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas. **Processos cíveis:** :Refere-se à estimativa global de perdas com ações relacionadas ao desenvolvimento normal das atividades comerciais da Companhia, abrangendo questões como devolução de prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações. Os Processos judiciais movidos por terceiros, buscando obter vínculo empregatício, são provisionados a partir da data de entrada do processo, com base no valor médio dos pagamentos efetuados em ações encerradas. As provisões são atualizadas mensalmente. Demonstramos abaixo a posição das contingências cíveis e trabalhistas em 31 de dezembro de 2025:

31/12/2025

Classificação	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Cível	**32**	**417**	**10**
Perda Remota	18	110	–
Perda Possível	10	297	–
Perda Provável	4	10	10
Trabalhista	**2**	**34**	**0**
Perda Possível	2	34	–
Total	**34**	**451**	**10**

31/12/2024

Classificação	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Cível	**30**	**193**	**55**
Perda Remota	12	67	–
Perda Possível	7	71	55
Perda Provável	11	55	–
Trabalhista	**3**	**67**	**–**
Perda Possível	3	67	–
Total	**33**	**260**	**55**

19. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é representado por ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal. Em 22 de dezembro de 2025, foi realizado aporte de capital no montante de R$ 12.659 mil, cujo aumento de capital correspondente encontra-se em processo de homologação/aprovação pela SUSEP na data-base destas demonstrações financeiras. Após a conclusão desse processo, o capital social passará de 836.309.380 ações para 1.174.142.636 ações. **b. Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:** O capital mínimo requerido é determinado pelo maior valor entre o capital base e o capital de risco.

	31.12.2025	31.12.2024
Patrimônio líquido	**39.983**	**31.338**
(–) Despesas Antecipadas	(238)	(885)
(–) Intangível	(2.612)	(2.334)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	13.040	3.028
Patrimônio líquido ajustado (a)	**50.173**	**31.147**
PLA Nível 1	37.133	28.119
PLA Nível 2	13.040	3.028
PLA Nível 3	–	–
Capital-base (b)	**8.100**	**8.100**
Capital de Risco de Subscrição	35.184	22.313
Capital de Risco de Crédito	1.308	349
Capital de Risco Operacional	1.379	919
Risco de Mercado	273	128
Benefício da Correlação entre risco	(838)	(268)
Capital de Risco (c)	**37.306**	**23.441**
Capital mínimo requerido (d) [maior entre (b), (c)]	**37.306**	**23.441**
Suficiência de capital (e = a - d)	**12.867**	**7.706**
(%) Suficiência de capital (e/d)	**34%**	**33%**
(%) Índice de solvência (a/d)	**134%**	**133%**

20. Detalhamento das contas de resultado:

a. Prêmios emitidos

31/12/2025

	Emitido	Cancelado	Prêmio Emitido Líquido
Automóvel	157.232	(9.094)	148.138
Smartphone	88.587	(4.693)	83.894
Total	**245.819**	**(13.787)**	**232.032**

31/12/2024

	Emitido	Cancelado	Prêmio Emitido Líquido
Automóvel	75.846	(2.504)	73.342
Smartphone	72.680	(3.484)	69.196
Total	**148.526**	**(5.988)**	**142.538**

b. Variação da PPNG

	31/12/2025 Variação da PPNG	31/12/2024 Variação da PPNG
Automóvel	(43.524)	(1.958)
Smartphone	(10.135)	(3.423)
Total	**(53.659)**	**(5.381)**

c. Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade

	31/12/2025	Sinistralidade	31/12/2024	Sinistralidade
Automóvel	(72.040)	69%	(48.419)	68%
Smartphone	(25.343)	34%	(21.615)	33%
Total	**(97.383)**	**55%**	**(70.034)**	**51%**

O índice de sinistralidade foi calculado com base nos prêmios ganhos.

d. Custo de aquisição

31/12/2025

	Comissões	Variação dos custos de aquisição diferidos	Total
Automóvel	10.653	(7.043)	3.610
Smartphone	90	(71)	19
Total	**10.743**	**(7.114)**	**3.629**

31/12/2024

	Comissões	Variação dos custos de aquisição diferidos	Total
Automóvel	285	(219)	66
Total	**285**	**(219)**	**66**

Em 2025, houve aumento relevante nos custos de aquisição em relação ao exercício anterior, decorrente, principalmente, da consolidação do canal de corretores como um dos principais canais de distribuição do produto de seguros de automóveis, refletindo o maior volume de prêmios emitidos e, consequentemente, de comissões incorridas no período. Adicionalmente a Companhia iniciou, em novembro de 2025, a comercialização do produto de seguros para smartphones por meio do Portal do Parceiro, plataforma digital utilizada como canal de distribuição junto a corretores, o que contribuiu para o crescimento dos custos de aquisição associados a esse produto. A variação dos custos de aquisição diferidos acompanha a evolução do volume de negócios no período, refletindo o reconhecimento e a apropriação no resultado desses custos de acordo com a vigência das apólices.

e. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões cíveis	(58)	(202)
Outras	(170)	(154)
Total	**(228)**	**(356)**

f. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal próprio	(50.281)	(40.166)
Despesas com serviço de terceiros	(6.271)	(4.105)
Despesas com localização e funcionamento	(4.777)	(3.533)
Despesas com publicidade e propaganda	(12.120)	(12.367)
Despesas com publicações	(35)	(39)
Despesas com donativos e contribuições	(174)	(160)
Despesas com software	(8.075)	(6.959)
Outras despesas administrativas	(549)	(393)
Total	**(82.282)**	**(67.722)**

g. Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	(4.316)	(3.371)
PIS	(701)	(551)
IOF	(37)	(50)
Taxa de fiscalização - SUSEP	(2.206)	(1.870)
Outros tributos	(310)	(4)
Total	**(7.570)**	**(5.846)**

h. Resultado financeiro	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras		
Rendimentos com títulos públicos	3.722	3.856
Receitas com títulos de renda fixa	1.269	179
Outras receitas financeiras	219	155
Total	**5.210**	**4.190**
Despesas Financeiras		
Despesas financeiras com operações de seguros	(3.552)	(4.076)
Juros de arrendamento	(81)	(32)
Outras despesas financeiras	(19)	(1)
Total	**(3.652)**	**(4.109)**
Total Geral	**1.558**	**81**

21. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: O Imposto de Renda é calculado pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro líquido que excede a R$ 240 anuais, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada pela alíquota de 15%.

	31/12/2025 Imposto de renda	31/12/2025 Contribuição social	31/12/2024 Imposto de renda	31/12/2024 Contribuição social
Prejuízo contábil	**(11.232)**	**(11.232)**	**(7.614)**	**(7.614)**
Ajustes ao prejuízo contábil	10.872	10.872	1.271	1.243
Base de Cálculo	**(360)**	**(360)**	**(6.343)**	**(6.371)**
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Total de tributos	**–**	**–**	**–**	**–**

22. Partes relacionadas: A administração considera como partes relacionadas à Pier Seguradora S.A. o pessoal-chave da administração da Companhia e as entidades integrantes do mesmo grupo econômico. A controladora direta da Companhia é a Pier Digital Participações Ltda., detentora de 100% do capital social, a qual é controlada pela Pier Serviços Digitais Ltda. (100%), que, por sua vez, é controlada pela Pier LLC (100%), controlada integralmente pela Pier Holdings. Essa definição está em conformidade com as diretrizes estabelecidas no CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas. **Remuneração do pessoal-chave da administração:** A remuneração de pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 compreende o valor de 4.849 (3.849 em 31 de dezembro de 2024), que inclui salários, gratificações e benefícios não monetários, tais como vale alimentação e vale refeição e plano de saúde. **23. Pagamento baseado em ações - Stock Option:** A Companhia possui uma Política de Plano de Ações para concessão de opções de ações ordinárias, de emissão da Holding da Companhia denominada Pier Holdings, para colaboradores e diretores executivos, baseado no atingimento de metas de performances. As condições do Plano de Stock Options são: • As opções de ações são condicionadas a um período mínimo (Cliff) de um ano de permanência do beneficiário na Companhia; • A partir do período mínimo de 1 ano, o beneficiário adquire o direito de exercer 25% das opções de ações anualmente até o período final de 4 anos, onde 100% das opções de ações são vestidas (Vesting Period); • O prazo máximo para exercer as opções de ações 100% vestidas é de 10 anos; • Em caso de desligamento, o beneficiário tem o período máximo de 90 dias para exercer as opções já vestidas; • O método de liquidação ocorre através da entrega de instrumentos patrimoniais A Companhia utiliza o CPC 10 como base para a contabilização e para a divulgação dos planos de opção de compra de opções. As despesas correspondentes aos serviços prestados pelos empregados são reconhecidas no resultado da Companhia à medida em que os serviços são prestados pelos funcionários, ao longo do período de aquisição de direito *(vesting period)*, com o correspondente aumento da reserva de capital no patrimônio líquido, com base no valor justo da ação na data da concessão. O valor justo das opções foi estimado na data de concessão por meio da aplicação do modelo de precificação de opções Black & Scholes. Para o valor justo do preço atual da ação (preço spot), foi considerado o Fair Market Value da ação ordinária da Pier Holdings na data de concessão, conforme determinado em relatório independente de avaliação (409A), que apurou o valor de US$ 1,00 por ação ordinária. Para o preço de exercício das opções, considerou-se o strike price estabelecido no momento da concessão para cada opção outorgada ao empregado. Em relação à taxa livre de risco, foi usada a taxa dos títulos do tesouro dos EUA (US Treasury bond) com vencimento de 2,5 anos obtida através do site do Departamento de Tesouro Americano. Por fim, foi utilizada uma volatilidade média ponderada de 60%, calculada com base numa análise de volatilidade histórica de empresas de capital aberto com similaridades à Companhia, levando em consideração fatores específicos da Pier, incluindo tamanho, crescimento esperado e risco relativo.

	Quantidade	Valor de Mercado (USD)	Preço Médio Ponderado (USD)	Valor de Mercado (BRL)	Preço Médio Ponderado (BRL)
Opções em Circulação em 2024	**2.984.469**	**804**	**0,27**	**4.181**	**1,40**
Outorgadas durante o período	1.953.000	1.587	1,22	9.347	4,79
Direito prescrito durante o período	(1.972.127)	(411)	0,21	(2.129)	1,08
Opções Exercíveis em 2025	**2.965.342**	**1.980**	**0,67**	**11.399**	**3,84**

24. Outras Informações: Os honorários dos auditores independentes praticados pela KPMG, relativo à auditoria do exercício de 2025, foram de R$ 423 mil (R$ 400 mil em 2024). **25. Evento Subsequente:** Em janeiro de 2026, após a data-base destas demonstrações financeiras, foi anunciada a nomeação de Camila Ribeiro Kataguiri para o cargo de Diretora Presidente (CEO) da Companhia, em substituição a Igor Medauar Mascarenhas, que passou a assumir a posição de Presidente do Conselho da Pier Holdings. A Administração avaliou que esse evento não teve impactos sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho ou os fluxos de caixa da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não sendo, portanto, objeto de ajuste nas presentes demonstrações financeiras.

Diretoria

Camila Ribeiro Kataguiri
Diretora Presidente

Eduardo Souza Mattos
Diretor Financeiro

Contadora

Patricia de Azevedo Guimarães Corrêa
CRC 1SP306641/O-5

Atuário

Leonardo da Silva Tersino
MIBA 1.686

Parecer dos auditores atuariais independentes

Aos Administradores e Acionistas
Pier Seguradora S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Pier Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Pier Seguradora S.A.** em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

pwc

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Vinícius Oliveira Cecaroli
MIBA 2699

continua →★

→★ continuação

Alfa Seguradora S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 02.713.529/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

9. CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Contas a pagar	317	–
Dividendos a pagar - Nota 13 (b)	6.225	2.346
Participação nos lucros a pagar	2.971	3.284
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	–	101
Serviços de assistência - repasse	25.055	11.116
Total	**34.568**	**16.847**

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES: a) Ativos Contingentes: Não há ativos contingentes a serem divulgados.
b) Passivos Contingentes - Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias

	01.01 a 31.12.2025				01.01 a 31.12.2024
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias [1]	Total	Total
Saldo no início do período	**59**	**4.353**	**17.495**	**21.907**	**11.503**
Atualização/Encargos	(1)	608	1.267	1.874	288
Movimentação do período Refletida no Resultado	10	256	2.842	3.108	10.361
Constituição/(Reversão)	10	256	3.181	3.447	10.361
Reversão por êxito	–	–	(339)	(339)	–
Pagamento	(11)	65	(15)	39	(245)
Saldo no final do período	**57**	**5.282**	**21.589**	**26.928**	**21.907**
Depósitos em Garantia de Recursos - 31.12.2025 [2]	**9.254**	**1.837**	**9.450**	**20.541**	
Depósitos em Garantia de Recursos - 31.12.2024 [2]	**9.093**	**1.650**	**8.820**	**19.563**	

[1] As principais ações relativas às Contingências Fiscais e Previdenciárias são: (i) PIS alargamento de base no montante de R$ 5.831 (R$ 5.612 em 31.12.2024); (ii) INSS - Discute a incidência da aplicação do FAP no montante de R$ 1.498 (R$ 1.417 em 31.12.2024); (iii) PERDCOMP não homologada no montante de R$ 4.608 (R$ 4.276 em 31.12.2024); (iv) Auto de infração de CSLL referente ao ano calendário de 2014, no montante R$ 5.760 (R$ 5.304 em 31.12.2024); (v) CPMF - Discute a incidência da CPMF sobre a transferência da carteira de planos previdenciários no montante de R$ 767 (R$ 734 em 31.12.2024); e (vi) PIS/COFINS sobre excesso de reserva técnica no montante de R$ 2.933 (R$ 0 em 31.12.2024). [2] Em cíveis, referem-se a depósitos judiciais relacionados a sinistros no valor de R$ 9.254 (R$ 8.937 em 31.12.2024).
Em 31.12.2025, não há passivos contingentes cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como perda possível. Em 31.12.2024 o valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecidos, foi de R$ 147. Os depósitos judiciais vinculados às contingências estão registrados no ativo na rubrica "Depósitos judiciais".
11. TRIBUTOS: a) Composição das despesas com impostos e contribuições: I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social e após Participações sobre o Resultado	**27.207**	**(30.634)**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(10.883)	12.254
(Inclusões)/Exclusões Permanentes - Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis e outros	6	(2.511)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(10.877)**	**9.743**

II. Despesas com tributos

	2025	2024
PIS/COFINS	(11.977)	(11.590)
Despesas com taxa de fiscalização	(2.206)	(1.930)
Contingências fiscais	(2.842)	(3.145)
Outras	(1.576)	(323)
Total	**(18.601)**	**(16.988)**

b) Ativos e passivos fiscais diferidos: I. Composição

	31.12.2025	31.12.2024
Impostos a compensar [1]	1.972	1.916
Créditos tributários de diferenças temporárias [2]	7.310	11.833
Prejuízo fiscal e base negativa [2]	29.187	31.088
Total	**38.469**	**44.837**

[1] Estão classificados no ativo circulante. [2] Estão classificados no ativo não circulante.
II. Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias

	2026	2027	2028	2029	2030	2031 a 2033	2034 a 2035	Total [1]
Créditos tributários	3.496	3.029	3.306	3.352	6.358	9.651	7.305	**36.497**

[1] Ajuste a valor presente de R$ 26.016, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.
III. Movimentação das diferenças temporárias e tributos diferidos e sobre o prejuízo fiscal e base negativa

	31.12.2025		
	Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Saldo no final do período
Provisão para risco de crédito eredução ao valor recuperável	6.390	(5.386)	1.004
Provisão para contingências	4.216	1.401	5.617
Outros	1.227	(538)	689
Total sobre diferenças temporárias	**11.833**	**(4.523)**	**7.310**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	31.088	(1.901)	29.187
Total em 31.12.2025	**42.921**	**(6.424)**	**36.497**
Total em 31.12.2024	**33.194**	**9.727**	**42.921**

c) Impostos e encargos sociais a recolher

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda retido na fonte	516	860
ISS retido	257	199
IOF	6.340	12.143
Contribuições previdenciárias e outras	334	691
Total	**7.447**	**13.893**

d) Impostos e contribuições a pagar

	31.12.2025	31.12.2024
PIS/COFINS	946	1.191
Imposto de Renda e Contribuição social	79	–
Total	**1.025**	**1.191**

12. INTANGÍVEL

	Saldo no início do período	Amortizações	Saldo no final do período
Desenvolvimento de Sistemas e marcas e patentes	28	(7)	21
Total em 31.12.2025	**28**	**(7)**	**21**
Total em 31.12.2024	**580**	**(552)**	**28**

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: O Capital Social no montante de R$ 257.430 (R$157.430 em 31.12.2024) está representado por 216.242.785 (102.106.933 em 31.12.2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	31.12.2025	
Acionistas	**Quantidade**	**%**
Corumbal Participações e Administradora Ltda.	216.233.766	99,99%
Banco Safra S.A.	9.019	0,01%
Total	**216.242.785**	**100,00%**

Em Assembleias Gerais Extraordinárias da Alfa Seguradora S.A. realizadas em 19.07.2024 e 29.10.2024 foi deliberado o aumento do capital social no valor de R$ 66.525, cuja integralização ocorreu em 31.07.2024, passando o capital social de R$ 90.905, dividido em 66.819.615 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, para R$ 157.430, dividido em 102.106.933 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A homologação do referido aumento de capital social pela SUSEP ocorreu em 19.11.2024 através da Portaria CGRAJ/SUSEP 2320/2024. Em Assembleia Geral Extraordinária da Alfa Seguradora S.A. realizada em 08.09.2025 foi deliberado o aumento do capital social no valor de R$ 100.000, cuja integralização ocorreu em 08.09.2025, passando o capital social de R$ 157.430, dividido em 102.106.933 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, para R$ 257.430, dividido em 216.242.785 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. A homologação do referido aumento de capital social pela SUSEP ocorreu em 11.12.2025 através da Portaria CGRAJ/SUSEP 2901/2025. **b) Dividendos:** Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Em 31.12.2025 foi provisionado dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 3.879.
c) Reserva de lucros

	31.12.2025	31.12.2024
Reservas de lucros	**27.891**	**15.440**
Legal	7.369	6.552
Estatutária [1]	20.522	8.888

[1] A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social. Até 90% (noventa por cento) da reserva para aumento de capital está limitado a 80% (oitenta por cento) do capital social e a reserva especial para dividendos está limitado a 20% (vinte por cento) do capital social. Eventual necessidade de reenquadramento é realizado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.
14. GESTÃO DE RISCOS: A Alfa Seguradora S.A. mantém em conformidade com a estrutura do seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de políticas, normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposto, além de controles internos que asseguram o cumprimento das políticas estabelecidas. A Companhia concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de crédito, mercado, subscrição, operacional e liquidez em cada área de risco, respectivamente, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. A Resolução CNSP 388/2020 e alterações posteriores dividiu as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) em quatro segmentos, de acordo com o grupo em que pertence e valores de prêmios e provisões técnicas, sendo a Alfa Seguradora S.A. classificada como S2. A Resolução CNSP 416/2021 e alterações posteriores dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos, incluindo a Gestão do Risco de Liquidez como disciplina obrigatória. Ademais, a circular SUSEP nº 638/2021 e alterações posteriores definiu os requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas supervisionadas, estabelecendo as diretrizes para o risco de segurança cibernética. Para assegurar a aderência aos normativos regulatórios, a Companhia incorporou as novas definições na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e na respectiva Política de Gestão de Riscos própria. **a) Risco de Crédito:** O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras (Notas 6(a) e (b)). Com o intuito de manter o risco de crédito da Companhia em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos. As decisões são tomadas de forma colegiada pela Diretoria, tendo como responsabilidades (i) analisar de forma detalhada as carteiras de crédito; (ii) acompanhar limites de concentração por ressegurador; (iii) definir metodologias de cálculo do risco de crédito e testes de estresse; (iv) definir métricas para apuração do risco; (v) garantir o alinhamento estratégico entre as áreas e uma visão sistêmica do Risco de Crédito; (vi) garantir um fórum de discussão técnica para a avaliação de impactos quanto a alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias que envolvam o ciclo de crédito; (vii) aprovar os principais indicadores para controle de exceções às políticas; e (viii) acompanhar os critérios utilizados no exercício de estresse e os resultados obtidos. O risco de crédito em operações com resseguradoras, discriminadas por classe, categoria de risco (rating) e percentual de participação de cada resseguradora em relação à exposição total, são:

Classe Ressegurador	Resseguradora	Rating	Agência	Exposição
Admitida	HANNOVER RUCK SE	A+	AM Best	0,96%
Admitida	EVEREST REINSURANCE COMPANY	A+	AM Best	1,25%
Eventual	TRANSATLANTIC RE	A++	AM Best	0,13%
Eventual	LLOYD'S (LIBERTY MUTUAL RE - SYNDICATE 4472)	BBB+	AM Best	2,73%
Local	SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A.	A	AM Best	10,33%
Local	IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	A-	AM Best	15,75%
Local	MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS S.A.	A	AM Best	15,79%
Local	AUSTRAL RESSEGURADORA S.A.	A-	AM Best	2,91%
Local	AXA XL RESSEGUROS S.A.	A+	AM Best	0,10%
Local	MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S.A.	A+	AM Best	50,05%
Total em 31.12.2025				**100,00%**

b) Risco de Mercado: Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Companhia. A política que rege a gestão de risco de mercado é a Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência. **c) Risco de Subscrição:** Define-se risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Companhia possui política de subscrição de riscos, em que estão descritas todas as regras para a análise e aceitação de riscos, além de diretrizes para os riscos sujeitos à análise prévia, bem como os riscos excluídos. A avaliação dos riscos envolve as atividades abaixo descritas: i. Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro; ii. Definição de política de aceitação e subscrição de riscos; iii. Criação de novos produtos; iv. Gestão de resultado de apólices e produtos; v. Acompanhamento de mercado; e vi. Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos. Os principais ramos operados pela Companhia são: Automóvel, Responsabilidade Civil Facultativa - Veículos, Compreensivo Empresarial e Residencial, Responsabilidade Civil Geral. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. Suplementarmente, a Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças na frequência e nos custos dos sinistros, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia e seu resultado é refletido, se necessário, nos ajustes das provisões técnicas. I. Análise de sensibilidade de risco de seguro: A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31.12.2025		
Premissas atuariais [1] [2]	**Bruta de resseguros**	**Resseguros**	**Líquida de resseguros**
Aumento de 5% em sinistros a liquidar	(4.605)	721	(3.884)
Aumento de 5% em provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(478)	89	(389)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(338)	63	(275)
Redução de 5% em sinistros a liquidar	4.605	(721)	3.884
Redução de 5% em provisão de sinistros ocorridos e não avisados	478	(89)	389
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	338	(63)	275

[1] Os montantes apresentados referem-se a impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquidos de impostos.
[2] A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR).
II.Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica

	2025						2024
Ramo de atuação	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Total**	**Total**
Patrimonial	36.946	43.990	18.204	1.746	465	101.351	119.800
Automóvel	263.147	43.962	61.198	18.663	3.314	390.284	442.954
Total em 2025 [1]	**300.093**	**87.952**	**79.402**	**20.409**	**3.779**	**491.635**	**562.754**
Total em 2024 [1]	**343.754**	**105.814**	**80.890**	**27.648**	**4.648**	**562.754**	

[1] A concentração de riscos não contempla riscos vigentes e não emitidos que totalizam R$ 1.767 (R$ 740 em 31.12.2024).
III. Limites de retenção: Os limites máximos individuais de retenção em 31.12.2025, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de Seguro	Limite de retenção (em mil R$)
Compreensivo Empresarial, Residencial e Condomínio	1.000
Lucros Cessantes	500
Riscos Diversos	1.000
Automóvel	800
Responsabilidade Civil Facultativa - Veículos	1.360
Acidentes Pessoais Passageiros	500
Assistência e Outras Coberturas - Auto	300
Penhor Rural e Seguro benf. e prod. Agropecuários	300

d) Risco Operacional: Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas da Companhia e nos Comitês específicos. Dessa definição estão excluídos os riscos reputacional ou de imagem e o estratégico ou de negócios. A área de Risco Operacional é uma unidade de controle (UC) independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. É responsável pela identificação e monitoramento de riscos operacionais e avaliação da necessidade de controle e mitigação, bem como pela elaboração, disseminação e manutenção da política de Risco Operacional. É, também, responsável por atender às exigências emanadas da Resolução CNSP 416/2021 que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos e a Circular SUSEP 648/2021 no que tange ao Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e à definição do Risco Operacional. A gestão do Risco Operacional é realizada pela empresa líder do Conglomerado, sendo esta também responsável pela definição e acompanhamento de indicadores para o apetite ao Risco Operacional, bem como cálculo do capital econômico em cenários-base e estresse, que contemplam a Companhia. **e) Risco de Liquidez:** Define-se como risco de liquidez a possibilidade das supervisionadas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. A Companhia gerencia seu risco de liquidez em linha com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNSP nº 416/2021. **f) Risco Cibernético:** Define-se como risco cibernético a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados e informações em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos e sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão.
15. EXIGÊNCIA DE CAPITAL: Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que estão sujeitas, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital-base e o Capital de Risco (CR): (a) O Capital-base exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R$ 15.000. (b) O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP 432/2021. Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	31.12.2025	31.12.2024
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**269.236**	**157.430**
Nível 1	246.200	126.199
Nível 2	15.726	19.398
Nível 3	7.310	11.833
• Patrimônio Líquido	285.387	172.936
• Ajustes contábeis	(31.877)	(34.903)
(–) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(2.669)	(3.788)
(–) Créditos tributários - prejuízos fiscais de imposto de renda e de bases negativas de contribuição social	(29.187)	(31.088)
(–) Ativos intangíveis	(21)	(28)
• Ajustes associados à variação dos valores econômicos	15.726	19.398
(+/–) Superávit/Déficit entre provisões e fluxo realista registrado	15.726	19.398
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre A e B	**94.020**	**104.059**
• Capital-base (A)	15.000	8.100
• Capital de risco (B)	94.020	104.059
– de subscrição	87.063	96.904
– de risco de crédito	4.824	4.913
– de risco operacional	3.521	3.711
– de risco de mercado	3.383	3.304
– benefício da diversificação	(4.771)	(4.773)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	**175.216**	**53.371**

16. PARTES RELACIONADAS: a) Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2025, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para os Administradores no montante de R$ 1.200. Em 2024, foi estabelecida a remuneração média mensal para a Administração no montante de R$ 94.

	2025	2024
Remuneração Administração	(785)	(761)

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o seu pessoal-chave da Administração. **b) Transações com partes relacionadas:** As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

continua →★

→★ continuação

Alfa Seguradora S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 02.713.529/0001-88

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Disponibilidades [1]	2.724	3.162	–	–
Obrigações a pagar [2]	(6.225)	(2.346)	–	–
Despesas administrativas [3]	–	–	(1.626)	(2.625)
Total	**(3.501)**	**816**	**(1.626)**	**(2.625)**

[1] Refere-se a saldo em conta corrente com o Banco Alfa S.A. e Banco Safra S.A. [2] Contempla dividendos a pagar. [3] Refere-se a receitas de rateio de D.A. (aluguel, condomínio, telefone, IPTU e seguros) com a Alfa Previdência e Vida, Banco Alfa de Investimentos e a Financeira Alfa. Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 5(a-I).

17. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Comitê de Auditoria: Foi constituído Comitê de Auditoria próprio da Alfa Seguradora S.A. nos moldes da Resolução CNSP 432/2021, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 16.12.2024 e homologado por meio da Portaria CGRAJ/SUSEP 2559/2025, publicada no Diário Oficial da União de 09.12.2025. O referido comitê é composto por três membros independentes.

DIRETORIA

ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO **CARLOS PELÁ** **JOAO CARLOS CARDOSO BOTELHO** **LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI** **MARCOS LIMA MONTEIRO**

ALEXEI DE BONA - Contador - CRC nº PR036459/O-3 **DELVO SABINO SANTIAGO -** Atuário Respónsável Técnico - MIBA 1159

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Alfa Seguradora S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Alfa Seguradora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e registro das provisões técnicas: Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 d) às demonstrações contábeis, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2025, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros no montante de R$408.720 mil, representando 75,96% do total dos seus passivos. Em razão da relevância dos saldos dessas provisões técnicas, e do fato de envolverem julgamento da Administração, bem como da subjetividade envolvida na determinação de modelos e na seleção de premissas, tais como taxa de desconto, taxa de cancelamento, desenvolvimento histórico de sinistros, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação de controles internos chave relacionados ao processo de registro e mensuração de certas provisões técnicas de seguros; (iii) testes, em base amostral, de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e das premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios, os modelos e as premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria e na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Alfa Seguradora S.A.
São Paulo - SP

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Alfa Seguradora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), tendo sido definido pela Companhia um plano de ação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Deloitte.

RELATÓRIO SEMESTRAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ALFA SEGURADORA S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário de caráter permanente, responsável pelo cumprimento das atribuições e das responsabilidades previstas na Resolução CNSP n° 432/2021. O Comitê reporta-se diretamente à Diretória e à Assembleia, e atualmente é composto por 03 (cinco) membros independentes. O Comitê desenvolve suas atividades com base nas disposições de seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia. Durante o 2º semestre de 2025, o Comitê exerceu as seguintes atividades no âmbito de suas atribuições: • Apreciação da apresentação de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Prevenção a Fraudes; • Reuniões com representantes das áreas de Atendimento Regulamentar, Compliance, ESG, Tecnologia, Backoffice, Produtos, Sinistralidade e Provisões, Ouvidoria, TI, Segurança da Informação e Controles Internos; • Apreciação de apresentação sobre a Autoavaliação de Risco e Solvência ("ORSA"); • Aprovação do Regimento Interno; e • Definição de Agenda de Reuniões. Diante dos trabalhos reportados, o Comitê considera adequada a efetividade dos sistemas de controle interno da companhia, das auditorias externas e auditoria interna. Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e externas, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia. Não houve recomendações significativas apresentadas à diretória e não foram identificadas situações nas quais existem divergências significativas entre a administração da companhia, as auditorias externas e o Comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras do período findo em 31.12.2025. Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que as Demonstrações Contábeis da Sociedade, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Parecer da Auditoria Externa, referentes ao período findo em 31.12.2025, são adequados, uma vez que foram elaborados conforme a regulamentação vigente, notadamente as emanadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência Nacional de Seguros Privados - SUSEP, e práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

Comitê de Auditoria

Luiz Carlos Zambaldi Sergio Luiz Ambrosi
Wilson Luiz Matar

★ continuação

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A.

Aos Diretores da
Pier Seguradora S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pier Seguradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pier Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comercias e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de Fevereiro de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/0-6

Ligia da Costa Alexandre
Contadora CRC 1SP-293797/0-2

PODCASTS FOLHA

OS MELHORES PODCASTS ESTÃO NA **FOLHA**. COMECE O DIA BEM INFORMADO E EXPLORE NOVOS CONTEÚDOS.

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER.

Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura

Aviso de Seleção Pública nº 006/2026-FUNPEC

A FUNPEC torna público para conhecimento dos interessados, que no dia **20 de março de 2026**, às 10h (Horário de Brasília), a sessão de abertura do certame ocorrerá na sede da FUNPEC, situada no Campus Universitário, s/n, Lagoa Nova, Natal/RN, e será transmitida por videoconferência, onde todos os interessados poderão acompanhar por meio do link informado no Instrumento Convocatório, objeto **"COMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO LABORATORIAL DO NÚCLEO DE PESQUISAS EM ENERGIAS RENOVÁVEIS - CT - UFRN". Valor estimado: R$ 6.565.039,33 (seis milhões quinhentos e sessenta e cinco mil trinta e nove reais e trinta e três centavos).** O instrumento convocatório com as demais especificações e detalhes encontram-se à disposição dos interessados, no site da FUNPEC: www.funpec.br. Dúvidas, através do fone: (84) 3092-9200 ou E-mail: comissaodeselecao@funpec.br. Natal/RN, 25 de fevereiro de 2026. **Francisco Alexandre M. M. Costa. -** Presidente da Comissão de Seleção-FUNPEC

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

UNICAMP

AVISO DE ABERTURA

Encontra-se aberto na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP o Pregão Eletrônico PE DGA Saúde **90045/2026**, UASG 450161, Processo no. **01-P-25998/2025**, do tipo menor preço global; destinado à **Contratação de serviços de manutenção corretiva de instrumental de vídeo cirurgia**. O prazo de entrega das propostas eletrônicas será até o dia **12/03/2026** às 09h30min, sendo que a sessão pública será no mesmo dia e horário, pela página virtual do Portal de Compras do Governo Federal) **https://www.gov.br/compras/pt-br/**). O Edital na íntegra encontra-se disponível na página virtual do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (**https://www.gov.br/pncp/pt-br**), Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**) e no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO FEDERAL Nº 90010/2026

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de pastas plásticas e elásticos sobressalentes destinados às Eleições de 2026. Envio das propostas: até 13 horas de 10/03/2026, quando ocorrerá a abertura. Realização da Sessão: exclusivamente por meio do sítio **www.gov.br/compras/pt-br.** Cópias do edital poderão ser adquiridas, a partir de 26/02/2026, exclusivamente no meio eletrônico **https://www.tre-sp.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/licitacoes**. São Paulo, 24 de fevereiro de 2026. Alessandro Dintof - Secretário de Administração de Material

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00989978342026
UASG – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº Processo: 147.00027246/2024-21
Nº da Contratação: 90161/2026
Objeto: Contratação de prestação de serviços de saúde para ATENDIMENTO CLÍNICO AMBULATORIAL – em favor do usuário: G. C. S. - na Cidade de PIRAJUÍ/SP.
Total de Itens Licitados: 09 (Nove).**Valor total da licitação:** SIGILOSO, NOS TERMOS DO ARTIGO 24 DA LEI N. º 14.133/2021. **Disponibilidade do edital:** 26/02/2026. **Horário:** das 08h00 às 17h59
Endereço: Av. Ibirapuera,981 – Vila Clementino – São Paulo – SP- CEP 04029-000; e
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
Entrega das Propostas: a partir de 26/02/2026 às 08h00 no site: **www.gov.br/compras.**
Abertura das Propostas: 24/03/2026 às 09h00 no site: **www.gov.br/compras. Fonte:** DOESP e PNCP

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

Encontra-se aberto na Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE o Pregão Eletrônico 09/2026, que trata do registro de preços para aquisição de correlatos para a Farmácia da FUNBEPE. A sessão Pública do PE será realizada no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br, as 9h do dia 11/03/2026. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados, a partir do dia 26/02/2026, no site da Fundação Beneficente de Pedreira, através do portal www.funbepe.org.br, no link Licitações, junto ao pregão eletrônico correspondente. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitações desta Fundação, de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h, através do telefone (19) 99018-3519 ou do e-mail funbepe.licitacao@gmail.com.

Giorgia Gotti
Diretora de Administração Hospitalar

MUNICÍPIO DE ÁLVARES MACHADO

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 003/2026 – Processo Administrativo Nº 005/2026

Acha-se aberta na Divisão de Material a CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 003/2026, do tipo menor preço global, para execução de serviços de infraestrutura urbana (implantação de bocas de lobo; dissipador de energia, galerias de águas pluviais, poços de visita e a execução de recomposição asfáltica), em diversas vias públicas no Jardim Ivanira; nos termos do Convênio firmado com o Governo do Estado de São Paulo, mediante a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Desenvolve SP), recurso oriundo do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos), Contrato FEHIDRO nº 306/2025 (Empreendimento nº 2025-PP-449), mais contrapartida do Município; com entrega dos envelopes e credenciamento até às 8h50min e abertura da sessão às 9h do dia 12 de março de 2026. O Edital completo e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pelo site: https://pncp.gov.br/app/editais/43206424000110/2026/6 ou no site: https://www.alvaresmachado.sp.gov.br/conteudo/Publica%C3%A7%C3%B5es/5563. Telefone: (18) 3273-9300, ramal 222 ou pelo e-mail: licitacao@alvaresmachado.sp.gov.br. Álvares Machado, 25 de fevereiro de 2026. Luiz Francisco Boigues – Prefeito.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAVÍNIA/SP

HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/26

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A MERENDA ESCOLAR.

O Prefeito de Lavínia/SP, no uso de suas atribuições legais, HOMOLOGA o procedimento licitatório em face da ADJUDICAÇÃO da Pregoeira, e acolhe o presente objeto em favor das empresas: ELIDA FIORAVANTE DIST. DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA - CNPJ nº. 26.924.637/0001-68 no valor de R$ 200.562,00; PÉRCIO MAKOTO T. KAMIJO JR.-ME - CNPJ nº. 17.489.222/0001-12 no valor de R$ 2.982,50; FÁBIO DA COSTA MIRANDÓPOLIS-ME - CNPJ nº. 69.336.147/0001-53 no valor de R$ 36.900,00; POLO DIST. DE ALIMENTOS LTDA - CNPJ nº. 58.329.006/0001-97 no valor total de R$ 16.800,00; SAGRADO & VIDOTTO ARAÇATUBA LTDA - CNPJ nº. 02.183.748/0001-00 no valor de R$ 5.300,00; FRIGOBOI COM. DE CARNES LTDA – CNPJ nº. 58.302.506/0001-35 no valor de R$ 108.650,00; I.C.RISSI ALIMENTOS-EPP – CNPJ nº. 40.505.825/0001-82 no valor de R$ 44.000,00; PAULO HENRIQUE GALDIOLI FRIOS –ME - CNPJ nº. 45.214.484/0001-00 no valor de R$ 108.285,00; SOLANGE AP. VIEIRA-FRIOS E ILUMINAÇÃO-ME – CNPJ nº. 10.601.629/0001-10 no valor de R$ 17.610,00; CCF NUTRI LTDA - CNPJ nº. 22.516.278/0001-59 no valor total de R$ 92.173,00; ANDRÉ RICARDO DE C. RODRIGUES - CNPJ nº. 38.142.432/0001-00 no valor de R$ 23.930,00; LELEBRINKS REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ nº. 49.519.912/0001-63 no valor de R$ 17.506,00; M.V COBRANÇA E ALIMENTOS LTDA –CNPJ nº. 45.916.973/0001-03 no valor de R$ 63.700,00.

Lavínia/SP, 24/02/26
Salvador Cazuo Matsunaka – Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026 - PROCESSO Nº 041/2026

OBJETO: contratação de empresa para locação de veículos automotores dos tipos Sedan, Pick-up e Minivan, destinados ao apoio logístico das equipes da Secretaria Municipal de Saúde no Município de Votuporanga/SP. DATA DA SESSÃO: 13/03/2026. INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO pelo endereço eletrônico www.votuporanga.sp.gov.br.
LEANDRO VINÍCIUS DA CONCEIÇÃO - Secretário Municipal da Administração – 25/02/2026.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUZOLÂNDIA – AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Eletrônico SRP nº 05/2026. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA. Data da sessão: 12/03/2026, às 08h30, no site www.bll.org.br. Edital e informações: www.guzolandia.sp.gov.br. Guzolândia, 25/02/2026. Luiz Antonio Pereira de Carvalho – Prefeito.

MUNICÍPIO DE SAGRES

SAGRES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026
(Processo Administrativo n° 50/2026)

A PM Sagres torna público e CONVIDA interessados em participar da licitação acima, tipo menor preço por item, objetivando o **SISTEMA DE REGISTO DE PREÇOS (SRP) VISANDO A AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS PARA ATENDER A TODAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO DE SAGRES/SP**, com encerramento em 18/03/2026 às 08h00. Informa ainda que o Edital completo encontra-se a disposição na sede da licitadora, sito R. Ver. José Alexandre de Lima, 427. Tel: (18) 3558-1112, no site www.sagres.sp.gov.br e e-mail licitacao@sagres.sp.gov.br. Sagres-SP, 25/02/2026 – Roberto Batista Pires - Prefeito.

EDITAL DE LEILÃO

Renata Murta Moreira, Leiloeiro Oficial, Mat. JUCEMG nº 1324, devidamente autorizado pelo credor fiduciário abaixo qualificado, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Presencial e Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: IMÓVEL: UM TERRENO, situado nesta cidade e comarca de Franca-SP, constituído pelo lote nº 21 da quadra "M", no loteamento denominado PARQUE MOEMA, medindo 14,14 m formado por um arco de raio 9,00 m no cruzamento da RUA UM com RUA DEOLINDA MARIA DA SILVA; 3,00 m de frente para a RUA UM e 12,00 m ao fundo confrontando com o lote nº 22; 16,00 m do lado direito confrontando com RUA DEOLINDA MARIA DA SILVA e 25,00 m do lado esquerdo confrontando com o lote nº 20, encerrando a área de 282,62 m². (CONTRIBUINTE nº 3.21.09.016.01.00 da PM de Franca). Conforme AV- 1 houve averbação para constar que a Rua Um tornou-se RUA DOUTOR IVOM RODRIGUES PEREIRA. Conforme AV - 6 houve averbação para constar que a matrícula recebeu o número do Código Nacional de Matrícula (CNM - 123828.2.0047764-76). Conforme AV - 10: Houve averbação para constar que o imóvel está cadastrado sob CONTRIBUINTE nº 1.21.08.012.21.00 da Prefeitura Municipal; CEP: 14409-186 - Parque Moema; Cadastro Imobiliário Brasileiro - CIB sob código nº: não informado e Código IBGE: 3516200 - Município de Franca-SP. Imóvel devidamente matriculado sob o nº 47.764, no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Franca-SP. Obs: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES**: **1º Leilão: 17/03/2026 às 15:00 horas, e 2º Leilão dia 19/03/2026 às 15:00 horas**. **LOCAL:** Loja nº 42, Shopping Sul, localizado à Av. Nossa Senhora do Carmo, nº 1650, 2º andar, Bairro Carmo, Belo Horizonte/MG. **DEVEDOR (A) FIDUCIANTE**: SANTA ELYDE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 10.795.981/0001-64, com endereço à Avenida Rio Negro. 1100, Jardim Roselândia, Sala EUC FF 09, Franca/SP, CEP 14.406-005 e avalistas: PAULO LEMOS NETO, CPF nº 071.588.688-69, brasileiro, diretor geral de empresa e organizações (exceto interesse público), e CRISTINA GRABIN LEMOS, CPF nº 081.554.638-69, brasileira, aposentada (exceto funcionário público), casados sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados a Rua Antônio Pedro, 2961, Prolongamento Jardim Ângela Rosa, Franca/SP, CEP: 14403-661. Como avalista/garantidora: MARINA GRABIN LEMOS, CPF nº 385.507.568-90, brasileira, fisioterapeuta, domiciliada a Rua Antônio Pedro, 2961, Jardim Ângela Rosa, na cidade de Franca/SP, CEP 14403-661, e seu cônjuge anuente BRUNO RODRIGUES PEREIRA, CPF nº 099.788.636-64, brasileiro, atendente de armazém, residente e domiciliado a Rua Edmar Fraga, 212, Jardim Patrícia, Uberlândia-MG, CEP: 38414-108. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: *COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA – SICOOB PARAISOCRED, CNPJ: 01.657.678/0001-04*. **DO PAGAMENTO**: No ato da arrematação o arrematante deverá emitir 01 cheque caução no valor de 20% do lance. O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito em cheque ou TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro, sob pena de perda do sinal dado. Após a compensação dos valores o cheque caução será resgatado pelo arrematante. **DOS VALORES**: **1º leilão: R$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). 2º leilão: R$ 287.678,64 (duzentos e oitenta e sete mil, seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos)**, calculados na forma do art. 26, § 1º e 27 §§ 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site www.gpleiloes.com.br e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão presencial, juntamente com os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(i)s será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante. **O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, exclusivamente por meio de cheques. O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do Leiloeiro, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida ao Leiloeiro (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Mais informações; (31)3241-4164 / intimacoes@gpleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, 25 de fevereiro de 2026. **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA REGIÃO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO LTDA – SICOOB PARAISOCRED -** CNPJ: 01.657.678/0001-04.

Alfa Previdência e Vida S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 02.713.530/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Alfa Previdência e Vida S.A. e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ritmo de expansão da atividade econômica brasileira arrefeceu no segundo semestre de 2025, em resposta aos efeitos da política monetária restritiva. As contas externas permanecem saudáveis e a balança comercial acumulou superávit de US$ 68 bilhões no período. A valorização cambial e a contenção do preço de commodities no mercado internacional mantiveram os preços no atacado bem-comportados, contribuindo para a desaceleração dos custos de produção das empresas. Nesse contexto, o IPCA acumulado em doze meses passou de 5,2% em setembro para 4,3% em dezembro. O Banco Central manteve a taxa básica de juros em 15,00% a.a. nas últimas reuniões, reforçando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante.

DESEMPENHO

A Alfa Previdência e Vida S.A encerrou o ano de 2025 com patrimônio líquido de R$93 milhões e lucro líquido de R$12 milhões. Os ativos totais atingiram R$671 milhões, representados basicamente por aplicações em títulos e valores mobiliários livres e vinculados a garantia de provisões técnicas. Os prêmios emitidos líquidos somaram R$59 milhões no período.

REINVESTIMENTO DE LUCROS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto social da Alfa Previdência e Vida S.A. a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações, obedecendo à seguinte ordem de dedução, na forma da lei: a) 5% (cinco por cento) no mínimo, para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) as importâncias que, legalmente, puderem ser destinadas a Reservas para contingências; c) a cota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. O saldo, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, for deliberado pela Assembleia Geral Ordinária. Quanto à política de dividendos, estes serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e do estatuto; e, quando for o caso, às resoluções da Assembleia Geral. Maiores detalhes e informações estão disponíveis no estatuto social da companhia.

POLÍTICA DE EQUIDADE

A Alfa Previdência e Vida S.A. preza por princípios de equidade, buscando a cada ano criar um ambiente de trabalho em que as pessoas se sintam mais respeitadas e incluídas, podendo demonstrar seu potencial.

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, apresentamos informações detalhadas sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional:

I - Proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da companhia*:

Ano	Superintendentes e cargos acima	Liderança	Operações
2025	0,0%	0,0%	0,0%
2024	0,0%	0,0%	80,0%
Variação	0,0%	0,0%	-100,0%

* Não houveram admissões em 2025.

II - Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia, composta pelo Conselho da Administração e Diretoria Estatutária::

Ano	Cargos da Administração	Mulheres em cargos da Administração	Proporção
2025	6	0	0,0%
2024	8	0	0,0%
Variação	-25,0%	0,0%	0,0%

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia*:

Cargo	2024	2025
Superintendentes e cargos acima	-18,0%	-38,0%
Liderança	12,0%	6,0%
Operações	37,0%	53,0%

* Média da remuneração masculina pela remuneração feminina, diferença adicional entre a soma dos valores.

Diretoria
São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		**595.585**	**862.691**
Disponibilidades	4	2.466	1.141
Aplicações	5(a)	562.514	823.372
Créditos das operações com seguros e resseguros		9.809	12.362
Prêmios a receber	6(a-I)	8.348	9.503
Operações com seguradoras		1.055	979
Operações com resseguradoras		406	1.880
Outros créditos operacionais		54	325
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	6(b)	3.932	4.769
Títulos e créditos a receber		3.201	3.091
Créditos a receber		1.254	1.217
Créditos tributários e previdenciários	11(b)	1.681	1.667
Outros créditos		266	207
Despesas antecipadas		423	317
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	13.186	17.314
NÃO CIRCULANTE		**67.644**	**72.599**
Ativos de resseguros - Provisões técnicas	6(b)	297	298
Títulos e créditos a receber		40.138	37.694
Depósitos judiciais	10(b)	33.269	31.032
Créditos tributários e previdenciários	11(b)	6.869	6.662
Custos de aquisição diferidos - Seguros	6(c)	27.180	34.488
IMOBILIZADO		16	93
INTANGÍVEL	12	13	26
TOTAL DO ATIVO		**663.229**	**935.290**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE		**62.188**	**206.952**
Contas a pagar		10.980	6.791
Obrigações a pagar	9	7.218	3.465
Impostos e encargos sociais a recolher	11(c)	318	761
Encargos trabalhistas		364	739
Impostos e contribuições a pagar	11(d)	1.976	282
Outras contas a pagar		1.104	1.544
Débitos das operações com seguros e resseguros		3.949	7.697
Operações com resseguradoras		157	2.654
Corretores de seguros e resseguros	6(c)	2.885	3.896
Outros débitos operacionais		907	1.147
Depósitos de terceiros	6(g)	1.191	403
Provisões técnicas - Seguros		44.432	145.489
Pessoas	6(d-I)	41.841	50.481
Vida com cobertura por sobrevivência	6(e-I)	2.591	95.008
Provisões técnicas - Previdência complementar - PGBL	6(e-I)	1.636	46.572
NÃO CIRCULANTE		**507.791**	**644.406**
Provisões técnicas - Seguros		390.649	435.461
Pessoas	6(d-I)	52.252	64.480
Vida com cobertura de sobrevivência	6(e-I)	338.397	370.981
Provisões técnicas - Previdência complementar - PGBL	6(e-I)	82.747	178.695
Outros débitos - Contingências	10(b)	34.343	30.250
Débitos diversos		52	–
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	**93.250**	**83.932**
Capital social		42.780	42.780
Reservas de lucros		50.470	41.152
TOTAL DO PASSIVO		**663.229**	**935.290**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
OPERAÇÕES DE SEGUROS		25.103	14.801
PRÊMIOS GANHOS	6(h-I)	78.684	82.533
Prêmios emitidos líquidos	6(a-I(3))	59.305	89.217
Variações das provisões técnicas de prêmios	6(d-II)	19.379	(6.684)
SINISTROS OCORRIDOS	6(h-I)	(18.952)	(32.760)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	6(c-II) e (h-I)	(32.506)	(32.281)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	6(h-I)	(1.011)	(2.290)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	6(h-I)	(1.112)	(401)
Recuperação de Sinistros e Despesas		1.120	3.441
Despesas com Repasses de Resseguros		(2.232)	(3.842)
OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIAS COMPLEMENTAR		2.668	3.811
Rendas de Contribuições		5.273	38.930
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	6(e-II)	(5.273)	(38.930)
Rendas com taxa de gestão e outras taxas		2.456	3.782
Variação de outras provisões técnicas		188	7
Outras receitas e despesas operacionais		24	22
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	8	(18.890)	(20.950)
DESPESAS COM TRIBUTOS	11(a-II)	(8.998)	(4.399)
RESULTADO FINANCEIRO	5(c)	19.990	13.042
GANHOS OU (PERDAS) COM ATIVOS NÃO CORRENTES		(14)	2
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES		**19.859**	**6.307**
IMPOSTO DE RENDA	11(a-I)	(4.708)	(1.407)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11(a-I)	(3.185)	(753)
PARTICIPAÇÕES SOBRE O RESULTADO - (DESPESAS)/REVERSÃO		255	(1.433)
LUCRO LÍQUIDO		**12.221**	**2.714**
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		**721,61**	**160,25**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	**42.780**	**39.083**	**–**	**81.863**
Lucro liquido do exercício	–	–	2.714	2.714
Destinação:				
Reserva legal	–	136	(136)	–
Reserva especial para dividendos	–	193	(193)	–
Reserva Estatutária	–	1.740	(1.740)	–
Dividendos - Nota 13(b)	–	–	(645)	(645)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**42.780**	**41.152**	**–**	**83.932**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**–**	**2.069**	**–**	**2.069**
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	**42.780**	**41.152**	**–**	**83.932**
Resultado líquido do período	–	–	12.221	12.221
Destinação:				
Reserva legal	–	611	(611)	–
Reserva especial	–	8.707	(8.707)	–
Dividendos - Nota 13(b)	–	–	(2.903)	(2.903)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	**42.780**	**50.470**	**–**	**93.250**
MUTAÇÕES DO PERÍODO	**–**	**9.318**	**–**	**9.318**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	2025	2024
LUCRO LÍQUIDO	**12.221**	**2.714**
Outros resultados abrangentes	–	–
RESULTADO ABRANGENTE	**12.221**	**2.714**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido dos períodos		12.221	2.714
Ajustes ao lucro líquido		23.453	1.361
Depreciações e amortizações		90	1.427
Provisão para risco de crédito	6(h-I)	87	(174)
Ganho/ Perda na alienação de imobilizado e intangível		–	(2)
Provisões técnicas - PDR	6(e-II)	(188)	(7)
Provisões para contingências	10(b)	4.134	1.199
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	11(a-I)	7.893	2.160
Variação do custo de aquisição diferido		11.437	(3.242)
Variação das contas patrimoniais		(34.349)	(5.623)
Aplicações - Mensurados ao valor justo por meio do resultado		260.858	15.269
Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros (Ativas e Passivas)		(1.494)	(670)
Ativos de resseguros - Provisões técnicas		838	(2.275)
Créditos tributários e previdenciários		(222)	(134)
Outros créditos		(2.167)	(1.619)
Depósitos judiciais e fiscais		(2.236)	(1.705)
Despesas antecipadas		(104)	96
Outros ativos		173	(10)
Contas a pagar e outros débitos		(4.352)	(380)
Impostos e contribuições		196	(1.288)
Outras contas a pagar		(4.548)	908
Depósitos de terceiros		788	(1.472)
Provisões técnicas - seguros		(145.656)	3.559
Provisões técnicas - previdência complementar		(140.694)	(17.741)
Provisões judiciais		4.146	1.145
Impostos pagos		(6.394)	(1.305)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.325	(1.548)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**1.325**	**(1.548)**
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		1.141	2.689
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos	4	2.466	1.141
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**1.325**	**(1.548)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Alfa Previdência e Vida S.A. ("Companhia" e/ou "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada pela Corumbal Participações e Administradora Ltda., a qual é controlada pelo Banco Safra S.A., autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) a operar com seguros do ramo de vida e previdência complementar, atuando em todas as regiões do Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades de Previdência Privada, nas operações de renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida em geral, tais como definidas na competente legislação em vigor.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: a) Apresentação das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Contábeis da : Alfa Previdência e Vida S.A. aprovadas pela Administração em 24.02.2026, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações trazidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep); além dos respectivos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Susep, desde que não contrariem normas contábeis dispostas pela Circular Susep 648/2021 atualizada, por sua vez, pela Circular Susep 678/2022. Por meio do ofício SUSEP 4_2024 COMOC/CGMOP/DISUP, a COMOC divulgou no site da SUSEP o enquadramento definitivo nos segmentos definidos na Resolução CNSP 388/2020, o qual alterou o Segmento da Alfa Previdência e Vida S.A. de S3 para S2 com efeitos a partir de 01.01.2025. Declaramos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Novas normas aplicáveis neste período e em períodos futuros I: CPC 50 - Contratos de Seguros, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que a entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. Essas informações fornecem a base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia; A Susep ainda não recepcionou este normativo. II. CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: A norma tem como objetivo fornecer aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o Desempenho Financeiro das entidades e exige a criação de novos subtotais na estrutura da Demonstração de Resultado, além de determinar a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração e subustituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis a partir de 01.01.2027. A Susep ainda não recepcionou este normativo. III. Lei 15.040/2024 - Lei do Contrato de Seguro - A Lei 15.040 de 9 de dezembro de 2024, conhecida como "Lei do Contrato de Seguro" dispõe sobre normas de seguros privados, revogando dispositivos da Lei 10.406/2002 (Código Civil). Além dos contratos de seguro, a lei versa sobre interesse legítimo, riscos relativos à espécie de seguro contratada, prêmio, seguro em favor de terceiro, cosseguro e seguro cumulativo, resseguro e sinistro. A lei entrou em vigor 11 de dezembro de 2025 e não houve impacto em função de sua vigência. c) Moeda funcional e de apresentação: As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente para todos os períodos comparativos apresentados, salvo disposição em contrário. **a) Fluxos de caixa:** I. Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações com prazo total de até 90 (noventa) dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. II. Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela Companhia como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O método de apresentação dos fluxos de caixa é o indireto, sendo que os fluxos de caixa de atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos, e os operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da Seguradora. **b) Aplicações e instrumentos financeiros derivativos:** I. Classificação: A classificação dos instrumentos financeiros segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros é realizada em função dos Modelos de Negócios adotados pela Administração. O uso de Modelos de Negócios é a maneira como a Seguradora realiza a gestão de seus ativos financeiros para geração de fluxo de caixa e consideração dos riscos envolvidos. Cada Modelo de Negócios determina, entre outros, se os fluxos de caixa resultarão da coleta de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Dessa forma, após definidos os Modelos de Negócios, os instrumentos financeiros são classificados tanto em função de cada modelo adotado pela Administração para a sua gestão, assim como as características esperadas dos fluxos de caixa contratuais, com o intuito de verificar se há obtenção do critério de recebimento somente do valor principal acrescido de juros. Essa verificação é dada por meio do Teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("Teste SPPJ"). Com isso, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Custo Amortizado ("CA"): utilizada quando os ativos financeiros são gerenciados com o intuito de obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros; • Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"): categoria utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para venda; • Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR"): utilizada quando a intenção for o de negociar frequentemente os ativos com o objetivo de obter resultados e/ou quando os ativos não passam no Teste SPPJ. Nas aplicações estão contidos os recursos garantidores, ativos oferecidos como garantia dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Estes ativos ficam registrados em contas vinculadas à Susep, mantidas junto à B3 e ao Sistema de Liquidação e Custódia (Selic) do Banco Central do Brasil (BCB), conforme cada um dos mercados. Os instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

c) Mensuração ao valor justo: A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração da Companhia, os quais incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração, conforme estabelecido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - recepcionado pela Circular Susep 678/2022. Dentro desta hierarquia, o valor justo dos instrumentos classificados como níveis 1 e 2, é mensurado por meio de dados observáveis de mercado. Para instrumentos classificados

continua →★

Não existe razão sólida para temer o declínio populacional

Opinião

Aumento da produtividade, possivelmente acelerado pela IA, oferece uma saída para queda nas taxas de fecundidade, argumenta economista britânico

Martin Wolf
Comentarista-chefe de economia no Financial Times, doutor em economia pela London School of Economics

FINANCIAL TIMES Em "The Population Bomb", publicado em 1968, Paul e Anne Ehrlich previram de forma notória que a humanidade enfrentava um perigo iminente de fome em massa. Essa ameaça, argumentavam, vinha da explosão populacional.

Hoje, no entanto, pessoas como o vice-presidente dos EUA, J.D. Vance, se preocupam com a escassez de pessoas, à medida que as taxas de fecundidade despencam abaixo da taxa de reposição. Os Ehrlich estavam errados sobre aquelas fomes iminentes. Será possível que os alarmistas do outro lado também estejam errados? Sim. As pessoas podem ficar histéricas sobre bebês. Por que não relaxar e aproveitá-los?

O respeitado projeto Our World in Data estima a população global em apenas 5 milhões há 12 mil anos, 230 milhões no ano zero, 1 bilhão em 1800, 3 bilhões em 1960 e 8 bilhões hoje. Quanto ao futuro, a ONU prevê uma população global de 10,2 bilhões em 2100. O mundo claramente não está ficando sem pessoas. Qual é o problema, então?

A resposta é que em muitos países a fecundidade está agora abaixo —e em alguns, como a China, muito abaixo— da taxa de reposição. Das principais regiões do mundo, as exceções são o sul da Ásia e a África.

Em geral, quanto mais próspero o lugar ou as pessoas, menos nascimentos. Isso não é verdade apenas entre países. Dentro da Índia, o estado de Tamil Nadu tem o 8º maior PIB per capita e uma taxa de fecundidade de 1,8, enquanto Bihar, com o 34º maior PIB per capita, tem uma taxa de fecundidade de 3. Da mesma forma, mulheres com ensino superior tendem a ter menos filhos do que as sem diploma. A prosperidade é o contraceptivo mais poderoso de todos.

A explicação foi a transformação no papel das mulheres. Mas mesmo essa questão de gênero faz parte de um conjunto mais amplo de mudanças. Duas outras —urbanização e educação em massa— também importam. A primeira move as pessoas para lugares onde a terra é relativamente cara, enquanto a segunda transforma as crianças de ativos produtivos a curto prazo em investimentos custosos de longo prazo.

Filhos adultos também podem agora se mudar para longe dos pais. A modernidade também cria mercados de capitais, aposentadorias e Estados de bem-estar social, todos substitutos do apoio financeiro dos filhos. Por fim, a modernidade cria novos prazeres, que competem com os de ter filhos. Podemos ver os efeitos de todas essas mudanças nos dados de fecundidade.

Então, devemos nos preocupar com a possibilidade de quedas populacionais em muitos lugares, talvez em última instância para a humanidade como um todo? Não, argumenta o economista britânico Adair Turner.

Taxas de dependência

Um dos argumentos favoritos de por que as taxas de fecundidade em declínio são potencialmente catastróficas é que as "taxas de dependência" vão disparar. Medida da forma usual, como a proporção de pessoas acima de 65 anos em relação às de 15 a 64 anos, isso é verdade. Mas isso ignora a queda na proporção de jovens, muitos dos quais agora são dependentes até os 20 e poucos anos. Assim, as taxas de dependência gerais subirão muito menos, exceto nos casos mais extremos de baixa fecundidade. Também ignora o potencial de as pessoas trabalharem por mais tempo. Na Coreia do Sul, 38% das pessoas acima de 65 anos estavam trabalhando em 2024, ante ridículos 4% na França.

Além disso, acrescenta Turner, o aumento da produtividade, possivelmente acelerado pela inteligência artificial, oferece uma saída. Note que as pessoas trabalham muito menos horas do que há dois séculos, porque são vastamente mais produtivas do que eram em, digamos, 1800. Assim, observa Turner, a parcela de horas disponíveis gastas trabalhando após os 15 anos em países de alta renda caiu pelo menos 60% desde então. Mas a produção real per capita aumentou 15 vezes. Se isso continuar, como é provável, um aumento modesto na taxa de dependência seria extremamente administrável.

Apoio à ciência

Alguns também argumentam que haverá "poucos inovadores". Bobagem! A população global nem sequer deve cair antes de 2100. Além disso, agora temos uma força de trabalho muito mais bem-educada, a inclusão das mulheres e os ganhos da IA. Ademais, a inovação radical sempre foi impulsionada por poucos. E, não menos importante, a população de hoje é um múltiplo do que era há um ou dois séculos, quando a inovação ia muito bem. O que importa mais é proporcionar o ambiente para a inovação, especialmente o apoio à ciência.

Novamente, tem havido muita conversa sobre os "dividendos demográficos" que supostamente vêm de populações jovens. Na verdade, diz Turner, "não há evidência de que economias com taxas de fecundidade sustentadamente altas cresçam mais rápido. Pelo contrário, fecundidade persistentemente alta frequentemente leva a um desastre demográfico de crescimento lento da renda e desemprego generalizado".

A Índia é um exemplo preocupante. Dados do Banco Mundial mostram que, nas últimas duas décadas, a população em idade ativa subiu de 700 milhões para 1 bilhão. Mas, segundo o relatório "State of Working India 2023", da Universidade Azim Premji, apenas 490 milhões contam como parte da força de trabalho. Desses, diz Turner, apenas 113 milhões ganham um salário regular fora da agricultura. A população crescente da Índia, infelizmente, criou um mar de subemprego crônico ao redor de uma ilha de prosperidade. Em grande parte da África, essa situação é pior.

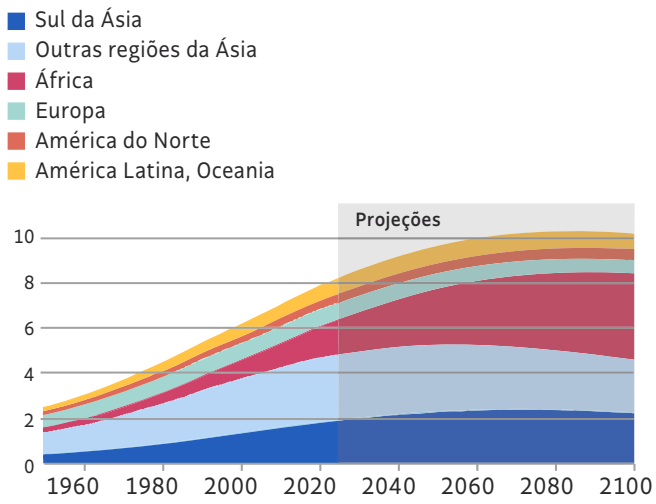
Por fim, populações crescentes impõem custos —não apenas os ambientais globais mas também os locais. Estes incluem os preços disparados de terrenos urbanos e, portanto, de moradia em muitos países (eles próprios uma explicação para as baixas taxas de natalidade). De fato, a competição por "bens posicionais" intrinsecamente escassos é exacerbada por populações crescentes e, portanto, seria amenizada pelo inverso.

A conclusão, então, é que não há razão poderosa para temer populações em declínio. O tipo de colapso anunciado por taxas de fecundidade abaixo de 1 seria de fato problemático. Mas uma taxa de fecundidade de 1,5 ou acima deveria ser perfeitamente viável, com um pouco de planejamento sensato.

Placa de trânsito alerta para a presença de idosos em rua em Hale, no norte da Inglaterra Phil Nole - 19.fev.15/Reuters

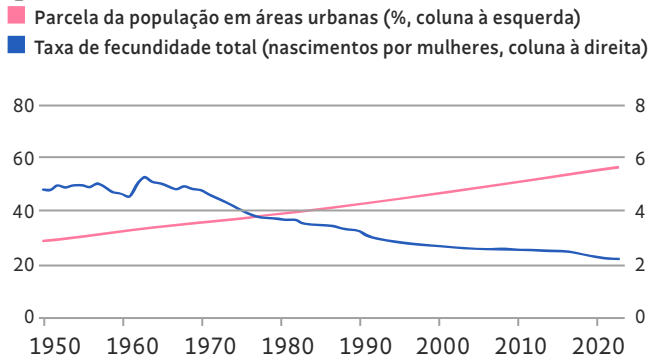
África domina as projeções de tendências populacionais globais

População mundial por região, em bilhões



Fonte: Nações Unidas

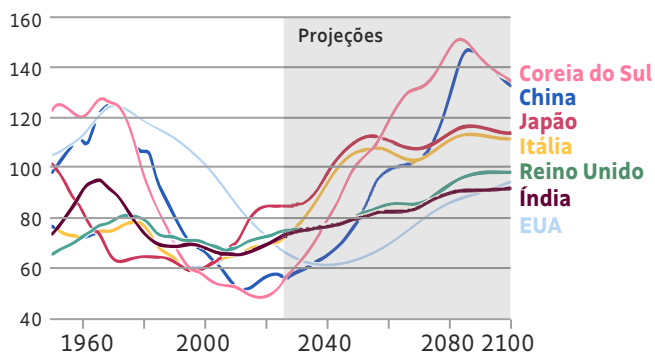
Urbanização acelerada tem sido associada a quedas acentuadas nas taxas de fecundidade



Fonte: Banco Mundial, Human Fertility Database, Nações Unidas e Our World in Data

Taxa de dependência deve aumentar, mas somente após cair bastante

População de 0 a 19 anos e mais de 65 anos como % da população de 20 a 64 anos



Fonte: Nações Unidas

O tipo de colapso anunciado por taxas de fecundidade abaixo de 1 seria de fato problemático. Mas uma taxa de fecundidade de 1,5 ou acima deveria ser perfeitamente viável, com um pouco de planejamento sensato

→★ continuação

Alfa Previdência e Vida S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 02.713.530/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

como nível 3, a Companhia utiliza uma quantidade significativa de julgamento para chegar a mensurações do valor justo. **d) Classificação de contratos de seguro e investimento:** Um contrato em que se aceita um risco de seguro significativo da contraparte, compensando o segurado se um acontecimento futuro incerto específico o afetar adversamente é classificado como um contrato de seguro. Um contrato que transfere risco financeiro será contabilizado como contrato de seguro quando houver risco de seguro significativo. Também devem ser tratados como contrato de seguro os instrumentos financeiros emitidos com características de participação discricionária. Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro se tornar significativo. Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados. **e) Créditos e débitos de operações com seguros e resseguros:** I. Créditos: Prêmios a receber: referem-se aos recursos financeiros a ingressar como recebimento dos prêmios relativos aos seguros, registrados na data das emissões das apólices. Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se, basicamente, aos valores a receber de sinistros das operações de cosseguro e resseguro. II. Débitos: Operações com seguradoras/resseguradoras: referem-se à parcela dos prêmios a ser repassada às seguradoras/resseguradoras, em virtude das operações cosseguradas/resseguradas. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. Corretores de seguros: referem-se às comissões devidas aos corretores. São registradas na data da emissão das apólices e liquidadas por ocasião do recebimento dos prêmios junto aos segurados. III. Risco de crédito: A redução ao valor recuperável em relação aos créditos dos prêmios a receber para seguradoras é efetuada seguindo critérios estabelecidos pela Circular Susep 648/2021, atualizada pela Circular Susep 678/2022 e é calculada pela Companhia com base em estudo técnico. A metodologia apura fatores de cancelamento por inadimplência, considerando a carteira de negócios (ramo) e prazo de vencimento, categorizando as parcelas em vencidas e a vencer. Os normativos supracitados se aplicam ao valor recuperável referentes aos créditos de sinistros a recuperar, provisão de sinistros ocorridos e não avisados e suas respectivas despesas relacionadas e são realizadas com base em estudo técnico, que considera tanto o histórico de perdas quanto à capacidade de pagamento da resseguradora. As reduções ao valor recuperável sobre os créditos mencionados são registradas concomitantemente à redução ao valor realizável do passivo correspondente aos prêmios a serem repassados tanto às seguradoras quanto às resseguradoras, pois como não há mais expectativa de recebimento do prêmio e, consequentemente, não haverá expectativa de repasse destes valores. **f) Ativos de resseguros - Provisões técnicas:** Compreendem as provisões técnicas referentes às operações de resseguro. As operações de resseguro são efetuadas no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações para com os segurados. **g) Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e outros, são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e reconhecidas proporcionalmente ao montante das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro. **h) Títulos e créditos a receber:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data destas Demonstrações Contábeis. A provisão para riscos sobre créditos, quando aplicável, é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, e leva em conta a experiência passada e os atrasos verificados nos créditos a receber de um mesmo devedor no mesmo ramo. **i) Ativo imobilizado:** Mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução de valor recuperável *(impairment)* acumuladas, quando aplicável. O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme segue: - Móveis e utensílios: 10%; - Equipamentos: 20%. Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil. **j) Intangível:** Corresponde a ativos não monetários e sem substância física, e que são identificáveis, controlados e geradores de benefícios econômicos futuros. Os intangíveis estão representados substancialmente por *softwares* e gastos com desenvolvimento de sistemas, são registrados ao custo e amortizados utilizando-se o método linear pelo prazo de vida útil estimada, ajustados por redução ao valor recuperável *(impairment).* **k) Redução ao valor recuperável *(impairment)* - Ativos não financeiros:** O *impairment* é reconhecido como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment,* quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Companhia efetua o reconhecimento no resultado do período, de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável desses ativos, que eventualmente surgirem. **l) Provisões técnicas de seguros e previdência complementar:** As provisões técnicas de seguros e previdência complementar são calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais, conforme disposto pela Susep e segundo critérios estabelecidos pela Resolução CNSP 432/2021, pela Circular Susep 648/2021, e alterações posteriores. I. Seguros: • Provisão de prêmios não ganhos (PPNG): representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros, cujo valor total corresponde ao valor esperado dos sinistros e despesas a ocorrer. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data-base de constituição, pelo método "pro-rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso; • Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes, Mas Não Emitidos (PPNG-RVNE): representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Companhia cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada utilizando metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial (NTA) que apura a melhor estimativa com base no histórico de 24 meses de cada segmento de negócio em relação aos riscos emitidos em atraso; • Provisão de sinistros a liquidar (PSL): constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui também estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da Provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (*IBNER - Incurred But Not Enough Reported*), apurada conforme Nota Técnica Atuarial, através do Método de Desenvolvimento dos Sinistros Avisados (triângulos de *run-off*) conjugado com a metodologia Bornhuetter-Ferguson (BF), que separa os sinistros esperados em duas partes: sinistros esperados ajustados e sinistros esperados não ajustados. A PSL Judicial é constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis decorrentes de ações judiciais, incluindo indenizações, custos associados e juros, com base no seguinte critério: a) Provável: 100% de probabilidade de perda; b) Possível: 50% de probabilidade de perda; e Remota: 10% de probabilidade de perda. Esses critérios são utilizados para avaliar a probabilidade de perda em ações judiciais e determinar o valor provisionado. A classificação das ações é feita com base no conhecimento dos fatos e no entendimento jurisprudencial à época do recebimento da ação, podendo ser reavaliada conforme o trâmite processual e decisões proferidas; • Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR): constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base. O cálculo da provisão é feito por processo estatístico-atuarial definido em Nota Técnica Atuarial, com base na experiência passada (10 anos de histórico) da Seguradora para projetar o valor dos sinistros já ocorridos, mas ainda não reportados à Seguradora; • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada pela diferença entre a projeção final do valor total das despesas de sinistros ocorridos ou avisados na carteira até a data-base de cálculo e o valor total das despesas já conhecidas (pagas) até a mesma data-base. II. Previdência complementar: • Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) e concedidos (PMBC): constituídas para cobertura dos compromissos assumidos com os participantes/segurados, na fase de acumulação (PMBAC) e fase de concessão de benefícios (PMBC), dos planos estruturados no regime financeiro de capitalização, e conforme nota técnica atuarial aprovada pela Susep; • Provisão de despesas relacionadas (PDR): constituída para cobertura de todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações e benefícios, em função de sinistros ocorridos e a ocorrer (regime financeiro de capitalização); • Provisão de Excedentes Financeiros (PEF): constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes financeiros, conforme regulamentação em vigor, caso haja previsão contratual. III. Provisão Complementar de Cobertura - PCC: A provisão será constituída quando for constatada insuficiência relacionada às provisões técnicas Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG), Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC) e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC), conforme apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). IV. Teste de Adequação de Passivos - TAP: O teste tem por objetivo avaliar se os passivos decorrentes dos contratos de seguro e de previdência complementar aberta estão adequados, por meio da confrontação do valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Referido teste é realizado semestralmente, de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular Susep 648/2021, que exige a apuração com frequência mínima semestral, e premissas mínimas determinadas pelos atuários internos da Companhia. O resultado do TAP é a diferença entre: i) o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa; e ii) a soma do saldo contábil na data-base de todas as provisões técnicas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. Para a realização do teste, os fluxos são agrupados respeitando a segregação definida pela Circular Susep 648/2021, com base nas similaridades dos riscos. A compensação dos resultados (déficit ou superávit) entre os seis macros fluxos definidos na regulamentação é vedada, sendo aplicada a compensação entre os resultados parciais. A insuficiência detectada nas provisões PPNG, PMBC e PMBAC será registrada como uma despesa no resultado do exercício, por meio da constituição da PCC (conforme item anterior). Já os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas são efetuadas nas próprias provisões. **m) Apuração de resultado de operações de seguros e previdência complementar:** Os prêmios de seguros deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguro e os respectivos custos de comercialização são registrados por ocasião da emissão das respectivas apólices ou faturas ou pela vigência do risco, conforme estabelece a Circular Susep 648/2021, e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos e do diferimento dos custos de aquisição. As receitas de contribuições previdenciárias são reconhecidas por ocasião de seu recebimento. Prêmios de resseguros cedidos são diferidos e reconhecidos no resultado no decorrer do prazo de cobertura, por meio de registro nos ativos de resseguros - provisões técnicas. **n) Ativos e passivos contingentes (exceto PSL judicial):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Susep, da seguinte forma: I. Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido. II. Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. **o) Benefícios a empregados:** Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são salários, contribuições para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ausências de curto prazo, participação nos resultados e benefícios não monetários. A participação nos lucros é reconhecida como uma provisão para pagamento e uma despesa de participação nos resultados (apresentado na rubrica "Despesas de pessoal" na Demonstração do Resultado) com base em cálculo que considera o lucro após certos ajustes. A Alfa Previdência e Vida reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. A Alfa Previdência e Vida não possui benefícios de longo prazo relativos à rescisão de contrato de trabalho além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria, como assistência médica. Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. Adicionalmente, a Alfa Previdência e Vida não possui remuneração baseada em ações para o seu pessoal chave da Administração e empregados. **p) Tributos:** I. Reconhecimento e mensuração: Calculados às alíquotas abaixo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

	Imposto de Renda[1]	Contribuição Social	PIS	COFINS	ISS
Seguradoras	25%	15%	0,65%	4%	Até 5%

[1] Inclui alíquota adicional de 10%.

Os tributos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores das Demonstrações Contábeis. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente das provisões para redução ao valor recuperável de prêmios a receber, das provisões para passivos contingentes, e da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição são atendidos. Os tributos relacionados aos ativos financeiros com ajustes ao valor justo em Outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido são reconhecidos, subsequentemente, no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros. II. Reforma tributária: A Companhia vem acompanhando as discussões sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar 227, de 13 de janeiro de 2026. A Administração continuará monitorando a evolução das normas complementares e avaliará os ajustes necessários nos processos e sistemas internos quando houver maior clareza sobre as definições que ainda estão pendentes. **q) Lucro por ação:** Conforme o CPC 41 - Resultado por Ação, o lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. O resultado por ação do período comparativo é apresentado utilizando o número proporcional e a quantidade de ações do período corrente. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. **r) Uso de estimativas contábeis críticas e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (ii) provisões técnicas de seguros, resseguros e previdência complementar e teste de adequação do passivo; (iii) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (iv) as taxas de depreciação de itens do ativo imobilizado; (v) amortizações de ativos intangíveis; (vi) créditos tributários; e (vii) redução ao valor recuperável das operações com seguros e resseguros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **s) Classificação em Circulante e Não Circulante:** Ativos e Passivos cujos vencimentos não ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base da Demonstração Contábil deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Circulantes. Já os itens patrimoniais cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes a mesma data-base deverão ser reconhecidos no Ativo e Passivo Não Circulantes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Disponibilidades - Bancos	2.466	1.141
Total	**2.466**	**1.141**

5. APLICAÇÕES - ATIVOS FINANCEIROS: a) Aplicações - Carteira: I. Resumo da classificação das aplicações financeiras: por prazo, por título e hierarquia do valor justo

31.12.2025

Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível	Taxa	Até 3 meses e sem vencimento	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo/ Contábil	%
Títulos de renda Fixa												
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	–	–	–	–	103.114	181	85.898	17.397	103.295	18,36%
Letras do tesouro nacional	Nível 1	PRE 14,89%	36.554	–	–	–	–	–	36.388	166	36.554	6,50%
Subtotal fundos de investimentos			**36.554**	**–**	**–**	**–**	**103.114**	**181**	**122.286**	**17.563**	**139.849**	**24,86%**
Fundo Previdenciário												
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	–	–	–	–	51.407	4.708	49.945	6.170	56.115	9,98%
Nota do tesouro nacional (F)	Nível 1	PRE 14,89%	2.407	–	–	–	–	–	4.701	(2.294)	2.407	0,43%
Notas do tesouro nacional (B)	Nível 1	IPCA + 7,45%	–	–	–	–	2.911	3.456	6.155	212	6.367	1,13%
Ações	Nível 1	IBOVESPA	172.382	–	–	–	–	–	168.153	4.229	172.382	30,64%
Cotas de fundos de investimento	Nível 1	–	145.230	–	–	–	–	–	145.229	1	145.230	25,82%
Debêntures	Nível 2	100,00 % CDI	529	1.845	–	–	6.300	12.502	21.337	(161)	21.176	3,76%
Debêntures	Nível 2	108,50 % CDI	–	512	–	–	–	–	1.025	(513)	512	0,09%
Letras financeiras	Nível 2	100,00 % CDI	5.390	1.206	–	4.446	5.158	–	14.259	1.941	16.200	2,88%
Letras financeiras	Nível 2	112,00 % CDI	–	–	–	–	167	–	138	29	167	0,03%
Letras financeiras	Nível 2	117,00 % SELIC	–	900	–	–	–	–	309	591	900	0,16%
Certificados de depósitos bancários	Nível 2	100,00 % CDI	–	–	1.209	–	–	–	1.019	190	1.209	0,21%
Subtotal Fundos Previdenciários			**325.938**	**4.463**	**1.209**	**4.446**	**65.943**	**20.666**	**412.270**	**10.395**	**422.665**	**75,14%**
Total 31.12.2025			**362.492**	**4.463**	**1.209**	**4.446**	**169.057**	**20.847**	**534.556**	**27.958**	**562.514**	**100%**

31.12.2024

Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível	Taxa	Até 3 meses e sem vencimento	3 a 6 meses	6 a 9 meses	9 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo/ Contábil	%
Títulos de renda Fixa												
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	–	–	–	–	112.986	10.045	117.492	5.539	123.031	14,94%
Letras do tesouro nacional	Nível 1	PRE 12,14%	12.306	–	–	–	–	–	12.221	85	12.306	1,49%
Subtotal fundos de investimentos			**12.306**	**–**	**–**	**–**	**112.986**	**10.045**	**129.713**	**5.624**	**135.337**	**16,44%**
Fundo Previdenciário												
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	SELIC	–	–	–	–	53.095	343.484	382.481	14.098	396.579	48,17%
Letras financeiras do tesouro	Nível 1	PRE 12,14%	7.076	–	–	–	–	–	7.076	–	7.076	0,86%
Notas do tesouro nacional (B)	Nível 1	IPCA + 6,27%	–	–	–	–	42	21.092	22.443	(1.309)	21.134	2,57%
Notas do tesouro nacional (B)	Nível 1	IPCA + 6,53%	–	613	–	–	4.114	–	4.733	(6)	4.727	0,57%
Ações	Nível 1	IBOVESPA	141.489	–	–	–	–	–	139.367	2.122	141.489	17,18%
Cotas de fundos de investimento	Nível 1	–	36.912	–	–	–	–	–	36.912	–	36.912	4,48%
Debêntures	Nível 2	100,00 % CDI	–	3.768	–	331	10.681	19.285	34.331	(266)	34.065	4,14%
Debêntures	Nível 2	IPCA+ 6,0215	–	–	–	–	–	5	6	(1)	5	0,00%
Letras financeiras	Nível 2	112,00 % CDI	–	–	–	–	146	–	138	8	146	0,02%
Letras financeiras	Nível 2	120,00 % SELIC	7.284	–	–	–	–	–	7.042	242	7.284	0,88%
Letras financeiras	Nível 2	117,00 % SELIC	–	1.487	–	–	–	–	1.542	(55)	1.487	0,18%
Letras financeiras	Nível 2	100,00 % CDI	2.009	424	3.925	1.488	19.828	–	27.015	659	27.674	3,36%
Letras financeiras	Nível 2	IPCA + 5,49%	–	–	575	–	546	–	1.090	31	1.121	0,14%
Letras financeiras	Nível 2	PRE + 9,37%	139	–	485	73	–	–	672	25	697	0,08%
Certificados de depósitos bancários	Nível 2	114,00 % CDI	–	624	–	–	–	–	604	20	624	0,08%
Certificados de depósitos bancários	Nível 2	100,00 % CDI	–	–	5.965	–	1.050	–	6.793	222	7.015	0,85%
Subtotal Fundos Previdenciários			**194.909**	**6.916**	**10.950**	**1.892**	**89.502**	**383.866**	**672.245**	**15.790**	**688.035**	**83,6%**
Total 31.12.2024			**207.215**	**6.916**	**10.950**	**1.892**	**202.488**	**393.911**	**801.958**	**21.414**	**823.372**	**100%**

continua →★

→★ continuação

Alfa Previdência e Vida S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 02.713.530/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

Nível 1 - preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem modificação (SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA - Associação Brasileira dos Mercados Financeiros de Capitais). Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos semelhantes ou técnicas de avaliação, para as quais todos os inputs significativos são baseados nos dados de mercados observáveis (SELIC, B3 e ANBIMA). Nível 3 - técnicas de avaliação, para as quaisquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis. Em 31.12.2025 e 31.12.2024 não havia títulos e valores mobiliários classificados em nível 3. De acordo com as práticas contábeis vigentes, os ativos a valor justo por meio do resultado estão classificados no ativo circulante, independentemente dos seus vencimentos.

II. Movimentação das aplicações

	Saldo no início do período	Aplicações	Resgates	Rentabilidade/ ajuste a valor de mercado	Saldo no final do período
Cotas de fundos de investimento PGBL/VGBL	688.035	9.486	(356.188)	81.332	422.665
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	135.337	303.678	(317.857)	18.691	139.849
Total 31.12.2025	**823.372**	**313.164**	**(674.045)**	**100.023**	**562.514**
Total 31.12.2024	**838.641**	**240.473**	**(299.827)**	**44.085**	**823.372**

b) Instrumentos financeiros derivativos: I. Próprios: Durante os períodos findos em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia não detinha operações próprias de instrumentos financeiros derivativos. II. Recursos garantidores de fundos de investimentos. Composição do valor referencial por tipo de operação:

	31.12.2025			
	Valores por prazos de vencimentos			
B3	**Até 90 dias**	**De 91 a 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**
Futuro - nível 1	33	1.004	239.436	240.473
Comprado	–	348	116.192	116.540
Taxa de juros	–	348	116.192	116.540
Moeda estrangeira	–	–	–	–
Índice Bovespa	–	–	–	–
Vendido	33	656	123.244	123.933
Taxa de juros	–	656	123.244	123.900
Moeda estrangeira	–	–	–	–
Índice Bovespa	33	–	–	33
Opções	631	500	–	1.131
Comprado	631	–	–	631
Vendido	–	500	–	500
Total em 31.12.2025	**664**	**1.504**	**239.436**	**241.604**

c) Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras:	**102.623**	**45.830**
Rendimentos dos fundos de previdência (PGBL e VGBL)	81.332	30.885
Rendimentos com aplicação em renda fixa	18.691	13.200
Atualização Monetária - depósito judicial	2.062	1.677
Outras	538	68
Despesas financeiras:	**(82.633)**	**(32.788)**
Despesas dos fundos de previdência (PGBL e VGBL)	(82.051)	(30.885)
Despesas com atualização monetária	(33)	(1.650)
Outras	(549)	(253)
Total	**19.990**	**13.042**

6. OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a) Créditos das operações com seguros e resseguros: I. Prêmios a receber: **1) Composição dos saldos**

	31.12.2025					31.12.2024	
	Prêmios a receber - Nota 6(a-I (2))	Riscos vigentes e não emitidos	Provisão para risco de crédito	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)	Total	Prazo médio de parcelamento (mês)
Prestamista	392	571	(5)	958	1	3.444	1
Acidentes pessoais	1.012	655	(110)	1.557	3	1.407	5
Vida em grupo	2.425	3.001	(311)	5.115	1	3.791	1
Outros	358	399	(39)	718	1	861	1
Total em 31.12.2025	**4.187**	**4.626**	**(465)**	**8.348**	**–**	**9.503**	**–**
Total em 31.12.2024	**2.562**	**7.244**	**(303)**	**9.503**	**–**	**–**	**–**

2) Parcelas por vencimento - Prêmios a receber

CURSO DAS OPERAÇÕES	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Parcelas Vencidas:	**1.960**	**1.217**
Até 60 dias	599	549
De 61 a 120 dias	279	136
De 121 a 180 dias	112	58
De 181 a 365 dias	326	156
Acima de 365 dias	644	318
Parcelas Vincendas:	**2.227**	**1.345**
Até 60 dias	2.121	1.033
De 61 a 120 dias	52	145
De 121 a 180 dias	30	98
De 181 a 365 dias	24	69
Total	**4.187**	**2.562**

3) Por movimentação no período

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Saldo no início do período	**9.503**	**8.575**
(+) Prêmios emitidos (-) prêmios cancelados [1]	59.305	89.217
(-) Recebimentos	(60.298)	(88.509)
Provisão para riscos de crédito	(162)	220
Saldo no final do período	**8.348**	**9.503**

[1] Contempla o prêmio restituido no montante de R$ 1.900 (R$ 4.154 em 31.12.2024) e o saldo de Riscos Vigentes e Não Emitidos (RVNE) no montante de R$ (2.619) (R$ 725 em 31.12.2024).

b) Ativos de resseguros - Provisões técnicas: I. Composição dos saldos

	31.12.2025					31.12.2024
		SINISTROS				
	PPNG [1] [2]	PSL	IBNR e PDR	Subtotal	Total	Total
Prestamista	2.471	312	129	441	2.912	3.359
Acidentes pessoais	28	90	83	173	201	221
Vida em grupo	123	443	550	993	1.116	1.486
Outros	–	–	–	–	–	1
Total em 31.12.2025	**2.622**	**845**	**762**	**1.607**	**4.229**	**5.067**
Total em 31.12.2024	**2.973**	**1.400**	**694**	**2.094**	**5.067**	**–**

[1] Em 31.12.2025 inclui o montante de R$ 167 (R$ 84 em 31.12.2024) referente a prêmios de resseguro não proporcional.
[2] Inclui 99 (107 em 31.12.2024) casos de sinistros judiciais no montante de R$ 378 (R$ 378 em 31.12.2024).

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025			01.01 a 31.12.2024
	PPNG	PSL, IBNR e PDR	Total	Total
Saldo no início do período	**2.973**	**2.094**	**5.067**	**2.792**
Variação das provisões técnicas	(351)	1.082	731	5.058
Recebimento de sinistros	–	(1.590)	(1.590)	(2.637)
Atualização monetária	–	21	21	(146)
Saldo no final do período	**2.622**	**1.607**	**4.229**	**5.067**

c) Custos de aquisição diferidos: I. Composição dos saldos

	31.12.2025		31.12.2024	
	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)	Custos de aquisição diferidos	Prazo médio de diferimento (mês)
Vida em grupo	39.079	80	49.698	75
Acidentes pessoais	419	12	782	12
Prestamista	724	12	1.140	12
Demais	144	12	182	12
Total [1]	**40.366**		**51.802**	

[1] Deste montante, R$ 2.885 (R$ 3.896 em 31.12.2024) refere-se a comissão líquida registrada na rubrica "Corretores de seguros e resseguros".

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025	01.01 a 31.12.2024
Saldo no início do período	**51.802**	**48.560**
Comissões	21.070	35.523
Apropriação no resultado [1] - Nota 6(h-I)	(32.506)	(32.281)
Saldo no final do período	**40.366**	**51.802**

[1] O diferimento é realizado de acordo com a vigência das apólices, são apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto por meio de constituição e reversão dos custos de aquisição diferidos. O prazo mínimo é de 12 meses. **d) Provisões Técnicas - Pessoas:** I. Composição dos saldos

	31.12.2025							31.12.2024
			SINISTROS					
Pessoas	**PPNG e PRVNE**	**PVR [1]**	**PSL e IBNER [2]**	**IBNR**	**PDR**	**Subtotal**	**Total**	**Total**
Prestamista	69.962	144	2.207	1.278	72	3.557	73.663	93.160
Acidentes pessoais	885	14	1.476	801	249	2.526	3.425	4.173
Vida em grupo	1.498	7	8.654	4.945	645	14.244	15.749	16.364
Outros	314	19	387	459	77	926	1.256	1.264
Total em 31.12.2025	**72.659**	**184**	**12.724**	**7.483**	**1.043**	**21.250**	**94.093**	**114.961**
Total em 31.12.2024	**92.038**	**214**	**14.174**	**7.432**	**1.103**	**22.709**	**114.961**	**–**

[1] Refere-se a Provisão de Valores a Regularizar de devoluções de prêmios. [2] O ano de aviso dos sinistros está demonstrado na Nota 7. O montante de sinistros judiciais é de R$ 3.636 (R$ 3.810 em 31.12.2024), sendo R$ 2.077 (R$ 2.127 em 31.12.2024) classificados como perda provável, R$ 1.430 (R$ 1.584 em 31.12.2024) como perda possível e R$ 129 (R$ 99 em 31.12.2024) como perda remota. [2] Inclui PDR-IBNR no valor de R$ 107 (R$ 97 em 31.12.2024).

II. Movimentação

	31.12.2025						31.12.2024
			SINISTROS				
	PPNG e PRVNE	PVR [1]	PSL, IBNER, IBNR e PDR Adm	PSL, IBNER, IBNR e PDR Jud	Subtotal	Total	Total
Saldo no início do período	**92.038**	**214**	**18.599**	**4.110**	**22.709**	**114.961**	**100.577**
Sinistros Ocorridos	–	–	18.280	(551)	17.729	17.729	30.572
Variação de provisões técnicas	(19.379)	(30)	–	–	–	(19.409)	6.757
Sinistros pagos/recuperados	–	–	(19.223)	(141)	(19.364)	(19.364)	(23.052)
Atualização monetária e juros	–	–	15	161	176	176	107
Saldo no final do período	**72.659**	**184**	**17.671**	**3.579**	**21.250**	**94.093**	**114.961**

[1] Refere-se a Provisão de Valores a Regularizar de devoluções de prêmios.

e) Operações com Previdência Complementar e Vida com cobertura de sobrevivência: I. Composição dos saldos

	31.12.2025			31.12.2024		
	PGBL	VGBL	Total	PGBL	VGBL	Total
Provisões matemáticas	**83.804**	**338.535**	**422.339**	**224.230**	**463.806**	**688.036**
Benefícios a conceder	79.803	338.231	418.034	220.233	463.483	683.716
Benefícios concedidos	3.209	219	3.428	3.345	260	3.605
PEF	792	85	877	652	63	715
Outras provisões técnicas	**579**	**2.453**	**3.032**	**1.037**	**2.183**	**3.220**
PDR - Benefícios a conceder	579	2.453	3.032	1.037	2.183	3.220
Total	**84.383**	**340.988**	**425.371**	**225.267**	**465.989**	**691.256**

II. Movimentação

	01.01 a 31.12.2025			01.01 a 31.12.2024
	PGBL	VGBL	Total	Total
Saldo no início do período	**225.267**	**465.989**	**691.256**	**719.749**
Movimentação das provisões matemáticas	(140.426)	(125.271)	(265.697)	(28.486)
Movimentação financeira	(157.629)	(190.279)	(347.908)	(59.220)
Contribuições líquidas de portabilidade	(148.274)	(143.780)	(292.054)	(26.211)
Contribuições	3.289	1.984	5.273	38.930
Transferências de portabilidade líquidas	(151.563)	(145.764)	(297.327)	(65.141)
Pagamentos de resgates	(9.091)	(46.446)	(55.537)	(32.713)
Benefícios pagos	(264)	(53)	(317)	(296)
Atualização Monetária	17.065	64.986	82.051	30.654
PEF - Provisão de Excedente Financeiro	138	22	160	81
Constituição/(reversão) de provisões técnicas - PDR	(458)	270	(188)	(7)
Saldo no final do período	**84.383**	**340.988**	**425.371**	**691.256**

f) Garantia das provisões técnicas de seguros e previdência complementar

	31.12.2025	31.12.2024
Total de Provisões a serem garantidas - Provisões técnicas	**477.870**	**755.087**
Provisões técnicas	55.531	67.051
Provisões técnicas de seguros - Nota 6(d-I)	94.093	114.961
Provisões técnicas de previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência - Outras - Nota 6(e-I)	3.032	3.220
Ativos de resseguros - Nota 6(b)	(1.607)	(2.094)
Custo de aquisição diferidos redutores [1]	(39.987)	(49.036)
Provisões matemáticas de previdência complementar e vida com cobertura de sobrevivência - Nota 6(e-I)	422.339	688.036
Ativos garantidores das provisões técnicas - Cotas de fundos de investimentos - Nota 5 (a-I)	**562.514**	**823.372**
Cotas de fundos de investimentos - Seguros	139.849	135.337
Cotas de fundos de investimentos PGBL/VGBL	422.665	688.035
Cobertura Excedente	**84.644**	**68.285**

[1] Despesas efetivamente liquidadas diretamente relacionadas ao valor de cada prêmio comercial registrado e diferidas individualmente de acordo com a vigência do respectivo risco abrangido pela PPNG constituída.

g) Depósitos de terceiros

	31.12.2025	31.12.2024
Até 30 dias	1.057	129
De 31 a 180 dias	56	226
Acima de 181 dias	78	48
Total	**1.191**	**403**

h) Principais ramos de atuação (bruto de resseguro): I. Composição do resultado por ramos

	Prêmios Ganhos		Sinistros Ocorridos		Custo de Aquisição		Outras receitas e despesas operacionais		Operações de resseguros		Total	
Ramos	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Vida em grupo	38.197	37.850	(16.101)	(23.087)	(13.212)	(11.486)	(681)	(640)	(467)	(402)	7.736	2.235
Acidentes pessoais	8.706	9.294	(1.416)	(3.273)	(3.052)	(3.259)	(53)	(240)	18	110	4.203	2.632
Prestamista	27.578	28.262	(309)	(4.073)	(14.843)	(15.070)	(210)	(959)	(662)	(101)	11.554	8.059
Demais	4.203	7.127	(1.126)	(2.327)	(1.399)	(2.466)	20	(625)	(1)	(8)	1.697	1.701
Subtotal	**78.684**	**82.533**	**(18.952)**	**(32.760)**	**(32.506)**	**(32.281)**	**(924)**	**(2.464)**	**(1.112)**	**(401)**	**25.190**	**14.627**
(Provisão)/Reversão para risco de crédito	–	–	–	–	–	–	(87)	174	–	–	(87)	174
Total	**78.684**	**82.533**	**(18.952)**	**(32.760)**	**(32.506)**	**(32.281)**	**(1.011)**	**(2.290)**	**(1.112)**	**(401)**	**25.103**	**14.801**

II. Índice de sinistralidade e índice de comissionamento

	Índice de Sinistralidade (%)		Índice de Comissionamento (%)	
Ramos	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Vida em grupo	(42,2)	(61,0)	(34,6)	(30,3)
Acidentes pessoais	(16,3)	(35,2)	(35,1)	(35,1)
Prestamista	(1,1)	(14,4)	(53,8)	(53,3)
Demais	(26,8)	(32,7)	(33,3)	(34,6)
Total	**(24,1)**	**(39,7)**	**(41,3)**	**(39,1)**

i) Teste de adequação do passivo - TAP: As premissas utilizadas no cálculo do Teste de Adequação de Passivos (TAP), realizado em 31.12.2025, são as seguintes: (i) Para os contratos abrangidos pela Companhia, as premissas são definidas conforme as características contratuais e técnicas de cada produto. O TAP considera a projeção dos fluxos futuros de caixa das obrigações vigentes, respeitada a fronteira do contrato, incluindo, conforme aplicável, prêmios futuros contratualmente previstos, benefícios, sinistros esperados, resgates, cancelamentos, despesas de regulação e liquidação de sinistros e demais despesas administrativas diretamente atribuíveis. As bases de dados utilizadas nas projeções são reconciliadas com as informações estatísticas e contábeis encaminhadas ao órgão regulador. As taxas de juros contratuais e demais condições financeiras previstas nos contratos são consideradas na projeção dos fluxos de caixa, conforme aplicável. Os fluxos são projetados em base bruta de resseguro, sendo os efeitos dos contratos de resseguro considerados de forma consistente com a recuperabilidade dos respectivos ativos. (ii) As estimativas correntes dos fluxos de caixa são descontadas a valor presente com base na Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, observada a aderência ao indexador da obrigação e assegurada a consistência entre a inflação considerada nas projeções e a respectiva taxa de desconto. A taxa esperada dos ativos que suportam as provisões técnicas é determinada com base na política de investimentos da Companhia e considerada para fins de avaliação da consistência econômico-financeira, sem alterar o critério de desconto estabelecido pela regulamentação vigente. As premissas atuariais adotadas refletem as condições contratuais dos produtos, a experiência histórica da Companhia, tendências observadas na carteira e hipóteses biométricas compatíveis com a natureza das obrigações. Quando permitido pela regulamentação aplicável, é realizada a compensação entre fluxos positivos e negativos dentro de grupos de contratos com riscos homogêneos. O resultado do TAP é apurado por grupos de contratos com características de risco homogêneas. Em 31 de dezembro de 2025, o teste indicou que as provisões técnicas registradas são suficientes para fazer face às obrigações futuras estimadas dos contratos vigentes, não sendo necessária a constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

7. TABELA DE DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS: A tabela de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia na medida em que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior da tabela demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis. Não segregamos os sinistros judiciais devido ao volume imaterial de casos, o que não resultaria em informação útil ao usuário. A provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro é composta da seguinte forma: Provisão de Sinistros a Liquidar Bruta de resseguro - Nota 6(d-I): R$ 12.724.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estimativas de Sinistros											
Na data de aviso	7.559	6.516	7.699	10.951	10.537	16.505	10.269	15.895	23.641	18.704	–
Um ano após	9.205	8.165	8.702	11.485	16.051	18.740	11.923	19.115	23.557	–	–
Dois anos após	9.651	8.791	8.878	12.257	16.406	19.535	12.123	18.389	–	–	–
Três anos após	9.906	8.985	9.642	12.626	16.646	19.939	12.242	–	–	–	–
Quatro anos após	9.730	9.043	10.091	12.757	16.750	19.969	–	–	–	–	–
Cinco anos após	9.785	9.109	9.658	12.668	16.741	–	–	–	–	–	–
Seis anos após	9.830	9.245	9.654	12.512	–	–	–	–	–	–	–
Sete anos após	9.802	9.254	9.661	–	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após	9.770	9.259	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após	9.806	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativas em 31.12.2025	**9.806**	**9.259**	**9.661**	**12.512**	**16.741**	**19.969**	**12.242**	**18.389**	**23.557**	**18.704**	**150.840**
Pagamentos de Sinistros											
Na data de aviso	5.270	4.062	3.816	7.663	9.412	14.022	6.594	8.987	14.551	11.132	–
Um ano após	8.646	7.441	7.930	11.194	15.337	17.834	11.205	16.204	21.497	–	–
Dois anos após	9.194	8.131	8.269	11.744	15.703	19.180	11.590	17.134	–	–	–
Três anos após	9.553	8.406	8.710	11.932	16.309	19.600	11.814	–	–	–	–
Quatro anos após	9.589	8.504	9.256	12.357	16.460	19.680	–	–	–	–	–
Cinco anos após	9.590	8.596	9.450	12.376	16.461	–	–	–	–	–	–
Seis anos após	9.657	8.675	9.472	12.379	–	–	–	–	–	–	–
Sete anos após	9.700	8.701	9.472	–	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos após	9.702	8.713	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos após	9.730	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Pagamentos em 31.12.2025	**9.730**	**8.713**	**9.472**	**12.379**	**16.461**	**19.680**	**11.814**	**17.134**	**21.497**	**11.132**	**138.012**
PSL em 31.12.2025	**76**	**546**	**189**	**133**	**280**	**289**	**428**	**1.255**	**2.060**	**7.572**	**12.828**

continua →★

→★ continuação

Alfa Previdência e Vida S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 02.713.530/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Passivos de sinistros anteriores a 2016											**430**
IBNER em 31.12.2025											**(534)**
Total do Passivo em 31.12.2025											**12.724**

A provisão de sinistros a liquidar líquida de resseguro é composta da seguinte forma:
• Provisão de sinistros a liquidar bruta de resseguro - Nota 6(d-I): R$ 12.724;
• (-) Recuperação de sinistros a liquidar - Nota 6(b-I): R$ 845; e • Provisão de sinistros a liquidar, líquida de resseguro: R$ 11.879.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Estimativas de Sinistros											
Na data de aviso	7.259	6.516	7.467	10.611	10.522	15.904	9.461	14.331	20.863	17.616	
Um ano após	8.905	8.164	8.549	11.151	15.905	18.088	10.950	17.239	20.768		
Dois anos após	9.351	8.684	8.726	11.922	16.260	18.856	11.132	16.582			
Três anos após	9.606	8.860	9.489	12.265	16.499	19.260	11.248				
Quatro anos após	9.430	8.897	9.937	12.428	16.603	19.290					
Cinco anos após	9.485	8.943	9.495	12.339	16.594						
Seis anos após	9.530	9.058	9.492	12.184							
Sete anos após	9.502	9.078	9.499								
Oito anos após	9.470	9.083									
Nove anos após	9.506										
Estimativas em 31.12.2025	**9.506**	**9.083**	**9.499**	**12.184**	**16.594**	**19.290**	**11.248**	**16.582**	**20.768**	**17.616**	**142.370**
Pagamentos de Sinistros											
Na data de aviso	5.007	4.062	3.703	7.343	9.397	13.444	6.091	8.097	12.640	10.344	
Um ano após	8.346	7.440	7.782	10.865	15.191	17.206	10.293	14.623	18.904		
Dois anos após	8.894	8.130	8.121	11.416	15.557	18.501	10.646	15.460			
Três anos após	9.253	8.405	8.562	11.603	16.162	18.921	10.858				
Quatro anos após	9.289	8.502	9.107	12.028	16.313	19.001					
Cinco anos após	9.290	8.595	9.294	12.047	16.314						
Seis anos após	9.357	8.674	9.310	12.051							
Sete anos após	9.400	8.699	9.310								
Oito anos após	9.402	8.711									
Nove anos após	9.430										
Pagamentos em 31.12.2025	**9.430**	**8.711**	**9.310**	**12.051**	**16.314**	**19.001**	**10.858**	**15.460**	**18.904**	**10.344**	**130.383**
PSL em 31.12.2025	**76**	**372**	**189**	**133**	**280**	**289**	**390**	**1.122**	**1.864**	**7.272**	**11.987**
Passivos de sinistros anteriores a 2016											**397**
IBNER em 31.12.2025											**(505)**
Total do Passivo em 31.12.2025											**11.879**

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Pessoal	(12.414)	(12.191)
Serviços de terceiros	(3.349)	(4.030)
Localização e funcionamento	(1.186)	(2.817)
Publicidade e Propaganda	(40)	(187)
Publicações Legais	(5)	(56)
Doações	(293)	(62)
Outras	(1.603)	(1.607)
Total	**(18.890)**	**(20.950)**

9. CONTAS A PAGAR

	31.12.2025	31.12.2024
Dividendos a pagar	4.592	1.689
Participação nos lucros a pagar	2.370	1.740
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	–	36
Outros	256	–
Total	**7.218**	**3.465**

10. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES: a) Ativos Contingentes: Não há ativos contingentes a serem divulgados.
b) Passivos Contingentes - Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias

	01.01 a 31.12.2025				01.01 a 31.12.2024
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias [1]	Total	Total
Saldo no início do período	**24**	**345**	**29.881**	**30.250**	**29.104**
Atualização / Encargos	(5)	37	1.924	1.956	1.552
Movimentação do período Refletida no Resultado	(15)	(77)	2.270	2.178	(353)
Constituição / (Reversão)	(15)	(77)	2.462	2.370	(353)
Reversão por êxito	–	–	(192)	(192)	–
Pagamento	–	(41)	–	(41)	(53)
Saldo no final do período [2]	**4**	**264**	**34.075**	**34.343**	**30.250**
Depósitos em Garantia de Recursos - 31.12.2025	**368**	**68**	**32.833**	**33.269**	
Depósitos em Garantia de Recursos - 31.12.2024	**111**	**53**	**30.868**	**31.032**	

[1] O saldo das contingências fiscais está representado substancialmente por contingência de PIS e Cofins, na qual se discute sobre a aplicabilidade da Lei 9.718/1998 e está provisionado no montante de R$ 31.460 (R$ 29.645 em 31.12.2024). [2] Em cíveis, referem-se a depósitos judiciais relacionados a sinistros no valor de R$ 368 (R$ 111 em 31.12.2024).
Não há passivos contingentes classificados como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecidos (R$ 36 em 31.12.2024). Em 31.12.2025 e 31.12.2024, não há passivos contingentes trabalhistas e fiscais classificados como perda possível.

11. TRIBUTOS: a) Composição das despesas com impostos e contribuições: I. Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social e após Participações Sobre o Resultado	**20.114**	**4.874**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(8.046)	(1.950)
(Inclusões)/ Exclusões Permanentes - Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis e outros	153	(210)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	**(7.893)**	**(2.160)**

II. Despesas com tributos

	2025	2024
PIS/ COFINS	(3.457)	(3.186)
Despesas com taxa de fiscalização	(1.213)	(909)
Contingências fiscais	(4.194)	–
Outras	(134)	(304)
Total	**(8.998)**	**(4.399)**

b) Créditos tributários e previdenciários: I. Composição dos saldos:

	31.12.2025	31.12.2024
Impostos a compensar [1]	1.681	1.667
Créditos tributários de diferenças temporárias [2]	6.869	6.209
Prejuízo fiscal e base negativa [2]	–	453
Total	**8.550**	**8.329**

[1] Estão classificados no ativo circulante. [2] Estão classificados no ativo não circulante.

II. Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias

	2026	2027	2028	2029	2030	Total [1]
Créditos tributários [1]	287	163	5.650	163	606	**6.869**

[1] O saldo a valor presente é de R$ 5.522, para cálculo foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

III. Movimentação das diferenças temporárias e tributos diferidos e sobre o prejuízo fiscal e base negativa

	31.12.2025		
	Saldo no início do período	Constituição/(Reversão)	Saldo no final do período
Provisão para risco de crédito	85	39	124
Provisão para contingências	5.587	478	6.065
Outros	537	143	680
Total sobre diferenças temporárias	**6.209**	**660**	**6.869**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	453	(453)	–
Total em 31.12.2025	**6.662**	**207**	**6.869**
Total em 31.12.2024	**7.555**	**(893)**	**6.662**

c) Impostos e encargos sociais a recolher

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto retido na fonte	197	481
ISS retido	–	29
IOF	11	10
Contribuições previdenciárias e outras	110	241
Total	**318**	**761**

d) Impostos e contribuições a pagar

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda e contribuição social	1.702	15
Pis e cofins	263	261
ISS sobre a gestão de carteira de fundos	11	6
Total	**1.976**	**282**

12. INTANGÍVEL

	Saldo no início do período	Amortizações	Saldo no final do período
Outros intangíveis	26	(13)	13
Total em 31.12.2025	**26**	**(13)**	**13**
Total em 31.12.2024	**1.293**	**(1.267)**	**26**

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 42.780 (R$ 42.780 em 31.12.2024) está representado por 16.935.725 (16.935.725 em 31.12.2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

	31.12.2025	
Acionistas	**Quantidade**	**%**
Corumbal Participações e Administradora Ltda.	16.925.346	99,94%
Banco Safra S.A.	10.379	0,06%
Total	**16.935.725**	**100,00%**

b) Dividendos: Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Em 31.12.2025 foi provisionado dividendo mínimo obrigatório no montante de R$ 2.903 (R$ 645 em 31.12.2024).

c) Reserva de lucros:

	31.12.2025	31.12.2024
Reservas de lucros	**50.470**	**41.152**
Legal	4.213	3.602
Estatutária [1]	46.257	37.550

[1]A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social. Até 90% da reserva para aumento de capital está limitado à 80% do capital social e a reserva especial para dividendos está limitado a 20% do capital social. Eventual necessidade de reenquadramento é realizado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária.

14. GESTÃO DE RISCOS: A Alfa Previdência e Vida S.A. mantém em conformidade com a estrutura do seu controlador (Banco Safra S.A.), um conjunto de políticas, normas e procedimentos para assegurar o adequado gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposto, além de controles internos que asseguram o cumprimento das políticas estabelecidas. A Companhia concentra as estruturas responsáveis pela gestão dos riscos de crédito, mercado, subscrição, operacional e liquidez em cada área de risco, respectivamente, formando a base necessária para atendimento à regulamentação vigente. A Resolução CNSP 388/2020 e alterações posteriores dividiu as sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, resseguradores locais e entidades abertas de previdência complementar (EAPCs) em quatro segmentos, de acordo com o grupo em que pertence e valores de prêmios e provisões técnicas, sendo a Alfa Previdência e Vida S.A. classificada com S2. A Resolução CNSP 416/2021 e alterações posteriores dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos, incluindo a Gestão do Risco de Liquidez como disciplina obrigatória. Ademais, a circular SUSEP nº 638/2021 e alterações posteriores definiu os requisitos de segurança cibernética a serem observados pelas supervisionadas, estabelecendo as diretrizes para o risco de segurança cibernética. Para assegurar a aderência aos normativos regulatórios, a Companhia incorporou as novas definições na Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) e na respectiva Política de Gestão de Riscos própria. **a) Risco de Crédito:** O risco de crédito consiste no risco de uma contraparte causar perda financeira ao não liquidar uma obrigação, e decorre principalmente de aplicações financeiras e créditos de operações com seguradoras e resseguradoras (Nota 6(a) e (b)). Com o intuito de manter o risco de crédito da Companhia em patamares condizentes com o tradicional conservadorismo e a reconhecida agilidade nas decisões, estão em vigor políticas de gerenciamento que têm como principal característica a adequação do produto de crédito ao perfil do cliente. A qualidade do crédito, os níveis de concentração e os indicadores de inadimplência são monitorados continuamente, visando garantir o retorno dos recursos. As decisões são tomadas de forma colegiada pela Diretoria, tendo como responsabilidades (i) analisar de forma detalhada as carteiras de crédito; (ii) acompanhar limites de concentração por ressegurador; (iii) definir metodologias de cálculo do risco de crédito e testes de estresse; (iv) definir métricas para apuração do risco; (v) garantir o alinhamento estratégico entre as áreas e uma visão sistêmica do Risco de Crédito; (vi) garantir um fórum de discussão técnica para a avaliação de impactos quanto a alterações relevantes de políticas, modelo de crédito e estratégias que envolvam o ciclo de crédito; (vii) aprovar os principais indicadores para controle de exceções às políticas; e (viii) acompanhar os critérios utilizados no exercício de estresse e os resultados obtidos. O risco de crédito em operações com resseguradoras, discriminadas por classe, categoria de risco (rating) e percentual de participação de cada resseguradora em relação à exposição total, são:

Classe Ressegurador	Resseguradora	Rating	Agência	Exposição
Local	IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	A-	AM Best	67,86%
Local	MAPFRE RE DO BRASIL COMPANHIA DE RESSEGUROS S.A.	A	AM Best	0,61%
Local	AUSTRAL RESSEGURADORA S.A.	A-	AM Best	29,37%
Admitida	HANNOVER RUCK SE	A+	AM Best	2,16%
Total				**100,00%**

b) Riscos de Mercado: Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Companhia. A política que rege a gestão de risco de mercado é a Política de Risco de Mercado - Seguros Gerais/Vida e Previdência. **c) Risco de Subscrição:** Define-se risco de subscrição como a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições, quotas e provisões técnicas. A Companhia possui política de subscrição de riscos, em que estão descritas todas as regras para a análise e aceitação de riscos, além de diretrizes para os riscos sujeitos à análise prévia, bem como os riscos excluídos. A avaliação dos riscos envolve as atividades abaixo descritas: i. Acompanhamento e avaliação das condições de Cosseguro e Resseguro; ii. Definição de política de aceitação e subscrição de riscos; iii. Criação de novos produtos; iv. Gestão de resultado de apólices e produtos; v. Acompanhamento de mercado; e vi. Suportes técnicos a clientes, corretores e prepostos. Os principais ramos operados pela Companhia são: Prestamista, Vida em Grupo e Acidentes Pessoais. As taxas de carregamento praticadas atendem os percentuais estabelecidos em Nota Técnica Atuarial. Suplementarmente, a Companhia adota uma política de repasse de riscos em resseguro e cosseguro, evitando que os sinistros de baixa frequência e valor elevado afetem a estabilidade do resultado de suas operações. As mudanças na frequência e nos custos dos sinistros, que afetam diretamente o risco assumido, são controladas por meio de acompanhamento periódico da área atuarial da Companhia e seu resultado é refletido, se necessário, nos ajustes das provisões técnicas.
I. Análise de sensibilidade de risco de seguro: A análise de sensibilidade é efetuada sobre as mesmas bases do TAP e tem como objetivo mostrar como o resultado e o patrimônio líquido teriam sido afetados caso tivessem ocorrido alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes à data do balanço.

	Impacto no resultado e patrimônio líquido em 31.12.2025		
Premissas atuariais [1] [2]	**Bruta de resseguros**	**Resseguros**	**Líquida de resseguros**
Aumento de 5% em sinistros a liquidar	(382)	25	(357)
Aumento de 5% em provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(224)	22	(202)
Aumento de 5% em provisão para despesas relacionadas	(31)	1	(30)
Redução de 5% em sinistros a liquidar	382	(25)	357
Redução de 5% em provisão de sinistros ocorridos e não avisados	224	(22)	202
Redução de 5% em provisão para despesas relacionadas	31	(1)	30

[1] Os montantes apresentados referem-se a impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquidos de impostos.
[2] A variação da inflação está contida nos valores de sinistros (PSL e IBNR).
As operações de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a variação nas provisões técnicas, conforme demonstrado abaixo:

Premissas atuariais [1] [2]	31.12.2025
Redução na taxa de juros em 5%	(411)
Redução na mortalidade em 5%	(53)
Aumento na conversão em 5%	(7)
Aumento na taxa de juros em 5%	342
Aumento na mortalidade em 5%	102
Redução na conversão em 5%	7

[1] Os montantes apresentados referem-se aos impactos no período para o patrimônio líquido e resultado, líquido de impostos. [2] A variação da inflação está contida no estudo técnico do Teste de Adequação do Passivo - TAP.
Em função das características da carteira e dos atuais planos comercializados, a variável inflação foi considerada de baixa materialidade. Seguem abaixo os principais segmentos dos planos PGBL/VGBL operados pela Companhia:

Plano	Tipo	Composição	Bases técnicas
Renda Fixa	PGBL/VGBL	100% Renda Fixa	Tábuas de mortalidade BR-EMSsb, AT2000 suavizada em 10% e 15%, Taxa de juros 0%
Balanceado	PGBL/VGBL	Renda Fixa e Variável	
Multimercado	PGBL/VGBL	Até 100% Renda Variável	

II.Distribuição de prêmios emitidos bruto por região geográfica:

	2025						2024
Ramo de atuação	**Sudeste**	**Sul**	**Centro-Oeste**	**Nordeste**	**Norte**	**Total**	**Total**
Prestamista	10.957	1.172	113	33	–	**12.275**	34.994
Acidentes pessoais	6.198	500	577	597	28	**7.900**	9.620
Vida em grupo	24.396	4.132	6.903	1.957	422	**37.810**	39.323
Demais ramos	3.194	427	438	326	31	**4.416**	6.534
Total em 2025 [1]	**44.745**	**6.231**	**8.031**	**2.913**	**481**	**62.401**	**90.471**
Total em 2024 [1]	**71.638**	**7.883**	**7.710**	**2.675**	**565**	**90.471**	

[1] A concentração de riscos não contempla riscos vigentes e não emitidos e cosseguro cedido no valor de R$ (3.096) (R$ (1.254) em 31.12.2024).
Os limites máximos individuais de retenção em 31.12.2025, nos principais ramos de atividade, estão demonstrados abaixo:

Ramo de seguro	Limite de Retenção (em mil R$)
Vida em grupo	700
Prestamista	1.000
Acidentes pessoais, desemprego e perda de renda	700
Funeral	150

d) Risco Operacional: Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O risco operacional inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. A avaliação do risco legal é realizada de forma contínua nas áreas jurídicas da Companhia e nos Comitês específicos. Dessa definição estão excluídos os riscos reputacional ou de imagem e o estratégico ou de negócios. A área de Risco Operacional é uma unidade de controle (UC) independente, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna. É responsável pela identificação e monitoramento de riscos operacionais e avaliação da necessidade de controle e mitigação, bem como pela elaboração, disseminação e manutenção da política de Risco Operacional. É, também, responsável por atender as exigências emanadas da Resolução CNSP 416/2021 que dispõe sobre a Estrutura de Gestão de Riscos e a Circular SUSEP 648/2021 no que tange o Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) e a definição do Risco Operacional. A gestão do Risco Operacional é realizada pela empresa líder do Conglomerado, sendo esta também responsável pela definição e acompanhamento de indicadores para o apetite ao Risco Operacional, bem como cálculo do capital econômico em cenários base e estresse, que contemplam a Companhia. **e) Riscos de Liquidez:** Define-se como risco de liquidez a possibilidade das supervisionadas não serem capazes de cumprir eficientemente suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios. A companhia gerencia seu risco de liquidez em linha com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNSP nº 416/2021. **f) Risco Cibernético:** Define-se como risco cibernético a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes do comprometimento da confidencialidade, integridade ou disponibilidade de dados e informações em suporte digital, em decorrência da sua manipulação indevida ou de danos a equipamentos e sistemas utilizados para seu armazenamento, processamento ou transmissão.

15. EXIGÊNCIA DE CAPITAL: Em atendimento à Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores, as seguradoras devem apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que estão sujeitas, mantendo um Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR). O Capital Mínimo Requerido (CMR) corresponde ao maior valor entre o Capital base e o Capital de Risco (CR): (a) O Capital base exigido pela regulamentação para operar em todo o país, corresponde ao montante fixo de R$ 15.000. (b) O Capital de Risco é constituído das parcelas dos riscos operacional, de subscrição, de crédito e de mercado, calculados mensalmente com base na Resolução CNSP 432/2021.

continua →★

→★ continuação

Alfa Previdência e Vida S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 02.713.530/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM MILHARES DE REAIS)

Abaixo o demonstrativo da exigência de capital:

	31.12.2025	31.12.2024
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**88.196**	**86.448**
Nível 1	85.946	76.926
Nível 2	–	7.231
Nível 3	2.250	2.290
Ajuste do Excesso de PLA de nível 2 e 3	–	(1.888)
· Patrimônio Líquido	93.250	83.932
· Ajustes contábeis	(5.055)	(4.714)
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(423)	(317)
(-) Créditos tributários - prejuízos fiscais de imposto de renda e de bases negativas de contribuição social	–	(453)
(-) Créditos tributários de diferença temporária que excederem 15% do CMR	(4.619)	(3.918)
(-) Ativos intangíveis	(13)	(26)
· Ajustes associados à variação dos valores econômicos	–	7.231
(+/-) Superávit/Déficit entre provisões e fluxo realista registrado	–	7.231
· Ajuste do excesso de PLA de Nível 2 E PLA de Nível 3	–	(1.888)
Capital Mínimo Requerido (CMR) - Maior entre A e B	**15.000**	**15.268**
· Capital base (A)	15.000	8.100
· Capital de risco (B)	11.963	15.268
– de subscrição	10.228	13.037
– de risco de crédito	1.929	2.105
– de risco operacional	416	645
– de risco de mercado	770	1.346
– benefício da diversificação	(1.380)	(1.865)
Suficiência de Capital = PLA - CMR	**73.196**	**71.180**

16. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2025, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para os Administradores no montante de R$ 1.200. Em 2024, foi estabelecida a remuneração média mensal para a Administração no montante de R$ 94.

	2025	2024
Remuneração Administração	(1.147)	(761)

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. b) Transações com partes relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento ao CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Disponibilidades [1]	1.955	414	–	–
Obrigações a pagar [2]	(4.592)	(1.689)	–	–
Créditos e débitos com seguros e comissões	–	–	(15.844)	(14.874)
Despesas administrativas [3]	–	–	(299)	(2.266)
Taxa de administração	–	–	2.456	3.782
Total	**(2.637)**	**(1.275)**	**(13.687)**	**(13.358)**

[1] Refere-se a saldo em conta corrente com o Banco Alfa S.A. e Banco Safra S.A. [2] Contempla dividendos a pagar. [3] Refere-se a receitas de rateio de D.A. (aluguel, condomínio, telefone, IPTU e seguros) com a Alfa Previdência e Vida, Banco Alfa de Investimentos e a Financeira Alfa.

Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 5 (a-I).

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria: Foi constituído Comitê de Auditoria próprio da Alfa Previdência e Vida S.A. nos moldes da Resolução CNSP 432/2021, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 16.12.2024 e homologado por meio da Portaria CGRAJ/SUSEP 2560/2025, publicada no Diário Oficial da União de 09.12.2025. O referido comitê é composto por três membros independentes.

DIRETORIA

ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO
CARLOS PELÁ
JOÃO CARLOS CARDOSO BOTELHO
LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI
MARCOS LIMA MONTEIRO

ALEXEI DE BONA - Contador - CRC nº PR036459/O-3

DELVO SABINO SANTIAGO - Atuário Respónsável Técnico - MIBA 1159

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Alfa Previdência e Vida S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Alfa Previdência e Vida S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Previdência e Vida S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e registro das provisões técnicas: Conforme mencionado nas notas explicativas nº 6 d) e e) às demonstrações contábeis, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2025, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R$519.464 mil, representando 89,98% dos seus passivos. Em razão da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas em relação ao passivo, da diversificação dos contratos de seguros e previdência complementar, do volume transacionado e de certas provisões técnicas envolverem julgamento da Administração na determinação de modelos e premissas, tais como taxa de desconto, taxa de cancelamento, tábuas de mortalidade, expectativa de aumento na longevidade, desenvolvimento histórico de sinistros, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) avaliação do desenho e testes de implementação de controles internos chave relacionados ao processo de registro e mensuração de certas provisões técnicas de seguros e de previdência complementar; (iii) testes, em base amostral, de exatidão e integridade das bases de dados utilizadas nos cálculos das provisões técnicas atuariais; (iv) envolvimento de nossos especialistas atuariais na revisão dos modelos e das premissas atuariais utilizados; (v) recálculo, em base amostral, dos saldos de certas provisões técnicas; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis. Consideramos que os critérios, os modelos e as premissas adotados pela Administração para mensurar e registrar as provisões técnicas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, bem como na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria e das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Alfa Previdência e Vida S.A.
São Paulo - SP

Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Alfa Previdência e Vida S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração: A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros e dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Atuariais Independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo IBA. Esses princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião sobre as condições para fazer frente às suas obrigações correntes nem para apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e a elaboração das provisões técnicas, dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião: Em nossa opinião, as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado, e dos limites de retenção, descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo IBA e com as normas da SUSEP e do CNSP.

Outros assuntos: No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Consultores Ltda.
CNPJ: 02.189.924/0001-03
CIBA 45
Felipe Fieri Amado
MIBA 2.385

Deloitte.

RELATÓRIO SEMESTRAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") é um órgão estatutário de caráter permanente, responsável pelo cumprimento das atribuições e das responsabilidades previstas na Resolução CNSP n° 432/2021. O Comitê reporta-se diretamente à Diretória e à Assembleia, e atualmente é composto por 03 (cinco) membros independentes. O Comitê desenvolve suas atividades com base nas disposições de seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia. Durante o 2º semestre de 2025, o Comitê exerceu as seguintes atividades no âmbito de suas atribuições: • Apreciação da apresentação de Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Prevenção a Fraudes; • Reuniões com representantes das áreas de Atendimento Regulamentar, Compliance, ESG, Tecnologia, BackOffice, Produtos, Sinistralidade e Provisões, Ouvidoria, TI, Segurança da Informação e Controles Internos; • Apreciação de apresentação sobre a Autoavaliação de Risco e Solvência ("ORSA"); • Aprovação do Regimento Interno; e • Definição de Agenda de Reuniões. Diante dos trabalhos reportados, o Comitê considera adequada a efetividade dos sistemas de controle interno da companhia, das auditorias externas e auditoria interna. Não se verifica fato ou evidência relevante que pudesse comprometer a efetividade ou a independência das auditorias, interna e externas, sendo elas compatíveis com o porte e as características da Companhia. Não houve recomendações significativas apresentadas à diretória e não foram identificadas situações nas quais existem divergências significativas entre a administração da companhia, as auditorias externas e o Comitê de auditoria, em relação às demonstrações financeiras do período findo em 31.12.2025. Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que as Demonstrações Contábeis da Sociedade, e respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Parecer da Auditoria Externa, referentes ao período findo em 31.12.2025, são adequados, uma vez que foram elaborados conforme a regulamentação vigente, notadamente as emanadas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência Nacional de Seguros Privados - SUSEP, e práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

Comitê de Auditoria

Luiz Carlos Zambaldi
Sérgio Luiz Ambrosi
Wilson Luiz Matar

Alfa Holdings S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 17.167.396/0001-69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade") e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ritmo de expansão da atividade econômica brasileira arrefeceu no segundo semestre de 2025, em resposta aos efeitos da política monetária restritiva. As contas externas permanecem saudáveis e a balança comercial acumulou superávit de US$ 68 bilhões no período. A valorização cambial e a contenção do preço de commodities no mercado internacional mantiveram os preços no atacado bem-comportados, contribuindo para a desaceleração dos custos de produção das empresas. Nesse contexto, o IPCA acumulado em doze meses passou de 5,2% em setembro para 4,3% em dezembro. O Banco Central manteve a taxa básica de juros em 15,00% a.a. nas últimas reuniões, reforçando o compromisso de convergência da inflação à meta no horizonte relevante.

DESEMPENHO

Os ativos da Alfa Holdings S.A. atingiram R$ 1.033 milhões em 31 de dezembro de 2025. Deste montante, R$ 891 milhões eram representados por investimentos em coligadas. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 alcançou R$ 1.017 milhões e o lucro do ano de 2025 foi de R$ 82 milhões.

PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo também observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis até 31 de dezembro de 2025. As Demonstrações Contábeis relativas ao ano de 2025 estão sendo informadas comparativamente com 2024, conforme estas práticas.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Conforme Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2026, revisou, discutiu e concordou com o relatório de revisão do auditor independente sobre as informações relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

DIVULGAÇÃO SOBRE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/2022, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

POLÍTICA DE EQUIDADE

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, informamos que não houve contratações, de ambos os gêneros, em 2024 e 2025. Em 2025 temos 11,0% dos cargos da administração da empresa representados por mulheres. Não houve diferenças salariais entre homens e mulheres de mesmo cargo.

Diretoria

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Circulante		**135.190**	**131.523**
Disponibilidades		207	7
Títulos para investimento	4	131.203	127.615
Outros ativos	5(a)	3.780	3.901
Ativo não Circulante		**897.869**	**835.886**
Ativos fiscais diferidos	11(b)	6.671	8.219
Outros ativos	5(a)	101	97
Investimentos		891.091	827.564
Em coligadas	6	891.091	827.523
Outros		–	41
Ativos tangíveis		6	6
TOTAL DO ATIVO		**1.033.059**	**967.409**

PASSIVO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	31.12.2025	31.12.2024
Passivo Circulante		**9.726**	**11.627**
Outros passivos	5(b)	9.726	11.627
Passivo não Circulante		**6.767**	**6.640**
Passivos fiscais diferidos	11(b)	13	–
Provisão para contingências	7	6.754	6.640
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8**	**1.016.566**	**949.142**
TOTAL DO PASSIVO		**1.033.059**	**967.409**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

			Reservas de lucros						
EM MILHARES DE REAIS	Capital social realizado	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial/ aumento de capital	Reserva especial para dividendos	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2024	**430.245**	**10.319**	**59.898**	**169.429**	**307.165**	**75.804**	**29.972**	**–**	**1.082.832**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	29.972	–	(29.972)	–	–
Aumento de capital:									
Com reservas	6.311	–	–	–	(6.311)	–	–	–	–
Dividendos não reclamados	–	484	–	–	–	–	–	–	484
Realização de lucros	–	–	–	(8.855)	–	–	–	8.855	–
Realização de reserva de lucros da investida	–	(6.216)	–	–	(3.638)	–	–	–	(9.854)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(115.465)	(115.465)
Distribuição:									
Reservas estatutárias	–	–	–	–	(115.465)	–	–	115.465	–
Dividendos	–	–	–	–	–	–	–	(8.855)	(8.855)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**436.556**	**4.587**	**59.898**	**160.574**	**211.723**	**75.804**	**–**	**–**	**949.142**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	**6.311**	**(5.732)**	**–**	**(8.855)**	**(95.442)**	**–**	**(29.972)**	**–**	**(133.690)**
Efeitos da adoção inicial nas investidas -Res. 4.966/21 e Res.4.975/21	–	–	–	–	–	–	–	(53)	(53)
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2025	**436.556**	**4.587**	**59.898**	**160.574**	**211.723**	**75.804**	**–**	**(53)**	**949.089**
Dividendos não reclamados	–	432	–	–	–	–	–	–	432
Realização de reserva de lucros da investida	–	(5.019)	–	–	–	(1.280)	–	–	(6.299)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	82.199	82.199
Distribuição:									
Reservas estatutárias	–	–	4.110	11.272	52.663	5.851	–	(73.896)	–
Dividendos	–	–	–	(605)	–	–	–	(8.250)	(8.855)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	**436.556**	**–**	**64.008**	**171.241**	**264.386**	**80.375**	**–**	**–**	**1.016.566**
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	**–**	**(4.587)**	**4.110**	**10.667**	**52.663**	**4.571**	**–**	**–**	**67.424**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (EM REAIS MIL - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO: A Alfa Holdings S.A. ("Sociedade", "Companhia" ou "Alfa Holdings"), é uma sociedade anônima aberta e está sediada na Avenida Paulista, 2.150, 17º andar, São Paulo - SP, CEP 01310-300, Brasil, tem por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de *holding*, com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. - C.F.I., Banco Alfa S.A. Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros e previdência por meio da Coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A). A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional. Em novembro de 2022, o Banco Safra S.A. ("Banco Safra", "Banco" ou "Safra") e a Administradora Fortaleza Ltda. ("Fortaleza") firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Fortaleza possuía nas entidades do antigo Conglomerado Alfa, que atuam nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, private banking, wealth management, asset management, investment banking e seguros. O fechamento da operação ocorreu em 10 de outubro de 2023, passando o Banco Safra a ser controlador do antigo Conglomerado Alfa. Em 24 de outubro de 2023, o Safra apresentou à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") pedido de registro das ofertas públicas unificadas para aquisição de ações de emissão ordinárias e preferenciais das companhias abertas do antigo Conglomerado Alfa (i) em razão da alienação do controle das Companhias e (ii) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta das Companhias perante a CVM ("OPAs"). Os leilões ocorreram em 28 de fevereiro de 2024 e como resultado dos leilões, o Banco Safra adquiriu ações das quatro companhias abertas do antigo Conglomerado Alfa e obteve o quórum para cancelamento de registro do Banco Alfa de Investimento, da Financeira Alfa e do Consórcio Alfa. Em 30 de abril de 2024, o Banco Safra adquiriu 14.720.704 ações da Alfa Holdings S.A., passando a deter 80,5% (oitenta vírgula cinco por cento) de participação. Como tal aquisição de ações adicionais representou mais de 1/3 (um terço) do total em circulação, o Banco Safra protocolou em 29 de maio de 2024, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação. O leilão da OPA ocorreu em 20 de setembro de 2024 e o Banco Safra adquiriu ações adicionais, sem atingir, entretanto, o quórum necessário para fins de cancelamento de registro, permanecendo a Alfa Holdings uma companhia aberta com ações listadas em bolsa. Atualmente o Banco Safra possui 68.591.361 ações da Alfa Holdings S.A., correspondente a 80,998% de participação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: a) Base da preparação: As Demonstrações Contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 24.02.2026 e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e respectivas alterações introduzidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, associadas às normas estabelecidas nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Declaramos que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Companhia adota práticas contábeis consistentes na elaboração das Demonstrações Contábeis, mantendo consistência entre os períodos apresentados para fins comparativos. A Companhia apresenta as contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nas Notas Explicativas apresentamos, para as contas significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 (doze) meses e em prazo superior. **b) Principais alterações e novos pronunciamentos emitidos pelo CPC:** CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis - Substituirá, a partir de 01.01.2027, o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A norma tem como objetivo fornecer aos investidores informações mais transparentes e comparáveis sobre o Desempenho Financeiro das entidades e exige a criação de novos subtotais na estrutura da Demonstração de Resultado, além de determinar a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Sociedade e suas Coligadas. **d) Base para avaliação**: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** No processo de elaboração das Demonstrações Contábeis da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com: • Provisão para riscos fiscais; e • Ativos tributários diferidos. **f) Informações sobre participações detidas em coligadas:** (i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida. (ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. **g) Base de consolidação:** As Demonstrações Contábeis não são apresentadas de forma consolidada atendendo ao disposto no CPC 36(R3) - Demonstrações Consolidadas, visto que o controlador da Sociedade, Banco Safra S.A., disponibiliza ao público suas Demonstrações Contábeis Consolidadas e que, após consulta, não fez objeção quanto à não apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas pela Sociedade.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: Seguem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis: **a) Instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros são mensurados conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o Modelo de Negócio da Companhia classificados em três categorias: (i) Custo amortizado; (ii) Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes e (iii) Valor Justo por Meio do Resultado ou Designado ao valor justo no reconhecimento inicial. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos, quando existentes, efetuados por conta própria, são contabilizados pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica "resultado financeiro". **b) Investimentos:** Os investimentos em empresas Coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As Demonstrações Contábeis das Coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Contábeis incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **c) Tributos:** I. Reconhecimento e mensuração: Impostos Correntes - apurados de acordo com o regime de tributação da Companhia e das Coligadas. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% (quinze por cento), podendo ser acrescida do adicional de 10% (dez por cento). A contribuição social é calculada à alíquota de 9% (nove por cento). Impostos Diferidos - representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas. São calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das Demonstrações Contábeis. Demais Tributos - As alíquotas incidentes de PIS e Cofins na base cumulativa são de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 3% (três por cento) e na base não cumulativa são de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento) e 7,6% (sete vírgula seis por cento), sendo que a alíquota das receitas financeiras são de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 4% (quatro por cento), respectivamente. Estes tributos são apresentados na Receita Líquida das áreas de negócio e Resultado financeiro. II. Reforma tributária: A Companhia vem acompanhando as discussões sobre os impactos da Reforma dos tributos sobre o consumo atualmente em curso no Brasil, assim como sobre a sua regulamentação. Parcela relevante das discussões decorre da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2024, bem como da Lei Complementar 227, de 13 de janeiro de 2026. A Administração continuará monitorando a evolução das normas complementares e avaliará os ajustes necessários nos processos e sistemas internos quando houver maior clareza sobre as definições que ainda estão pendentes. **d) Provisões, ativos e passivos contingentes:** São reconhecidas, mensuradas e divulgadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma: (i) Ativos Contingentes: são ativos possíveis que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito deixa de ser contingente e passa a

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS		**17.118**	**8.473**
Receitas de juros	13	17.118	8.473
MARGEM FINANCEIRA		**17.118**	**8.473**
Resultado de participações em coligadas	6	71.751	(122.775)
Outras receitas operacionais		509	709
RESULTADO OPERACIONAL		**89.378**	**(113.593)**
Despesas de pessoal	9	(792)	(1.473)
Despesas gerais e administrativas	10	(1.038)	(745)
Outras despesas operacionais	7	(114)	(6.548)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		**87.434**	**(122.359)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**11(a)**	**(5.235)**	**6.894**
Imposto corrente		(3.675)	(1.325)
Imposto diferido		(1.560)	8.219
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**82.199**	**(115.465)**
Lucro/(Prejuízo) por ação (em Reais)			
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por 1.000 ações (em Reais - R$)			
Ações ordinárias		928	(1.304)
Ações preferenciais		1.021	(1.174)
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuído (em Reais mil - R$)			
Ações ordinárias		42.712	(59.997)
Ações preferenciais		39.487	(55.468)
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações ordinárias		46.011.632	46.011.632
Ações preferenciais		38.670.637	38.670.637

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	2025	2024
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**82.199**	**(115.465)**
Outros resultados abrangentes	–	(29.972)
RESULTADO ABRANGENTE	**82.199**	**(145.437)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
1. RECEITAS		**17.627**	**9.182**
Receita de juros	13	17.118	8.473
Outras receitas operacionais		509	709
2. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		**339**	**6.841**
Serviços de terceiros		339	6.841
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		**17.288**	**2.341**
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		**–**	**–**
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		**17.288**	**2.341**
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		**71.751**	**(122.775)**
Resultado de participação em coligadas	6	71.751	(122.775)
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		**89.039**	**(120.434)**
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		**89.039**	**(120.434)**
Despesas de pessoal	9	792	1.473
Remuneração direta		651	1.250
Benefícios		138	223
F.G.T.S.		3	–
Impostos, taxas e contribuições		6.048	(6.492)
Federais		6.048	(6.492)
Outras (Doações filantrópicas)		–	50
Remuneração de capitais próprios		82.199	(115.465)
Dividendos		8.250	8.855
Lucros/(Prejuízos) retidos do exercício		73.949	(124.320)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTE AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM MILHARES DE REAIS	Notas	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO		**15.797**	**6.964**
Resultado operacional antes da tributação		87.434	(122.359)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		82.199	(115.465)
Ajuste de provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido	11(a)	5.235	(6.894)
Ajustes ao lucro operacional:		(71.637)	129.323
Resultado de participação em coligadas	6	(71.751)	122.775
Provisões para contingências		114	6.548
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(2.473)**	**(3.542)**
OUTROS ATIVOS E PASSIVOS LÍQUIDOS		1.164	(2.448)
IMPOSTOS PAGOS		(3.637)	(1.094)
Corrente		(3.637)	(1.094)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**13.324**	**3.422**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(Aumento)/Redução de capital de coligadas	6	(565)	71.866
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		**(565)**	**71.866**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
RECURSOS PRÓPRIOS		(8.971)	(8.198)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(8.971)	(8.198)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		**(8.971)**	**(8.198)**
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**3.788**	**67.090**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		127.622	60.532
Disponibilidades		7	23
Aplicações financeiras		127.615	60.509
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		131.410	127.622
Disponibilidades		207	7
Aplicações financeiras		131.203	127.615
AUMENTO EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		**3.788**	**67.090**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua →★

→★ continuação

Alfa Holdings S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 17.167.396/0001-69

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(EM REAIS MIL - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ser reconhecido. (ii) Provisões e Passivos Contingentes: são definidos como uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não sendo reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota. Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação. **e) Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. **f) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação. Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. **g) Mensuração ao valor justo:** A entidade mensura o valor justo de seus ativos e passivos conforme o CPC 46 - Mensuração do Valor Justo. A metodologia aplicada para mensuração do Valor Justo das aplicações financeiras é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. A Companhia maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II, são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. No Nível III, são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia. **h) Fluxo de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e ativos financeiros, com prazo total de aplicação de até 90 (noventa) dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixas. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. **i) Demonstração do valor adicionado - DVA:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. TÍTULOS PARA INVESTIMENTO: O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Certificados de depósitos bancários	131.203	–	131.203	–	127.615	127.615
Total dos títulos para investimento (i)	**131.203**	**–**	**131.203**	**–**	**127.615**	**127.615**

(i) Classificados na categoria de valor justo por meio do resultado. O custo contábil desses ativos se equivalem a seu valor justo em 31.12.2025 e 31.12.2024, uma vez que são remunerados a 100% do CDI, bem como são mensurados no nível II, conforme nota 3(g). Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor.

5. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS: a) Outros ativos

	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar (i)	3.771	3.895
Diversos	9	6
Total de outros ativos no circulante	**3.780**	**3.901**
Não circulante		
Depósitos judiciais	101	92
Opções por incentivos fiscais	–	5
Total de outros ativos no não circulante	**101**	**97**

(i) O valor desta rubrica é composto por IRPJ e CSLL antecipados em exercícios anteriores, atualizados pela taxa Selic. A compensação dos créditos vem sendo feita através de pedidos de compensação PER/DCOMP, à medida que a Sociedade apura impostos federais a recolher.

b) Outros passivos

	31.12.2025	31.12.2024
Circulante		
Fornecedores	822	182
Obrigações fiscais	149	1.406
Sociais e estatutárias	8.720	10.039
Outros passivos	35	–
Total de outros passivos no circulante	**9.726**	**11.627**

6. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS: a) As participações em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

Investida	Ramo	% Participação	Valor contábil em 31.12.2024	Resultado de equivalência	Aumento de capital	(Alienações) e outros	Valor contábil em 31.12.2025	Investida Patrimônio Líquido	Investida Resultado do Exercício
BAI Participações Ltda.	Holdings	50,056%	251.854	19.663	300	(3.541)	268.276	538.689	39.281
FASA Participações Ltda.	Holdings	50,031%	152.554	18.034	265	(3.130)	167.723	337.589	36.046
Corumbal Partic. e Administ. Ltda.	Holdings	43,555%	423.115	34.054	–	(2.077)	455.092	1.044.869	78.187
Total			**827.523**	**71.751**	**565**	**(8.748)**	**891.091**		**153.514**

Investida	Ramo	% Participação	Valor contábil em 31.12.2023	Resultado de equivalência	Aumento de capital	(Alienações) e outros	Valor contábil em 31.12.2024	Investida Patrimônio Líquido	Investida Resultado do Exercício
BAI Participações Ltda.	Holdings	50,056%	296.789	(40.594)	–	(4.341)	251.854	505.880	(81.097)
FASA Participações Ltda.	Holdings	50,031%	177.271	(20.388)	–	(4.329)	152.554	307.268	(40.750)
Corumbal Partic. e Administ. Ltda. (i)	Holdings	43,555%	557.958	(61.793)	–	(73.050)	423.115	971.451	(141.875)
Total			**1.032.018**	**(122.775)**	**–**	**(81.720)**	**827.523**		**(263.722)**

(i) Em 08.08.2024, após análise da situação de caixa e do capital social da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R$165.000. A redução se efetivou em 15.08.2024, cabendo à Sociedade uma parcela de R$ 71.866, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal. b) As participações indiretas em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

Investidas	Ramo	% Participação	Patrimônio líquido em 31.12.2025	Resultado do exercício	Valor do contábil do investimento	Resultado de equivalência
Bai Participações Ltda.						
Banco Alfa de Investimento S.A.	Financeiro	35,527%	1.509.186	110.536	536.169	39.270
Fasa Participações Ltda.						
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	Financeiro	33,864%	988.613	106.417	334.783	36.037
Corumbal Participações e Administração Ltda.						
Alfa Previdência e Vida S.A.	Seguros	99,939%	103.825	10.724	103.761	10.717
Alfa Seguradora S.A.	Seguros	99,996%	290.709	4.044	283.980	4.044
Banco Alfa S.A.	Financeiro	19,995%	119.151	6.326	23.824	1.265
Banco Alfa de Investimento S.A.	Financeiro	29,271%	1.509.186	110.536	396.893	32.356
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	Financeiro	25,303%	988.613	106.417	222.665	26.926

Todas as coligadas acima são contabilizadas nestas Demonstrações Contábeis pelo método de equivalência patrimonial, conforme descrito nas práticas contábeis da Sociedade, na nota explicativa nº 3b.

As Demonstrações Contábeis resumidas a seguir representam os valores apresentados nas Demonstrações Contábeis das Coligadas:

	BAI Participações Ltda.		FASA Participações Ltda.		Corumbal Participações e Administração Ltda.	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante	2.495	1	2.792	35	63.020	166.759
Ativo não circulante	536.195	505.958	334.807	307.303	1.039.895	876.782
Total do ativo	**538.690**	**505.959**	**337.599**	**307.338**	**1.102.915**	**1.043.541**
Passivo circulante	1	79	10	70	761	4.169
Passivo não circulante	–	–	–	–	57.285	67.921
Patrimônio líquido	538.689	505.880	337.589	307.268	1.044.869	971.451
Total do passivo	**538.690**	**505.959**	**337.599**	**307.338**	**1.102.915**	**1.043.541**
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Resultado de equivalência patrimonial	39.270	(81.053)	36.037	(40.706)	75.311	(105.449)
Outras receitas/despesas operacionais	(43)	(71)	(40)	(69)	9.291	(50.125)
Resultado financeiro	58	–	52	–	9.720	24.404
IRPJ/CSLL	(4)	27	(3)	25	(16.135)	(10.705)
Resultado do exercício	**39.281**	**(81.097)**	**36.046**	**(40.750)**	**78.187**	**(141.875)**
Resultado de equivalência patrimonial na Alfa Holding S.A.	**19.663**	**(40.594)**	**18.034**	**(20.388)**	**34.054**	**(61.793)**

	Alfa Previdência e Vida S.A.		Alfa Seguradora S.A.	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante	595.586	871.593	756.290	720.771
Ativo não circulante	68.641	72.816	74.562	157.894
Total do ativo	**664.227**	**944.409**	**830.852**	**878.665**
Passivo circulante	62.187	208.303	466.337	633.075
Passivo não circulante	498.215	644.229	73.806	60.865
Patrimônio líquido	103.825	91.877	290.709	184.725
Total do passivo	**664.227**	**944.409**	**830.852**	**878.665**
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Resultado das Operações de Seguros	24.732	17.518	49.243	46.847
Outras receitas (despesas) operacionais	(27.355)	(22.344)	(92.717)	(88.873)
Resultado financeiro	19.988	11.939	49.932	18.735
Resultado antes da tributação	**17.365**	**7.113**	**6.458**	**(23.291)**
Impostos e participações	(6.641)	(3.404)	(2.414)	5.175
Resultado do exercício	**10.724**	**3.709**	**4.044**	**(18.116)**
Resultado de equivalência patrimonial na Alfa Holding S.A.	**10.717**	**3.707**	**4.044**	**(18.115)**

	Banco Alfa S.A.		Banco Alfa de Investimento S.A.		Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Disponibilidades	6.264	–	70.902	33.515	21.048	7.042
Ativos financeiros	1.336.682	2.250.305	3.713.140	14.177.204	4.292.322	7.590.102
Outros ativos	71.391	65.690	807.574	1.335.031	289.673	371.445
Total do ativo	**1.414.337**	**2.315.995**	**4.591.616**	**15.545.750**	**4.603.043**	**7.968.589**
Passivo financeiros	1.252.286	2.162.115	2.917.549	13.457.595	3.409.439	6.616.860
Passivos fiscais e contingências	26.224	21.795	61.015	195.530	118.212	166.066
Outros passivos	16.676	17.735	103.866	468.547	86.779	278.174
Patrimônio líquido	119.151	114.350	1.509.186	1.424.078	988.613	907.489
Total do passivo	**1.414.337**	**2.315.995**	**4.591.616**	**15.545.750**	**4.603.043**	**7.968.589**
	2025	**2024**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Resultado bruto antes dos riscos de crédito	77.799	51.845	156.913	145.193	399.580	329.536
Resultado com risco de crédito	(50.310)	(60.556)	(17.237)	(297.846)	(136.967)	(225.405)
Outros resultados das operações	(1.385)	1.086	148	30.981	4.648	72.931
Despesas tributárias das operações	(3.822)	(3.220)	(11.920)	(14.210)	(20.181)	(27.994)
Outras receitas (despesas) operacionais	(16.286)	(30.126)	31.062	(173.564)	(87.164)	(352.505)
Resultado antes da tributação	**5.996**	**(40.971)**	**158.966**	**(309.446)**	**159.916**	**(203.437)**
IRPJ/CSLL	330	19.198	(48.430)	81.574	(53.499)	70.370
Resultado do período	**6.326**	**(21.773)**	**110.536**	**(227.872)**	**106.417**	**(133.067)**
Resultado de equivalência patrimonial na Alfa Holding S.A.	**1.265**	**(4.354)**	**32.356**	**(66.702)**	**26.926**	**(33.670)**

7. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS: As provisões para riscos fiscais e previdenciários são registradas e foram constituídas levando-se em consideração a legislação em vigor, a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam estimar o seu valor. A Administração considera que as provisões existentes na data destas Demonstrações Contábeis são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos. As provisões constituídas e respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:

	Fiscais e Previdenciárias	
	31.12.2025	31.12.2024
Saldo Inicial	**6.640**	**92**
(+) Complemento líquido de reversões (i)	(321)	6.518
(+) Atualização da provisão (i)	435	30
Saldo Final	**6.754**	**6.640**

(i) Em 30.06.2024, a Sociedade reconheceu o montante de R$ 6.457 como provisão para riscos fiscais e previdenciários, que inclui principal e juros. A constituição ocorreu devido a mudanças nas circunstâncias usadas para mensurar as estimativas de perdas dos processos em andamento. A Sociedade passou a agravar a opinião dada pelos seus assessores legais em relação à expectativa de perda dos referidos processos, seguindo as mesmas estimativas contábeis do controlador, o Banco Safra S.A.. Em 31.12.2024, o valor atualizado dessa provisão fiscal é de R$ 6.548. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, quando ocorrem mudanças nas circunstâncias em que a estimativa contábil se baseou, alterando ativos e passivos, seus efeitos contábeis são reconhecidos no período da mudança, caracterizando-se, desta forma, como mudança na estimativa contábil. As ações se referem substancialmente a Perdcomp não homologada no montante de R$ 6.291.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Composição do capital social: Em 31.12.2025, o Capital Social no valor de R$ 436.556 (R$ 436.556 em 31.12.2024) está dividido em 84.682.269, sendo 46.011.632 ações ordinárias e 38.670.637 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31.12.2025			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	436.556
Saldo final	**84.682.269**	**46.011.632**	**38.670.637**	**436.556**
				31.12.2024
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	430.245
Aumento de capital (i)	–	–	–	6.311
Saldo final	**84.682.269**	**46.011.632**	**38.670.637**	**436.556**

(i) Em 28 de março de 2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou aumento do capital social, passando de R$ 430.245 para R$ 436.556, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações.
As ações preferenciais estão assim distribuídas:

	31.12.2025 e 31.12.2024		
Classe de ações	PNA	PNB	Total
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens: a) Recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item c); b) Reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da Sociedade e; c) Apenas as ações preferenciais da Classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto no item a) ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias. **b) Reservas de capital:** As reservas de capital da Sociedade são compostas de reservas de manutenção do capital de giro, reserva de incentivos fiscais, reserva para incorporação ao capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão, incorporação ao capital social, ou dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. **c) Reservas de lucros: c.1) Reserva legal:** É constituída com aplicação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. **c.2) Reserva de lucros a realizar:** É constituída conforme o art. 12.4(d) do Estatuto Social da Alfa Sociedade, que estabelece que seu valor corresponde ao excesso, se houver, do dividendo obrigatório sobre o lucro líquido realizado, nos termos dos arts. 197 e 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303	Após a Lei nº 10.303	Total
Saldo inicial em 01.01.2025	87.100	73.474	160.574
Complemento	–	11.272	11.272
Realização	–	(605)	(605)
Saldo Final em 31.12.2025	**87.100**	**84.141**	**171.241**

c.3) Reservas estatutárias: O Estatuto Social determina que, após a destinação e/ou o pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio previstos no art. 6º do Estatuto Social, o saldo do lucro líquido, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral Ordinária, conforme a seguir: a) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de manter adequadas condições operacionais, observado o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social; b) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, observado o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. A soma das reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a reserva legal, exceto as reservas para contingência de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos. **d) Lucros acumulados:** Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% (noventa por cento) e Reserva Especial para Dividendos em 10% (dez por cento), até atingirem o limite de 80% (oitenta por cento) e 20% (vinte por cento), respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital. **e) Dividendos:** O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II. As ações preferenciais tem direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordiná-

continua →★

→★ continuação

Alfa Holdings S.A.

Avenida Paulista, 2.150 - São Paulo/SP
CNPJ nº 17.167.396/0001-69

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(EM REAIS MIL - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

ria multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações). Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13.08.2024, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, a proposta da Diretoria de pagamento de dividendos pela Sociedade aos acionistas que estivessem inscritos nos registros da Sociedade em 19.08.2024, com base em reservas de lucros de exercícios anteriores, a importância de R$0,08048 por ação preferencial Classe "A". O referido pagamento foi realizado em 07.10.2024. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 24.01.2025 após análise e discussão, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, a Proposta da Diretoria de distribuição de dividendos pela Sociedade aos acionistas que estivessem inscritos nos registros da Sociedade em 29.01.2025, com base em reserva de lucros a realizar, a importância de R$0,53814, por ação preferencial Classe "A", relativo ao exercício social encerrado em 31.12.2024 "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária de 2025. O referido pagamento foi realizado em 21.03.2025. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 04.04.2025 foi ratificado, por unanimidade, as distribuições de dividendos relativas ao 1º e 2º semestres de 2024, com base em Reserva de Lucros a Realizar, no montante de R$ 8.855, conforme deliberado em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 13.08.2024 e 24.01.2025, os quais foram imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório, em cumprimento ao disposto no Estatuto Social da Sociedade. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22.09.2025, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, a proposta da Diretoria de pagamento de dividendos pela Sociedade aos acionistas que estivessem inscritos nos registros da Sociedade em 25.09.2025, os seguintes valores por ação (i) R$0,00935496594 por ação ordinária; (ii) R$0,08049000000 por ação preferencial Classe "A"; e (iii) R$0,01029046254 por ação preferencial Classe "B", totalizando o valor de R$1.833, sendo R$605 com base na reserva de lucros a realizar, e R$1.228 com base no lucro do 1º Semestre de 2025. O referido pagamento foi realizado em 14.11.2025. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22.12.2025, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade, a proposta da Diretoria de pagamento de dividendos pela Sociedade aos acionistas que estivessem inscritos nos registros da Sociedade em 29.12.2025, a importância de R$ 0,4905582480 por ação preferencial Classe "A", relativo ao lucro do exercício social de 31.12.2025. O referido pagamento foi realizado em 13.02.2026.

9. DESPESA DE PESSOAL

	2025	2024
Remuneração e participação nos resultados	(651)	(1.250)
Benefícios, encargos sociais e previdenciários	(141)	(223)
Total	**(792)**	**(1.473)**

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2025	2024
Despesas tributárias	(813)	(402)
Serviços de terceiros	(110)	(79)
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e CVM	(24)	(93)
Convênio de ações escriturais	(18)	(72)
Doações	–	(50)
Outras	(73)	(49)
Total	**(1.038)**	**(745)**

11. TRIBUTOS:
a) Composição das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2025	2024
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**87.434**	**(122.359)**
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	(29.728)	41.602
(Inclusões) Exclusões Permanentes	**24.493**	**(34.708)**
Participações em coligadas - Nota 6	24.395	(41.743)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas	92	16
Crédito tributário reconhecimento de períodos anteriores e outros	6	7.019
Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício	**(5.235)**	**6.894**

b) Créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social:

Ativos fiscais diferidos

	Saldo no início do exercício	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Saldo no final do exercício
Provisão para contingências	2.198	148	(54)	2.292
Outros	339	–	(78)	261
Total	**2.537**	**148**	**(132)**	**2.553**
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	5.682	–	(1.564)	4.118
Total	**8.219**	**148**	**(1.696)**	**6.671**

Passivos fiscais diferidos

	Saldo no início do exercício	Constituição	(Reversão) / (Realização)	Saldo no final do exercício
Atualização de depósitos judiciais	–	(13)	–	(13)
Total	**–**	**(13)**	**–**	**(13)**

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e impostos diferidos:

Exercício de Realização	Diferenças Temporárias	Prejuízo e Base Negativa	Total	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
2026	52	–	52	(3)	49
2027	52	591	643	(3)	640
2028	54	591	645	(3)	642
2029	52	591	643	(3)	640
2030	2.343	591	2.934	(1)	2.933
2031 a 2035	–	1.754	1.754	–	1.754
Total	**2.553**	**4.118**	**6.671**	**(13)**	**6.658**
Valor Presente	**1.780**	**2.934**	**4.714**	**(10)**	**4.704**

12. GESTÃO DE RISCOS: A gestão de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. Por se tratar de uma Sociedade exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que detém participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Conforme mencionado na nota 1, em outubro de 2023, o Banco Safra assumiu o controle acionário do Conglomerado Alfa e, desta forma, a Sociedade adotou a mesma metodologia de gestão de riscos de sua Controladora que, por sua vez, adota metodologia de três linhas de defesa que contribuem para o aprimoramento dos mecanismos de governança e a transparência, além de manter um conjunto de procedimentos, alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas. a) Risco de liquidez: O risco de liquidez consiste na possibilidade da Sociedade e suas Coligadas não possuírem recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A Sociedade, por meio de sua Controladora, possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez. Tais atividades são realizadas pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos de Investimento do Banco Safra. b) Risco de mercado: Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas, incluindo (i) o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e (ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Entidade. c) Risco operacional: Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais aos quais a Sociedade e suas Coligadas estão sujeitos, e a consequente adoção de medidas preventivas. A governança da gestão de risco operacional da Sociedade é estruturada não apenas por políticas, processos e procedimentos, mas também pela disseminação da cultura de prevenção aos riscos operacionais em toda a organização e conscientização de cada colaborador, independente de cargo ou função, sobre a responsabilidade de todos no gerenciamento do risco ao longo do exercício de suas funções no dia a dia. Adicionalmente, a gestão do risco operacional, por meio de sua Controladora, possui um comitê delegado da Alta Administração, denominado Comitê de Gestão de Riscos Operacionais e Compliance, PLD e Fraudes (CGROC), cujo objetivo é acompanhar, de forma periódica, e suportar a tomada de decisões sobre assuntos relacionados ao risco operacional, conformidade (compliance), risco de reputação, riscos socioambiental e climático, PLD e fraudes. No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e no portal de dados abertos do Banco Central estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar III, além de informações referentes à gestão de riscos e capital da Controladora.

13. PARTES RELACIONADAS: Em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	31.12.2025	31.12.2024	2025	2024
Títulos para Investimento	**131.203**	**127.615**	**17.118**	**8.473**
Banco Alfa de Investimento S.A.	–	–	–	6.726
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	–	–	–	458
Banco Safra S.A.	131.203	127.615	17.118	1.289
Outros ativos e passivos	**5.368**	**5.893**	**–**	**–**
BAI Participações S.A.	–	3	–	–
Banco Safra S.A.[1]	5.368	5.889	–	–
FASA Participações S.A.	–	1	–	–

[1] Refere-se a dividendos a pagar.

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2025, foi deliberado em Assembleia o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global até R$ 100 (R$ 195 em 2024). Em 2025, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R$ 505 (R$ 1.011 em 2024). (1) Benefícios - Conselho de Administração e Diretoria: Em 2025 e 2024, não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria. (2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento); • Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10% (dez por cento), da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. (3) Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração não possuem participação acionária na Sociedade em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES: a) Conselho Fiscal: O Conselho Fiscal é um órgão estatutário de caráter não permanente que atua em consonância com as disposições da Lei 6.404/1976. Em Assembleia Geral Ordinária de 2025 não foi solicitada instalação de Conselho Fiscal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ALBERTO MONTEIRO DE QUEIROZ NETTO
Presidente do Conselho de Administração

MARCOS LIMA MONTEIRO
Conselheiro

ISAAC SELIM SUTTON
Conselheiro

DIRETORIA

MARCOS LIMA MONTEIRO
Diretor Presidente

LEANDRO DE AZAMBUJA MICOTTI
Diretor

ENRICA MORPURGO
Diretora

CONTADOR

ALEXEI DE BONA - Contador - CRC nº PR036459/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Alfa Holdings S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em coligadas (nota explicativa nº 6): Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Sociedade tem como atividade principal manter participações societárias em outras empresas na qualidade de "holding", conduzidas de forma direta ou indireta, e direcionadas aos segmentos financeiros e de seguros. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade mantinha investimentos em coligadas, avaliadas e contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R$891.091 mil, correspondentes a 87% do seu patrimônio líquido, e registrou resultado de participação em coligadas no montante de R$71.751 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Em conexão à atividade principal da Sociedade e em consideração à relevância dos saldos de investimentos em coligadas, bem como dos resultados correspondentes gerados, consideramos a avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial como área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria? Com o objetivo de avaliar a adequação da avaliação dos investimentos em coligadas, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de conciliação das posições dos investimentos em coligadas detidos pela Sociedade junto aos registros contábeis das empresas investidas; (ii) efetuar uma avaliação de riscos e a seleção de procedimentos de auditoria sobre os registros contábeis das empresas investidas, base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade; (iii) análise dos eventos de capital nas empresas investidas direta ou indiretamente e seus efeitos na movimentação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial; (iv) efetuar o recálculo do saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2025, bem como dos resultados de participação em coligadas, com base na participação societária da Sociedade nessas coligadas e os registros contábeis correspondentes encerrados em 31 de dezembro de 2025; e (v) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Sociedade. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos aceitável a avaliação dos saldos de investimentos em coligadas e o resultado apurado sobre essas participações societárias, no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Outros assuntos: *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria da Sociedade para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria da Sociedade e, consequentemente, pela opinião de auditoria. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2026

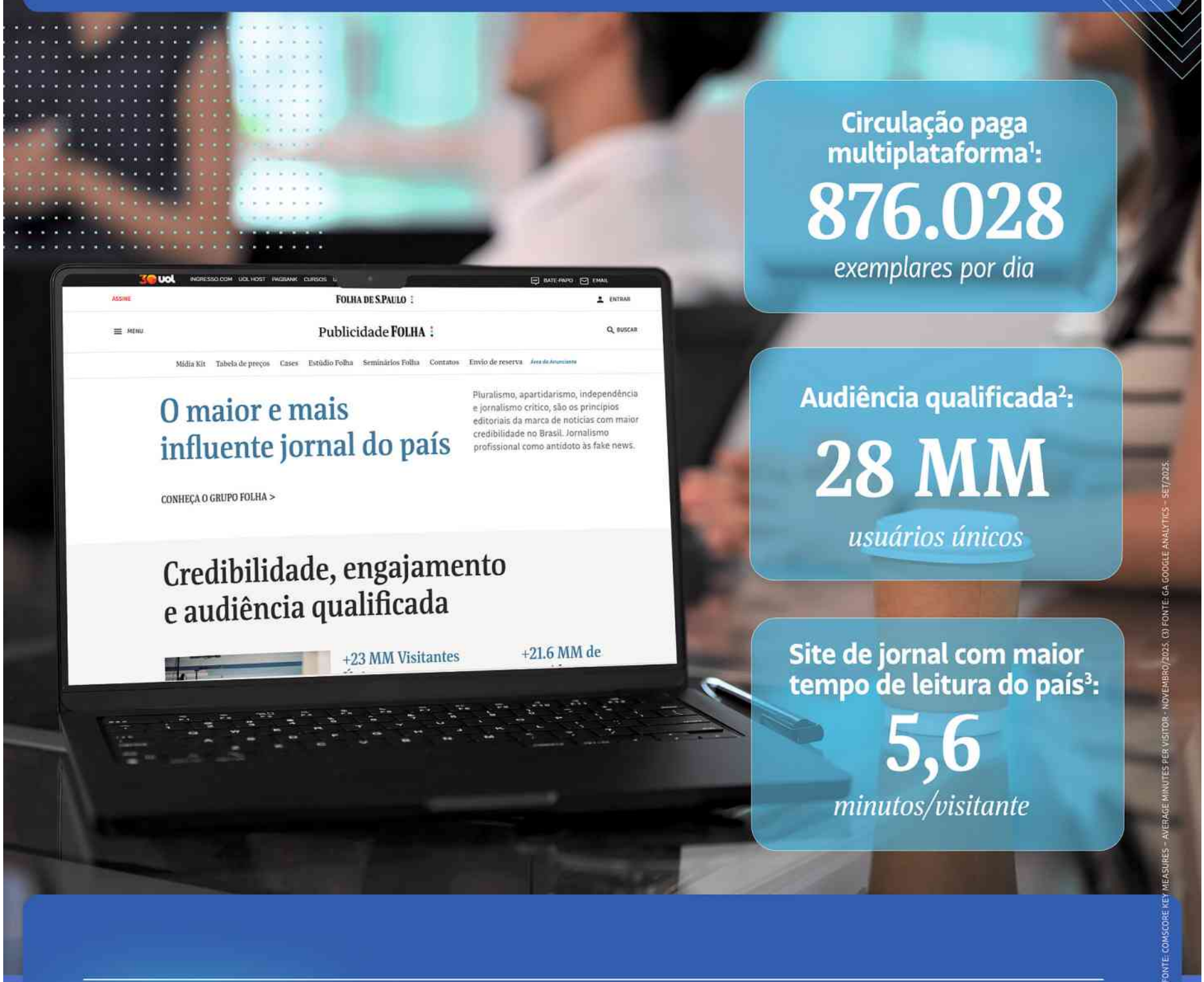
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

PUBLICIDADE LEGAL NA FOLHA

GRANDES RESULTADOS MERECEM GRANDE REPERCUSSÃO.

ANUNCIE SUA PUBLICIDADE LEGAL NO MAIOR JORNAL DO PAÍS.



Circulação paga multiplataforma[1]:
876.028
exemplares por dia

Audiência qualificada[2]:
28 MM
usuários únicos

Site de jornal com maior tempo de leitura do país[3]:
5,6
minutos/visitante

(1) FONTE: BDO, CIRCULAÇÃO TOTAL FOLHA - ASSINANTES FOLHA - DEZEMBRO/2025. (2) FONTE: COMSCORE KEY MEASURES - AVERAGE MINUTES PER VISITOR - NOVEMBRO/2025. (3) FONTE: GA GOOGLE ANALYTICS - SET/2025.

UMA GRANDE EMPRESA ANUNCIA EM UM GRANDE JORNAL

WWW.PUBLICIDADE.FOLHA.COM.BR - 11 3224-3690 OU 11 98405-3428

FOLHA DE S.PAULO ★★★

Portal de Publicidade Legal Folha ★★★